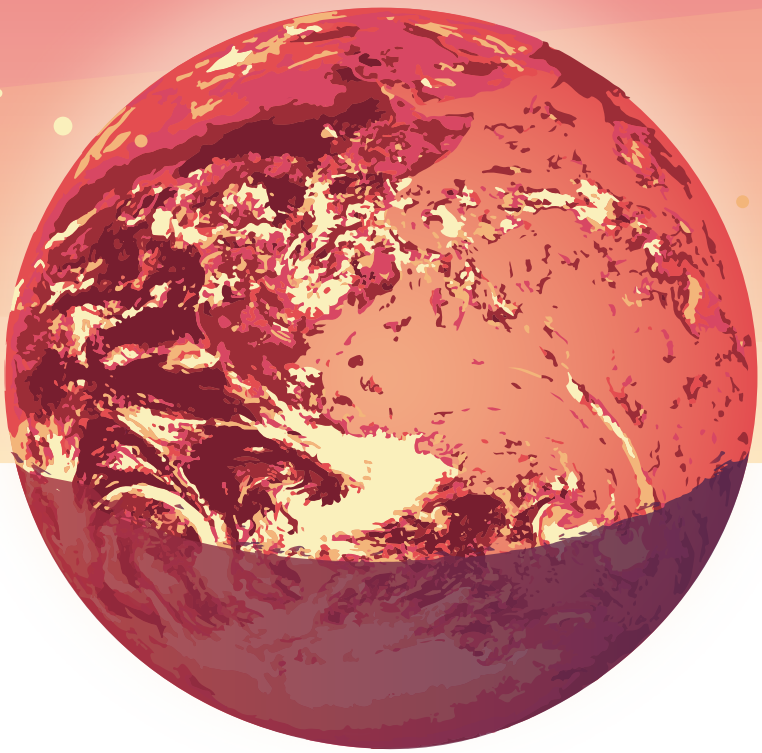
ISSN 2318-3195
VOL 7, 2019

study guide



ufrgsmun 2019

CONTATO
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Faculdade de Ciências Econômicas
Av. João Pessoa, 52 - CEP 90040-00 - Centro
Porto Alegre/RS - Brasil | Telefone: +55 51 3308.3769
e-mail: ufrgsmun@ufrgs.br

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

UFRGSMUN: UFRGS Model United Nations : Enlighten reasons to persist. / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais - Vol. 1(2013) - Porto Alegre: UFRGS/FCE/PPGEEI, 2013 -

Anual.
ISSN 2318-3195

1. Relações Exteriores: política. 2. Relações Internacionais. 3. Diplomacia. 4. Conflito internacional.

CDU 327(7/8=6)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

CAPA POR JOANA OLIVEIRA DE OLIVEIRA
DIAGRAMAÇÃO POR MAITÊ ROMAN GOULART

ABOUT THE JOURNAL

UFRGS Model United Nations Journal is an academic vehicle linked to UFRGSMUN, an Extension Project of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). It aims at contributing to the Brazilian scientific research and production in the fields of International Relations and International Law, as well as in related areas, through the study of pressing topics of the international agenda. The journal publishes original articles in English and in Portuguese regarding topics on peace and security, human rights, world economy, international law, regional integration and defense. The journal's target audience are undergraduate and graduate students. All of the contributions to the journal are subject to careful scientific revision by postgraduate students. The journal seeks to promote the debate on such important topics.

SOBRE O PERIÓDICO

O presente periódico acadêmico é vinculado ao UFRGS Model United Nations (UFRGSMUN), projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ele almeja, por meio do estudo de temas internacionais contemporâneos, contribuir para a produção acadêmica brasileira no campo das Relações Internacionais, do Direito Internacional e de áreas correlatas. O periódico publica artigos originais em Inglês e em Português, abordando temáticas relacionadas à paz e à segurança, aos direitos humanos, à economia internacional, ao direito internacional, à integração regional e à defesa nacional. O público-alvo das publicações consiste em estudantes de graduação ou já graduados(as). Todas as contribuições ao periódico são objeto de cuidadosa revisão científica por parte de alunos(as) pós-graduandos(as), visando a contribuir da melhor maneira possível para o debate acerca dos mais importantes tópicos da agenda internacional.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Reitor: Prof. Dr. Rui Vicente Oppermann

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Diretor: Prof. Dr. Carlos Henrique Vasconcellos Horn

CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Coordenador: Prof. Dr. Erico Esteves Duarte

EDITOR-CHEFE: Prof. Dr. Erico Esteves Duarte

CONSELHO EDITORIAL
Analúcia Danilevicz Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Érico Esteves Duarte (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Henrique Carlos de Castro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Jacqueline Angélica Haffner (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
José Miguel Quedi Martins (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Marcelo Milan (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Marco Aurélio Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Paulo Fagundes Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Sonia Ranincheski (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

CONSELHO CONSULTIVO
Bruna Coelho Jaeger (Centro Universitário LaSalle - RJ e Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Bruno Gomes Guimarães (UniRitter e Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Carolina Antunes Condé de Lima (Universidade Federal de Santa Catarina)
Diego Rafael Canabarro (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR e Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Elisa Felber Eichner (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Fernanda Graeff Machry (Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil)
Giovana Esther Zucatto (Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Guilherme Henrique Simionato dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
João Gabriel Burmann da Costa (UniRitter)
Julia Assmann de Freitas Macedo (Geneva Academy of International Humanitarian Law and Human Rights)
Larlecianne Piccolli (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Nilton César Fernandes Cardoso (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Rafaela Pinto Serpa (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Vinicius de Lara Ribas (Câmara dos Deputados da República Federativa do Brasil e Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

CONSELHO EXECUTIVO
Artur Holzschuh Frantz
Eduarda Fontana Ramos
Fernanda Becker Weber
Juliana Zanini da Silva
Maitê Roman Goulart

SUMÁRIO

CDH	Segurança Nacional como Cerceamento da Liberdade de Expressão *Bianca Ferreira de Andrade, Luiza Cerveira Kampff*	8
	Violência Policial e Detenções Arbitrárias *Aline de Souza Correia Santos, Maria Julia Timmers, Michelle Escalante Mendevil Perino*	60
CSH	A Violência no Triângulo Norte da América Central *Giovanna Padilha. Leonardo Beheregaray Seben, Pedro Bandeira dos Santos*	102
	Plano de Ação para Conter a Violência contra Mulheres na Política *Eduarda Fontana Ramos, Júlia Käfer Migot*	144
DISEC	The Contemporary Debate on Submarine Watercrafts *Rodrigo dos Santos Cassel, Tyago Driemeyer*	188
	Directed-Energy Weapons (DEWs) *Júlia Moraes Porciuncula, Luana Alonso Xavier de Miranda, Mikael Domenici Correa*	248
DPS-UA	Extração e Tráfico de Petróleo por Atores não Estatais *Júlia Silveira Pereira, Victor Hugo Dresch da Silva*	284
	Os Desafios à Segurança da Nigéria no Século XXI *Eduardo Tomankievicz Secchi, Luana de Meneses Borba*	338
IDA	Crisis Response Window: Funds Allocation for Economically Disruptive Crises *Anna Angélica Nogueira Amaral, Artur Holzschuh Frantz, Beatriz Vieira Rauber, Lorenso Andreoli da Silva, Mariane Di Domenico*	374
ILC	Jus Cogens: Defining the Fundamental Norms of International Law *Elisa Piva Corrêa, Leonardo Flach Aurvalle, Pedro Hiroshi Watanabe di Gesu*	422
	International Humanitarian Law Applied to the Combat against Organized Crime *Felipe Gobatto Scheibler, Helena dos Anjos*	456
PRESS	Diretrizes para a Cobertura Jornalística em Modelos das Nações Unidas *Adriana Figueiredo, Camila da Silva Souza, Daniel Mutzemberg Giusanni, Luiza Paines*	480
UNSC	The situation of Iran: the Nuclear Standoff and its Impacts *Joana Soares Cordeiro Lopes, Natascha Ramos Klein, Tayssa do Rosário Zucchetto*	520
	Reevaluating the Anti-Ballistic Missile (ABM) Treaty *Arthur Schneider Gregório, Rafaela Elmir Fioreze, Rodrigo Führ*	576

EDITORIAL

O ano de 2019 celebra os cem anos da criação das Relações Internacionais como disciplina acadêmica. Nos estertores da Grande Guerra, a Cátedra Woodrow Wilson foi fundada a partir de doações em memória dos estudantes da Universidade de Gales, em Aberystwyth, que pereceram na guerra; e para o estudo dos problemas relacionados à Liga das Nações na produção da estabilidade internacional e para a verdadeira compreensão de outras civilizações que a inglesa. A memória desse evento cobra refletir sobre o estado da Universidade em atender as demandas sociais em um mundo que continua repleto de tensões das mais variadas matizes e incompreensões entre as civilizações.

Ligado ao curso de Relações Internacionais, o UFRGS Model United Nations, projeto construído e idealizado pelas alunas e alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, completa dezessete anos de história em 2019. Todas as edições do projeto, mesmo que basilarmente construídas em cima dos mesmos objetivos e ideais, apresentaram suas próprias particularidades na medida em que novas pautas e desafios eram introduzidas à sociedade. Assim, cada edição refletiu não apenas tópicos de relevância ímpar para a agenda internacional da época, mas também abraçou as principais causas e lutas vivenciadas pela comunidade brasileira em cada ano.

Especialmente em 2019, tal característica intrínseca a-o projeto não seria, em hipótese alguma, deixada de lado. Assim como cem anos atrás, vivenciamos atualmente uma onda conservadora e polarizadora. A realidade, anteriormente marcada pela esperança de que o retrocesso era apenas um momento efêmero, consolidou-se bruscamente em um completo conservadorismo dos principais líderes do nosso governo. Tal conjuntura não afogou apenas a importância de pautas apenas recentemente reconhecidas, mas também daquelas que pareciam consolidadas e indiscutíveis - como a importância, a qualidade e a magnitude das universidades públicas brasileiras. A marginalização de tais instituições - manifestada pelos cortes de gastos destinados à infraestrutura, às bolsas de pesquisa científica, à extensão - não está atingindo apenas os sonhos e objetivos particulares de milhares de estudantes, mas também todos(as) aqueles(as) envolvidos(as) nas iniciativas, projetos e pesquisas desenvolvidas dentro das universidades. No que tange às Relações Internacionais, o assalto às universidades públicas brasileiras deteriora a própria capacidade nacional de pensar sua inserção internacional sem sobressaltos, precipitações e arrependimentos.

Diante dessa perspectiva desanimadora, o ímpeto de continuar perseguindo aquilo que acreditamos perde-se no obscurantismo que atualmente nos cerca. A motivação de lutar contra todo esse retrocesso não é facilmente despertada dentro de nós, principalmente quando os cenários futuros não apresentam, a princípio, promessas confortadoras. É exatamente por isso que o UFRGSMUN, no emblemático ano de 2019, objetiva aprofundar ainda mais seu caráter político e social, a fim de consolidar-se como um espaço de resistência, de florescimento de motivações e de luta. Perseguir tal objetivo é um esforço contínuo e desafiador, mas que se torna cada vez mais tangível na medida em que conseguimos proporcionar debates que impulsionam o pensamento crítico, o posicionamento embasado e a troca de experiências entre pessoas de realidades distintas. Ou seja, cumpre-se um dos mandatos da Universidade: a promoção de um debate público qualificado.

Nesse sentido, é imprescindível compreender o UFRGSMUN a partir de seu caráter inerentemente social - presente desde sua criação como projeto de extensão - e seu vínculo com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a nossa UFRGS. É com imenso orgulho e satisfação que, mesmo perante um cenário desalentador, recebemos a confiança da universidade ano após ano. A criação, construção e consolidação do projeto seriam impossíveis sem esse suporte e, por isso, registramos aqui o nosso maior e mais sincero agradecimento às instituições atreladas ao projeto: a Faculdade de Ciências Econômicas e as Pró-Reitorias de Pesquisa e Extensão.

O apoio das instituições supramencionadas, dos nossos demais apoiadores e de todos os estudantes que se envolvem no projeto nos demonstram que, mesmo diante de todas as adversidades, ainda existem pessoas extremamente dispostas a proteger tudo o que construímos até então. O caminho que percorremos não foi apenas na direção do sucesso e da excelência acadêmica e administrativa, mas também da consolidação de todas as iniciativas e campanhas elaboradas no decorrer das edições. Mesmo que travados há algum tempo, os esforços no sentido da democratização e da adequação às lutas vivenciadas por aqueles marginalizados pela sociedade, adquirem, cada vez mais, peso e relevância na nossa sociedade. É por isso que nós, idealizadores do UFRGSMUN, continuaremos a defender e a expandir iniciativas como o nosso Edital de Benefícios, assim como as nossas campanhas feminista e LGBT. Em um momento em que o valor de tais pautas é atacado e marginalizado social e institucionalmente, é básico e fundamental utilizarmos de todas os nossos meios e plataformas disponíveis para tornar essa conjuntura apenas isso, um momento.

Tendo tudo isso em mente, é com muita satisfação que apresentamos o Guia de Estudos do UFRGS Model United Nations 2019. Resultado de profunda pesquisa e revisão, este periódico não visa apenas respaldar os estudos dos(as) participantes do evento, mas também congregar e compartilhar artigos de extrema qualidade com a comunidade acadêmica nacional e internacional; expondo e sinalizando o valor de tudo que produzimos dentro da universidade. Os tópicos aqui apresentados refletem discussões amplamente relevantes na conjuntura nacional vigente, auxiliando e promovendo uma visão crítica sobre, por exemplo, a linha tênue entre segurança nacional e autoritarismo; a utilização da força, em suas diversas formas, em âmbito nacional e internacional; planos concretos para erradicar a violência contra mulheres na esfera política; entre tantos outros. A concretização deste trabalho seria impensável sem o empenho e a dedicação de estudantes e pós-graduandos que atuaram na construção e revisão deste projeto, arquitetado de forma inteiramente voluntária ao longo de um ano inteiro.

Por fim, dedicamos o nosso carinho e agradecimento à todas e todos que confiam e acreditam no papel do UFRGSMUN e de projetos similares. Nós esperamos que esta edição inspire você a resistir e a tomar posições, a fim de não apenas lutar pelo que você acredita, mas também despertar tal vontade em outros.

Maitê Roman Goulart
Secretária-Geral do XVII UFRGSMUN

Erico Esteves Duarte
Professor Coordenador do UFRGSMUN

cdh

conselho de direitos humanos das nações unidas



UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 7 2019 | p. 08 - 59

SEGURANÇA NACIONAL COMO CERCEAMENTO DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Bianca Ferreira de Andrade[1]
Luiza Cerveira Kampff[2]

RESUMO

Este guia visa a apresentar de que forma os países se valem do cerceamento da liberdade de expressão para manutenir e sustentar a estabilidade de seus governos. Inicialmente é traçado um panorama histórico, retomando a perspectiva sobre o assunto pelos Estados ao longo dos séculos, desde as cidades-Estado da Grécia Antiga, perpassando pela Idade Média até o período Iluminismo, em que o direito à liberdade de expressão foi consagrado como tal. É possível compreender, através da leitura do guia, que essa é uma questão ainda muito sensível aos governos do sistema internacional contemporâneo: o temor sobre a capacidade da sociedade em reivindicar seus direitos torna a liberdade de expressão um elemento digno de atenção securitária. Dessa forma, ao longo das próximas seções o delegado também terá a oportunidade de compreender melhor quais os mecanismos à disposição do Estado para garantir a ordem interna e questionar até que ponto esses são legítimos e em que medida são, em verdade, violação dos direitos humanos. Espera-se que, ao explanar tais temas, o guia possibilite uma discussão de qualidade acerca do assunto proposto.

1 Bianca é estudante do terceiro ano de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Diretora no CDH.

2 Luiza é estudante do segundo ano de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e de Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e Diretora-assistente no CDH.

1 INTRODUÇÃO

O Estado-Nação, para garantir seu poderio e monopólio da força, detém alguns mecanismos principais de manutenção da segurança nacional e da ordem interna. Entretanto, frequentemente, o governo deixa de fazer uso da força – cuja legitimidade é defendida desde os estudos do sociólogo Max Weber em 1982 – e passa a usar métodos violentos[3], caracterizados pela sua arbitrariedade, transgredindo, assim, a dignidade humana (Muniz, Proença Júnior, e Diniz 1999). Essa relação paradoxal do Estado com a integridade de seus cidadãos revela uma tensão constante presente no direito internacional – e que será ponto fulcral para a discussão a ser feita neste guia: a Carta de Direitos Humanos das Nações Unidas é ratificada pela entidade do Estado e, frequentemente, este é seu violador (Araujo 2000).

Um dos direitos presentes na Carta de Direitos Humanos das Nações Unidas é a liberdade de expressão, temática central aqui abordada, que pode ser relegada em prol de governos de caráter autoritário, que priorizam garantir seu poder em detrimento da vontade popular. Nesse cenário, não apenas as demandas desses grupos populacionais são ignoradas como imprime-se medidas de coação que fogem ao escopo do Estado, promovendo a perseguição aos seus cidadãos através do argumento de "antiterrorismo" (Figaro e Nonato 2016). O papel das Nações Unidas neste contexto situa-se como protetor do respeito à igualdade de direitos a à soberania dos povos, solucionando, no âmbito do direito internacional, as possíveis tensões entre Estado e indivíduo (Araujo 2000).

Essa linha tênue entre agressão e coerção física é uma questão sobre a qual os governos de Estado se debruçam desde a própria gênese do regime político democrático – a ênfase aqui é feita para a democracia, pois um dos seus pilares é a liberdade de expressão (Dahl 2001). Um exemplo disso foi, na Grécia Antiga, a condenação de Sócrates por disseminar suas ideias filosóficas pouco ortodoxas para os jovens atenienses; desde aquela época, a censura era vislumbrada como uma forma de conter o caos e promover a ordem (Stone 1988). Na história recente, a censura foi utilizada de maneira estratégica, por vezes ambiciosa, congregando diversas nações a uma mesma visão de mundo de forma a assegurar o domínio dos países em disputa pela hegemonia do sistema. Esse foi o cenário desenvolvido nos anos da Guerra Fria, cujos reflexos permanecem constantes na atualidade e são dignos de estudo para entender de que forma a censura é manipulada no século XXI (Mannheim 1968).

Por fim, cabe lembrar que, nos dias de hoje, mais um recurso está disponível à sociedade civil e ao Estado: a internet. As redes online apre-

3 A diferença entre esses termos será melhor explanada na seção 3.2, porém, de maneira geral, o uso da força é legal e discricionário, enquanto o uso da violência é arbitrário e ilegal (Muniz, Proença Júnior e Diniz 1999).

sentam um papel ambíguo no âmbito da liberdade de expressão; se por um lado ela está disponível a toda a população, capaz de usar o recurso como meio de transmissão de seu posicionamento, ela também capacita os Estados a exercer monitoramento de seus cidadãos no âmbito mais íntimo da vida privada (Hintz 2012). O presente guia busca, portanto, esclarecer esses pontos, fornecendo não só as ferramentas imprescindíveis ao debate, mas também impulsionando questionamentos. Afinal, como os estudos de caso demonstram, o dilema aqui proposto não é um assunto acabado, ele permanece como epicentro de muitos conflitos atuais; sua complexidade é um dos principais desafios dos *policy-makers*, revelando o quão fundamental é conhecer de que forma foi tratado na história e como o é na contemporaneidade.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Esta sessão abordará o histórico da luta pela liberdade de expressão. Ademais, a segunda parte terá um aprofundamento no período da Guerra Fria e o cerceamento da liberdade de expressão, na época justificada pela doutrina da segurança nacional[4] e pela ordem social interna dentro do sistema de blocos – conceitos que serão melhor explanados ao longo das próximas seções.

2.1 A LUTA PELA CONQUISTA AO DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A história da liberdade de expressão é associada aos períodos de ausência de censura, que em geral coincidem com as experiências de democracia. Dessa forma, pode-se falar do direito à liberdade de expressão a partir da sociedade da Grécia Antiga, em especial da cidade de Atenas. No período clássico, com a pluralidade de escolas de pensamento (em especial com o debate entre a Academia Platônica e o Liceu), e as discussões na ágora – local ateniense destinado especialmente ao exercício da democracia –, surge a primeira experiência efetiva de liberdade de expressão, onde se apresenta a cidadania em termos da participação na vida política e através do poder de voto (Pinsky 2013). Neste período, um dos importantes pontos de inflexão que contribuiu para a posterior conquista da liberdade de expressão foi o julgamento de Sócrates (Stone 1988). Cabe destacar, ainda, que esse é um conceito originalmente ocidental que, com a expansão colonialista europeia, propagou-se para as demais partes do mundo (Pinsky 2013).

Nos períodos posteriores, a censura se torna dispersa na sociedade

4 Princípio pelo qual os estadistas definem os interesses geopolíticos de um país, através de diversos fatores (contexto político, recursos naturais, inimigos externos), de modo a guiar a política externa. Durante a Guerra Fria, esse princípio era estabelecido de pela política de "contenção" do crescimento de correntes contrárias às do bloco (Stephan 2016).

ocidental, pois houve a descentralização do poder. Por conseguinte, a Igreja passou a desempenhar um papel de suma importância: centralizadora do conhecimento. Durante a maior parte da Idade Média e a Idade Moderna, uma parcela muito diminuta da população sabia ler, e esta era majoritariamente do clero. Por conseguinte, a falta de oportunidades de adquirir conhecimento escrito e, acima de tudo, de produzir um conhecimento que pudesse ser transmitido através das gerações por estar codificado, prejudicava imensamente a população. Como é trazido por Ernani Fiori (2005, 12), "Pensar o mundo é julgá-lo e ao começar a escrever livremente, não [se] copia palavras, mas [se] expressa julgamentos"; dessa forma, a falta de liberdade de expressão no dia-a-dia atingia sua forma máxima, a da proibição da produção de conhecimento. Além disso, como não havia a difusão do pensamento escrito, o legado para a posteridade também foi afetado negativamente – segundo Lyons (2012), esse teria sido o maior prejuízo herdado da Idade Média. Quanto a isso, cabe destacar que a Reforma Protestante iniciada por Lutero (1517) teve um importante papel disruptivo tanto pela difusão dos escritos bíblicos nas línguas locais quanto pela relevância dada à educação, que acarretaria a alfabetização de grande parte das comunidades (Lyons 2012).

Entre os séculos XII e XV, durante o que seria conhecido como Renascimento, houve a ascensão das universidades e o desenvolvimento de uma nova onda de difusão do conhecimento, de forma que a censura passou a ser sentida pela elite cultural da época. Autores até hoje conhecidos foram afetados, como Maquiavel, que teve suas obras banidas, e Galileu, que foi condenado à morte por expor sua tese heliocêntrica e teve que negá-la diante do tribunal para ser absolvido. Nesta época se concentram as ações da Inquisição, na qual estudiosos foram obrigados a negar seus feitos e falas, ou condenados à morte por suas ações. Ademais, dentro desse espectro de censura, em 1559 foi criado o Index Librorum Prohibitorum, uma lista que continha 550 obras proibidas pela Igreja Católica, consideradas como "hereges". Nesse período, em contrapartida, surgem movimentos populares que exigem direitos políticos que imponham limites ao poder estatal. Na Inglaterra, a Magna Carta, assinada em 1215 pelo rei João, mostra pela primeira vez a garantia à liberdade assegurada pelo Estado, sendo este um dos primórdios da luta pela conquista da liberdade de expressão (Petley 2007).

No entanto, é apenas com as revoluções burguesas que tanto o conceito quanto a luta de fato pela liberdade de expressão tomam forma. Segundo Stone (1988), o direito à livre expressão já era exercido antes da formulação de tal conceito, mas uma das principais hipóteses para a sua conceituação seria "a reação a tentativas de abolir essa liberdade — ou na luta pela sua reconquista" (Stone 1988, 215). Esta seria uma das explicações, portanto, para a formulação do conceito de liberdade de expressão nestes termos no período do Iluminismo (Harrison 1996).

O Bill of Rights (1689), resultado da Revolução Gloriosa inglesa, já

continha a "que liberdade de expressão, e debates ou procedimentos no Parlamento, não devem ser impedidos ou questionados" (Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP 2006, online) como cláusula. Na França revolucionária, por sua vez, Voltaire (1770) era um dos principais agentes na luta política pela liberdade de expressão, sendo o princípio voltairiano resumido na frase "Detesto o que o senhor escreve, mas daria a minha vida para tornar possível que continuasse a escrever", posteriormente entendida pela biógrafa Evelyn Hall (1906) como "Discordo do que você diz, mas defenderei até a morte seu direito de dizê-lo". Assim, em 1789, a Assembleia Constituinte francesa promulgou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que traz em seu Artigo 11º:

> Art. 11º.A livre comunicação das ideias e das opiniões é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, respondendo, todavia, pelos abusos desta liberdade nos termos previstos na lei (Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP 1978, online).

A consagração da luta pela liberdade de expressão se expande para além da Europa através do pensamento iluminista e é uma das principais motivações do movimento de Independência Americana (1783). Desse modo, a representação da liberdade de expressão como um direito fundamental da cidadania no modelo constitucional de 1789 representa uma segurança jurídica à proteção deste direito, em especial contra o próprio Estado, explícito na Primeira Emenda (1791):

> O congresso não deverá fazer qualquer lei a respeito de um estabelecimento de religião, ou proibir o seu livre exercício; ou restringindo a liberdade de expressão, ou da imprensa; ou o direito das pessoas de se reunirem pacificamente, e de fazerem pedidos ao governo para que sejam feitas reparações de queixas (U.S. Government Publishing Office 1992, 969).

Desse modo, a partir do Iluminismo, o direito à liberdade de expressão passou a ser assegurado por mecanismos de grande parte dos Estados (Hassan 2015). Ademais, segundo Hassan (2015), a justificativa para a organização do Estado nas democracias liberais após as revoluções burguesas é codependente da liberdade de expressão, uma vez que ambas se fundamentam na premissa da limitação do poder estatal.

Estes direitos, não obstante, ainda não eram de fato vistos na prática. Consequentemente, a luta pelo direito à liberdade de expressão ganha novos âmbitos, em especial uma dimensão jurídica (Hassan 2015). Entre os fatos marcantes pela reafirmação da liberdade de expressão estão os estudos e jurisprudências legados pelo juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos da América, Oliver Wendell Holmes, que declarou, na decisão *Estados Unidos v. Schwimmer* (1929, p. 279), que "o princípio do pensamento livre não significa pensamento livre para os que concordam conosco, mas liberdade para o

pensamento que odiamos".

Contudo, a luta pela liberdade de expressão ainda sofreu com diversos momentos de ruptura com este padrão de avanço, desses cabe destacar a experiência da Alemanha nazista (1933–45) e a perseguição aos pensamentos discordantes na Guerra Fria — este último será tratado na sessão seguinte. Tanto durante a Segunda Guerra Mundial quanto durante a Guerra Fria a censura foi levada a sua forma máxima, com a criação de Index de obras proibidas (Petley 2007).

Na Alemanha nazista e, em menor grau, na Itália fascista, a tentativa de impor uma nova ordem e um novo regime estatal esteve diretamente ligada à censura, à criação de novas filosofias e ao apoio às artes que corroborassem com a legitimação desse novo modelo governamental (Riu 2017). Nesse sentido, cabe destacar a repressão feita contra as mídias opositoras ao regime nazista e os 5.485 livros banidos pelo então governo. Tais medidas também tiveram como alvo a vida das pessoas comuns, que deviam se desfazer dos livros censurados. Em 1933, logo após a ascensão de Hitler ao poder, iniciou-se a política de queima destes livros, que era executada pelo Comitê Geral dos Estudantes, composto por membros da sociedade civil e apoiadores do partido (Lewy 2016).

Após o atroz período da Segunda Guerra Mundial, criou-se a Organização das Nações Unidas (ONU) e, dentro deste sistema, no ano de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esse documento descreve direitos básicos, sendo o principal e um dos primeiros tratados internacionais que defende a liberdade de expressão, como é explícito no artigo XIX: "Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras" (ONU 1948, online).

2.2 IDEOLOGIA E GUERRA FRIA: EMBATES ENTRE A MANUTENÇÃO DA ORDEM INTERNA E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A Guerra Fria, segundo Mike Davis (1982), além de um conflito, era caracterizada por ser um sistema. Dessa forma, a ordem interna de cada um dos blocos – capitalista e socialista – coordenava não apenas a sua política externa, mas também as políticas domésticas e a coesão nacional. As políticas e propagandas visavam a construir um inimigo externo, criando um elemento de unificação interna para combatê-lo (Davis 1982). O direito à liberdade de expressão, embora já na era da Declaração Universal dos Direitos Humanos, tampouco passou ileso (Petley 2007).

Dentro do bloco capitalista existiram diversas medidas que acabaram por cercear a liberdade de expressão, tanto nas ditaduras em diversos países da América Latina, Europa e África, como dentro dos Estados Unidos,

que se autoproclamavam a terra da liberdade. Já no bloco socialista, tanto a União Soviética quanto os demais países, com destaque para a China, praticaram políticas de censura, priorizando o estabelecimento de novas diretrizes de direitos fundamentais voltados à igualdade (Alexy 1999).

Na política doméstica estadunidense, dessa forma, o conjunto de medidas anticomunista dos anos 1950 ficou conhecido como Macartismo (devido ao senador Joseph McCarthy, que promoveu tais ideais). A política macartista era marcada por diversas ações arbitrárias por parte do Estado, como acusações falsas e interrogatórios conduzidos sem seguir os padrões legais. Ademais, dentre essas ações, a censura passou a ser fortemente difundida uma vez que cidadãos rotulados como comunistas eram colocados em uma "lista negra" e eram muitas vezes perseguidos. Figuras públicas foram vítimas do Macartismo, como Charles Chaplin; ademais, diversos autores tinham seus livros retirados do mercado. A esse contexto formulou-se posteriormente o termo "caça às bruxas", fazendo uma analogia ao fanatismo religioso para o fanatismo político da época. Um dos mais conhecidos casos de censura relacionada à segurança nacional ocorreu em 1971, quando Daniel Ellsberg, um agente da Agência de Central de Inteligência estadunidense (CIA, em inglês), que divulgou uma série de materiais secretos relacionados à Guerra do Vietnã, numa tentativa de pará-la visto que considerava suas justificativas oficiais falsas. Esses dados foram expostos no jornal The New York Times, e Ellsberg foi considerado um traidor da pátria por publicizar tais informações, o que ocorreria de maneira similar com o caso Snowden em 2013 (Prince 2008).

A partir da década de 1960, a influência da censura justificada pela Guerra Fria passou a ser fortemente sentida nos países da América Latina. No Paraguai (1954), no Brasil e na Bolívia (1964), no Chile e no Uruguai (1973) e na Argentina (1979), golpes de Estado instauraram regimes militares, que perduraram até o final dos anos 1980, justificados como uma medida de proteção na luta contra o comunismo. Desse modo, os governos desse período promulgaram medidas altamente restritivas, aplicando censura política e moral, justificando-as diretamente na segurança nacional. Mesmo em documentos oficiais, como foi o caso do Ato Institucional 2, promulgado em 1965 pela Ditadura Militar brasileira, a segurança nacional é diretamente contraposta aos "subversivos", que no discurso das autoridades da época eram representados pelos "comunistas" e pelo "perigo vermelho". Os mecanismos estatais contavam com órgãos especializados na censura, que abrangiam um amplo espectro desde obras escritas – como jornais – até obras cinematográficas e músicas. Diversos autores, perseguidos por terem obras consideradas subversivas, tiveram que pedir refúgio em outros países. Esses regimes criaram, ainda, uma organização regional para busca e perseguição de subversivos, chamada de "Operação Condor", a qual se destaca pela possibilidade de prisão de fugitivos de um país em qualquer um dos Estados do Cone Sul (Lifschtiz 2018).

Na Europa ocidental, as ditaduras legaram um profundo rompimen-

to com a liberdade de expressão. O Salazarismo (1926–74) e o Franquismo (1939–75), em Portugal e na Espanha, respectivamente, desenvolveram refinados mecanismos de controle de mídias, que acarretaram um atraso significativo nas redes de comunicação destes países. Além disso, essas ditaduras utilizaram os meios de difusão de notícias para construírem no imaginário popular a ideia de um governo forte. Em Portugal, embora houvesse jornais de oposição ao regime, os principais meios de comunicação, como a Agência de Notícias e Informações (ANI), passaram a ser apoiadores diretos do governo, tornando públicos apenas dados e notícias favoráveis à ditadura de Salazar. Isto era estruturado visando o fortalecimento dos Estados, e aqueles que se opunham à narrativa estatal era processados como traidores da pátria, ou seja, como opositores à segurança nacional (Lima 2014; Sousa 2008).

Cabe ainda destacar o regime do apartheid na África do Sul (1948-92), que aplicou diversas medidas de censura. Todos aqueles condenados por pregar ideias contrárias ao regime de discriminação vigente, mesmo que através do pacifismo, eram presos e, dependendo de seu grau de influência social, podiam ser enviados para prisões de segurança máxima com trabalho forçado. Um dos presos políticos mais notórios deste período foi Nelson Mandela. Além disso, o regime do apartheid impôs censura à mídia e criou comitês de busca com a duração de anos. Em 1963 foi promulgado o Decreto sobre Publicações e Entretenimento, que criava um Conselho de Censores, os quais tinham como diretrizes centrais manter a cultura africâner e a religião cristã; os censores, por sua vez, utilizavam-se de critérios abstratos que não poderiam ser recorridos (Graham 2012).

No bloco socialista, por sua vez, a União das Repúblicas Soviéticas (URSS) aplicou uma rigorosa censura aos meios de comunicação, que pertenciam ao Estado após a revolução. Além disso, os autores passaram a trabalhar para o governo soviético, de modo que tudo o que era escrito e publicado era revisado pelo controle estatal. Criou-se, assim, uma lista de leituras proibidas, bem como foram abolidas as práticas religiosas. Os meios de difusão de informação e de promoção cultural passaram a atuar como um meio de exacerbação do Estado e dos líderes políticos, bem como do arquétipo do cidadão ideal — pessoa disciplinada, que trabalhava em nome dos ideais socialistas e pregava a igualdade, privilegiando o social ao privado (Wallach 1991).

Na China, a revolução socialista levou a uma onda de repressão. Primeiramente cabe destacar que o regime político passou a ser gerido por um partido único, de modo que não eram aceitas, nos primórdios, opiniões políticas divergentes. Ficou conhecido o movimento da "Campanha das Cem Flores" (1956), no qual foi prometida a liberdade de expressão àqueles que tinham opiniões contrárias às do governo. Tal campanha foi marcada pelo slogan "Que cem flores desabrochem, que cem escolas de pensamento se enfrentem (Taylor 2011, 323, tradução nossa)". Essa promessa não foi cumprida, e os dissidentes políticos foram perseguidos. A campanha marcou

o início da Revolução Cultural Chinesa, que restringiu o acesso a diversos livros e passou a controlar a mídia dentro do sistema estatal (Manuel 2018). A censura, somada às novas tecnologias desenvolvidas no final do século XX, culminaram no Massacre da Praça da Paz Celestial em 1989, quando jovens marcharam para a principal praça de Pequim requisitando liberdades civis. A polícia reagiu de forma violenta, causando prisões e mortes — não se sabe exatamente o número de vítimas, mas a Anistia Internacional (2016) estima perto de mil óbitos.

Dessa forma, a Guerra Fria foi uma era marcada pela liberdade de expressão formal – assegurada juridicamente interna e internacionalmente–, mas não pela liberdade de expressão de facto. Diversas justificativas para a censura foram criadas, como a proteção nacional, a luta contra os inimigos externos, dentre outras. Por fim, cabe retomar a primeira frase desta sessão, demonstrando que a liberdade de expressão é historicamente relacionada aos conceitos de democracia e cidadania, mesmo que dentro desses sistemas haja rupturas a esse direito (Petley 2007).

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Nesta seção serão trabalhados alguns conceitos necessários para o entendimento dos mecanismos para manutenção da ordem interna – sobretudo através da coerção física – e as formas que os governos utilizam o discurso para promover sua visão de mundo, evitando insurgências e revoltas por parte da sociedade civil. Esses aspectos são centrais para compreender o papel das tecnologias de informação para a liberdade de expressão no século XXI, assim como os estudos de caso – a bem dizer, China, Espanha e Filipinas – presentes ao final da seção.

3.1 A RELEVÂNCIA DO DISCURSO COMO SOFT POWER

Quando se fala em segurança nacional, há que se pensar, obrigatoriamente, em administração de riscos, tamanha a associação entre tais conceitos. De acordo com teorias racionais e positivistas, o tomador de decisões (policy-maker) é um sujeito racional, que visa otimizar seus benefícios. Ao tratar de inteligência e estratégias securitárias, portanto, esse ator – que zela pela manutenção do Estado – tende a contrabalançar os prós e contras de suas ações. Nesse sentido, uma das abordagens de que ele dispõe é a chamada *environment shaping*, que, no âmbito das relações internacionais, se refere a maneiras de tornar um ambiente menos arriscado mediante a diplomacia e o *soft power* (Bracken 2008).

O termo soft power (poder brando) foi cunhado pelo cientista político Joseph Nye para designar uma nova forma de poder que se contrapõe ao hard power (poder bruto), o qual, por sua vez, compreende os mecanismos

mais tradicionais de imposição dos interesses de um Estado. Enquanto este se refere aos instrumentos utilizados em conflitos, aquele está mais relacionado às formas naturalizadas de poder, como a persuasão e a cooptação (Ouriveis 2004). Sendo assim, o soft power concerne sobretudo à capacidade de atrair o indivíduo a uma ideologia — termo definido pelo sociólogo Karl Mannheim como visão de mundo, relacionada ao contexto social e que pode ser mantida artificialmente (Mannheim 1968) — , constituindo-se em uma ferramenta que, por ser indireta e transnacional, não está restrita aos Estados, podendo ser aplicada por outros atores (Martinelli 2016).

Já que um dos pontos chave para compreender o soft power é o conceito de ideologia, não se pode deixar de lado a forma pela qual ela é transmitida: a linguagem. Como explica Helena Brandão (2014), a linguagem é lugar de conflito e não pode ser compreendida fora do contexto social no qual está imersa. Consequentemente, a formação discursiva, que se compõe de enunciados linguísticos, também possui caráter construtivo, de tal maneira que "os discursos 'sistematicamente formam os objetos sobre os quais eles falam'" (Luke 1996 in Guareschi 1997, 174). Fica claro, pois, que o discurso pode ser a forma pela qual determinada ideologia será transmitida.

O domínio do soft power é fundamental para que um país possa projetar-se para além de suas fronteiras. Quanto maior a capacidade de um Estado em disseminar sua cultura, mais credibilidade ele terá no sistema internacional (Ouriveis 2004). Como explica Nye (2002, 32), "[...] o país que consegue legitimar seu poder aos olhos dos demais encontra menor resistência para obter o que deseja". O potencial de atração da cultura e da ideologia de um país pode, portanto, ser instrumentalizado para promover o alinhamento de outros países. Em razão disso, o controle da transmissão de informação por meio das mídias torna-se central para a garantia desse poderio centralizador por parte dos Estados, em nível nacional e internacional, que serão explanados adiante.

No contexto atual de globalização, em que se verifica a rápida propagação de dados entre países, tal jogo de forças no sistema internacional fica ainda mais evidente. Exemplo disso foi o desmantelamento, por meio da orientação discursiva das veiculações midiáticas, da ideologia comunista ao fim da Guerra Fria. É possível afirmar que, com a queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o discurso anticomunista perdeu forças, porém a hegemonia capitalista significou também o triunfo da ideia de "milagre mercadológico". Isso fez com que os pensamentos alternativos ao mercado fossem vistos com desdém, uma vez que se pressupunha que seus mecanismos estariam fadados ao fracasso, sendo não apenas suspeitos como utópicos (Chomsky e Herman 1988).

Já dentro das fronteiras nacionais, a partir do 11 de setembro de 2001 e do desenvolvimento de novas táticas de terror, o controle sobre mídias aprofundou seu aspecto securitário. Atualmente, grupos terroristas se valem da internet para cooptar novos membros, receber financiamento e

provisões, estabelecer contatos e obter informações (Conway 2006). Sendo assim, o domínio sobre mídias e a dispersão de um conjunto de valores culturais passam a constituir também uma forma de proteger a integridade dos cidadãos de um Estado-Nação. Cabe ressaltar, porém, que essa aplicação doméstica do soft power nem sempre inclui em sua abordagem o respeito aos direitos humanos; assim pode ocorrer de modo espúrio, dissimulando outros fins mediante a conveniente justificativa que o conceito de contraterrorismo oferece. O Estado, portanto, quando combate a violência organizada que visa a o desmantelar, tem de considerar cuidadosamente a linha tênue que separa a medida prudente da reação exagerada com alta periculosidade (UNESCO 2017). É justamente esse importante paradoxo, existente na relação entre mecanismos de manutenção da ordem interna e respeito aos direitos humanos, que será discutido nos próximos tópicos.

3.2 MECANISMOS DE MANUTENÇÃO DA ORDEM INTERNA

Para compreender o Estado moderno – forma organizacional mais comum no sistema internacional atualmente –, é preciso retomar as ideias e acepções de Max Weber, um dos principais pensadores a trazer uma perspectiva sobre o assunto e a conceber uma teoria do Estado que também abrangesse suas formas de dominação (Florenzano 2007). Ao definir o que é o Estado, Weber (1982) compreendeu que se tratava de uma comunidade em território delimitado sobre a qual o Estado deteria o monopólio da coação física:

> Em última análise só podemos definir o Estado moderno sociologicamente em termos dos meios específicos peculiares a ele, como peculiares a toda associação política (politischen Verband), ou seja, o uso da força física (Weber 1982, 98).

Vale lembrar que aqui o uso da força e o uso da violência não se equivalem: ao passo que, no contexto do Estado de direito, aquele seria um ato discricionário, legal, legítimo e profissional, este seria um impulso arbitrário, ilegal e ilegítimo, fugindo portanto ao escopo do Estado – pelo menos segundo a concepção weberiana. Nesse sentido, o uso da força seria necessário exatamente para suprimir a violência, caracterizando-se como um procedimento pontual, adequado aos enfrentamentos em conflitos armados, urgências e crimes (Muniz, Proença Júnior e Diniz 1999). O uso da força seria, pois, recurso do qual o Estado não pode prescindir em sua atribuição precípua de garantir e manutenir sua ordem interna, ou seja, a ordem pública. No entanto, a própria definição de "ordem pública" merece especial atenção, considerando que não há consenso sobre o que de fato significa essa ordem.

Aqui trataremos do sentido tanto material como formal do termo, ou seja, a "ordem pública" será considerada tanto uma situação de fato como

um conjunto de valores, uma vez que se refere, ao mesmo tempo, a uma normalidade mínima da vida em sociedade – em que as autoridades exercem seu poder – e a uma situação pacífica de convivência. É importante retomar esse debate epistemológico, pois é a partir dessa definição que o Estado elabora suas diretrizes para fazer a segurança pública (Filocre 2009).

Tendo em vista o embasamento teórico desenvolvido anteriormente, é possível compreender o papel da polícia na sociedade e os dilemas envolvidos em sua atuação. Primeiramente, deve-se dizer que a polícia congrega dois elementos: sua instituição como um instrumento de distribuição de força num conjunto populacional definido e sua finalidade socialmente atribuída, identificada por prescrições normativas específicas (Monjardet 2003). Logo, o papel policial também está ligado ao conjunto de valores que regem determinada sociedade.

Ao mesmo tempo, os direitos humanos delineados pelas Nações Unidas também são vinculantes a todos os países signatários, de forma que a atuação policial, independentemente da ideologia do Estado em questão, não pode ser conflitante com a Carta de Direitos Humanos (OHCHR 2004). Ainda assim, a implementação dos direitos previstos na Carta se apresenta dificultosa, pois não existe nenhum mecanismo central para tanto, o que deixa a critério dos Estados a ratificação em ambiente doméstico das leis decididas internacionalmente. Advém daí a relevância em se tratar dos mecanismos de manutenção da ordem interna. É necessário compreender quando estes estão imbuídos de institucionalização e em que momentos ferem a Carta de Direitos Humanos. Como a liberdade de expressão é assegurada pela ONU, apesar de depender também da proteção soberana do país, faz-se imprescindível o conhecimento sobre as técnicas utilizadas pelo Estado para manutenir sua segurança nacional e em que medida elas são legais ou prejudiciais (Stratton 2013).

Para cumprir os desígnios estabelecidos e acordados em âmbito internacional, portanto, é fundamental deter conhecimento sobre as formas aceitas de manutenção da ordem interna. Nesse sentido, o Alto Comissariado de Direitos Humanos desenvolveu um código de condutas para os oficiais responsáveis pela aplicação da lei, assim como um guia com padrões para a atuação policial. O primeiro será trabalhado ao longo do tópico "Ações Internacionais Prévias" e o segundo será discutido nesta seção, na qual serão apontados os mecanismos de ordem interna e descritos os direitos humanos que a eles se ligam.

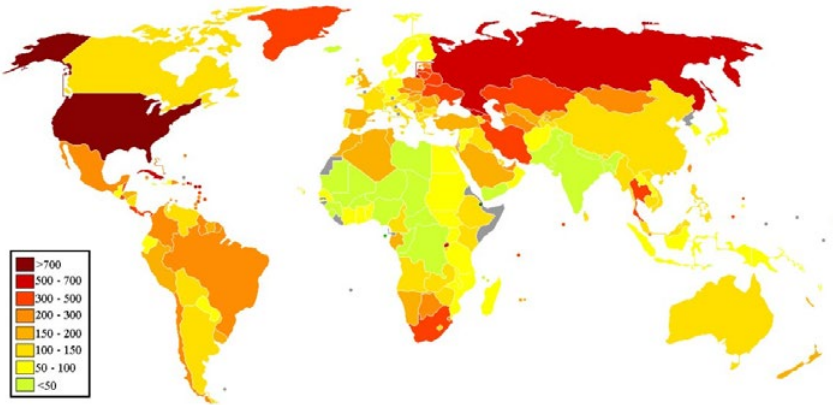
Uma das formas pela qual o Estado monitora sua população é a investigação criminal. De acordo com o Conselho de Direitos Humanos,

> [t]odos devem ser considerados inocentes até que se prove o contrário; todos têm direito a um julgamento justo; ninguém deve ser sujeito a interferências arbitrárias em sua vida privada; nenhuma pressão de ordem física ou psicológica deve ser usada; tortura e outros tratamentos degradantes são expressamente proibidos; ninguém deve ser compelido a confessar ou testemunhar contra si mesmo (OHCHR 2004, 10, tradução nossa).

É função da investigação criminal identificar vítimas, obter evidências, encontrar testemunhas, determinar outros aspectos que compõem o cenário do crime, como o local e o horário, e descobrir as causas e o modo de execução do crime (OHCHR 2004). Quando o investigador, ou detetive, não respeita os limiares desenvolvidos para garantir que a dignidade humana seja resguardada, ele mesmo está infringindo a lei, ou seja, incorrendo em crime. Um desses crimes é a tortura, que pode ser feita de duas formas, mediante violência física e mediante graves ameaças. A tortura está muito ligada ao processo de investigação criminal, pois, para que se configure, deve ter a finalidade de obter da vítima algum tipo de informação ou declaração (Azevedo e Nota 2017). Observa-se, então, que a tortura é um crime cometido por Operadores de Segurança Pública ou integrantes das Forças Policiais, geralmente implementada sobre um grupo de pessoas com pouco poder político, vistas aos olhos dos agentes de justiça criminal como destituídas de direitos fundamentais. O medo da tortura se configura, em última instância, em censura; fator essencial para coibir a liberdade de expressão, afinal deixa-se de existir um ambiente receptivo ao posicionamento do cidadão (Carvalho 2009).

Já o processo de prisão é previsto como uma medida mais excepcional do que geral e deveria seguir alguns procedimentos padrão, como o preenchimento de uma ficha com o motivo da prisão, o horário, o tempo de locomoção da pessoa, informações sobre o local de custódia e detalhes sobre a interrogação (OHCHR 2004). Embora seja, em princípio, considerado um recurso a ser aplicado em último caso, o número de prisões vem aumentando no mundo como uma resposta convencional à desordem social. De acordo com o World Prison Data (2018), existem cerca de onze milhões de pessoas nessa condição em todo o globo, o que demanda grandes gastos públicos e implica presídios superlotados, em condições desumanas e precárias. Assim, com a vida dos prisioneiros em risco, diminuem as chances de resolução dos casos representados por infrações menores (Jacobson, Heard e Fair 2017). A título de ilustração, o mapa abaixo apresenta o número de prisões distribuídas por países (Kelley e Sterbenz 2014):

IMAGEM 1: NÚMERO DE PRISÕES POR PAÍS, MUNDIAL[5]



Fonte: Kelley e Sterbenz 2014.

Por fim, quanto ao uso da força e de armas de fogo, o Conselho de Direitos Humanos (2004) coloca que

> [m]edidas não violentas devem ser tentadas inicialmente; a força deve ser usada apenas com o objetivo de aplicação da lei; [...] o uso da força deve ser proporcional ao seus objetivos legais; todos os oficiais devem ser treinados sobre os variados instrumentos de força para distingui-los [...]; armas de fogo devem ser usadas apenas em circunstâncias extremas; oficiais superiores devem ser responsáveis pelos atos de seus subordinados; oficiais que se recusam a seguir ordens ilegais devem receber imunidade (OHCHR 2004, 23, tradução nossa).

Ainda que existam tais diretrizes, o uso da força na atuação policial se apresenta naturalizado e ocasiona um número alto de mortes. Apenas nos Estados Unidos, em 2018, 992 pessoas foram mortas a tiro pela polícia, das quais 30% eram negros desarmados; em 99% dos casos, os oficiais que cometeram o crime não foram devidamente punidos (Washington Post 2018; Mapping Violence 2019). Esses dados informam outras questões para além dos números de aprisionamentos, pois apresenta de que forma a coibição da liberdade de expressão atinge minorias na sociedade: revelam que existe um grupo populacional visado em ações securitárias policiais, consequentemente afastado da participação civil ativa por ter a sua voz silenciada. A liberdade de expressão, em tal contexto, pode ser manipulada pelas autoridades civis de forma a favorecer, por exemplo, supremacistas brancos em detrimento dos negros – um mesmo objeto do direito, a liberdade de expressão, pode ser usada, portanto, como fonte de argumentos diversos e

5 O mapa revela o número prisões por países no mundo; quanto mais a escura a cor do país, mais prisões ele possui.

contraditórios (Coliver 1992).

Além desses mecanismos mais tradicionais pelos quais o Estado impõe sua capacidade de coação e coerção – como investigação criminal, prisões e uso de armas de fogo –, existem atualmente novos meios de repressão que se desenvolveram com o advento da internet. Na seção adiante será tratada a forma como os países passaram, então, a monitorar a sociedade, bem como serão avaliados os impactos desses novos mecanismos de controle sobre a liberdade de expressão.

3.3. NOVAS FORMAS DE REPRESSÃO NO SÉCULO XXI

Sabe-se que a interação humana sofreu modificações após a convivência mais intensa com os meios virtuais de comunicação. Essa mudança já havia sido descrita e prevista pelo filósofo canadense Marshall McLuhan, em 1962, a partir do seu conceito de aldeia global. De acordo com o estudioso, o advento de meios comunicação fáceis, velozes e práticos, permitiria a maior troca de informações entre populações provenientes das mais variadas localizações. Ao desenvolver tais extensões, a humanidade modificaria a sua própria organização social (Lima e Filho 2009).

A partir de uma perspectiva atual, o sistema internacional do século XXI é um mundo globalizado, em que as trocas e a comunicação foram facilitadas. Ao mesmo tempo, continua verdadeira a presença de soberanias nacionais, agregadas de um território particular e população própria (Fernandes e Pautasso 2017). Como se dá, portanto, a convivência desses dois conceitos paradoxais nas relações internacionais? Cabe aqui, assim, buscar compreender em que medida a liberdade de expressão se dá um mundo globalizado, mas ainda respeitando a soberania estatal.

Nada mais intuitivo, assim, do que abordar a situação da internet. A internet, diferentemente da televisão — elegida como exemplo por McLuhan —, é um meio que permite a comunicação bidirecional, na qual o formador de conteúdo se mescla com o espectador, revertendo a antiga lógica dos jornais impressos e programas de TV. O que se observa, então, e a luta de poder não só pelo domínio de informações, mas também do meio (Lima e Filho 2009). Enquanto a internet se popularizava e, gradualmente, democratizava-se no mundo, foi desenvolvido o desejo por parte da população civil de que ela também fosse capaz de proporcionar uma participação política ativa e autônoma; a perspectiva de uma *cyber society* passou a ser observada em um horizonte próximo (Jensen, Danziger e Venkatesh 2007).

Entretanto, ainda é fonte de debate entre os cientistas políticos a compreensão sobre em que medida essas agremiações virtuais estão restritas ao espaço online e vinculadas ou desvinculadas do engajamento político do mundo real. O cientista político Robert Putnam enxergava a internet com certo otimismo, como possibilidade de revitalizar as formas de mobilização democrática; existem outros teóricos, como Mark Poster, que com-

plementam essa ideia pensando que os meios online não são constrangidos pelas fronteiras da sociedade offline – sendo assim seus conteúdos teriam maior alcance (Jensen, Danziger e Venkatesh 2007).

Um exemplo prático em que a mobilização online e offline estão conectadas foi o florescimento dos protestos durante a Primavera Árabe, na qual a comunicação virtual colaborou para manifestações nas ruas capazes de auxiliar na derrubada de governos, como o de Ben Ali, na Tunísia, de Muammar Gaddafi, na Líbia, e de Hosni Mubarak, no Egito – os meios de comunicação online abrangeram, ressoaram, as demandas da população naquele momento (Anderson 2011). Ainda assim, cientificamente, nada indica que tal articulação cibernética seja tão ou mais eficiente que a organização tradicional da sociedade civil, como através de entidades privadas, organizações não-governamentais, sociedades cooperativas, entre outros. Estudos indicam que o uso da internet como ferramenta de mobilização não foi a causa per se da Primavera Árabe e não necessariamente resultou em protestos bem-sucedidos em seus objetivos primordiais. Um caso interessante para ilustrar isso é o do Iêmen, cujas mobilizações, inicialmente, foram feitas por jovens através de redes sociais, porém se transferiram para lideranças de comunidades tribais locais por meio de métodos desligados das redes (Dewey et al. 2012).

Fica claro que, no limite, o uso da internet como ferramenta política pode ser visto como uma ameaça ao governo e ao Estado. A compreensão desse fato pelas autoridades levou ao desenvolvimento de novas formas de repressão adaptadas à realidade virtual (Hintz 2012). O autor Arne Hintz (2012), em seu artigo "Challenges to Freedom of Expression", discute a respeito de três mecanismos: controle informacional, controle da infraestrutura e mecanismos críticos. O primeiro refere-se ao controle do acesso às mídias, que pode ser feito de maneira mais brusca – através de cortes ao acesso de canais ou até da própria internet – ou discreta, pelo bloqueio de conteúdo específicos. Ambos os procedimentos são possíveis e comuns em governos democráticos e autoritários (Hintz 2012). São processos de "filtragem" que, de acordo com a OpenNet Initiative (2019), podem se dar através de algumas formas principais, entre elas o bloqueio técnico, o "take-down" e a omissão de pesquisa. O bloqueio técnico impede o acesso do usuário a websites específicos, o "take-down" é a retirada de uma plataforma online por meios legais e, por fim, a omissão de pesquisa é o ocultamento de resultados de pesquisa, para que o usuário não chegue até a fonte de informação censurada (OpenNet Initiative 2019).

Já o controle sobre a infraestrutura está ligado à relação entre os provedores de serviços de internet (Internet Service Provider, ISP, na sigla em inglês) e o governo. Os ISPs são vistos como guardiões da internet e muitas vezes colaboram com as autoridades para privilegiar o acesso a determinado conteúdo em detrimento de outro, apenas bloqueando o acesso ou exigindo taxas especiais. Por fim, os mecanismos críticos também são mais uma forma de negar serviços, através da censura ou impedimento de aces-

so a armazenamentos de conteúdo – tal como os aplicativos. Essa ideia traz uma nova visão sobre a "nuvem", frequentemente vista com bons olhos por proporcionar ao usuário o fácil acesso a suas mídias, mas que também pode ser usada como censura por ser facilmente cortada e controlada, mostrando a vulnerabilidade dessa ferramenta (Hintz 2012).

Sendo assim, da mesma forma que a sociedade desenvolve uma nova relação com o espaço cibernético, as entidades responsáveis pela segurança nacional também encontram novas maneiras de interagir com esse meio, tornando a garantia do direito à liberdade de expressão um desafio. Ainda há discussão acerca da internet ser ou não uma esfera pública, devido à atuação de entidades privadas controlando esse meio; tal situação transforma a postura convencional que o Estado teria para se regular o uso da internet e proteger a liberdade de expressão, pois existem demais atores influentes. Ademais, esse meio de comunicação, simultaneamente, foi capaz de corroborar a liberdade de expressão e coibi-la. Provê ao usuário os mecanismos necessários para se expressar e é capaz de cercear o próprio uso da internet, quando assim considerar cabível. A dificuldade em compreender o papel das redes online e a linha tênue entre propriedade estatal e propriedade privada dificulta qualquer tentativa de institucionalizar seu uso, de forma a evitar abusos e coerção da liberdade de expressão (Jorgensen 2000).

3.4. ESTUDOS DE CASO

Para melhor compreender como acontece, na prática, a manutenção da segurança nacional e o modo como ela se reflete no direito à liberdade de expressão, foram selecionados três estudos de caso; serão analisadas, portanto, as situações chinesa, espanhola e filipina quanto ao assunto. Espera-se que esses casos possam elucidar aquilo que foi tratado nas seções anteriores e que seja ainda mais evidente o papel do Conselho de Direitos Humanos em abordar tal temática.

3.4.1. CHINA

A China é um país com um sistema político particular, pois trata-se de uma república socialista dirigida por um partido único, o Partido Comunista da China (PCC). Esse sistema é frequentemente visto pelo Ocidente[6] como autoritário, o que o torna muito sensível à questão da liberdade de expressão. De acordo com a organização Freedom House (2018), a China e

6 Não há consenso sobre a definição de Ocidente, porém o termo está relacionado ao modelo de civilização inspirado nos greco-romanos e que foi se desenvolvendo a partir de alguns marcos históricos, como o Renascimento e a Revolução Francesa. Após a Guerra Fria, Samuel Huntington entende que a ideia de "mundo livre" e Ocidente derivam da forma que os Estados Unidos dividiram o mundo, sendo assim sua área de influência (Ayerbe 2003).

o PCC têm aumentado o controle sobre os veículos midiáticos, discursos online, grupos religiosos e sobre as associações civis. Essa maior supervisão é reflexo da insatisfação popular, cada vez mais evidente em alguns centros populacionais – é importante notar que os dados objetivos mais recentes sobre o número de protestos não são tangíveis, porém de 1993 até 2005, quando ainda era possível obter essa informação, a quantidade de mobilizações se multiplicou em 10 vezes (de 8700 para 87000) (Göbel e Ong 2012).

Depois das Olimpíadas de 2008, das quais a China foi sede, o governo aprimorou sua capacidade em administrar grandes multidões, valendo-se de uma estratégia mais silenciosa. Nesse contexto, o Estado passou a empregar uma força coercitiva seletiva. Sendo assim, os policiais não mais fazem prisões em massa durante as manifestações, mas são incentivados a prender os líderes quando os movimentos se dissipam. O pretexto para justificar essa coerção seria justamente a garantia da ordem e da segurança nacional. Além disso, existe um monitoramento para evitar que as mobilizações aconteçam, de forma que o governo investe pesadamente na fiscalização virtual; neste caso todos os ISPs estão sujeitos ao controle estatal. Essa atitude está também relacionada ao fato que o engajamento social tem sido cada vez menos campesino — como era nos anos 1990 — e cada vez mais urbano (Göbel, Ong 2012).

Somado a esse contexto, em 2017 o Congresso implementou uma lei de cybersegurança, reforçando a legislação que dá espaço a censura. Para críticas feitas em plataformas online são previstas duras penas, desde o banimento de contas que publicaram notícias sem a devida permissão estatal até o encarceramento. De acordo com o Comitê para a Proteção de Jornalistas (2018), 41 pessoas foram presas devido a postagens em blogs, mas possivelmente o número real de pessoas presas pela censura é ainda maior (Freedom House 2018). Observa-se, portanto, que a vigilância chinesa não se restringe a canais de comunicação como o Youtube, The New York Times e Le Monde, há anos bloqueados no país; ela está presente no dia-a-dia de seus cidadãos. Plataformas de chat online, sendo o WeChat uma das mais usadas, são monitoradas de perto, câmeras com alta recognição facial cobrem muitas áreas públicas urbanas, e, por fim, o governo prescreve um perfil de confiança de acordo com os hábitos de compra de consumidores – o Sistema Social de Crédito registra as características dessas compras, de forma que o governo consegue entender o perfil do indivíduo com base em suas preferências. Compreende-se, assim, que a China investe em inteligência, adquirindo domínio do conhecimento sobre os corpos e mentes de seus cidadãos, cujo propósito, ao fim, seria manutenir sua segurança nacional (Freedom House 2018).

Ainda assim, não é possível dizer que toda a população está privada de gozar sua plena liberdade de expressão; existe a chamada free speech elite, ou seja, uma camada privilegiada da população que é capaz de enunciar seu posicionamento político, mesmo como crítica ao governo, sem sofrer consequências árduas. Essa elite é distinguida nos seguintes termos:

ideológica, intelectual, profissional, linguística e financeira; cada um desses tipos possui maior capacidade de fazer valer seus discursos com base em seu poderio sobre determinada área – por exemplo, a elite ideológica é caracterizada pela presença de antigos membros seniores do PCC. A decorrência dessa distinção é que a liberdade de expressão na China é um privilégio, não um direito, e, portanto, não está ao alcance do cidadão comum (CECC 2019).

3.4.2. ESPANHA

Em 2015, a Espanha enfrentava uma séria crise econômica em um período com cinco eleições de grande importância: eleições parlamentares nacionais, eleições municipais e regionais e eleições separadas em Andaluzia e na Catalunha. Enquanto se dava esse processo, surgiam novos partidos políticos e movimentos sociais, de forma que grupos diferentes disputavam a narrativa dominante para o futuro espanhol. Era importante, portanto, o acesso à informação, para que os cidadãos pudessem compreender melhor a conjuntura para decidir seu voto. Entretanto, uma nova lei conhecida informalmente por ley mordaza ou gag law estava sendo colocada em prática (Griffen e Martínez 2015).

Tal lei consiste no artigo 578 do código criminal da Espanha, que afirma que é terminantemente proibido glorificar o terrorismo ou humilhar vítimas de terrorismo (Amnesty International 2018). Ainda que em um primeiro momento essa medida de contraterrorismo pareça razoável, a lei se apresenta vaga e, logo, altamente manipulável pelas autoridades legais. O resultado da sua aplicação foi uma série de prisões questionáveis, que afetaram o universo cultural espanhol, assim como coibiu a liberdade de discurso de jornalistas e cidadãos comuns no âmbito do Twitter – no qual memes foram motivo de punição. Agregado a isso, qualquer um que curtisse, respondesse ou compartilhasse um *tweet* considerado criminoso também estava sujeito a *ley mordaza* (Amnesty International 2018).

Como resultado, o sentimento de autocensura foi se disseminando pela população; ativistas presos devido à gag law afirmam que essa foi a intenção principal do governo ao instituir a lei (Amnesty International 2018). A autocensura consiste no silêncio provocado pela opressão, afinal "o não-dito é incorporado como forma de sobrevivência profissional" (Figaro e Nonato 2016, 74). Dessa forma os artistas, jornalistas, cientistas políticos não se sentem ensejados a expressar seu posicionamento, pois as consequências legais podem ser muito prejudiciais. Ainda assim, são necessários exemplos para compreender de que maneira o artigo 578 realmente abalou a liberdade de expressão na Espanha (Amnesty International 2018).

Um caso que ilustra a situação é o de Arkaitz Terrón, advogado de 31 anos que havia sido detido em 2016 devido a 9 tweets postados em sua conta desde 2010, que supostamente faziam alusão ao terrorismo. Um desses tweets representava uma crítica à homenagem feita no aniversário de

morte Luís Carrero Blanco, primeiro-ministro durante a ditadura de Franco morto em um atentado do grupo radical separatista basco Euskadi Ta Askatasuna (ETA). A partir desse caso, Terrón foi enquadrado no artigo 578, por humilhar uma vítima de terrorismo (Amnesty International 2018).

Os impactos sobre a população civil são, assim, evidentes. A lei também impõe novos limites à livre associação — garantida sob a luz dos direitos humanos —, uma vez que as autoridades devem receber notificação de futuros protestos com 10 dias de antecedência, o uso não autorizado de imagens da polícia em ação é proibido, manifestações frente ao Congresso e ao Senado são uma falta grave. Protestos em edifícios ou monumentos sem autorização (prática comum da organização não governamental Greenpeace) também são contemplados pela lei como crime (BBC 2015).

Por fim, em 2017, a revista espanhola Contexto publicou alguns dados apresentando os impactos que a gag law teve durante aqueles dois anos da sua implementação. Segundo a revista, cerca de 200 mil sanções foram impostas pelo Ministério do Interior. Destas, 34 mil estão relacionadas ao direito de reunião e 12 mil tem como origem atos de desobediência a agentes civis durante protestos (Bayona 2017). De maneira geral, a lei implicou 80 multas diárias em aplicação apenas dos artigos com mais impacto, que fazem referência ao terrorismo, o que equivale a 25 milhões de euros (Amnesty International 2018). Além disso, a ley mordaza impactou na redução de número de manifestações, que passaram de 37 mil em 2014 para 28 mil em 2016 (Bayona 2017).

3.4.3. FILIPINAS

A mídia das Filipinas é percebida como uma das mais livres da Ásia – completamente protegida pela Constituição da República das Filipinas de 1987. Entretanto, o país é também o que apresenta o maior número de jornalistas mortos, o que o torna um dos lugares mais perigosos para jornalistas – em grande parte pela cultura de impunidade existente no país (Arao 2016; Freedom House 2018). Outros dois obstáculos para a liberdade de expressão jornalística são: o Sistema Nacional de Segurança (em inglês, National Security Clearance System) e o Ato de Segurança Humana. Aquele protege informação classificada, enquanto este tem a autonomia para instalar escutas telefônicas para acompanhar jornalistas sob suspeita de estarem envolvidos com o terrorismo – cerca de 650 ativistas também se encontram em uma lista designados como terroristas devido a essa lei (Freedom House 2018; Amnesty International 2018).

Quanto à cultura de impunidade, o termo refere-se à impossibilidade, de jure ou de facto, em punir aqueles que infringem a lei, pois eles não são sujeitos a interrogatórios. Isso, por sua vez, impede que esses indivíduos passem por um tribunal adequado e, se necessário, sofram as devidas penas. A partir do momento em que os assassinos de jornalistas não passam

por julgamentos, a mensagem que se repercute é a de que opiniões indesejadas colocarão vidas em risco; nada mais é do que um ensejo àqueles que desejam perpetrar crimes similares, de maneira a reprimir a liberdade de expressão alheia (Arao 2016).

Em junho de 2016, Rodrigo Duterte subiu ao poder nas Filipinas e, ainda que não tenha ocorrido uma censura deliberada — como foi o caso da ley mordaza na Espanha —, o discurso antimídia por parte do presidente fez parte de sua campanha e se espalhou através de redes sociais e pela internet de maneira geral. É possível, inclusive, fazer uma analogia com a estratégia política do presidente estadunidense Donald Trump. Da mesma forma que o norte-americano, Duterte também persegue órgãos de comunicação que criticam seu governo. Um exemplo foi a organização independente Rappler, que teve seu registro revogado e foi ordenada a terminar suas atividades devido às suas duras críticas à administração do presidente; diferentemente dos blogs pró-Duterte, que são compensados por seu posicionamento (York e Lacambra 2018).

Mais recentemente, no âmbito da liberdade de expressão, a Anistia Internacional ressaltou mais um problema que acomete o país: o impedimento da associação pacífica, sobretudo por parte de não nacionais. Vários ativistas e missionários tiveram seu acesso negado ou foram expulsos do país sob o argumento de terem participado de mobilizações civis, o que consistiria em seu direito básico de liberdade de expressão. Essa atitude vai de encontro à Convenção sobre Direitos Civis e Políticos, ratificada pelas Filipinas, que prevê que os indivíduos não nacionais podem apenas ser expulsos se esse procedimento estiver de acordo com a lei constitucional, com exceção dos casos de ameaça à segurança nacional. Além disso, quando recebem a ordem de expulsão, os não nacionais têm o direito de conhecer as razões para tanto e ter seu caso revisado pelas autoridades competentes e serem representados legalmente (Amnesty International 2018).

Observa-se que a liberdade de associação está comprometida no país, pois Duterte ameaça publicamente organizações que se opõem à sua administração. Em decorrência desse ambiente hostil, em dezembro de 2017, 10 ativistas foram mortos dentro de 48h em três incidentes diferentes (Freedom House 2018). Essa perseguição a ativistas, inclusive defensores dos direitos humanos, está relacionada a Guerra às Drogas arquitetada e posta em prática pelo presidente (Ariffin 2018). Desde seu início, em 2016, esse conflito já foi responsável pela morte de mais de 12 mil filipinos, majoritariamente pertencentes à área urbana e provenientes de classes mais pobres; investigações por parte da Anistia Internacional indicam que a polícia filipina vem forjando evidências para justificar seus assassinatos ilegais (Human Rights Watch 2019). Não são poucos, portanto, os membros da sociedade civil[7] que criticaram essa medida de segurança defendida por

7 Ainda assim, as taxas de aprovação para o governo de Duterte permanecem elevadas. Segundo a última pesquisa feita, 80% da população encontra-se satisfeita com o atual governo, mesmo em um momento em que lhe são feitas duras críticas (Masigan 2019).

Duterte e, em decorrência disso, foram enquadrados pelo Ato de Segurança Humana como terroristas (Ariffin 2018; Freedom House 2018).

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Esta seção destina-se ao estudo e análise das medidas estabelecidas em âmbito internacional, para que o delegado possa deter um panorama geral sobre como tal discussão se desenrola em órgãos internacionais e no direito internacional em si. Ao longo dos pontos 4.1, 4.2 e 4.3 serão abordados, de maneira mais detalhada, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Código de Conduta para Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, essenciais para a compreensão das diretrizes estabelecidas para o tratamento da questão em pauta.

Para entender a liberdade de expressão frente ao sistema internacional, é preciso orientá-la quanto às suas duas dimensões, uma individual e outra social, porque significa tanto a emancipação do indivíduo quanto a possibilidade de diálogo em sociedade. Para os países regidos pela democracia, a questão vai ainda além: a liberdade de expressão é um pré-requisito democrático (Howie 2018). O cientista político Robert Dahl (2005), reconhecido teórico sobre democracia, determinou alguns critérios para o desenvolvimento pleno deste sistema político, dentre os quais estão a participação efetiva, a igualdade de voto, o entendimento esclarecido, o controle do planejamento público e a inclusão dos adultos. Um dos critérios determinados é o entendimento esclarecido, conceito que depende da obtenção plena de informações por parte do indivíduo em sociedade. Isso apenas é tangível se for possível a livre expressão dos membros que compõem a sociedade; fica evidente, portanto, que a democracia apenas se constitui se existir a liberdade de expressão (Dahl 2005).

Para compreender os motivos pelos quais a questão democrática colocou a liberdade de expressão em pauta no âmbito internacional, faz-se necessária a retomada do contexto da Guerra Fria, no qual os Estados Unidos se consolidaram como hegemonia dentro do sistema capitalista e reforçaram a defesa de alguns ideais, sobretudo os democráticos, em um amplo escopo de influência. Seguindo a defesa que já faziam dos ideais democráticos desde pelo menos a presidência de Woodrow Wilson, o país continuou a tratar sobre liberdade de expressão internacionalmente, atingindo o âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, quando foi formulado o Artigo 19º da Declaração Universal de Direitos Humanos, responsável por tratar da liberdade de expressão. Embora não seja vinculante para os países signatários, a declaração funciona como um padrão comum a ser atingido e ao qual todos os países deveriam aspirar (Wehbé 2018).

Em 1966 foi aprovado o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis

e Políticos (PIDCP), que também constitui um dos instrumentos da Carta de Direitos Humanos. Com um conjunto de direitos mais abrangente que a declaração, o PIDCP destaca as obrigações dos Estados-partes e estabelece mecanismos de fiscalização das medidas adotadas (Bernardi e Silva 2018). Para reforçar tais mecanismos, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos desenvolveu um Código de Condutas para Oficiais Aplicadores da Lei em 1979, que concerne a qualquer oficial da lei, seja ele apontado ou eleito, que tenha a capacidade de exercer poderes policiais, sobretudo de prisão ou detenção (OHCHR 1979).

Além das medidas estabelecidas no âmbito da ONU, a liberdade de expressão também é protegida por demais tratados regionais, como é o caso do Artigo 10º da Convenção Europeia de Direitos Humanos, do Pacto de São José da Costa Rica, no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA), e da Carta de Banjul, no âmbito da Organização da Unidade Africana (OUA). Juridicamente, portanto, a defesa da liberdade de expressão está presente em uma série de convenções, tratados e constituições, embora, na maioria dos casos, esse direito seja limitável. Tanto leis nacionais como internacionais reconhecem que a liberdade de expressão possui limites, os quais devem ser estabelecidos dentro de parâmetros claros, como os do PIDCP. Ainda assim, frequentemente, estes são vagos o suficiente para ficarem dentro do poder discricionário do Estado, o qual se tornou então responsável por determinar restrições, sejam elas de caráter securitário ou religioso (Callamard 2008). A fim de estudar as normas base do direito internacional para a proteção da liberdade de expressão, trataremos, na seção seguinte, da Declaração dos Direitos Humanos.

4.1 ARTIGO 19º NA DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) emerge do contexto das duas grandes guerras mundiais, que, travadas em torno do objetivo de lograr a "vitória total" ou submeter as nações inimigas à "rendição incondicional", ocasionaram inúmeras violações à integridade humana (Castilho 2018; Hobsbawm 2016). Era um objetivo inatingível que resultou na ruína de vencedores e vencidos. A título de ilustração, sabe-se que a Grã-Bretanha perdeu toda uma geração durante a Primeira Guerra, pois meio milhão de homens com menos de trinta anos haviam sido mortos até o fim do conflito (Hobsbawm 2016). Temendo a exaustão física e as grandes perdas humanas, delegados de 50 países se reuniram em São Francisco, nos Estados Unidos, antes do total cessar-fogo da Segunda Guerra, em 1945, para formar um corpo internacional que visava a promover a paz e prevenir guerras futuras. Para dar validade jurídica a este corpo que se institucionalizava, criou-se, ainda naquele ano, a Carta da Organização das Nações Unidas; três anos depois foi desenvolvida, sob a presidência de Eleanor Roosevelt, a DUDH, a qual estabeleceu, pela primeira vez, a proteção

universal dos direitos humanos (Castilho 2018).

O Artigo 19º da Declaração trata diretamente da liberdade de expressão e coloca que

> [t]odo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias [sic] por quaisquer meios e independentemente de fronteiras (DUDH 2009, 10).

Dado o contexto das Grandes Guerras é possível compreender o porquê deste direito ter sido incluído tão prontamente na Declaração: a preparação para a guerra e a guerra em si minam o sistema de liberdade de expressão. Portanto, tornou-se imprescindível estabelecer critérios legais a fim de defender tal sistema, como explica Thomas Emerson (1968, 975, tradução nossa), "emoções aumentam consideravelmente, reduzindo a racionalidade necessária para tornar tal sistema viável". Ademais, o consenso se torna uma emergência para o Estado que irá enfrentar hostilidades, o que torna as divergências ainda menos desejáveis. Tais argumentos, ao invés de enfraquecer, fortalecem a importância da DUDH, pois seu propósito é estar além de conjunturas específicas, sejam elas de guerra ou paz, garantindo o exercício pleno da vida humana.

Tendo em vista o papel dos direitos humanos para a sociedade contemporânea, cabe apontar aqui a produção teórica do filósofo político Norberto Bobbio (in Castilho 2018), fundamental para a plena compreensão quanto à forma que a declaração se inseriu no sistema político da comunidade internacional, levando em consideração a função da história em tal processo. Sendo assim, a partir de Bobbio, entende-se que os direitos humanos: (i) não são direitos naturais, mas históricos; (ii) portanto, não existem desde sempre, mas nascem na era moderna com a concepção individualista da sociedade e como expressão do conflito social; (iii) podem ser considerados um dos principais indicadores do "progresso moral" da humanidade (Castilho 2018).

4.2 PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS

O Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP) foi adotado pela Resolução n. 2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966, mas apenas entrou em vigor de fato dez anos depois, em 1976, no auge da Guerra Fria. Em alguma medida, as divergências ideológicas dos mundos ocidental e oriental, existentes neste período, viram-se refletidas sobre o pacto, tendo em vista que os países de ordem capitalista, considerados vencedores ao final do conflito, entendiam os direitos civis e políticos como diferentes dos direitos sociais, econômicos e culturais, estes seriam dirigentes e aqueles, de eficácia plena — ou seja, os dirigentes im-

põem metas básicas ao Estado e os de eficácia plena, são normas que, uma vez implementados, não precisam de leis subsidiárias para entrarem em ação, possuem aplicabilidade imediata (Silva 1982). Essa perspectiva diferia do posicionamento das Nações Unidas, que entendiam esses direitos como codependentes. Em razão dessa divergência, foram definidos dois pactos, um para cada especificidade (Leite e Maximiano 1998).

É válido decompor a estrutura do Pacto, o qual é formado por seis partes e 53 artigos, sendo que suas linhas mestras se encontram traçadas nos seus artigos 1º ao 27º. As mais relevantes dentro da questão da liberdade de expressão são as referentes ao direito à liberdade e segurança pessoais; a proteção às liberdades de pensamento; a proteção à liberdade religiosa; a proteção à liberdade de opinião e, por fim, a proteção ao direito de reunião pacífica e de livre associação (Diniz 2011). Além disso, cabe ressaltar a importância do PIDCP em apresentar aos Estados-partes não somente sentenças de caráter normativo, mas também uma série de obrigações estatais que deveriam ser cumpridas, sejam elas de caráter positivo ou negativo, ou seja, de provimento ou defesa do Estado (Martins e Siqueira 2017). Uma das maneiras que permitiram estatuir mecanismos de fiscalização mais consistentes do que os propostos pela DUDH foi a criação do próprio Comitê de Direitos Humanos da ONU, responsável por analisar os relatórios apresentados pelos Estados-partes sobre as medidas adotadas condizentes com o Pacto (Leite e Maximiano 1998).

Ademais, dois Protocolos Facultativos foram desenvolvidos e agregados ao PIDCP. Esses protocolos tinham como objetivos gerais a garantia do cumprimento do PIDCP, assim como a aplicação das suas disposições: o primeiro consagra a capacidade postulatória do indivíduo perante o Comitê de Direitos Humanos da ONU, e o segundo busca abolir a pena de morte (Biblioteca Virtual de Direitos Humanos 2019; Diniz 2011). O grande diferencial do Primeiro Protocolo Facultativo em relação ao previsto para Comitê de Direitos Humanos em sua constituição foi o reconhecimento de um sistema de petições individuais, de modo que denúncias feitas pelas próprias vítimas de violações do Pacto passaram a também serem recebidas pelo Comitê (Leite e Maximiano 1998).

4.3 CÓDIGO DE CONDUTA PARA FUNCIONÁRIOS RESPONSÁVEIS PELA APLICAÇÃO DA LEI

Em dezembro de 1979, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou o Código de Conduta para Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, que, mesmo sendo um documento não vinculante, funciona como uma linha mestra para a conduta de oficiais (Human Rights Institute of Lyon 2000). De acordo com o que foi tratado ao longo da seção 3, "Apresentação

do Problema", sabe-se que dentro de qualquer Estado a ação policial é requerida para garantir a ordem e a assistência pública, assim como para a prevenção do crime. Entretanto, por vezes o poder detido por tais oficiais da lei sobrepassa suas obrigações legais ao fazer uso da violência. Dentro dessa possibilidade se enquadra a censura, o que torna os policiais perpetradores de violações à liberdade de expressão (Anistia Internacional 2019).

Considerando as variáveis que podem tornar a ação policial desmedida, assimétrica e violenta, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos desenvolveu um Código de Condutas que visa a estabelecer os parâmetros gerais a serem seguidos, internacionalmente, pelos oficiais da lei. Os artigos que compõem o Código e merecem atenção aqui são o segundo, o terceiro e o quinto, apresentados a seguir:

> No cumprimento do dever, os funcionários responsáveis pela aplicação da lei devem respeitar e proteger a dignidade humana, manter e apoiar os direitos humanos de todas as pessoas (artigo 2ª). [...] Os funcionários responsáveis pela aplicação da lei só podem empregar a força quando estritamente necessária e na medida exigida para o cumprimento do seu dever (artigo 3ª). [...] Nenhum funcionário responsável pela aplicação da lei pode infligir, instigar ou tolerar qualquer ato de tortura ou qualquer outro tratamento ou pena cruel, desumano ou degradante [...] (artigo 5ª) (MPSP 2019).

Além de impedir violações, esse Código permite o desenvolvimento de uma das funções básicas da ação policial, que é justamente dar a devida assistência pública. Forças de segurança cumprem um papel importante em garantir um grau mínimo de ordem para que direitos humanos sejam tangíveis, como o acesso à informação e a liberdade de associação. Afinal, existem outros grupos organizados cujos interesses podem ir de encontro à liberdade de expressão, o que por sua vez gera instabilidade social e a vulnerabilidade individual, sobretudo de profissionais que dependem da liberdade de expressão, como jornalistas. Uma evidência dessa situação é o número de jornalistas assassinados entre 2006 e 2016, medido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, na sigla em inglês): são 930 mortos, em média um jornalista morto a cada quatro dias. Fica evidente, portanto, a necessidade de ação policial para proteger esses indivíduos (UNESCO 2018a).

5 POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

Os países da América Latina demonstram um forte compromisso do ordenamento jurídico com a liberdade de expressão. As leis nacionais abrangem diversas áreas e seguem os padrões internacionais estipulados para a proteção do direito à liberdade de expressão, de mídia e de informação. Dentro do sistema da Organização dos Estados Americanos (OEA), muitos tratados regionais foram formulados como ferramenta de proteção

aos direitos humanos, dentre eles a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (DADDH), a Convenção Americana de Direitos Humanos – que criaria a competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) – e, principalmente, a Declaração de Princípios sobre a Liberdade de Expressão (DPLE). A CIDH trouxe à tona, no entanto, que ainda existe um meio de censura presente na região: a criminalização do desacato às autoridades públicas. Além disso, a OEA indicou que houve aumento do uso de termos como "terrorismo", "extremismo violento" ou "traição" para fundamentar a censura estatal em nome da segurança nacional. Um terceiro ponto é o aumento da insegurança dos jornalistas, muitas vezes pelo aumento da tensão entre jornalistas e Estado ou grupos criminosos (UNESCO, 2018c).

Na **República Argentina,** particularmente, houve violações desses direitos durante as manifestações do dia 8 de março, além de serem reportados diversos casos de violência policial e detenções arbitrária, cujas vítimas eram majoritariamente mulheres; nas manifestações de abril, a favor do aumento do salários dos professores, também ocorreram casos de excesso de uso da força na ação policial. Em termos legais, a constituição argentina trata do setor de "comunicação social" dentro de sua legislação ordinária, ou seja, não possui normas específicas para esses meios. Os dispositivos constitucionais acerca do tema impedem que exista qualquer tipo de censura, por vias diretas ou indiretas, ao direito da liberdade de expressão (Colnago 2012). Ainda assim, houve uma preocupação quanto à garantia desse direito durante a Era Macri, afinal o presidente criou medidas contra a *Ley de Medios,* criada no governo Kirchner, que buscava quebrar oligopólios e democratizar a informação. O receio existia devido à possibilidade de se privilegiar os meios de comunicação pró-governo, incentivando conteúdos que apresentassem apenas um único viés (Conceição 2017). Na **República Oriental do Uruguai**, por sua vez, os defensores dos direitos humanos que trabalham com a justiça de transição — julgamento dos crimes cometidos durante a ditadura uruguaia por oficiais do governo — foram ameaçados por agentes não estatais, mas o país tem mantido uma posição favorável às liberdade de expressão e de informação e abriu inquéritos sobre essas ocorrências (Anistia Internacional 2018). Ambos os países são membros da OEA e signatários de todos os principais tratados internacionais e regionais sobre liberdade de expressão, destacando ainda a liderança do Uruguai nesse tópico, sendo sempre um dos primeiros países a ratificar tais tratados.

Na **República do Peru,** a liberdade de expressão encontra um forte embasamento legal, principalmente pelos direitos fundamentais contidos na Constituição e pela ação do Estados para garantir o seu cumprimento. No entanto, sua situação do controle das mídias se assemelha à dos demais países da região, onde uma pequena parcela da população controla a maioria dos canais de televisão, rádio e imprensa, de modo que a liberdade de informação é, por vezes, sujeita à censura do setor privado (UNESCO 2012). Em relatório publicado pela UNESCO (2012), o país teria uma das melhores

condições de liberdade de expressão da América Latina, contudo, seus índices de oligopólio das mídias o fariam ser classificado como parcialmente livre. No que tange à sua política externa, o Peru ratificou todos os principais tratados de direitos humanos e proteção à liberdade de expressão.

Ainda nessa região, alguns países apresentaram altos índices de violência contra jornalistas e, principalmente, contra ativistas de direitos humanos e políticos. Na **República do Chile,** os principais conflitos se deram no âmbito da proteção aos direitos indígenas, especialmente do povo Mapuche (Anistia Internacional 2018). Assim como na Argentina e no Uruguai, a liberdade de expressão contra a falta de julgamentos de agentes da ditadura chilena é um grande problema no país. Em 2013, uma exposição artística que denunciava essa impunidade, inaugurada no aniversário de 40 anos do golpe militar, foi fechada; a repercussão desse ato foi de alto impacto, de modo que o Comitê de Direitos Humanos da ONU publicou um comentário condenando tal fato (El Siglo 2018). O Chile, como os demais países da região, é ativo em prol dos direitos humanos, tendo ratificado todos os principais tratados internacionais e regionais sobre esta temática.

Na **República Federativa do Brasil,** por sua vez, as principais ameaças aos defensores dos direitos humanos se dão no campo, onde a censura se dá por agentes privados, às vezes alinhados com o setor público num sistema de patrimonialismo (OEA 2019, Faoro 2012). Segundo a ONG Global Witness (2018), em 2017 mais de 60 ativistas foram mortos no país — majoritariamente defensores do meio ambiente — e, no primeiro semestre de 2019, o país era o segundo no número de mortes de defensores dos direitos humanos, atrás apenas da Colômbia. Por outro viés, em 2016 uma decisão do Supremo Tribunal Federal brasileiro concluiu pela precedência do direito à liberdade de expressão em relação ao direito da privacidade, em um caso acerca da publicação de biografias, criando uma nova jurisprudência no país (Anistia Internacional 2018). Em 2019, contudo, foram apontadas irregularidades no julgamento desse mesmo tribunal, que teria censurado de forma prévia uma publicação que criticava um dos ministros que o compõem (Oliveira 2019). A política externa brasileira tem a tradição de ser extremamente ativa quanto à pauta dos direitos humanos; o país ratificou todos os principais tratados relacionado a este tema tanto no âmbito da ONU quanto no regional, como os tratados da OEA sobre o tema. Atualmente, contudo, a posição brasileira quanto ao tema se mostra mais instável, dada as últimas declarações do governo e em especial à mudança nos discursos e no alinhamento do Brasil no CDH, por vezes contestando os direitos humanos, os direitos de minorias e os direitos das mulheres (Gravia 2019).

Nos **Estados Unidos Mexicanos**, a maior ameaça à liberdade de expressão vem do tráfico de drogas (UNESCO 2018c). Nos últimos anos o país vive sob uma onda de assassinatos de defensores dos direitos humanos e de jornalistas. Além disso, existem diversos ataques digitais — incluindo casos de ataques coordenados em redes de pessoas online, que ameaçavam e criticavam jornalistas — e vigilâncias dessas vítimas, por meio de um softwa-

re estatal. Ademais, em 2017, doze jornalistas foram assassinados, o maior índice desde 2000; dentre estes, estava Javier Valdez, ganhador do prêmio Nobel. Dessa onda de violência e de censura cabe dizer que a Lei para a Proteção de Jornalistas e Defensores dos Direitos Humanos mostrou-se ineficaz no combate a ataques à liberdade de expressão e à segurança desses profissionais em âmbito digital (Anistia Internacional 2018). O México tem uma política externa muito ativa na defesa dos direitos humanos, tendo ratificado todos os tratados relacionados à liberdade de expressão no âmbito da ONU, inclusive o Protocolo do PIDCP, bem como em âmbito regional (ICNLb 2019).

A garantia ao direito à liberdade de expressão é explícita na constituição da **República de Cuba,** com a ressalva de que aquilo que é dito siga os objetivos de uma sociedade socialista. Desse modo, a legislação permite que críticos ao regime e ao governo sejam censurados. Essa censura parte do básico de que todas as mídias de massa (rede de televisão, rádio, imprensa) pertencem ao Estado. Além disso, mesmo os jornalistas independentes sofrem coerção para não publicarem críticas ao governo (Páez 2013). As críticas publicadas online, ainda, são de acesso restrito dentro do país, ou seja, o Estado filtra quais são os conteúdos que os cidadãos podem acessar na internet. Um dos casos mais retomado acerca disso é o de Yaoni Sánchez, uma jornalista cubana que publicava críticas ao governo em um blog anônimo e utilizando acesso à internet em hotéis para estrangeiros, seu blog foi censurado em Cuba (Israel 2007). Segundo a Anistia Internacional (2018), os ativistas políticos e de direitos humanos seguem sendo alvo de detenções arbitrárias e de intimidações em grandes quantidades. No país, até mesmo o direito à liberdade de expressão artística foi recentemente posto em xeque com a prisão de Yulier Perez, pintor reconhecido internacionalmente por seus grafittis, justificando que este teria danificado paredes de Havana (Anistia Internacional 2018). Cuba tem tido baixa adesão aos tratados internacionais sobre direitos humanos, tendo denunciado os tratados do sistema da OEA em 1962 — ano em que foi suspensa da organização — e não ratificando o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos.

Os governos dos Estados do sul da Ásia têm imposto censura em diversos âmbitos, como a restrição da liberdade de imprensa, a criminalização da liberdade de expressão online e a restrição à expressão religiosa, justificando essas ações no conceito de "interesse nacional". Por outro lado, os países da região fazem parte da Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (ASACR), na qual foram formulados diversos tratados que visam à proteção dos direitos humanos. Na **República Popular do Bangladesh**, diversos jornalistas e ativistas são continuamente ameaçados, e os casos de assassinatos e violência contra estes não são de fato julgados pelos órgãos estatais, o que acabou por gerar uma grande fuga desses profissionais para outros países. Há casos, ainda, de desaparecimento forçado de grupos políticos contrários ao atual governo. Ademais, a legislação bangladesa é severa e sua aplicação, rígida. O governo propôs um novo "Ato para Segu-

rança Digital", que teria medidas ainda mais extremas no cerceamento à liberdade de expressão e imporia maiores penas aos condenados, para além do já vigente "Ato para a Informação e a Tecnologia de Comunicação". Cabe destacar, ainda, que as críticas ao governo e ao atual Primeiro Ministro foram alvo de processos criminais (Anistia Internacional 2018). Além de ser signatário dos principais acordos de direitos humanos da ONU, Bangladesh também ratificou a Declaração do Cairo sobre Direitos Humanos no Islã (DCDHI) — documento criado no âmbito da Organização para Cooperação Islâmica (OCI) —, a qual lista os direitos humanos com base nas Leis da Sharia, prevendo a liberdade de expressão, sem permitir, entretanto, conteúdos caracterizados como blasfêmia e elementos religiosos.

Sob um governo nacionalista hindu, a **República da Índia** passou a registrar diversos conflitos no que tange ao cerceamento à liberdade de expressão. As autoridades indianas são abertamente contrárias aos ativistas de direitos humanos, à liberdade de imprensa e aos jornalistas, que são alvo, por vezes, de grupos armados, sem que haja asseguração dos direitos dessas pessoas pelo poder público. Tal posicionamento se dá pelo viés hindu nacionalista governamental, do qual se destacam dois pontos: o aumento da islamofobia, com a perseguição pela população — com alta negligência estatal — aos muçulmanos na Índia e muitas vezes aos jornalistas que denunciam tal situação; e repressão aos que denunciavam o ainda vigente, mesmo que ilegal, sistema de castas, como a detenção pela polícia de ativistas dalits por organizarem uma conferência sobre a violência de castas (Anistia Internacional 2018). O Ministério do Interior proibiu, ainda, o financiamento internacional de diversas ONGs de proteção dos direitos humanos justificando que estas colocavam a Índia sob um espectro negativo em âmbito internacional. Diversos jornalistas foram criminalmente processados por casos de difamação movidos por políticos e empresas. O governo ainda censurou diversos livros, filmes e peças teatrais, sob o argumento de ferirem os sentimentos da comunidade. A liberdade de expressão também foi restringida na academia, especialmente por estudantes filiados a partidos nacionalistas hindus que usam ameaças para impedir a ocorrência de algumas palestras (Anistia Internacional 2018).

Na **República Islâmica do Paquistão,** um país majoritariamente muçulmano, a liberdade de expressão é limitada pelas leis de blasfêmia à religião islâmica, sendo a blasfêmia contra o Profeta Maomé penalizada com a sentença de morte. Essas leis têm alta aprovação entre a população e os acusados de tais crimes sofrem diversas represálias pela própria população, de modo que a autocensura se tornou comum. Nos últimos anos, essa tendência se ampliou para o âmbito da internet com a Lei para a Prevenção de Crimes Eletrônicos de 2016, que foi um marco no cerceamento da liberdade de expressão no país, permitindo a punição por comentários online. Muitos blogueiros estão desaparecidos ou foram presos acusados de serem "anti-Paquistão", "anti-Exército", "anti-Islã" e blasfemadores. Há casos, ainda, de pessoas sentenciadas à morte por blasfêmia ou terrorismo por divul-

garem em suas redes sociais conteúdos não islâmicos ou de crítica às autoridades estatais. Além disso, jornalistas, ativistas dos direitos humanos, advogados e blogueiros sofrem ataques de atores não estatais, como grupos armados da região — os quais, por sua vez, não têm suas propagandas e contas que incitam a violência barradas na internet. O Ministro do Interior proibiu a ação de diversas ONGs no país e afirmou que os blasfemadores eram "inimigos da humanidade" (Anistia Internacional 2018). O Paquistão é um dos países mais receosos quanto aos tratados sobre direitos humanos; em 2010, o país ratificou o PIDCP; no entanto, até hoje a aceitação paquistanesa de tratados internacionais sobre liberdade de expressão é diminuta (Review of Asian Diplomacy and Rights 2019).

A **República Islâmica do Afeganistão** é um Estado com um longo histórico de violações à liberdade de expressão e de imprensa. Em 2009, jornalistas, atores de direitos humanos e direitos civis e representante do governo se reuniram e promulgaram a Declaração de Cabul sobre Liberdade de Expressão no Afeganistão, na qual afirmavam a necessidade de uma melhora na legislação que protege os indivíduos parte desta ação, bem como expuseram os problemas da violência policial (OHCHR 2009). No entanto, no relatório publicado pela Anistia Internacional (2018), a situação no país permanece semelhante: os defensores dos direitos humanos teriam sido alvo de diversas ameaças de atores estatais e não estatais (especialmente o grupo radical Talibã) e jornalistas estariam sob forte censura, com casos reportados de prisões arbitrárias. Ademais, em julho de 2017 foram propostas novas leis que ampliam a censura estatal, como a Lei de Cibercrimes, sendo registrados ao total, nos anos de 2016 e 2017, mais de 400 ataques a jornalistas. Cabe destacar que os principais alvos de censura e da violência são ativistas e jornalistas mulheres. Tais posicionamentos se justificam na implementação de políticas fundamentadas nas leis da Sharia, nos papéis de gênero discriminados e nos princípios estatais de combate à blasfêmia (Anistia Internacional 2018). No que tange ao posicionamento internacional, o Afeganistão é signatário dos dois principais tratados relacionados à liberdade de expressão na ONU, a DUDH e o PIDCP, e da DCDHI, no âmbito da Organização para Cooperação Islâmica (ICNL 2019).

Após Mohammed bin Salman assumir o papel de Príncipe do **Reino da Arábia Saudita,** o governo saudita adotou uma retórica que almejava criar uma imagem no exterior de um país mais tolerante e respeitoso com os direitos humanos. Contudo, as medidas que de fato foram adotadas pelo governo foram de supressão da liberdade de expressão dos opositores, de modo que as críticas ao governo não se tornassem públicas. Isso fez-se visível na prisão de diversas figuras proeminentes sauditas, como religiosos, escritores, jornalistas, acadêmicos e ativistas. Os defensores dos direitos humanos passaram a ser julgados pela Corte Criminal Especializada, que tinha em seu escopo apenas crimes relacionados a terrorismo. A repressão contra aqueles que expressam pontos de vista contrários às políticas de governo ainda é muito severa. Em 2017, após cortarem relações com o Ca-

tar, o governo proibiu que os cidadãos manifestassem sua solidariedade ao país nas redes sociais ou criticassem a decisão governamental, afirmando que esta seria uma ofensa que seria punida pela Lei Anti-Cibercrimes. Outro importante mecanismo de censura é a Lei Contra Terrorismo, que, por sua definição vaga, permite o uso contra críticos ao governo. Cabe trazer, ainda, que nos demais países da Coalizão Saudita para a guerra no Iêmen, as críticas às políticas da Arábia Saudita são igualmente punidas pelos governos locais (Anistia Internacional 2018). Um caso extremo de censura foi o de Jamal Khashoggi, jornalista saudita abertamente crítico ao governo, morto dentro da embaixada da Arábia Saudita na Turquia por ordens do governo (Hopkins e Kirchgaessner 2019). No que se refere à política externa saudita, o país é receoso quanto aos tratados internacionais sobre direitos humanos; desse modo, não é signatário do PIDCP, nem da maior parte dos tratados dessa temática no âmbito da ONU, tendo ratificado, no entanto, a DCDHI (ICNL 2019).

A República do **Iraque** adotou, em 2015, sua Constituição mais recente, na qual trazentre o leque de direitos fundamentais resguardados pelo Estado, em seu artigo 36, a liberdade de expressão, desde que esta não viole os princípios morais e a ordem do Estado iraquiano (ICNL 2019g). O conjunto de leis vigentes no país, no entanto, não é favorável à plena realização desse direito: a Lei para Publicações de 1968 pune insultos ao governo com até 7 anos de prisão; o Código Penal, ainda, tipifica o crime de difamação, proibindo críticas à autoridades estatais (Freedom House 2015c). Recentemente, em janeiro de 2019, cabe destacar a publicação de um projeto de lei, a Lei sobre Crimes de Tecnologia da Informação, que puniria quaisquer violações na internet de princípios ou valores religiosos, morais, familiares e sociais e, em casos de ofensa à reputação estatal ou divulgação de segredos de Estado, poderia culminar uma sentença perpétua (Osman 2019). Ainda em relação à segurança nacional, existe no país a proibição de divulgar informações que podem ser consideradas negativas quanto às forças de segurança, de modo que apenas as vitórias militares podem ser publicadas, gerando grande desinformação entre os cidadãos. Além disso, uma particularidade quanto à situação interna iraquiana é que o país tem conflitos separatistas na região do Curdistão no Iraque, onde há uma maior censura por parte do governo estatal sobre a imprensa bem como sobre ativistas pelos direitos humanos, embora haja uma lei local, a Lei Curda para Imprensa, que preserve o direito à liberdade de imprensa e de informação. Ademais, até o ano de 2018, parte do território do país se encontrava em posse do Estado Islâmico, o que acabou por declinar consideravelmente os patamares da liberdade de expressão no Iraque, visto que a censura passou a ser exercida por uma série de atores estatais e não estatais, vinculados a grupos terroristas (Freedom House 2015c). Em âmbito internacional, o Iraque é signatário do PIDCP, embora não tenha ratificado o Protocolo Opcional ao PIDCP, e, como membro da Liga dos Estados Árabes, é signatário da Carta Árabe dos Direitos Humanos (ICNL 2019g).

O **Estado do Kuwait** detém um Parlamento no qual o Primeiro-Ministro é apontado pelo Emir, de forma que o Emir - de acordo com o Artigo 54º - seja o Chefe de Estado. Ainda que, em linhas gerais, a Constituição do país de 1962 assegure a liberdade individual, a liberdade de crença, a liberdade de opinião e a liberdade de imprensa, a dimensão de tais direitos é restrita. Isso se deve tanto pela estrutura estatal, ligada à família real, como pela sua legislação penal, na qual encontra-se o Artigo 15º, que deixa evidente o rigor quanto a publicações consideradas 'perigosas', que visariam à erosão do status do Estado. Nesses casos o autor estaria sujeito a até três anos de prisão (AlMatar 2015). Atualmente, a gravidade de tais questões se aprofundou, dado que o Kuwait realizou uma série de provisões à sua legislação de forma a perseguir jornalistas, políticos e ativistas que criticassem o Emir ou insultassem Deus e os profetas. O Kuwait possui instrumentos legais concernentes também a meios virtuais, como é o caso da Lei de Cibercrime, que entrou em vigor em 2016 e apresenta consideráveis limites à liberdade de discurso, incluindo penas que vão desde multas até prisões (Human Rights Watch 2019b).

Nos últimos anos, desde a Primavera Árabe, a **República Árabe do Egito** tem passado por um período de endurecimento nas leis e ações do Estado. Em 2017, uma lei entrou em vigor dando às autoridades egípcias o poder de dissolver Organizações Não Governamentais (ONGs), muitas das quais foram fechadas ou tiveram seus bens congelados, e de criminalizar a publicação de pesquisas sem a autorização do governo – com sanções de até 5 anos de prisão ou 25 anos quando vinculada à acusação de receberem financiamento estrangeiro para ferirem a segurança nacional egípcia. Diversos jornalistas foram presos e mais de quatrocentos sites foram bloqueados – inclusive sites de notícias e de organizações de direitos humanos – sob a acusação de disseminarem informações falsas. Ativistas e defensores dos direitos humanos foram presos quando acusados pelos termos da Lei Antiterrorismo. Nos centros militares do Estado, a tortura ainda é utilizada, especialmente em situações relacionadas a terrorismo (Anistia Internacional 2018). Internacionalmente, o Egito ratificou a maior parte dos tratados sobre direitos humanos na ONU; no entanto, não é signatário dos protocolos anexos a esses Pactos. Além disso, o país ratificou a Carta Africana de Direitos Humanos (embora este seja um dos poucos documentos com o qual o país se comprometeu no âmbito da União Africana) e é signatário da Carta Árabe dos Direitos Humanos, embora ainda não a tenha ratificado (ICNLf 2019).

Atualmente, a **República Tunisina** se encontra sob um governo democraticamente eleito, num período de transição pós-Primavera Árabe. O governo tem tido um grande esforço para reformular e reescrever a legislação do regime anterior, comandado pelo ditador Zine el-Abidine Ben Ali, de modo que até hoje leis que restringem a liberdade de expressão ainda são vigentes (Article 19 2018a; O Globo 2015). Mesmo com essa tendência pró-direitos humanos do governo, houve casos de tentativas políticas de

cerceamento à liberdade de expressão e artística, no quais cabe destacar o papel da população tunisina, que tem saído às ruas para protestar a favor da liberdade de expressão. Em 2017, o governo tentou passar um decreto que criminalizaria o criticismo à conduta policial e daria inimputabilidade aos policiais que utilizassem de força letal; contudo, a rejeição foi tão grande entre a população civil que o decreto não foi posto em prática. Além disso, diversos protestos foram reprimidos no país, em especial aqueles que envolviam a situação de desemprego. Há também casos de repressão à liberdade de expressão artística, com a prisão de um cantor que compunha letras críticas à polícia, sob a justificativa de ter insultado os oficiais do Estado e a decência pública (Anistia Internacional 2018). Quanto aos tratados internacionais, a Tunísia ratificou o PIDCP 3 anos após a sua criação. Desde lá, contudo, o país tem se abstido em diversos acordos sobre direitos humanos na ONU, além de não ser signatário da Carta dos Direitos Humanos Árabe, da Liga Árabe. No entanto, o país tem se mostrado mais aberto a negociações multilaterais, em especial no que tange à garantia dos direitos individuais (ICNLa 2019).

A **República de Angola,** seguindo a tendência internacional de aumento das restrições legais à liberdade de expressão, aprovou um conjunto de leis chamado Pacote de Leis para Imprensa, que cria uma série de corpos de regulamentação do conteúdo veiculado com membros escolhidos pelo governo. Além disso, dois jornalistas foram presos no ano de 2017 sob a acusação de que eles teriam difamado a autoridade pública e ultrajado uma entidade soberana ao divulgarem irregularidades na aquisição de terras pelo Procurador Público Geral. Outro fator de destaque na censura praticada pelo governo angolano é a proibição arbitrária de protestos políticos pacíficos no país, muitos deles resultando em violência policial injustificada e prisões sem devida acusação. Ademais, outro foco do cerceamento da liberdade de expressão em Angola são os acadêmicos, por vezes processados pelo crime de difamação ao publicarem críticas ao governo (Anistia Internacional 2018). A nível internacional, Angola ratificou os principais tratados da ONU relativos ao direito à liberdade de expressão, bem como os tratados da União Africana sobre o tema (ICNLf 2019).

Na **República Democrática do Congo (RDC)**, bem como nos demais países da região, houve diversas medidas estatais para a contenção ou proibição de protestos pacíficos. No país, o principal alvo foram as manifestações ligadas à crise política, referente ao adiamento das eleições. A liberdade de expressão e o direito à informação foram restringidos. Uma medida relacionada a isso foi a limitação de vistos para os jornalistas estrangeiros; posteriormente, os jornalistas estrangeiros foram proibidos de deixar a capital, Kinshasa, sem autorização prévia do governo. Além disso, diversos profissionais da imprensa sofreram intimidações e mesmo prisões arbitrárias, tendo seus equipamentos confiscados ou suas produções (gravações, áudios) deletados. Devido aos diversos ataques a ativistas de direitos humanos, o Senado promulgou um decreto visando a aumentar a proteção desses

profissionais. Esse decreto, no entanto, foi criticado internacionalmente, pois continha uma definição muito restrita do perfil das pessoas que poderiam ser enquadradas como defensores dos direitos humanos, aumentando o poder do Estado sobre as organizações para direitos humanos (Anistia Internacional 2018). A RDC, embora esteja atualmente em um período conturbado quanto à liberdade de expressão, é signatária de todos os principais acordos regionais de direitos humanos da União Africana e do sistema ONU (ICNL 2019).

Alguns países da África setentrional ainda apresentam práticas de tortura dentro do sistema repressivo estatal, especialmente relacionadas ao combate ao terrorismo. A **República Federal da Nigéria** representa um ponto de inflexão nestas políticas ao aprovar a Lei Anti-Tortura, proibindo e criminalizando a prática de tortura (Anistia Internacional 2018). Acerca do tópico da liberdade de expressão no país, por sua vez, o país tem mostrado tendências positivas, como sua legislação sobre o tema que é considerada uma das mais avançadas da região. A regulamentação sobre a liberdade de expressão online, porém, tem sido mais rígida (Paradigm Initiative 2017). O jornalista Midat Joseph, por exemplo, foi preso por causa de uma mensagem enviada por WhatsApp, sob as acusações de incitação de perturbações, falácias prejudiciais e conspiração criminosa. Contudo, nesse caso - bem como em outro resultante na prisão de três blogueiros –, a Corte de Justiça determinou que os acusados eram inocentes e condenou o Estado por danos morais. Ademais, a ação de ONGs no país ainda é desestimulada por projetos de lei que limitariam suas ações na região (Anistia Internacional 2018). Há, ainda, casos de cerceamento da liberdade de expressão justificando-se na segurança nacional e nos interesses nacionais, como a não renovação das concessões para canais de televisão em 2019 (Ewang 2019). A Nigéria, em plano internacional, tem se mostrado favorável aos esforços no âmbito da ONU, no qual ratificou tanto a DUDH quanto o PIDCP, e em âmbito regional, sendo signatária da DCDHI e da Declaração de Princípios da Liberdade de Expressão na África (DPLEA) da União Africana (ICNLf 2019).

A **República Popular da China** é alvo de críticas devido às suas leis dentro do escopo de segurança nacional, capazes de alocar maior poder às autoridades legais para silenciar qualquer forma de dissenso e censurar informações; portanto, tais leis seriam responsáveis por restringir a liberdade de expressão de sua população e a capacidade de atuação de defensores de direitos humanos (Anistia Internacional 2017). A preocupação securitária chinesa está especialmente entrelaçada à garantia dos direitos civis e políticos de seus cidadãos. Um exemplo prático foi a declaração, em 2015, do presidente Xi Jinping, na qual defendia o direito dos usuários da internet de trocar informações entre si e se expressar, porém acrescentando que "assim como no mundo real, a liberdade e a ordem são necessárias no espaço virtual" (The Guardian 2015, online, tradução nossa). Portanto, o uso da internet se insere na lógica da ordem social e é delimitado pelas leis que regem o país, o que torna as leis de segurança aplicáveis ao meio

cibernético. De acordo com o embaixador Zhang Ming, é um grande desafio para a China conseguir garantir o respeito aos direitos humanos em seu país, devido a sua população de 1,4 bilhão de pessoas. Tendo em vista essa condição, o país teve grandes conquistas nos últimos 40 anos: retirou 700 milhões de pessoas do nível de pobreza, assegurou educação, atendimento médico e moradia a uma parcela considerável de sua população, conquistas que não seriam possíveis sem o senso de responsabilidade do governo em promover os direitos humanos (Financial Times 2019).

A liberdade de imprensa na **República das Filipinas** é constitucionalmente assegurada – na declaração de direitos do país, consta no artigo terceiro que nenhuma lei que reduz a liberdade de expressão, de discurso e da imprensa deve passar (Official Gazette 1987). Entretanto, o país se encontra em um contexto de tensão. O ponto chave para compreender o posicionamento oficial filipino é a guerra às drogas do governo de Rodrigo Duterte, rechaçada veementemente pela comunidade internacional – especialmente desde que resultou em 32 mortos em apenas um dia da operação das polícias oficiais do país, em agosto de 2017 (Anistia Internacional 2017). As Filipinas de Duterte e a liberdade de expressão revelam o paradoxo de sua política: se por um lado o governo defende a liberdade de expressão, por outro enfrenta os desafios de garanti-la em um tecido social conturbado. Sendo assim, as Filipinas são uma nação em que a imprensa possui liberdade de expressão, mas também é um dos locais em que mais jornalistas morrem. Em nível institucional, a busca pela garantia de liberdade de expressão pôde ser observada no Press Kingdom Caravan, ocorrido em maio de 2019; o encontro visou informar ao público e à mídia os resultados e conquista do programa governamental que versa sobre o assunto, o "Presidential Task Force on Media Security" (PTFOMS). Como o próprio nome sugere, esse programa nada mais é do que uma força tarefa que se propõe a assegurar a segurança dos profissionais da área jornalística (Department of Foreign Affairs 2019).

A liberdade da expressão é um direito fundamental na **República da Indonésia,** assegurado pelo artigo 28 da Constituição do país, bem como a liberdade de opinião, de comunicação e de imprensa (UNESCO 2019); no entanto, foram feitas ressalvas a esse direito em casos de blasfêmia à religião islâmica – em regiões de maioria muçulmana do país – e ao Estado do país, sendo vedada a crítica direta a órgão e representantes do governo (ICNL 2019g). Em 2008, foi promulgada a Lei da Inteligência, que amplia as restrições das leis de blasfêmia para a internet, com penas superiores às do Código Penal indonésio, de até 6 anos e multa de até 100 mil dólares. Em casos de vazamento de segredos de Estado, a pena pode chegar a 10 anos de restrição de liberdade (ICNL 2019g). Protestos em regiões com histórico de movimentos pró-separatismo também foram impedidos. Em 2019, um dos fatos de grande repercussão internacional foi o bloqueio do acesso aos meios de comunicação online, em nome da segurança nacional, após o envio de tropas para a conter protestos separatistas na região de Papua. Pos-

teriormente, foram publicados relatos online de violência policial contra os manifestantes, em especial contra estudantes (Idris 2019). Em âmbito internacional, a Indonésia é signatária do PIDCP e de seu Protocolo Opcional, porém a ratificação de tratados de direitos humanos no país ocorreu apenas em 2006, visto que a transição democrática na Indonésia foi concluída apenas em 1998; além disso, o país também é membro da ASEAN, embora ainda não seja signatário de nenhum dos tratados para os direitos humanos dessa organização (INCL 2019g).

Nos últimos anos, o **Japão t**em protagonizado um processo de censura estatal, comprovado pela queda nos índices de liberdade de imprensa e de expressão de diversas organizações internacionais, como o Repórteres sem Fronteiras (Jitsuhara 2017). O Diet - parlamento japonês - aprovou uma nova legislação em 2017 tendo como alvo o combate ao terrorismo e outros crimes graves, com uma definição ampla, que teve baixo apoio entre os acadêmicos e a sociedade em geral. Esta lei daria um amplo poder de vigiar as pessoas sob jurisdição japonesa, sendo criticada como um abuso ao direito à privacidade. A legislação também ameaça a presença de ONGs no país, uma vez que sua definição de "organizações criminosas" é muito vaga e ampla, podendo enquadrar as organizações para a proteção dos direitos humanos (Anistia Internacional 2018). O Japão é signatário de todos os principais acordos relacionados à liberdade de expressão no âmbito da ONU (ICNL 2019).

A **Hungria,** seguindo a tendência do leste europeu e de seu atual governo de extrema direita, cerceou de diversas formas a liberdade de expressão dos críticos, levando inclusive muitos acadêmicos a deixarem o país, em especial após a proibição de graduados pela Universidade da Europa Central, que pertence a um líder de oposição, de serem contratados para cargos no serviço público (Gazeta do Povo 2018). Ademais, o governo se mostrou fortemente repressivo aos protestos pró-imigração, principalmente aqueles em que refugiados participaram. As ONGs que recebiam financiamento internacional, provenientes principalmente da Europa ocidental, passaram a ser nomeadas "organizações cívicas fundadas no exterior", fundamentando a narrativa governamental de nacionalismo anti-União Europeia(Anistia Internacional 2018). O governo da **Ucrânia t**entou seguir este mesmo padrão legislativo, porém foi barrado pela opinião pública. A situação ucraniana é exacerbada pela guerra civil que aflige o país desde 2014. Diversos jornalistas estrangeiros foram extraditados ou tiveram seus vistos negados sob alegações de comprometerem os interesses nacionais ucranianos, com o alerta do governo de que essa sanção seria aplicada a "todos que desgraçassem a Ucrânia". Muitos jornalistas foram criminalmente processados por divulgarem notícias contra o governo acerca das regiões em conflito civil, sendo processados por traição e por difamação do exército ucraniano. Há um caso, ainda, de um jornalista que foi extraditado por disseminar imagens da guerra civil, acusado de auxiliar a Rússia, país pró-separatista, no conflito (Anistia Internacional 2018). Ambos os países são membros do

Conselho Europeu (CoE), um órgão que tem como preceito fundamental garantir os direitos humanos no continente, especialmente a partir de seu tribunal dedicado a resguardar a Convenção Europeia para a Proteção de Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais (CEDH), a Corte Europeia (ICNLd 2019).

A liberdade de expressão é assegurada na **Federação Russa,** codificada pelo Artigo 29 da Constituição Russa (Rússia 2019). Ainda que com tal proteção, a liberdade de expressão no país sofre diversos ataques: diversas leis restringem a liberdade artística, os protestos de oposição ao governo e mesmo a demonstração de valores não tradicionais russos. Em 2017 e 2018, duas legislações questionadas por sua formulação ampla - e permissiva em relação à censura governamental - foram promulgadas. A primeira trazia como diretriz para os meios de comunicação e informação os valores espirituais e éticos da tradição russa, o que culminou no fechamento de exposições de artes e peças teatrais; a segunda versava sobre a regulamentação anti-extremista e antiterrorista, porém passou a ser utilizada para justificar ações contra minorias religiosas bem como contra opositores do governo. Quanto à segunda lei, o Comitê da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial da ONU publicou um comunicado expressando preocupação pelas violações aos direitos humanos decorrentes da aplicação dessa legislação (Anistia Internacional 2018). A Rússia é signatária, atualmente, de três importantes tratados que protegem a liberdade de expressão, o PIDCP (e seu Protocolo Opcional), e outros dois em esfera regional: a Convenção Europeia para a Proteção de Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais (CEDH) e o Documento do Encontro de Copenhague da Conferência da Dimensão Humana da Organização para Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). Este último versa que a segurança nacional não pode ser justificativa para cercear a liberdade de expressão sem que haja lei prévia nacional tratando sobre as condições em que ocorrerá a censura (ICNL 2019h).

O **Reino da Espanha** tem sido visado atualmente quando se trata de liberdade de expressão, sobretudo devido à implementação da chamada *ley mordaza* em 2015, durante o governo de Mariano Rajoy; trata-se do artigo 578 do código criminal da Espanha, que afirma que é terminantemente proibido glorificar o terrorismo ou humilhar vítimas de terrorismo (Amnesty International 2018a). Essa lei foi rechaçada pela sociedade espanhola sob o argumento de que deu aval ao uso excessivo da força sobre manifestantes pacíficos. Portanto, se traduziria em uma coibição da liberdade de expressão (Anistia Internacional 2017). O governo espanhol se posiciona a favor da garantia da liberdade de expressão e entende que a *ley mordaza* não a restringe, pois trata-se de um esforço para conter possíveis atos terroristas. Tendo em vista as questões separatistas basca e catalã, o país busca conter células separatistas radicais terroristas, o que torna necessária a existência de leis mais rígidas para a segurança cidadã. Quanto à liberdade de expressão, cabe apontar que, ainda em 2015, a Espanha tornou-se

membro da Coalizão para Liberdade de Expressão na Internet – dedicada à proteção e promoção de liberdades e direitos em vias online – (Exteriores 2019), o que demonstra o engajamento espanhol em nível internacional perante o assunto. Ademais, outra iniciativa espanhola foi a proposta de criação de um Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas para a segurança de jornalistas, apresentada em 2016, com o fim de aprimorar a proteção a esses profissionais, sobretudo em zonas de conflito (Exteriores 2017).

A **República Italiana** é um país de referência na legislação e aplicação do direito à liberdade de expressão que é parte da Constituição; contudo, algumas das críticas ao ordenamento jurídico italiano são referentes às leis criminais sobre difamação (Freedom House 2015b). Atualmente, o país é um dos expoentes na teorização e efetividade de leis contra o discurso de ódio, em especial com a ascensão dos partidos de extrema direita do país, que fazem apologias ao governo fascista de Mussolini e incitam a xenofobia. Essa legislação também permite a retirada de conteúdos ofensivos das mídias online e traz a obrigação do Estado em amparar e integrar as minorias alvo dos discursos negativos (Article 19 2018b). Quanto ao que tange à política externa, a Itália ratificou todas as principais convenções e tratados sobre direitos humanos no sistema ONU, é um dos membros-fundadores do sistema regional de proteção às liberdades e direitos fundamentais, o Conselho Europeu, bem como da União Europeia (ICNL 2019).

A **República Francesa t**em legislação específica para a proteção da liberdade de expressão desde a implementação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, que foi complementada ao longo dos séculos com mecanismos de penalização à incitação de violência e discurso de ódio (França 2019). No contexto atual, entretanto, é importante ressaltar a criminalização da incitação ao terrorismo, transferida ao código penal em 2014 (Houry 2018). Esta lei antiterrorismo foi considerada alarmante pela Anistia Internacional por seu teor excessivamente vago para o estabelecimento de investigações - que podem ser iniciadas por atos de "glorificação e justificativa" de atos terroristas (European Union 2017, online; Amnesty International 2019), mas condiz com as recomendações da União Europeia sobre a formulação de legislação para o combate ao terrorismo (European Union 2017). A atual discussão sobre uma lei para impedir a propagação de discurso de ódio na internet chamou a atenção de alguns ativistas, que temem censura por parte de plataformas virtuais como modo de evitar multas às empresas (Breeden 2019). Como membro da União Europeia, a França é parte da Corte Europeia de Direitos Humanos e signatária da Carta de Direitos Fundamentais da organização, assim como da Convenção Europeia de Direitos Humanos, que tem a liberdade de expressão como um de seus pilares (Heller e Hoboken 2019).

Os países do Norte da Europa, seguindo sua tradição de proteção dos direitos individuais e sociais, têm comprometimento legal e administrativo em relação à liberdade de expressão, imprensa e informação (UNES-

CO 2018b). O **Reino da Dinamarca** é um dos países mais marcadamente favoráveis e ativamente posicionados em prol da liberdade de expressão (Freedom House 2018a). Atualmente, contudo, o Estado lida com a ascensão do discurso de ódio, especialmente de partidos políticos anti-islâmicos e anti-imigração, o que acabou por gerar disputas judiciais, como no caso da escritora Jaleh Tavakoli, que perdeu a licença para criar sua filha adotiva após compartilhar um vídeo contra o Islã com imagens de violência em suas redes sociais (Bergman 2019). A **Islândia,** por sua vez, é também comprometida com o direito da liberdade de expressão; um exemplo disso é a regulamentação para a liberdade de mídia online islandesa, internacionalmente reconhecida e considerada um dos melhores modelos já formulados (Free Knowledge Institute 2010, Freedom House 2018b). Os dois países são membros do Conselho Europeu e têm grande participação nos principais órgãos legislativos e executivos desta Organização Internacional (ICNL 2019).

Os países da Commonwealth têm um longo histórico de proteção ao direito à liberdade de expressão, desde o *Bill of Rights* de 1689. Atualmente tal direito está disperso entre diversos documentos legais que equivalem à constituição desses países. Por isso, pela efetiva aplicação dessas normas pelo Estado e pela concorrência na indústria midiática, a **Comunidade da Austrália** é um dos países com os melhores índices de liberdade de imprensa (Freedom House 2015a). Além disso, o país é signatário dos sete principais acordos internacionais acerca da liberdade de expressão, imprensa e direito à informação, contudo há ressalvas a esse direito tanto em casos de discurso de ódio ou de incitação a crimes ou violência quanto em casos de risco para a segurança nacional e para a ordem pública (Australian Government 2019). Por outro lado, o **Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte** anunciou que criaria uma emenda ao "Terrorism Act 2000", devido ao número de ataques extremistas violentos ocorridos recentemente. A nova emenda teria como objetivo ampliar as cláusulas que versam sobre informações a serem utilizadas por pessoas suscetíveis a cometer ou que já estejam preparando ataques terroristas. Assim, permitiria que fossem aplicadas sanções para aqueles que visualizassem repetidamente ou disponibilizassem online materiais que pudessem ser utilizados em atos de terrorismo, apenando essas pessoas com até 15 anos de prisão. Algumas leis muito vagas também foram aprovadas com tal propósito, como divulgar informações sobre as forças armadas, ou "glorificação" ou "apologia" do terrorismo. Essas leis foram utilizadas para processar ativistas e entidades civis (Anistia Internacional 2018). Cabe ressaltar que a nível internacional o Reino Unido ratificou todos os principais tratados deste tópico na ONU, além de ser membro-fundador do Conselho Europeu e ainda não ter denunciado os tratados da União Europeia sobre os direitos humanos (ICNL 2019).

A **República da Guiné Equatorial** tem legislação voltada para a garantia da liberdade de expressão, presente no Artigo 13 de sua Constituição. Entretanto, em termos práticos, as políticas sobre esse assunto são

bem restritas. Afinal, todas as redes de transmissão, com exceção da RTV-Asonga, são de domínio do Estado, de forma que, predominantemente, são propagadas mensagens pró-governo. Quando são publicadas críticas ao governo, jornalistas e suas famílias são demitidos ou até mesmo perseguidos. Ademais, informações acerca de protestos raramente têm liberdade de circulação. Cabe salientar também que o país possui a Lei da Imprensa (nº 6), que é utilizada como ferramenta para atingir jornalistas, sobretudo se a publicação for considerada difamatória, prejudicando a reputação ou honra de outrem. Esse tipo de violação não é considerada uma questão civil, mas criminal ao ser compreendida pelo Artigo 240º da Código Penal, o que, por conseguinte, torna as penalidades por tais imputações mais drásticas (CIVICUS 2018).

Na **República da África do Sul**, por fim, há um dilema entre a liberdade de expressão e a contenção de discursos de ódio, que se tornaram ainda mais claros no período posterior ao fim do regime do Apartheid, de conteúdo sobretudo racista (Head 2018). Com o fim das políticas de discriminação racial estatal, em 1994, o país passa por um complexo processo de reparações históricas em busca da equidade. Atualmente, a Constituição da África do Sul é tida pela comunidade internacional como uma das que melhor garantem a defesa dos direitos e liberdade fundamentais, além de assegurar políticas de ações afirmativas. Por outro lado, o país tem sofrido com casos de censura estatal à liberdade de imprensa quanto aos casos de corrupção no governo (Anistia Internacional 2018). Quanto à política externa, o país, além de ser membro da Commonwealth, é muito ativo na defesa dos direitos humanos em diversas organizações regionais e internacionais, tendo ratificado todos os principais tratados sobre essa temática na ONU e na União Africana (ICNLc 2019).

QUESTÕES A PONDERAR

1 De que forma um país pode assegurar o direito à liberdade de expressão, de imprensa e de discurso, e, concomitantemente, garantir a segurança nacional?

2 Quais as variáveis explicativas da coibição da liberdade de expressão? De que forma os fatores econômicos, históricos e culturais influenciam a ação estatal?

3 Qual o papel das conferências e organizações internacionais perante o tema?

4 Como a liberdade de expressão pode ser endereçada sem incidir sobre assuntos internos de um país?

5 Alega-se que houve retrocesso da garantia da liberdade de expressão de-

vido à radicalização de partidos políticos, que passaram a tomar decisões extremistas. Se essa afirmação se averiguar, quais as principais causas para tal fenômeno e como contorná-lo?

REFERÊNCIAS

Alexy, Robert. 1999. "Direitos fundamentais no Estado Constitucional Democrático". *Revista de Direito Administrativo* 217: 55-66. doi: 10.12660/rda.v217.1999.47413

AlMatar, Fatima. 2015. "Freedom of speech: A case of social media in Kuwait - Comparing the scope of freedom of expression in the Kuwaiti and the British Courts". *International Journal of Educational Research and Development* 4 (4): 46-53. http://academeresearchjournals.org/journal/ijerd.

Amnesty International. 2016. "1989 Tiananmen Square Protests". Última modificação 03 de Junho. https://www.amnesty.org.uk/china-1989-tiananmen-square-protests-demonstration-massacre

–––. 2018a. "España/ Ley Mordaza: Una Media de 80 Multas Diarias contra la Libertad de Expresión". Acesso 9 de abril. https://www.es.amnesty.org/en-que-estamos/noticias/noticia/articulo/espanaley-mordaza-una-media-de-80-multas-diarias-contra-la-libertad-de--expresion/

–––. 2018b. "Tweet... If you dare". Acesso em 9 de abril. https://www.amnesty.org/en/documents/eur41/7924/2018/en/

–––. 2018c. "Philippines: Respect Freedom of Expression and Peaceful Assembly of all Human Rights Activists Including non-nationals". Acesso em 9 de abril. https://www.amnesty.org/en/documents/asa35/8958/2018/en/

–––. 2019. "France 2017/2018". Acesso em 28 de setembro. https://www.amnesty.org/en/countries/europe-and-central-asia/france/report-france/

Anderson, Lisa. 2011. "Demystifying the Arab Spring". Acesso em 7 de agosto. https://www.foreignaffairs.com/articles/libya/2011-04-03/demystifying-arab-spring

Anistia Internacional. Relatório de 2017/18. Londres: Anistia Internacional, 2018. https://www.amnesty.org/download/Documents/POL1067002018ENGLISH.PDF_ards-reform/

–––. 2019. "Police and Human Rights Programme". Acesso em 20 de maio. https://www.amnesty.nl/media/police-human-rights-programme

Arao, Danilo Araña. 2016. "Press Freedom, Governance and Culture of Impunity: the Alarming Case of Philippines". Artigo apresentado em 4th International Conference on Magsaysay Awardees: Good Governance and Transformative Leadership in Asia, Mahasarakham, Tailândia, maio 2016. doi: 10.13140/RG.2.1.3980.1844.

Araujo, Father. 2000. Sovereignty, Human Rights, and Self-Determination: The Meaning of International Law. *Fordham International Law Journal* 24 (5): 1477-1532. https://ir.lawnet.fordham.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1770&context=ilj

Ariffin, Eijas. 2018. "Duterte's War on Activists". Acesso em 20 de abril. https://theaseanpost.com/article/dutertes-war-activists

Article 19. 2018a. "Italy responding hate speech". Última modificação em 06 abril de 2018b. https://www.article19.org/resources/italy-responding-hate-speech/

–––. 2018b. "Tunisia: ARTICLE 19 urges government to revitalise efforts towards reform". Última modificação em 02 julho de 2018a. https://www.article19.org/resources/tunisia-article-19-urges-government-to-revitalise- efforts-tow

Australian Government. Attorney-General's Department. Documento online: https://

www.ag.gov.au/RightsAndProtections/HumanRights/Human-rights-scrutiny/PublicSector-GuidanceSheets/Pages/Righttofreedomofopinionandexpression.aspx. Acesso em 26 de setembro de 2019.

Ayerbe, Luis Fernando. 2003. O Ocidente e o 'Resto': A América Latina e o Caribe na Cultura do Império. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

Azevedo, Tupinambá Pinto, e David Adriano Nota. 2017. "Violação de Direitos Humanos por Agentes da Polícia no Ato da Investigação". *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS* 36: 56-72. doi: 10.22456/0104-6594.72749

Bayona, Eduardo. 2017. "Las 200.000 Víctimas de la Ley Mordaza". Acesso em 20 de abril. https://ctxt.es/es/20170628/Politica/13621/ctxt-ley-mordaza-amnistia-internacional--multas.htm

BBC. 2015. "5 Acciones que se Castigarán en España con la Nueva 'Ley Mordaza'". Acesso em 20 de abril. https://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/07/150701_espana_que_implica_la_ley_mordaza_ig

Bergman, Judith. 2019. "Free Speech in Denmark". Gatestone Institute. Última modificação em 25 de abril de 2019. https://www.gatestoneinstitute.org/14136/free-speech--denmark

Bernardi, Raqueline, e Eduardo José Oliveira Silva. 2018. "Considerações sobre o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e seus Protocolos Facultativos". Jus Brasil. Acesso em 20 de maio. https://jus.com.br/artigos/68883/consideracoes-sobre-o-pacto-internacional-dos-direitos-civis-e-politicos-e-seus-protocolos-facultativos

Bianchi, Alvaro. 2014. "O Conceito de Estado em Weber". *Lua Nova* 92: 79-104. doi: 10.1590/S0102-64452014000200004.

Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da USP. 1978. "Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão – 1789". Acesso em 14 de agosto. http://www.direitoshumanos.usp.br/

–––. 2006. "Bill of Rights (1689)". Acesso em 17 de agosto. Disponível em: http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/a-declaracao-inglesa-de--direitos-1689.html

Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. 2019. "Protocolo Facultativo Referente ao Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos - 1966". Acesso em 29 de maio. http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Sistema-Global.-Declara%C3%A7%C3%B5es-e-Tratados--Internacionais-de-Prote%C3%A7%C3%A3o/protocolo-facultativo-referente-ao--pacto-internacional-sobre-os-direitos-civis-e-politicos.html

Bracken, Paul. 2008. "Intelligence and Risk Management". Em The Best of FPRI's Essays on National Security, 208-217. Filadélfia: Foreign Policy Research Institute.

Brandão, Helena. 2014. Introdução à Análise do Discurso. Campinas: Editora Unicamp.

Breeden, Aurelien. 2019. "France Will Debate a Bill to Stop Online Hate Speech. What's at Stake?" The New York Times, 1 de julho de 2019. Acesso em 28 de setembro. https://www.nytimes.com/2019/07/01/world/europe/france-bill-to-stop-online-hate-speech.html

Callamard, Agnes. 2008. Geneva: Expert meeting on the links between articles 19 and 20 of the ICCPR: Freedom of expression and advocacy of religious hatred that constitutes incitement to discrimination, hostility or violence. UNHCHR. https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Expression/ICCPR/Seminar2008/PaperCallamard.doc

Carvalho, Valdenia Geraldo de. 2009. "A lei de tortura e o sistema de justiça criminal: desafios à efetividade do princípio da dignidade da pessoa humana e do estado democrático de direito". Diss. mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Castilho, Ela Wiecko. 2018. "Contextos e desafios: A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Política de Direitos Humanos da UnB (2018)". Notícias UnB. http://noticias.unb.br/images/Noticias/2018/Documentos/1212208_DireitosHumanos_ElaWie cko.pdf

CECC (Congressional-Executive Commission on China). 2019. "Freedom of Expression in China: a Privilege, not a Right". Acesso em 23 de abril. https://www.cecc.gov/freedom-of--expression-in-china-a-privilege-not-a-right

Chomsky, Noam e Edward Herman. 1988. Manufacturing Consent: The Political Economy of Mass Media. Nova York: Pantheon.

CIVICUS: World Alliance for Citizen Participation. Republic of Equatorial Guinea Joint Submission to the UN Universal Periodic Review. 2018. https://www.civicus.org/documents/JointUPRSubmissionEquatorial%20Guinea.pdf

Coliver, Sandra. 1992. "Striking a Balance - Hate Speech, Freedom of Expression and Non-Discrimination". University of Essex: Human Rights Centre. Acesso em 9 de agosto. https://www.article19.org/data/files/pdfs/publications/striking-a-balance.pdf

Colnago, Cláudio de Oliveira. 2012. "A liberdade de expressão e suas limitações: um estudo comparativo entre Brasil e Argentina". UFF/Niterói – RJ: XXI Congresso Nacional do CONPEDI. Acesso em 26 de set. http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=88e1ce84f-9feef5a

Conceição, Bruno da Silva. 2017. "A Ley de Medios na Era Macri: reversão no processo de regulação de mídia na Argentina". Aurora: revista de arte, mídia e política. Acesso em 26 de set. https://revistas.pucsp.br/aurora/article/download/31179/23355

Conway, Maura. 2006. "Terrorism and the Internet: New Media- New Threat?", *Parliamentary Affairs* 59 (2): 1-30. http://doras.dcu.ie/515/1/parliamentary_affairs_59_2.pdf

Dahl, Robert A. 2005. Poliarquia e Oposição. Editora USP. São Paulo.

Davis, Mike. 1982. "O Imperialismo Nuclear e a Dissuasão Extensiva". Em Extermínio e Guerra Fria, editado por Edward Thompson, 56-97. São Paulo: Editora Brasiliense.

Department of Foreign Affairs. 2019. "PCOO Holds Press Freedom Caravan in Hong Kong". https://www.dfa.gov.ph/dfa-news/news-from-our-foreign-service-postsupdate/22340-pcoo- holds-press-freedom-caravan-in-hong-kong

Dewey, Taylor, Juliane Kaden, Miriam Marks, Shun Matsushima e, Beijing Zhu. 2012. The Impact of Social Media on Social Unrest in the Arab Spring. California: Stanford University.

Diniz, Wanderson Soares. 2011. "Pactos Internacionais de Direitos Humanos de 1966". diss. Universidade Presidente Antônio Carlos. http://www.unipac.br/site/bb/tcc/tcc--092866728410673c9b51d83b08b65841.pdf

El Siglo. 2018. "Estado chileno vulneró la libertad de expresión". Última modificação em 06 de abril de 2018. http://www.elsiglo.cl/2018/04/06/estado-chileno-vulnero-la-libertad-de- expresion/

Emerson, Thomas. 1968. "Freedom of Expression in War Time". Yale Law School. https://scholarship.law.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com/&htt psredir=1&article=6147&context=penn_law_review

European Union. Directive (EU) 2017/541 of the European Parliament and of the Council on Combating Terrorism and Replacing Council Framework Decision 2002/475/JHA and Amending Decision 2005/671/JHA, (15 de março de 2017), disponível em https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/HTML/?uri=CELEX:32017L0541&from=EN

Exteriores. 2017. "Día Mundial de la libertad de prensa". Acesso em 20 de maio. http://www.exteriores.gob.es/Portal/es/SalaDePrensa/Comunicados/Paginas/2017_COMUNI CADOS/20170503_COMU112.aspx

–––. 2019. "España nuevo miembro de la Coalición para Libertad de Expresión en Internet". Acesso em 2 de junho. http://www.exteriores.gob.es/Embajadas/QUITO/es/Noticias/Paginas/20151204_NOT1.aspx.

Faoro, Raymundo. 2012. Os donos do poder: formação do patronado político brasileiro. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul.

Fernandes, Marcelo Pereira, e Diego Pautasso. 2017. "Soberania ou 'Globalização' Reflexões Sobre um Aparente Antagonismo". ISSBN: 2238-6912.

Filocre, D'Aquino. 2009. "Classificações de Políticas de Segurança Pública". *Revista Brasileira de Segurança Pública* (5): 147-158. Acesso em 6 de abril. http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/download/57/55/0

Financial Times. 2019. "Transcript of Ambassador Zhang Ming's Exclusive Interview with the Financial Times". Acesso em 19 de maio. https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjb_663304/zwjg_665342/zwbd_665378/t1633147.shtm l

Fiori, Ernani M. 2005. "Aprender a Dizer a Sua Palavra." Prefácio. Em Freire, Paulo. *Pedagogia Do Oprimido*, 40ª ed., 7–22. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Florenzano, Modesto. 2007. "Sobre as Origens e o Desenvolvimento do Estado Moderno no Ocidente". *Lua Nova* 71 (1): 11-39. doi: 10.1590/S0102-64452007000200002.

França. 2019. "Everything You Need to Know about Freedom of Expression in France". Acesso em 28 de setembro. https://www.gouvernement.fr/en/everything-you-need-to-know-about-freedom-of-expression-in-france

Freedom House. 2015a. Freedom of the Press: Australia. https://freedomhouse.org/report/freedom-press/2015/australia

–––. 2015b. Freedom of the Press: Italy. https://freedomhouse.org/report/freedom-press/2015/italy

–––. 2018a. Freedom in the World: Denmark.

https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2018/denmark

–––. 2018b. Freedom on the Net: Iceland. https://freedomhouse.org/report/freedom-net/2018/iceland

–––. 2018c. "Freedom in the World 2018 China". Acesso em 7 de abril. https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2018/china

–––. 2018d. "Freedom in the World 2018 Philippines". Acesso em 7 de abril. https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2018/philippines

Free Knowledge Institute. 2010. "Iceland plans to strengthen freedom of expression in modern media initiative". Acesso em 07 de junho de 2019. http://www3.freeknowledge.eu/archive/iceland-plans-to-strengthen-freedom-of-expression- in-modern-media-initiative.html

Gazeta do Povo. 2018. "Universidade de George Soros anuncia ter sido expulsa da Hungria". Última modificação em 03 de dezembro de 2018. https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/universidade-de-george-soros-anuncia-ter-sido- expulsa-da-hungria-3266z879y7k5dwjlezutoywvg/

Global Witness. 2018. "O ano com o maior número de mortes já registrado para defensores da terra e do meio ambiente". Última modificação em 24 de julho de 2018. Acesso em 26 de setembro de 2019: https://www.globalwitness.org/en/press-releases/o-ano-com-o-maior-n%C3%BAmero-de-mortes-j%C3%A1-registrado-para-defensores-da-terra-e-do-meio-ambiente/

Graham, Shane. 2012. "The Literature Police: Apartheid Censorship and Its Cultural Consequences oç(Review)." *MFS Modern Fiction Studies* 58 (2): 389–91. doi:10.1353/mfs.2012.0030.

Gravia, Geovanna. 2019. "Sem menção a gênero e a tortura, Brasil apresenta documento de candidatura a conselho da ONU". G1 Globo. Acesso em 26 de agosto de 2019. https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/11/sem-mencao-a-genero-e-a-tortura-brasil-apresenta-documento-de-candidatura-a-conselho-da-onu.ghtml

Griffen, Scott, e Javier Luque Martínez. 2015. The State of Press Freedom in Spain: 2015. Viena: International Press Institute. https://www.access-info.org/wp-content/uploads/IPISpainReport_ENG.pdf

Göbel, Christian, e Lynette Ong. 2012. Social Unrest in China. Londres: Europe China

Research and Advise Network. https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/Asia/1012ecran_gobelong.pdf

Guareschi, Neuza. 1997. "Ideologia e Discurso". *Educação e Realidade* 22 (2): 165-185. doi: 2175-6236.

Hall, Evelyn. 1906. The Friends of Voltaire. Londres: Smith, Elder & Co.

Harrison, Nicholas. 1996. Circles of Censorship: Censorship and its Metaphors in French History, Literature, and Theory. Nova Iorque: Oxford University Press.

Hassan, Twana. 2015. "A Historical Analysis of the Development of Free Speech Justifications". *The Journal Jurisprudence* 28: 487-506. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2734752

Head, Tom. 2018. "Hate Speech and Free Speech in South Africa". The South African. Última modificação em 26 de novembro de 2018. https://www.thesouthafrican.com/news/hate-speech-free-speech-south-africa/

Heller, Brittan, e Joris van Hoboken. 2019. Freedom of Expression: A Comparative Summary of United States and European Law. Amsterdam: Transatlantic Working Group. Acesso em 28 de setembro. https://www.ivir.nl/publicaties/download/TWG_Freedom_of_Expression.pdf

Hintz, Arne. 2012. "Challenges to Freedom of Expression in the Digital World: Lessons from WikiLeaks and the Arab Spring". *Journal for Communication Studies* 5 (1): 83-105. http://www.essachess.com/index.php/jcs/article/view/152

Hobsbawm, E. 2016. Era dos Extremos: O breve século XX. Companhia das Letras.

Hopkins, Nick, e Stephanie Kirchgaessner. 2019. "CIA warns Arab activists of potential threat from Saudi Arabia". The Guardian. Última modificação 07 de maio de 2019. https://www.theguardian.com/us-news/2019/may/07/cia-warns-arab-activist-of-potential- threat-from-saudi-arabia

Houry, Nadim. 2018. "France's Creeping Terrorism Laws Restricting Free Speech". Just Security, 30 de maio de 2018. Acesso em 28 de setembro. https://www.justsecurity.org/57118/frances-creeping-terrorism-laws-restricting-free-speech

Howie, Emily. 2018. Protecting the human right to freedom of expression in international law. *International Journal of Speech-Language Pathology* 20 (1): 12-15. doi: 10.1080/17549507.2018.1392612

Human Rights Institute of Lyon. 2000. "Professional codes of ethics for the police, a means to prevent torture". Acesso em 20 de maio. https://www.apt.ch/content/files_res/Code%20Police_En.pdf

Human Rights Watch. 2019a. "Philippines' 'War on Drugs'". Acesso 12 de abril. https://www.hrw.org/tag/philippines-war-drugs

———. 2019b. "Kuwait Events of 2018". Acesso em 28 de setembro. https://www.hrw.org/world-report/2019/country-chapters/kuwait

Idris, Ika Karlina. 2019. "The internet shutdown in Papua threatens Indonesia's democracy and its people's right to free speech" The Jakarta Post, 2 de setembro de 2019. Acesso em 29 de setembro. https://www.thejakartapost.com/academia/2019/09/02/the-internet-shutdown-in-papua-threatens-indonesias-democracy-and-its-peoples-right-to-free-speech.html

International Centre for Not-for-Profit Law (ICNL). 2019. Civic Freedom Monitor: DRC. http://www.icnl.org/research/monitor/congo_drc.html

———. 2019a. Civic Freedom Monitor: Tunisia. http://www.icnl.org/research/monitor/Tunisia.html

———. 2019b. Civic Freedom Monitor: Mexico. http://www.icnl.org/research/monitor/mexico.html

–––. 2019c. Civic Freedom Monitor: South Africa. http://www.icnl.org/research/monitor/southafrica.html

–––. 2019d. Civic Freedom Monitor: Council of Europe. http://www.icnl.org/research/monitor/coe.html

–––. 2019e. Civic Freedom Monitor: Nigeria. http://www.icnl.org/research/monitor/nigeria.html

–––. 2019f. Civic Freedom Monitor: African Union. http://www.icnl.org/research/monitor/au.html

–––. 2019g. Civic Freedom Monitor: Indonesia. http://www.icnl.org/research/monitor/indonesia.html

–––. 2019h. Civic Freedom Monitor: Russia. http://www.icnl.org/research/monitor/russia.html

Israel, Esteban. 2007. "Cubans go to unusual lengths to post blogs". Reuters. Acesso em 26 de setembro de 2019. https://www.reuters.com/article/us-cuba-bloggers/cubans-go-to-unusual-lengths-to-post-blogs-idUSN2428363120071010

Jacobson, Jessica, Catherine Heard, e Helen Fair. Prison: Evidence of its Use and Overuse from around the World. Londres: Institute for Criminal Policy Research, 2017. http://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/global_imprisonment_web2c.pdf

Jensen, Michael J, James N. Danziger, e Alladi Venkatesh. 2007. "Civil Society and Cyber Society: The Role of Internet in Community Associations and Democratic Politics". *The Information Society* 23 (1): 39-50. doi: 10.1080/01972240601057528

Jitsuhara, Takashi. 2017. Guarantee of the Right to Freedom of Speech in Japan—A Comparison with Doctrines in Germany. In Contemporary Issues in Human Rights Law, editado por Yumiko Nakanishi. Cingapura: Springer, 169-191. https://doi.org/10.1007/978-981-10-6129-5_9

Jorgensen, Rikke Frank. 2000. "Internet and Freedom of expression". *European Master's Degree in Human Rights and Democratisation*. https://www.ifla.org/files/assets/faife/publications/ife03.pdf

Kelley, Michael B., e Christina Sterbenz. 2014. "This World Map Shows the Enormity of America's Prison Problem". Acesso em 14 de agosto. https://www.businessinsider.com/world-map-of-incarceration-rates-2014-1

Leite, Antônio José Maffezoli, e Vitore André Zilio Maximiano. 1998. "Direitos Humanos: Construção da Liberdade e da Igualdade". http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado5.htm

Lewy, Guenter. 2016. Harmful and Undesirable: Book Censorship in Nazi Germany. Nova Iorque: Oxford University Press.

Lifschitz, Javier. 2018. "Los Espectros de las Dictaduras Militares en América Latina". *Estudos Ibero-Americanos*, 44 (2): 340-353. doi: 10.15448/1980-864X.2018.2.29323

Lima, Helena. 2014. "Meios de Censura e Formas de Condicionamento do Jornalismo na Ditadura Portuguesa". *Media & Jornalismo* 23 (12): 165-188. https://www.rcaap.pt/detail.jsp?id=oai:repositorio-aberto.up.pt:10216/71180

Lima, Juliana Diógenes, Ismar Costa Filho. 2009. "O Conceito da Aldeia Global de Mc Luhan Aplicado ao Webjornalismo". Trabalho apresentado no XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, PR, 4 a 7 de setembro. http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/r4-1816-1.pdf

Lyons, Martin. 2012. Historia de la Lectura y de la Escritura en el Mundo Occidental. Córdoba: Editoras del Calderón.

Mannheim, Karl. 1968. Ideologia e Utopia. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Manuel, Richard. 2018. "They Censor, We Protect Society: a Comparative Study of Censorship in China and the West". *China Media Research* 14(2), 75-84.

Martinelli, Caio Barbosa. 2016. "O Jogo Tridimensional: o Hard Power, o Soft Power e a Interdependência Complexa, segundo Joseph Nye". *Conjuntura Global* 5 (1): 65-80. http://www.humanas.ufpr.br/portal/conjunturaglobal/files/2016/06/5-Caio-Barbosa-Martinelli.pdf

Martins, Paulo Henrique, e Dirceu Pereira Siqueira. 2017. Desenvolvimento Humano, Convenções Internacionais e a Concretização de Direitos: O Impacto dos Compromissos Internacionais na Instituição das Políticas Públicas Brasileiras. *Revista Direitos Humanos e Democracia* (10): 264-305. doi: 10.21527/2317-5389.2017.10.264-305

Masigan, Andrew J. 2019. "Understanding President Duterte's approval ratings." *Business World*. Acesso em 9 de agosto. https://www.bworldonline.com/understanding-president-dutertes-approval-ratings/

MPSP. Ministério Público do Estado de São Paulo. 2019. Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Artigo 5º. Acesso em 20 de maio. http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_criminal/CAOCri_ControleExtAtivPol/C%C3%B3digo%20de%20Conduta%20para%20os%20Funcion%C3%A1rios%20Respons%C3%A1veis%20pela%20Aplica%C3%A7%C3%A3o%20da%20Lei_2.pdf

Monjardet, Dominique. 2003. O Que Faz a Política. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

/Muniz, Jacqueline, Domício Proença Júnior, e Eugenio Diniz. 1999. "Uso de Força e Ostensividade na Ação Policial". *Conjuntura Política* 6: 22-26. https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/06/Uso-de-for%C3%A7a-e-ostensividade.pdf

Nonato, Cláudia, e Roseli Figaro. 2016. "A autocensura como aspecto da prática no mundo do trabalho dos jornalistas". *Líbero* 37 (19): 71-80. https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2016/08/Roseli-Figaro-e-Claudia-Nonato-Libero-37.pdf

O Globo. 2015. "Tunísia: o berço da Primavera Árabe". Última modificação em 15 de outubro de 2015. https://oglobo.globo.com/mundo/tunisia-berco-da-primavera-arabe-17733824

Official Gazette. 1987. "The 1987 Constitution of the Republic of Philippines - Article III". https://www.officialgazette.gov.ph/constitutions/the-1987-constitution-of-the-republic-of-the-philippines/the-1987-constitution-of-the-republic-of-the-philippines-article-iii/

Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (OHCHR), Human Rights Standards and Practice for the Police. Professional Training Series No. 5/Add.3 (2004), disponível em https://www.ohchr.org/documents/publications/training5add3en.pdf.

–––. *Declaração Universal dos Direitos Humanos.* Nova Iorque, 1948. 217 (III) A. https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translxations/por.pdf

–––. Code of Conduct for Law Enforcement Officials, Nova Iorque, 17 de dezembro de 1979, Resolução 34/169, disponível em: https://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/LawEnforcementOfficials.aspx

–––. Declaração de Cabul sobre Liberdade de Expressão. Cabul, 2009, disponível em https://www.ohchr.org/Documents/Countries/KabulDeclarationFreedomExpression.p df

Oliveira, Mariana. G1. 2019. "Marco Aurélio vê censura e retrocesso em decisão que mandou retirar reportagem de site". Última modificação em 16 de abril de 2019. https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/16/marco-aurelio-ve-censura-e-retrocesso-em- decisao-que-mandou-retirar-reportagem-de-site.ghtml

OpenNet Initiative. 2019. "About Filtering". Acesso em 20 de abril. https://opennet.net/about-filtering

Organização das Nações Unidas, Assembleia Geral, Declaração Universal dos Direitos Humanos, 217 (III) A. Paris, 1948, disponível em http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/

Organização dos Estados Americanos, Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Comunicado de Imprensa, "CIDH e os Escritórios da ONU Direitos Humanos expressam a sua preocupação pela situação de pessoas defensoras de direitos humanos no primeiro quadrimestre do ano". Última modificação em 30 de maio de 2019. Acesso em 26 de setembro de 2019. http://www.oas.org/pt/cidh/prensa/notas/2019/132.asp?fbclid=IwAR2Vq80DjRGSWr--HDTVu8m2YsMj_nc06XkRk64lDJa8d3cP-3E537l8RCSg

Ouriveis, Maíra. 2004. "Soft Power e Indústria Cultural: a Política Externa Norte-Americana Presente no Cotidiano do Indivíduo". *Revista Acadêmica de Relações Internacionais* 2 (4): 168-196. http://rari.ufsc.br/files/2013/10/RARI-N%C2%B04-Vol.-II-Artigo-7.pdf

Páez, Tomás. 2013. "Libertad de Expresión, Democracia y Propiedad". Nueva Época 12 (dez-fev): https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4330533

Paradigm Initiative Nigeria. 2017. Nigeria: Trends in Freedom of Expression in the Telecommunications and the Internet Sector. https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Expression/Telecommunications/ParadigmInitiativeNigeria.pdf

Petley, Julian. "Censoring the Word." *Index on Censorship* 36, no. 3 (August 2007): 180–206. doi:10.1080/03064220701568843.

Pinsky, Jaime. 2013. "Introdução". Em História da Cidadania, editado por Jaime Pinsky e Carla B. Pinsky, 9-13. São Paulo: Editora Contexto.

Prince, David. 2008. "McCarthyism." Em International Encyclopedia of the Social Sciences, 2ª ed., editada por William A. Darity, Jr., 43-44. Vol. 5. Detroit: Macmillan Reference USA. Gale Virtual Reference Library (acesso em 30 de abril). http://link-galegroup.ez94.periodicos.capes.gov.br/apps/doc/CX3045301490/GVRL?u=capes&sid=GVRL&xid=196f41d9.

Review on Asian Diplomacy and Rights (RADAR). 2019. "Freedom of Opinion and Expression". Acesso em 26 de setembro. https://radar.forum-asia.org/thematic-pages/freedom-of-opinion-and-expression/

Riu, Enric. 2016. "Nacismo, Filosofía y Arte". *Artseduca* 16: 92-109. http://www.e-revistes.uji.es/index.php/artseduca/article/view/2371

Rússia. 2019. "The Constitution of the Russian Federation". Acesso em 29 de setembro de 2019. http://www.constitution.ru/en/10003000-01.htm

Silva, José Afonso da. 1982. Aplicabilidade das normas constitucionais. São Paulo: Malheiros Editores Ltda.

Sousa, Jorge P. 2008. "História do Jornalismo em Portugal até 1974." Universidade Fernando Pessoa: Repositório Institucional. Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media & Jornalismo. Acesso em 15 de agosto. Disponível em: https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/1163.

Stephan, Claudia. 2016. "A Doutrina da Segurança Nacional de Contenção na Guerra Fria: Fatores que Contribuíram para a Participação dos Militares na Política Brasileira (1947-1969)". *Conjuntural Global* 5 (2): 537-565. doi: 10.5380/cg.v5i3.50544

Stone, Isidor. 1988. The Trial of Socrates. Nova Iorque: Anchor Books.

Stratton, Jane. 2013. "Overview of Enforcement Mechanisms". Acesso em 14 de agosto. https://legalanswers.sl.nsw.gov.au/enforcing-international-human-rights/overview-enforcement-mechanisms

Taylor, Jon R. 2011. "Let One Hundred Flowers Bloom, Let One Hundred

Thoughts Contend: Political Science with Chinese Characteristics". *Journal of Chinese Political Science* 16: 323–333. doi: 10.1007/s11366-011-9153-3.

The Guardian. 2015. "China's Xi Jinping says internet users must be free to speak their minds." https://www.theguardian.com/world/2015/dec/16/china-xi-jinping-internet-users--freedom-speech-online

The Washington Post. 2018. Fatal Force Data. https://www.washingtonpost.com/gra-

phics/2018/national/police-shootings-2018/?utm_term=.0599f886b1b4

UNESCO. 2012. "Peru - Communication Indicator - Freedom of Expression". Acesso em 26 de setembro. https://en.unesco.org/creativity/peru-communication-indicator-freedom--expression

–––. 2018a. Freedom of Expression and Public Order. Acesso em 20 de maio. https://en.unesco.org/sites/default/files/freedomofexpressionandpublicorder_english- final_to-print_0.pdf

–––. 2018b. World trends in freedom of expression and media development: global report 2017/2018 (Paris: UNESCO e University of Oxford, 2018), disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000261065

–––. 2018c. World trends in freedom of expression and media development: regional overview of Latin America and the Caribbean 2017/2018 (Paris: UNESCO e University of Oxford, 2018b), disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000265968

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO). 2017. Terrorism and the Media: a Handbook for Journalists. Paris: UNESCO.

–––. 2019. "Constitution of the Republic of Indonesia of 1945". Acesso em 29 de setembro de 2019. http://www.unesco.org/education/edurights/media/docs/b1ba8608010ce-0c48966911957392ea8cda405d8.pdf

United Kingdom, Parliament. Bill of Rights: An Act Declaring the Rights and Liberties of the Subject, and Settling the Succession of the Crown. Londres, 1689. https://www.parliament.uk/about/living-heritage/evolutionofparliament/parliamentaryauthority/revolution/collections1/collections-glorious-revolution/billofrights/ (Acesso em 30 de abril)

U.S. v. Schwimmer. 274 U.S. 644 (1929). https://supreme.justia.com/cases/federal/us/279/644/ (Acesso em 30 de abril).

United States of America. U.S. Constitution: First Amendment 1791. Washington, D.C.: GPO, 1992, https://www.govinfo.gov/content/pkg/GPO-CONAN-1992/pdf/GPO-CONAN-1992-10-2.pdf (Acesso em 30 de abril).

Wallach, Amei. 2016. "Censorship in the Soviet Bloc". *Art Journal* 50 (3): 75-83. https://www.jstor.org/stable/777221#metadata_info_tab_contents

Wehbé, Alan. 2018. Increasing International Legal Protections for Freedom of Expression. *Notre Dame Journal of International & Comparative Law* 8 (2): 45-61. Disponível em: https://scholarship.law.nd.edu/ndjicl/vol8/iss2/5

World Prison Data. 2018. World Prison Population List. http://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/wppl_12.pdf

York, Jillian C., e Stephanie Lacambra. 2018. "Duterte Administration Moves to Kill Free Speech in Philippines". Acesso 15 de abril. https://www.eff.org/deeplinks/2018/01/proposed-constitutional-amendment-poses-grave-threat-free-expression-philippines

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 7 2019 | p. 60 - 101

VIOLÊNCIA POLICIAL E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Aline de Souza Correia Santos[1]
Maria Julia Timmers[2]
Michelle Escalante Mendívil Perino[3]

RESUMO

Este guia de estudos tem como objetivo central a apresentação das condicionantes para a violência policial, tal como seus efeitos, dando ênfase ao encarceramento arbitrário e aos impactos sociais e políticos do desvio de conduta policial. Desta forma, será exposta uma breve contextualização histórica sobre o surgimento do Estado e o papel das forças de segurança pública neste. Posteriormente, o artigo discorrerá sobre o debate teórico acerca da conduta policial e seu transvio, dando destaque às diferentes intensidade e frequência da violência policial sobre os diversos grupos socioeconômicos. Serão utilizados três estudos de caso, a fim de elucidar e exemplificar a fundamentação desenvolvida, viabilizando reflexões sobre o desvio de conduta policial, que guiarão os debates sobre as violações de direitos humanos causadas por estas atividades.

1 Aline de Souza Correia Santos é aluna do 3º ano de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e diretora-assistente do CDH.

2 Maria Julia Timmers é aluna do 4º ano de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e diretora do CDH.

3 Michelle Escalante Mendívil Perino é aluna do 5º ano de Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e diretora do CDH.

1 INTRODUÇÃO

Recentemente, o debate acerca de violência policial e prisões arbitrárias vem ganhando destaque no debate público e na mídia. A discussão das condicionantes que levam a este tipo de impasse, assim como seus efeitos na sociedade como um todo perpassam a discussão dos direitos humanos daqueles que são privados de liberdade, também englobando políticas públicas e formação policial.

Este tema também traz à luz disfunções nas ações estatais que vão muito além dele. Se vê a perpetuação histórica da discriminação de diferentes grupos marginalizados, com comunidades diferentes sendo alvo deste mesmo tipo de violência ao redor do mundo. Também se evidencia a supressão de direitos políticos da população através do uso do aparato de segurança dos Estados.

Desta maneira, o entendimento das condicionantes e consequências destes fenômenos se mostra de extrema importância. A partir disso, o presente guia de estudos, em primeiro momento, contextualiza historicamente o debate sobre violência policial e detenções arbitrárias, abordando a formação do Estado moderno e o papel da polícia civil neste. A seguir, o debate teórico sobre (desvio de) conduta policial é apresentado, discorrendo sobre o uso legítimo e ilegítimo da força por oficiais, seguido pela elucidação dos impactos da violência policial sobre as diferentes minorias sociais. Com o objetivo de ilustrar as consequências humanitárias da violência policial, apresentam-se três estudos do caso: Brasil, Rússia e Índia. Por fim, são apresentadas reflexões sobre o desvio de conduta policial, repensando estratégias adotadas em seu combate.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Esta seção apresenta um panorama histórico, dando enfoque à origem do Estado moderno e à importância do monopólio estatal do uso da força para a manutenção da ordem, segundo o pensamento sociológico de Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau e Max Weber. Desta forma, analisa-se, também, a evolução da conduta e do papel social da polícia desde seu surgimento até a atualidade, buscando compreender condicionantes para adversidades existentes.

2.1 SURGIMENTO DO ESTADO E DO MONOPÓLIO DO USO DA FORÇA

A palavra Estado é anterior à existência do Estado tal como o conhecemos. Segundo Castro (2017), o filósofo Aristóteles utilizava a palavra *polis*, comumente traduzida como "cidade-Estado", para referir-se aos pequenos

complexos sociais gregos. É "O Príncipe", de Maquiavel, que cunha o termo *Estado*, o colocando junto aos termos "república" e "principado". Para Castro (2017), isso representa que o florentino entende o termo como um território com um regime político, onde o representante do povo que ali habita exerce poder sobre os súditos e onde depende-se do uso da força para a manutenção deste poder.

O conceito de "Estado" apresentado no "Leviatã", de Hobbes, se aproxima do entendimento maquiavelino. Para Hobbes (2004), os homens viviam em uma condição perpetuamente violenta, dominados pelo medo. Armas eram produzidas e terras cercadas, perseguindo a proteção, o que, para autor, seria inútil, já que a única lei existente no estado de natureza é a do mais forte (Chauí 2000). Hobbes (2004) defende que os homens renunciam às liberdades individuais e à completa autogerência de suas vidas, na busca por segurança e manutenção de sua propriedade. Desta renúncia surgiria o contrato social, transferindo o poder de coordenação para o soberano que governa de acordo com o contrato selado. O pensamento hobbesiano, portanto, reafirma a necessidade do uso da força e de seu monopólio pelo Estado para a manutenção deste e, também, da propriedade privada. O também contratualista Rousseau, entretanto, difere-se do pensamento hobbesiano em relação à origem da sociedade civil e do Estado em dois aspectos: (i) soberania e (ii) propriedade privada. Enquanto para Hobbes (2004), o receptor da transposição de poder da sociedade civil seria o soberano que governaria a população, para Rousseau (1999), o soberano, mesmo dentro de uma sociedade civil com cerceamento de liberdades individuais em troca da ordem, permaneceria fazendo parte do povo, tendo a Lei Régia[4] romana como base (Chauí 2000).

Já a propriedade privada, o segundo ponto de dissonância entre os autores, teria um papel muito mais importante para Rousseau do que o lhe é atribuído no "Leviatã". O genebrino escreve no "Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens", de 1755 que

> [o] primeiro que, ao cercar um terreno, teve a audácia de dizer *isto é meu* e encontrou gente bastante simples para acreditar nele foi o verdadeiro fundador da sociedade civil. Quantos crimes, guerra e assassinatos, quantas misérias e horrores teria poupado ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas e cobrindo o fosse, tivesse gritado aos semelhantes: "Não escutem esse impostor! Estarão perdidos se esquecerem que os frutos são de todos e a terra é de ninguém!" (Rousseau 1999, 80).

Ambos, todavia, concordam que a propriedade privada é um direito civil, que surge junto à sociedade (Chauí 2000). O pensamento de Immanuel Kant acerca do tema, no entanto, diverge. Para o autor, a propriedade privada é um direito natural, e, sendo o Estado, em sua concepção, um aparato para o resguardo de direitos naturais aos homens, este deve garanti-lo

4 Na lei romana, o poder do César era resultado da concessão de poder feita pelo povo para este, sendo apenas a população capaz de retirar do Imperador o poder concedido (Chauí 2000).

(Williams 1977). Neste sentido, Kant concorda com Hobbes, enxergando o Estado e a utilização legítima da violência por este como essenciais para a proteção da propriedade privada e da ordem, afastando-se do generalizadamente violento estado de natureza descrito em "Leviatã".

Max Weber retoma porções dos raciocínios apresentados, definindo "Estado" como uma "comunidade humana que, dentro de determinado território [...] reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima" (Weber 2004, 526), sendo que aqueles que exercem a violência física apenas o fazem legitimamente quando atribuídos pelo Estado. Sem estas características, afirma o autor, o termo Estado nunca teria sido cunhado e os complexos sociais seriam chamados de "anarquia". A dominação exercida dentro dos Estados, de homens sobre homens, pode ter sua legitimidade apoiada em três justificativas: (i) tradição, onde o hábito de subjugação reina entre os súditos; (ii) carisma, onde o povo entrega a soberania voluntariamente a um líder heróico ou carismático; e (iii) legalidade, onde o povo abre mão de sua soberania para que o aparato estatal possa executar o cumprimento de leis criadas racionalmente, sendo uma destas leis o direito à propriedade privada (Weber 2004). Desta forma, para Weber (2004), o uso da força legítima, também chamado de monopólio do uso da força, está atrelado à propriedade, de maneira que as estratégias de segurança doméstica adotadas no Estado moderno visam defendê-la.

É a partir deste momento, por conseguinte, que se verifica o surgimento do Estado e do relevante conceito de monopólio do uso da força. Com o advento de tais aspectos, se originam a segurança dos indivíduos e o policiamento, que, como veremos a seguir, evoluem de distintas maneiras nos Estados, resultando mesmo em casos de abuso de autoridade e desafio à legitimidade de sua força.

2.2 EVOLUÇÃO DA CONDUTA POLICIAL

A evolução da conduta policial ocorreu de distintas maneiras ao redor do globo. Com a industrialização na Europa, a população tendeu a se urbanizar. Na Inglaterra, por exemplo, esse processo se deu forçosamente com a política de estamentos, que expulsou camponeses, tomando propriedades de terra para a criação de ovelhas e a produção de lã para os centros manufatureiros (Saville 1969). Nesse contexto, o aumento demográfico dos centros industrializados, somado à grande pobreza e desigualdade social, intensificou a criminalidade urbana, tornando as formas de controle previamente adotadas insuficientes. Desta forma, surge na Inglaterra a primeira rede de policiamento urbano, que tinha como principal objetivo a proteção da propriedade privada, de pequenos comerciantes até grandes manufatureiros (Bittner 1970).

A ideia inicial era de que a combinação de treinamento e contratação a partir de habilidades – e não mais indicação – seria o suficiente para er-

radicar a corrupção e a falta de competência policiais. Tanto a população quanto os políticos demonstravam preocupações nesse sentido. Os primeiros temiam a constituição de uma força militarizada e opressiva nas ruas de Londres, enquanto parlamentares temiam que a London Metropolitan Police ficaria a mando de um determinado político ou partido. Assim, a fim de amenizar a resistência, as forças urbanas de policiamento na Inglaterra nascem desmilitarizadas, saindo às ruas portando apenas com um cassete e um apito (Prenzler 2009).

Ademais, o fortalecimento das burguesias comerciantes passa a colocar à prova as monarquias absolutistas, que começam a defender o fim dos privilégios das cortes reais. Neste contexto, os ideais republicanos e liberais têm cada vez mais notoriedade. Buscando a manutenção do regime monárquico, muitos soberanos cooptam as forças policiais urbanas, utilizando-as na perseguição, tortura e execução de opositores (Bittner 1970). Esta herança monárquica, para Bittner (1970), dá origem à aversão populacional às polícias e à tirania policial moderna, que se retroalimentam.

Em tempos mais atuais, Prenzler (2009) aponta que a polícia e seus oficiais são frutos de seu meio: as polícias que surgem em Estados racistas com grande desigualdade social, por exemplo, serão extremamente truculentas a uma determinada raça e classe. Alguns casos são conhecidos, como a perseguição das forças policiais da Austrália a povos nativos, ou a perseguição da polícia norte-americana a negros e defensores de seus direitos. Na Europa, com a ascensão do nazifascismo, Alemanha, Itália, Espanha e Portugal transformaram o policiamento urbano em uma inquisição, com a perseguição de comunistas, anarquistas, judeus, LGBTs e até deficientes físicos (Prenzler 2009; Ebner 2006). Na América Latina vê-se uma tendência parecida na segunda metade do século XX. Com apoio da Central Intelligence Agency (CIA) dos Estados Unidos, milhares de pessoas foram perseguidas, sequestradas, torturadas e mortas, inclusive crianças e gestantes (Prenzler 2009; Huggins 1987). Desta forma, é possível apontar a militarização e a politização das forças que deveriam garantir a segurança pública, se assemelhando, cada vez, mais ao papel que desempenhavam durante os reinados absolutistas europeus (Bittner 1970).

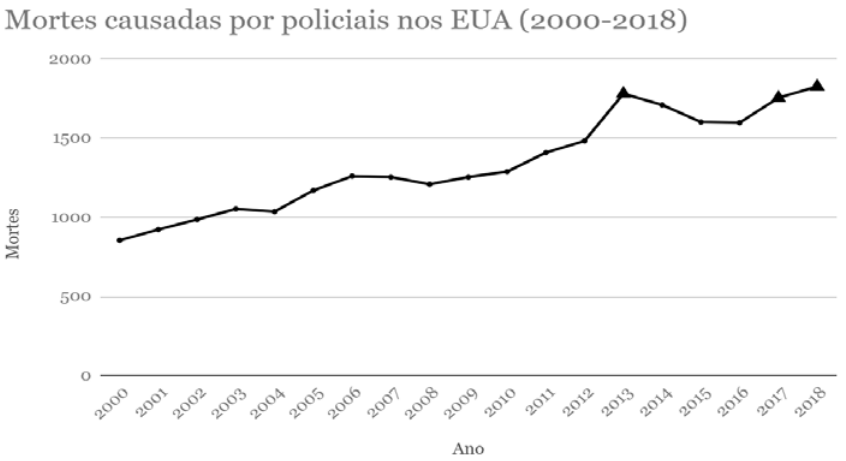
2.3 VIOLÊNCIA POLICIAL NO SÉCULO XXI

Ao fim do século XX, o mundo encontrava-se mais interligado do que nunca. A intensa globalização, somada ao aumento da competitividade econômica por meio da adoção de políticas neoliberais acirravam, também, as relações da sociedade civil. Neste contexto, valores coletivos passaram a ser substituídos por grande individualismo (Hobsbawm 2000; Santos 2004). Esta conjuntura, para Santos (2004), seria precursora do aumento da violência, com a qual a sociedade e suas instituições não estão preparadas para lidar. Isso, por sua vez, evidencia os problemas pré-existentes nas forças de

segurança pública a nível global. As prévias ineficiência e corrupção deste setor, quando colocadas em um ambiente ainda mais violento, tornam-se parte de um forte aparelho de repressão social, cruzando com frequência o limite da legitimidade do uso da força e consequentemente a depreciando no ponto de vista civil (Santos 2004; Weber 2004). Simultaneamente, a defesa de direitos humanos é fortalecida com a utilização da Internet, dando ainda mais ênfase aos crimes cometidos pelo policiamento civil, que não consegue adequar-se a este novo cenário (Santos 2004). Desta maneira, é possível averiguar que a violência policial e o abuso de poder por agentes de segurança (por meio de detenções arbitrárias e tortura) são problemas globais, sendo presentes, também, em países desenvolvidos.

Os dados coletados pela ONG Fatal Encounters (2019) entre 2000 e 2018 comprovam o raciocínio de Santos (2004). As mortes causadas pelas forças policiais dos Estados Unidos aumentaram de 855 em 2000 para 1288 em 2010, chegando a 1826 mortes em 2018; isso representa um aumento de 213% em 18 anos. No gráfico abaixo, elaborado a partir de dados coletados pela Fatal Encounters, é possível verificar este significante aumento, sendo os picos de assassinatos cometidos por oficiais no período apresentado representados por triângulos (2013: 1781 mortos; 2017: 1755 mortos; 2018: 1826 mortos). Neste mesmo período, diversos casos de violência e negligência policiais geraram grande comoção civil nos EUA. Em 2014, Tamir Rice, um garoto negro de 12 anos foi assassinado por um policial em uma praça enquanto portava uma arma de brinquedo (Pereda 2016). Outro caso emblemático foi a morte de Sandra Bland, uma mulher negra de 28 anos que havia sido presa por uma violação de trânsito em 2015 e morreu, de maneira inconclusiva, sob custódia da polícia (Laughland 2019). Ambos os casos se deram em meio a uma onda de protestos contra a violência e abuso de poder policial que ocorre, principalmente, contra negros, hispânicos e indígenas no país (Howard 2016), sendo o *Black Lives Matter* o mais relevante grupo a surgir deste contexto (Botz 2015).

GRÁFICO 1: MORTES CAUSADAS POR POLICIAIS NOS ESTADOS UNIDOS (2000-2018)



Fonte: Fatal Encounters (2019), elaboração própria.

Mesmo a Austrália, com o terceiro maior Índice de Desenvolvimento Humano do mundo, falha em adequar-se aos novos padrões de segurança pública, com um modus operandi bastante similar ao estadunidense (UNDP 2019). Em 2016, Tommy Lovett, um adolescente aborígene de 18 anos foi abordado e espancado por policiais de Melbourne ao ser confundido com um foragido de 40 anos, sendo encontrado horas depois por sua mãe em um hospital (Hale 2019). No início de 2017, Patrick Cumaiyi, um aborígene de 31 anos que viajava de sua tribo a Darwin, teve uma fratura no crânio após ser golpeado por um oficial com uma lanterna, segundo presentes na aeronave. Cumaiyi foi indiciado por desacato, sendo as causas de suas diversas lesões omitidas em laudos oficiais (Cave e Mitchell 2019). Segundo a Anistia Internacional (2018), a probabilidade de um indígena ser preso é 15 vezes maior do que a de não nativos; enquanto isso, as chances de uma criança aborígene ser encarcerada é 25 vezes maior do que de uma criança de outra etnia. Entre 2010 e 2018, 147 nativos morreram sob custódia da polícia australiana, sendo quase metade destas mortes ligadas ao uso de força desnecessário, principalmente contra portadores de transtornos mentais e cognitivos (Allam, Wahlquist e Evershed 2018).

Ainda na primeira década do século, a União Europeia (UE) lançava planos de reforma de forças policiais dos países do leste europeu, exigindo diversas mudanças nas regulamentações nacionais para que estas passassem a atender a Carta de Direitos Fundamentais como requisito para entrada ao bloco (Collantes Celador 2008). Todavia, nos últimos anos, muito tem se falado acerca das violações de direitos humanos cometidas por forças de

segurança pública nos países membros da UE, sendo a maioria deles ligado à discriminação de negros, pobres e imigrantes (HRW 2019b).

Na França, onde legislações migratórias rígidas foram adotadas, centenas de refugiados são mantidos em campos improvisados, como o de Calais, sofrendo assédio continuado da polícia local, como aponta a Human Rights Watch (2019b). Dois casos geraram grande comoção populacional: o primeiro, em julho de 2016, foi a morte de Adama Traore, um jovem negro de 24 anos, sob custódia da polícia parisiense (The Guardian 2016); o segundo, em fevereiro de 2017, foi o espancamento e estupro de um jovem negro de 22 anos identificado como "Theo". O curto intervalo entre os dois acontecimentos mobilizou a população das periferias de Paris, de onde ambas as vítimas eram oriundas (Al Jazeera 2017). O fortalecimento do movimento Gilets Jaunes[5] no segundo semestre de 2018 fez com que o debate sobre abuso de poder e uso excessivo de força reacendesse entre os franceses. Protestando contra os altos custos de vida no país, mais de 1400 manifestantes ficaram feridos, destes, 46 gravemente. Cerca de 400 pessoas que se dirigiam aos protestos foram presas "preventivamente", sendo liberadas na manhã seguinte a um dos dias de mobilização (Amnesty International 2018b).

Na Espanha, as denúncias de tortura e maus-tratos cometidos pela polícia tiveram um aumento de quase 400% entre 2016 (259 casos) e 2017 (1014 casos). Dos casos registrados em 2017, 287 tinham imigrantes como vítimas, sendo 112 denúncias efetuadas por indivíduos em Centros de Detenção para Estrangeiros (locais não penitenciários para aliens em processo de expulsão do país). Segundo o próprio governo espanhol, o grande aumento no número de denúncias feitas entre 2016 e 2017 pode ser explicado pelo reavivamento do movimento separatista da Catalunha; cerca de 43% dos casos denunciados ocorreram no dia do referendo de votação sobre a independência da região (Torrús 2018; Anistia Internacional 2017b).

Podemos concluir que, no século XIX, a violência policial, a tortura, as detenções arbitrárias e as execuções extrajudiciais são problemas sérios de afronta aos direitos humanos. Busca-se, assim, entender tais problemas mais de perto na próxima seção.

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

À luz da contextualização histórica apresentada, a presente seção busca esclarecer os conceitos de desvio de conduta policial, violência policial, detenções arbitrárias e execuções extrajudiciais procurando dife-

5 Os Gilets Jaunes, ou "Coletes Amarelos" em português, são um movimento que se iniciou em outubro de 2018 em Paris, contra o aumento do preço de combustíveis. O grupo não-organizado passou a protestar, também, contra o alto custo de vida, desproporcional à renda média dos cidadãos. O movimento espalhou-se por toda a França, além de Bélgica, Inglaterra, Irlanda e Países Baixos (Amnesty International 2018b).

renciá-los e, em seguida, se aprofunda no campo teórico que reconhece e identifica grupos vulneráveis aos desvios de conduta policiais. Será feita, também, a exposição de estudos de casos de três países que passaram por casos distintos de violência policial e detenções arbitrárias, evidenciando ainda mais os argumentos apontados pelo corpo acadêmico exibido. Por fim, são apresentados alguns dos esforços da comunidade internacional no sentido de repensar como a violência policial, as detenções e outros desvios devem ser tratados.

3.1 DEFININDO O DESVIO DE CONDUTA POLICIAL

Como o Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos apresenta, "a legislação internacional de direitos humanos é obrigatória para todos os Estados e seus agentes" (OHCHR 1997, 3). Isto significa que é obrigatório que os oficiais encarregados de reforçar a lei nos países-membros saibam e apliquem as normas internacionais para os direitos humanos (OHCHR 1997). A accountability policial deve se dirigir, portanto, à sociedade e deve garantir os direitos da população (Prenzler 2009).

Ocorre que a legitimidade da polícia e sua autoridade está baseada no último fim de que os indivíduos abram mão de parte de sua liberdade em troca de segurança (Pollock in Prenzler 2009). Essa mesma segurança, no entanto, nem sempre é garantida pelos oficiais encarregados de reforçá-la – aqui reside o cerne da questão. "O desvio de conduta policial ocorre quando os oficiais aplicadores da lei se comportam de maneira 'inconsistente com a sua autoridade legal e organizacional e com os padrões de conduta ética'" (Barker e Carter in Ross 2013, 131, tradução própria). Quando o desvio de conduta ocorre, esse pode provocar a violação de direitos humanos constitucionais e previstos no ordenamento penal, especialmente de grupos já marginalizados.

Inúmeros estudiosos tentam tipificar e dar terminologia aos desvios de conduta policial existentes. A definição adotada aqui, no entanto, é que o desvio de conduta policial é "uma ação ou comportamento que viola as normas gerais aceitas por um grupo, organização ou sociedade" (Ross 2013, 131). O desvio de conduta pode incluir corrupção processual, abuso de autoridade, uso excessivo da força, conduta não profissional, assédio, intimidação, discriminação, uso de armas restritas, entre outros (Albrecht 2017; Prenzler 2009; Ross 2013). Autoridades da polícia sugerem que esses desvios são provindos da existência de "maçãs estragadas" – indivíduos que não seguem uma linha geral de comportamento esperada e são pontos fora da curva. Seja como for, percebe-se que, em muitos casos, a polícia, ao reproduzir a lógica de 'inimigo interno a ser combatido' da manutenção da segurança nacional, tende a enxergar o mundo como nós x eles ou insiders x outsiders e isto contribui para um ambiente hostil à defesa dos direitos humanos (Ross 2013).

Neste tópico busca-se explorar aqueles desvios de conduta que estão conectados à violência policial e às detenções arbitrárias mais especificamente. Explora-se, assim, desvios de conduta como abuso de autoridade, discriminação, uso excessivo da força, intimidação e conduta não profissional pois estes ferem a dignidade, liberdade e igualdade da pessoa humana (OHCHR 1997).

3.2 USO DA FORÇA POLICIAL E DETENÇÕES ARBITRÁRIAS: ASPECTOS TEÓRICOS

Nesta subseção busca-se compreender os conceitos de violência policial, detenções arbitrárias e execuções extrajudiciais a fim de que se entenda de que maneira eles se manifestam nos Estados-membros e contra quais princípios eles vão. Deixa-se claro, para além disto, que o uso da força policial é, muitas vezes, direcionado a grupos vulnerabilizados – tratados na próxima subseção.

3.2.1 VIOLÊNCIA POLICIAL

A violência é expressão de uma relação assimétrica de poder que tem como traço principal o uso da força (Rocha 2013). Mas este mesmo uso assimétrico de poder pode se manifestar distintivamente ao redor do globo. Segundo Prenzler (2009), acredita-se que em algumas regiões a polícia pode vir a funcionar como um exército reserva das elites vigentes, o que justificaria o tratamento desigual dado aos diferentes grupos sociais (Prenzler 2009). Isso demonstra que a violência policial é um tema emblemático, pois a "desigualdade de tratamento nas ações policiais, as quais são violentas para com alguns e outros não, comprova as assimetrias do convívio do espaço público" (Rocha 2013, 94).

No que se refere à violência policial, a conduta ética e legal do Alto Comissariado da ONU para Direitos Humanos define que "todas as ações policiais devem respeitar os princípios da legalidade, necessidade, não-discriminação, proporcionalidade e humanidade" (OHCHR 1997, 3). Como vimos, entretanto, nem sempre tais princípios são respeitados. A violência policial é traço comum no cotidiano de muitos países e nesse contexto se questiona a eficiência e responsabilidade da polícia nas suas ações (Rocha 2013). Os oficiais devem servir à comunidade - na prática, contudo, a polícia age em diversos casos com excessivo poder (OHCHR 1997).

Disto provém um dilema, pois a violência policial demonstra que os direitos humanos não estão sendo plenamente aplicados. Mais especificamente, a violência policial vem se manifestando das mais variadas formas. O uso excessivo da força, a brutalidade e o abuso de autoridade é onde a violência aparece mais claramente.

O uso excessivo da força, mais especificamente, "é usado para des-

crever situações em que é usada mais força do que a permitida, quando julgada em termos de diretrizes administrativas ou profissionais ou padrões legais" (Roberson 2017, 61, tradução nossa). Este uso excessivo pode variar em grau de severidade – indo desde gritos até uso da força letal e tortura (Prenzler 2009). Em condições ideais, a polícia deveria restringir o uso da força a condições proporcionais, razoáveis e mínimas (Prenzler 2009). Adicionalmente, a força deveria ser usada apenas para que ocorra o devido cumprimento das leis. Ao ultrapassar esses limites, entretanto, a força torna-se um veículo de brutalidade e barbárie (OHCHR 1997).

O abuso de autoridade, na mesma linha, envolve violar e ultrapassar os limites da autoridade policial – caracterizando-se por qualquer ação que fere a dignidade humana e gera abuso físico, psicológico ou legal (Albrecht 2017; Ross 2013). "Uma forma de abuso de autoridade acontece quando a pessoa que exerce uma posição ou uma função atribuída a ela a utiliza de acordo com seus interesses pessoais e não cumpre com as suas obrigações" (Silva e Neto 2018, 4).

Tanto o abuso de autoridade quanto o uso excessivo da força, por conseguinte, demonstram que

> o tema da violência trata-se, claramente, de uma situação em que a cidadania não se impôs como valor nem implementou mecanismos [...] que possibilitem o desenvolvimento de um sistema sociopolítico minimamente satisfatório para a maior parte da população do país (Rocha 2013, 94)

Ademais, essa situação se torna ainda mais delicada se somada às detenções arbitrárias, vistas a seguir.

3.2.2 DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

Um aspecto específico do desvio de conduta policial que merece atenção, ademais, são as detenções arbitrárias. O conceito de detenção arbitrária ainda é multifacetado na academia, mas, segundo o Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária (2013), detenções arbitrárias são caracterizadas como tais quando forem contrárias à legislação nacional ou aos instrumentos internacionais de direitos humanos, desobedecendo aos princípios da justiça e liberdade. Reiter, Zunzunegui e Quiroga (2007, 144) sistematizam algumas características de uma detenção arbitrária, que ocorre

> (a) [sem a] autorização de prisão; (b) [sem a] identificação dos agentes em presença de testemunhas; (c) [sem o] recolhimento do detido a centros de detenção públicos; (d) [sem o] interrogatório do detido em um determinado prazo.

É relevante notar que o conceito de prisão arbitrária e algumas garantias para evitá-la são razoavelmente antigos em termos jurídicos. Mesmo a

lei de habeas corpus de 1679, implementada na Inglaterra, já possuía base em conceitos do direito comum (Biblioteca Virtual de Direitos Humanos USP 2019). Mais recentemente, a Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais, de 1950, estabelece em seu artigo 5º a necessidade de se informar as razões da prisão aos detidos, bem como de se ter direito a um julgamento justo e imparcial. Além disso, a Convenção prevê indenizações àqueles que sofrerem detenções arbitrárias (Tribunal Europeu dos Direitos do Homem 1950). Segundo o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, tratado com maior profundidade na seção 4.1,

> toda pessoa tem direito à liberdade e a segurança pessoais. Ninguém poderá ser preso ou encarcerado arbitrariamente. Ninguém poderá ser privado de sua liberdade, salvo pelos motivos previstos em lei e em conformidade com os procedimentos (Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária 2013, 1).

Na prática, no entanto, a detenção é comum e, mais do que isto, é utilizada inclusive para prevenir grupos de participarem de marchas, protestos e reuniões políticas. Os detidos sofrem muitas vezes violência física, verbal e são privados de necessidades básicas (HRW 2017). São costumeiras as detenções sem motivo razoável e que restringem o direito do detido de recorrer à justiça (OHCHR 2001).

Segundo o Artigo 9 da Declaração Universal de Direitos Humanos, "ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado" (ONU 1948). A detenção deve ser, assim, fundamentada em lei nacional em consonância com as Nações Unidas. Para determinar a arbitrariedade da detenção, o Grupo de Trabalho (2013) estabelece que é arbitrária a detenção que (1) não invoca base legal para justificar privação, (2) é resultado do exercício de direitos específicos da Declaração Universal de Direitos Humanos e do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, (3) incorre em grave desrespeito e privação de direitos do indivíduo indo contra normais internacionais, (4) ocorre quando demandantes de asilo, imigração ou refúgio são detidos por tempo prolongado sem revisão judicial ou administrativa e (5) ou quando se priva a liberdade do indivíduo e há discriminação de qualquer tipo.

Como se vê, as detenções arbitrárias ocorrem em situações de restrição da liberdade de pensamento, religião, expressão e reunião e ocorrem, ao contrário do que se pode imaginar, em variadas partes do mundo (Novoa 2007). No ponto 3.4 desenvolver-se-á melhor alguns casos.

3.2.3 EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS

O direito à vida é "o mais fundamental e básico dos direitos humanos" (OHCHR 2001, 1). Este direito está consagrado na Declaração Universal e faz parte de um conjunto inderrogável de direitos não sujeitos à suspensão – é um direito indispensável para o exercício de todos outros (Anistia Inter-

nacional 2015). Os Estados não podem privar os indivíduos deste direito arbitrariamente e devem, acima de tudo, prezar pelo cumprimento e preservação do direito à vida (Anistia Internacional 2015). Isto é, os Estados e seus agentes devem impedir execuções extrajudiciais cometidas pelos seus próprios representantes e garantir que, caso estas ocorram, as medidas cabíveis sejam tomadas (Anistia Internacional 2015).

Execuções extrajudiciais são definidas pela Anistia Internacional (2017) como

> execuções ilegais e deliberadas realizadas por ordem de um governo ou com sua cumplicidade ou aquiescência [...]. As execuções extrajudiciais incluiriam, nesse entendimento, assassinatos ilegais tanto por forças do Estado quanto por grupos e indivíduos não-estatais que as autoridades estaduais não investigam e processam adequadamente (Anistia Internacional 2017a, 14, tradução própria).

As situações de execuções extrajudiciais requerem que se dê especial atenção a grupos de risco e que se intensifique o diálogo com o governo, e além disto, que compreendamos que em alguns casos estas execuções ocorrem devido à violência policial e ao uso excessivo da força por parte das autoridades aplicadoras da lei (OHCHR 2001). Como se sabe, a força deve ser utilizada somente se necessária e de maneira proporcional e legítima – mas veem-se numerosos casos em que a força aplicada foi letal (Anistia Internacional 2015). Na América Central e do Sul, por exemplo, nos últimos anos os países têm participado de execuções extrajudiciais de membros jovens de gangues (Prenzler 2009). Por último vale dizer que essas execuções são ainda mais propícias quando certas questões de idade, classe, gênero, raça e etnia estão presentes, o que leva alguns autores a caracterizarem o assassinato sistemático por forças estatais como um tipo de genocídio (Gomes 2014). Estes fatores agravantes serão explorados com maior profundidade em seguida.

3.3 QUESTÕES AGRAVANTES: IDADE, ETNIA, RAÇA, CLASSE SOCIAL, RELIGIÃO E GÊNERO

A violência policial é uma realidade que afeta toda a sociedade na qual ela incide, ainda que não todos os indivíduos igualmente. Alguns grupos específicos que passam por processos de exclusão sistemática também são os mais afetados pelos abusos das autoridades. Esta seção busca elucidar quais são esses grupos e como eles se interseccionam, além de explicar como são afetados de forma diferenciada pela brutalidade policial e por detenções arbitrárias.

Discriminação de etnia e raça estão intimamente ligados a esta realidade. Em muitos países, mesmo que brancos e negros cometam, em média,

a mesma quantidade de crimes, os últimos são desproporcionalmente condenados e ainda recebem penas mais duras (Moço 2018). Se vê esse tipo de comportamento no Brasil (Adorno 1995), assim como nos Estados Unidos (Stewart et al. 2009).

Relacionado à discriminação racial, se percebe também uma diferença desproporcional entre comunidades de imigrantes, principalmente em território europeu. Nas cités francesas, comunidades povoadas principalmente por migrantes das antigas colônias francesas na África e Oriente Médio e seus descendentes, os residentes são alvo constante de assédio policial, tratamento truculento e ainda frequentes abordagens violentas (Foty 2012). Este tipo de tratamento discriminatório ocorre em grande parte dos países europeus e é apontado por Kauff (2017) como uma razão que impede jovens dessas comunidades de se integrarem às sociedades nas quais agora vivem. Esta falta de integração leva, em consequência, a uma maior taxa de desemprego e violência nessas comunidades (Berry e Sabatier 2009).

A discriminação contra imigrantes e seus descendentes também tem uma forte correlação com a discriminação religiosa, principalmente contra muçulmanos na Europa e América do Norte (Berry e Sabatier 2009). Esse tipo de discriminação se vê muito ligada às políticas de guerra ao terror[6] - no entanto acabam tornando, muitas vezes, indivíduos sem reais conexões a células terroristas em vítimas de violência policial, prisões arbitrárias e outras maneiras de discriminação (Lambert 2013).

A discriminação religiosa também ocorre frequentemente em países com minorias religiosas ligadas a grupos separatistas, como na China e na Índia. Budistas do Tibete são sistematicamente detidos sem justificativa clara por sua ligação com os grupos que buscam a independência. Na Índia, principalmente em regiões próximas a Caxemira e ao Paquistão, há uma forte repressão contra muçulmanos, que vão desde tratamento mais truculento da polícia a prisões arbitrárias (Berthonha 2013). Israel também é, de forma recorrente, denunciado pela comunidade internacional e por organizações que zelam pelos direitos humanos por prisões arbitrárias e altíssima violência policial contra palestinos, muitas vezes sem nenhuma distinção entre civis e membros de grupos separatistas ou terroristas (Natanel 2016).

Tanto a distinção no tratamento devido a raça e etnia quanto por origem tem relação com a discriminação por classe social. Se torna claro na maioria dos estudos sobre violência policial e detenções arbitrárias que as populações mais pobres são também as mais atingidas por esta hostilidade das forças estatais. A pobreza é considerada um dos maiores vetores para o

6 A "Guerra ao Terror" é composta por uma série de políticas antiterrorismo implantadas principalmente pelo governo estadunidense, mas adotadas por vários outros governos ao redor do mundo após os ataques de 11 de setembro de 2001. Estas políticas possuem um grande foco no combate a organizações extremistas islâmicas. Em consequência delas, outras políticas com o objetivo de combater a extremização de muçulmanos passaram a discriminar comunidades muçulmanas como "fontes" do extremismo (Lambert 2013).

aumento da violência e, aliada à discriminação das autoridades, dificulta a integração dos indivíduos que já estão vulneráveis (Moço 2018). A pobreza também acaba sendo utilizada como justificativa para ignorar as outras formas de discriminação que podem aumentar a violência policial (Foty 2012).

Em grande parte dos casos a discriminação proveniente dos próprios agentes do Estado vai além da simples violência policial. A falta de infraestrutura nos locais onde essas pessoas vivem, como falta de escolas e de investimento por parte do governo para seu melhoramento, também assola essas comunidades (Adorno 1995). Este tipo de negligência acaba tornando fácil que organizações criminosas se infiltrem gerando cada vez mais violência. Isto, muitas vezes, acaba causando uma espécie de ciclo vicioso, no qual cada vez mais violência estatal recai sobre esses grupos já frágeis, causando uma maior vulnerabilidade (Kauff 2017).

Outros critérios importantes do perfil das vítimas, que parecem se estender entre todos os Estados nos quais existe algum tipo de problema relacionado à violência policial, são sua idade e gênero. Em praticamente todos os casos são homens jovens os maiores afetados por esta realidade, tanto quando analisamos aqueles que são mais afetados pela força letal quanto aqueles que são condenados sem qualquer tipo de devido processo ou provas materiais. Esses jovens também sofrem com o desemprego, falta de educação e, muitas vezes, não conseguem vislumbrar possibilidades de futuro fora do mundo do crime (Moço 2018).

Também é importante ressaltar que os grupos que sofrem com essas variáveis têm uma maior dificuldade em reportar os abusos sofridos. O medo de represálias, assim como de simplesmente serem ignorados em suas denúncias, impede que se tenham dados realmente confiáveis quanto aos números deste tipo de ocorrência. Dessa maneira, a grande maioria dos estudos relacionados à violência policial se baseiam em percepção da violência e falta de confiança nas autoridades (Weitzer e Tuch 1999).

3.4 CONSEQUÊNCIAS HUMANITÁRIAS DA VIOLÊNCIA POLICIAL E DAS DETENÇÕES ARBITRÁRIAS

A violência policial e as prisões arbitrárias afetam milhares de pessoas no mundo e tem consequências reais para os indivíduos que sofrem este tipo de abuso. Para ilustrar estas situações, como elas se dão em diferentes países e como afetam grupos de pessoas, assim como indivíduos, apresentaremos nesta seção três estudos de caso: Brasil, Rússia e Índia.

3.4.1 ESTUDO DE CASO: BRASIL

O Brasil é, ao mesmo tempo, o país com a maior quantidade de casos

do uso letal da força pela polícia e o que possui o maior número de policiais mortos em serviço. Seus índices de violência são altíssimos, indo muito além daquelas violações perpetradas pelo Estado. A violência, no entanto, é muitas vezes incentivada por políticas repressivas que dão cada vez mais poder ao crime organizado e tornam os agentes estatais cúmplices (Moço 2018). As vítimas deste tipo de violência têm um perfil claro. Homens jovens e negros, geralmente de comunidades mais pobres, são desproporcionalmente atingidos. Estes indivíduos também têm mais chances de serem abordados pela polícia e de serem presos e condenados apenas com o depoimento dos agentes que os prenderam como provas (Adorno 1995).

De acordo com o Anuário da Segurança Pública de 2018, no ano de 2017, 5159 pessoas foram mortas devido à intervenção policial no Brasil. Se pode observar que este tipo de ocorrência acontece justamente nos estados mais pobres da federação e, quando ocorre naqueles mais ricos, é nas áreas periféricas das grandes cidades, com destaque para as favelas do Rio de Janeiro (Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018). Esta cidade deve ser analisada com maior destaque, considerando a intervenção militar por que passou durante o ano de 2018, que não aparentou diminuir significativamente a violência na região (Gardin e Martins 2018).

Também se observa que as interações da polícia com a população no país, principalmente com os grupos menos favorecidos da sociedade, tendem a ser truculentas e fora dos padrões esperados, tanto nacionais quanto internacionais (Oliveira e Lima 2016). Estas abordagens já violentas são, muitas vezes, seguidas de outras violações dos direitos humanos, como tratamento degradante, uso de violência física excessiva e, em alguns casos, até mesmo a morte (Moço 2018). Esta realidade está ligada à falta de treinamento das forças policiais em como tratar a população e, até mesmo, no incentivo por parte dos superiores na corporação em relação à manutenção desse tipo de comportamento (Oliveira e Lima 2016).

É muito comum que as mortes cometidas por policiais brasileiros sejam justificadas com excludentes de ilicitude, geralmente "legítima defesa". Nesse contexto, é interessante incluir a discussão sobre os autos de resistência, que permitem aos policiais a utilização dos 'meios necessários' para o cumprimento de suas funções e a manutenção da segurança pública. O artigo 292 do código de processo penal brasileiro, por exemplo, permite este tipo de ação policial para a realização de prisões, apenas. Contudo, é frequentemente mal utilizado, juntamente ao princípio de legítima defesa dos agentes estatais durante a execução de detenções, para justificar truculência e mesmo homicídios (Passos 2019). Adicionalmente, o artigo 244 do mesmo código exclui restrições à busca pessoal quando houver "fundada suspeita" da posse de uma arma, o que também pode incentivar o desrespeito aos direitos dos detidos (Brasil 1941, online). As justificativas previstas na lei muitas vezes não estão respaldadas pela realidade dos acontecimentos, mascarando assim o excesso do uso da força por parte dos policiais (Moço 2018). Se nota também, através de relatório do próprio Senado

brasileiro, que há negligência na apuração de crimes cometidos pela polícia contra as populações mais pobres – desde as investigações policiais até processos judiciais (Senado Federal 2016). Dessa maneira, o abuso de autoridade no país prejudica de forma sistemática as camadas mais vulneráveis da população, justamente aquelas que mais necessitam da assistência do Estado. Ainda, não se punem os responsáveis por essas ações, criando ciclos de violência que se autoperpetuam (Moço 2018).

3.4.2 ESTUDO DE CASO: RÚSSIA

A Rússia apresenta problemas sistêmicos em relação à violência policial e a prisões arbitrárias. A repressão estatal russa é acusada por múltiplas organizações internacionais de atacar opositores e críticos do governo, especialmente a partir de abordagens policiais truculentas e prisões arbitrárias.

De acordo com Gerber e Medelson (2008), o policiamento russo pode se caracterizar como predatório, ou seja, a polícia russa é altamente violenta com o objetivo de beneficiar a própria força policial, geralmente relacionada à corrupção nos níveis mais altos da organização. Também é destacado pelos autores que a falta de uma reforma policial desde a queda da União Soviética impede que a Rússia tenha uma real transição democrática, devido aos altos níveis de autoritarismo e corrupção na força que interage diretamente com a população.

Essa realidade na Rússia, no entanto, não se deve exclusivamente à inaptidão da polícia. Desde o início do milênio, múltiplas leis que cerceiam as liberdades individuais e a luta por direitos humanos foram aprovadas pela Duma, o corpo legislativo russo (Van der Vet e Lyytikäinen 2015). Mesmo sendo membro da Corte Europeia de Direitos Humanos, a Rússia continua a utilizar meios violentos para a contenção de grande parte das críticas ao governo (Chistyakova e Robertson 2012). A legislação deste país cada vez mais impede o uso de meios públicos de protesto, seja com protestos físicos ou virtuais (Van der Vet e Lyytikäinen 2015).

A polícia é usada para a contenção da oposição russa desde o fim da União Soviética, e vêm sendo usada cada vez mais para este fim. A repressão violenta contra protestos ocorre desde em demonstrações contra supostas fraudes eleitorais até em marchas em favor do meio ambiente, não havendo uma grande distinção no uso da força em movimento pacíficos e reais críticas ao governo (Chistyakova e Robertson 2012).

Muitos defensores dos direitos humanos também se veem enfrentando repercussões legais, respaldadas, muitas vezes, por leis que regulamentam organizações que recebem financiamento de qualquer fonte fora da Rússia, sejam outras organizações ou governos estrangeiros. Esta legislação, que oficialmente busca defender o país de intervenções externas, é vista por muitos como uma maneira de perseguir opositores políticos.

Através delas organizações internacionais, como a Anistia Internacional, assim como organizações não-governamentais que recebam algum tipo de ajuda financeira externa à Rússia ou possuam ligações administrativas com entidades estrangeiras podem sofrer represálias do governo, que variam da limitação de suas atividades até o completo impedimento de exercer suas atividades (Van der Vet e Lyytikäinen 2015).

O policiamento russo é altamente violento também contra minorias étnico-religiosas e populações em situação de vulnerabilidade social, como pessoas em situação de rua e usuários de drogas, que são vítimas de violência física e psicológica constantemente. Estas práticas muitas vezes impedem que estes indivíduos se reinsiram na sociedade russa como cidadãos completos (Sarang et al 2010).

3.4.3 ESTUDO DE CASO: ÍNDIA

Outro Estado no qual a violência policial é um problema endêmico é a Índia, onde se reporta constante violência contra oponentes políticos do governo e protestantes, muitas vezes também realizando prisões através de "ordens dadas durante a noite" (Wahl 2017, 50), ou seja, sem acusações ou processos. A violência, no entanto, não se resume somente a detratores políticos, estendendo-se a minorias populacionais e comunidades mais pobres da sociedade indiana (Wahl 2017, 36).

Enquanto o sistema de castas indiano foi legalmente abolido quando a Índia conquistou sua independência em 1947, informalmente a diferenciação por castas continua prevalecendo. Mesmo não havendo impedimentos legais para que alguém de alguma casta considerada mais baixa ascenda socialmente, a discriminação ainda é um fato real do cotidiano, podendo afetar perspectivas profissionais e pessoais, assim como a relação que um indivíduo tem com as autoridades (Singh 2012). Esta diferença de tratamento se traduz em um maior número de prisões de membros de castas mais baixas assim como no arquivamento de casos de crimes cometidos contra essas mesmas pessoas, sejam eles por parte de civis ou de policiais (Common Cause 2018a).

Outra realidade que se vê em solo indiano, mas que não se limita a ele, é a clara discriminação de classe por parte das forças policiais. No país as populações mais pobres são alvo do dobro de abordagens policiais que populações mais afluentes e tendem a contactar as autoridades em menores números (Common Cause 2018b). Estas populações tendem, muitas vezes, e se interseccionar àquelas citadas anteriormente, as castas mais baixas da sociedade indiana, fazendo com que essas pessoas sofram tanto a discriminação por casta quanto por classe (Singh 2012).

A animosidade construída contra os seguidores do islã ao longo de sua colonização e independência também resultam em prisões arbitrárias e violência policial. Muitas vezes relacionando-se ao combate ao terroris-

mo, é comum a violação de direitos humanos de prisioneiros muçulmanos, principalmente ao Norte, onde a Índia faz fronteira com o Paquistão (Wahl 2017). As populações muçulmanas também são desproporcionalmente acusadas e condenadas em quase todos os estados do país, mesmo que não necessariamente cometam um número maior de crimes (Common Cause 2018a).

Existem esforços na Índia para reverter essa situação, como maior treinamento para policiais e militares, assim como a estipulação de novas diretrizes de comportamento. Estas iniciativas, no entanto, ainda são pequenas quando comparadas ao tamanho do problema no país, não resolvendo problemas cruciais como a corrupção na cadeia de comando e a própria cultura das forças policiais, portanto não tem resultados tão profundos como o necessário (Wahl 2017).

3.5 REPENSANDO O DESVIO DE CONDUTA POLICIAL

Como explorado anteriormente, o desvio da conduta policial é fruto de um conjunto de fatores culturais e estruturais, ligados, principalmente, à criminalidade e a própria estrutura de funcionamento das forças de segurança pública (Prenzler 2009; Rocha 2013). Segundo Prenzler (2009), para constituir um sistema íntegro de policiamento, é necessário que não exista ambiguidade entre o comportamento aceito e expectável e o comportamento errado e intolerável.

É necessário que instituições de segurança pública passem a responder à justiça, em oposição ao atual procedimento, que as leva a responderem apenas aos governos. Desta maneira, a influência política sobre a estrutura das forças de segurança pública seria minimizada, reduzindo, também, a capacidade de uma esfera corromper a outra (Prenzler 2009). As forças de segurança pública teriam maior facilidade em reconhecerem e instituírem a cidadania e os direitos humanos como regras a serem respeitadas indistintamente e ininterruptamente, sem interferência da esfera política e suas questões eleitorais, caracterizando violações destes valores como intoleráveis em regimes democráticos (Rocha 2013; OHCHR 1997). Problemas relacionados à eficiência e eficácia do emprego da polícia, com melhorias nas condições de trabalho (extensão do treinamento, aumento de salário etc.) resultariam, segundo Rocha (2013), na elevação da legitimidade das forças policiais, o que, por sua vez, reduziria a necessidade de utilização da força.

O Japão é um exemplo deste tipo de mudança. Tendo um policiamento baseado na comunidade, chamado Koban, o país teve oficiais envolvidos em escândalos de corrupção e crimes violentos no fim do século XX, diminuindo a confiança da população na polícia em 22% entre 1995 e 2004 (Kobayashi 2012 in Tsushima e Hamai 2015). Desde então, os setores de segurança pública japoneses investem na desmilitarização policial, com trei-

namentos que visam a restringir ao máximo a utilização de armas de fogo. Busca-se a transparência a fim de reconectar a população às forças policiais e o aumento na responsabilização de oficiais infratores. Com este fim, executam-se treinamentos em conjunto com a sociedade civil, de forma que esta saiba o modus operandi da Agência Nacional de Polícia (Tsushima e Hamai 2015).

Um outro exemplo válido de contexto diferente seriam as reformas executadas após a Guerra Civil na Iugoslávia. A Organização das Nações Unidas (ONU), já presente no Kosovo, passou a administrar uma polícia internacional enquanto reformava as forças de policiamento locais (Roeder e Rothschild 2005; Peak 2004). Durante este processo, devido ao conflito étnico que durou 10 anos e minou a legitimidade e confiança civil em relação aos oficiais da segurança pública, buscou-se, em primeiro lugar, a construção de uma polícia diversa, que representasse a população kosovar. Um extenso treinamento foi dado aos cadetes, com instruções que levavam em consideração não só questões relacionadas a direitos humanos e civis, mas também ao cenário democraticamente frágil com o qual estes oficiais teriam de lidar. Processos semelhantes ocorreram na Sérvia e na Macedônia (Peak 2004).

Ambas reformas de forças policiais - do Japão, feita internamente, sem interferência internacional e do Kosovo, feita a partir de interferência das Nações Unidas - são exemplos de que o atual modelo de policiamento civil pode ser alterado. Ao resguardar, de fato, os direitos humanos dos cidadãos, oficiais reduzem a violência em relação à sociedade e aumentam a legitimidade das instituições de segurança pública, que se retroalimentam (Prenzler 2009; Rocha 2013). Para complementar a visão sobre a questão da violência policial e detenções arbitrárias, trata-se na próxima seção da visão e atividade dos membros do Conselho de Direitos Humanos sobre o assunto.

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

A violência policial e as execuções extrajudiciais são situações de conjuntura interna sobre as quais o direito internacional tem dificuldade em impor restrições. A implicação mais importante do direito internacional para estes assuntos – especialmente dos direitos humanos e do direito humanitário – é que "o direito à vida é uma condição prévia indispensável para a plena realização da dignidade humana e o exercício efetivo de todos os direitos humanos" (Amnesty International 2015, 17). Na medida em que esses direitos devem ser respeitados, o desafio policial consiste em agir com respeito num cenário complexo de crescimento da criminalidade e de alastramento rápido de informações (Rocha 2013). Assim, é importante que se conheçam as normas do direito internacional relevantes para prevenir a violência policial e as execuções extrajudiciais. Algumas destas são apre-

sentadas ao longo dessa seção: no ponto 4.1 é discutido o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, essencial para abordar corretamente aglomerações públicas de grande porte, como protestos; na subseção 4.2 é definida a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Por fim, o segmento 4.3 trata de outras normas internacionais de direitos humanos relevantes para a consideração da ação policial.

4.1 PACTO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS

O respeito aos direitos humanos é essencial para o estabelecimento das 3 prioridades mundiais, sejam essas: a paz, o desenvolvimento e a democracia. A ONU está constantemente buscando impedir violações aos direitos humanos e ampliando seu poder de resposta a problemas de ordem nacional como a questão da violência policial, das execuções extrajudiciais, entre outros (ONU 1966). O fortalecimento das normas internacionais, apesar de representar um modo indireto de combate a violações de direitos humanos internas aos países, é essencial por ser um mecanismo de pressão a mudanças em legislações nacionais e sua aplicação.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) foi o primeiro instrumento conciso a fortalecer a proteção de direitos após a Segunda Guerra Mundial. Com o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos de 16 de Dezembro de 1966, no entanto, parte-se para uma defesa de direitos mais específicos. Os artigos 19º, 21º e 22º, por exemplo, tratam dos essenciais direitos à liberdade de expressão, à reunião e à liberdade de associação (ONU 1966).

A começar pelo Artigo 2º, os Estados se comprometem a que os direitos do Pacto sejam respeitados e garantidos sem distinção de qualquer tipo - seja de raça, sexo, religião, origem, status ou outro. Ademais, devem assegurar que seus respectivos cidadãos, em situação de terem seus direitos violados, tenham acesso efetivo para agir com recursos frente a qualquer autoridade competente prevista pelo sistema do Estado. O Artigo 26º complementa o Artigo 2º e afirma que "todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer discriminação, à igual proteção da lei" (ONU 1966).

Já no Artigo 5º, vê-se que nada no Pacto pode ser interpretado de maneira a destruir ou limitar os direitos previstos. Dessa forma, os direitos humanos fundamentais nos termos regulamentados não podem ser restritos ou derrogados em qualquer Estado Parte. Mais importante, o artigo 6º prevê claramente que "Todo ser humano tem o direito inerente à vida. Este direito deve ser protegido por lei. Ninguém será arbitrariamente privado de sua vida" (ONU 1966). É possível afirmar que execuções extrajudiciais vão contra o próprio Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos - no qual, então, há países signatários que descumprem suas obrigações. O ar-

tigo 8º, ademais, complementa esta ideia afirmando que ninguém deve ser submetido à tortura e a penas e tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes – ocorrências comuns sob uma situação de violência policial.

O artigo 9º afirma veementemente que ninguém deverá ser sujeito a prisões ou detenções arbitrárias; em caso de detenção, deverá ser informado dos motivos da sua detenção - tendo direito a julgamento perante uma autoridade da lei e direito a recorrer. Como complemento, os artigos 16º e 17º defendem que "todos devem ter o direito de serem reconhecidos como pessoas perante a lei" e que ninguém deverá ser sujeito a interferências arbitrárias ou ilegais em sua privacidade, lar nem estar sujeito a ataques à sua reputação, tendo direito à proteção da lei (ONU 1966).

A violência policial ocorre frequentemente em situações de repressão da liberdade de expressão. Nesse sentido, vale ressaltar que o Artigo 19º do Pacto garante que toda pessoa tem o direito à liberdade de expressão (ONU 1966). Somado a isso, em Estados com minorias étnicas, religiosas ou linguísticas, os direitos do Pacto devem também ser garantidos para que não ocorra, no que nos interessa aqui, violência policial em direção a tais grupos. Considerando que os direitos dos cidadãos são respaldados pelos pactos e artigos acima, a violência policial consiste num sério problema a ser enfrentado no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

4.2 CONVENÇÃO CONTRA A TORTURA E OUTROS TRATAMENTOS OU PENAS CRUÉIS, DESUMANOS DEGRADANTES

A Convenção contra a Tortura foi adotada em 1984, mas entrou em atividade apenas após 1984, estando de acordo com os princípios dispostos na Carta das Nações Unidas. Como o 1º Artigo já define,

> [p]ara os fins da presente Convenção, o termo "tortura" significa qualquer ato pelo qual a dor ou o sofrimento grave, seja físico ou mental, é intencionalmente infligido a uma pessoa com a finalidade de obter dele ou de uma terceira pessoa informação ou confissão, punindo-o por um ato que ele ou uma terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeito de ter cometido, ou intimidando-o ou coagindo-o ou a uma terceira pessoa, ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer tipo, quando tal dor ou sofrimento for infligido por instigação ou com o consentimento ou aquiescência de um funcionário público ou outra pessoa agindo a título oficial (United Nations 1984, tradução própria).

Assim, todos os Estados Parte devem tomar as medidas cabíveis para que qualquer ato de tortura possa ser prevenido e considerado contra a lei (Artigos 2º e 4º). Qualquer pessoa que realize tais crimes, em qualquer Estado-membro, pode estar sujeito a extradição e outras medidas cabíveis. Mais do que isto, o Artigo 11º prevê que os Estados deverão manter regras, procedimentos e métodos claros para a custódia e tratamento de pessoas

submetidas a qualquer forma de detenção ou prisão em territórios sob sua jurisdição, com vistas a evitar casos de tortura (United Nations 1984).

Além do mais, segundo o Artigo 16º, os Estados-membros devem se comprometer a impedir que outros atos de penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes – não explicitados no Artigo 1º – ocorram sob o respaldo de um funcionário público ou autoridade oficial (United Nations 1984).

4.3 NORMAS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS PARA AÇÃO POLICIAL

As Normas de Direitos Humanos para Ação Policial foram criadas em 1997 pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (OHCHR, em sua sigla em inglês) como um guia de conduta das forças policiais quanto à preservação dos direitos humanos durante sua atuação. Este documento busca ser um manual prático para o uso da polícia, podendo ser referenciado em diferentes situações de risco (OHCHR 1997).

O guia não constitui um novo grupo de normas criadas especificamente para a regulamentação da atuação das forças policiais, mas sim um compilado de normas já estabelecidas, de diferentes documentos das Nações Unidas que se aplicam aos agentes do Estado. Esta iniciativa foi concebida a partir da análise do Alto Comissariado de que o complexo sistema de tratados tornava difícil o acesso às normas de direitos humanos relacionados à atuação dos agentes que interagem diretamente com a população e de oficiais de baixo escalão (OHCHR 1997).

As normas tratam dos princípios gerais da conduta policial: como deve ser feita de forma ética e legal e seu importante papel na manutenção das democracias. Elas também tratam do combate à discriminação e da conduta em relação a minorias e grupos vulneráveis como refugiados, imigrantes, mulheres e infratores menores de idade; ademais, é abordado o tratamento de vítimas. Além disso, há a delimitação da atuação da polícia durante o processo investigativo, especialmente durante prisões e detenções. O uso da força ganha destaque no documento, que recomenda a parcimônia, principalmente quanto ao uso de armas de fogo, as quais deveriam ser utilizadas – e seu uso reportado imediatamente – somente em casos extremos. Também é tratada no documento a conduta policial em casos diferenciados, como de desordem civil, estado de emergência e conflito armado (OHCHR 1997).

Desta maneira, as Normas Internacionais de Direitos Humanos para Ação Policial se mostram um guia muito abrangente dos deveres das forças policiais para a preservação dos direitos humanos das populações a quem elas servem. Este é, no entanto, como explicitado na introdução do documento, incompleto sem o desenvolvimento de programas de treinamento para estas forças que levem em conta a preservação dos direitos humanos (OHCHR 1997).

5 POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

Com intensos conflitos internos desde 1978, a **República Islâmica do Afeganistão** adotou, em 2017, uma legislação contra tortura, ato amplamente praticado por milícias e atores estatais, aproximando-se da Convenção contra Tortura das Nações Unidas. O governo afegão também criou uma Comissão contra a Tortura, buscando combater a prática dentro das forças de segurança pública. A atuação da ONU no país por meio da UNAMA (Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão) também tem se mostrado efetiva no combate de detenções arbitrárias e mortes extrajudiciais, já que garante uma estrutura mais consolidada para as denúncias de civis. Além disso, o país tem cooperado com a Austrália, França e Reino Unido para o treinamento de suas forças de segurança pública (HRW 2018a).

A **República da África do Sul** tem desde 1995 uma comissão que visa a combater as violações de direitos humanos dentro de seu território (Andrade e Ramos 2018). Dentro desta instituição, um dos focos é o combate à violência policial (The South African Human Rights Commission 2019). Entre 2003 e 2013 houve um aumento de 313% nas denúncias de casos de violência policial, o que segundo o governo sul africano é resultado dos programas que buscam conscientizar a população negra sobre seus direitos, já que métodos mais efetivos de denúncia estão sendo utilizados. O posicionamento internacional do país sobre o tópico reflete essas políticas adotadas internamente para o combate da má conduta policial (Smith 2013).

As denúncias de violência policial na **República de Angola** continuam um problema latente, mesmo após o fim do regime ditatorial de 38 anos. A grande maioria dos casos está relacionada à liberdade de expressão, com o emprego de força excessiva contra manifestantes e ativistas políticos. Durante a repressão de uma manifestação a favor da melhoria da acessibilidade de prédios públicos em Luanda, por exemplo, uma pessoa foi morta e 10 ficaram feridas (HRW 2018a). Diversos suspeitos de cometerem crimes têm sido assassinados violentamente por agentes da segurança pública angolana. Um deles, no qual um policial uniformizado atira várias vezes contra um suspeito de roubo, foi filmado e amplamente denunciado, levando o governo de Angola a adotar medidas mais rígidas para investigação e punição de violações de direitos humanos perpetradas por oficiais do país. O governo angolano, por sua vez, adota uma posição ambígua internacionalmente, defendendo o respeito aos direitos humanos, mas percebendo a necessidade de uma mudança gradativa no *modus operandi* de forças de segurança pública de países em desenvolvimento, sem interferência internacional (HRW 2019c).

No **Reino da Arábia Saudita** não há um código penal formal, havendo poucas limitações para a aplicação de penas no sistema judicial e para o uso da força por parte das forças de segurança pública, que incluem uma polícia religiosa. Em 2018, dados oficiais do governo saudita mostravam que mais

de dois mil indivíduos estavam há mais de seis meses sob custódia estatal sem terem sido indiciados — entre eles, crianças (HRW 2019c). Por decreto real de 1958, todavia, policiais podem passar até dez anos se condenados por tortura ou lesão corporal, com mais de 1500 oficiais tendo cumprido alguma pena por abuso de poder (The Law on Police Use of Force 2019f). Internacionalmente, o Reino se coloca como reformista, sendo a favor de mudanças paulatinas nos sistemas de segurança pública, tendo ratificado a Convenção Contra Tortura e Tratamento Desumano apenas em 2017.

Em 2011, foi acordado entre as províncias da **República Argentina** um termo de comprometimento para assegurar-se a utilização proporcional da força por agentes de segurança pública. Todavia, os índices de violência policial no país permanecem extremamente altos: um jovem é morto a cada 23 horas por um policial, com diversos casos reportados de tortura e assassinato dentro de presídios (Esteban 2018; HRW 2018a). Em julho de 2018, o grupo de trabalho das Nações Unidas sobre Detenções Arbitrárias reportou má conduta frequente nas detenções policiais, que repetidamente tem caráter discriminatório. O grupo também divulgou que 60% dos detidos do país ainda não haviam sido julgados e/ou indiciados, chegando a ficar até 6 anos em cárcere antes de serem apresentados a um juiz. Ainda assim, a política externa argentina para o assunto foca-se na defesa dos direitos humanos e o cumprimento dos acordos internacionais contra a tortura (HRW 2019c).

A **Comunidade da Austrália** tem regras rigorosas para o armamento civil, o que reduz os ataques que utilizam arma de fogo no país. O treinamento da polícia australiana é baseado na priorização de métodos não letais, em que oficiais são preparados para lidar com situações urgentes e sob pressão. Estes são repetidos anualmente com todos os integrantes da força. Por sua eficiência, a polícia civil da Austrália tem cooperado com os departamentos de polícia de outros países, como Filipinas, Índia e Ucrânia, além de participar ativamente de missões de paz das Nações Unidas. Ainda assim, há grande desconfiança com as forças de segurança pública por parte de minorias sociais, como imigrantes e aborígenes, o que reforça a dicotomia entre a situação interna do país e a política externa de promoção aos direitos humanos e reafirmação dos acordos que visam combater a tortura e a violência por parte de agentes estatais (Goldsworth 2014).

Na **República Popular do Bangladesh**, a violência policial é alarmante: em manifestações anteriores às eleições em dezembro de 2018, cerca de 7 mil manifestantes foram presos arbitrariamente, enquanto centenas ficaram feridos (HRW 2018b). O governo de Bangladesh, porém, tem investido intensamente no treinamento das forças de segurança pública, cooperando com forças policiais do Reino Unido, China, Japão e Austrália. Cursos semestrais sobre ética e direitos humanos também foram adotados, sendo estes obrigatórios para a progressão na carreira dos oficiais. A posição internacional bengalesa representa suas atuais políticas nacionais, defendendo reformas mais drásticas no sistema policial (Sarker 2018).

A **República Federativa do Brasil** tem empregado uma política de guerra às drogas há décadas, utilizando táticas e instituições concebidas ainda no período ditatorial que foram intensificadas a partir de janeiro de 2019, com políticas de "tolerância zero" adotadas nacionalmente e por governos estaduais (Milani 2019). Os treinamentos das forças de policiamento civil do país são dirigidos e administrados pelas forças de segurança nacional durando cerca de um ano, um longo período quando comparado a outros países da região. O posicionamento brasileiro no cenário internacional sobre o assunto ainda se dá de maneira ambígua, refletindo as violentas medidas internas ao passo que condena violações de direitos humanos em países africanos e asiáticos (Langlois 2017; Yagoub 2017).

A polícia civil da **República do Chile,** estruturada ainda durante a ditadura de Pinochet é permeada pela má conduta. Ainda assim, a polícia chilena é a instituição de segurança pública com maior confiabilidade populacional de toda América Latina (Yagoub 2017). Em 2005, a legislação do país sobre o uso legítimo da força por agentes de segurança pública foi reformada, a fim de adequar-se à Declaração Universal de Direitos Humanos e outros acordos e tratados internacionais e o posicionamento chileno em fóruns internacionais sobre o assunto tende a refletir estas medidas, promovendo a defesa de direitos humanos (The Law on Police Use of Force Worldwide 2019a).

O treinamento policial na **República Popular da China** é intenso e prolongado, chegando a durar três anos – um período superior à média mundial. O país penaliza capitalmente as condenações por corrupção, reduzindo substancialmente as denúncias dessas ações dentro das instituições de segurança pública. O treinamento policial do país é intenso e prolongado, chegando a durar três anos A instituição é vista como essencial na sociedade chinesa, sendo extremamente respeitada pelos civis e por outras instituições da nação, gozando de grande confiabilidade que respalda as ações dos oficiais legislativamente e judicialmente. No país, o uso de métodos letais por agentes de segurança pública é quase ilimitado, podendo, inclusive, disparar armas de fogo em locais públicos e movimentados em caso de fuga de suspeito, o que vai contra o direito internacional (The Law on Police Use of Force Worldwide 2019b). O debate sobre a adoção de medidas policiais similares a da RPC em Hong Kong gerou grandes manifestações na região, reprimidas violentamente (Kuo 2019). Desta maneira, a China se coloca internacionalmente contra a intervenção estrangeira no *modus operandi* de forças de segurança pública, tido como assunto estritamente interno (HRW 2018a)

A **República de Cuba** teve crescentes taxas de violência policial desde sua independência, com a institucionalização da polícia civil nacional. Entre 2010 e 2016 os casos de prisões arbitrárias mensais aumentaram de 172 para 827, caindo pela metade no ano seguinte, em uma iniciativa do governo cubano para implementar o respeito aos direitos humanos em seu sistema de segurança pública (HRW 2017; 2018). Ainda assim, casos de

abuso do uso da força por meio da tortura permanecem frequentes, sendo seguidamente acobertados pelo sistema judiciário do país. A posição internacional cubana sobre o assunto resguarda o princípio de não-intervenção, defendendo também o relativismo cultural de direitos humanos (Watts 2016).

O **Reino da Dinamarca**, como membro da União Europeia, está sob a jurisdição da Convenção Europeia de Direitos Humanos e da Corte Europeia de Direitos Humanos, sendo mandatório o treinamento da polícia dinamarquesa para o combate de crimes contra minorias, o que inclui crimes cometidos por agentes estatais (European Union Agency for Fundamental Rights 2019). Em 2012, as forças de segurança pública do país passaram por uma reforma para que passassem a ter como principal fundamento o respeito aos direitos humanos, buscando, ao mesmo tempo, manter-se um ambiente de trabalho seguro e atrativo (Vand e Flensburg 2014).

A **República Árabe do Egito** reformou suas forças policiais em 2010 com o objetivo de torná-las mais eficientes; porém, pouco foi feito em relação à proteção aos direitos humanos (Bradley 2011). A legislação egípcia é falha na garantia de direitos básicos, como a vida, dando ampla margem para as atividades de agentes estatais de segurança. Assim, a utilização excessiva da força é frequente, com denúncias de tortura e encarceramento arbitrário, sem que as denúncias sejam devidamente encaminhadas à justiça do país. A política externa egípcia para os direitos humanos defende o relativismo cultural, se posicionando contra a intervenção estrangeira, mas colocando-se a favor de reformas gradativas nos setores de segurança pública (HRW 2019c; Ashour 2016).

A constituição do **Reino da Espanha** não limita o uso da força por agências de segurança pública, todavia, oficiais são treinados para utilizarem armas letais apenas em ocasiões extremas. Em 2018, grandes protestos tomaram a região da Catalunha, com centenas de denúncias de abuso de poder por parte de oficiais, sendo que nenhum foi indiciado pelo Estado espanhol. O país ratificou as principais convenções referentes aos direitos humanos, como a Convenção Contra Tortura e Tratamento Desumano e a Convenção Europeia de Direitos Humanos e se coloca como forte defensor do cumprimento desses tratados no cenário internacional (The Law on Police Use of Force 2019g; HRW 2019c)

Desde que a **República das Filipinas** passou a empregar uma política de tolerância zero às drogas em julho 2016 4948 pessoas foram mortas pelas forças de segurança pública do país e outros 22983 homicídios estão sob investigação (HRW 2019c). Em maio de 2019, o governo filipino declarou que as academias de treinamento da polícia civil passarão a fazer parte da jurisdição da Polícia Nacional, com o objetivo de aumentar a eficiência do corpo, que também passou a receber treinamento da polícia australiana e britânica. O posicionamento internacional filipino se coloca contra a intervenção estrangeira no *modus operandi* de suas forças de segurança pública, defendendo a autonomia da instituição (National Police Training Institute,

2019; Romero 2019).

Por sua eficiência, a polícia civil da **República Francesa** tem treinado forças de segurança pública em diversos países, como Arábia Saudita, Espanha e Paquistão, além de fazer parte de missões das Nações Unidas. Desde os ataques terroristas no país em 2016, porém, o número de armas de fogo em circulação com oficiais estatais aumentou (Commander 2018; HRW 2017). Denúncias de tratamento desumano a minorias por policiais também têm sido recorrentes, com casos de grande repercussão de jovens negros e imigrantes torturados e estuprados (Al Jazeera 2017). Com as manifestações dos *Gilets Jaunes* em 2018, as denúncias de abuso de poder aumentaram significantemente, com dezenas de feridos e presos e 15 mortos, chamando a atenção de organizações não governamentais como a Anistia Internacional e a Human Rights Watch, que reportaram violações de direitos na França. Mesmo assim, a República Francesa permanece sendo uma das principais defensoras do universalismo dos direitos humanos, defendendo, inclusive, a intervenção em países que violem a DUDH (Sage 2018).

Em 2015 a **República da Guiné Equatorial** adotou uma reforma em sua legislação acerca do uso de força por oficiais de segurança pública, exigindo que outras formas de contenção fossem preferíveis à utilização de armas de fogo. Para esse fim, oficiais encarregados de controlar manifestações não carregam armas letais (The Law on Police Use of Force Worldwide 2019c). Segundo a Human Rights Watch (2018c), todavia, as forças policiais ainda recorrem ao uso excessivo da força, como ocorreu durante as eleições de 2018. Internacionalmente, o país se coloca favorável a reformas gradativas de instituições de segurança pública, sem ingerências externas.

A **República da Hungria** é conhecida por sua truculência com a minoria Romani e recentemente, tem sido denunciada pela violência contra imigrantes, se posicionando veementemente contra as políticas adotadas pela União Europeia. A legislação húngara não é explícita acerca de direitos humanos, o que dá uma margem maior para a má conduta de oficiais de segurança pública no país. Em poucos casos denunciados há policiais condenados, uma vez que muitos acusados continuam em serviço ao obterem uma permissão especial do Ministério do Interior. O posicionamento húngaro acerca do tema reflete o cenário nacional, defendendo o fim da imposição de políticas favoráveis aos direitos humanos por parte das Organizações Internacionais (Pivarnyik 2017).

A **Islândia** é um país esparsamente povoado, com taxas muito baixas de desigualdade social e criminalidade. Por isso, o treinamento da polícia civil islandesa é baseado em simulações de situações estressantes e urgentes, onde os agentes são obrigados a reagirem rápida e lucidamente. Ao se formarem, os policiais trabalham sem armas de fogo. A primeira morte causada por um agente estatal na história do país aconteceu em 2013, quando um policial atirou em um homem armado na capital do país. O país se coloca internacionalmente a favor da reforma de forças policiais que se baseiam no uso da força, estimulando a utilização de treinamento psicológico e tático

para agentes estatais como contrapartida (Tong 2013).

A legislação da **República da Índia** exige que todo preso passe por exames médicos logo após seu encarceramento, para garantir que ele não sofra maus tratos sob custódia da instituição. A apresentação do preso a um juiz dentro de 24 horas faz parte da mesma lei. Todavia, entre 2010 e 2015, 591 pessoas morreram enquanto encarceradas pela polícia civil do país (HRW 2018a). A impunidade de homicídios ligados à intolerância religiosa causados por agentes estatais tem aumentado, principalmente ao norte do país, não havendo um aparato de fato regulador, onde denúncias possam ser feitas e investigadas (BBC 2018).

A **República da Indonésia** registrou casos de violência policial contra manifestantes e militantes políticos, com denúncias que incluem tortura (Thomas 2019). No início de 2019, as próprias Nações Unidas denunciaram, em nota, aos casos de tortura contra militantes separatistas da região de Papua (NDTV 2019). Desde 2015 o governo indonésio coopera com a Associação para a Prevenção da Tortura (APT) na formulação e aplicação de um programa de treinamento de policiais que respeite os direitos à vida e forneça tratamento digno, além de treinamentos executados em cooperação com a Austrália, Reino Unido e Estados Unidos da América (Goldsworth 2014; APT 2015)

A **República do Iraque** tem passado por profundas reformas em suas instituições desde 2006, especialmente em relação a suas forças de segurança nacional e civil (Beehner, 2006). Diversos programas simultâneos tem sido empregados no país. Dentre eles, o *Iraq Police Program*, em cooperação com os Estados Unidos, reestruturou o setor de segurança pública e promoveu o treinamento e atualização técnica dos profissionais iraquianos (IACP 2019). A cooperação com a Itália no setor também tem se mostrado produtiva, com centenas de oficiais do Iraque sendo enviados à Europa e vice-versa (Shuster 2011).

As forças policiais da **República Italiana** são conhecidas por sua eficiência, como é o caso da *Carabinieri*, a polícia nacional que se tornou um símbolo do país. O departamento de polícia da Itália tem cooperado com outras nações por décadas, como são os casos de França e Espanha, mas também tem cooperado mais recentemente com países longínquos, como Iraque e Somália (Shuster 2011). As legislações italianas acerca da utilização de força pelas polícias nacional e civil, todavia, não são explícitas quanto ao resguardo de direitos humanos, sendo muitas das leis herdadas do regime de Mussolini, o que torna recorrentes os casos de tortura e abuso de poder (Law on Police Use of Force Worldwide 2019d; Worley 2016).

O sistema de segurança pública do **Estado do Japão** teve grandes escândalos de corrupção e assassinatos nos anos 1990. Com a diminuição da confiança popular na instituição, uma reforma foi implementada, visando a aproximar a sociedade dos policiais. Treinamentos para a redução da utilização de força passaram a ser aplicados, ao passo que policiais infratores começaram a ser duramente punidos. Assim, a polícia japonesa é, atual-

mente, altamente desmilitarizada, gozando também, de grande confiabilidade da sociedade nipônica (Tsushima e Hamai 2015).

A Constituição do **Estado do Kuwait** não explicita o dever de seus agentes de segurança resguardarem os direitos humanos, não havendo regulamentação e limitação do uso da força pelas forças policiais do país (The Law on Police Use of Force Worldwide 2019e). Em 2017, porém, visitas e inspeções do Comitê Internacional da Cruz Vermelha constataram crescente interesse e a existência de iniciativas para atender a tratados internacionais sobre direitos humanos e segurança pública (Kuwait 2017).

Os **Estados Unidos Mexicanos**, tal como grande parte da América, têm passado por um processo de militarização da segurança pública, no qual o exército nacional é utilizado no policiamento civil. Neste contexto, as prisões arbitrárias aumentaram exponencialmente, com 64% da população carcerária afirmando que sofreu algum tipo de abuso ou tratamento degradante por oficiais estatais (HRW 2017). Em 2017, uma reforma legislativa foi aprovada, visando a reduzir a burocracia e melhorar o acesso a reparações às vítimas de violência policial, cenário refletido no posicionamento internacional do país, que defende reformas gradativas dos setores de segurança pública com o objetivo de respeitar os acordos e tratados internacionais sobre conduta de agentes de policiamento (HRW 2019c).

Ainda lidando com o grupo terrorista Boko Haram, a **República Federal da Nigéria e**nfrenta dificuldades para criar estabilidade e ordem social. Em 2018, durante manifestações pacíficas, a polícia civil nigeriana agiu violentamente, utilizando armas de fogo e bombas de gás, o que resultou em dezenas de feridos e detidos (HRW 2018a). Com a intensificação dos protestos contra a violência policial, o governo da Nigéria decidiu iniciar uma reforma das forças responsáveis pela segurança pública do país, instaurando um conselho em sua Comissão Nacional de Direitos Humanos para investigar denúncias de abuso policial. Desta maneira, a Nigéria se coloca internacionalmente a favor de reformas nos sistemas de segurança pública que ainda facilitam a má conduta policial e dificultam a denúncia desta (Adebayo 2018).

A legislação da **República Islâmica do Paquistão** sobre a utilização de força por agentes de segurança pública é baseada nas leis do período colonial, em que a repressão policial era essencial para a manutenção do regime instaurado. Assim, oficiais do policiamento civil têm, até hoje, grande liberdade em relação ao uso de força. Os altos índices de corrupção no setor são um fator agravante da situação, que impede a denúncia de casos de abuso policial e, consequentemente, a investigação dos mesmos (Boone 2016). O Paquistão, porém, tem investido para a mudança dessa realidade, cooperando com as Nações Unidas para a reestruturação e modernização dos setores responsáveis pela segurança pública e resguardo dos direitos humanos (UNODC 2019).

Em 2014 a **República do Peru** aprovou uma emenda constitucional que limitava a utilização de força letal por agentes da segurança pública a

casos extremos, como autodefesa e iminência de homicídio. Todavia, no ano seguinte, um decreto que garante imunidade legal de policiais e militares que causassem danos ou morte no cumprimento de seus deveres profissionais foi aprovado. Este decreto torna o processo de denúncia e investigação de abusos de poder por oficiais de segurança civil ainda mais burocrático, estimulando a impunidade. Mesmo assim, a política externa peruana defende o universalismo dos direitos humanos, e por sua vez, o combate à tortura (HRW 2019c).

O setor de segurança pública do **Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte** é baseado no policiamento comunitário, onde toda a sociedade se vê na responsabilidade de manter a ordem social. Assim, armas de fogo não são vistas como essenciais na nação e apenas 20% dos oficiais as portam (Kelly 2012). O treinamento da polícia britânica também se baseia na não utilização de métodos letais, focando na capacitação para situações estressantes e sob pressão, o que trouxe como resultado uma das taxas mais baixas de mortes por agentes estatais do mundo (Lartey 2014). A cooperação no setor de segurança pública britânica é extensa, fornecendo treinamento para diversos países do Oriente Médio, além de Indonésia, Singapura e Polônia (Amin 2017). Com o aumento do fluxo migratório, porém, o aumento da brutalidade policial contra minorias tem sido denunciado por ONGs (Francis 2018).

Os conflitos civis da **República Democrática do Congo** fragilizaram suas instituições estatais, incluindo os sistemas judiciário e de segurança pública. Em 2018, 883 civis foram mortos e 1400 foram abduzidos por forças policiais. Com o enfraquecimento do sistema judiciário do país, essas violações tendem a não ser investigadas e punidas. A vasta atuação de grupos rebeldes no país tem exigido o emprego de forças de segurança nacional dentro do território da RDC, o que ocasionou o aumento da circulação de policiais e armas letais, que explica o maior número de assassinados por agentes do Estado. Neste contexto, a RDC tenta fortalecer suas instituições, defendendo internacionalmente a não-intervenção no que tange a conduta de agentes de policiamento estatal dentro de seu território (HRW 2019c).

Na **Federação Russa,** grande parte do treinamento das forças de segurança pública ainda é baseado no *modus operandi* utilizado durante o regime soviético, sem perpassar pela ética, não adaptando-se verdadeiramente aos novos padrões de conduta baseados no direito internacional que visam o respeito aos direitos humanos (Morn e Sergevnin 1994). O limitado acesso de ONGs ao território russo dificulta a divulgação de denúncias, que são omitidas pelo governo e dificilmente investigadas. Desta forma, oficiais perpetradores de violência policial e detenções arbitrárias, que repreendem manifestantes violentamente e aplicam métodos de tortura a presos seguem impunes, fundamentados pelas instituições russas (HRW 2019c).

A legislação acerca do uso força por oficiais de segurança pública da **República Tunisina** ainda remete ao período ditatorial, não tendo grandes restrições. O sistema judiciário, por sua vez, é debilitado, ocultando por

muito tempo violações de direitos humanos causadas por agentes estatais. Desde 2018, todavia, uma nova constituição tem sido implementada, excluindo leis repressivas. Além disso, tem-se como objetivo a criação e o fortalecimento de instituições democráticas; objetivo que transparece na defesa de reformas autônomas de setores responsáveis pela segurança pública (Amnesty International 2019).

A violência policial na **Ucrânia** permanece comum, com diversos casos de detenções arbitrárias de manifestantes e tratamento desumano de minorias sociais, como a etnia Romani. Ao mesmo tempo, não há responsabilização legal dos oficiais perpetradores de violações aos direitos humanos, de forma que as denúncias são, usualmente, omitidas (HRW 2019c). Contudo, tem-se investido no sistema de segurança pública, optando por uma reforma gradual, na qual são criadas instituições responsáveis por resguardar os direitos humanos. O treinamento de agentes estatais também tem sofrido alterações a partir da cooperação com o departamento de segurança pública australiano (Ucrânia 2018).

O treinamento policial da **República Oriental do Uruguai** é um dos mais extensos da América do Sul, focando na redução da utilização de métodos letais e respeito aos direitos humanos, o que resultou em uma das taxas mais baixas de homicídio por agentes estatais do continente (Bacelo 2018). Desde 2018, porém, o país tem enfrentado um aumento de crimes violentos, que quase dobraram (Colombo 2018). Desta forma, cresce a pressão popular sobre o governo para a adoção de medidas mais severas para combater os altos índices de violência, entre elas a militarização do serviço de segurança pública, que flexibilizaria a legislação acerca do uso de força por policiais (Albaladejo 2018).

QUESTÕES A PONDERAR

1 Que medidas podem ser aplicadas internacionalmente para garantir a preservação dos direitos humanos em ações policiais?

2 Quais são os principais desafios que os Estados enfrentam internamente para a garantia dos direitos humanos no contexto da garantia da ordem e da segurança nacional?

3 Que tipo de medida de repreensão pode ser tomada pela comunidade internacional para garantir que os direitos humanos sejam preservados nas ações policiais internas dos diferentes Estados?

4 Quais os principais entraves para a efetividade das medidas internacionais quanto à regularização da ação policial?Como garantir que as operações policiais sigam as normas internacionais de direitos humanos em situações de conflito?

REFERÊNCIAS

12 °Anuário Brasileiro De Segurança. Report. Fórum Brasileiro De Segurança. 9 de agosto de 2018. http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/03/Anuario-Brasileiro-de-Seguran%C3%A7a-P%C3%BAblica-2018.pdf

Adebayo, Bukola. 2018. "How a social media movement against police brutality prompted Nigerian government to act". CNN. Última modificação em 20 de agosto. https://edition.cnn.com/2018/08/20/africa/nigeria-police-brutality-report/index.html. Acesso em 09 jun. 2019.

Adorno, Sérgio. 1995. "Discriminação Racial e Justiça Criminal em São Paulo." *Novos Estudos* 43: 45-63. Acesso 01 de maio. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/203942/mod_resource/content/1/Adorno.pdf

África do Sul. Human Rights Comission. 2019. Acesso em 09 de junho. https://www.sahrc.org.za/

Al Jazeera. 2017. "Paris Police Say Rape of Black Man an 'Accident'". Última modificação 10 de fevereiro de 2017. https://www.aljazeera.com/news/2017/02/paris-police-claim-rape-black-man-accident-170210145012137.html

Albaladejo, Angelika. 2018. "Uruguay Faces Rising Public Pressure to Militarize Fight Against Crime". InSight Crime. Última modificação 18 de maio de 2018. https://www.insightcrime.org/news/brief/uruguay-public-pressure-militarize-fight-crime

Albrecht, James F. 2017. Police Brutality, Misconduct, and Corruption*:* Criminological Explanations and Policy Implications. Nova Iorque: Springer.

Allam, Lorena; Calla Wahlquist, e Nicki Evershed. 2018. "The 147 Dead: Terrible Toll of Indigenous Deaths in Custody Spurs Calls for Reform". The Guardian. Última modificação 28 de agosto de 2018. https://www.theguardian.com/australia-news/2018/aug/28/the-147-dead-indigenous-leaders-demand-action-over-unacceptable-deaths-in-custody

Amin, Lucas. 2017. "UK police earned millions training officers in repressive regimes". The Guardian. Acesso em 09 de junho. https://www.theguardian.com/law/2017/sep/15/uk-police-earned-millions-training-officers-in-repressive-regimes.

Amnesty International. 2015. *Você matou meu filho*: Homicídios cometidos pela polícia militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anistia Internacional.

–––. "If You Are Poor, You Are Killed": Extrajudicial Executions in the Philippines' War on Drugs. Londres, 2017a. https://www.amnestyusa.org/files/philippines_ejk_report_v19_final_0.pdf

–––. 2017b. "España: Uso Excesivo de la Fuerza por Parte de Policía Nacional y Guardia Civil en Cataluña". Última modificação 3 de outubro de 2017. https://www.amnesty.org/es/latest/news/2017/10/spain-excessive-use-of-force-by-national-police-and-civil-guard-in-catalonia/

–––. Informe 2017/2018: o Estado dos Direitos Humanos no Mundo. Londres, 2018a. https://www.amnesty.org/download/Documents/POL1067002018BRAZILIAN%20PORTUGUESE.PDF

–––. 2018b. "Police Must End Use of Excessive Force against Protesters and High School Children in France". Última modificação 14 de dezembro de 2018. https://www.amnesty.org/en/latest/news/2018/12/police-must-end-use-of-excessive-force-against-protesters-and-high-school-children-in-france/

–––. 2019. "Tunisia: Investigations into deadly police abuses must deliver long awaited justice". Acesso em 09 de junho. https://www.amnesty.org/en/latest/news/2019/04/tunisia-investigations-into-deadly-police-abuses-must-deliver-long-awaited-justice/.

Andrade, Bianca Ferreira; Ramos, Eduarda Fontana. 2018. Nações Sem Estado: a situa-

ção da população curda. *UFRGS Model United Nations Journal* 6: 46-87.

Ashour, Omar. 2016. "Egypt's notorious police brutality record". Al Jazeera. Acesso em 09 de junho. https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/2016/03/egypt-notorious-police-brutality-record-160322143521378.html.

Association for the Prevention of Torture (APT). 2015. "Indonesia invests in training of police to prevent torture". Acesso em 09 de junho. https://www.apt.ch/en/news_on_prevention/indonesia-invests-in-training-of-police-to-prevent-torture/.

Bacelo, Antonella. 2011. "La formación de los policías en Uruguay: 700 tiros en seis meses". El Observador. Acesso em 09 de junho. https://www.elobservador.com.uy/nota/la-formacion-de-los-policias-en-uruguay-700-tiros-en-seis-meses-2018411500.

Barros, Ciro. 2015. "Is Brazil's Military Police Training Too Brutal?". InSight Crime. Acesso em 09 de junho. https://www.insightcrime.org/news/analysis/is-brazil-military-police-training-too-brutal/

BBC News. 2018. "The Indian state where police kill with impunity". Acesso em 09 de junho. https://www.bbc.com/news/world-asia-india-45719940.

Beehner, Lionel. 2006. "Iraq Security: Limping Forward". Council on Foreign Relations. Acesso em 09 de junho. https://www.cfr.org/backgrounder/iraq-security-limping-forward.

Berry, John W., and Colette Sabatier. 2010. "Acculturation, Discrimination, and Adaptation among Second Generation Immigrant Youth in Montreal and Paris." *International Journal of Intercultural Relations* 34 (3): 191-207. doi:10.1016/j.ijintrel.2009.11.007.

Bertonha, João Fábio. 2013. "A Estratégia Nacional de Defesa do Brasil e a dos Outros BRICs em Perspectiva Comparada". *Revista Brasileira de Política Internacional* 56 (2): 112-130. https://www.redalyc.org/html/358/35829339007/

Biblioteca Virtual de Direitos Humanos USP. 2019. "A Lei de Habeas Corpus de 1679" Acesso em 17 de setembro. http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/a-lei-de-qhabeas-corpusq-1679.html

Bittner, Egon. 1970. The functions of the police in modern society. Chevy Chase: National Institute of Mental Health.

Boone, Jon. 2016. "Pakistan police accused of illegally killing hundreds of suspects a year". The Guardian. Acesso em 09 de junho. https://www.theguardian.com/world/2016/sep/26/pakistan-police-accused-of-illegally-killing-hundreds-of-suspects-a-year.

Botz, Dan La. 2015. "El Movimiento Black Lives Matter se Organiza y Trata de Definirse Políticamente". Acesso em 1 de maio. https://www.vientosur.info/spip.php?article9935

Bradley, Matt. 2011. "Egypt's Police Face New Duty: Protect, Serve". The Wall Street Journal. Acesso em 09 de junho. https://www.wsj.com/articles/SB10001424052702304521304576446314261940744.

Brasil. Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm

Castro, Susana. 2017. "A Origem do Estado Moderno em Maquiavel e Hobbes". *Dossiê Ética e Política* 6 (2) 13-22. http://www.periodicos.ufes.br/sofia/article/view/16673

Cave, Damien e Mitchell, Brook. 2019. "A Broken Skull, a Dubious Paper Trail: Australian Justice for One Aboriginal Man". Última modificação 1 de maio. https://www.nytimes.com/2019/05/01/world/australia/aboriginal-police-brutality-wadeye.html

Chauí, Marilena. 2000. Convite à Filosofia. São Paulo: Editora Ática.

Chistyakova, Yulia e Annette Robertson. 2012. "Youtube Cops and Power Without Limits: Understanding Police Violence in 21st Century Russia", *The Journal of Power Institutions of Post-soviet Societies* 13: Acesso em 01 de maio. https://journals.openedition.org/pipss/3949

Collantes Celador, Gemma. 2008. "Becoming 'European' through Police Reform: a Suc-

cessful Strategy in Bosnia and Herzegovina?". *Crime, Law and Social Change*, 51 (2): 231-242. doi:10.1007/s10611-008-9157-x

Colombo, Sylvia. 2018. "Sobe 66% o número de homicídios no Uruguai por causa do narcotráfico". Folha de S. Paulo. Acesso em 09 de junho. https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/09/sobe-66-o-numero-de-homicidios-no-uruguai-por-causa-do-narcotrafico.shtml.

Commander, Emily. 2018. "Most UK police don't carry guns. What about other countries?". EuroNews. Acesso em 09 de junho. https://www.euronews.com/2018/05/30/most-uk-police-don-t-carry-guns-what-about-other-countries-.

Common Cause. 2018. "Let the Numbers Speak: Police Performance Review." Em Status of Policing in India Report 2018. Nova Déli: Common Cause & Lokniti.

———. 2018. "Experience with the Police." Em Status of Policing in India Report 2018. Nova Déli: Common Cause & Lokniti.

The Diplomat. 2017. "Civil Guard to cooperate in the training of French police officers". Acesso em 09 de junho. https://thediplomatinspain.com/en/2017/09/civil-guard-to-cooperate-in-the-training-of-french-police-officers/

Ebner, Michael. 2006. "The Political Police and Denunciation during Fascism: a Review of Recent Historical Literature". *Journal of Modern Italian Studies*, 11 (2): 209-226, doi: 10.1080/13545710600658602

The Economist. 2014. "Don't Shoot." Última modificação 11 de dezembro de 2014. https://www.economist.com/united-states/2014/12/11/dont-shoot.

Esteban, Edgardo. 2018. "Argentinos marchan contra violencia policial". Telesur. Acesso em 09 de junho. https://www.telesurtv.net/news/gatillo-facil-violencia-policial-argentina-20180827-0036.html

European Agency for Fundamental Rights. 2019. "Training of police in the identification and handling of hate crimes". Acesso em 09 de junho. https://fra.europa.eu/en/promising-practices/training-police-identification-and-handling-hate-crimes

Fatal Encounters. 2019. "Our Visualizations". Acesso em 12 de janeiro. https://fatalencounters.org/our-visualizations/

Filipinas. Instituto Nacional de Treinamento Policial. 2015. Acesso em 09 de junho. http://ppsc.gov.ph/2015-03-27-03-54-36/2015-04-03-00-25-57.

Foty, Cherine. 2012. "Les Cités, como Favelas, e os Projetos: Obrigações do Direito Internacional na Luta contra a Brutalidade Policial Racista em Guetos Franceses, Brasileiros e Americanos." *Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito* 4 (2): 110-30. doi:10.4013/rechtd.2012.42.02.

Francis, Sam. 2018. "Met Police 'use force more often' against black people". BBC News. Acesso em 09 de junho. https://www.bbc.com/news/uk-england-london-44214748.

Gao, Charlotte. 2018. "China Vows to Protect The Authority of Police". The Diplomat. Acesso em 09 de junho. https://thediplomat.com/2018/09/china-vows-to-protect-the-authority-of-police/

Gerber, Theodore P., e Sarah E. Mendelson. 2008. "Public Experiences of Police Violence and Corruption in Contemporary Russia: A Case of Predatory Policing?". *Law & Society Review* 42 (1): 1-44. DOI: 10.1111/j.1540-5893.2008.00333.x

Goldsworthy, Terry. 2014. "Shoot to kill: the use of lethal force by police in Australia". The Conversation. Acesso em 09 de junho. https://theconversation.com/shoot-to-kill-the-use-of-lethal-force-by-police-in-australia-34578

Gomes, Luiz Flávio. 2014. "Execução Sumária é Parte do Genocídio Brasileiro, diz colunista". *Congresso em Foco.* Acesso em 17 de setembro. https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/colunas/execucao-sumaria-e-parte-do-genocidio-brasileiro-diz-colunista/

Grandin, Felipe e Marco Antônio Martins. 2018. "Número de Mortes por Intervenção Policial no RJ Mais que Dobra em Cinco Anos". Última modificação 15 de agosto 2018. https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/15/numero-de-mortes-por-intervencao-policial-no-rj-chega-a-895-em-2018.ghtml

Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária. 2013. "O Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária" Acesso 17 de setembro. http://acnudh.org/wp-content/uploads/2013/03/PT-Factsheet-WGAD1.pdf

The Guardian. 2016 "Violent Clashes Break Out in Paris Suburbs over Death of Man in Custody". Última modificação 21 de julho de 2016. https://www.theguardian.com/world/2016/jul/21/violent-clashes-break-out-in-paris-suburbs-over-death-of-man-in-custody

Hale, Holly. 2019. "Clean-Shaven Teenager, 18, Is Hospitalised after Being Thrown into a Fence and Arrested by Police - Who Mistook Him for a Violent 40-year-old Offender with a GOATEE". Última Modificação 20 de janeiro. https://www.dailymail.co.uk/news/article-6613347/Melbourne-teenager-Tommy-Lovett-left-bleeding-arrested-police-mistaken-man.html

Hobbes, Thomas. 2004. Leviatã. São Paulo: Martin Claret.

Hobsbawm, E. 2000. O Novo Século. Rio de Janeiro: Companhia das Letras.

Howard, Jacqueline. 2016. "Black Men Nearly 3 Times as Likely to Die from Police Use of Force, Study Says". Última modificação 20 de dezembro de 2016. https://edition.cnn.com/2016/12/20/health/black-men-killed-by-police/index.html

Huggins, Martha K. 1987. "U.S.-Supported State Terror: A History of Police Training in Latin America." *Crime and Social Justice* 27 (28): 149-71. http://www.jstor.org/stable/29766331.

Human Rights Watch (HRW). *World Report 2017:* events of 2016. Nova Iorque: Human Rights Watch, 2017. https://www.hrw.org/sites/default/files/world_report_download/wr2017-web.pdf

–––. *World Report 2018*: events of 2017. Nova Iorque: Human Rights Watch, 2018a. https://www.hrw.org/sites/default/files/world_report_download/201801world_report_web.pdf

–––. *Creating Panic:* Bangladesh Election Crackdown on Political Opponents and Critics. Nova Iorque: Human Rights Watch, 2018b. https://www.hrw.org/sites/default/files/report_pdf/bangladesh1218_web.pdf

–––. *Guinea:* Deaths, Criminality in Post-Election Violence. Nova Iorque: Human Rights Watch, 2018c. https://www.hrw.org/news/2018/07/24/guinea-deaths-criminality-post-election-violence

–––. 2019a. "Brazil: Police Killings at Record High in Rio." Última modificação 19 de fevereiro. https://www.hrw.org/news/2018/12/19/brazil-police-killings-record-high-rio

–––. 2019b. "European Union: Events of 2018." Acesso em 01 de maio. https://www.hrw.org/world-report/2019/country-chapters/european-union

–––. *World Report 2019*: events of 2018. Nova Iorque: Human Rights Watch, 2019c. https://www.hrw.org/sites/default/files/world_report_download/hrw_world_report_2019.pdf

International Association of Chiefs of Police. 2019."The Iraq Police Education Program (IPEP)". Acesso em 09 de junho. https://www.theiacp.org/projects/the-iraq-police-education-program-ipep.

Kauff, Mathias, Ralf Wölfer, and Miles Hewstone. 2017. "Impact of Discrimination on Health among Adolescent Immigrant Minorities in Europe: The Role of Perceived Discrimination by Police and Security Personnel." *Journal of Social Issues* 73 (4): 831-51. doi:10.1111/josi.12250.

Kelly, Jon. 2012. "Why British police don't have guns". BBC News. Acesso em 09 de junho. https://www.bbc.com/news/magazine-19641398.

Kuo, Lily. 2019. "Hong Kong police and demonstrators clash as tensions escalate". The Guardian. Acesso em 23 de setembro. https://www.theguardian.com/world/2019/sep/22/hong-kong-pro-democracy-protests-turn-violent-again

Kuwait. Ministry of Interior. 2017. "International Praise of the Interior Ministry Achievements and Applications in the Human Rights Field". Acesso em 09 de junho. https://moi.gov.kw/portal/venglish/ShowPage.aspx?newsID=17994.

Lambert, Robert. 2013. "The Muslim Safety Forum: Senior Police and Muslim Community Engagement during the War on Terror". Em Preventing Ideological Violence Communities, Police and Case Studies of "Success", editado por P. Daniel Silk, Basia Spalek, and Mary O'Rawe. Nova York: Palgrave Macmillan.

Langlois, Jill. 2017. "At Sao Paulo's police academy, cadets prepare for an unpopular job". Los Angeles Times. Acesso em 09 de junho. https://www.latimes.com/world/mexico-americas/la-fg-brazil-police-academy-20171104-story.html

Lartey, Jamiles. 2015. "By the numbers: US police kill more in days than other countries do in years". The Guardian. Acesso em 09 de junho. https://www.theguardian.com/us-news/2015/jun/09/the-counted-police-killings-us-vs-other-countries.

Laughland, Oliver. 2019. "Sandra Bland: Video Released Nearly Four Years after Death Shows Her View of Arrest". Última modificação 7 de maio. https://www.theguardian.com/us-news/2019/may/07/sandra-bland-video-footage-arrest-death-police-custody-latest-news

Mapping Police Violence. 2017. 2017 Police Violence Report. https://policeviolencereport.org/.

Meeks, David. 2006. "Police Militarization in Urban Areas: The Obscure War Against the Underclass". *The Black Scholar,* 35 (4): 33-41. doi:10.1080/00064246.2006.11413331

Milani, Lívia Peres. 2019. "Triggering Police Violence in Brazil". North American Congress on Latin America. Acesso em 09 de junho. https://nacla.org/news/2019/04/10/triggering-police-violence-brazil

Moço, Vinícius Rocha. 2018. "Das Execuções Sumárias Cometidas pelos Agentes Públicos: Um Estudo da Violência Policial e Seletividade no Brasil". *Revista de Ciências do Estado* 3 (2): 97-116. https://periodicos.ufmg.br/index.php/revice/article/view/5118/3171

Morn, F., e V. Sergevnin. 1994. "Police Training in Modern Russia". *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, 18 (1-2): 119–128. doi:10.1080/01924036.1994.9689034

Natanel, Katherine. 2016. "Border Collapse and Boundary Maintenance: Militarisation and the Micro-Geographies of Violence in Israel–Palestine." *Gender, Place & Culture* 23 (6): 897-911. doi:10.1080/0966369x.2015.1136807.

NDTV. 2019. "UN Condemns Police Violence In Indonesia After Snake Used To Scare Suspect". Acesso em 09 de junho. https://www.ndtv.com/world-news/united-nations-condemns-indonesias-police-violence-after-snake-used-to-scare-suspect-1997605.

Novoa, Claudia Pérez. 2007. "Libertad Personal, Detención Arbitraria y los Mecanismos Judiciales para su Tratamiento". Especialização. Escuela Superior de Administración Pública, Bogotá.

Office of the High Commissioner of Human Rights (OHCHR). 1997. International Human Rights Standards for Law Enforcement: A Pocket Book on Human Rights for the Police. Centre for Human Rights. https://www.ohchr.org/Documents/Publications/training5Add1en.pdf.

Oliveira, Carlos Alberto de e Hemano Machado Ferreira Lima. 2016. "A Humanização na Abordagem Policial Militar" *Jornal Conhecer* 6 (17):6-23. https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/606/480

Organização das Nações Unidas (ONU), Assembleia Geral. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf

–––, Assembleia Geral. 1966. Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos. A/

RES/2200A(XXI) (16 de dezembro de 1966). https://www.ohchr.org/en/professionalinterest/pages/ccpr.aspx

–––. 2001. "Direitos Humanos: Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias". Lisboa.

Passos, Aline. 2019. "Legítima Defesa e Autos de Resistência". *Correio da Cidadania.* Acesso em 17 de setembro. http://www.correiocidadania.com.br/politica/13666-legitima-defesa-e-autos-de-resistencia-i

Pereda, Cristina. 2016. "Cleveland paga 21,3 milhões de reais de indenização pela morte a tiros de um garoto negro". El País. Acesso em 01 de maio. https://brasil.elpais.com/brasil/2016/04/25/internacional/1461600715_121200.html

Peak, Gordon. 2004. Policing the peace: Police reform experiences in Kosovo, Southern Serbia and Macedonia. Safeworld. https://gsdrc.org/document-library/policing-the-peace-police-reform-experiences-in-kosovo-southern-serbia-and-macedonia/

Pivarnyik, Baláz. 2017. "In Hungary violent police officers are often let off the hook". The Budapest Beacon. Acesso em 09 de junho. https://budapestbeacon.com/in-hungary-violent-police-officers-are-often-let-off-the-hook/

Porter, Louise, e Celia Warrender. 2009. "A multivariate model of police deviance: examining the nature of corruption, crime and misconduct". *Policing and Society: An International Journal of Research and Policy.* 19 (1): 79-99. DOI: 10.1080/10439460802457719.

Prenzler, Tim. 2009. Police Corruption*:* Preventing Misconduct and Maintaining Integrity. Boca Raton: CRC Press.

Reiter, Randy B, M. V. Zunzunegui, e José Quiroga. 2007. Diretrizes para Relatórios de Campo sobre Violações de Direitos Humanos Básicos. In Direitos Humanos e Estatística: o arquivo posto a nu, organizado por Thomas B. Jabine e Richard P. Claude, 123-163. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

Roberson, Cliff. 2017. Police Misconduct: A Global Perspective. Boca Raton: CRC Press.

Rocha, Alexandre Pereira da. 2013. "Polícia, violência e cidadania: o desafio de se construir uma polícia cidadã". *Revista Brasileira de Segurança Pública.* 7 (1): 84-100.

Roeder, Philip G. e Rothschild, Donald. 2005. Sustainable Peace: Power and Democracy after Civil Wars. Ithaca, Cornell University Press.Romero, Alexis. 2019. "Duterte signs law transferring police academy, institute to PNP". Philippine Star. Acesso em 09 de junho. https://www.philstar.com/headlines/2019/05/24/1920488/duterte-signs-law-transferring-police-academy-institute-pnp#djBVzTYRxjhQSIFu.99.

Ross, Jeffrey Ian. 2012. Policing Issues: Challenges and Controversies, Sudbury, MA: Jones and Bartlett.

Rousseau, Jean-Jacques. 1999. O Contrato Social. São Paulo: Editora Martins Fontes.

–––. 2008. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Porto Alegre: Editora L&PM.

Sage, Adam. 2019. "Demonstrator loses hand in yellow vest protests in Paris". The Times. Acesso em 09 de junho. https://www.thetimes.co.uk/article/demonstrator-loses-hand-in-yellow-vest-protests-in-paris-ctnc5l0pw.

–––. 2019. "Police cadets need more training, chiefs say". The Brussels Times. Acesso em 09 de junho. https://www.brusselstimes.com/all-news/belgium-all-news/justice-belgium/54717/police-cadets-need-more-training-chiefs-say/

Santos, José Vicente Tavares dos. 2004. "The world police crisis and the construction of democratic policing". *International Review of Sociology* 14(1), 89-106. DOI: 10.1080/0390670042000186789

Sarang, Anya, Tim Rhodes, Nicolas Sheon, and Kimberly Page. "Policing Drug Users in Russia: Risk, Fear, and Structural Violence." *Substance Use & Misuse* 45, no. 6 (2010): 813-64.

doi:10.3109/10826081003590938.

Sarker, Saqib. 2018. "Bangladesh opposition alleges mass arrests ahead of polls". Al Jazeera. Acesso em 09 de junho. https://www.aljazeera.com/news/2018/12/bangladesh-opposition-faces-mass-arrests-polls-181224182635053.html

Senado Federal. "Relatório Final CPI Assassinato de Jovens". Brasília. 2016. Acesso em 12 de maio. https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2016/06/08/veja-a-integra-do-relatorio-da-cpi-do-assassinato-de-jovens

Seville, John. 1969. Primitive Accumulation and Early Industrialization in Britain. *The Socialist Register,* 247-271. https://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5286/2187.

Shuster, Mike. 2011. "Italy Prepares Iraqi Police To Protect Country's Oil". National Public Radio. https://www.npr.org/2011/04/07/135175114/italy-prepares-iraqi-police-to-protect-countrys-oil

Silk, Spalek and O'Rawe. 2013. *Preventing Ideological Violence:* Communities, Police and Case Studies of "Success". New York: Palgrave Macmillan.

Silva, Anderson Alves do Santos, e Edmundo Carneiro de Rezende Neto. 2018. "Abuso de Autoridade e Força Policial". Trabalho de Conclusão de Curso. Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás.

Singh, Indervir. 2012. "Social Norms and Occupational Choice: the Case of Caste System in India." *Indian Journal of Economics and Business* 11 (2).

Smith, David. 2013. "South Africa reports of police brutality more than tripled in the last decade". The Guardian. Acesso em 09 de junho. https://www.theguardian.com/world/2013/aug/22/south-africa-police-brutality-increase

Stewart, Eric A., Eric P. Baumer, Rod K. Brunson, and Ronald L. Simons. 2009."Neighborhood Racial Context and Perceptions of Police-Based Racial Discrimination Among Black Youth." *Criminology* 47, (3). doi:10.1111/j.1745-9125.2009.00159.x.

Swaine, Jon, and Ciara McCarthy. "Young Black Men Again Faced Highest Rate of US Police Killings in 2016." *The Guardian*. Última modificação 08 de jan. de 2017. https://www.theguardian.com/us-news/2017/jan/08/the-counted-police-killings-2016-young-black-men.

Tapia, Joaquín. 2017. "La Guardia Civil hace un entrenamiento conjunto con fuerzas de seguridad en el Líbano". Ideal. Acesso em 09 de junho. https://www.ideal.es/almeria/provincia-almeria/201704/19/guardia-civil-hace-entrenamiento-20170419010039-v.html

The Law on Police Use of Force Worldwide. 2019a. "Chile". Acesso em 09 de junho. https://www.policinglaw.info/country/chile

–––. 2019b. "China". Acesso em 09 de junho. https://www.policinglaw.info/country/chine

–––. 2019c. "Equatorial Guinea". Acesso em 09 de junho. https://www.policinglaw.info/country/equatorial-guinea

–––. 2019d. "Italy". Acesso em 09 de junho. https://www.policinglaw.info/country/italy

–––. 2019e. "Kuwait". Acesso em 09 jun. 2019. https://www.policinglaw.info/country/kuwait

–––. 2019f. "Saudi Arabia". Acesso em 29 set. 2019. https://www.policinglaw.info/country/saudi-arabia

–––. 2019g. "Spain". Acesso em 29 set. 2019. https://www.policinglaw.info/country/spain

Thomas, Andrew. 2019. "Indonesia protest: Calls for investigation into police violence". Acesso em 09 de junho. https://www.aljazeera.com/news/2019/05/indonesia-protest-calls-investigation-police-violence-190526152523948.html.

Tong, Traci. 2013. "Iceland grieves after police shoot and kill a man for the first time in its history". Public Radio International. Acesso em 09 de junho. https://www.pri.org/stories/2013-12-03/iceland-grieves-after-police-kill-man-first-time-its-history.

Torrús, Alejandro. 2018. "Más de 1.000 personas denunciaron en 2017 torturas o malos tratos policiales en España, cuatro veces más que en 2016". Público. https://www.publico.es/sociedad/1000-personas-denunciaron-2017-torturas-malos-tratos-policiales-espana-cuatro-veces-2016.html

Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. 1950. Convenção para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais. Estrasburgo: União Europeia. https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf

Tsushima, Masahiro, e Koichi Hamai. 2015. Public Cooperation With the Police in Japan. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 31 (2): 212–228. doi:10.1177/1043986214568836

Ucrânia. Ministério do Interior. 2018. "Ukrainian Police Will Undergo Intensive Training Program of The Australian Federal Police". Acesso em 09 de junho. https://mvs.gov.ua/en/news/16284_Ukrainian_Police_Will_Undergo_Intensive_Training_Program_Of_The_Australian_Federal_Police_Photo.htm.

United Nations, General Assembly, *Convention Against Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment*, 10 de dezembro de 1984, United Nations, Treaty Series, vol. 1465, p. 85, disponível em: https://www.refworld.org/docid/3ae6b3a94.html [acesso 27 May 2019]

UN Office on Drugs and Crime (UNODC). 2019. "UNODC Support to Police Training College Sihala". Acesso em 09 de junho. https://www.unodc.org/pakistan/en/unodc-support-to-police-training-college-sihala.html

United Nations Development Programme (UNDP). Human Development Report: Australia. Nova Iorque, 2019, disponível em http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/AUS

U.S. Bureau of Democracy, Human Rights and Labor. Russia 2017 Human Rights Report. Washington D.C.: 2017, disponível em https://www.state.gov/documents/organization/277455.pdf

Van der Vet, Freek, and Laura Lyytikäinen. 2015. "Violence and Human Rights in Russia: How Human Rights Defenders Develop Their Tactics in the Face of Danger, 2005–2013." *The International Journal of Human Rights* 19 (7): 979-98. doi:10.1080/13642987.2015.1075306.

Vand, Erik, e Jette Louise Flensburg. 2014. "HR Transformation in the Danish Police," The Police Chief. Acesso em 09 de junho. http://www.policechiefmagazine.org/hr-transformation-in-the-danish-police/

Yagoub, Mimi. 2017. "From Chile to Mexico: Best and Worst of LatAm Police". InSight Crime. Acesso em 09 de junho. https://www.insightcrime.org/news/analysis/best-worst-latam-police/

Wahl, Rachel. 2017. Just Violence: Torture and Human Rights in the Eyes of the Police. Stanford: Stanford University Press.

Watts, Jonathan. 2016. "'The oppression is high': Cuban police break up protest ahead of Obama's visit". The Guardian. Acesso em 09 de junho. https://www.theguardian.com/world/2016/mar/20/cuba-obama-visit-anti-castro-protesters-clash

Weber, Max. 2004. Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Universidade de Brasília.

Weitzer, Ronald, and Steven A. Tuch. 1999. "Race, Class, and Perceptions of Discrimination by the Police." *Crime & Delinquency* 45 (4): 494-507. doi:10.1177/0011128799045004006.

Williams, Howard. 1977. "Kant's Concept of Property." *The Philosophical Quarterly* 27 (106): 32-40. doi:10.2307/2218926.

Worley, Will. 2016. "Italian police tortured and abused migrants who refused to be fingerprinted, Amnesty report claims". Independent. Acesso em 09 de junho. https://www.

independent.co.uk/news/world/europe/italian-police-torture-abuse-brutality-amnesty-international-fingerprinting-refugee-crisis-a7396651.html.

csh

comissão de segurança hemisférica dos estados americanos



UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 7 2019 | p. 103 - 143

A VIOLÊNCIA NO TRIÂNGULO NORTE DA AMÉRICA CENTRAL

Giovanna Padilha[1]
Leonardo Beheregaray Seben[2]
Pedro Bandeira dos Santos[3]

RESUMO

A região do Triângulo Norte da América Central, composta por El Salvador, Guatemala e Honduras, é considerada uma das mais instáveis e violentas do mundo, sendo marcada por pobreza, narcotráfico, corrupção e assassinatos. No entanto, tais fatos possuem suas raízes na história desses países nos séculos anteriores, caracterizadas por intervenções estrangeiras e forte dependência com relação aos Estados Unidos da América (EUA), fatores intensificados pela Guerra Fria. Essas medidas foram responsáveis por abrir espaço aos grupos paramilitares, as chamadas *Maras,* nesses países, fortalecendo um ciclo de violência, pobreza e migrações permanentes na região. Atualmente, as caravanas de migrantes em direção aos EUA trouxeram os problemas da região de volta para os debates da comunidade internacional, especialmente na Organização dos Estados Americanos (OEA). Nesse sentido, a Comissão de Segurança Hemisférica dos Estados Americanos (CSH) debaterá a questão, buscando elaborar resoluções que possibilitem construir bases sólidas com a finalidade de amenizar e melhorar as situações internas desses Estados.

1 Giovanna é estudante do quarto ano de Relações Internacionais na UFRGS
2 Leonardo é estudante do terceiro ano de Relações Internacionais na UFRGS
3 Pedro é estudante do terceiro ano de Relações Internacionais na UFRGS

1 INTRODUÇÃO

O chamado Triângulo Norte da América Central é composto pelas repúblicas de El Salvador, Guatemala e Honduras . A região tem ganhado destaque nos noticiários internacionais devido à grande onda migratória dos últimos anos, ocasionada pela violência interna, pela atuação de gangues locais e pela pobreza causada por aspectos socioambientais. Os três países encontram-se, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, entre os mais violentos do mundo.

Com uma economia majoritariamente agroexportadora e de bens de baixo valor agregado, somada a um aparato estatal no qual a corrupção se institucionalizou ao longo dos anos, a região mostrou-se um "terreno fértil" para a consolidação de gangues, conhecidas como Maras, que, gradativamente, passaram a controlar as rotas de tráfico de drogas latino-americanas. Hoje, mais de 90% da cocaína consumida nos Estados Unidos passa pelos países do Triângulo Norte, e corresponde a 5% do Produto Interno Bruto (PIB) regional. Além disso, a instabilidade climática do chamado Corredor Centro-Americano promove longos períodos de seca que afetam diretamente a população local e aumentam o índice de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) buscou o estabelecimento do conceito de "Segurança Hemisférica" como forma de abranger uma série de fatos securitários que eram deixados de lado, como a insegurança alimentar, a questão das mudanças climáticas e a violência de gênero e de classe. A dependência financeira com relação aos EUA, especialmente por ser o principal financiador dos projetos da região, faz com que o desenvolvimento local esteja vinculado à política externa adotada pelo governo vigente. Outros organismos internacionais, como o Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) manifestam constantemente sua preocupação com o status quo.

O objetivo deste guia de estudos é fomentar o debate acerca de possíveis soluções estruturais para a situação envolvendo os países do Triângulo Norte. Ademais, buscar-se-á a sistematização dos problemas pertinentes a América Latina de forma geral, por meio da apresentação dos conceitos de violência estrutural e de segurança hemisférica, além de aspectos geopolíticos e socioeconômicos.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O Triângulo Norte da América Central é assolado pela violência desde a origem de seus Estados, tendo a situação se agravado desde a década de 1980, diferentemente de países vizinhos, como a Nicarágua, que não viven-

ciaram o mesmo processo. Esta seção, portanto, tem como objetivo fazer uma elucidação acerca dos fatos históricos que levaram os países do Triângulo Norte à situação de violência em que se encontram atualmente, bem como das tentativas de maior integração para combater seus problemas socioeconômicos.

2.1 OS PROCESSOS DE REDEMOCRATIZAÇÃO NA AMÉRICA CENTRAL

Segundo Gilderhus (2000), os países da América Latina experienciaram, após sua independência, um difícil período resultante de estagnação econômica, instabilidade política e contendas diplomáticas com relação a territórios e fronteiras. Ao fim do século XIX, porém, esses países conseguiram atingir uma situação mais estável, geralmente sob o comando de regimes autoritários, e baseando sua economia na agroexportação. Dessa maneira, diferentemente da Ásia e da África, não foi necessário que os países colonizadores encontrassem novas maneiras de subjugar os países latinos, visto que eles foram colocados em uma situação de dependência por meio de uma especialização de funções no comércio internacional (Gilderhus 2000).

Os três países do Triângulo passaram por períodos de governos autoritários, com suas particularidades, manifestadas também em suas transições para a democracia. El Salvador e Guatemala passaram por processos de redemocratização parecidos: ambos foram resultado de guerras buscando obter o fim dos regimes militares. Enquanto Honduras passou por um curso mais pacífico em direção ao novo tipo de governo, o processo em El Salvador foi resultado de uma espécie de acordo entre o poder militar e as guerrilhas de oposição. Mesmo com a interferência dos Estados Unidos no processo, o governo vigente foi incapaz de derrotar a Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN[1]), fazendo com que o mesmo fosse obrigado a entrar em um acordo com a guerrilha (Cruz 2011). Dessa maneira, em 1992, foi assinado o Acordo de Chapultepec, que estabelecia uma "reforma das forças armadas, da polícia civil, do sistema judiciário, do sistema eleitoral, de arranjos socioeconômicos, de terra e de questões de propriedade" (United Nations 1992. Tradução nossa). Além disso, previa também a garantia de participação política da FMLN e um cessar-fogo com a reintegração dos grupos armados.

A Guatemala, como dito no parágrafo anterior, também passou por um processo de redemocratização violento. Ao contrário de El Salvador, no entanto, o governo vigente à época foi capaz de derrotar as forças guer-

1 A Frente Farabundo Martí para la Liberación Nacional (FMLN) foi um grupo de guerrilha de esquerda que lutou contra a Arena, o partido governista à época, com o intuito de dar fim ao regime militar vigente em El Salvador entre os anos de 1979 e 1982. Atualmente, após os acordos de paz do fim do regime, o grupo de guerrilha se constituiu em um grupo com participação política (Dalton 2014).

rilheiras, a *Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca* (URNG[2]), por meio de uma contrarrevolução, depois desse grupo armado ascender ao poder temporariamente. Em vista disso, o acordo final para a transição ao regime democrático não diminui o poder dos militares e das elites coligadas a eles, apenas mudou a sua forma de dominação (Schirmer 1998). Honduras, por outro lado, passou por um processo distinto, em que ocorreu a transição de um regime militar, de maneira pacífica, para um governo civil. Devido a pressões internas e externas à nação hondurenha, os militares decidiram permitir eleições em 1980, resultando, porém, em uma continuidade de poder nas mãos dos militares, que ficaram responsáveis pelo controle da segurança pública (Kincaid e Gamarra 1996). Na figura abaixo podemos ver as datas em que cada um dos regimes nesses países teve início e fim.

FIGURA 1: A ESTRADA DA DEMOCRACIA LIBERAL NA AMÉRICA CENTRAL

	Regime Anterior	Ponto de Início	Primeira Eleição	Ponto de Fim
Guatemala	Autoritarismo militar	Golpe militar (1983)	1984	Acordos de Paz Reformas do Regime (1996)
El Salvador	Autoritarismo militar	Golpe militar (1979)	1982	Acordos de Paz Reformas do Regime (1992)
Honduras	Autoritarismo militar	Eleições (1980)	1980	Reformas na segurança pública (1995-1999)
Nicarágua	Ditadura tradicional	Revolução (1979)	1984	Reformas como resultado das eleições de 1990

Fonte: Cruz (2011)

2.2 A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E SUAS ORIGENS

Segundo Johan Galtung (1969), existem seis tipos de distinções a serem feitas em relação ao tipo de violência que pode ser acometida a alguém, e dentre elas está a se uma violência é direta/pessoal ou estrutural. Tanto na forma direta quanto na estrutural, pode haver pessoas mortas, feridas, manipuladas ou machucadas de alguma forma, entretanto a direta é definida pelo autor como uma ação praticada diretamente por uma pessoa para prejudicar de alguma maneira a outra, de maneira que seja capaz achar um culpado de fato. Já a estrutural, que é a presente na formação e

2 A Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca (URNG) foi, primeiramente, um grupo de guerrilha que desde 1970 coordenava as ações contra o regime militar da Guatemala (URNG 2019).

perpetuação da problemática no Triângulo Norte, a violência sofrida pela vítima é consequência de uma estrutura que se traduz em uma assimetria de poder e também em desigualdade de oportunidades (Galtung 1969).

Dessa maneira, uma das origens da violência estrutural que permeia os países do Triângulo Norte da América Central está centrada na questão de suas fronteiras. Historicamente, desde que os países eram colônias, suas metrópoles davam preferência para as capitais, deixando as zonas periféricas em segundo plano, muitas vezes em função das diferenças étnicas entre regiões. Com isso, esses locais mais afastados ficavam à margem dos serviços oferecidos pelo Estado e das decisões políticas, resultando na constituição de áreas mais pobres e isoladas. É possível notar a presença desses fatores até hoje, visto que a segurança pública e as forças militares do governo possuem orçamento apenas para fazer a proteção de zonas urbanas ou de locais perpassados por grandes rodovias (Espach e Haering 2012). Dessa maneira, as regiões limítrofes não têm, na realidade, fronteiras bem definidas, e suas populações aproveitam a oportunidade para fazer o comércio de mercadorias de acordo com a oferta e a demanda. No entanto, o isolamento e a falta de proteção acabam abrindo espaço para que parte das pessoas pratique o comércio de artigos ilegais. Essas zonas, portanto, convertem-se em lugares mais propícios para o crime organizado agir, em especial no que tange ao tráfico de drogas (Espach e Haering 2012).

Outro problema que aflige Honduras, Guatemala e El Salvador são seus históricos de governo. Como visto no tópico anterior, os três países foram comandados por governos autoritários durante parte do século XX; entretanto, muitos dos agentes responsáveis por esses períodos continuaram inseridos na administração desses países de alguma maneira. Segundo Cruz (2011), isso se deve ao fato de que o processo de redemocratização é feito pelas elites desses Estados, as quais permitem que esses agentes façam parte da formação e da tentativa de solidificação das novas instituições governamentais. Uma vez que esses atores violentos e autoritários continuam tendo ligação com o governo, a segurança do Estado acaba ficando não apenas nas mão de instituições formais, mas também de sujeitos armados ilegais (Cruz 2011).

2.3 O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

A partir de 1950, os países da América Central começaram a desenvolver sua produção de açúcar, principalmente em função da diminuição da importação dos Estados Unidos do produto cubano, resultado em grande parte do contexto da Guerra Fria; em 1960, com a Revolução, os EUA cortariam definitivamente a importação do açúcar de Cuba (Ramos 2007). Em 1953, foi assinado o Acordo Internacional do Açúcar (ISA, na sigla em inglês), que prometia uma estabilização dos preços, que à época se encontravam em alta, incentivando a expansão da indústria na re-

gião. Dessa maneira, ao fim da década de 1950, Costa Rica, El Salvador e Nicarágua já tinham uma grande produção excedente dessa *commodity*, permitindo sua exportação. Contudo, foi apenas na metade da década de 1960 que Guatemala e Honduras se juntaram ao grupo como exportadores. A partir do crescimento do açúcar, começaram a ser exportados também carne e algodão, levando à diversificação da produção que antes se concentrava em bananas e café. Com os ganhos do desenvolvimento das exportações, os países centro-americanos obtiveram um aumento significativo de seu PIB real entre 1954 e 1960, acarretando, desse modo, maiores investimentos em infraestrutura e em educação (Bulmer-Thomas 2008).

Foi a partir de 1954, porém, que se iniciou uma crise na balança de pagamentos dos países da América Central. Mesmo com a diversificação da produção, os Estados começaram a sofrer pela desvalorização dos termos de troca, ocasionando o surgimento de grandes déficits na balança. Inicialmente, tentou-se superar esse déficit por meio da diminuição nas importações, sobretaxação dos produtos e criação de licenças para importação. Mesmo com essas medidas, entretanto, o déficit continuou a crescer, acarretando uma enorme diminuição nas reservas de capital desses países por volta de 1957. Acrescido a isso, o período foi marcado por bastante turbulência política, com greves gerais em Honduras, contrarrevolução na Guatemala e uma ameaça de guerra entre Costa Rica e Nicarágua[3]. Assim, ao final da década de 1960, os países da América Central se viram obrigados a recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI), sem, contudo, obter sucesso em restaurar suas economias. Com isso, os Estados da região se viram inclinados a formular uma abordagem diferente para lidar com suas economias e tentar superar a crise. Foi assim que esses países conseguiram chegar ao Tratado Geral de Integração Econômica Centro-Americana, em 1960, que formaria no mesmo ano o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA), composto por Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador (Aleixo 1984; Bulmer-Thomas 2008).

Por um longo período, a integração econômica da América Central obteve sucesso, principalmente com o MCCA. Todavia, a partir da metade de 1970, adentrando 1980, a chamada década perdida, o processo de integração começou a entrar em colapso. Isso se deve, entre outros fatores, à grande recessão econômica mundial, à crise da dívida, ao esgotamento da substituição de importações e aos conflitos armados. Os membros do Mercado Comum, assolados por suas próprias dívidas, iniciaram um processo de retração política, adotando medidas unilaterais de curto prazo para recupera-

3 Após a Segunda Guerra Mundial, o movimento pela democracia e contra regimes ditatoriais se encontrava forte entre os países. Dessa maneira, em 1948, forças de esquerda se lançaram contra o então presidente da Costa Rica, Calderón Guardia, e José Figueres assumiu o poder. Os países ao redor da Costa Rica, porém, continuavam sob o mando de regimes militares, e a Nicarágua concedeu exílio para Calderón. Em dezembro de 1948, 800 homens invadiram a Costa Rica a fim de restituir o poder de Calderón, sem sucesso. Esse fato fez com que Costa Rica e Nicarágua quase entrassem em guerra (Hoivik e Aas 1981).

ção econômica. Isso ocorreu também devido à alta volatilidade do câmbio, acompanhada por políticas de estabilização e de ajustes adotados como condicionantes para o auxílio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), do Banco Mundial e do FMI (Sanahuja 1997).

No entanto, foi durante a década perdida que ocorreu a redemocratização dos países da América Central, por meio de esforços internos dos países, mas também por mediações e acordos feitos internacionalmente. No auge do processo de transição democrática e pacificação da região, e, após a grande recessão ocorrida na década de 1980, os processos de integração regional na América Central retomaram força, dando origem ao Sistema de Integração Centro-Americano (SICA), em 1991, composto por Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e República Dominicana (Piernas 2007; SICA 2019). O SICA foi criado especialmente como um elemento técnico para auxiliar na consolidação da paz na região e, diferentemente do MCCA, não tem como objetivo apenas a integração econômica, mas também o desenvolvimento tanto dos países membros quanto dos observadores[4] (Contreras 2014).

Apesar do SICA já estar em atividade há 28 anos, sendo um dos processos de integração mais antigos na América Latina, é evidente que o bloco enfrenta problemas para seu aprofundamento e continuidade. Na Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo, que ocorreu em 2010, os representantes dos governos presentes chegaram à conclusão de que os principais desafios para a integração e desenvolvimento dos países centro-americanos são justamente a violência e o crime organizado (CEPAL 2011). Somado a isso, atualmente os processos de integração se encontram novamente em um momento de instabilidade. Desde a crise econômica de 2008, os países vêm cada vez mais decaindo no que tange à sua política e economia. Com a persistência das consequências do choque, os países latino-americanos enfrentam mais uma vez uma crise em suas democracias, em que parte da população não se vê representada pelos governantes no poder, à medida que observam sua qualidade de vida se deteriorando e seus direitos sendo suprimidos (Sayão 2017).

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

As dinâmicas provenientes dos processos de formação dos Estados do Triângulo Norte são fatores que geram impactos até hoje nas sociedades desses países. Nesse sentido, nesta seção se buscará analisar e explicar os impactos dessas conjunturas nas atuais dificuldades enfrentadas por Gua-

4 Observadores regionais: México, Chile, Brasil, Argentina, Peru, Estados Unidos, Equador e Uruguai. Observadores extra-regionais: Taiwan, Espanha, Alemanha, Itália, Japão, Austrália, República da Coreia, França, Vaticano, Reino Unido, União Europeia, Nova Zelândia, Marrocos, Catar, Turquia, Ordem Soberana e Militar de Malta e Sérvia (SICA 2019).

temala, Honduras e El Salvador, estudando o conceito de Segurança Hemisférica e sua aplicabilidade, os aspectos geopolíticos e econômicos regionais, bem como a atuação dos grupos *Maras,* além de seus efeitos para o continente americano.

3.1 O CONCEITO DE SEGURANÇA HEMISFÉRICA

Um dos mais importantes pilares da Comissão de Segurança Hemisférica, o conceito de Segurança Hemisférica, vem guiando as políticas securitárias no continente americano desde o século XX. No entanto, sua história não é linear, tendo sofrido inúmeras modificações desde sua criação até os dias atuais. Tal fato é devido, especialmente, às mudanças no sistema internacional – o fim da Guerra Fria, por exemplo – ao longo dos séculos XX e XXI (Saint-Pierre 2012). Dessa forma, buscar-se-á, neste tópico, debater o desenvolvimento de tal conceito e a sua aplicação no que concerne aos países do Triângulo Norte, e ao continente americano como um todo, em seus contextos de narcotráfico, de violência e de pobreza. Ademais, os desdobramentos gerados pelos grandes e complexos desafios que essa região vem enfrentando também serão analisados.

3.1.1 DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO

O conceito de Segurança Hemisférica, apesar de suas bases institucionais terem sido lançadas apenas em 1942, data de 1936, quando os países americanos participaram da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e adotaram uma declaração sobre defesa conjunta em relação a qualquer ato externo que visasse a perturbar a ordem e a estabilidade do continente americano. A partir de então, desenvolvem-se projetos de defesa mútua, que buscam proteger o continente de ameaças, tanto externas quanto internas, a seus países e sua estabilidade. No entanto, os Estados Unidos, como potência dominante na região, procuraram estabelecer seu predomínio militar, concedendo a si próprios a tarefa de defender os demais países americanos de agressões, enquanto as forças militares desses últimos seriam apenas responsáveis pela manutenção da ordem interna e por uma breve retaliação em caso de ataque, esperando a chegada do exército norte-americano (Pagliari 2006).

Aprofundadas as tensões da Guerra Fria entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), estabeleceu-se, em 1947, a Doutrina Truman para o continente americano, que consistia na promessa de intervenção ou auxílio estadunidense em caso de agressão soviética ou surgimento de movimentos subversivos comunistas no âmbito interno de cada Estado (Pagliari 2006; United States Department of State 2019). Somado a isso, criou-se, no mesmo ano, com bases similares àquelas

propostas pela Doutrina Truman, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), ou Tratado do Rio, concluindo os princípios basilares da segurança hemisférica no continente. Entretanto, tais proposições não foram facilmente aceitas pelos países da América, dando-se destaque especial ao Brasil, que acreditava que a responsabilidade de lidar com questões internas de subversão e de zelar pela democracia cabia a cada Estado de forma independente e soberana (Pagliari 2006; Saint-Pierre 2012).

Dessa forma, as ideias supracitadas guiaram, durante a totalidade da Guerra Fria, as políticas de segurança em relação à América, lideradas e implementadas pelos Estados Unidos, baseadas nos princípios de proteção mútua e defesa contra o comunismo. No entanto, essa estratégia securitária, além de reforçar a dominância política e econômica norte-americana, tornou-se obsoleta com o fim da bipolaridade, haja vista que novos problemas surgiam para os Estados da América Latina, como: preservação do meio-ambiente, desastres naturais, narcotráfico, migrações, etc. (Herz 2002).

A partir de 1991, inicia-se um processo de mudança de discurso e de ação por parte dos Estados americanos, os quais percebiam a necessidade de lidar de uma forma diferente com os problemas que se apresentavam ao continente (Herz 2002). Ademais, a perspectiva fortemente securitária das políticas adotadas na América, com base no temor soviético, acabaram por receber fortes críticas dos organismos de política exterior americanos, visto que o sistema internacional e suas nuances haviam se modificado. Nesse sentido, grupos criados pela OEA com o intuito de debater as novas questões de Segurança Hemisférica, em 1991, são substituídos pela Comissão Especial de Segurança Hemisférica, em 1992. Por fim, esse órgão torna-se permanente, em 1995, sob o nome de Comissão de Segurança Hemisférica (Saint-Pierre 2012).

No que tange a esses novos debates sobre a segurança americana, acordou-se, na Declaração de Bridgetown de 2002, que os Estados americanos "[...] reconhecem que as ameaças, as preocupações e os outros desafios à segurança no Hemisfério são de natureza diversa e de alcance multidimensional [...], que incluem aspectos políticos, econômicos, sociais, de saúde e ambientais" (Organização dos Estados Americanos 2002, 1). A passagem supracitada apresenta o resultado de negociações e críticas ao modelo antigo de Segurança Hemisférica, ocorrendo uma mudança no caráter securitário, que passa de uma perspectiva de defesa conjunta dos Estados da região para uma análise multidimensional dos problemas no continente. Enquanto aquela pregava uma união militar – sob a égide estadunidense – contra inimigos externos em um contexto de Guerra Fria, essa nova abordagem tinha como objetivo atualizar-se com a finalidade de lidar com diversos problemas de característica transnacional, exigindo, muitas vezes, a participação de diversos setores da sociedade civil. (Saint-Pierre 2012).

3.1.2 SEGURANÇA HEMISFÉRICA E O TRIÂNGULO NORTE

Como apresentado anteriormente, devido às mudanças de contexto no sistema internacional, ocorreu a modificação e a atualização do conceito de Segurança Hemisférica. Nesse sentido, essa concepção torna-se essencial para compreender e formular políticas securitárias para o problema do Triângulo Norte, pois mostra-se necessária para descrever as dificuldades da região, que têm características multidimensionais e de escala. Por tais razões, o conceito vem servindo para impulsionar o auxílio dos países da região a esses três Estados necessitados, haja vista que as adversidades enfrentadas pela região da América Central impactam na maioria dos países que compõem a OEA e seus organismos (Saint-Pierre 2012).

Isso se reflete nos grandes contingentes migratórios que podem ser observados partindo do Triângulo Norte. Tal fato se deve às instabilidades dos governos regionais e à alta pobreza generalizada, as quais, somadas, abrem espaço para o fortalecimento e crescimento de grupos criminosos organizados, que, por conseguinte, geram um aumento na violência, utilizando práticas como a extorsão, o sequestro e as ameaças (Labrador e Renwick 2018). A partir de então, nacionais desses Estados iniciam processos de migração em direção aos Estados Unidos ou outros Estados vizinhos, como México e Nicarágua, em busca de melhores condições de vida e emprego, fugindo da violência de seus países (Marinucci 2013).

Nessa perspectiva, ressaltam-se os programas norte-americanos, criados com o objetivo de auxiliar os governos de El Salvador, Honduras e Guatemala, que, baseados no conceito de Segurança Hemisférica, buscam solucionar problemas multidimensionais, os quais afetam esses Estados e os Estados Unidos indiretamente, especialmente pelo tráfico de drogas transnacional e pelas grandes migrações. Apesar de possuírem objetivos diferentes, essas políticas estadunidenses, muitas vezes, dirigem-se para um viés financeiro com a doação de grandes somas de verbas. Posteriormente, esses auxílios diversificam-se, internamente aos países, para o fortalecimento de instituições relativas à segurança interna e para a promoção da estabilidade política e a prosperidade econômica (Labrador e Renwick 2018).

Apesar das massivas inversões de capital na região, o resultado não vem sendo o esperado e o número de migrantes com destino aos Estados Unidos segue sendo elevado. Por essa razão, as políticas estadunidenses em relação às fronteiras vêm sendo intensificadas, gerando críticas da comunidade internacional como um todo. Iniciadas durante o governo de Barack Obama, tais políticas consistiam no fortalecimento da fiscalização fronteiriça e na deportação de imigrantes ilegais. Seguindo essa linha, Donald J. Trump intensificou tais ações, propondo, inclusive, a construção de um muro para barrar os migrantes, gerando duras críticas de organizações internacionais e de países comprometidos com a defesa dos Direitos Hu-

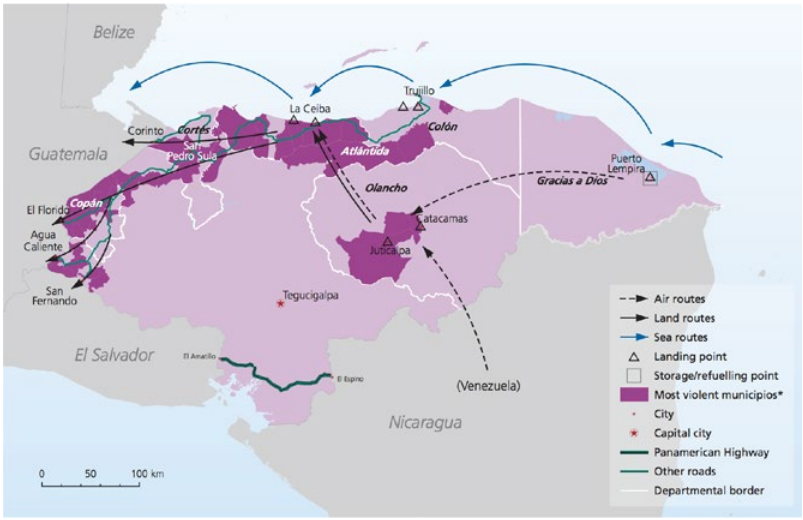
manos. Contudo, as políticas adotadas pelos diversos governos norte-americanos mostram a falha dos Estados Unidos em implementar o conceito de Segurança Hemisférica no caso do Triângulo Norte, fato que implica no aprofundamento da crise nessa região (Labrador e Renwick 2018).

3.2 ASPECTOS GEOPOLÍTICOS

O Triângulo Norte situa-se em um local estratégico do continente americano. Com saída tanto para o Oceano Pacífico quanto para o Atlântico e o Mar do Caribe, além do Canal do Panamá, a região é um importante entreposto do comércio mundial e uma zona de influência importante para as grandes potências. A fim de compreender a dinâmica local, é preciso analisar os principais temas atuais da agenda internacional, e o papel que a América Central desempenha nessa conjuntura.

Com a derrocada da União Soviética, os Estados Unidos reduziram sua presença política e militar na região, caracterizada pela interferência direta nos governos e no suporte bélico a grupos insurgentes, especialmente no caso do conflito nicaraguense. Isso se deu pelo fato de que o embate ideológico da Guerra Fria havia chegado ao fim, e, na América Central, "o comunismo passou a ser uma ameaça menor do que a cocaína" (Calvocoressi 1996, 818), que, hoje, corresponde a 5% do PIB da região, além de 90% da droga que entra nos Estados Unidos passar pela América Central e pelo México (Velde 2012). Os conflitos entre gangues – conhecidas como "maras" – e outros grupos criminosos pelo controle do mercado de entorpecentes resultou no escalonamento da violência nos países do Triângulo Norte. Além disso, o envolvimento de setores das Forças Armadas e do governo com o narcotráfico implica em que uma distinção clara entre os conflitos relacionados às drogas e os relacionados a motivações sociopolíticas seja praticamente impossível (Velde 2012). Segundo dados da Organização das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), El Salvador, Guatemala e Honduras têm alguns dos maiores índices de violência à nível subnacional do mundo (Organização das Nações Unidas sobre Drogas e Crime 2013), e, devido ao escoamento da produção pela via marítima, a maior incidência de homicídios não se localiza apenas nas principais cidades, como São Salvador e Tegucigalpa, mas também nas províncias com fronteiras compartilhadas que oferecem acesso direto ao mar (Velde 2012).

FIGURA 2: ROTA DO TRÁFICO DE COCAÍNA EM HONDURAS



Fonte: United Nations Organization for Drugs and Crime (2012)

O aumento exponencial dos fluxos migratórios reposicionou a região no centro dos debates internacionais. As caravanas centro-americanas, que passaram a contar, mais recentemente, com cubanos e venezuelanos – devido à série de embargos econômicos e ao fim das negociações de reaproximação –, têm sido noticiadas constantemente pelos principais meios de comunicação do mundo. Fugindo da violência das gangues na região e buscando novas oportunidades nos Estados Unidos, o número de migrantes aumentou 2.249% entre 2011 e 2016, com uma singularidade: o elevado fluxo de crianças e mulheres emigrando sozinhas (ACNUR 2018).

As motivações por trás da onda migratória não são apenas de caráter socioeconômico, mas também ambiental. El Salvador, Honduras e Guatemala estão entre os quinze países com maior vulnerabilidade climática, com o Estado hondurenho ocupando a primeira colocação do ranking (CEPAL 2018). Um estudo cepalino sobre o tópico aponta, ainda, que a região enfrentou um aumento de temperatura de 0.5°C nos últimos 50 anos, fenômeno que tende a continuar. A principal explicação é o chamado Corredor Seco da América Central, que se estende por todo o território do Triângulo Norte. Essa área é caracterizada pelas secas cíclicas, relacionadas com os

períodos de El Niño[5], e pela instabilidade pluvial, que afeta diretamente a agricultura familiar da região (FAO 2012) Nos últimos anos, estimativas da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) apontam que 1.6 milhão de pessoas, em sua maioria hondurenhos e guatemaltecos, sofrem de insegurança alimentar severa ou moderada (FAO 2016). "Eles são migrantes econômicos, sim, mas são, primeiramente, refugiados climáticos, [...] e essa questão só se resolve com cooperação internacional e interdependência mundial", disse o pesquisador sobre mudanças climáticas na América Latina, Robert Albro (Worland 2019, online).

Compreender a "Doutrina Trump" – ou seja, a forma como o presidente direciona os rumos de sua política externa mediante as pressões internas e externas (Friedman 2018) – é de suma importância para assimilar a construção do discurso de securitização envolvendo os países do Triângulo Norte. Tonatiuh Guillen, presidente do Instituto Nacional de Migrações do México, aponta que o principal causador do aumento da cobertura midiática às caravanas centro-americanas – e do consequente aumento do fluxo migratório, que passou a contar também com cubanos e venezuelanos (Love 2019) – foi o próprio presidente norte-americano e seu irrefreado uso do Twitter durante o período das eleições de midterm dos Estados Unidos[6] em 2018 (Love 2019). Além de Trump, também o Gabinete Presidencial passou a propagar o mesmo discurso. No dia 27 de outubro de 2018, buscando convencer a opinião pública e o Congresso de que a onda de migrantes da América Central deveria ser tratada como um problema de emergência nacional, o vice-presidente dos EUA, Mike Pence, afirmou que essas movimentações eram organizadas por grupos insurgentes de esquerda e financiadas por grupos não estatais e pelo governo da Venezuela (Doocy 2018). Cinco dias depois, o Conselheiro de Segurança Nacional, John Bolton, saudou as eleições de Jair Bolsonaro e Ivan Duque como sendo "um sinal positivo para o futuro da região e para o combate à 'Troika da Tirania'" (Borger 2018, online), referindo-se a Venezuela, Cuba e Nicarágua.

Guatemala e Honduras são os principais parceiros políticos dos EUA na região, e a projeção de poder estadunidense nesses países, além da influência por meio da ajuda financeira, evidencia-se no posicionamento dos países do Triângulo Norte frente aos principais embates da política internacional. O governo de Jimmy Morales, na Guatemala, foi o primeiro do mundo a reconhecer Jerusalém como a capital do Estado de Israel, e, meses depois, Honduras anunciou a transferência de sua embaixada de Tel Aviv para Jerusalém (Dolsten 2018). Analistas apontam que a manobra guatemalteca visa a frear as investigações da Comissão Internacional contra a

5 El Niño é um fenômeno natural, que atinge seu pico entre os meses de novembro e janeiro, e que envolve o aquecimento da zona centro-leste do Oceano Pacífico, além de mudanças na circulação atmosférica da região, aumentando a média de temperatura por até dezoito meses (WMO 2014).

6 As eleições de midterm são realizadas após dois anos do mandato presidencial vigente, e elegem os membros que comporão o Senado e a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos (U.S. Mission Brazil 2018).

Impunidade na Guatemala (CICIG), criada em 2006 pela ONU, e que acusa o presidente de envolvimento em esquemas de corrupção eleitoral. Além das críticas feitas à CICIG durante transmissões e pronunciamentos oficiais, em agosto de 2018, Morales utilizou veículos enviados pelos Estados Unidos, que tinham como objetivo combater o tráfico de drogas, para intimidar funcionários na sede da Comissão (Cuffe 2018). No caso hondurenho, a manobra política busca legitimação do presidente Juan Orlando Hernández, que foi reeleito em 2018 com uma série de acusações envolvendo fraudes nas urnas, frente ao governo Trump. Para Guatemala e Honduras, os EUA são o parceiro principal, mais importante que Israel, aponta o professor da Universidade Hebraica de Jerusalém, Arie Kacowicz (Dolsten 2018).

No entanto, a projeção chinesa na região cresceu nos últimos anos. Em agosto de 2018, El Salvador estabeleceu relações com Pequim, e Taiwan passou a ser reconhecida por apenas dezessete países. A ação foi alvo de críticas e ameaças de sanções norte-americanas, além do rompimento, por parte de Taipei, do suporte militar dado ao Estado salvadorenho ao longo dos últimos anos (IISS 2019). No mês anterior, o governo salvadorenho havia proposto o estabelecimento de uma Zona Econômica Especial na parte litorânea do território, após o governo chinês demonstrar interesse no financiamento da construção de um porto marítimo (Russell 2019).

A "One-China Policy", empreendida por Xi Jinping, busca isolar Taiwan por meio do financiamento de obras de infraestrutura e empréstimos, e já é a segunda principal origem das importações do Triângulo Norte (The Observatory of Economic Complexity 2019) – fenômeno que deve intensificar-se nos próximos anos com a consolidação da "Nova Rota da Seda", que passará pela América Central através do Panamá (Muñoz-Portillo 2018). Um ator fundamental na aproximação chinesa na América Central é o México. Considerado uma "sub-hegemonia" regional (Rocha 2006), o país já é o quarto principal parceiro econômico chinês, e, em 2017, após uma série de reuniões entre os presidentes mexicano Enrique Peña Nieto e o chinês Xi Jinping, ambos concordaram em classificar as relações entre os países como uma parceria estratégica abrangente (Hsiang 2018). Com a eleição do candidato de esquerda Andrés Manuel López Obrador, a aproximação tende a continuar.

O analista político, Andrew Korybko (2017, online), aponta que:

> Certamente os Estados Unidos tomarão medidas para prevenir a consolidação de uma Parceria Estratégica China-México, mas Pequim está ciente disso, e planeja uma aproximação indireta por meio da América Central e da Aliança do Pacífico, ambos os quais podem servir como "porta dos fundos" para alcançar uma parceria não-oficial entre Pequim e Cidade do México .

Além da aproximação bilateral, a República Popular da China e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) estabeleceram o plano de ação para cooperação em áreas prioritárias no período de 2019 a 2021. O documento concentra-se, especialmente, em questões de

segurança interna e de desenvolvimento sustentável (Brasil 2018).

3.3 MARAS: O PAPEL DAS GANGUES NA DINÂMICA REGIONAL

De acordo com o UNODC, existem oito áreas em que a violência na América Central impacta diretamente a população de forma crítica: tráfico de drogas, homicídio, gangues jovens, violência doméstica, tráfico de armas, sequestros, lavagem de dinheiro e corrupção (Cruz 2011). Embora sejam problemas recorrentes em diversas regiões, no caso centro-americano, a questão é potencializada pela presença de atores não-estatais violentos, somada à ineficiência estatal em manter o monopólio do uso da força. A fuga da violência é uma das principais justificativas apresentadas pelos meios de comunicação para explicar o aumento considerável das migrações centro-americanos rumo aos Estados Unidos (Piedrahita 2018)

As "maras" da América Central são definidas como sendo "grupos violentos, formados por jovens de ambos os sexos, que buscam o controle de comunidades e fazem do pertencimento ao grupo um estilo de vida" (García 2018, 4). Apesar de já existirem desde o final do século XIX em menor número na América Central, foi a partir dos anos 1970 que as maras ganharam força, com a migração intensa de hondurenhos, guatemaltecos e salvadorenhos para os Estados Unidos e para o México, fugindo das guerras civis de seus países. Ao entrar em contato com as gangues de Los Angeles, na Califórnia, absorveram suas identidades e seu modus operandi, incorporando-se às gangues mexicanas – sendo a principal delas a chamada Barrio 18 (B-18) – e, posteriormente, formando as suas próprias gangues, dentre as quais a Mara Salvatrucha (MS-13) (Cruz 2010). Com o fim das guerras civis, os Estados Unidos iniciaram sua política de deportação em massa, por meio da Lei de Reforma de Imigração Ilegal e de Responsabilidade do Imigrante, de 1996, fazendo com que os milhares de centro-americanos voltassem para seus países, trazendo de volta à América Central uma nova dinâmica de grupos de rua e gangues.

Hoje, o número exato de membros das maras centro-americanas não é consensual, porém estudos apontam que o número total gira em torno de setenta mil integrantes (International Crisis Group 2017). De acordo com a UNODC, a B-18 possui dezessete mil membros guatemaltecos, dez mil salvadorenhos e cinco mil hondurenhos; enquanto a MS-13 conta com doze mil salvadorenhos, sete mil hondurenhos e cinco mil guatemaltecos (Organização das Nações Unidas sobre Drogas e Crime 2012). As *maras* ganharam notoriedade pela intensidade de sua violência. Após o contato com

as gangues de Los Angeles e, posteriormente, com a política de *mano dura*[7], decapitações e ataques com arma branca se tornaram corriqueiros tanto por parte dos membros da MS-13 quanto da B-18. Os governos do Triângulo Norte têm dado um enfoque maior à militarização de suas zonas fronteiriças comuns e do combate às gangues, como forma de controlar o tráfico transnacional de drogas e armas, e a violência entre as *maras* da região. Devido à precária indústria nacional de defesa, os países dependem da cooperação militar de outro Estados da região, especialmente do Comando Sul dos Estados Unidos (USSOUTHCOM, em inglês), para fins de treinamento e aprimoramento bélico (IISS 2019). A base aérea de Soto Cano, em Honduras, por exemplo, abriga aproximadamente 550 militares norte-americanos, que realizam exercícios conjuntos desde a década de 1970 (Global Security 2018). Todavia, assim como o fechamento da fronteira dos Estados Unidos com o México, proposto por Trump, não soluciona a crise migratória na América Central – pois ainda é possível solicitar refúgio de forma legal, e grande parte dos migrantes estão irregulares devido a expiração do visto temporário e não por terem cruzado a fronteira de forma ilegal (Gawthorpe 2019) – a militarização fronteiriça pode dificultar ainda mais o combate às gangues. A política salvadorenha de *mano dura*, por exemplo, adotada no início dos anos 2000, possibilitou a prisão de aproximadamente 31 mil jovens pela polícia de El Salvador. Em contrapartida, dentro das prisões – consideradas as mais superlotadas do mundo (International Crisis Group 2017) – as gangues conseguiram se reestruturar, organizar operações criminosas e fortalecer ainda mais as duas principais maras da América Central da atualidade: MS-13 e B-18 (Cruz 2010).

Buscando maior institucionalização e organização, as maras passaram a recorrer ao tráfico de drogas, por meio do estreitamento de relações com os cartéis latino-americanos, e a extorsão de pequenos e médios negócios locais – que representam aproximadamente quatro milhões de dólares por ano às maras –, como forma de financiar suas atividades e combater a política de mano dura (Cruz 2010). Especialistas apontam que outros grupos criminosos da América Latina, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e os cartéis mexicanos, têm estreitado relações com as maras, buscando o controle do narcotráfico na região e seu escoamento para os Estados Unidos (Farah 2013). A atuação das maras no narcotráfico, segundo dados do UNODC, aumentou após o golpe militar de 2009 em Honduras, que depôs o presidente Manuel Zelaya (International Crisis Group 2017). Apesar dos questionamentos de organismos internacionais envolvendo violações de direitos humanos por partes das polícias locais, a política de mano dura

7 Mano Dura foi uma política de "punho de ferro" promulgada pelo presidente salvadorenho Ricardo Maduro, em 2003, a qual permitia a prisão de membros de gangue sem autuação em flagrante ou provas, apenas pelas suas tatuagens vinculadas às maras ou pelo seus comportamentos em grupo (Rodgers 2009). O atual presidente de El Salvador, Nayib Bukele, prometeu em sua campanha eleitoral a retomada da política de Mano Dura como forma de combate a violência instaurada na região do Triângulo Norte (Ávalos 2019).

é apoiada por grande parte da população, sendo que a campanha eleitoral dos presidentes Otto Pérez Molina na Guatemala, em 2011, e de Antonio Saca em El Salvador, no ano de 2014, basearam-se no discurso de retomada da mano dura e do combate às gangues (International Crisis Group 2017).

A migração intensa de mulheres e crianças é resultado do papel que eles desempenham dentro das maras. Estima-se que as mulheres representam em torno de 30% do total de membros das maras, e encarregam-se de atividades domésticas, de cobranças de extorsões e de comunicação entre os líderes. Em uma sociedade fortemente marcada pelo patriarcalismo, muitas delas se envolvem com membros das gangues ainda adolescentes, e a única forma de abandonar a submissão é por meio da fuga e da busca por refúgio em outro país (International Crisis Group 2017). Grande parte dos novos membros das maras são crianças órfãs ou que buscam na incorporação às gangues uma forma de combater seus traumas e problemas sociais. Para fazer parte da MS-13, por exemplo, é preciso cometer um assassinato e passar por um ritual de treze segundos de espancamentos por parte dos membros mais antigos (BBC 2017). Depois de entrar na gangue, é praticamente impossível deixá-la com vida, tanto por perseguição advinda de membros da própria gangue quanto de membros das maras rivais, e muitos recorrem à conversão religiosa como forma de tentar justificar suas saídas, especialmente ao protestantismo (Mackey 2018).

3.4 IMPACTO NA AMÉRICA LATINA E DO NORTE

Os problemas atuais no continente americano, como revisados no conceito de Segurança Hemisférica, são caracterizados por sua multidimensionalidade, ou seja, vários fatores que se influenciam e atingem, também, outros países da mesma região. Esse caráter se aplica às dificuldades da região, as quais afetam diversos Estados americanos além de El Salvador, Guatemala e Honduras (Saint-Pierre 2012). Nesse sentido, buscar-se-á, nesta seção, apresentar e analisar os impactos que a instabilidade da região do Triângulo Norte acarreta ao resto do continente, dividindo-os em dois subtópicos de grande relevância: os aspectos socioeconômicos e as migrações.

3.4.1 ASPECTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS

Com o intuito de melhor compreender os efeitos dos problemas advindos do Triângulo Norte para o continente americano, deve-se analisar os aspectos econômicos e sociais de Honduras, El Salvador e Guatemala, além dos danos internos gerados. Primeiramente, um dos pontos que mais influenciam a América como um todo é a grande violência de grupos narcotraficantes dentro desses Estados, que, com o passar do tempo, tornaram-se responsáveis pelo transporte ilegal de 90% da cocaína que chega aos

Estados Unidos (Labrador e Renwick 2018).

Esses grupos, devido à fraca presença estatal, dominam áreas internas desses países e estabelecem normas dentro de comunidades, criando um domínio por meio do terror, ou seja, torturando e assassinando pessoas que não cumprirem as suas regras. Desse ponto, surgem as altas taxas de criminalidades desses três Estados, as quais, em Honduras, por exemplo, atingem um nível de 187 mortes por 100 mil habitantes (Villatoro 2017). Além disso, o estreitamento das relações desses grupos com grandes cartéis mexicanos causa significativas preocupações ao governo do México, que teme o aumento da violência dentro do seu país (Cantor 2014).

Os impactos desse estado de violência generalizada acarretam grandes desafios para a comunidade internacional no que tange às crianças e sua proteção. Além de enfrentarem uma pobreza generalizada nesses locais, com falta de saneamento básico, educação e saúde precárias, os menores de idade recebem baixa proteção social do Estado, deixando-os mais vulneráveis. Tendo esses fatos em mente, os grupos de narcotraficantes iniciaram processos de exploração dessas crianças, que se manifestam, no âmbito interno, por meio do trabalho irregular infantil e da prostituição de menores, e, no âmbito externo, pela exploração sexual de menores e pelo tráfico humano infantil para outros países da região (Villatoro 2017).

Os fatores supracitados acabam sendo impulsionados pela fraca estabilidade econômica desses países, que se deve, entre diversos outros fatores, à grande dificuldade na arrecadação de impostos do governo central. Isso ocorre, pois a péssima educação ofertada, somada aos baixos salários pagos nesses países, fomentam o trabalho informal – dois terços da população do Triângulo Norte vivem com 2,50 dólares por dia. Além disso, a baixa receita governamental potencializa os eventos citados acima, visto que, com poucos recursos, torna-se inviável a esses três governos investir fortemente em programas sociais com a finalidade de auxiliar pessoas em situação de vulnerabilidade (Villatoro 2017). Nesse sentido, devido às exuberantes porcentagens de venda e de transporte de drogas provenientes da região que se direcionam aos Estados Unidos, o governo estadunidense considerou necessário realizar grandes inversões nas economias desses três países, buscando, a longo prazo, criar estabilidade econômica para o Triângulo Norte prosperar e ser capaz de lidar com suas questões internas que afetam outros países da região (Labrador e Renwick 2018).

3.4.2 MIGRAÇÕES

Mesmo que a imagem midiática em relação à crise seja de que os migrantes do Triângulo Norte buscam chegar aos Estados Unidos da América, inúmeras vezes eles apenas almejam migrar para Estados limítrofes, como Belize, México e Costa Rica, os quais possuem condições de vida mais apropriadas. Nesse sentido, esse último consiste em uma localidade atrativa,

visto que a economia costarriquenha vem apresentando forte ampliação de seu mercado de trabalho, devido, especialmente, a fábricas de eletrônicos instaladas no país nos últimos anos e ao crescente mercado do turismo (González 2005).

De maneira geral, no que concerne às migrações provenientes dos países do Triângulo Norte, pode-se apontar como causas para as migrações em massa, conforme apontado anteriormente, a violência generalizada disseminada pelas gangues, o alto grau de pobreza da região e problemas climáticos. No âmbito interno, ressalta-se, também, a grande ineficiência desses Estados em lidar com suas populações vulneráveis, não conseguindo, por exemplo, protegê-las de grupos não estatais, promover salários mais altos e manter a educação sob seu controle. Por essas razões, as populações desses países decidem iniciar jornadas de migração extremamente perigosas, em que estão sujeitas a violações dos direitos humanos de todos os tipos, além de sede e fome (Garcia e Høvring 2018).

Dessa maneira, outro problema de maior especificidade refere-se às migrações de crianças – muitas vezes desacompanhadas – e de mulheres, as quais acabam sendo expostas a situações de violações de seus direitos humanos, sendo a maioria dessas pessoas advindas do Triângulo Norte. Apesar disso, essas situações apenas receberam maior atenção da comunidade internacional devido ao grande aumento dos fluxos migratórios. Nesse sentido, fugindo de seus países pelas mesmas razões que seus concidadãos, esses grupos enfrentam casos de estupro, assaltos e sequestros para fins de tráfico humano, haja vista que, muitas vezes, viajam sozinhos, expostos a mais riscos. Esses atos são perpetrados, na maioria dos casos, por grupos narcotraficantes das regiões e pelas autoridades dos países em que essas pessoas se encontram (Fundación Heinrich Böll 2017).

FIGURA 3: MIGRANTES E AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS



Fonte: Fundación Heinrich Böll (2017)

No entanto, esses movimentos migratórios geraram vastas reações dos países em relação a suas fronteiras. A principal, e mais noticiada, foi a do presidente norte-americano, Donald J. Trump, que ordenou o fechamento da fronteira dos Estados Unidos com o México, temendo as caravanas da América Central. De acordo com o governo estadunidense, existe um temor generalizado de que terroristas e narcotraficantes possam adentrar o território, aumentando os níveis de violências do país (Camhaji e Reina 2018). Por outro lado, cabe ressaltar que essa crise afetou outros países da América, como o México, ponto de assentamento das caravanas de migrantes que buscam furar a fronteira com os Estados Unidos. Nesse sentido, o governo mexicano não foi capaz de lidar com as diversas pessoas que chegavam, gerando, inclusive, enfrentamentos entre a polícia mexicana e os migrantes (G1 News 2018). Enquanto isso, na América Central, movimentos crescentes de fechamento de fronteiras vêm ocorrendo, especialmente na Costa Rica e na Nicarágua – país com grande número de pessoas emigrantes –, os quais temem o atrofiamento de seus mercados de trabalho (International Organization for Migration 2017).

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Os tópicos englobados no conceito de Segurança Hemisférica foram debatidos em diversas instâncias internacionais. No caso do Triângulo Norte da América Central, os debates centraram-se na consolidação de planos de ação financeira, além da atuação de organismos regionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), visando a promover a cooperação no continente. No âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), o enfoque dado enfatiza, principalmente, a consolidação do Estado democrático de direito nos períodos que sucedem crises internas.

4.1 A ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU)

A questão securitária contemporânea no Triângulo Norte da América Central não se encontra de forma direta na agenda de discussão dos órgãos decisórios superiores da Organização das Nações Unidas (ONU), como o Conselho de Segurança e a Assembleia Geral. Todavia, algumas medidas e resoluções foram estabelecidas com vistas, principalmente, à estabilização dos países após o período de guerras civis da segunda metade do século XX.

Em 1989, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 644, instituindo o Grupo de Observação das Nações Unidas na América Central (ONUCA), a pedido dos presidentes dos países centro-americanos (Nações Unidas 1989). O ONUCA tinha como objetivo verificar o fim dos conflitos fronteiriços entre os países da região, especialmente envolvendo Nicarágua e Honduras[8], e investigar o processo de negociação de paz com os movimentos contrarrevolucionários (Nações Unidas 2009). Além disso, o Conselho de Segurança manifestou seu apoio ao Grupo de Contadora – formado por Colômbia, México, Panamá e Venezuela – que buscava dar suporte à pacificação da América Central com apoio indireto dos Estados Unidos (Purcell 1985).

Já em 1991, o Conselho de Segurança adotou, por consenso, a Resolução 693, que estabelecia a Missão de Observação da Nações Unidas em El Salvador (ONUSAL), com o intuito de monitorar o respeito aos direitos humanos pela junta militar governante e pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, conforme estabelecido no acordo de paz negociado entre ambas as partes (Nações Unidas 1991). Foi a primeira missão internacional, de acordo com o Secretário-Geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali, que se estabeleceu para verificar o status quo antes de um acordo de cessar-fogo (Einhorn 1992). A principal diferença entre a ONUSAL e o ONU-

8 O conflito fronteiriço entre Honduras e Nicarágua já havia sido debatido na Resolução 530, de 1983, na qual os membros do Conselho de Segurança manifestaram sua preocupação com o desenrolar das investidas militares entre os dois países e solicitaram uma atuação mais direta do Grupo de Contadora (Nações Unidas 1983).

CA é que a primeira contou com o uso de forças policiais para destruir os equipamentos e materiais bélicos encontrados que tinham como destino os grupos paramilitares da região (Nações Unidas 2019).

Mais recentemente, a Assembleia Geral da ONU manifestou-se sobre a Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala (CICIG). Por meio da Resolução 63/19, de 2008, o órgão manifestou seu apoio à Comissão e aos países que contribuem de forma voluntária para a sua execução (Nações Unidas 2008). O Conselho de Segurança debateu a questão da Nicarágua, especialmente no que tange às acusações de violação de direitos humanos por parte do governo de Daniel Ortega, em 2018, porém não elaborou resoluções sobre o tema. Além disso, outras agências da ONU, como a Organização Internacional para Migração (OIM) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) elaboram relatórios periódicos, acompanhando a situação dos migrantes da América Central e fornecendo suporte aos fluxos migratórios originários dos países do Triângulo Norte.

4.2 A ATUAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

Os diversos problemas sociais, políticos, econômicos e securitários que se apresentam na região do Triângulo Norte são uma das maiores preocupações da OEA. No entanto, apesar da elaboração de diversas resoluções sobre o assunto, ações efetivas ainda não foram tomadas pela Organização, a qual delega essas tarefas para Estados com maiores capacidades econômicas, como os Estados Unidos e o Canadá, ou promove conferências entre autoridades dos países mais afetados pelas crises com a finalidade de mitigar as consequências advindas dos altos níveis de violência regionais (OEA 2012).

A OEA vem sendo grande apoiadora de movimentos que unifiquem estratégias de cooperação na região. Dessa forma, em junho de 2011, durante sua 41ª Assembleia Geral, foi aprovada uma resolução que garante total apoio à Estratégia Securitária da América Central e ao Sistema Integrado da América Central (SICA), os quais visam à criação de um modelo integral securitário para os países da América Central, especialmente os do Triângulo Norte (Central American Integration System 2011). Além disso, em fevereiro de 2012, o Secretário de Segurança Multidimensional da OEA se reuniu com os Ministros de Segurança e Defesa de El Salvador, Honduras e Guatemala, com o intuito de debater os problemas que afetam a região e propor soluções efetivas. Nessa reunião, debateram-se vários assuntos, desde a melhora da gestão policial até as crises penitenciárias, que atingem esses países (OEA 2012).

Nessas reuniões e debates da OEA, foi criado o Plano de Segurança no Triângulo Norte da América Central de 2016. Ainda em desenvolvimento, tal projeto tem participação de autoridades estatais de El Salvador, Honduras e Guatemala a fim de delimitar ações conjuntas que enfraqueçam

os grupos paramilitares internos e, por conseguinte, diminuam os elevados índices de violência desses três Estados. Nesse sentido, decidiu-se pela criação de uma frente comum, que atua de maneira coordenada nas instituições policiais, no judiciário e nas Forças Armadas. Ademais, a questão do crime organizado transnacional também é tratada nesse Plano, o qual pretende obter um maior controle de fronteiras a fim de mitigar os danos de tal ação (República de Honduras 2016).

4.3 PLANO DE ALIANÇA PARA A PROSPERIDADE DO TRIÂNGULO NORTE (PAPTN)

O Plano de Aliança para a Prosperidade do Triângulo Norte (PAPTN) é um dos programas que surgiram incentivados pelo ex-presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, com o objetivo de diminuir a imigração de crianças e adolescentes desacompanhados (Villafuerte Solís 2018). O PAPTN é formado pelos três países do Triângulo Norte, havendo possibilidade de investimentos de outros países, e começou a ser pensado em 2014, após o registro de um grande número de crianças e adolescentes desacompanhados tentando entrar ilegalmente pela fronteira sudoeste dos Estados Unidos, fazendo com que este país, junto com México e países da América Central, vissem a necessidade de tomar alguma atitude (Wroughton e Renteria 2014).

O PAPTN, portanto, consiste em um plano de atração de investimento para os três países do Triângulo Norte, visando à melhoria das condições econômicas e, consequentemente, da segurança da região. Com 80% do investimento para o PAPTN vindo de Honduras, Guatemala e El Salvador, ele prevê também 20% de apoio vindo de outros países que estejam dispostos a contribuir. Em 2015, os Estados Unidos prometeram USD 1 bilhão para o PAPTN, com o objetivo de desenvolver as comunidades dos três países, aumentando a escolaridade e o padrão de vida, diminuindo a violência e, por conseguinte, diminuindo também a imigração ilegal para os EUA (Wagner 2015). A instituição do PAPTN, dessa maneira, é fundada sob a perspectiva de que o fato ocorrido em 2014 não algo isolado, mas sim um acontecimento fruto da estrutura na qual os países do Triângulo Norte foi formado (Wroughton e Renteria 2014).

Embora inicialmente a ideia do PAPTN tivesse um foco no desenvolvimento dos três países por meio do investimento, para, como consequência, aumentar a segurança da região, há uma mudança de direcionamento quando Donald Trump assume a presidência dos Estados Unidos. Coloca-se em pauta, a partir desse momento, a instituição de um Plano Colômbia para a América Central. O novo governo acreditava que o desenvolvimento buscado pelo PAPTN poderia ser conseguido, na verdade, por meio do Plano Colômbia. Este Plano consistiu, basicamente, em uma força tarefa para desmantelar os cartéis de drogas colombianos, com a presença de assessores e efetivos militares no país, além do oferecimento de treinamento militar às

forças locais (Villafuerte Solís 2018).

Além da mudança no foco do PAPTN, outra grande perda foi a diminuição do investimento por parte dos Estados Unidos. Após assumir o cargo, o novo presidente estadunidense passa a promover uma diminuição de gastos nos programas internacionais que apoia, o que inclui o PAPTN. Dessa maneira, o projeto passa a contar com menos recursos, o que desacelera seu funcionamento e efetividade. O presidente Trump já havia cortado parte do seu financiamento externo em 2018, e, no início de 2019, anunciou ainda mais cortes para Honduras, Guatemala e El Salvador, o que pode acarretar um crescimento da violência na região e da emigração da população desses países em direção aos EUA (Estadão 2018; Gonçalves 2019).

5 BLOCOS DE POSICIONAMENTO

Na era Kirchner (2003-2015), a **República Argentina** tinha uma visão mais focada nos aspectos sociais sobre a questão migratória, o que muda na presidência de Mauricio Macri. Na Argentina de Macri, a partir de 2015, o país passa a vincular a questão migratória à segurança pública, colocando o governo com um papel mais ativo tanto nos processos de imigração, quanto nas comunidades de imigrantes. Ao relacionar imigração a uma questão de segurança, a Argentina segue a tendência global de restrição à migração, e chama atenção aos imigrantes ilegais e seu papel na segurança do país (Malar 2019). Em 2017, o executivo argentino passou um decreto que prometia um controle mais forte nas fronteiras e nos aeroportos, para evitar a entrada de pessoas com antecedentes criminais, e também agilizando a deportação de criminoso. Mesmo com essas medidas, contudo, o número de imigrantes e pessoas naturalizadas na Argentina continuou sendo bastante significativo (Cué 2017a).

Uma das principais bases da economia de **Belize** é o turismo, seguido da exportação de açúcar, bananas, cítricos, produtos marinhos e petróleo cru. O país é bastante dependente da importação de energia, o que a torna vulnerável aos choques dos preços de energia (CIA 2019). Belize, antigamente conhecida como Honduras Britânica, foi a última colônia do Reino Unido nas Américas, e atualmente mantém relações com os Estados Unidos e com países da América Latina. Até 2017, Belize era recebia os refugiados do Triângulo Norte de "braços abertos", mas desde o ano citado passou a tratá-los com bastante violência e repressão. Tais atitudes foram justificadas pelo governo com o argumento de que esses refugiados poderiam ameaçar a segurança do país (Lakhani 2017). Entretanto, é importante destacar que o Estado tem um conflito não resolvido com a Guatemala, pertencente ao Triângulo Norte da América Central, a qual reclama parte do território belizenho (BBC 2018). Em 2016, aconteceu um grave incidente diplomático entre os dois países, quando uma patrulha militar de Belmopan matou um menino guatelmateco na região fronteiriça entre os dois Estados. A Guate-

mala chegou a enviar 3 mil soldados para o local, mas negou que fosse uma declaração de guerra (O Globo 2016).

Desde 2006, o **Estado Plurinacional da Bolívia** tem como presidente Evo Morales, o primeiro presidente de origem indígena na história do país (BBC 2016). Sua relação com a OEA é marcada por altos e baixos. O presidente já chegou a afirmar que a organização era na verdade comandada pelos Estados Unidos, desacreditando-a. Ainda assim, em maio deste ano, Morales foi apoiado pelo Secretário-Geral da OEA, o qual afirmou que seria uma discriminação caso o presidente não pudesse participar da próxima eleição – que virá a ser sua quarta – visto que presidentes de Honduras, Nicarágua e Costa Rica tiveram sua reeleição permitida graças a uma decisão judicial (Estadão 2019). No que tange às migrações, o país é defensor dos grupos vulneráveis que atravessam fronteiras. Quando o governo argentino endureceu as leis de imigração no seu território, Morales foi um grande crítico. O Estado boliviano afirmou temer que tal lei desencadeasse uma série de perseguições por discriminação por causa de sua etnia ou cor da pele, e que pessoas que fossem trabalhar honestamente acabassem sendo o alvo (Cué 2017b).

A **República Federativa do Brasil**, desde a criação da OEA, é um país de grande importância dentro da organização. Desde 1993 até o governo da ex-presidente Dilma Rouseff, o Brasil vinha com uma política internacional se apoiando na Cooperação Sul-Sul, na defesa da democracia, mas com bases no princípio da não-intervenção. Brasil e Estados Unidos, principalmente durante os mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT) não convergiam em suas opiniões, mas tampouco o Brasil buscou algum tipo de enfrentamento direto (Boito Jr. e Berringer 2013; Saraiva 2007). Entretanto, desde que o ex-vice-presidente Michel Temer assumiu o poder, e mais enfaticamente depois das eleições de 2018, em que assumiu o presidente Jair Bolsonaro, o Brasil mantém um alinhamento extremamente próximo aos Estados Unidos. No poder desde o início do ano, o presidente Bolsonaro já teve declarações bastante polêmicas em relação a imigrantes latino-americanos. Em março deste ano, o atual presidente, ao ser entrevistado nos Estados Unidos, afirmou que a maioria dos imigrantes que iam para os EUA não tinham boas intenções (Álvares 2019). Tal qual Donald Trump, o presidente brasileiro acredita em medidas mais firmes e punitivistas em relação a imigrantes ilegais, bem como na maneira de lidar com a violência intra e inter estatal.

O **Canadá** é conhecido por ser um grande defensor dos direitos humanos e ter um discurso mais amistoso em relação aos imigrantes provindos de países vulneráveis (Laventure 2017). Em 2017, o país direcionou uma verba de USD 7,3 milhões para a América Central com o objetivo de melhorar a estabilidade da região, diminuir a violência e melhorar a qualidade de vida da população local. Essa verba foi direcionada especialmente para os países do Triângulo Norte da América Central, principalmente para o Plano de Aliança para a Prosperidade do Triângulo Norte (Global Affairs

Canada 2017). Embora o Canadá tenha sua política bastante próxima dos Estados Unidos, muitos especialistas canadenses afirmam que agora seria o momento para que o país repetisse suas ações de 1980, quando seguiram uma política independente dos EUA nas guerras civis da América Central, participando dos processos de paz e promovendo os direitos humanos na região (Anzueto 2018).

A República do **Chile** tem uma política exterior de respeito às leis internacionais, promoção dos direitos humanos e da democracia e responsabilidade em cooperar. Segundo o Ministério de Relações Exteriores do país, atualmente, com a situação de mudança climática, conflitos étnicos, crises humanitárias, entre outros problemas das relações internacionais, devem levar os Estados a cooperar entre si, não só por uma questão diplomática, mas por ser a única maneira de lidar com esses problemas que transcendem as fronteiras territoriais dos países (Ministry of Foreign Affairs of Chile 2019). Com a crise de refugiados na América Latina, o Chile, juntamente com o Equador e o Peru, tem sido um dos principais destinos dos refugiados venezuelanos (Trotsenburg 2019). Em junho deste ano, o país prometeu um "visto de responsabilidade democrática" para os venezuelanos que estiverem saindo de seu país, em qualquer embaixada do Chile (Reuters 2019).

O atual presidente da **República da Colômbia**, Iván Duque, está no poder desde agosto de 2018. Considerado um político conservador de direita, ele foi eleito em grande parte pela fração da população colombiana que concordava com suas opiniões em relação ao acordo de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Segundo ele, foram feitas concessões demais para os participantes das FARC, como a diminuição de pena para aqueles que admitiram seus crimes (BBC 2019a). O presidente está com sua popularidade em baixa, não em função da situação econômica, que se encontra estável, mas em função de suas más escolhas políticas. Uma delas é ter interrompido as negociações com o Exército de Libertação Nacional (ELN), que culminou em novos atentados e o crescimento da guerrilha, uma parte da qual supostamente encontra-se agora em território venezuelano sob a proteção de Maduro. Somado a isso, os assassinatos de 276 líderes sociais, que auxiliavam nas tratativas do governo com a guerrilha, também têm piorado sua imagem (Colombo 2019).

A **República da Costa Rica** se posiciona como grande defensor dos direitos humanos com relação aos fluxos migratórios e à violência na região (Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de Costa Rica 2016). Para o país, é necessário trabalhar em conjunto a fim de resolver os problemas advindos da região do Triângulo Norte, mostrando-se contrário a qualquer tentativa de individualizar a questão. Nesse sentido, com fortes conexões com os Estados Unidos, San José acredita que deve ser realizada uma luta frontal contra o crime organizado, que afeta todos os países da região, e, por conseguinte, estabilizar internamente El Salvador, Honduras e Guatemala, reduzindo os fluxos migratórios. Essa luta é feita por meio de acordos bilaterais de controle migratório, além do suporte a iniciativas de países

com maior aporte financeiro (Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de Costa Rica 2017).

A **República de El Salvador**, como um dos países pertencentes ao Triângulo Norte, vem constantemente propondo planos de ações entre os países americanos a fim de mitigar as consequências externas e internas da questão (Ministerio de Relaciones Exteriores de El Salvador 2018). O país tem como objetivo principal o combate interno às Maras e o fortalecimento de seu sistema de justiça. Além disso, o governo do país acredita que, com a finalidade de melhorar a situação interna salvadorenha, é necessário a estabilização econômica e, por consequência, a geração de empregos. No entanto, após o corte de verbas norte-americanas à região devido às caravanas de migrantes, El Salvador se viu obrigado a convergir seus esforços para tentar estancar os fluxos migratórios aos Estados Unidos. Entretanto, o país defende, com urgência, a retomada no envio de tais quantias (BBC 2019b).

A **República do Equador** possui definida uma agenda de política externa de 2017 até 2021, na qual explicita seus principais objetivos para esses quatro anos. Para o país, as migrações intrarregionais, incluindo aquelas advindas do Triângulo Norte, são de grande preocupação para o governo equatoriano, o qual defende políticas públicas a fim de facilitar os fluxos migratórios e garantir a esses migrantes acesso a serviços básicos para sua sobrevivência. Nesse sentido, apesar de apoiar que as ações coordenadas dos países da região são necessárias, o governo equatoriano acredita que a OEA não vem obtendo sucesso em tratar de temas essenciais ao continente americano (Equador 2018).

Os **Estados Unidos da América** é o Estado mais poderoso militar e economicamente da OEA, exercendo grande influência sobre os países da América Central. Nesse sentido, o Estado norte-americano se apresenta como maior parceiro dos três países do Triângulo Norte, enviando enormes quantidades de ajuda financeira a esses países com o intuito de estabilizá-los internamente (United States Department of State 2019d). Entretanto, devido aos grandes fluxos migratórios advindos dessa região e às políticas anti-migratórias do governo de Donald Trump, Washington anunciou a suspensão do envio desse auxílio, desestabilizando ainda mais a região. Tal medida gerou tensões entre os países, especialmente após declaração de Trump que acusou os três países de inação e de produzirem as caravanas para os Estados Unidos. Internamente, tal atitude gerou insatisfação entre os membros do Partido Democrata, os quais acreditam que ela seria contraproducente e desestabilizaria ainda mais a situação interna dos países da região, aumentando os fluxos migratórios para os Estados Unidos (O Globo 2019).

A **República da Guatemala** possui fortes relações com os Estados Unidos, sendo esse um de seus maiores parceiros. Contudo, após o anúncio do corte de verbas destinadas à região pelo Presidente Donald Trump, projetos desenvolvidos externa e internamente foram ameaçados, estre-

mecendo as boas relações entre os dois países, haja vista que a Guatemala, entre os três países do Triângulo Norte, tem as organizações que mais recebiam verbas proveniente dos Estados Unidos, necessitando que esse último retome o envio de tais auxílios (United States Department of State 2019b). Nesse sentido, projetos criados para melhorar a economia e as condições de vida no país vem sendo afetados. O Estado guatemalteco aponta o combate à corrupção como sua prioridade a fim de que com os recursos recuperados se possa fomentar o crescimento interno. Ademais, a nutrição de comunidades rurais e o auxílio às crianças vítimas de escravidão são temáticas que devem ser debatidas com prioridade (BBC 2019b).

A **República Cooperativa da Guiana** enfrenta uma das maiores taxas de fugas de cérebro do mundo, e tem fomentado políticas públicas para controlar esse tipo de emigração (Guyana Standard 2018). O consumo de drogas ilícitas, como maconha e cocaína, tem aumentado nos últimos anos e o país é considerado uma importante rota de tráfico de entorpecentes (Guyana Times 2019). Estes são produzidos e saem da América do Sul rumo à Europa, à África e aos países da América Central, especialmente do Triângulo Norte, tornando a Guiana um ator relevante nos esforços para tentar controlar o fluxo de produtos ilegais nas Américas (Jamaica Observer 2019).

Devido às condições internas de instabilidade e à extrema pobreza, a **República do Haiti** não possui grande projeção externa, guiando-se, muitas vezes, pelos posicionamentos dos Estados Unidos, parceiro político e econômico de maior relevância. Apesar de participar de diversas organizações internacionais e regionais, o país estabelece suas relações internacionais de maneira prioritariamente bilateral. O governo haitiano, apesar de não emitir muitos pronunciamentos sobre a questão, considera a situação dos migrantes do Triângulo Norte como de grande preocupação, visto que o próprio Haiti possui altos índices de pessoas migrantes (México 2018).

Entre os países do Triângulo Norte, a **República de Honduras** é o país que apresenta os mais fortes laços de relacionamento com os Estados Unidos, sendo esse último seu maior parceiro econômico e político. Nesse sentido, o governo hondurenho costuma seguir posicionamentos similares aos dos estadunidenses (United States Department of State 2019c). Todavia, mesmo com tal ligação, o desconforto após o corte de orçamento estadunidense ao Triângulo Norte foi inevitável, haja vista que tal atitude prejudica os projetos em andamento dentro de Honduras e, por consequência, devem ser retomadas. Para Tegucigalpa, o objetivo primordial dos repasses internacionais à região deve ser o foco no combate a todas as formas de violência. Por tal razão, o Estado hondurenho vem desenvolvendo programas para identificar jovens em risco de serem cooptados por grupos paramilitares por meio de investimentos em educação, segurança alimentar e erradicação da pobreza. Ademais, o combate à corrupção e a falhas em seu sistema de justiça também são pautas importantes para Honduras (BBC 2019b).

Os **Estados Unidos Mexicanos** desempenham um papel fundamen-

tal na conjuntura do Triângulo Norte. Em conjunto com a CEPAL, o presidente López Obrador tem desenvolvido o Plano de Desenvolvimento Integral, popularmente conhecido como o "Plano Marshall para a América Central", que visa a impulsionar a economia da região e atrair investimento externo direto (Camhaji 2019). A relação com os Estados Unidos tem sido complexa, especialmente após as declarações de Donald Trump, que alega que o México não garante a segurança fronteiriça da forma que deveria. O governo mexicano passou a oferecer vistos temporários aos migrantes, especialmente crianças e idosos, além de providenciar o transporte de volta das caravanas aos países da América Central (Graham 2019). A realidade de combate às drogas e de violência interna no México é semelhante aos países do Triângulo Norte, com altos índices de homicídios e de tráfico de cocaína, e a política externa adotada por Obrador, priorizando o diálogo com os países vizinhos, possibilita que o país assuma uma posição de liderança na região, com o apoio dos países da América Latina (Berg 2019).

A **República da Nicarágua** tornou-se, em tempos recentes, uma das principais pautas da agenda internacional no que tange à América Latina. Com a crise econômica venezuelana, o país perdeu seu principal parceiro econômico, dando início a uma série de manifestações duramente reprimidas pelas forças militares lideradas pelo presidente Daniel Ortega, conduta essa que foi fortemente criticada pela comunidade internacional (Labrador 2018). Apesar disso, o país mantém baixos índices de violência, em comparação com os do Triângulo Norte, e o destino dos migrantes nicaraguenses, em sua maioria, é a Costa Rica (Ramírez 2014). Com a Revolução Sandinista, no fim dos anos 1970, e a reforma do sistema de segurança, somado aos altos investimentos em políticas públicas e controle fronteiriço, a Nicarágua não sofre diretamente com a violência das gangues, como ocorre nos demais países da América Central (Schout 2018).

A **República do Panamá** é considerada o país mais próspero da América Central (Flor 2018). A nação tem uma das guardas de fronteira mais bem treinadas do mundo, com treinamento oferecido pelos Estados Unidos, que controla o tráfico de drogas e armas e a entrada de migrantes vindos da Colômbia (Yates 2018). Ao romper laços diplomáticos com Taiwan e reconhecer a soberania da República Popular da China, os Estados Unidos romperam uma série de negociações e consultas com o governo panamenho, gerando um enfraquecimento na relação bilateral entre os dois países (Panama Today 2018). O Panamá busca, atualmente, sua reestruturação industrial e o retorno do investimento externo, após a imagem internacional do país ficar manchada pela divulgação dos *Panama Papers*[9]. Tal objetivo foi

9 Os Panama Papers são um conjunto de mais de onze milhões de documentos que foram enviados de forma anônima ao jornal alemão Süddeutsche Zeitung, em 2015, e posteriormente publicados nos principais jornais do mundo. Os documentos são vinculados à empresa de advocacia panamenha Mossack Fonseca, que abriu uma série de contas offshore no período de 1970 a 2016. Neles, consta o envolvimento de governantes, multimilionários e grandes corporações em possíveis esquemas de corrupção e de lavagem de dinheiro (Harding 2016).

a principal pauta da campanha presidencial do presidente eleito em 2019, o social-democrata Laurentino Cortizo (Youkee 2019).

A **República do Paraguai** vem adotando uma política conservadora nos últimos anos, com o Partido Colorado governando o país desde 1963 – com exceção do período entre 2008 e 2012, com o governo de Fernando Lugo. Fortemente atrelada à política externa dos EUA, o Paraguai é o único país da América do Sul que mantém laços com Taiwan, e recentemente anunciou o deslocamento da embaixada paraguaia em Israel para Jerusalém. Após o golpe de Estado que destituiu Lugo, o então vice-presidente Federico Franco não é reconhecido por El Salvador, Nicarágua e outros países da região, gerando um clima de instabilidade diplomática com a região do Triângulo Norte (Villalona 2012). O país também enfrenta um grande problema de controle fronteiriço do tráfico de drogas, na fronteira com o Lago de Itaipu, sendo este o ponto de intersecção entre os traficantes brasileiros e paraguaios (Gemelli 2013). Além disso, o crime organizado proveniente do Brasil tem se instaurado no país, e gangues passam a controlar cada vez mais o tráfico de armas e enfraquecer as instituições locais. O território paraguaio também é rota da folha de coca e da pasta base de cocaína oriundas da Bolívia, que têm como destino a América Central (Londoño 2018).

A **República do Peru**, desde 2015, é o país com a maior produção de cocaína do mundo. A principal cidade portuária do país, Callao, também é o local com o maior índice de violência entre gangues, e as disputas pelo seu controle – estratégica para o escoamento de cocaína e de armas para os demais países da região – é semelhante às disputas entre as maras centro-americanas. Suspeitas de envolvimento do cartel mexicano de Sinaloa e da Máfia Italiana Ndrangheta, que buscam controlar Callao para exportar a cocaína rumo à Europa, no país são cada vez maiores. (Daugherty 2015). Ainda, o Peru enfrenta uma crise migratória oriunda da Venezuela, fortalecendo o controle fronteiriço para conter a entrada de venezuelanos, que já ultrapassam 700 mil (BBC 2019c). O país busca retomar sua imagem internacional, após a prisão do ex-presidente Pedro Pablo Kuczynski e o suicídio do ex-presidente Alan García, ambos ligados a esquemas de corrupção relacionados à empresa brasileira Odebrecht (Latin America Post 2019) No âmbito econômico, o Peru possui acordos comerciais com Honduras, Guatemala, Costa Rica e Guatemala, dedicando considerável importância para as relações com os países do Triângulo Norte e, em maior escala, com os países da América Central (Latin America Post 2017).

A **República Dominicana** recebe um elevado número de migrantes haitianos e venezuelanos, que somados representam mais de 90% do total de estrangeiros vivendo no país. O país possui um amplo histórico de violência interna e, nos últimos anos, um aumento considerável na violência doméstica e no abuso de poder por parte das polícias locais, especialmente contra migrantes haitianos (Amnesty International 2014). Além disso, a gangue Trinitarios, sediada em Nova Iorque, é formada majoritariamente por jovens de origem dominicana, e adota o mesmo estilo de violência

das maras MS-13 e Salvatrucha (Gearty 2018). A República Dominicana é o único país de fora da América Central que faz parte do acordo de livre comércio CAFTA-DR com os Estados Unidos, estabelecido junto a Guatemala, Honduras, El Salvador, Costa Rica e Nicarágua. (United States Trade Representative 2012). Todavia, os países do Triângulo Norte não conseguiram vantagens consideráveis com a consolidação desse e de outros acordos comerciais, mantendo pequena diversificação produtiva e relações extrarregionais (Runde 2019).

A **República do Uruguai** possui instituições democráticas que servem como exemplo para os demais países da América Latina. A luta por direitos LGBT, pelo empoderamento da mulher e pelo respeito ao Estado Democrático de Direito fazem parte da política interna do país, e pautam a política externa que o governo de Tabaré Vázquez, um dos últimos remanescentes da Onda Rosa latino-americana, tem adotado. A legalização da maconha no país em 2017 deve ser vista com cautela, especialmente pelos resultados ainda serem no curto prazo. Estudos apontam que as tensões vinculados ao controle dos pontos de venda de drogas existentes aumentaram, e o número de homicídios vinculados a narcotráfico quase que dobrou, embora o controle do mercado esteja gradativamente se tornando mais controlado pelo Estado uruguaio e deixando de pertencer aos narcotraficantes (Martínez 2018). Relativamente à América Central, Uruguai e El Salvador buscam o fortalecimento de suas relações bilaterais por meio de encontros presidenciais e do estabelecimento de programas de cooperação técnica e econômica, embora não haja iniciativa uruguaia, até então, para a mediação ou para a liderança de projetos de cooperação no âmbito do Triângulo Norte (MRREE 2013).

QUESTÕES A PONDERAR

1 Como solucionar a situação socioeconômica dos países do Triângulo Norte da América Central, que dependem fortemente da ajuda financeira norte-americana?

2 Como lidar com os grandes fluxos migratórios na América Latina, e, em especial, nos países do Triângulo Norte?

3 Quais políticas públicas que podem ser eficazes no combate ao narcotráfico e a violência interna? E no que tange a mudanças climáticas na região?

4 Como garantir a segurança pública dos cidadãos guatemaltecos, hondurenhos e salvadorenhos?

REFERÊNCIAS

Aleixo, José Carlos Brandi. 1984. "Mercado Comum Centro-Americano". Revista de Informação Legislativa 21 (81): 111-130. https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/186299

Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). 2018. "Central America Refugee Crisis: Families and unaccompanied children are fleeing horrific gang violence". Acesso em 12 de abril de 2019. https://www.unrefugees.org/emergencies/central-america/.

Álvares, Débora. 2019. "'Maioria dos Imigrantes não Tem Boas Intenções', diz Bolsonaro a TV dos Estados Unidos". Congresso em Foco. Acesso em 23 de junho. https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/a-emissora-norte-americana-bolsonaro-diz-que-maioria-dos-imigrantes-nao-tem-boas-intencoes/.

Amnesty International, 2014. "Dominican Republic - A long way ahead: reproductive rights, discrimination of Dominicans of Haitian descent and the reform of the police". Acesso em 23 de junho de 2019. https://www.refworld.org/pdfid/5257b0b94.pdf

Anzueto, Marc-André. 2018. "Canada Has an Opportunity to Develop a Central American Strategy that Would Restore its Status as a Leader on Human Rights for Migrants". Acesso em 23 de junho de 2019. https://policyoptions.irpp.org/magazines/august-2018/canadas-approach-toward-central-american-migrants/.

BBC. 2016. "Profile: Bolivia's President Evo Morales". Acesso em 23 de junho de 2019. https://www.bbc.com/news/world-latin-america-12166905.

———. 2017. "A história por trás da MS-13, a supergangue que gera onda de medo nos EUA após série de assassinatos brutais". BBC. Acesso em 14 de abril de 2019. https://www.bbc.com/portuguese/internacional-39636727.

———. 2018. "Belize Country Profile". Acesso em 23 de junho de 2019. https://www.bbc.com/news/world-latin-america-18724590.

———. 2019a. "Colombia Country Profile". Acesso em 23 de junho. https://www.bbc.com/news/world-latin-america-19390026.

———. 2019b. "Honduras, Guatemala y El Salvador: ¿Cómo Impacta el Recorte de la Ayuda de EE.UU. a Centroamérica Ordenado por Trump?". Acesso em 05 de junho. https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-47822955.

———. 2019c. "Venezuela crisis: Migrants dash to cross Peru border". Acesso em 23 de junho. https://www.bbc.com/news/world-latin-america-48644801.

Berg, Ryan C. 2019. "A Central American Marshall Plan Won't Work". Foreign Policy. Acesso em 23 de junho de 2019.

Boito Jr., Armando, e Tatiana Berringer. 2013. "Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma". Revista de Sociologia e Política 21 (47): 31-38. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782013000300004.

Borger, Julian. 2018. "Bolton praises Bolsonaro while declaring 'troika of tyranny' in Latin America". The Guardian. Acesso em 10 de abril de 2019. https://www.theguardian.com/us-news/2018/nov/01/trump-admin-bolsonaro-praise-john-bolton-troika-tyranny-latin-america.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). 2019. "CELAC and China Joint Plan of Action for Cooperation on Priority Areas (2019-2021)". Acesso em 14 de abril. http://www.itamaraty.gov.br/images/2ForoCelacChina/Joint-Action-Plan-II-CELAC-China-Forum-FV-22-01-18.pdf.

Bulmer-Thomas, Victor. 2008. The Political Economy of Central America since 1920. New York: Cambridge University Press.

Calvocoressi, Peter. 1996. "Mexico and Central America". World Politics since 1945, 804-819. Nova Iorque: Longman Publishing.

Camhaji, Elías. 2019. "México Impulsa el 'Plan Marshall' para Centroamérica a la Espera del Dinero de EE UU". El País. Acesso em 04 de junho. https://elpais.com/internacional/2019/05/20/mexico/1558365443_972899.html

Cantor, David James. 2014. "The New Wave: Forced Displacement Caused by Organized Crime in Central America and Mexico". Refugee Survey Quarterly 33 (3): 34-68. https://doi.org/10.1093/rsq/hdu008

Central American Integration System. 2011. "OAS Supports the Central America Security Conference". Acesso em 04 de junho de 2019. https://www.sica.int/consulta/Noticia.aspx?Idn=60096&idm=2.

CIA. 2019. "The World Factbook: Belize". Acesso em 23 de junho. https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/bh.html.

Colombo, Sylvia. 2019. "Em Nove Meses, Presidente da Colômbia se Desgasta com Múltiplas Derrotas". Folha de São Paulo. Acesso em 23 de junho. https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/05/em-nove-meses-presidente-da-colombia-se-desgasta-com-multiplas-derrotas.shtml?loggedpaywall#_=.

Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). El estado actual de la integración en Centroamérica. Cidade do México: CEPAL, 2011. https://www.cepal.org/es/publicaciones/4912-estado-actual-la-integracion-centroamerica

———. 2018. "Climate Change in Central America: Potential Impacts and Public Policy Options". Acesso em 15 de abril de 2019. https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/39150/7/S1800827_en.pdf.

Contreras, Gerardo. 2014. "¿Por Qué Surge El Sica Como Elemento De Integración Centroamericana?" Revista Estudios 28: 1-27. https://revistas.ucr.ac.cr/index.php/estudios/article/view/14768/14019

Cruz, José Miguel. 2010. "Central American maras: from youth street gangs to transnational protection rackets". Global Crime 11(4): 379-398. doi:10.1080/17440572.2010.519518.

———. 2011. "Criminal Violence and Democratization in Central America: the Survival of the Violent State." Latin American Politics And Society 53 (4): 1-33. https://www.jstor.org/stable/41342343?seq=1#page_scan_tab_contents

Cué, Carlos E. 2017a. "Argentina, Terra de Imigrantes, Entra na Guerra aos Estrangeiros, por Medo da Insegurança". El País. Acesso em 15 de junho de 2019. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/27/internacional/1485544314_535161.html.

———. 2017b. "Bolívia faz Campanha contra Novo Decreto de Imigração de Mauricio Macri". El País. Acesso em 23 de junho de 2019. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/06/internacional/1486410203_550869.html.

Cuffe, Sandra. 2018. "U.S. gave military jeeps to Guatemala to fight drug-trafficking . Instead, they were used to intimidate an anti-corruption commission". The Intercept. Acesso em 10 de abril de 2019. https://theintercept.com/2018/11/09/guatemala-crisis-corruption-cicig/.

Dalton, Juan José. 2014. "A esquerda da FMLN busca consolidar o seu poder em El Salvador". El País. Acesso em 30 de abril de 2019. .https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/08/internacional/1394308065_209850.html.

Daugherty, Arron. 2015. "Drug Gangs Battle for Peru's Chief Seaport". Insight Crime. Acesso em 04 de junho de 2019. https://www.insightcrime.org/news/brief/drug-gangs-battle-for-peru-seaport/.

Dolsten, Josefin. 2018. "Why these Latin American countries support moving their embassies to Jerusalem". Jewish Telegraphic Agency. Acesso em 10 de abril de 2019. https://www.jta.org/2018/05/10/politics/latin-american-countries-support-moving-embassies-je-

rusalem.

Doocy, Peter. 2018. "Mike Pence claims he's learned migrant caravan funded by 'outside groups'". Fox News. Acesso em 12 de abril de 2019. https://www.foxnews.com/politics/mike-pence-claims-hes-learned-migrant-caravan-funded-by-outside-groups.

Einhorn, Lois J. 1992. Abraham Lincoln, the Orator: Penetrating the Lincoln Legend. Westport: Greenwood Press.

Equador. Ministerio de Relaciones Exteriores y Movilidad Humana. Agenda de Política Exterior: 2017-2021. Por Lenín Moreno Garcés, María Fernanda Espinosa Garcés, Byron Rolando Suárez e José Luis Jácome. Quito: Ministerio de Relaciones Exteriores y Movilidad Humana, 2018, https://www.cancilleria.gob.ec/wp-content/uploads/2018/01/agenda_politica_2017baja.pdf (acesso em 05 de junho de 2019).

Espach, Ralph e Haering, Daniel. 2012. Border Insecurity in Central America's Northern Triangle. Washington, DC: Migration Policy Institute https://www.migrationpolicy.org/research/RMSG-CentAm-border-insecurity

Estadão. 2018. "EUA já Reduziram Assistência Financeira para Países da América Central". Acesso em 13 de junho de 2019. https://internacional.estadao.com.br/blogs/radar-global/eua-ja-reduziram-assistencia-financeira-para-paises-da-america-central/.

———. 2019. "Secretário-Geral da OEA Defende Direito de Evo de Disputar Reeleição". Acesso em 23 de junho. https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,secretario-geral-da-oea-defende-direito-de-evo-de-disputar-reeleicao,70002833696.

Farah, Douglas. 2013. Central America's Northern Triangle: A Time of Turmoil and Transition. Washington, DC.: IBI Consultants LLC. https://www.ibiconsultants.net/_pdf/turmoil-and-transition-2.pdf.

Flor, Mamela Fiallo. 2019. "The Wealth of Panama Proves That Inequality Is Not The Problem". Panama Post. Acesso em 23 de junho de 2019. https://panampost.com/mamela-fiallo/2019/07/04/the-wealth-of-panama-proves-that-inequality-is-not-the-problem/?cn-reloaded=1

Friedman, George. 2018. "The Trump Doctrine".Geopolitical Futures Acesso em 10 de abril de 2019. https://geopoliticalfutures.com/the-trump-doctrine/.

Fundación Heinrich Böll (FHB). 2017. "Cifras y datos sobre migración en América Latina: Rutas migratorias y mayores peligros enfrentados por los migrantes. Perspectivas: Análisis y Comentarios Políticos: América Latina". Fundación Heinrich Böll 1 (3): 9-12 .Acesso em 14 de abril de 2019. http://sv.boell.org/sites/default/files/turntable/https___mx.boell.org_sites_default_files_hbs_-_perspectivas_-_america_latina_3_-_online_-_es-2_1.pdf.

G1 News. 2018. "Imigrantes em caravana entram em confronto com polícia mexicana". Acesso em 14 de abril de 2019. https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/10/19/imigrantes-em-caravana-entram-em-confronto-com-policia-mexicana.ghtml.

Galtung, Johan. 1969. Violence, Peace, and Peace Research. Journal of Peace Research , 6 (3), 167 - 191. https://www.jstor.org/stable/422690?seq=1#page_scan_tab_contents.

García, Keila Merino. 2018. "Maras en Centroamérica y México". Comisión Española de Ayuda al Refugiado. Acesso em 15 de abril de 2019. https://boletinderechoshumanos.files.wordpress.com/2018/04/centroamc3a9rica-2018-maras.pdf.

Garcia, David, e Roald Høvring. 2018. "10 things you should know about the violence in Central America". Norwegian Refugee Council. Acesso em 14 de abril de 2019. https://www.nrc.no/news/2018/september/10-things-you-should-know-about-the-violence-in-central-america/.

Gearty, Robert. 2018. "The Gang Just as Vicious as MS-13 but without the Notoriety: Savage Trinitarios Return to the Spotlight after Years in the Shadows". Fox News. Acesso em 06 de junho de 2019. https://www.foxnews.com/us/the-gang-just-as-vicious-as-ms-13-but-without-the-notoriety-savage-trinitarios-return-to-the-spotlight-after-years-in-the-shadows.

Gemelli, Vanderleia. 2013. "As Redes do Tráfico: Drogas Ilícitas na Fronteira Brasil e Paraguai". Dissertação de Doutorado. Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Gilderhus, Mark T. 2000. The Second Century: U.S. - Latin American Relations since 1889. Wilmington: Scholarly Resources Inc.

Global Affairs Canada. 2017. "Canada Contributes to Improving Security in Central America". Acesso em 23 de junho de 2019. https://www.canada.ca/en/global-affairs/news/2017/06/canada_contributestoimprovingsecurityincentralamerica.html.

Global Security. 2018. "Soto Cano Air Base, Honduras". Acesso em 18 de abril de 2019. https://www.globalsecurity.org/military/facility/soto-cano.htm.

Gonçalves, Marina. 2019. "Decisão de Trump de Cortar Ajuda à América Central Tende a Aumentar Emigração para os EUA". O Globo. Acesso em 13 de junho. https://oglobo.globo.com/mundo/decisao-de-trump-de-cortar-ajuda-america-central-tende-aumentar-emigracao-para-os-eua-23568927.

González, Guillermo E. Acuña. 2005. "La Inmigración En Costa Rica: dinamicas, desarollo y desafios". Proyecto Fondo OPEC-UNFPA. Acesso em 14 de abril de 2019.https://www.ministeriodesalud.go.cr/gestores_en_salud/derechos%20humanos/migracion/inmigracr.pdf.

Graham, Dave. 2019. "Mexican President Wants to 'Bring Order' to Central American Migration to U.S.". Reuters. Acesso em 06 de junho. https://www.reuters.com/article/us-usa-immigration-mexico/mexican-president-wants-to-bring-order-to-central-american-migration-to-u-s-idUSKCN1RD2IT.

Guyana Standard. 2018. "Guyana has one of the highest rates of migration for skilled workers- Chief Statistician". Acesso em 25 de setembro de 2019. https://www.guyanastandard.com/2018/10/14/guyana-has-one-of-the-highest-rates-of-migration-for-skilled-workers-chief-statistician/#targetText=Latest%20statistics%20have%20revealed%20that,of%20migration%20of%20skilled%20workers.&targetText=He%20said%20that%20currently%2C%20around,university%2Deducated%20nationals%20have%20emigrated.

Guyana Times. 2019. "Guyana has growing domestic drug use problem – US report". Acesso em 25 de setembro. https://guyanatimesgy.com/guyana-has-growing-domestic-drug-use-problem-%E2%80%92-us-report/

Harding, Luke. 2016. "What Are the Panama Papers? A Guide to History's Biggest Data Leak". Acesso em 10 de junho de 2019. https://www.theguardian.com/news/2016/apr/03/what-you-need-to-know-about-the-panama-papers.

Herz, Monica. 2002. "Política de segurança dos EUA para a América Latina após o final da Guerra Fria". Estudos Avançados 16 (46). http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142002000300007.

Høivik, Tord, and Solveig Aas. 1981. "Demilitarization in Costa Rica: A Farewell to Arms?" Journal of Peace Research 18 (4): 333–350. doi:10.1177/002234338101800403.

Hsiang, Antonio C. 2018. "Three reasons why it's time for Mexico to pivot to China". Mexico News Daily. Acesso em 14 de abril de 2019. https://mexiconewsdaily.com/opinion/its-time-for-mexico-to-pivot-to-china/.

International Crisis Group. El salario del miedo: maras, violencia y extorsión en Centroamérica. Bruxelas. 2017. https://www.refworld.org/cgi-bin/texis/vtx/rwmain/opendocpdf.pdf?reldoc=y&docid=58e74ee34.

International Organization for Migration. World Migration Report 2018. Genebra: International Organization For Migration, 2017. https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2018_en.pdf.

Jamaica Observer. 2019. "Guyana described as transit country for drugs". Acesso em 24 de setembro. http://www.jamaicaobserver.com/news/guyana-described-as-transit-country-for-drugs_161163?profile=1373

Kincaid, Douglas, e Eduardo Gamarra. 1996. "Disorderly Democracy: Redefining Public Security in Latin America". In Latin America in the World Economy, editado por Roberto P. Korzeniewicz e William C. Smith, 211-228. Westport: Greenwood Press.

Korybko, Andrew. 2017. "21st-Century of Central America: Grand Strategy". Geopolitica. Acesso em 12 de abril de 2019. https://www.geopolitica.ru/en/article/21st-century-geopolitics-central-america-grand-strategy.

Labrador, Rocio Cara. 2018. "Nicaragua in Crisis: What to Know". Acesso em 04 de junho de 2019. https://www.cfr.org/article/nicaragua-crisis-what-know.

Labrador, Rocio Car, e Danielle Renwick. 2018. "Central America's Violent Northern Triangle". Council on Foreign Relations. Acesso em 09 de abril de 2019. https://www.cfr.org/backgrounder/central-americas-violent-northern-triangle.

Lakhani, Nina. 2017. "Central America's refugee crisis fuels anti-Hispanic backlash in neighborly Belize". The Guardian. Acesso em 26 de setembro de 2019. https://www.theguardian.com/world/2017/may/31/belize-central-america-refugees-immigration.

Latin American Post. 2017. "Peru's Trade Agreement with Honduras Takes Effect in 2017". Acesso em 02 de junho de 2019. https://latinamericanpost.com/14230-perus-trade-agreement-with-honduras-takes-effect.

———. 2019. "Peru: an Institutionality Permeated by Corruption" Acesso em 02 de junho. https://latinamericanpost.com/27777-peru-an-institutionality-permeated-by-corruption

Laventure, Lisa. 2017. "Central American Corridor a Dangerous Route for Migrants Heading to Canada". Acesso em 23 de junho de 2019. https://www.cbc.ca/news/world/african-migrants-mexico-dreams-canada-1.3992471.

Londoño, Ernesto. 2018. "Brazil's Violent Drug Trade Overruns Paraguay: 'Scenes You Only See in Movies'". The New York Times. Acesso em 05 de junho de 2019. https://www.nytimes.com/2018/12/15/world/americas/brazil-paraguay-gangs-drugs.html

Love, Julia. 2019. "Inspired by migrant caravans, new wave of Cubans seek U.S. asylum". Reuters. Acesso em 12 de abril de 2019. https://www.reuters.com/article/us-usa--immigration-mexico-cuba/inspired-by-migrant-caravans-new-wave-of-cubans-seek-u-s--asylum-idUSKCN1RK2KI.

Mackey, Danielle. 2018. "A Boundless Battlefield: What Happens When a Barrio 18 Soldier Tries to Leave the Gang". The Intercept. Acesso em 18 de abril de 2019. https://theintercept.com/2018/11/17/el-salvador-barrio-18-ms-13-leave-gang/.

Malar, João Pedro. 2019. "Governo Macri Endurece a Política Migratória Argentina". Agência Universitária de Notícias. Acesso em 15 de junho. http://paineira.usp.br/aun/index.php/2019/05/08/governo-macri-endurece-a-politica-migratoria-argentina/.

Marinucci, Roberto. 2013. "Migrações internacionais intra-regionais na América Latina e no Caribe". Centro Scalabriniano Estudos Migratórios. http://www.csem.org.br/pdfs/migracoes_em_america_latina_e_caribe_roberto_marinucci.pdf.

Martínez, Madalena. 2018. "Legalização da Maconha Intensifica Violência entre Traficantes no Uruguai". El País. Acesso em 06 de junho de 2019. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/09/internacional/1533827324_546108.html

México. Senado de la República. República de Haití: Ficha Técnica. Por Centro de Estudios Internacionales Gilberto Bosques. Cidade do México: Centro de Estudios Gilberto Bosques, 2018, https://centrogilbertobosques.senado.gob.mx/docs/F_Haiti.pdf (acesso em 05 de junho de 2019).

Ministerio de Relaciones Exteriores de El Salvador. 2018. "Triángulo del Norte". Acesso em 05 de junho de 2019. https://rree.gob.sv/?s=triangulo+del+norte.

Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de Costa Rica. 2016. "Viceministra de Gobernación ante la Asamblea General de ACNUR en Ginebra". Acesso em 04 de junho de 2019.

https://www.rree.go.cr/?sec=servicios&cat=prensa&cont=593&id=3049.

———. 2017. "Centroamérica No Está Dividida en Triángulos". Acesso em 04 de junho de 2019. https://www.rree.go.cr/?sec=servicios&cat=prensa&cont=593&id=3482.

Ministry of Foreign Affairs of Chile. 2019. "Principles of Chile´s Foreign Policy". Acesso em 23 de junho. https://minrel.gob.cl/minrel/site/edic/base/port/politica_exterior_eng2.html.

Ministerio de Relaciones Exteriores (MRREE). 2013. "Uruguay y El Salvador Fortalecen las Relaciones Bilaterales". Acesso em 08 de junho de 2019. http://www.mrree.gub.uy/frontend/page?1,inicio,ampliacion-actualidad,O,es,0,PAG;CONC;128;2;D;uruguay-y-el-salvador-fortalecen-las-relaciones-bilaterales;1;PAG;

Muñoz-Portillo, Juan. 2018. "El Salvador – Choosing China over Taiwan: Presidential powers and geopolitics in Central America". Presidential Power. Acesso em 14 de abril de 2019. https://presidential-power.com/?p=8606.

Nações Unidas. 2009. "Central America: Efforts towards Peace". Acesso em 04 de junho de 2019. https://www.un.org/en/sc/repertoire/89-92/Chapter%208/AMERICA/item%2009_Central%20America_.pdf

Nações Unidas. 2019. "Central America - ONUCA Background". Acesso em 20 de agosto de 2019. https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/past/onucabackgr.html.

O Globo. 2016. "Guatemala Leva 3 mil Soldados à Fronteira após Belize Matar Menino". Acesso em 23 de junho de 2019. https://oglobo.globo.com/mundo/guatemala-leva-3-mil-soldados-fronteira-apos-belize-matar-menino-19146376.

———. 2019. "EUA Anunciam Suspensão de Ajuda Financeira a El Salvador, Guatemala e Honduras". Acesso em 05 de junho. https://oglobo.globo.com/mundo/eua-anunciam-suspensao-de-ajuda-financeira-el-salvador-guatemala-honduras-23563146.

Observatory of Economic Complexity (OEC). 2019. "República Dominicana". Acesso em 04 de junho. https://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/dom/.

Organização dos Estados Americanos (OEA). Declaración de Bridgetown: Enfoque Multidimensional de la Seguridad Hemisférica. Bridgetown, 2002. http://www.oas.org/xxxiiga/espanol/documentos/docs_esp/agcgdoc15_02.htm.

———. 2012. "OEA y Ministros de Seguridad y Defensa del Triángulo Norte Conversaron sobre el Plan MAS Centroamérica". Acesso em 04 de junho de 2019. http://www.oas.org/es/centro_noticias/comunicado_prensa.asp?sCodigo=C-049/12.

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Corredor Seco América Central. Roma, 2012.http://www.fao.org/3/a-br092s.pdf.

Organização das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. Transnational Organized Crime in Central America and the Caribbean: A Threat Assessment. Viena, 2012. https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/Studies/TOC_Central_America_and_the_Caribbean_english.pdf

———. Homicide rates at the sub-national level (2012 or latest year). Viena, 2013 https://www.unodc.org/documents/gsh/maps/Map_1.2.pdf

Pagliari, Graciela de Conti. 2006. "Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais". Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI) 49 (1): 26-42. https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=35849102.

Panama Today. 2018. "US Closes Consultation over El Salvador, Panama and Dominican Republic - China Relations". Acesso em 05 de junho de 2019. https://www.panamatoday.com/panama/us-closes-consultation-over-el-salvador-panama-and-dominican-republic-china-relations-7919.

Piernas, Carlos Jiménez. 2007. "Los Procesos De Integración Americanos Y El Modelo Del Sistema De La Integración Centroamericana (Sica)". Cuadernos de Estrategia 136: 91-119. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3035525

Purcell, Susan Kaufman. 1985. "Demystifying Contadora". Foreign Affairs. Acesso em 08 de junho de 2019. https://www.foreignaffairs.com/articles/central-america-caribbean/1985-09-01/demystifying-contadora.

Ramírez, Sergio. 2014. "Nicaraguans Are Not Migrating to the U.S. — They Have Their Own 'American Dream': Costa Rica". Acesso em 04 de junho de 2019. http://bit.ly/2WMXSBZ.

Ramos, Pedro. 2007. "Os mercados mundiais de açúcar e a evolução da agroindústria canavieira do Brasil entre 1930 e 1980: do açúcar ao álcool para o mercado interno". Economia Aplicada 11(4). doi: 10.1590/S1413-80502007000400006

República de Honduras. 2016. "Secretaria de Defesa Nacional. Ministros Defensa y Seguridad del Triángulo Norte Definen Acciones para Implementar Plan de Seguridad". Acesso em 04 de junho de 2019. https://sedena.gob.hn/2016/08/12/ministros-defensa-y-seguridad-del-triangulo-norte-definen-acciones-para-implementar-plan-de-seguridad/.

Resolução da Assembleia Geral da ONU 63/19, A/RES/63/19 (10 de novembro de 2008), disponível em: https://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/63/19

Resolução do Conselho de Segurança 530/1983, S/RES/530 (19 de maio de 1983), disponível em: http://unscr.com/en/resolutions/530.

Resolução do Conselho de Segurança 644/89, S/RES/644 (07 de novembro de 1989), disponível em: http://unscr.com/en/resolutions/644.

Resolução do Conselho de Segurança 693/91, S/RES/693 (20 de maio de 1991), disponível em: http://unscr.com/en/resolutions/doc/693.

Reuters. 2019. "Chile Offers 'Democratic Responsibility Visa' to Venezuelan Migrants". Acesso em 23 de junho. https://www.reuters.com/article/us-chile-venezuela-immigration/chile-offers-democratic-responsibility-visa-to-venezuelan-migrants-idUSKCN1TN0MN.

Rocha, Alberto. 2006. "Mexico's geopolitics in Central America: regional hegemony?". Sociologias 16: 308-374. doi:10.1590/S1517-45222006000200012.

Russell, Benjamin. 2019. "What a Controversial Deal in El Salvador Says About China's Bigger Plans". Americas Quarterly. Acesso em 23 de abril de 2019. https://www.americasquarterly.org/content/controversy-el-salvador-china.

Saint-Pierre, Héctor Luis. 2012. "'Defesa' ou 'Segurança'? Reflexões em torno de Conceitos e Ideologias". Contexto Internacional 33 (2): 407-433. https://search.proquest.com/openview/bde8bbc7026d1f56c9f3bf1c718ed3cf/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1936339.

Sanahuja, José Antonio. 1997. "Integración Regional en América Central, 1990 - 1997: Los Limítes del Gradualismo." América Latina Hoy 17: 43-58. http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/2141

Saraiva, Miriam Gomes. 2007. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. Revista Brasileira de Política Internacional 50 (2): 42-59. http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v50n2/a04v50n2.

Sayão, Vinicius. 2017. "Especialistas acreditam que Brasil e outros países da América Latina passam por crise democrática". Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Acesso em 30 de abril de 2019. http://www.iea.usp.br/noticias/segundo-especialistas-brasil-e-outros-paises-da-america-latina-passam-por-crise-democratica.

Schirmer, Jennifer. 1998. The Guatemalan Military Project: A Violence Called Democracy. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Schout, Angelita Francina. 2018. "Gangs in Central America: Nicaragua vs the Northern Triangle". Acesso em 04 de junho de 2019. https://securitypraxis.eu/gangs-central-america/.

SICA. 2019. "Sistema de la Integración Centroamericana". Acesso em 30 de abril. https://www.sica.int/miembros/miembros.aspx.

The International Institute for Strategic Studies (IISS). 2019. The Military Balance: The

Annual Assessment of Global Military Capabilities and Defence Economics. Londres: International Institute for Strategic Studies

The Observatory of Economic Complexity. 2019. "China" Acesso em 12 de abril. https://atlas.media.mit.edu/en/profile/country/chn/.

Trotsenburg, Alex van. 2019. "Facing an Unprecedented Migration Crisis in Latin America and the Caribbean". Acesso em 23 de junho de 2019. https://www.worldbank.org/en/news/opinion/2019/03/29/america-latina-y-el-caribe-frente-a-una-crisis-migratoria-sin-precedentes.

United Nations, Conselho de Segurança. 1992. S/23501. Chapultepec Agreement. https://peacemaker.un.org/elsalvador-chapultepec92.

United States Department of State. 2019a. "The Truman Doctrine, 1947". Acesso em 29 de março https://history.state.gov/milestones/1945-1952/truman-doctrine.

———. 2019b. "U.S Relations With Guatemala". Acesso em 05 de junho. https://www.state.gov/u-s-relations-with-guatemala/.

———. 2019c. "U.S Relations With Honduras". Acesso em 05 de junho. https://www.state.gov/u-s-relations-with-honduras/.

———. 2019d. "U.S Strategy for Central America". Acesso em 05 de junho. https://www.state.gov/u-s-strategy-for-central-america/.

United States Trade Representative. 2012. "CAFTA-DR (Dominican Republic-Central America FTA)". Acesso em 01 de junho de 2019. https://ustr.gov/trade-agreements/free-trade-agreements/cafta-dr-dominican-republic-central-america-fta.

URNG. 2019. "Somos la Unidad Revolucionaria Nacional Guatemalteca". Acesso em: 30 de abril. https://www.urng-maiz.org.gt/quienes-somos/.

U.S. Mission Brazil. 2018. "What are midterm elections, and why are they important?". Acesso em 18 de abril de 2019. https://br.usembassy.gov/what-are-midterm-elections-and-why-are-they-important/.

Velde, Liza Ten. 2012. "The Northern Triangle's drugs-violence nexus The role of the drugs trade in criminal violence and policy responses in Guatemala, El Salvador and Honduras". Debate Papers, No. 19. Transnational Institute. https://www.tni.org/files/publication-downloads/debate19.pdf.

Villafuerte Solís, Daniel. 2018. "Seguridad y control geopolítico: Crónica de la Iniciativa para la Prosperidad del Triángulo Norte de Centroamérica". Revista CS. (24), 91–118. http://dx.doi.org/10.18046/recs.i24.2506

Villalona, César. 2012. "El Salvador no reconoce al nuevo gobierno de Paraguay". Acesso em 23 de junho de 2019. https://www.transparenciaactiva.gob.sv/el-salvador-no-reconoce-al-nuevo-gobierno-de-paraguay

Villatoro, José Miguel Larios. 2017. "The Perils of Emigration from the Northern Triangle". Acesso em 12 de abril de 2019. http://harvardpolitics.com/world/perilous-journey-northern-triangle/.

Wagner, Brian. 2015. "Países do Triângulo Norte e EUA Cooperam para Promover Prosperidade e Segurança". Acesso em 13 de junho de 2019. https://dialogo-americas.com/pt/articles/paises-do-triangulo-norte-e-eua-cooperam-para-promover-prosperidade-e-seguranca.

Worland, Justin. 2019. "The Real Culprit Behind Trump's Border Emergency? Climate Change". Time. Acesso em 14 de abril. http://time.com/5535086/trump-climate-change-national-emergency/.

World Meteorological Organization (WMO). EL Niño/Southern Oscilation. Genebra. 2014. http://www.wmo.int/pages/prog/wcp/wcasp/documents/JN142122_WMO1145_EN_web.pdf.

Wroughton, Lesley, e Nelson Renteria. 2014. "Países da América Central Propõem aos

EUA Plano para Limitar Imigração". Reuters. Acesso em 13 de junho de 2019. https://br.reuters.com/article/worldNews/idBRKCN0HJ0ZP20140924.

Yates, Catlin. 2018. "How Panama Became the Most Treacherous Crossing Point for Migrants on a Long Journey to the U.S.". Time. Acesso em 05 de junho de 2019. https://time.com/5340697/migration-america-panama/.

Youkee, Mat. 2019. "The Panama Canal Could Become the Center of the U.S.-China Trade War". Foreign Policy. Acesso em 04 de junho. https://foreignpolicy.com/2019/05/07/the-panama-canal-could-become-the-center-of-the-u-s-china-trade-war/.

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 7 2019 | p. 144 - 187

PLANO DE AÇÃO PARA CONTER A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA POLÍTICA

Eduarda Fontana Ramos[1]
Júlia Käfer Migot[2]

RESUMO

A violência contra mulheres é um fenômeno presente em todas as sociedades e representa um dos principais impeditivos à consolidação de direitos igualitários em questões de gênero. A violência política de gênero, conceituada apenas recentemente, é a dimensão desses abusos que interfere na representação de projetos políticos e manifestações feitas por mulheres, impedindo que tomem decisões em fóruns de discussão e no Estado e possam promover seus direitos. O objetivo do presente guia de estudos é promover uma base para o debate de um plano de ação que iniba esse tipo de violência nas Américas, utilizando a estrutura organizacional da Comissão de Segurança Hemisférica da Organização dos Estados Americanos (OEA).

1 Eduarda é estudante do último ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretora da Comissão de Segurança Hemisférica dos Estados Americanos (CSH).

2 Júlia é estudante do segundo ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretora-Assistente da Comissão de Segurança Hemisférica dos Estados Americanos (CSH).

1 INTRODUÇÃO

A inserção social das mulheres tem sido historicamente marcada pela desigualdade e por violações de direitos econômicos, sexuais, coletivos e políticos. Nesse contexto, a violência de gênero é um dos maiores obstáculos à igualdade e ao desenvolvimento, impedindo que as mulheres tenham um papel mais ativo na sociedade, seja na esfera política ou na econômica (United Nations 1993). Ainda assim, desde a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979, importantes avanços foram feitos na busca pela igualdade de gênero. Esse documento foi pioneiro em definir, na esfera internacional, o conceito de discriminação contra mulheres, caracterizado como distinções ou restrições impostas a mulheres que resultem em sua exclusão ou impossibilidade de desfrutar de seus direitos humanos, inclusive os políticos, em posição de igualdade aos homens. A convenção, entretanto, foge à discussão da violência contra a mulher, que deixa de ser caracterizada (OHCHR 1979).

Segundo Tickner (2001), a violência contra mulheres é incluída apenas de forma tardia no debate internacional sobre direitos humanos, ainda que elas tenham seus direitos cerceados em todos os países, inclusive naqueles democráticos. Os sistemas de opressão, afinal, nem sempre estão previstos legalmente em constituições, mas fazem parte dos costumes e do imaginário das sociedades, que agravam a exclusão das mulheres[3] (Cerna 2014). Mesmo que muitas limitações sejam formais – como legislações impeditivas ou restritivas de participação – a violência contra mulheres na política se apresenta como um problema até em países com maior representatividade feminina, seja como parlamentares ou ativistas (Krook 2019). A Organização das Nações Unidas (ONU) produz sua primeira resolução sobre o assunto[4] apenas em 1993, quando aprova a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, que define este conceito e reconhece a violência como principal mantenedora da estrutura histórica de subordinação das mulheres em relação aos homens (United Nations 1993). Seguindo a mesma temática, a Organização dos Estados Americanos, sob liderança dos países da América Latina, aprova a Convenção de Belém do Pará em 1994, que versa sobre a prevenção, punição e erradicação da

3 Isso não significa que as mulheres não são capazes de cometer atos violentos, ou mesmo de perpetuar as estruturas de poder masculinizadas. As mulheres também fazem uso da violência para ingressar na política e não devem ser interpretadas como frágeis, apenas como tendo maiores dificuldades, visto esforços para controlar ou impedir sua participação em debates e decisões políticas baseada em seu gênero (Piscopo 2016).

4 É importante ressaltar que mesmo que muitos documentos internacionais tenham sido produzidos em relação à questão das mulheres em anos anteriores, especialmente durante a Década da Mulher na ONU (1976-1985), estes eram focados em questões de participação política, papéis de gênero e direito à propriedade (ONU 2019). A palavra "violência" não é citada nenhuma vez na Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, por exemplo (OHCHR 1979).

violência contra mulheres (OEA 1994). Ambas resoluções clamam pela ação de governos para a alocação de recursos e a criação de mecanismos institucionais para combater o problema, mas falham ao não enfatizar a violência como arma política.

Paralelamente à discussão sobre violência contra mulheres, o debate internacional se volta para a participação política feminina, que passa a guiar a discussão sobre gênero e política. Entretanto, sua abordagem se mostrou limitada ao debate de questões substantivas relacionadas à representação feminina em órgãos do governo, especialmente os eletivos, não refletindo a riqueza de temas tratada em ambientes acadêmicos sobre as questões de gênero. As cotas femininas de participação em eleições, largamente aplicadas no continente, não contribuíram para garantir a proteção das candidatas, e muito menos de ativistas ou eleitoras. Ainda que atos violentos contra mulheres – especialmente aqueles relacionados à violência doméstica – tenham sido progressivamente condenados em diversos países e significativos avanços no acesso a seus direitos políticos tenham se concretizado ao longo do século XX, as mulheres ainda enfrentam inúmeros desafios para influenciar a esfera pública (Krook 2019). Mesmo representando ameaças à segurança, aos direitos humanos e à paz, além de ser um dos principais entraves à maior participação feminina, a discussão da violência de gênero em espaços políticos se populariza apenas no século XXI (Bardall e Myers 2018). O aumento de mulheres em cargos de liderança[5] as tornou também mais vulneráveis à violência com o objetivo de restringir novos avanços (Cerna 2014).

Não há consenso acadêmico sobre a totalidade do processo que envolve a discriminação das mulheres no espaço público, apesar de ser amplamente entendida como uma expressão de poder masculina, mantendo os privilégios masculinos em espaços de poder (Cerna 2014). Archenti e Albaine (2013) ressaltam a desigualdade feminina no acesso aos serviços públicos e às funções públicas, que as restringem de tomar decisões sobre as comunidades das quais fazem parte. Archenti e Tula (2017) destacam a violência no interior de partidos, as dificuldades econômicas em elas perseguirem carreiras políticas, a violência e o assédio sexual e mesmo o feminicídio como impedimentos às mulheres. De forma a promover um debate inclusivo e a elaboração de políticas públicas mais abrangentes, este guia tem o propósito de apresentar uma abordagem compreensiva, ainda que resumida, do cenário. Assim, na definição utilizada por este guia de estudos, mulheres que participam da política são aquelas que introduzem suas ideias no debate político. Estas incluem representantes eleitas, membros de partidos políticos e ativistas em geral – inclusive acadêmicas e jornalistas. Às eleitoras se concede um papel menor, ainda que sejam fundamentais

5 Neste século, os avanços na América Latina e Caribe foram especialmente relevantes, uma vez que algumas mulheres atingiram o posto de chefe de governo em seus países, a exemplo de Kirchner, na Argentina; Bachelet, no Chile; Rousseff, no Brasil; Chinchilla, na Costa Rica; Moscoso, no Panamá; e Persad-Bissessar em Trinidad e Tobago (Palomo 2018).

para o exercício da cidadania em países democráticos[6].

A fim de cumprir esse objetivo, o presente guia de estudo é dividido em cinco seções. A segunda seção, que se segue à introdução, traz um breve contexto histórico sobre a luta feminina por participação política, na esfera global e, especificamente, nas Américas. Além disso, apresenta definições de violência política que serão utilizadas ao longo do guia para caracterizar a situação no continente americano. A terceira seção é focada no problema da violência política de gênero nas Américas, apresentando casos para análise e os efeitos na participação política das mulheres na região. Essa seção também retrata algumas soluções aplicadas a nível nacional para combater esse tipo de abuso. A quarta seção apresenta as tentativas internacionais de erradicar a violência política contra mulheres, incluindo aquelas da ONU e da OEA. Por fim, são desenvolvidos os posicionamentos dos países presentes na discussão.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Esta seção traz uma perspectiva histórica acerca da conquista dos direitos políticos pelas mulheres e da sua inserção no âmbito público, de forma a possibilitar uma melhor compreensão do panorama atual de violência contra mulheres na política. Primeiramente, é apresentado o contexto histórico geral do princípio das conquistas políticas femininas e, então, os casos da América Latina e da América Anglo-saxônica em particular. Além disso, é explicado o conceito de violência contra mulheres na política e, por fim, são apresentadas as formas em que essa violência se manifesta.

2.1. O ACESSO DAS MULHERES À POLÍTICA

Ao analisar o curso da história ocidental, é evidente o fato de os homens terem exercido uma posição dominante, estabelecendo como naturais os seus valores e ideais, de modo a subordinar as mulheres a um sistema patriarcal[7] em que prevalecem os interesses masculinos. Dessa forma, a atuação das mulheres foi – e ainda é, em grande medida – limitada pelos papéis que lhes foram socialmente atribuídos (Beauvoir 2016).

A esfera política, por ser o meio tradicional de exercício de poder, é

6 A Organização dos Estados Americanos considera participação das mulheres na política como um dos principais instrumentos para o fortalecimento da democracia nas Américas. Para a elaboração de seus estudos, define como "mulheres na política" aquelas participantes em organizações estatais ou da sociedade civil, além das eleitoras (OEA 2002). Este guia de estudos utiliza essas categorias de forma a também abranger ativistas de forma mais genérica.

7 Ao longo deste guia de estudos utilizamos o termo para caracterizar a cultura patriarcal que reproduz de forma continuada estereótipos de gênero, dificultando o acesso feminino a funções na vida pública e normalizando a violência contra mulheres como forma de impedir sua participação (Valle Pérez 2017).

percebida como um domínio masculino. Em vista disso, a tentativa de inserção das mulheres em tal espaço, transpondo o seu papel tradicional na esfera doméstica, apresenta-se como uma ameaça às estruturas patriarcais vigentes. Assim, o acesso das mulheres à política é um processo histórico que enfrenta grande resistência por parte de grupos políticos vigentes, na medida em que ameaça a hegemonia tradicionalmente masculina nos meios de poder (Beauvoir 2016; Krook e Sanín 2016a). Tendo isso em vista, será brevemente apresentada, na próxima subseção, uma perspectiva ocidental do processo de inserção das mulheres na política.

2.1.1. PANORAMA MUNDIAL

Da Europa do século XIX emergiram certas contradições, dentre as quais se destaca o fato de que, apesar do Estado de Direito estar se consolidando, baseado nos chamados "direitos e liberdades fundamentais", tais direitos aplicavam-se apenas aos homens. Ainda se ignorava, portanto, os direitos e a cidadania da mulher. A partir de então, é cada vez mais significativa a luta das mulheres para consolidar o exercício de seus direitos civis e políticos (Puig 2001). Em princípio, as mulheres tiveram como foco a reivindicação do direito ao voto, que abriria caminho para sua inserção no meio político. O início desse processo data, aproximadamente, de 1840, quando se formaram as primeiras organizações sufragistas na Europa e em algumas de suas antigas colônias (Puig 2001; Towns 2019).

Os primeiros resultados do movimento sufragista se deram na Oceania – a Nova Zelândia, em 1893, foi o primeiro Estado-nação a adotar o sufrágio feminino, seguida pela Austrália em 1902. Na segunda metade da década de 1910, grande parte dos países europeus[8] – tanto socialistas quanto capitalistas – o adotaram. Dentre as grandes potências da época, a Rússia foi a primeira a adotar o voto feminino – resultado do pioneirismo das feministas russas, cuja atuação possibilitou a conquista de diversos direitos civis e políticos para as mulheres, especialmente a partir da Revolução de 1917 (Ruthchild 2001; Towns 2019).

Também em 1917, o voto feminino foi adotado pelo Canadá e, posteriormente, pelos Estados Unidos da América, em 1920. Nos países em desenvolvimento, tal conquista se deu inicialmente nas décadas de 1920 (países socialistas asiáticos) e 1930 (América Latina e Ásia). Grande parte dos Estados africanos e asiáticos adotou o sufrágio feminino assim que se descolonizaram, entre 1940 e 1960. Apesar disso, em diversos países as mulheres foram privadas de votar e de concorrer a cargos políticos até muito recentemente, como é o caso da Arábia Saudita, que somente permitiu que as mulheres exercessem esses direitos em 2015 (Aldosari 2015; Towns 2019).

8 Nota-se que alguns países europeus adotaram o sufrágio feminino a nível nacional muito mais tarde, como é o caso da Suíça, que o fez somente em 1971 (Towns 2019).

Além de lutar pela conquista do direito ao voto[9], os movimentos feministas continuaram a reivindicar a ampliação dos direitos políticos das mulheres, buscando o aumento da representatividade feminina em cargos políticos. Mesmo com o reconhecimento legal do direito da mulher de concorrer a cargos políticos, a discriminação de gênero – somada, no caso de muitas mulheres, ao racismo e/ou ao preconceito de classe – presente na sociedade dificultava a ascensão política feminina (IPU 2016; Krook 2017).

Nesse sentido, são fundamentais as medidas institucionais criadas com o intuito de aumentar a quantidade de mulheres nominadas e eleitas no processo político. Destacam-se, entre essas medidas, as cotas de gênero, adotadas a partir da década de 1990 e atualmente presentes em mais de 130 países (Krook 2017). Htun e Jones (2002) enfatizam a relevância das cotas de gênero para aumentar a participação da mulher em processos decisórios, de modo que questões referentes à situação da mulher sejam abordadas adequadamente no âmbito político.

Assim sendo, percebe-se uma tendência histórica de inserção crescente e significativa das mulheres nos processos de tomada de decisão política. No entanto, as mulheres ainda são menos propensas a participar da atividade política que os homens. Isso ocorre por diversos motivos, mas especialmente pelo fato de que persistem, na sociedade, percepções sexistas, as quais procuram impedir a ascensão feminina, muitas vezes por meio da violência política (Freidenberg et al. 2017; Kittilson 2019).

2.1.2. O CASO DAS AMÉRICAS

A evolução histórica e a situação atual dos direitos políticos das mulheres apresentam-se de maneira distinta em diferentes Estados, visto que são influenciadas pelas condições particulares de cada país. Ao considerarmos as Américas, é evidente o contraste entre os países componentes da América Anglo-saxônica e aqueles que compõem a América Latina. Assim sendo, cabe analisar as peculiaridades dos processos de conquista dos direitos políticos da mulher em cada região.

No que se refere à América Anglo-saxônica, a demanda cada vez mais significativa dos movimentos feministas fez com que algumas províncias e estados do Canadá e dos Estados Unidos conquistassem o sufrágio feminino já na segunda metade do século XIX. No entanto, tal direito só foi alcançado a nível nacional no início do século XX (Markoff 2003). Quanto ao incentivo à representatividade feminina no âmbito político, ambos os países utilizam cotas voluntárias de partido – diferentemente da América Latina, que uti-

9 É importante lembrar que, apesar do protagonismo das mulheres indígenas na luta pelo reconhecimento de seus direitos, elas ainda eram excluídas desse processo, visto que na maior parte dos países que haviam sido colonizados os povos nativos só obtiveram o direito à participação política anos mais tarde (CEPAL 2013).

liza, predominantemente, cotas legislativas[10]. No entanto, em comparação aos níveis mundiais atuais, nenhum dos dois países alcançou níveis significativos de participação feminina: no Canadá, a quantidade de mulheres no parlamento é de 26,9% e, nos Estados Unidos, de apenas 23,5% (IDEA 2018; IPU 2019). Assim sendo, apesar do Canadá e dos Estados Unidos terem estado entre os protagonistas dos movimentos pelos direitos das mulheres, a sua representação política feminina é relativamente baixa, colocando-os, respectivamente, na 62ª e 78ª posições da classificação mundial de representatividade feminina nos parlamentos (IPU 2019; Towns 2019).

Em relação à América Latina, o ativismo das mulheres em defesa dos seus direitos políticos já estava presente no final do século XIX. As primeiras conquistas do movimento ocorreram na década de 1930 com a obtenção do sufrágio feminino em alguns países e tomaram dimensões crescentes nos anos seguintes – destaca-se, por exemplo, a aprovação, em 1948, do primeiro tratado do mundo sobre direitos políticos das mulheres, a Convenção Interamericana[11] sobre a Concessão dos Direitos Civis à Mulher (Molyneux e Craske 2002; Towns 2019).

Destarte, as mulheres passaram a ter mais influência sobre os acontecimentos nacionais, sendo cada vez mais ativas na evolução das sociedades latino-americanas. Pode-se citar como exemplo a emergência de organizações e movimentos feministas – principalmente nas décadas de 1960 e 1970 – e sua contribuição no combate aos regimes autoritários que eclodiram no continente latino-americano durante a Guerra Fria, assim como seu papel nas posteriores transições para a democracia (Molyneux e Craske 2002). Ademais, a América Latina contribuiu de forma inovadora e significativa no que se refere às cotas de gênero – especialmente por meio das cotas legislativas –, adotadas em grande parte dos países da região já no início da década de 1990. Tal avanço foi resultado da demanda de movimentos feministas, tanto nacionais quanto internacionais, por uma maior representação feminina no meio político (Htun e Jones 2002; Krook 2017).

Somado a isso, a região contempla alguns dos países com maior representação política feminina no mundo, visto que dos dez países com maior porcentagem de mulheres no parlamento em 2019, seis são latino-americanos. Atualmente, somente três países alcançaram a paridade de gênero no parlamento, dos quais dois são latino-americanos: Cuba, cuja porcentagem de mulheres é de 53,2%, e Bolívia, com 53,1% (IPU 2019).

Todavia, cabe lembrar que, por mais que tais perspectivas sejam favoráveis, elas não se aplicam a toda a região. A América Latina, em geral, conta com poucas mulheres em posições de liderança. Além disso, os avanços

10 As cotas legislativas são implementadas, geralmente, por meio de uma reforma da lei eleitoral, e exigem que todos os partidos nominem uma certa porcentagem de mulheres. As cotas voluntárias de partido, por outro lado, referem-se à iniciativa individual de determinados partidos para introduzir cotas de gênero em suas listas de candidaturas (IDEA 2013; Krook 2017).

11 A Convenção foi uma iniciativa de países latino-americanos. Foi assinada e ratificada pelo Canadá apenas em 1991 e nunca chegou a ser assinada pelos Estados Unidos (OEA 2019).

normativos alcançados – apesar de fundamentais para uma maior inserção feminina na política – não garantem, necessariamente, uma transformação relevante nas práticas culturais relacionadas à atuação da mulher na esfera pública. Outrossim, uma pesquisa realizada em 2016 pela Small Arms Survey apontou a América Central, o Caribe e a América do Sul como as sub-regiões com maiores índices de mortes femininas violentas no mundo. Dessa maneira, nota-se que a violência contra mulheres na política é agravada na América Latina, manifestando-se de diversas formas e em variados meios, de modo a constituir um dos principais empecilhos ao exercício da cidadania pela mulher no continente (Freidenberg 2017; Krook e Sanín 2016a; Small Arms Survey 2016).

2.2. A VIOLÊNCIA POLÍTICA EM FUNÇÃO DO GÊNERO

A violência política em função do gênero distingue-se de outras formas de violência política pela sua motivação, a qual consiste na repressão ou no impedimento do exercício dos direitos políticos da vítima por não se encaixar em uma identidade de gênero masculina. Dessa forma, funciona como uma forma de "reforçar o controle patriarcal das instituições democráticas" (Bardall 2018, 4. Tradução nossa), punindo a vítima por ter se inserido na esfera política, considerada uma área de domínio masculino (Bardall 2018).

Este guia trata, mais especificamente, de uma das formas de violência política em função do gênero, a saber, a violência contra mulheres na política. Considerando que a violência política, no seu sentido mais amplo, é motivada pela tentativa de alcançar ou de resistir a uma mudança nas hierarquias de poder estabelecidas – podendo se dirigir a homens ou mulheres –, é necessário entender que a violência contra mulheres na política ocorre para impedir que a presença da mulher ameace a hierarquia estabelecida. Ou seja, a violência contra mulheres na política ocorre para restringir a participação política das mulheres pelo fato de serem mulheres. Assim, essa forma de violência não afeta apenas a vítima de maneira particular, mas também transmite a mensagem de que as mulheres, como grupo social, não devem atuar politicamente (Bardall 2018; Krook e Sanín 2016b).

Destarte, pode-se afirmar que a violência contra as mulheres na política representa uma reação adversa ao empoderamento político da mulher, pelo fato de que sua presença no âmbito político desafia a conduta socialmente estabelecida para cada sexo, a qual é definida e delimitada pelas bases patriarcais de poder, que legitimam a supremacia masculina. Analogamente a outras formas de violência contra a mulher, a violência contra mulheres na política tem o fito de reforçar estereótipos e papéis de gênero, restringindo a mulher a esferas de atuação hierarquicamente inferiores (Krook e Sanín 2016b; Otálora Malassis 2017; Puleo 2004).

2.2.1. MANIFESTAÇÕES DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NA POLÍTICA

A União Interparlamentar (IPU) considera quatro tipos[12] de violência contra mulheres na política: física, sexual, psicológica e econômica. Dessas, a psicológica apresenta o maior índice de incidência, afetando mais de 80% das mulheres que participaram de um estudo[13] realizado pela IPU em 2016. Os perpetradores dessa forma de violência agem com o intuito de causar danos emocionais e afastar as mulheres do âmbito político. Dentre as muitas formas em que a violência psicológica se manifesta, destacam-se ameaças de violência física – incluindo de morte e/ou estupro, perseguição e assédio. Ressalta-se, também, o crescente uso das redes sociais pelos agressores, sendo tal plataforma o principal meio de perpetuação de violência psicológica contra as mulheres na política atualmente (IPU 2016; Krook e Sanín 2016a)

A violência física, por sua vez, ocorre quando há danos corporais, incluindo espancamento, sequestro e assassinato, podendo ser direcionada a mulheres na política e também a suas famílias. Já a violência sexual ocorre quando a vítima é submetida, por coerção, a atos sexuais. Essa categoria compreende, portanto, atos tais como assédio sexual (que pode ocorrer de maneira verbal e/ou física), exploração sexual e estupro (Krook 2019). Por fim, a violência econômica consiste em restringir o acesso das mulheres a determinados recursos, de modo a dificultar ou impedir o trabalho das vítimas no âmbito político, ou até mesmo privá-las de participar na vida pública. Exemplos dessa forma de violência são a negação de fundos e recursos aos quais as vítimas teriam direito durante o seu mandato, além da danificação de suas posses. Tal situação não ocorre com homens em posição semelhante à das vítimas (Fawole 2008; IPU 2016; Krook e Sanín 2016a).

Faz-se necessário destacar, ademais, que esses atos de violência podem ocorrer também na esfera privada – ou seja, a mulher encontra-se vulnerável não somente em ambientes políticos tradicionais e em locais públicos, mas também em sua própria moradia. Isso está relacionado ao fato de que a violência pode partir de uma série de atores – alguns exemplos de possíveis perpetuadores são o Estado, a polícia, a mídia, colegas de trabalho e familiares da vítima. Outrossim, cabe ressaltar a existência de fatores que podem agravar a situação de vulnerabilidade das mulheres na política, como a discriminação étnica e racial, a discriminação econômica e

12 Vale mencionar, também, a contribuição de Krook e Sanín ao acrescentar a chamada violência simbólica. Originalmente teorizado por Bourdieu (2001), o conceito de violência simbólica refere-se à violência que reforça a posição da vítima na hierarquia social. Por estar baseada em uma hierarquia enraizada na sociedade, a violência simbólica é mais sutil e ocorre frequentemente com a cumplicidade da vítima, que não a entende como forma de dominação, mas sim como algo natural – por exemplo, quando as mulheres concordam que homens estão mais aptos a posições de liderança (Bourdieu 2001; Krook e Sanín 2016a).

13 O estudo foi realizado com mulheres parlamentares de 39 países situados em cinco regiões distintas (IPU 2016).

a LGBTfobia (Bardall 2018; IPU 2016; Krook e Sanín 2016a).

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Nesta seção, apresentaremos diversos aspectos da violência contra mulheres no continente americano, incluindo contrastes entre as diferentes regiões. A primeira subseção desenvolverá um panorama mais geral, retomando as tipologias expostas no contexto histórico e aplicando à realidade das Américas. A segunda subseção analisará brevemente os efeitos da violência na própria participação política das mulheres, que muitas vezes se veem constrangidas a ocupar apenas o espaço privado. Por fim, a terceira subseção tratará das estratégias de combate aplicadas nacionalmente pelos países da região.

3.1 A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA POLÍTICA NAS AMÉRICAS

A igualdade de gênero é um dos pilares essenciais ao desenvolvimento pleno de uma sociedade. Como tal, corresponde a uma pauta relevante no continente americano, especialmente a partir da luta de movimentos feministas, conforme apresentado na seção anterior. Um dos principais entraves a esse progresso é a manutenção da violência contra mulheres na política, como expressão da monopolização masculina do poder (Piscopo 2016). Apesar de mulheres em quaisquer profissões serem atingidas por expressões de violência, é especialmente relevante discutir o efeito naquelas que têm como objetivo a superação das desigualdades no âmbito de tomada de decisão. Afinal, ao apresentarem seus projetos próprios, elas configuram ameaça à ordem vigente, que tradicionalmente limita seu papel à esfera privada, como responsáveis pelo cuidado de suas casas e famílias[14] (Cerna 2014; Krook 2019).

Nessas circunstâncias de agressão, as mulheres frequentemente não se sentem seguras em buscar auxílio psicológico e legal para fazer denúncias, por temor de retaliações e ameaças à vida. Mesmo em cenários nos quais queixas podem ser prestadas, estas são interpretadas como inerentes ao cenário político, por seu caráter competitivo e agressivo (Bardall e Myers 2018). Esse processo de descrédito às acusações não é ocasional e serve à perpetuação das estruturas de dominação patriarcais. Como resultado, as mulheres na política são obrigadas a conviver com função dupla, resistindo às ameaças e prosseguindo, quando possível, com suas pautas políticas, ao mesmo tempo em que tentam se reafirmar em um cenário que

14 Contudo, é relevante, como avalia Piscopo (2016), considerar as mulheres como atores não passivos na esfera política, apesar de vulneráveis a todo tipo de violência apenas por sua participação no sistema. Não se deve ignorar seu papel como representantes de projetos de poder, iguais ou diferentes daquele em exercício.

as discrimina por seu gênero (Cerna 2014). Para analisar de forma mais organizada a exclusão das mulheres nas Américas, aplicaremos as tipologias de violência apresentadas na subseção 2.2 deste guia: econômica, psicológica, sexual e física.

A violência econômica é frequentemente implementada pelos próprios partidos políticos que, como produtos do status quo, burlam leis referentes a cotas de participação feminina e destinam menos recursos de campanha a candidatas[15]. Essas práticas se unem a outras formas de fraude eleitoral com o fim de evitar a participação de mulheres na política, como a não execução de campanhas, o desvio de dinheiro de campanhas femininas, a nomeação de candidatas falsas que não chegam a ser apresentadas como opção de voto e o posicionamento proposital de candidatas em distritos sem chances de vitória eleitoral ou no fim das listas de candidatos (Piscopo 2016). Quando eleitas, a distribuição de recursos do Estado para a realização de atividades parlamentares, como o pagamento de passagens e outros benefícios, também pode se mostrar mais problemática para as representantes que para seus colegas homens. Contudo, questões econômicas são raramente incluídas nas legislações nacionais existentes sobre violência política contra mulheres, por serem enquadradas como crimes eleitorais. Medidas mais comuns para minimizar o quadro ocorrem em diversos países, como o Brasil e o México, que estipularam em suas regras de campanha o gasto de parte do fundo eleitoral exclusivamente para a campanha ou para a qualificação de candidatas mulheres (Krook e Sanín 2016b; Brasil 2018).

Agressões com o objetivo de causar danos emocionais e psicológicos, sejam elas verbais, virtuais ou propagadas pela mídia, abrangem comportamentos hostis como ameaças de morte e estupro, perseguição e boicotes (Krook 2019). Mulheres na política são alvos frequentes de ofensas e tentativas de deslegitimação de sua capacidade de governar ou de suas pautas políticas. Em sua reportagem para o *The New York Times*, Astor (2018) descreve os ataques sofridos por candidatas durante as últimas eleições estadunidenses, em 2018. Episódios de misoginia, assédio e ameaças à integridade física ocorreram pessoalmente e pela Internet, ao longo de todo o espectro ideológico, compelindo as postulantes a aumentar gastos com segurança e até mesmo a desistir da corrida eleitoral. Mais recentemente, também nos Estados Unidos, a congressista Ilhan Omar se tornou alvo de numerosas ameaças a sua vida e precisou reforçar sua segurança após um *tweet* do Presidente Trump insinuando que ela – uma mulher muçulmana – minimizava a gravidade dos ataques de 11 de setembro de 2001 (Haberman e Stolberg 2019). Ademais, o modo como as candidatas são retratadas pela mídia reproduz, em grande parte, as mesmas estruturas patriarcais do mundo político – sofrem sexualização, humilhação e questionamentos

15 Além disso, não é incomum que ativistas com grande visibilidade percam importância relativa ao se filiar a um partido, no qual passam a ser consideradas linha auxiliar para eleger quadros mais tradicionais do partido (Cerna 2014).

sobre suas capacidades publicamente (IPU 2016).

As mulheres na política são alvo de um terceiro tipo de violência: a sexual, relacionada a atos sexuais sem consentimento, como assédio (verbal ou físico), estupro e exploração sexual, utilizados como arma de repressão (Bardall 2011). Por vezes, casos de violência sexual se confundem com aqueles de violência psicológica (quando tratam da imagem das mulheres) ou mesmo física. Grupos da sociedade civil, como os principais ativistas em relação à causa na América do Norte, têm dado destaque a esse debate. Recentemente, o movimento "Me Too"[16] trouxe denúncias de abuso sexual e estupro para o centro do debate político, inclusive aqueles ocorridos em diversos níveis do governo. Apesar da dificuldade em documentar casos, o movimento auxiliou a destacar mais denúncias em diversos países do continente (UN Women 2018).

A violência física, que inclui atos que prejudicam a integridade física dessas mulheres e de seus familiares – como sequestros, assassinatos, agressões físicas –, representa uma face ainda mais agressiva para impedir a participação feminina (Krook 2019). Casos bastante diversos se enquadram nessa definição. A Associação de Vereadoras da Bolívia (em espanhol, Asociación de Concejalas de Bolivia - Acobol), responsável pelo lobby pela igualdade de gênero no governo boliviano, relata casos em que representantes eleitas foram forçadas a renunciar a seus cargos após serem agredidas e receberem ameaças de morte na zona rural do país (Archenti e Albaine 2013). Casos similares foram relatados no México, assumindo formas mais brutais, inclusive quando a prefeita de Temixco, Gisela Mota, foi assassinada um dia após assumir o cargo (TEPJF 2016).

A América Latina é a região com as taxas mais altas de feminicídio do mundo, contrastando com seus avanços nas áreas do acesso de mulheres à educação e a cargos eletivos. Quase metade dos casos de feminicídio na região são cometidos no Brasil (Cote-Muñoz 2019). As mulheres na política, como representantes eleitas ou ativistas, são alvos recorrentes desse crime. Dois casos se tornaram emblemáticos na região, o da ativista hondurenha Berta Cáceres e o da vereadora brasileira Marielle Franco. Cáceres foi uma ativista ambiental indígena proeminente na denúncia da construção da barragem de Agua Zarca, que impossibilitaria o acesso a uma área sagrada indígena. Seu assassinato, em março de 2016, foi planejado e executado por ex-oficiais militares de inteligência ligados à empresa que construiria a represa (Lakhani 2018). Franco, vereadora municipal do Rio de Janeiro e enga-

16 O Movimento "Me Too" ganhou força nos Estados Unidos a partir de outubro de 2017, quando posts iniciados por atrizes de Hollywood sugeriram que todas as mulheres que tivessem enfrentado alguma forma de abuso ou assédio sexual postassem "me too" (eu também, em inglês) em suas redes sociais. Os relatos foram numerosos e se espalharam por toda a internet, incentivando a denúncia formal de abusadores (Codrea-Rado 2017). Apesar de inicialmente focado na indústria audiovisual, o movimento se expandiu para outros domínios, inclusive o político – no mesmo mês, cerca de 140 legisladoras, auxiliares e lobistas da Assembleia Legislativa da Califórnia denunciaram as práticas corriqueiras de abuso sexual por homens em posições de poder no governo estadual (Nagourney e Medina 2017).

jada na luta contra a grilagem de terras e a atuação de milícias[17] no Oeste da cidade, foi assassinada em março de 2018 (Barifouse 2018). Os movimentos feministas latino-americanos, apesar dos riscos envolvidos, se mostraram bastante ativos em protestos contra o feminicídio, como o movimento "Ni Una Menos". Mesmo assim, os governos não tomaram, até então, medidas efetivas quanto à situação, que se soma a um cenário de crise de segurança pública no continente (Cote-Muñoz 2019).

Algumas autoras – ainda que esta não seja uma visão hegemônica na academia – identificam os abusos contra mulheres na política na América Latina como resultado de uma tradição de impunidade, baixa capacidade estatal de supervisão e autoritarismo político, somada à marginalização de grande parte dos setores da sociedade (Piscopo 2016). Contudo, a violência contra mulheres na política não é um problema apenas da América Latina, como demonstrado ao longo do capítulo. Ela faz parte da sustentação dos grupos de poder político vigentes e ocorre também em países com índices mais altos de resolução e punição de crimes, como os Estados Unidos. Esses países, afinal, também marginalizam grande parte de suas sociedades. A próxima subseção explanará melhor de que forma a violência é utilizada como mecanismo de dominação política e impedimento da atuação na política.

3.2 A VIOLÊNCIA COMO IMPEDIMENTO À PARTICIPAÇÃO

Nas Américas, as mulheres compõem pouco mais da metade da população total (World Bank 2017). Entretanto, ao serem pouco representadas na política, seja como agentes eleitas ou ativistas, têm poucas chances de desfrutar dos potenciais aumentos em índices de desenvolvimento social, ao mesmo tempo em que são mais vulneráveis em momentos de crise econômica. A participação feminina é vista pela Agenda 2030, dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como base de sociedades bem-sucedidas e mais estáveis (Ballington, Bardall e Borovsky 2017). A persistência da violência gera impactos graves na participação das mulheres em política, que por vezes se veem obrigadas a tomar decisões contra sua vontade ou mesmo cessar seu ativismo por questões de segurança (Barbery 2011).

Ademais, essas violações colaboram para o agravamento da exclusão de mulheres pertencentes a outras parcelas de população tradicionalmente marginalizadas, seja por raça ou etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual ou deficiência, criando eixos complexos de discriminação (Kuperberg 2018). A interseccionalidade dessas identidades as torna ainda mais propensas a ser alvo da violência para desestimular sua participação po-

17 Milícias são grupos armados formados, em geral, por ex-membros de forças de segurança do Estado, ligados a atividades criminais como a cobrança pela segurança e provimento de serviços a comunidades, inclusive o tráfico de drogas. Com seus contatos, possuem facilidade em evitar investigações de suas atividades ilícitas e em conseguir armamento (Barifouse 2018).

lítica (Rousseau e Hudon 2017). Além desses recortes, a luta das mulheres – especialmente nos países em desenvolvimento – se une à reivindicação por recursos básicos, como saneamento, educação e condições gerais de saúde, sendo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa (Arizpe 1989). A política é um dos principais meios de garantir a inserção na sociedade e, portanto, espaço prioritário para todas as mulheres (Llanos e Roza 2018).

Como reflexo da disparidade de poder na sociedade, a violência política contra mulheres perpetua a dificuldade de acesso a oportunidades de exercer a cidadania. Transcendendo a violência contra representantes eleitas, pode-se analisar o direito de votar, que é essencial em democracias representativas, mas cuja dimensão de violência em processos eleitorais é frequentemente ignorada. A tentativa de influenciar resultados de eleições com o fim de impedir a participação feminina e determinar a distribuição de poder ocorre de diversas formas em um processo eleitoral, como por irregularidades no acesso a estações de votação, e ameaças de violência a eleitoras. A cultura de silêncio, como descrita por Ballington, Bardall e Borovsky (2017), traz também a impunidade àqueles que cometem esses crimes. Ativistas também se inserem no debate de formulação de políticas, tendo sua participação ameaçada por comportamentos hostis como agressões verbais a respeito de preferências políticas, violência – ou ameaças de violência – física, incluindo risco de assassinato.

As manifestações de violência política não são apenas de caráter pessoal contra as vítimas, mas expressões das relações estruturais de poder e dominação já existentes no sistema (Barbery 2011). Um problema adicional se apresenta pelo caráter competitivo e agressivo do cenário político, que faz com que muitas vezes ataques a representantes femininas sejam vistos como corriqueiros e inerentes à função (Bardall e Myers 2018). A multidimensionalidade da violência contra mulheres na política torna mais complexa a elaboração de legislação e outras políticas públicas para combatê-la. Algumas abordagens nacionais de diferentes países americanos serão tratadas na próxima subseção.

3.3 ESTRATÉGIAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA POLÍTICA

A discussão sobre a eliminação da violência de gênero já foi assimilada, em parte, pelos Estados americanos. O combate à violência contra as mulheres é ressaltado em diversas constituições como prioridade na garantia aos direitos humanos e a uma vida sem violência (Archenti e Albaine 2013). A ocorrência da violência em instâncias políticas, todavia, está em processo de reconhecimento, ainda que já tenha resultado em iniciativas nas legislações de diversos países com o objetivo de combatê-la. A América Latina é pioneira na área de participação eleitoral feminina e prevenção à violência contra mulheres na política, que provavelmente constitui sua

maior contribuição ao debate sobre o acesso feminino à política. Mesmo assim, a implementação dessas iniciativas enfrenta muitos obstáculos (Krook 2017).

Alguns mecanismos que promovem a participação das mulheres em órgãos eletivos, entretanto, são meros paliativos da falta de oportunidades inicial enfrentada por elas. Esse se mostra o caso das políticas de cotas, aplicadas de forma abrangente no continente. Segundo Araújo (2013), as cotas, criadas com o objetivo de garantir uma bancada feminina influente nas câmaras, têm tido efeitos variáveis nos países americanos. As diferenças nos sistemas eleitorais geraram taxas de representação contrastantes: a adoção de listas fechadas com ordem preferencial ou intercalada para mulheres se mostrou mais efetiva e países com distritos menores conseguiram eleger mais mulheres. Barreiras adicionais são representadas pela dificuldade em derrotar candidatos à reeleição, em sua maioria homens; pelas baixas perspectivas de financiamento para candidatas mulheres; pelo escasso apoio dos partidos, que por vezes preferem enfrentar punições a garantir a proporção de candidatas previstas pelas cotas; e pela baixa presença de mulheres nas elites políticas estabelecidas e suas redes de contato. A presença de mulheres no congresso tampouco implica ação parlamentar coordenada e consciente da necessidade de políticas públicas direcionadas a mulheres (Araújo 2013). Assim, mesmo em países com políticas mais avançadas nesse sentido, como a Costa Rica, o Equador e a Nicarágua, que utilizam o princípio da paridade, essas determinações não buscam enfrentar o problema da violência política, por vezes o agravando, uma vez que as candidatas possuem maior exposição ao público (Albaine 2016). Portanto, medidas adicionais, com o objetivo de garantir a segurança das mulheres na política, tiveram de ser cogitadas por governos e organizações internacionais.

Com essa preocupação em mente, o primeiro país a implementar leis com a finalidade de criminalizar entraves à participação política de mulheres foi a Bolívia, em 2012, após doze anos de pressão exercida pela Acobol (Krook 2019). Sua legislação tipifica os crimes em assédio ou violência política. O primeiro caracteriza ameaças e perseguição – prevendo penas de dois a cinco anos de prisão –, ao passo que o segundo enquadra situações de agressão física, sexual ou psicológica – com penas de três a oito anos (Krook 2017). Ainda assim, as leis são restritas a representantes eleitas – por serem tipificadas como crimes eleitorais –, excluindo a defesa de ativistas e intelectuais inseridas no debate político (Archenti e Albaine 2013; Piscopo 2016). Outro problema que se mostra difícil de ser transposto é o da aplicação das inovadoras leis bolivianas. Até 2015, segundo Krook e Sanín (2016), apenas um dos 300 casos de violência política contra mulheres analisados pela Acobol havia sido julgado com sucesso.

De forma um pouco distinta, mas ainda tratada como questão eleitoral, a violência política contra mulheres foi tipificada pelo Senado mexicano em 2013, como complemento às leis de cotas de participação femininas, aplicadas desde 2011. A nova lei estabelece uma conexão entre a legislação

geral sobre violência contra mulheres e o Código Federal de Instituições e Procedimentos Eleitorais (Cerna 2014). A tipificação de violência é bastante abrangente, adicionando a violência patrimonial às quatro categorias utilizadas neste guia (econômica, psicológica, física e sexual). Além disso, o Tribunal Eleitoral Federal elaborou, juntamente com outras instituições governamentais responsáveis pela proteção às mulheres e pela garantia dos direitos humanos, um protocolo com procedimentos específicos para tratar mulheres vítimas de violência política, informar e auxiliar na mitigação da questão. O relatório também identifica a necessidade de os partidos políticos criarem protocolos para encarar os problemas (TEPJF 2016).

Alguns países adotam estratégias bastante distintas, como é o caso dos Estados Unidos. Apesar da existência de leis para prevenção e punição de violência de gênero no país, aspectos sobre violência política não são cobertos. Isso não significa que o país não enfrente desafios na área. Mulheres imigrantes, especialmente aquelas não documentadas, que não possuem participação política de qualquer tipo e não podem recorrer a serviços públicos ou denunciar abusos sofridos à polícia, enfrentam taxas maiores de violência (Amnesty International 2019). No outro extremo do espectro de participação, o ataque a representantes eleitas por meio das redes sociais se apresenta como uma barreira grave no país (Bardall e Myers 2018). Entretanto, a falta de ação interna para mitigar a violência contra mulheres na política contrasta com a participação internacional do país por meio de suas agências de desenvolvimento, como a USAID, que promovem estudos sobre a questão em outras regiões, especialmente na África e na Ásia. Adicionalmente, os EUA possuem legislação específica para combater a violência contra mulheres na política em situações de conflito e construção da paz, prevista na Lei de Mulheres, Paz e Segurança, de 2017 (Bardall e Myers 2018). Esta legislação determina a maior presença de mulheres nas missões internacionais do Departamento de Estado e da USAID, o treinamento para mulheres em negociações de conflito e a responsabilidade do governo estadunidense de combater a violência e insegurança como barreira à participação de mulheres nas missões (United States 2017).

Enquanto iniciativas de legislação são abundantes em toda a região, sua aplicabilidade ainda é bastante limitada. Piscopo (2016) apresenta em seu artigo "State Capacity, Criminal Justice, and Political Rights" os obstáculos em implementar essas políticas, considerando-se a dificuldade de alguns Estados manterem seu monopólio do uso da força – a exemplo da ampla ação de facções e gangues – e a falta de interesse do status quo em encontrar soluções que impliquem em seu enfraquecimento. A autora defende a institucionalização mais clara das diferenças entre as questões de justiça eleitoral e aquelas de justiça criminal, como forma de fortalecer os mecanismos já existentes. Dessa forma, não seria necessária a criação de instituições paralelas apenas para tratar de questões de gênero.

As instituições da região, por enquanto, falham em fornecer respostas, constituindo democracias violentas, nas quais a apresentação de

diferentes pautas políticas significa ser alvo de violência em um conflito por predominância no poder entre grupos da sociedade (Sandvik 2018). A violência de gênero, especialmente aquela ligada à ação política, é um obstáculo à formação de um cenário mais estável. Segundo Sandvik (2018), a organização e aprofundamento de redes de ativismo feminino, como já ocorre nas Américas, pode ser uma forma de resistir e pressionar por mudanças positivas em matéria de legislação e segurança, ainda que a maior exposição das mulheres na política tenha o efeito inicial de aumentar índices de violência. Alternativamente, organizações internacionais podem oferecer outras iniciativas, como será apresentado na próxima seção.

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Esta seção apresentará medidas tomadas pela comunidade internacional em fóruns multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e, principalmente, a Organização dos Estados Americanos (OEA) em relação à violência contra mulheres de maneira mais ampla, e à violência contra mulheres na política, de maneira mais específica. Esses organismos representam uma função complementar aos governos nacionais na elaboração de legislação e fiscalização para erradicar a violência política contra mulheres, também com iniciativas próprias sobre a questão. Além disso, pressionam os governos regionais para a adoção de medidas mais efetivas em relação à questão.

4.1 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Discussões sobre o papel das mulheres na sociedade permeiam o debate nas Nações Unidas desde sua fundação, mesmo que à época o tema fosse considerado questão de política interna dos países e que apenas quatro mulheres[18] estivessem presentes na Conferência de São Francisco de 1945 (Jain 2005). Ainda que com participação limitada, essas representantes foram determinantes para a inclusão do princípio de igualdade de direitos entre homens e mulheres na Carta das Nações Unidas, estabelecido como fundamento em seu preâmbulo. A Carta também afirma, em seu primeiro artigo, a relevância de se garantir esse acesso igualitário a direitos, sem distinção de "raça, sexo, idioma ou religião" (United Nations 1945, online). A posterior elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), com contribuições importantes de representantes mulheres de países em desenvolvimento, consolidou a busca dos direitos das mulheres

18 Destas quatro, três representavam países do continente americano: Minerva Bernardino, da República Dominicana; Bertha Lutz, do Brasil; e Virginia Gildersleeve, dos Estados Unidos. Sua participação relevante durante a reunião refletia a experiência prévia continental na União Pan-Americana, que tinha uma Comissão de Mulheres desde 1928 (Jain 2005).

e a criação de fóruns de discussão nas Nações Unidas sobre o assunto (Jain 2005).

A prioridade em tratar da discriminação contra as mulheres viria a partir das reuniões da Comissão sobre o Status das Mulheres (CSW, em sua sigla em inglês), estabelecida em 1946 com base na requisição por um órgão específico dedicado ao assunto durante a formulação da DUDH. Essas conferências possibilitaram a elaboração de um documento que descrevia de forma mais precisa a situação de desigualdade em relação aos homens – incluindo aspectos sociais, econômicos e educacionais –, a Convenção para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW, em sua sigla em inglês), de 1979. A CSW, ao longo dos anos, também foi responsável pela crescente inclusão de perspectivas de gênero nos textos das resoluções da ONU, independentemente do assunto central de cada declaração (Jain 2005). Entretanto, apesar de basilares, os tratados iniciais formulados pela CSW não demonstraram alcance suficiente para combater a violência contra ativistas mulheres, ou mesmo contra as poucas representantes femininas no governo. A ainda baixa participação feminina nesses órgãos postergou o debate sobre violência na vida pública; discutiu-se primeiramente a violência doméstica e, separadamente, questões sobre o acesso das mulheres à política desvinculadas do debate sobre violência. Discussões sobre as tipificações de violência como as utilizadas neste guia são ainda mais recentes na esfera de formulação política, especialmente quando comparadas com os debates acadêmicos contemporâneos (Krook 2019).

A partir de 1975, Ano Internacional da Mulher segundo a ONU[19], realizaram-se Conferências Mundiais sobre Mulheres, como as da Cidade do México (1975), de Copenhague (1980) e de Nairóbi (1985). Ainda que permeadas por discussões políticas em meio à Guerra Fria, as conferências resultaram em importantes resoluções sobre mulheres em situação de conflito, o papel das mulheres para o desenvolvimento e a paz e a desigualdade salarial e de condições de trabalho em relação aos homens. Mesmo tratando de violações de direitos humanos, faziam-no de forma mais genérica, e foi apenas na quarta reunião, sediada em Pequim, que a questão da violência contra a mulher foi discutida de forma mais aprofundada para a busca de soluções conjuntas (United Nations 1975; 1985).

A Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres, em 1995, resultou na Plataforma de Ação de Pequim, que cita o compromisso internacional em garantir medidas que pudessem "[p]revenir e eliminar todas as formas de violência contra mulheres e meninas" (United Nations 1995, 4. Tradução

19 O Ano Internacional da Mulher deu início à Década da Mulher na ONU (1975-85), na qual se manteve uma agenda temática para a discussão de temas de gênero em múltiplos aspectos. Durante esse período, foram estabelecidos diversos órgãos dedicados à discussão de gênero, como o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (1976) e o Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação para a Promoção da Mulher (1976), que, em 2010, seriam agrupados na ONU Mulheres, unidos à Divisão para o Avanço das Mulheres (fundada em 1946) e ao Escritório de Assessoria Especial em Questões de Gênero (fundado em 1997) (Jain 2005; Nações Unidas Brasil 2010).

nossa). O documento evidencia a contribuição da violência, especialmente a sexual, a física e a psicológica, como impedimento à participação política de mulheres – e reconhece dificuldades adicionais relacionadas a recortes econômicos, culturais, raciais e conjunturais (United Nations 1995). A inclusão da violência contra a mulher na plataforma de 1995 foi propiciada pela assinatura, em 1993, da Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres (DEVAW, em sua sigla em inglês), primeira resolução da ONU sobre o tema (United Nations 1993). A declaração estabelece em seu preâmbulo que "oportunidades para as mulheres atingirem igualdade legal, social, política e econômica são limitadas, *inter alia*, por violência endêmica e contínua." (United Nations 1993, online. Tradução nossa). Nesse sentido, apresenta recomendações de ação para conter a violência, que foram posteriormente reafirmadas e aprofundadas pela Plataforma de Pequim.

Dentre as medidas recomendadas pelo relatório, estão a produção de mais dados estatísticos sobre a violência contra mulheres, a aplicação e criação de novas leis para a punição de perpetradores desse tipo de violência, a garantia do acesso de vítimas à justiça, a formulação de planos de ação para mitigar a questão em diversos níveis e o treinamento adequado de agentes estatais para prevenir a violência e discriminação contra a mulher. Apesar de representar avanços no debate internacional sobre a violência contra a mulher, ao tratar do tópico de forma mais geral, a Plataforma de Pequim não urge explicitamente pelo combate à violência de mulheres que já participam no meio político (United Nations 1995). A questão política foi tratada na Plataforma de Pequim de maneira separada, demandando a adoção de medidas para equalizar o acesso de mulheres a posições de poder e à participação política (Llanos e Roza 2017).

No século XXI, a ONU passa a tratar de maneira mais explícita o tema da violência contra mulheres na vida pública. Em 2011, a resolução 66/130 da Assembleia Geral das Nações Unidas ressaltou a necessidade de se combater a violência contra candidatas e representantes eleitas ao longo de processos eleitorais (Krook 2019). A ONU também tem promovido análises mais aprofundadas sobre a violência contra mulheres na política, especialmente no âmbito da ONU Mulheres (UN Women, em inglês). O órgão procurou prover assistência técnica a países interessados em tomar medidas para eliminar a violência política contra mulheres – como no caso da implementação do Observatório de Paridade Democrática contra Assédio e Violência Política na Bolívia – e coordenou uma reunião de especialistas para a cessação da violência contra mulheres na política (UN Women 2018b). Nesta, foi elaborado um relatório a partir da discussão entre parlamentares eleitas, acadêmicas e representantes das Nações Unidas, com recomendações de como aplicar legislações e convenções já existentes aos desafios contemporâneos da violência na política, assim como sugestões de novos programas de políticas públicas para combater o problema. O documento também contém sugestões para uma lei modelo para a reparação de

vítimas da violência na política, um protocolo modelo para a identificação de violência política contra mulheres em partidos políticos, e relatos de caso sobre regiões e países que aplicaram algum tipo de medida nesse sentido (UN Women 2018a).

A ONU também proporcionou um número significativo de conferências regionais nas Américas sobre mulheres, especialmente para tratar do caso latino-americano na Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL). Destas, destacam-se o Consenso de Santo Domingo, responsável por mencionar a necessidade de enfrentar a violência contra mulheres em meios virtuais e de comunicação (CEPAL 2013); e o Consenso de Brasília, que se preocupa em sugerir medidas contra a violência de gênero em ambientes de trabalho e tem seções específicas sobre o combate à violência contra a mulher e sobre a ampliação da participação de mulheres na política (CEPAL 2010). O Plano de Igualdade de Gênero na América Latina e Caribe, publicado pela CEPAL em 2019, cita a violência política como importante obstáculo a ser superado, além de caracterizar três âmbitos que necessitam de avanços para garantir a emancipação das mulheres na sociedade, conectados aos tipos de violência que sofrem: (i) a autonomia no processo de tomada de decisões, referente à política e ao exercício do poder; (ii) a autonomia física, relacionada a casos de violência física e a decisões de saúde reprodutiva; e (iii) a autonomia econômica, concernente à superação da pobreza e à participação da mulher na economia (CEPAL 2019).

4.2 A ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

A Comissão Interamericana de Mulheres foi estabelecida em 1928, antes mesmo da transformação da União Pan-Americana em Organização dos Estados Americanos, instituída em 1948. Desde sua fundação, o objetivo da igualdade de voto e de oportunidades para mulheres esteve presente (Bloom 2008). Uma vez que o direito a voto foi obtido em todos os países das Américas, nos anos 1960, a comissão passou a se dedicar a assuntos mais complexos dentro do tema de discriminação contra mulheres, trabalhando em cooperação com a CSW das Nações Unidas, citada na subseção anterior.

A OEA, dessa maneira, foi pioneira na criação de convenções e outros mecanismos para elevar debates de gênero a discussões multilaterais, com a elaboração do primeiro tratado internacional vinculante sobre a violência contra mulheres, a Convenção de Belém do Pará, em 1994 – mais detalhada na próxima subseção. Discussões mais recentes, que incluem o debate sobre violência contra mulheres na política nos mecanismos de seguimento de Belém do Pará refletem, em grande parte, as iniciativas de legislações latino-americanas, precursora em relação às outras regiões no tema (Caminotti e Freidenberg 2018).

4.2.1 A CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ E SEUS MECANISMOS POSTERIORES

Formulada em 1995, a convenção foi ratificada por 32 Estados até 2019 – entre os quais não se encontram Estados Unidos e Canadá. A Convenção de Belém do Pará é uma das primeiras convenções internacionais a descrever a necessidade de combater a violência contra a mulher tanto na esfera privada como na pública, considerando a violência como um dos principais impeditivos à plena participação das mulheres na esfera política e uma causa primária das relações desiguais de gênero (Freidenberg 2017). Apesar dessa menção à necessidade do combate à violência contra a mulher em todos os âmbitos, o texto inicial da convenção ainda não previa diretrizes mais estruturadas para os países-membro organizarem políticas nesse sentido (OEA 2017a).

Sob o nome de "Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher", a Convenção de Belém do Pará reconhece três tipos de violência contra a mulher: física, psicológica e sexual. O combate a essas ocorrências é considerado pela convenção como essencial para a garantia de direitos plenos às mulheres, que têm sua participação impedida ou interrompida por meio da violência. Para fortalecer os mecanismos de proteção, reconhece-se a necessidade de mudar os padrões culturais de subserviência das mulheres, por meio de iniciativas de educação e capacitação nos setores público e privado. A declaração sugere o estabelecimento de sanções para infratores e de procedimentos de reparação para as vítimas, ainda que apenas de modo genérico, sem a sugestão de políticas específicas (OEA 1994).

O caráter vinculante da Convenção de Belém do Pará tornou-a um bom instrumento para a luta por medidas mais efetivas por parte de governos nacionais e locais em prevenir a violência contra mulheres. O documento ocasionou mudanças na agenda dos Estados americanos, que, respondendo à pressão de movimentos feministas, passaram a elaborar planos nacionais para combater a questão, a partir de discussões públicas sobre o assunto, do estabelecimento de delegacias da mulher e de outras políticas públicas de efetividade variável (Sagot 2008).

Adicionalmente, o Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI), criado para atualizar medidas e verificar sua implementação para a proteção de mulheres no continente americano, foi responsável por adições importantes ao debate a nível governamental, trazendo, por fim, a discussão sobre a violência contra mulheres na política. Por meio da cooperação técnica entre os signatários de Belém do Pará, foram estabelecidas sete conferências ordinárias e duas extraordinárias entre os Estados parte, além de reuniões anuais com um comitê de especialistas desde 2005 (OEA 2019b). A Sexta Conferência entre Estados Parte (CEP), ocorrida em 2015, merece especial atenção uma vez que foi a primeira a estabelecer uma declaração contra o assédio e violência na vida política,

clamando por maior legislação na área (OEA 2017b).

A Declaração sobre a Violência e o Assédio Políticos contra as Mulheres, produzida na Sexta CEP, estabelece o combate à violência como fundamental para o engajamento nacional com a participação feminina na vida pública, pré-requisito para garantir sua independência, pleno desenvolvimento e igualdade em relação aos homens. O documento menciona a relevância de desnaturalizar a cultura de violência contra mulheres, reconhecendo inclusive os impactos da violência simbólica. Ainda que as recomendações da declaração sejam vagas, esta representa um importante avanço ao reconhecer que a paridade política não ocorrerá apenas com a adoção de cotas e a conquista da paridade eleitoral, mas por uma abordagem multidimensional, capaz de eliminar a discriminação contra as mulheres em todas as instâncias (OEA 2015).

A participação de organizações da sociedade civil do MESECVI também é relevante, pois permite o monitoramento das situações nacionais em relação à violência contra as mulheres. A partir dos debates e da avaliação dessas políticas locais, os resultados da Sexta CEP foram complementados pela décima Conferência de Especialistas (CEVI), também de 2015, que centrou suas discussões na capacidade estatal de aplicar as novas leis formuladas e garantir o apoio necessário às mulheres da região. A partir disso, iniciou-se a elaboração de uma lei modelo – a ser utilizada pelos Estados parte como inspiração para a resolução de dificuldades institucionais – que será descrita na próxima seção (OEA 2017b).

4.2.2 A LEI MODELO INTERAMERICANA PARA A PREVENÇÃO, PUNIÇÃO E ERRADICAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA VIDA PÚBLICA

O aumento da participação de mulheres em cargos públicos e, consequentemente, da ocorrência de ataques a representantes eleitas e ativistas, agora mais expostas à sociedade, demandou a busca de mecanismos mais eficientes para impedir a disseminação da violência direcionada a mulheres na política. Como meio de assegurar a implementação em nível nacional e local dos princípios apresentados pela Convenção de Belém do Pará e pela Comissão Interamericana de Mulheres, a OEA a partir do MESECVI, elaborou, em 2017, a Lei Modelo Interamericana para a Prevenção, Punição e Erradicação da Violência contra Mulheres na Vida Pública (doravante "Lei Modelo"). O documento se baseia na definição de violência contra a mulher descrita na Convenção de Belém do Pará, assim como nas considerações feitas durante a Sexta CEP, que tratava especificamente sobre a questão da violência política. Identificando a violência contra mulheres em suas diversas formas como impedimento direto ao exercício de seus direitos políticos e sociais, a Lei Modelo tem como objetivo estabelecer um guia para países-membro da OEA adequarem sua legislação ou adotarem novos procedimentos para prevenir, combater, e punir manifestações de

violência contra mulheres na vida pública (OEA 2017b).

Nesse sentido, a Lei Modelo utiliza o conceito de participação na vida pública descrito na recomendação 23 da CEDAW, que a estabelece como:

> [...] o exercício de poder político, em especial o exercício de poderes legislativos, judiciais, executivos e administrativos. O conceito também inclui aspectos da sociedade civil, incluindo painéis públicos e conselhos locais e as atividades de organizações como partidos políticos, sindicatos, associações profissionais ou industriais, organizações de mulheres, organizações comunitárias e outras organizações preocupadas com a vida pública e política. (United Nations 1997, 2. Tradução nossa).

Esta é uma definição bastante ampla, manifestando o objetivo de criar proteção legal ao maior número possível de casos de violência política contra mulheres nas Américas. Este era um dos objetivos expressos em Belém do Pará, que versava sobre a necessidade de criação de quadros legais civis, criminais e administrativos para a garantia da segurança de mulheres na vida pública. O MESECVI elaborou a Lei Modelo – primeiro esforço regional nesse sentido – inspirado em métodos já descritos pela legislação nacional boliviana, que, como citado na seção 3.3 deste guia, foi pioneira em formular mecanismos legais relacionados ao tópico, tipificando a violência contra mulheres na política para instituir punições e estratégias de prevenção adequadas (OEA 2017b).

A Lei Modelo é inovadora ao fazer, assim como nos documentos da Sexta CEP, a relação direta entre violência política e o impedimento à participação política de mulheres, frequentemente mencionada na academia, mas negligenciada em documentos governamentais e no planejamento de políticas públicas. Para este objetivo, a Lei Modelo pretende cobrir quaisquer tipos de violência contra mulheres na política motivadas especificamente por razão de gênero com o propósito de manter a predominância masculina em ambientes de deliberação e tomada de decisões. A aplicação desse conceito se mostra bastante complexa, visto que há dificuldade de se identificar ou comprovar a motivação misógina dos perpetradores em algumas circunstâncias. A análise de casos de violência política se torna mais multifacetada pela interseccionalidade de identidades; mulheres são alvo de violência na política, mas ativistas ambientais, antirracistas e de quaisquer grupos marginalizados também o são. Esses contextos sociais e políticos são reconhecidos pela Lei Modelo como de compreensão necessária aos formuladores de políticas públicas, que devem reconhecer a maior vulnerabilidade decorrente da sobreposição de identidades que desafiam as relações de poder vigentes. A violência contra as mulheres, afinal, é expressão da sua subordinação na sociedade – além de método para impedir sua maior participação (OEA 2017b).

Além disso, a Lei Modelo pretende inspirar marcos normativos para a proteção de todas as mulheres na vida pública, de representantes eleitas a defensoras de direitos humanos. Um dos desafios que se propõe a superar

é a falta de mecanismos de proteção a nível local, em que há pouca ação coordenada de autoridades e programas de prevenção são escassos. Nesse sentido, incentiva a implementação de projetos educacionais para forças policiais lidarem de maneira correta com o problema da violência contra a mulher, especialmente no âmbito da pouco reconhecida violência política. Obrigações para prevenir e identificar a violência política contra mulheres são prescritas a partidos políticos, à mídia – no caso específico de evitar a violência simbólica – e ao Estado (OEA 2017b).

Apesar de recente, a Lei Modelo permitiu que mais governos nacionais e locais pudessem discutir os efeitos adversos da discriminação contra mulheres no ambiente político e a violência decorrente desse cenário. Posteriormente, em 2018, uma lei modelo específica sobre a erradicação do feminicídio foi também elaborada pelo MESECVI, em parceria com a ONU Mulheres. Entretanto, mesmo com o aumento do debate pelas iniciativas da OEA e de órgãos nacionais para a implementação de quadros jurídicos de proteção a mulheres na política, existem grandes diferenças entre os direitos de jure das mulheres e aqueles aplicados na sociedade. As mudanças na legislação, ocorridas a nível nacional e subnacional nos Estados americanos, contrastam com a prática recorrente de subordinação das mulheres na sociedade (Caminotti e Freidenberg 2018). O instrumento de planos de ação, forma de resolução prevista para os órgãos do Conselho Permanente da OEA descrita brevemente na próxima seção do guia de estudos, pode ser utilizado como forma de sugerir ações prioritárias mais específicas, de forma a combater de maneira mais eficiente a violência contra mulheres na política.

4.2.3 O PAPEL DOS PLANOS DE AÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

O Conselho Permanente é composto por representantes de todos os países-membro da OEA, que se reportam à Assembleia Geral da Organização. Como modo de organizar a discussão de sua agenda, o órgão é dividido em comissões temporárias e permanentes, dentre as quais encontra-se a Comissão de Segurança Hemisférica dos Estados Americanos (CSH). Desde o final da Guerra Fria, a CSH segue o conceito de "segurança multidimensional", segundo o qual desafios contemporâneos são complexos e, portanto, devem considerar enfoques além dos tradicionais para a garantia da segurança internacional (OEA 2012). As ameaças contemporâneas incluem no debate da comissão a importância da estabilidade financeira, do compromisso em relação às mudanças climáticas, do combate ao terrorismo, ao crime organizado e à corrupção, à violência em geral e à violência contra as mulheres, unido estas a preocupações mais convencionais, como o desarmamento e o estabelecimento de uma zona de cooperação e paz. A promoção de desenvolvimento econômico e social também está nas diretrizes de

segurança hemisférica multidimensional da OEA (NTI 2019).

Como modo de produzir documentos com abordagem mais propositiva para tratar as questões discutidas em suas reuniões, o Conselho Permanente da OEA tem a prerrogativa de elaborar planos de ação. Estes, em contraste às mais frequentes resoluções com recomendações à Assembleia Geral, têm um cronograma e metas definidas para cada eixo prioritário de ação, como forma de monitorar os avanços feitos por cada país nas linhas estratégicas estabelecidas. Os eixos de ação representam as grandes áreas de intervenção para a mitigação do problema em questão. Os planos também são compostos por seções específicas relativas a seus objetivos gerais e específicos. As ações a serem tomadas são divididas entre o nível nacional, regional e local, para os quais podem ser indicadas as autoridades e órgãos de governo responsáveis por sua implementação[20]. Assim, os planos de ação refletem o objetivo de se garantir medidas mais concretas a partir de um documento ainda recomendatório, complementando discussões feitas no âmbito da OEA, especialmente em seus órgãos permanentes e nas Cúpulas das Américas (Shaw 2003).

Além disso, os planos de ação acrescentam ao propósito declarado da organização na criação de uma governança regional; representam a busca pela ação coletiva para a resolução de desafios do continente (Cooper e Legler 2001). Na determinação dos temas prioritários a serem tema de planos de ação, as opiniões determinantes mostram ser as dos Estados Unidos, cujo poder e influência são presentes em todo o continente; além da dos Estados latino-americanos em conjunto, que, como bloco, foram capazes de guiar importantes debates, especialmente desde o fim da Guerra Fria (Shaw 2003). Essa divisão entre blocos gerou uma "governança democrática" com uma agenda comum, em linhas gerais, focada em direitos humanos, abertura de mercados, reformas governamentais e interesses securitários mais tradicionais (Shaw 2004).

5 POSICIONAMENTO DOS PAÍSES

Primeiro país do mundo a implementar cotas de gênero legislativas, a **República Argentina** apresentou avanços significativos no que se refere a políticas de gênero. Em 2017, graças a uma regulamentação legislativa, as cotas de gênero no parlamento argentino foram elevadas de 30% para 50% (Colombo 2019; Piscopo 2018; Caminotti 2017). Ademais, nota-se a elaboração do Plano Nacional de Ação para a Prevenção, Assistência e Erradicação da Violência contra as Mulheres, lançado em 2016, com o fito de garantir o acesso das mulheres a dispositivos que combatem a violência de gênero no país. A violência contra mulheres na política, mais especificamente, é somente abarcada de forma geral na Lei 26.485 de 2009, a qual menciona

20 A estrutura de um plano de ação está apresentada de forma mais detalhada no Guia de Regras (Handbook) do UFRGSMUN 2019.

a violência sofrida por mulheres em partidos políticos e sindicatos (Albaine 2017; República Argentina 2019a). Nos planos regional e internacional, destaca-se a presença do país em fóruns que tratam de questões globais de gênero, em organismos como a ONU, a OEA e a CEPAL (República Argentina 2019b). Apesar das medidas institucionais vigentes e da atuação internacional do país, uma pesquisa realizada pela Equipe Latinoamericana de Justiça e Gênero apontou que 8 em cada 10 políticas argentinas sofreram alguma forma de violência de gênero durante suas carreiras (Equipo Latinoamericano de Justicia y Género 2019).

A ausência de cotas de gênero e de medidas institucionais de incentivo à participação política feminina contribui para que **Belize** seja o segundo país latino-americano com menor percentual de mulheres eleitas no parlamento – apenas 9,4% (OECD 2019; IPU 2019). O Estado belizenho é, ademais, um dos países com maior incidência de feminicídios na região, com uma taxa de 4,8 a cada 100 mil mulheres (OIG-CEPAL 2019). Além disso, o país carece de uma legislação específica que aborde a violência contra a mulher. Vale mencionar, contudo, o Plano de Ação Nacional para a Violência de Gênero 2017-2020, criado no intuito de inibir a violência de gênero e de promover assistência às vítimas. Ademais, frente à sub-representação das mulheres belizenhas na esfera política, a Comissão Nacional de Mulheres organizou um programa de treinamento para elevar a participação feminina nesse âmbito (OECD 2019; Ministry of Human Development, Social Transformation and Poverty Alleviation 2017; National Women's Commission 2019). Internacional e regionalmente, Belize ratificou os principais tratados que abordam a discriminação e a violência de gênero (OEA 2019b; ONU 2019).

Historicamente, as mulheres bolivianas participaram de maneira ativa em movimentos sociais, sendo determinantes para diversas conquistas políticas e de direitos humanos no país. Essa mobilização se reflete no fato de que, atualmente, o **Estado Plurinacional da Bolívia** é um dos únicos países do mundo a ter alcançado a paridade de gênero no parlamento, sendo 53,1% das cadeiras ocupadas por mulheres. Tal cenário é resultado, entre outros, da aprovação da lei de cotas de gênero, em 1997, e, posteriormente, da adoção de uma normativa paritária em 2009 (Albaine 2009; 2016; IPU 2019). Somado a isso, o país aprovou, em 2012, uma lei criminalizando a violência política contra as mulheres, tornando-se o primeiro país do mundo a abordar esse impasse de maneira específica na legislação. Haja vista seu pioneirismo, a lei serve como modelo para outros países que desejam adotar iniciativas semelhantes. Foi imprescindível a atuação da Associação de Vereadoras da Bolívia (Acobol) nesse processo, tendo em vista sua mobilização em defesa dos direitos políticos das mulheres bolivianas e sua contribuição para a implementação de diversas medidas institucionais relacionadas a questões de gênero (Krook 2019; Rousseau 2019; Acobol 2018). Do mesmo modo, o país participa ativamente de fóruns internacionais e regionais que tratam dos direitos das mulheres. Apesar dos avanços signifi-

cativos da Bolívia no que se refere à participação política feminina, os casos de violência contra mulheres na política persistem e, frequentemente, permanecem impunes (Coordinadora de la Mujer 2015).

Apesar da legislação da **República Federativa do Brasil** estabelecer, desde 1997, uma cota eleitoral de gênero mínima de 30% para o parlamento, somente 15% das cadeiras são ocupadas por mulheres. A sub-representação feminina é evidenciada, também, pelo fato de que, atualmente, apenas dois dos 22 ministérios brasileiros são liderados por mulheres (El País 2019a; IPU 2019; OIG-CEPAL 2019). A insuficiência das medidas legislativas não se reflete apenas na questão da representatividade feminina, mas também na alta incidência da violência contra a mulher. O país apresenta leis específicas referentes à violência de gênero, como a Lei Maria da Penha, que trata da violência doméstica, e a Lei do Feminicídio, que tipifica o crime como hediondo. Não obstante, estima-se que 40% dos assassinatos de mulheres na América Latina ocorram no Brasil, que apresentou, em 2018, uma taxa de 4 homicídios femininos a cada 100 mil mulheres (Bueno e Lima 2019; IACHR 2019; OIG-CEPAL 2019). Nos âmbitos internacional e regional, além de ter ratificado os principais tratados acerca do combate à discriminação contra a mulher, o Estado brasileiro também atua em parceria com a ONU Mulheres para promover os direitos das vítimas de violência política (ONU 2019; OEA 2019b).

Apesar da paridade de gênero estar presente no gabinete nacional, as mulheres representam apenas um quarto do parlamento do **Canadá**, que não tem cotas de gênero legislativas (Collier e Raney 2019; IDEA 2019; IPU 2019). No que tange ao combate à violência contra as mulheres, o país lançou, em 2017, a Estratégia Canadense para Prevenir e Abordar a Violência de Gênero (Government of Canada 2018). No entanto, a insuficiência e limitação das políticas governamentais adotadas até o momento se torna evidente ao se analisar o fato de que, apesar dos povos originários constituírem apenas 4,6% da população do Canadá, 36% das mulheres vítimas de homicídio no país são indígenas (Ferreyra 2019; Canadian Femicide Observatory for Justice and Accountability 2018). Regionalmente, o Estado canadense não assinou ou ratificou a Convenção de Belém do Pará. Todavia, o país se faz presente de maneira ativa em iniciativas internacionais que tratam de questões de gênero. Em 2017, o governo canadense lançou a Política Internacional Feminista de Assistência, projeto que, em parceria com organizações locais, auxilia na promoção dos direitos e do empoderamento das mulheres nos países em desenvolvimento (Government of Canada 2019; OEA 2019b).

No que concerne ao combate à violência de gênero, a **República do Chile** lançou, em 2014, o Plano Nacional de Ação contra a Violência contra as Mulheres, que busca abarcar e combater todas as manifestações dessa forma de violência. O plano representa um avanço nesse sentido, visto que, no âmbito legal, o país carece de uma lei que aborde as várias formas da violência contra a mulher. Não obstante, destaca-se a Lei da Violência In-

trafamiliar, posteriormente modificada de modo a reconhecer o feminicídio como delito (OIG-CEPAL 2019; Universidad de Chile 2016). Somado a isso, a legislação chilena estabelece que no mínimo 40% das listas eleitorais sejam ocupadas por mulheres. A participação feminina no parlamento, contudo, é de apenas 22,6% (IDEA 2019; IPU 2019). No âmbito internacional, apesar de ter aderido aos principais tratados referentes aos direitos das mulheres, Santiago não ratificou o Protocolo Facultativo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (OIG-CEPAL 2019).

De acordo com a Anistia Internacional, os assassinatos de mulheres em posições de poder aumentaram na **República da Colômbia.** O país não tem legislação específica quanto à violência contra mulheres na política; entretanto, destacam-se as leis 1.761, que tipifica o feminicídio como delito autônomo, e a 1.257, que trata da discriminação e da violência contra a mulher. (Anistia Internacional 2018; OIG-CEPAL 2019). Somado a isso, a legislação do país estabelece que pelo menos 30% das listas de candidaturas sejam compostas por mulheres, as quais encontram-se sub-representadas no âmbito político, ocupando apenas 18,6% das cadeiras do parlamento (IDEA 2019; IPU 2019). No plano internacional, a Colômbia ratificou todos os tratados referentes à igualdade de gênero, além de trabalhar em parceria com a ONU Mulheres para incentivar a participação política feminina e mitigar a violência contra a mulher (ONU Mujeres Colombia 2019).

A **República da Costa Rica** apresentou avanços significativos no que se refere à representatividade feminina na política. Em 2009, as cotas de gênero legislativas passaram a ser paritárias. Atualmente, as mulheres compõem 45,6% do parlamento e, em 2018, o gabinete federal passou a ser composto por uma maioria feminina (EFE 2018; IDEA 2019; IPU 2019). Há uma iniciativa normativa que trata especificamente da violência contra mulheres na política, a qual, contudo, ainda não foi aprovada (Albaine 2017). No que tange à legislação em vigor, destaca-se a lei 8.589, que penaliza a violência contra a mulher e tipifica o feminicídio (OIG-CEPAL 2019). Mesmo com os avanços mencionados, registram-se ainda muitas barreiras à participação das mulheres costarriquenhas, visto que, mesmo quando eleitas, enfrentam diversas tentativas de boicote à sua atuação política (Nosotras en la Política 2019). No âmbito internacional, além da ONU e da OEA, a Costa Rica também faz parte de organizações como a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), estando presente em diversos fóruns que tratam da igualdade de gênero (Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de Costa Rica 2019).

A **República de El Salvador** é o país com a maior taxa de feminicídios na América Latina: 10,2 assassinatos a cada 100 mil mulheres em 2017 (OIG-CEPAL 2019). Entre as medidas legais adotadas para mitigar tal cenário está a Lei Especial Integral para uma Vida Livre de Violência para as Mulheres, que objetiva prevenir e reparar a violência de gênero – reconhecendo,

também, a violência política –, e tipifica o feminicídio. Ademais, em face dos altos índices de impunidade, foi aprovado, em 2016, um decreto para a criação dos Tribunais Especializados para uma Vida Livre de Violência e Discriminação para as Mulheres (Albaine 2017; OIG-CEPAL 2019; UN Women 2013). No que se refere à representatividade política, o país adota cotas legislativas desde 2013, estabelecendo um mínimo de 30% de mulheres nas listas de candidaturas. Atualmente, a presença de mulheres no parlamento é de 31% (OIG-CEPAL 2019; IPU 2019). Em 2019, o novo gabinete ministerial passou a ser paritário. No âmbito internacional, El Salvador não ratificou o Protocolo Facultativo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (OIG-CEPAL 2019; Urquilla 2019).

Um levantamento do Instituto Nacional de Estatísticas e Censo apontou que, a cada dez mulheres equatorianas, seis já sofreram alguma forma de violência em sua vida (Albaine 2017). No sentido de combater a violência contra a mulher, a **República do Equador** aprovou, em 1995, a Lei contra a Violência contra a Mulher e a Família e, em 2014, por meio de uma reforma no Código Penal, tipificou o feminicídio. Somado a isso, em 2018, foi aprovada a Lei Orgânica Integral para a Prevenção e Erradicação da Violência de Gênero contra as Mulheres, reconhecendo as diversas manifestações de violência ocorridas nos âmbitos público e privado (OIG-CEPAL 2019; OIG-CEPAL 2018). No que tange à participação política, o Estado equatoriano adota, desde 2009, uma normativa paritária; atualmente, 38% do parlamento é composto por mulheres. Nos níveis locais, registra-se uma baixa representatividade – apenas 8,6% dos municípios são liderados por uma prefeita (El Telégrafo 2019; IPU 2019; OIG-CEPAL 2019). Internacionalmente, além de ter ratificado os principais tratados relativos à igualdade de gênero, o governo equatoriano atua em parceria com a ONU Mulheres com o intuito de promover o empoderamento feminino e combater a violência contra a mulher (OEA 2019b; ONU 2019; ONU Mujeres Ecuador 2019).

As eleições estadunidenses de 2018 contaram com um número recorde de candidaturas femininas – cenário que foi acompanhado pela elevação dos casos de violência contra as mulheres na política (Astor 2018). Nos **Estados Unidos da América**, as mulheres representam menos de um quarto (23,6%) do parlamento do país, que adota cotas de partido voluntárias (IPU 2019; IDEA 2019). Quanto ao combate à violência de gênero, destaca-se a Lei sobre a Violência contra Mulheres, primeira lei federal a criminalizar a violência doméstica e o assédio sexual. Promulgada em 1994, a lei é revisada e aprimorada periodicamente pelo Congresso e promove, desde 2000, um programa de assistência às vítimas de violência (NNEDV 2019; Rueb e Chokshi 2019). No âmbito internacional, os Estados Unidos da América assinaram, mas não ratificaram, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Washington tampouco assinou ou ratificou a Convenção de Belém do Pará (OEA 2019b; United Nations Treaty Collection 2019).

A **República da Guatemala** sancionou, em 2008, uma lei que trata

do combate ao feminicídio e a outras formas de violência contra a mulher, abordando tanto o âmbito privado quanto o público. Não obstante, o país apresentou, em 2017, uma taxa de 2,6 feminicídios a cada 100 mil mulheres. Contribui para esse cenário o fato de que a grande maioria dos casos permanece impune – o que decorre da ausência de atuação e investigação efetivas por parte do governo (Anistia Internacional 2017; OIG-CEPAL 2019). Outrossim, a Guatemala não adota cotas legislativas – apenas cotas de partido voluntárias – e as mulheres representam somente 19% do Congresso nacional (Quintela 2019). A sub-representação feminina é evidente também a nível local, e agravada no caso das mulheres indígenas. Nesse sentido, foi apresentada, em 2017, uma proposta de lei abordando a paridade de gênero e a inclusão étnica e de grupos vulneráveis; no entanto, essa lei ainda aguarda aprovação (NDI 2018). Nos âmbitos regional e internacional, o Estado guatemalteco ratificou os principais tratados acerca dos direitos das mulheres (OEA 2019b; OIG-CEPAL 2019; ONU 2019). Ademais, o governo guatemalteco atua em parceria com o Instituto Holandês para a Democracia Multipartidária com o intuito de aumentar a participação das mulheres na política (NIMD 2019).

A **República Cooperativa da Guiana** carece de medidas legislativas que abordem, de maneira específica, a violência contra mulheres no âmbito público. As medidas normativas existentes referem-se à violência doméstica e sexual. Ainda nesse sentido, nota-se que os dados disponibilizados pelo país acerca dos índices de feminicídio incluem apenas os feminicídios íntimos. No que se tange à representatividade política feminina, o país adota, desde 2001, cotas legislativas, as quais estabelecem que um terço das listas de candidaturas dos partidos políticos devem ser ocupadas por mulheres. Atualmente, as mulheres representam 31,9% do parlamento (CEPAL 2018; IPU 2019; OIG-CEPAL 2019). No âmbito internacional, apesar de ter aderido aos principais tratados referentes aos direitos das mulheres, Georgetown não assinou nem ratificou o Protocolo Facultativo à Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (OIG-CEPAL 2019; United Nations Treaty Collection 2019).

Em 2011, uma emenda na Constituição Haitiana estabeleceu uma cota de representação feminina de 30% em todos os âmbitos nacionais. A cota, contudo, não foi aplicada e, nas eleições de 2016, as mulheres compunham menos de 10% das listas de candidaturas. A **República do Haiti** é, assim, o país latino-americano com o menor índice de mulheres no parlamento – apenas 2,5% (IFES 2018; IPU 2019). Nota-se, ademais, a persistência da violência contra as mulheres, que, frequentemente, acaba por não ser reportada (Anistia Internacional 2018). As barreiras à participação política das mulheres haitianas são agravadas por diversos fatores, incluindo a persistência de crenças sexistas na sociedade, os elevados índices de pobreza e a situação de instabilidade política no país (IFES 2018). Internacionalmente, o Estado haitiano não assinou e tampouco ratificou o Protocolo Facultativo da Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discrimi-

nação contra a Mulher (OIG-CEPAL 2019).

Com uma taxa de 5,8 a cada 100 mil mulheres, a **República de Honduras** é um dos países com maior incidência de feminicídio no mundo. Diversas reformas foram feitas no Código Penal objetivando a erradicação da discriminação e da violência contra a mulher – dentre elas, a tipificação do feminicídio, em 2013 (OIG-CEPAL 2019). Apesar das medidas legislativas, os casos de violência de gênero permanecem, muitas vezes, impunes (Anistia Internacional 2018). Uma pesquisa feita durante as eleições hondurenhas de 2017 demonstrou que os principais atores dos casos denunciados de violência política contra mulheres foram a Polícia Militar, a Polícia Nacional e os Partidos Políticos (Observatorio Político de Mujeres N26 2018). No que se refere à representatividade, foi aplicada, em 2016, uma medida normativa paritária. Não obstante, a presença feminina no parlamento hondurenho é de apenas 21,1% (IPU 2019; OIG-CEPAL 2019). Ainda nesse sentido, Honduras é um dos únicos países da América Latina que não assinou ou ratificou o Protocolo Facultativo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (OIG-CEPAL 2019).

Os índices de homicídios de mulheres nos **Estados Unidos Mexicanos** aumentaram substancialmente na última década, e estima-se que dois terços das mulheres mexicanas tenham sofrido, durante sua vida, alguma forma de violência por conta de seu gênero (Anistia Internacional 2018; The Guardian 2017). No ano de 2018, foram registrados 106 casos de violência contra mulheres na política – incluindo os assassinatos de 16 candidatas (ADN Sureste 2019). Nesse sentido, ressalta-se a existência de uma iniciativa para tipificar, legislativamente, a violência política de gênero (Albaine 2017). Dentre as leis já aprovadas, destaca-se a Lei Geral de Acesso das Mulheres a uma Vida Livre de Violência, que reconhece os vários tipos de violência contra a mulher. Ademais, em 2013, o feminicídio foi tipificado como delito por meio de uma reforma do Código Penal Federal (OIG-CEPAL 2019). No que se refere à representatividade política, o Estado mexicano apresenta cotas legislativas paritárias – as mulheres compõem 48% da Câmara dos Deputados e 49% da Câmara dos Senadores (IDEA 2019). Outrossim, o país tornou-se sede do primeiro Centro Global de Excelência em Estatísticas de Gênero (CEEG), implementado em parceria com a ONU Mulheres (ONU Noticias México 2018).

No ano de 2017, foram registrados 1.080 casos de violações contra mulheres na **República da Nicarágua** (Polícia Nacional da Nicarágua 2018). Entre as medidas tomadas para combater a violência de gênero no país, destaca-se a Lei Integral contra a Violência contra as Mulheres, de 2012, a qual reconhecia o feminicídio como sendo um delito cometido nos âmbitos público e privado. Todavia, foi aprovada, em 2017, uma emenda legislativa restringindo a definição de feminicídio à esfera privada. No que tange à representação política, a legislação nicaraguense exige, desde 2012, que as listas de candidaturas sejam paritárias. Atualmente, as mulheres representam 44,6% do parlamento (Anistia Internacional 2018; IPU 2019; OIG-CEPAL

2019). No âmbito internacional, a Nicarágua não assinou ou ratificou o Protocolo Facultativo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (OIG-CEPAL 2019).

A **República do Panamá** adota cotas de gênero legislativas – contudo, elas não se referem às eleições nacionais, aplicando-se somente às eleições internas aos partidos, cujas listas de candidaturas devem contar com 50% de participação feminina. As mulheres panamenhas encontram-se sub-representadas no âmbito político, ocupando apenas 18,3% do parlamento (IPU 2019; IDEA 2019). No que tange à violência de gênero, o Panamá é um dos únicos países da região com uma taxa de menos de 1,0 feminicídio a cada 100 mil mulheres. Em 2013, foi implementada a Lei 82, que trata do combate a todas as formas de violência contra a mulher, tipificando, também, o feminicídio como delito (OIG-CEPAL 2019). Ademais, em 2014 foi criado o Comitê Nacional contra a Violência contra as Mulheres, objetivando, principalmente, fiscalizar políticas públicas (INAMU 2019). Somado a isso, o Estado panamenho é sede do Centro Regional da ONU Mulheres para América Latina e Caribe (Ministerio de Relaciones Exteriores de Panamá 2019).

A **República do Paraguai** estabelece, desde 1996, uma cota eleitoral de gênero mínima de 20%. Tal porcentagem ainda não foi alcançada – as mulheres compõem apenas 15% da Câmara dos Deputados e 18% da Câmara dos Senadores (IDEA 2019; OIG-CEPAL 2019). No intuito de promover o protagonismo feminino na política, foi lançada, em 2019, a Academia de Formação Política para Mulheres. O curso é resultado da atuação conjunta da Câmara dos Senadores e do capítulo paraguaio da Women's Democracy Network (Aguero 2019). Nota-se, também, a tentativa de aprovação de um projeto de lei referente à paridade democrática, a qual é impulsionada pela cooperação entre o governo paraguaio e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD Paraguay 2017). Ademais, com o fito de combater a violência contra as mulheres, foi sancionada, em 2016, a Lei de Proteção Integral às Mulheres, contra Toda Forma de Violência. A lei aborda a violência política contra as mulheres e também tipifica o feminicídio (OIG-CEPAL 2019).

O ativismo das feministas peruanas foi determinante para a conquista dos direitos políticos das mulheres no país, contribuindo para que a **República do Peru** seja, atualmente, um dos únicos Estados da América Latina a apresentar um projeto de lei que aborda especificamente a violência contra mulheres na política (Quintanilla 2012). No que tange às medidas legislativas já aprovadas, destacam-se a lei 29.819, que reconhece o feminicídio; e a Lei 30.364 para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra as mulheres e os integrantes do grupo familiar. Em 1997, foram implementadas as primeiras cotas legislativas por meio da Lei Orgânica de Eleições, modificada em 2000 de modo a estabelecer um mínimo de 30% de mulheres nas listas de candidaturas – atual porcentagem feminina no parlamento peruano. Ademais, o gabinete ministerial passou, em 2019, a ser paritário (OIG-CE-

PAL 2019; IPU 2019; Rampant 2019). Além de estar presente nos principais fóruns internacionais e regionais que tratam da igualdade de gênero, Lima também atua junto ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o qual conta com uma Estratégia de Gênero que promove o empoderamento feminino e o combate à violência contra a mulher (PNUD Perú 2019). A despeito dos avanços mencionados, uma a cada quatro candidatas peruanas declararam ter sofrido alguma forma de agressão ou violência durante sua participação nas Eleições Regionais e Municipais de 2014 – das vítimas, 31% pertenciam a alguma população indígena (Jurado Nacional de Elecciones 2018).

A legislação da **República Dominicana** estabelece, desde 2000, uma cota de gênero de 33% nas listas de candidaturas para a Câmara dos Deputados, cuja representação feminina é, atualmente, de 26,8% (IDEA 2019; IPU 2019). Em 2017, foi lançado o Plano Nacional contra a Violência de Gênero, que contribuiu para diminuir em 18% o índice de feminicídios no primeiro ano de sua aplicação (Presidencia de la República Dominicana 2018). Entre as medidas legislativas tomadas pelo Estado dominicano, nota-se a aprovação, em 2011, de uma lei que objetiva facilitar o acesso das mulheres vítimas de violência à justiça, além da tipificação do feminicídio em 2014 (OIG-CEPAL 2019). Internacionalmente, além de ter ratificado os principais tratados referentes ao combate à discriminação contra a mulher, o país está presente em diversos organismos que tratam da igualdade de gênero, como a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) e a SICA (MICM 2018; OEA 1994; United Nations Treaty Collection 2019).

No ano de 2013, sete a cada dez mulheres uruguaias declararam ter sofrido alguma forma de violência de gênero durante sua vida (Consejo Nacional Consultivo de Lucha Contra la Violencia Doméstica 2018). No intuito de conter tal cenário, a **República Oriental do Uruguai** aprovou, em 2018, a Lei Integral para Garantir às Mulheres uma Vida Livre de Violência de Gênero, cuja implementação era parte do Plano de Ação 2016-2019 contra a violência de gênero. A lei aborda as diversas manifestações de violência contra a mulher, incluindo a violência política (Anistia Internacional 2018; IMPO 2018). No que tange à representação política feminina, o país adota cotas de gênero legislativas desde 2009. Atualmente, as mulheres seguem sub-representadas, compondo apenas 22% do parlamento e 26% do senado (OIG-CEPAL 2019; IDEA 2019). No âmbito internacional, destaca-se a parceria do governo uruguaio com a ONU Mulheres, que ressaltou a necessidade de normativas específicas para que o país alcance uma democracia paritária (El País 2019b).

QUESTÕES A PONDERAR

1 Em quais contextos emerge a violência política contra mulheres?

2 A partir dos mecanismos já existentes no sistema interamericano, como

os Estados-membro da OEA podem se comprometer em erradicar a violência política contra as mulheres?

3 Qual deve ser o papel dos governos nacionais ao estabelecer medidas mais efetivas para garantir a igualdade de direitos das mulheres?

4 Como garantir o aumento da participação política feminina e fornecer proteção adequada a ativistas e representantes eleitas?

5 Que medidas podem ser aplicadas para reduzir a disparidade entre marcos normativos e sua implementação?

REFERÊNCIAS

Acobol. 2018. "Logros Institucionales". Acesso em 22 de junho de 2019. http://www.acobol.org.bo/logros-institucionales/

ADN Sureste. 2019. "En 2018, 106 Casos de Violencia contra Mujeres Políticas". Acesso em 23 de julho. https://www.adnsureste.info/en-2018-106-casos-de-violencia-contra-mujeres-politicas-0900-h/

Aguero, Gabriela D. 2019. "Se Lanza Oficialmente la Academia de Formación Política para Mujeres". Congreso Nacional. http://www.senado.gov.py/index.php/noticias/noticias-generales/2855-lanzamiento-oficial-de-la-academia-de-formacion-politica-para-mujeres-2019-04-12-21-27-34

Albaine, Laura. 2009. "Cuotas de Género y Ciudadanía Política en Bolivia". Margen: Revista de Trabajo Social y Ciencias Sociales 55: 1-10. https://www.margen.org/suscri/margen55/albaine.pdf

———. 2017. "Marcos Normativos contra el Acoso y/o Violencia Política en Razón de Género en América Latina". In Cuando Hacer Política te Cuesta la Vida: Estrategias contra la Violencia Política hacia las Mujeres en América Latina, editado por Flavia Freidenberg e Gabriela del Valle Pérez, 117-144. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Jurídicas - TECDMX.

———. 2016. "Paridad de Género y Violencia Política en Bolivia, Costa Rica y Ecuador. Un Analisis Testimonial". Ciencia Política 11 (21), 335-362. doi:10.15446/cp.v11n21.53903

Aldosari, Hala. 2015. "Analysis: The value of women voting in Saudi Arabia". Acesso em 20 de abril de 2019. https://www.aljazeera.com/news/2015/12/analysis-women-voting-saudi-arabia-151213055435453.html

Amnesty International. 2019. "Violence against Women is a U.S. Problem, Too". Acesso em 28 de abril. https://www.amnestyusa.org/violence-against-women-is-a-u-s-problem-too/

Anistia Internacional. Amnesty International Report 2017/18: The State of the World's Human Rights. Londres: Peter Benenson House, 2018. https://www.amnesty.org/download/Documents/POL1067002018ENGLISH.PDF

———. Guatemala: Major Human Rights Challenges Still Pending. Londres: Peter Benenson House, 2017. https://www.amnesty.org/download/Documents/AMR3465542017ENGLISH.pdf

Araújo, Clara. 2013. "Cotas Femininas e Financiamento de Campanha". Cadernos Adenauer 14 (3): 11-30. https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=7a44dba5-e54d--9a24-e7dd-0b6cabdd0067&groupId=265553

Archenti, Nélida, e María Inés Tula. 2017. "Critical Challenges of Quotas and Parity in Latin America". In Women, Politics and Democracy in Latin America, editado por Tomáš

Došek, Flavia Freidenberg, Mariana Caminotti e Betilde Muñoz-Pogossian, 29-44. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Archenti, Nélida, e Laura Albaine. 2013. "Los Desafíos de la Paridad de Género. Tensión Normativa y Violencia Política en Bolivia y Ecuador". Revista Punto Género 3: 195-219. doi: 10.5354/0719-0417.2013.30275

Arizpe, Lourdes. 1989. La Mujer en el Desarollo de México y de América Latina. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México.

Astor, Maggie. 2018. "For Female Candidates, Harassment and Threats Come Every Day". Acesso em 23 de junho de 2019. https://www.nytimes.com/2018/08/24/us/politics/women-harassment-elections.html

Ballington, Julie, Gabrielle Bardall, e Gabriella Borovsky. 2017. Preventing Violence against Women in Elections: a Programming Guide. Nova Iorque: UNDP; UN Women. http://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2017/11/preventing-violence-against--women-in-elections

Barbery, Ximena Machicao. 2011. "Participación Política de las Mujeres: Acoso y Violencia Política". Revista Mujer Salud 17 (2): online. http://www.gloobal.net/iepala/gloobal/fichas/ficha.php?id=15617&entidad=Textos&html=1

Bardall, Gabrielle. Breaking the Mold: Understanding Gender and Electoral Violence. Washington D.C.: International Foundation for Electoral Systems (IFES), 2011. IFES White Paper Series. https://ifes.org/sites/default/files/gender_and_electoral_violence_2011.pdf

——— . 2018. "Violence, Politics and Gender". Oxford Research Encyclopedia of Politics. Oxford University Press. https://www.ifes.org/sites/default/files/violence_politics_and_gender.pdf

Bardall, Gabrielle, e Emily Myers. Violence against Women in Politics: a Barrier to Peace and Security. Washington D.C.: U.S. Civil Society Working Group on Women, Peace and Security. Policy Brief, maio 2018. https://www.usip.org/sites/default/files/11th-US-CSWG--May-16-2018-Policy-Brief.pdf

Barifouse, Rafael. 2018. "O que São e Como Agem as Milícias Acusadas de Matar Marielle Franco". BBC. Última modificação 15 de dezembro. https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46559926

Beauvoir, Simone de. 2016. O Segundo Sexo. São Paulo: Nova Fronteira.

Bloom, Barbara L. 2008. The Organization of American States. Nova Iorque: Chelsea House Publishers.

Bourdieu, Pierre. 2001. Masculine Domination. Stanford: Stanford University Press.

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). TSE Altera Resolução que Trata da Arrecadação e Gastos de Recursos por Partidos Políticos e Candidatos. Brasília, 2018. Última modificação 01 de agosto. http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Agosto/tse-altera-resolucao-que-trata-da-arrecadacao-e-gastos-de-recursos-por-partidos-politicos-e-candidatos

Bueno, Samira e Renato Sérgio de Lima. 2019. "Dados de Violência contra a Mulher São a Evidência da Desigualdade de Gênero no Brasil". Acesso em 07 de setembro. https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2019/03/08/dados-de-violencia-contra-a-mulher-sao-a-evidencia-da-desigualdade-de-genero-no-brasil.ghtml

Caminotti, Mariana. 2017. "La Paridad Política en Argentina: Avances y Desafíos". Buenos Aires: Programa Naciones Unidas para el Desarrollo - PNUD; Lima: IDEA Internacional; Panamá: Organización de las Naciones Unidas.

Caminotti, Mariana e Flavia Freidenberg. 2018. "Reformas Electorales Inclusivas en América Latina y Retos para la Igualdad Real de las Mujeres en la Política". In Mujeres en la Política: Experiencias Nacionales y Subnacionales en América Latina, editado por Flavia Freidenberg, Mariana Caminotti, Betilde Muñoz-Pogossian e Tomáš Došek, 7-32. Cidade do México: UNAM, Instituto de Investigaciones Jurídicas – TECDMX.

Canadian Femicide Observatory for Justice and Accountability. 2018. "Call it Femicide: Understanding Gender-Related Killings of Women and Girls in Canada 2018". Acesso em 07 de setembro de 2019. https://femicideincanada.ca/callitfemicide.pdf

Cerna, Daniela Cerva. 2014. "Participación Política y Violencia de Género en México". Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales 59 (222): 117-140. doi:10.1016/S0185-1918(14)70212-0

Codrea-Rado, Anna. 2017. "#MeToo Floods Social Media with Stories of Harassment and Assault". The New York Times. Acesso em 25 de julho de 2019. https://www.nytimes.com/2017/10/16/technology/metoo-twitter-facebook.html

Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, Consenso de Brasília, (16 de julho de 2010), disponível em https://www.cepal.org/mujer/noticias/paginas/2/40332/ConsensoBrasilia_POR.pdf

———, XII Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y Caribe, Consenso de Santo Domingo, PLE.1-ES (18 de outubro de 2013), disponível em https://www.cepal.org/12conferenciamujer/noticias/paginas/6/49916/PLE_Consenso_de_Santo_Domingo.pdf

———, Planes de Igualdad de Género en América Latina y Caribe: mapas de ruta para el desarollo (Santiago: CEPAL, janeiro de 2019), disponível em https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41014/6/S1801212_es.pdf

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). 2018. "ECLAC: At Least 2,795 Women Were Victims of Femicide in 23 Countries of Latin America and the Caribbean in 2017". Acesso em 29 de setembro de 2019. https://www.cepal.org/en/pressreleases/eclac-least-2795-women-were-victims-femicide-23-countries-latin-america-and-caribbean.

Colombo, Sylvia. 2019. "Argentina Aumenta Cota de Mulheres no Congresso para 50%". Última modificação em 21 de junho. https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/argentina-aumenta-cota-de-mulheres-no-congresso-para-50.shtml

Collier, Cheryl N., e Tracey Raney. 2019. "Another Barrier for Women in Politics: Violence". Acesso em 22 de junho. https://theconversation.com/another-barrier-for-women-in--politics-violence-113637

Consejo Nacional Consultivo de Lucha Contra la Violencia Doméstica. 2018. "Plan de Acción 2016-2019: por una Vida Libre de Violencia de Género, con Mirada Generacional". Acesso em 07 de setembro de 2019. http://www.siteal.iipe.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/uy_3201.pdf

Cooper, Andrew. F., e T. Legler. 2001. "The OAS Democratic Solidarity Paradigm: Questions of Collective and National Leadership". Latin American Politics and Society 43 (1): 103–126. doi:10.1111/j.1548-2456.2001.tb00172.x

Coordinadora de la Mujer. 2015. "Participación Política de las Mujeres en el Estado". Acesso em 07 de setembro de 2019. http://www.coordinadoradelamujer.org.bo/observatorio/archivos/publicaciones/Libro_Participacion_Politica_de_las_Mujeres_en_el_Estado.pdf

Cote-Muñoz, Natalia. 2019. "Murdered Women Can't Celebrate International Women's Day". Última modificação 7 de março. https://foreignpolicy.com/2019/03/07/murdered-women-cant-celebrate-international-womens-day/

Dirección Nacional de Impresiones y Publicaciones Oficiales (IMPO). 2018. "Ley N° 19580". Acesso em 07 de setembro de 2019. https://www.impo.com.uy/bases/leyes/19580-2017

EFE. 2018. "El Presidente Electo de Costa Rica Presenta su Gabinete con Mayoría de Mujeres". Acesso em 23 de junho de 2019. https://www.efe.com/efe/america/politica/el-presidente-electo-de-costa-rica-presenta-su-gabinete-con-mayoria-mujeres/20000035-3598213

El País. 2019a. "Os 22 Ministros de Bolsonaro: Ala Ultraliberal, Militares e só 2 Mulheres". Acesso em 22 de junho. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/28/politica/1546031720_659375.html

———. 2019b. "ONU Mujeres Uruguay Pide Democracia Paritaria". Acesso em 23 de

junho. https://www.elpais.com.uy/vida-actual/onu-mujeres-uruguay-pide-democracia-paritaria.html

El Telégrafo. 2019. "De los 221 Municipios del Ecuador, 18 Estarán Dirigidos por Mujeres". Acesso em 23 de junho. https://www.eltelegrafo.com.ec/noticias/politica/3/municipios-ecuador-mujeres

Equipo Latinoamericano de Justicia y Género. 2019. "Violencia Política contra las Mujeres en Argentina: Experiencias en Primera Persona". Acesso em 07 de setembro. http://www.ela.org.ar/a2/index.cfm?muestra&codcontenido=3229&plcontampl=43&aplicacion=app187&cnl=15&opc=49

Fawole, Olufunmilayo I. 2008. "Economic Violence to Women and Girls: Is It Receiving the Necessary Attention?". Trauma, Violence, & Abuse 9 (3): 167–77. doi:10.1177/1524838008319255.

Ferreyra, J. P. 2019. "Un Comité Estatal Constata que Canadá es Cómplice del Genocidio de las Indígenas". Acesso em 23 de junho. https://elpais.com/internacional/2019/06/03/actualidad/1559575677_359605.html?id_externo_rsoc=TW_AM_CM&hootPostID=d85ccc7db817f293346936bfad3a8784

Freidenberg, Flavia. 2017. "La Violencia Política hacia las Mujeres: el Problema, los Debates y las Propuestas para América Latina". In Cuando Hacer Política Te Cuesta la Vida: Estrategias contra la Violência Política hacia las Mujeres en América Latina, editado por Flavia Freidenberg e Gabriela del Valle Pérez, 3-42. Cidade do México: UNAM, Instituto de Investigaciones Jurídicas – TECDMX.

Freidenberg, Flavia, Betilde Muñoz-Pogossian, Mariana Caminotti, e Tomáš Došek. 2017. "Breaking Concrete, Glass and Cash Ceilings: Conclusions and Policy Recommendations from Scholars and Practitioners". In Women, Politics and Democracy in Latin America, editado por Tomáš Došek, Flavia Freidenberg, Mariana Caminotti e Betilde Muñoz-Pogossian. 215-232. Nova Iorque: Palgrave Macmillan. General Assembly resolution 48/104, Declaration on the Elimination of Violence against Women, A/RES/48/104 (20 December 1993), disponível em https://www.un.org/documents/ga/res/48/a48r104.htm

Government of Canada. 2018. "A Year in Review 2017-2018: Canada's Strategy to Prevent and Address Gender-Based Violence". Última modificação em 19 de junho. https://cfc-swc.gc.ca/violence/strategy-strategie/report-rapport2018-en.html

———. 2019. "Women's Voice and Leadership". Última modificação em 20 de junho. https://www.international.gc.ca/world-monde/issues_development-enjeux_developpement/gender_equality-egalite_des_genres/wvl_projects-projets_vlf.aspx?lang=eng

Haberman, Maggie, e Sharyl Gay Stolberg. 2019. "In Attacking Ilhan Omar, President Trump Revives his Familiar Refrain against Muslims". The New York Times. Última modificação 15 de abril. https://www.nytimes.com/2019/04/15/us/politics/trump-ilhan-omar.html

Htun, Mala N., e Mark P. Jones. 2002. "Engendering the Right to Participate in Decision-making: Electoral Quotas and Women's Leadership in Latin America". In Gender and the Politics of Rights in Latin America, editado por Nikki Craske e Maxine Molyneux, 32-56. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Instituto Nacional de la Mujer (INAMU). 2019. "Comité Nacional contra la Violencia en las Mujeres (CONVIMU)". Acesso em 07 de setembro. https://inamu.gob.pa/comite-nacional-contra-la-violencia-en-la-mujer/

Instituto Nacional Demócrata (NDI). 2018. "Violencia contra las Mujeres en la Política: Investigación en Partidos Políticos de Guatemala". http://iknowpolitics.org/sites/default/files/4540_ndi_folleto_para_web.pdf

Inter-American Commission on Human Rights (IACHR). 2019. "IACHR Expresses Deep Concern over Alarming Prevalence of Gender-based Killings of Women in Brazil". Acesso em 07 de setembro. https://www.oas.org/en/iachr/media_center/PReleases/2019/024.asp

Inter-Parliamentary Union (IPU). 2019. Women in National Parliaments Database. http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm

———. Sexism, Harassment and Violence against Women Parliamentarians. Genebra, 2016. Acesso em 30 de abril de 2019. https://www.ipu.org/file/5472/download?token=PjtucdkS

International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA). Atlas of Electoral Gender Quotas. Stockholm, 2013. https://www.idea.int/sites/default/files/publications/atlas-of-electoral-gender-quotas.pdf

———. 2019. Gender Quotas Database. https://www.idea.int/data-tools/data/gender-quotas

International Foundation for Electoral Systems (IFES). 2018. "Violence Against Women in Elections in Haiti: An IFES Assessment". Acesso em 07 de setembro de 2019. https://www.ifes.org/sites/default/files/violence_against_women_in_elections_in_haiti_may_2018.pdf

Jain, Devaki. 2005. Women, Development, and the U.N.: a Sixty Year Quest for Equality and Justice. Bloomington: Indiana University Press.

Jurado Nacional de Elecciones. 2018. "Encuesta a Candidatas Regionales sobre Acoso Político ERM-2014". Acesso em 07 de setembro de 2019. https://observaigualdad.jne.gob.pe/phone/acoso-politico.html

Kittilson, Miki Caul. 2019. "Gender and Electoral Behavior". In The Palgrave Handbook of Women's Political Rights, editado por Susan Franceschet, Mona Lena Krook e Netina Tan, 21-32. Londres: Palgrave Macmillan.

Krook, Mona Lena. 2017. "Electoral Quotas and Beyond: Strategies to Promote Women in Politics". In Women, Politics and Democracy in Latin America, editado por Tomáš Došek, Flavia Freidenberg, Mariana Caminotti e Betilde Muñoz-Pogossian. 15-27. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

———. 2019. "New Horizons in Women's Political Rights". In The Palgrave Handbook of Women's Political Rights, editado por Susan Franceschet, Mona Lena Krook, e Netina Tan. Londres: Palgrave Macmillan.

Krook, Mona Lena, e Juliana Restrepo Sanín. 2016a. "Gender and Political Violence in Latin America: Concepts, Debates and Solutions". Política y gobierno 23 (1): 125-157. http://mlkrook.org/pdf/pyg_2016.pdf

———. 2016b. "Violence against Women in Politics: A Defense of the Concept". Política y gobierno 23 (2): 459-490. http://mlkrook.org/pdf/pyg_2_eng_2016.pdf

Kuperberg, Rebecca. 2018. "Intersectional Violence against Women in Politics". Politics and Gender 14 (4): 685-690. doi:10.1017/S1743923X18000612

Lakhani, Nina. 2018. "Berta Cáceres Murder: ex-Honduran Military Intelligence Officer Arrested." The Guardian. Última modificação 2 de março. https://www.theguardian.com/world/2018/mar/02/berta-caceres-death-murder-ex-honduran-military-intelligence-officer-arrested

Llanos, Beatriz, e Vivian Roza. 2018. "Más Poder, Menos Mujeres: Desigualdades de Género en los Partidos Políticos Latinoamericanos". In Mujeres en la Política: Experiencias Nacionales y Subnacionales en América Latina, editado por Flavia Freidenberg, Mariana Caminotti, Betilde Muñoz-Pogossian e Tomáš Došek, 69-97. Cidade do México: UNAM, Instituto de Investigaciones Jurídicas - TECDMX.

Markoff, John. 2003. "Margins, Centers, and Democracy: The Paradigmatic History of Women's Suffrage". Signs: Journal of Women in Culture and Society 29 (1): 85–116. doi:10.1086/375678

Ministerio de Industria, Comercio y Mipymes (MICM) de República Dominicana. 2018. "Participación del país en Organismos Internacionales". Acesso em 07 de setembro de 2019.

https://www.micm.gob.do/viceministerios/comercio-exterior/participacion-del-pais-en-organismos-internacionales

Ministerio de Relaciones Exteriores de Panamá. 2019. "Noticias". Acesso em 07 de setembro. https://www.mire.gob.pa/index.php?option=com_content&view=article&id=5084:&catid=75&Itemid=204&lang=es

Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de Costa Rica. 2019. "Política Internacional: Ejes de Acción". Acesso em 07 de setembro. https://www.rree.go.cr/?sec=politica%20internacional&cat=ejes%20accion

Ministry of Human Development, Social Transformation and Poverty Alleviation. 2017. "National Gender-Based Violence Action Plan: A Multisectoral Plan to Prevent and Respond to Gender-Based Violence in Belize 2017 - 2020". Acesso em 07 de setembro de 2019. https://www.nationalwomenscommissionbz.org/wp-content/uploads/2018/06/National--Gender-Based-Violence-Plan-of-Action-Book.pdf

Molyneux, Maxine, e Nikki Craske. 2002. "The Local, the Regional and the Global: transforming the Politics of Rights" In Gender and the Politics of Rights in Latin America, editado por Nikki Craske e Maxine Molyneux, 1-32. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Nações Unidas Brasil. 2010. "ONU Cria Nova Estrutura para o Empoderamento das Mulheres". Última modificação em 05 de julho de 2010. https://nacoesunidas.org/onu-cria-nova--estrutura-para-o-empoderamento-das-mulheres/

Nagourney, Adam, e Jennifer Medina. 2017. "Women Denounce Harassment in California's Capital". The New York Times. Acesso em 25 de julho de 2019. https://www.nytimes.com/2017/10/17/us/california-women-sexual-harassment-sacramento.html

National Women's Commission. 2019. "Women in Politics Inaugural Training". Acesso em 22 de junho. https://www.nationalwomenscommissionbz.org/women-for-politics-inaugural-training/

National Network to End Domestic Violence (NNEDV). 2019. "Violence Against Women Act". Acesso em 23 de junho. https://nnedv.org/content/violence-against-women-act/

Netherlands Institute for Multiparty Democracy (NIMD). 2019. "NIMD Country Programme: Guatemala". Acesso em 07 de setembro. https://nimd.org/programmes/guatemala/

Nosotras en la Política. 2019. "¿Cómo se Manifiesta en Costa Rica?". Acesso em 23 de junho. http://nosotrasenlapolitica.ac.cr/node/13?_ga=2.259770824.314361752.1560565234-412590460.1560565234

Nuclear Threat Initiative (NTI). 2019. "Organization of American States". Acesso em 25 de junho. https://www.nti.org/learn/treaties-and-regimes/organization-american-states--oas/

Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe - CEPAL (OIG-CEPAL). Mujeres Indígenas en América Latina: Dinámicas demográficas y sociales en el marco de los derechos humanos. Santiago do Chile: 2013.

———. Ley Orgánica para la Prevención y Erradicación de la Violencia de Género contra las Mujeres. Santiago de Chile: 2018. https://oig.cepal.org/sites/default/files/2018_ecu_leyintegralprevencionerradicacionviolenciagenero.pdf

———. 2019. "Observatorio de Igualdad de Género". Acesso em 08 de setembro. https://oig.cepal.org/es

Observatorio Político de Mujeres N26. 2018. "Participación y Violencia Política hacia las Mujeres: Análisis 2017-2018". Acesso em 08 de setembro de 2019. https://www.ndi.org/sites/default/files/Informe8.5x11_6abril.pdf

Office of the High Commissioner of Human Rights (OHCHR). Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women. Nova Iorque, 18 de dezembro de 1979. https://www.ohchr.org/documents/professionalinterest/cedaw.pdf

ONU Mujeres Colombia. 2019. "ONU Mujeres en Colombia". Acesso em 08 de setembro.

http://colombia.unwomen.org/es/onu-mujeres-en-colombia/onu-mujeres-en-colombia

ONU Mujeres Ecuador. 2019. "Qué Hacemos". Acesso em 08 de setembro. http://ecuador.unwomen.org/es/que-hacemos

ONU Noticias México. 2018. "México Tendrá el Primer Centro Global de Excelencia en Estadísticas de Género". Acesso em 23 de junho de 2019. http://www.onunoticias.mx/mexico-primer-centro-global-excelencia-estadisticas-genero/

Organização das Nações Unidas (ONU). 2019. "A ONU e as Mulheres". Nações Unidas Brasil. Acesso em 22 de julho. https://nacoesunidas.org/acao/mulheres/

Organização dos Estados Americanos (OEA). Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Belém do Pará: OEA, 1994. http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm

———. 2002. "Women's Participation in Political Process". Acesso em 22 de julho de 2019. http://www.oas.org/OASpage/women/agenda.htmz

———, General Assembly Resolution 2725, Advancing Hemispheric Security: a Multidimensional Approach, AG/RES. 2735(XLII-O/12) (04 de junho de 2012) disponível em https://2009-2017.state.gov/p/wha/rls/210673.htm

———. Sexta Conferencia de los Estados Parte de la Convención de Belém do Pará. Declaración sobre la Violencia y el Acoso Políticos contra las Mujeres. Lima: OEA, 2015. http://www.oas.org/es/mesecvi/docs/Declaracion-ESP.pdf

———. Tercer Informe Hemisférico sobre la Implementación de la Convención de Belém do Pará – Prevención de la Violencia contra las Mujeres en las Américas. Washington D.C. 2017a.

———. Inter-American Model Law on the Prevention, Punishment and Eradication of Violence Against Women in Political Life. Washington D.C., 2017b. http://www.oas.org/en/cim/docs/ViolenciaPolitica-LeyModelo-EN.pdf

———. Ley Modelo Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Muerte Violenta de Mujeres y Niñas (Femicidio/Feminicidio). Washington D.C., 2018.

———. 2019a. "A-44: Inter-American Convention on the Granting of Political Rights to Women". Acesso em 01 de maio. http://www.oas.org/juridico/english/sigs/a-44.html

———. 2019b. "Qué es el MESECVI?" Acesso em 03 de junho. https://www.oas.org/es/mesecvi/nosotros.asp

Organization for Economic Cooperation and Development (OECD). Social Institutions and Gender Index. Paris: 2019. https://www.genderindex.org/wp-content/uploads/files/datasheets/2019/BZ.pdf

Otálora Malassis, Janine. 2017. "Participación y violencia política contra las mujeres en América Latina: una evolución de marcos y prácticas". In Cuando hacer política te cuesta la vida: Estrategias contra la violencia política hacia las mujeres en América Latina, editado por Flavia Freidenberg e Gabriela del Valle Pérez. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Jurídicas - TECDMX.

Palomo, Elvira. 2018. "From Four to Zero: Latin America Loses Its Female Presidents". El País. Última modificação 14 de março. https://elpais.com/elpais/2018/03/14/inenglish/1521019893_528904.html

Piscopo, Jennifer M. 2016. "State Capacity, Criminal Justice, and Political Rights: Rethinking Violence against Women in Politics". Política y Gobierno 23 (2): 437-458. http://www.scielo.org.mx/pdf/pyg/v23n2/1665-2037-pyg-23-02-00437-en.pdf

———. 2018. "Latin America's Female Leadership Void". Última modificação em 21 de junho. https://www.nytimes.com/2018/02/05/opinion/michelle-bachelet-women-politics.html

PNUD Paraguay. 2017. "La Participación Política de las Mujeres". Acesso em 08 de se-

tembro de 2019. http://www.py.undp.org/content/paraguay/es/home/presscenter/pressreleases/2017/02/03/la-participaci-n-pol-tica-de-las-mujeres.html

PNUD Perú. 2019. "Planeamiento y Acción Local para Abordar la Violencia de Género". Acesso em 23 de junho. http://www.pe.undp.org/content/peru/es/home/projects/planeamiento-y-accion-local-para-abordar-la-violencia-de-genero.html

Polícia Nacional da Nicarágua. 2018. "Mapa de la Violencia contra la Mujer en Nicaragua 2016-2017". Acesso em 08 de setembro de 2019. https://www.el19digital.com/app/webroot/tinymce/source/2018/00-Marzo/Del19al25deMarzo/Lunes19Mar/Mapa%20Violencia%20Contra%20las%20Mujeres%20-%20Municipios%20%20Completos.%20ACTUALIZADO.pdf

Presidencia de la República Dominicana. 2018. "Procurador Presenta Avances del Plan Nacional contra la Violencia de Género; 'en Un Año se Redujeron los Feminicidios en un 18 %'". Acesso em 23 de junho de 2019. https://presidencia.gob.do/noticias/procurador-presenta-avances-del-plan-nacional-contra-la-violencia-de-genero-en-un-ano-se

Puig, Ana M. 2001. "Los derechos políticos de las mujeres: evolución y retos pendientes". Cuadernos constitucionales de la Cátedra Fadrique Furió Ceriol (36-37): 195-214. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=623913

Puleo, Alicia H. 2004. "Filosofia e Gênero: Da Memória do Passado ao Projeto de Futuro". In Políticas Públicas e Igualdade de Gênero, editado por Tatau Godinho e Maria Lúcia da Silveira, 13-34. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher.

Quintanilla, Tammy. 2012. "Documento de Trabajo: Propuesta de Iniciativa Legislativa sobre Acoso Político a Mujeres Autoridades". Acesso em 08 de setembro de 2019. http://iknowpolitics.org/sites/default/files/propuesta_de_proyecto_de_ley_sobre_el_acoso_politico_hacia_las_mujeresversion_fianal.pdf

Quintela, Carmen. 2019. "Menos del 20% de Diputadas Mujeres en la Próxima Legislatura". Acesso em 25 de julho. https://nomada.gt/pais/elecciones-2019/menos-del-20-de-diputadas-mujeres-en-la-proxima-legislatura/

República Argentina. 2019a. "Plan Nacional de Acción 2017-2019". Acesso em 21 de junho. https://www.argentina.gob.ar/inam/plandeaccion

———. Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto. 2019b. "ONU Mujeres en Argentina y el Compromiso de la Política Exterior con la Igualdad de Género". Acesso em 21 de junho. https://www.cancilleria.gob.ar/es/actualidad/boletin/onu-mujeres-en-argentina-y-el-compromiso-de-la-politica-exterior-con-la-igualdad

Rampant, Audrey Cordova. 2019. "Así es el Nuevo Gabinete Ministerial Paritario en Perú". Última modificação em 12 de março. https://www.france24.com/es/20190312-gabinete-ministerial-paritario-peru-vizcarra

Rousseau, Stéphanie. 2019. "Bolivia: Parity, Empowerment, and Institutional Change". In The Palgrave Handbook of Women's Political Rights, editado por Susan Franceschet, Mona Lena Krook e Netina Tan, 393-404. Londres: Palgrave Macmillan.

Rousseau, Stéphanie, e Anahi Morales Hudon. 2017. Indigenous Women's Movements in Latin America: Gender and Ethnicity in Peru, Mexico and Bolivia. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Rueb, Emily S., e Niraj Chokshi. 2019. "The Violence Against Women Act Is Turning 25. Here's How It Has Ignited Debate". Acesso em 23 de junho. https://www.nytimes.com/2019/04/04/us/violence-against-women-act-reauthorization.html

Ruthchild, Rochelle Goldberg. 2001. "Liga Ravnopraviia Zhenshchin (League for Women's Equal Rights) (1907–1917)". In Encyclopedia of Russian Women's Movements, editado por Norma C Noonan e Carol Nechemias. 38-41. Westport: Greenwood Press.

Sagot, Montserrat. 2008. "Estrategias para Enfrentar la Violencia contra las Mujeres: reflexiones feministas desde América Latina". Athenea Digital 14: 215-228. doi: 10.5565/rev/

athenead/v0n14.571

Sandvik, Kristin B. 2018. "The Mass Killing of Women Activists in Latin America: Making Political Violence Visible". Última modificação 18 de setembro. http://lapj.hkspublications.org/women-violence-sandvik/

Shaw, Carolyn. M. 2003. "Limits to Hegemonic Influence in the Organization of American States". Latin American Politics and Society 45 (3): 59–92. doi:10.1111/j.1548-2456.2003.tb00250.x

———. 2004. Cooperation, Conflict, and Consensus in the Organization of American States. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Small Arms Survey. 2016. "A Gendered Analysis of Violent Deaths". Research Notes (63). http://www.smallarmssurvey.org/fileadmin/docs/H-Research_Notes/SAS-Research-Note-63.pdf

The Guardian. 2017. "Mexico: Murders of Women Rise Sharply as Drug War Intensifies". Acesso em 23 de junho de 2019. https://www.theguardian.com/world/2017/dec/14/mexico-murders-women-rise-sharply-drug-war-intensifies

Tickner, J. Ann. 2001. Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era. Nova Iorque: Columbia University Press.

Towns, Ann. 2019. "Global Patterns and Debates in the Granting of Women's Suffrage". In The Palgrave Handbook of Women's Political Rights, editado por Susan Franceschet, Mona Lena Krook e Netina Tan, 3-19. Londres: Palgrave Macmillan.

Tribunal Electoral del Poder Judicial de la Federación (TEPJF). Protocolo para Atender la Violencia Política contra las Mujeres. Cidade do México: TEPJF, 2016.

UN Women. 2013. "Femicide in Latin America". Acesso em 23 de junho de 2019. http://www.unwomen.org/en/news/stories/2013/4/femicide-in-latin-america

———. Violence Against Women in Politics: Expert Group Meeting Report & Recommendations. Nova Iorque: UN Publishing, 2018a. https://www.ohchr.org/Documents/Issues/Women/ViolenceAgainstWomeninPoliticsReport.pdf

———. 2018b. "Across Latin America, Women Fight Back against Violence in Politics." Última modificação em 14 de novembro de 2018. http://www.unwomen.org/en/news/stories/2018/11/feature-across-latin-america-women-fight-back-against-violence-in-politics

United Nations, Charter of the United Nations, 1 UNTSXVI (24 de outubro de 1945), disponível em https://www.un.org/en/sections/un-charter/chapter-i/index.html

———, World Conference of the International Women's Year, Declaration of Mexico on the Equality of Women and their Contribution to Development and Peace, E/CONF.66/34. (02 de julho de 1975), disponível em http://www.un-documents.net/mex-dec.htm

———, Report of the World Conference to Review and Appraise the Achievements of the United Nations Decade for Women: Equality, Development and Peace, A/CONF.116/28/Rev.1. (25 de julho de 1985), disponível em https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/otherconferences/Nairobi/Nairobi%20Full%20Optimized.pdf

———, General Assembly, Declaration on the Elimination of Violence against Women, A/RES/48/104. (20 de dezembro de 1993), disponível em https://www.un.org/documents/ga/res/48/a48r104.htm

———, Report of the Fourth World Conference on Women, Beijing Declaration and Platform for Action, A/CONF.177/20/Rev.1. (15 de setembro de 1995), disponível em https://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/Beijing%20full%20report%20E.pdf

———, UN Committee on the Elimination of Discrimination Against Women (CEDAW), CEDAW General Recommendation No. 23: Political and Public Life, A/52/38. (1997), disponível em https://www.refworld.org/docid/453882a622.html

United Nations Treaty Collection. 2019. "Convention on the Elimination of All Forms

of Discrimination Against Women". Acesso em 08 de setembro. https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV-8&chapter=4&lang=en

United States. U.S. Senate - Commission on Foreign Relations. Women, Peace, and Security Act of 2017. 115th Congress. S. 1141. 2017, https://www.congress.gov/bill/115th-congress/senate-bill/1141 (acesso em 28 de julho de 2019).

Universidad de Chile. 2016. "CDH Participa en Capacitación a Fiscales en Temas de Violencia contra las Mujeres". Acesso em 23 de junho de 2019. http://www.uchile.cl/noticias/128192/cdh-capacita-a-fiscales-en-temas-de-violencia-contra-las-mujeres

Urquilla, Katlen. 2019. "Gabinete del Nuevo Gobierno Estará Conformado por Ocho Mujeres y Ocho Hombres". Acesso em 23 de junho. https://www.elsalvador.com/eldiario-dehoy/gabinete-dividido-entre-mujeres-y-hombres/608860/2019/

Valle Pérez, Gabriela del. 2017. "¿Hacia dónde vamos? Construcción de una agenda para la erradicación de la violencia política contra las mujeres en America Latina". In Cuando hacer política te cuesta la vida: Estrategias contra la violencia política hacia las mujeres en América Latina, editado por Flavia Freidenberg e Gabriela del Valle Pérez. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Jurídicas - TECDMX.

World Bank. 2017. "Population, Female (% of Total)". Acesso em 07 de maio de 2019. https://data.worldbank.org/indicator/sp.pop.totl.fe.zs

disec

disarmament and international security committee



UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 7 2019 | p. 188 - 247

THE CONTEMPORARY DEBATE ON SUBMARINE WATERCRAFTS

Rodrigo dos Santos Cassel[1]
Tyago Driemeyer[2]

ABSTRACT

Submarine watercrafts are unique structures capable of carrying out stealth, strategic operations underneath the surface. They are designed to achieve undetectability by enemy forces, running on increasingly quiet systems and extensive periods of endurance submerged, so as not to disclose its position. Amongst their applicability purposes, said submersible vessels enable a state to control, patrol, monitor, and project power both in high seas and in littoral waters. Being able to carry a significant number of weapons systems while navigating submerged, they are also capable of launching cruise and ballistic missiles containing, or not, nuclear warheads, thus meaning that submarines are an essential asset to states' deterrence strategies. The present study guide aims at analyzing a comprehensive set of contemporary debates concerning the development and deployment of submarines worldwide. Guided by the understanding that such controversies are yet to be assessed and acted upon by world leaders and policy makers, the study guide presents different paths to be followed or dismissed, based on contrasting national views. In order to do so, the paper is divided in four main parts: (i) a Historical Background on submarine watercrafts; (ii) the Statement of the Issue, covering and exploring the aforementioned debates; (iii) Previous International Actions, aimed at observing how the international community has already dealt with the issues presented; and (iv) the Bloc Positions of the states involved in the controversies proposed.

1 Rodrigo is a final-year student of International Relations at UFRGS and Director of DISEC.

2 Tyago is a third-year student of International Relations at UFRGS and Assistant-Director of DISEC.

1 INTRODUCTION

A state's military forces might operate in several, complementary domains, including air, land, space, and sea. Regarding the latter, the possibility of underwater operations now plays a crucial role both for national and international security, mainly due to submarine watercrafts and their plentiful applications both in peace and war times. Operating submerged, they provide tactical and strategic advantages to deployers, especially due to the fact that they enable the factors of stealth and surprise to be exploited by navies. The invisibility and secrecy they offer end up paving the way for a variety of critical missions to be conducted. First, one might argue that submarines are essential assets for Intelligence, Surveillance and Reconnaissance (ISR) activities, which are mainly aimed at providing a country with essential intelligence and control in several places of world oceans, providing not only data on natural phenomena at sea, land, and air, but also – and mainly – on foreign weapons systems, platforms, and the strategic intentions of combatants or otherwise adversaries. Furthermore, and perhaps even more prominently, submarines allow power projection missions to be carried out, since they count on enough technology to carry and launch torpedoes, cruise missiles, and ballistic missiles, thus enabling a land attack to be delivered. Within this context, it is also necessary to emphasize that submarines may also be able to launch intercontinental ballistic missiles with nuclear warheads, therefore playing a central role in superpowers' deterrence strategies and amounting for one the features of the nuclear triad, whose definitions will become clearer as the present study-guide unfolds. At last, it is worth pointing out the role submarines play in sea control missions. Even though they might be used for offensive purposes, they might also be used to assure the safety of the high seas and of crucial routes utilized for military and civilian purposes, such as international shipping lanes of goods and energy supplies (Gorenflo and Poirier 2019). Concluding accordingly, submarine watercrafts serve an extensive set of purposes, being the reason why many states worldwide have invested time and financial resources conducting research on such topic. Along with this process, a few issues end up being raised, and this study guide aims at (i) presenting the debates over said issues and at (ii) analyzing the different paths which may be followed when trying to solve such divergences amongst states.

We shall first briefly present historical perspectives regarding the development and use of submarine watercrafts for military purposes. Thus, the Historical Background section of the present study guide covers the periods of the early stages of submarine technology, the First World War, the Interwars period, the Second World War, and, at last, the Cold War, when the debate on submersible vessels acquired new, more challenging features. Second, the Statement of the Issue section begins to approach the de-

bates mentioned above in greater depth. In this sense, first the functioning and physics of submarine watercrafts are explored, followed by an analysis over the different forms of armaments carried and launched by submarines. The controversies implied in the use of both nuclear and conventional means of propulsion are also covered. Later on, aspects of international law and of the law of the sea are presented. The last two sections of the paper aim at presenting Previous International Actions that have addressed the issues described throughout the study guide, and the Bloc Positions of the countries involved with submarine watercrafts.

2 HISTORICAL BACKGROUND

The following section sets out to present the technical aspects of the development of submarines from a historical perspective, outlining the role of such vehicles in warfare prior to and throughout the 20th century. Thus, the present study guide starts with a brief analysis on the first rudimentary attempts in the field of underwater warcraft and their subsequent successes. Afterwards, its focus shifts to the main roles performed by submarines in the two World Wars, as well as pointing out some of the attempts in international law to limit, inhibit or outright prohibit their development in this period. At last, given the fact that the advent of the Cold War provided brand-new dynamics to the International System (IS), this historical background finishes by assessing how the elements of nuclear power and ballistic missiles, amongst other features, were introduced in the field of submersible vessels, eventually verifying the spread of submarine technology in a worldwide scale.

2.1 EARLY STAGES OF SUBMARINE TECHNOLOGIES

The first envisioning of submarine warfare dates back to 9th century BCE, depicting warriors utilizing a sort of breathing bag to cross bodies of water without being detected by enemy forces (Delgado and Cussler 2011). It was not until the 16th century CE, however, that the concept of a vehicle capable of submerged movement and military capability arose. At the time, the diving bell was created as a means of reaching extreme underwater depths, yet its uses were exclusively limited to exploration and salvaging. The idea of a submersible watercraft used to attack ships underwater was then conceptualized, as seen in William Bourne's and later Giovanni-Alfonso Borelli's designs (Compton 1999). At the same time, a submerged vehicle that could carry a warrior was sketched by Leonardo da Vinci (Delgado and Cussler 2011).

One of the first submarines resembling those of today to enter service was the French-built, Robert Fulton-designed, "*Nautilus*". It consisted

of a metal hull with a capacity of three or more crew members, and its propulsion was based on a collapsible sail while on the surface and on a man-powered hand crank while submerged, doing the latter only to attack. The weapon attached to the Nautilus, a floating torpedo, was not actually incorporated into the watercraft, but towed behind it (Compton 1999). Subsequently, in the early 19th century, many submarines similar to the Nautilus came into being, all with similar limitations, such as the human-powered mechanical propulsion (Delgado and Cussler 2011). Eighty years later, the first electric-powered submarines were invented. The emergence of the electric motor, as the one in the Spanish *"Peral"* from 1887, was not well received at first, as the aforementioned watercraft was generally considered "a complete failure" due to the fact that it sank three times without ever being able to reach considerable distances (Compton 1999, 108). The few all-electric submarines built at the end of the 19th century had two main limitations: the first being their very limited range; the second, the fact that they would be completely vulnerable and inoperable in case of a power outage (Delgado and Cussler 2011).

The last major technological advancement in submarine technology before World War I was the adoption of the diesel motor as a means of propulsion. Even though the French had been the first to implement it, they still opted for steam and electric propulsion, given the problems potentially caused by the highly flammable early diesels. The evolution of diesel engines was responsible for giving the submarine the capability to properly navigate in the sea (Lautenschlager 1986). As of 1909, all American submarines had already been fitted with diesel engines, which were in fact used in combination with the electric motor: the former was utilized for surface navigation, as a battery charging; the latter, for underwater operations (Delgado and Cussler 2011). The development of submarine technologies throughout the 19th century, as seen in the inventions mentioned above, was driven almost entirely by military aspirations over civil purposes, thus resulting, at the turn of the century, in the widespread perception of such watercrafts as *weapons* (Redford 2010). In this sense, in terms of early international law regulating the activities of submarines, Russian representatives proposed that all nations abstained from the construction of submarines during the First Hague Peace Conference in 1899. There were indeed nations – such as Great Britain and Germany – which were willing to accept the measures but only if they were adopted by consensus. It turns out, however, that ten countries voted against and three, including Russia, abstained (Parks 2000). As a result, research and construction of submersible vessels have only increased, fact that will become even more evident during the First World War.

2.2 WORLD WAR I

The rapid emergence of submarines and aircrafts meant an expansion of the dimensions of battlefields by 1903 (Vego 2009). Accordingly, "by the outbreak of World War I, submarines were fully capable in three roles: coast defense, naval attrition, and commerce warfare" (Lautenschlager 1986, 95). The submarine's participation in the first Great War, though not numerically impressive, had a large psychological impact on the crew of other vessels. Even without sinking a significant number of warships, such watercraft was greatly feared by battle fleets in formation, therefore being capable of constraining their areas of possible operations. Their offshore protection of coasts was done mainly through deterrence, while in terms of attrition they were most effective against second-line units, such as supporting vessels, rather than against the main warships (Lautenschlager 1986). They were only effective against the latter in confined waters, with the possibility of an ambush (Lautenschlager 1983).

The *"Unterseeboote"*, widely known as the *U-Boat*, was the denomination of the German submarines and the country's main weapon at sea during both World Wars, responsible for denying access to many vital naval routes to Great Britain (Botting 1979). They were emblematically employed in Germany's *unrestricted submarine warfare*, which consisted in ignoring international law which ensured crew and passenger safety, not giving any first warning, and not making any distinction between civilian and military vessels (Delgado and Cussler 2011). The intent of this tactic was not only to destroy British supplies directly, but also to turn the waters around the British Isles into a bloody battlefield that would discourage any neutral ships from engaging in commerce with Britain (Botting 1979). Hence, the main function of the submarine in that era was commerce raiding, being able to attract uncontrolled attention of merchant vessels leading to high levels of preoccupation and attention from merchant vessels (Craven 1968), as seen in Germany's unrestricted submarine warfare, whose goal was to cut supplies to Great Britain, as mentioned above.

As a reaction to the new technology, the old convoy system – used in the era of sailing vessels – was reintroduced, and the battle fleet was then heavily equipped to deal with submarines, being capable of easily outrunning them if submerged or gunning them down if on the surface (Lautenschlager 1983). In terms of limitations, the main problems the submarine faced were not the resilience of targets or the power of their weapons. The challenge, instead, was to find them and to be able to catch up when faced with a large disparity in speed. Even when able to accomplish these tasks, it was difficult for the submersibles to get in a position suitable for the use of their relatively short-ranged weapons (Lautenschlager 1983). Exchange of fire between submersible vessels at the time was also severely limited, given the lack of reliable means of target detection and location, as well

as the severely limited range, meaning therefore that submarines could virtually only search for each other when surfaced (Lautenschlager 1986).

2.3 THE INTERWAR PERIOD

The law of naval warfare, be it now or one hundred years ago, consists of customary international law (Roach 2002). Regarding submarines, the greatest concern derived from the First World War was their effectiveness in interrupting commerce and disrupting trade lines, thus prompting many international efforts to curb and inhibit their military-related aspects (Craven 1968). Two main issues were raised in the immediate postwar period: (i) the prosecution of German *U-Boats* personnel and their unrestricted submarine warfare maneuvers; and (ii) the state of affairs of the German submarine fleet. The allied attempts at prosecuting the commanders and crew was only barely successful. The problems would not be resolved in the upcoming Paris Peace Conference, as the regulation of submarines was considered beyond the scope of the conference, falling into the League of Nations' purview (Parks 2000).

Great Britain made a significant push to prohibit submarines as war vessels, as they were perceived as a great threat in terms of commerce disruption, and of little use in war, given the British Mahanian doctrine[3] of the period. This intention would be promptly seen in the Washington Naval Conference of 1921, when they would try to do so through ambiguous regulation rather than through express prohibition. Two main arguments were presented: that human lives matter the most and that submarines were purely offensive weapons – but neither succeeded. The Treaty of London of 1930, in an attempt to decrease the civilian and merchant damage caused by submarines, declared that they must treat merchant ships according to the rules of international law and must not sink or attack another vessel without first guaranteeing the safety of the crew, of passengers, and of the ship's documents. These prescriptions were however systematically and willingly ignored by the major naval powers (Parks 2000). These attempts at naval disarmament were, by most accounts, a failure, be it the Washington Naval Conference of 1921 or the two London Naval Treaties of 1930 and 1936 (Roach 2002). Nevertheless, apart from the multilateral attempts to limit submarine aggression, there were also bilateral approaches regarding the topic. Most notably there was the Anglo-German Agreement, which stated that the Germans were permitted to rebuild their own naval fleet, as long as it was less than 35% of the British Commonwealth's total tonnage of combat vessels (Parks 2000).

3 Mahanian doctrine comprises of a strong emphasis in large fleet engagements, and that naval war is won through great decisive battles (Parks 2000).

2.4 WORLD WAR II

The use of submarines in the Second World War (WWII) was significantly more substantial than in the war of 1914-18. They were widely employed in the Atlantic, Mediterranean, and Pacific theaters, engaging in naval attrition given their newfound capability of performing against fleet units (Lautenschlager 1986). Therefore, the world saw intensified use of submarine units, which were now capable of conducting operations on their own and capturing key bases and ports only by subsurface, as evidenced by the German invasion of Norway in 1940[4] (Vego 2009). Furthermore, the role of submarines as trade disrupters was thoroughly maintained, for all of the inter-war attempts at limiting their offensive maneuvers against civilian and merchant vessels through international law were completely disregarded as neither side of the conflict cared to provide for the safety of passengers and crew members of attacked vessels, or even to give prior warning (Roach 2002). In the beginning of the war, Great Britain even prepared for a possible unrestricted submarine warfare engaged by the Germans. They made so by adopting the convoy system[5] in order to protect merchant ships, even with their imports already being reduced to a third of its pre-war volume. These measures carried out by the British, however, besides their usage of early sonars and radars, also proved to be insufficient, considering that, by 1940, the German *U-Boats* were sinking merchant vessels at a rate superior to that in which the British could build them (Hutchinson 2005).

Submarines were also an integral part of the longest battle of WWII: the Battle of the Atlantic, which began concomitantly with the war itself. In an extensive, constant attempt to cut supply lines, the North Atlantic witnessed uninterrupted use of submarines, battleships and aircraft in a war of attrition with over 100,000 civilian and crew men deaths (Holland 2018). The Bay of Biscay, on France's west coast, came to be known as the "Valley of Death" for *U-Boat* crew members, and the vast majority of these sinkings was performed by Allied aircrafts, which represented the biggest threat to submarines throughout the entire war – constituting a trait of what the literature knows as 'anti-submarine warfare'. In an attempt to counter the aircraft dominance over the *U-Boats*, the Germans began to modify some of their submarines into anti-air gun platforms meant for escorting, but this proved to be unsuccessful and all boats had been converted back by 1943 (Hutchinson 2005). The advancements made in submarine technology since the last war had been greatly utilized by the German *Kriegsmarine*[6],

4 The German invasion of Norway in 1940 began with the violation of the Nordic country's neutrality by U-Boat attacks on British vessels (Haarr 2009).

5 The convoy system implemented in WWII consisted of employing armed escorts to accompany merchant vessels (Delgado and Cussler 2010).

6 War Navy, in German.

which centered its efforts almost entirely on the development of the *U-Boat* fleet, considering they were smaller and cheaper to build and maintain in relation to conventional surface units (Holland 2018). Thus, the year of 1942 proved to be the most successful one for the U-Boats. Despite facing three intense operational challenges – (i) the dominance of the aircraft in WWII theaters; (ii) the quick advances in radar technology; and (iii) the US' entrance in the war –, they managed to maintain the upper hand in the Battle of the Atlantic, whilst also being set as the Allies' highest-priority target at the Casablanca Conference (1943) and attracting 250 patrol aircrafts from the US (Hutchinson 2005).

In the Pacific theater, the 1936 Treaty of London was immediately abandoned by both parties when the Japanese attacked Pearl Harbor in 1941, resulting in the US Chief of Naval Operations' order to "execute against Japan unrestricted air and submarine warfare" (Parks 2000, 361). Even though submarines have played an important role in sinking warships, the main fleet neutralizers were American aircrafts. The submarine's effect was in fact mostly through gradual attrition, having disabled more than half of Japan's warship tonnage (Lautenschlager 1986). Furthermore, the creation and improvement of new reconnaissance technology, such as sonar and radar, meant not only a higher *risk* of submarines being detected, especially by aircrafts, but also an improvement of their *own capability* to detect other submarines — even though these sensors' range was still heavily limited (Lautenschlager 1986). In a response to the aerial threat, starting in 1944, submarines were fitted with the snorkel, a device capable of channeling air from the surface, thus allowing the operation of diesel and the charging of batteries at periscope level, as well as increasing submerged endurance and time spent undetected. This new scenario resulted in a decline in *U-Boat* losses from aircraft fire (Hutchinson 2005).

2.5 THE COLD WAR

Right after the end of WWII, the International System (IS) came to witness the period now known as the Cold War. Rivaling in opposite sides not merely the two major winners – and the world's largest powers – of the previous war, the United States of America (US) and the Union of Soviet Socialist Republics (USSR), but also two distinct, divergent conceptions of world order and society, the Cold War was characterized by an ever-evolving, never-resting, worldwide arms race which engaged all sectors at once: the civil society, the government, the military, academia, amongst others. It is therefore in this war-effort context that the development of submersible vessels went through groundbreaking transformations and modernization: first with the introduction of nuclear propulsion technology, and second with the use of submarines as platforms for the launch

of ballistic missiles[7] and other kinds of weapons (Schelling 1966). In the US, as early as 1946, navy officials started taking part in nuclear research activities in Los Alamos, New Mexico, aimed not only at developing deep ocean-launched nuclear warheads, but also at making it feasible for an atomic-powered submersible vessel to be operational. Conversely, while the nuclear submarine was indeed an established goal, the US took on an equally bold, parallel project for the modernization of conventional submarines. In this regard, based on captured German U-Boats used in WWII – considered the most advanced submersibles at the time –, the US Navy got a process of reverse engineering underway, whose goal was to increase submarines' speed, depth, and silence. Such an effort became known as the Greater Underwater Propulsion Power (GUPPY) program (Delgado and Cussler 2011).

Although a handful of new submarines had come into existence in the late 1940s and from the 1950s onwards – the USS Torsk, USS Becuna, and USS Clamagore, to name a few –, perhaps the two most emblematic ones have been USS Albacore and USS Nautilus. Regarding conventional diesel-electric submarines, the USS Albacore (AGSS-569), operational in 1953, introduced a series of innovations in naval and hydrodynamic design, mainly by privileging submerged performance over surface competence. Soon enough, the USS Albacore would become the groundwork for most submersible ships built in the US or abroad, provided that its newly launched teardrop shape hull paved the way "for major advances in noise reduction, underwater speed and the use of low carbon (HY-80) as a structural steel" (Pike 2016, online). Almost in parallel, one year and one month after Albacore's launch, the US Navy would accomplish one step further in submersible vessels technology: the inauguration of USS Nautilus (SSN-571), the world's first nuclear submarine. Being equipped with a nuclear propulsion reactor meant that this new warship would achieve much higher speed and distances – without the necessity of surfacing to refuel – than conventional submarines. This whole picture enabled the USS Nautilus to reach unexplored spaces until then, fact that granted it the first trip underneath the polar ice cap and thus a submersible vessel's pioneering visit to the North Pole. As a consequence, the USS Nautilus heralded a Cold War scenario in which not only American submarines, but also foreign ones would navigate secretly, steadily through world seas, set to engage fire or otherwise take action whenever requested (Pike 2016).

In a military competition context, technology spreads fast. Therefore, right after the US' first accomplishments, the USSR was already engaged in research and construction of its very own nuclear-powered submarines under the umbrella of Project 627 Kit, which launched its first vehicles as early as 1958. Such program, whose NATO-designated codename was No-

7 The operational and strategic functions of both nuclear submarines and ballistic missile submarines (SSB) will be further analyzed in the "Statement of the Issue" section of the present study-guide.

vember, was only the start of the country's significantly vast fleet of nuclear submarines, which is now believed to have added up to more than 200 vessels by the end of the bipolar conflict. Amongst those, one could observe not only nuclear submersibles alone, but also plenty which possessed the extrafunction of carrying and launching ballistic missiles (Polmar 1986). Also on the heels of American naval technology, the Royal Navy Submarine Service, the United Kingdom's (UK) fighting branch for submersible vessels, joined the nuclear submarine race in 1960, when it commissioned its HMS Dreadnought (S101). The British were then followed by the French, in 1971, and later on by the People's Republic of China, in 1974 (Conley 2014; Gardiner and Chumbley 1995).

Within this context, it is worth pointing out that not seldom would the world's most prominent submarine commissioners – the US, the UK, the USSR, and France – sell already nationally decommissioned vessels to be used by foreign navies. As a matter of fact, an analysis over the two major offensive incidents involving submarines to happen in the Cold War may illustrate such a statement. The first one occurred during the Bangladesh Liberation War (1971), whose main belligerents were the Provisional Government of Bangladesh, alongside India, and Pakistan on the other side. At the time, the Pakistani Navy seemed to enjoy a significant advantage over India due to one particular fact: the existence of submersible vessels in its fleet. Indeed, such superiority enabled the Pakistani PNS/M Hangor (S-131) to engage fire and eventually sink an Indian frigate, representing the first launch of a submarine offensive since the end of WWII (Pike 2017). Conversely, however, during the very same war, another Pakistani submersible, the PNS Ghazi (SS 479), was sunk. Although the reason behind the sinking being still disputed, with alternative claims from India and Pakistan, some authors recognize this was the first time a submarine had been hit since WWII. All in all, apart from the details specified above, both Pakistani submersible vessels had an international provenance: Hangor had been built by France and Ghazi leased by the US. The second situation to be analyzed was the Malvinas (Falklands) War of 1982, fought between Argentina and the UK. Taking place in the South Atlantic, even with a small fleet of two submarines and only one fully operational, the Latin American country managed to go through a 28-days anti-submarine warfare (ASW) offensive led by the British without any losses. It was only after an extended period of the conflict that the UK's HMS Conqueror (S48) eventually hit and sank the cruiser General Belgrano. This was the first time a nuclear submarine engaged offensively (Wallace and Meconis 1995).

3 STATEMENT OF THE ISSUE

The technology involved in submarine watercrafts has evolved in terms of silence, effectiveness submerged, propulsion – conventional or nu-

clear –, and weapons systems. From the two Great Wars of the 20th century up to present-day, submarines have changed and new challenges have therefore arisen. The present section aims at analyzing a comprehensive set of contemporary debates concerning the development and deployment of submarines worldwide. The section thus begins with a thorough analysis on the engineering behind the development of submarines, with a special focus on the different forms of propulsion currently applied. The present section proceeds by approaching the different weapon systems deployed and launched by submarines, analyzing the strategic features of said structures and how they relate to the so-called "nuclear triad". Later on, we proceed to a debate on the controversies surrounding the use of nuclear power to propel submarines, exploring the so-called "loophole" of the topic, with a special regard to the Brazilian project of a nuclear-powered submarine. Next, the focus shifts to conventional submarines and their applicability nowadays, paving the way for a discussion over the militarization of international straits and sea lines of communications; within this context, international law governing submarine activities is also briefly analyzed at last.

3.1 ENGINEERING ASPECTS OF THE SUBMARINE

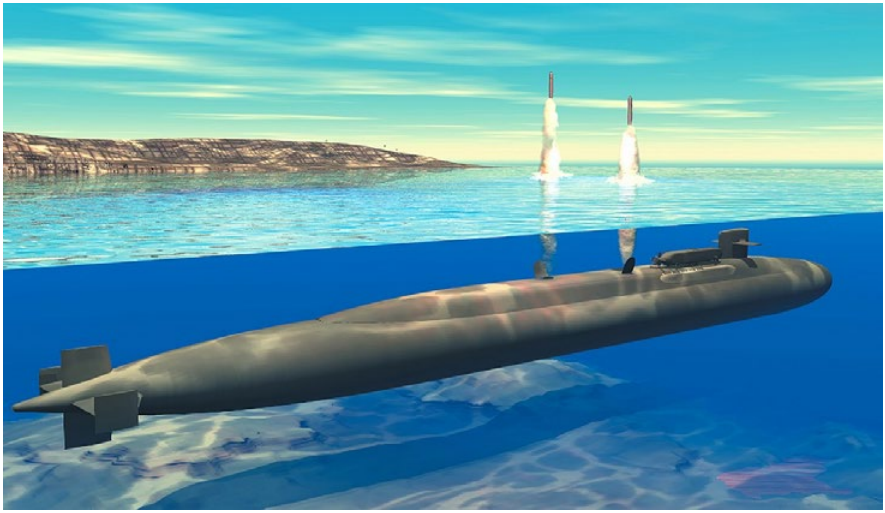
In the previous section of the present study guide, by analyzing the evolution of submarines based on a historical perspective, a noteworthy set of their technical aspects has been briefly and somehow inevitably explored. As a consequence, one may have been able to observe that each and every new technology installed in these submerged watercrafts throughout history has been so with the goal of increasing or otherwise enhancing five features in particular: (i) their hydrodynamics and therefore speed; (ii) the period of time operating without the necessity of surfacing; (iii) silence and undetectability; (iv) fire power; and (v) sensors for the surveillance of surrounding areas. Now, the focus of the present text shifts to a more thorough, deeper debate on these technical functions, thus aiming at verifying how the majority of 21st century-submarines are built, what defines their present-day shapes, and how their different methods of propulsion influence performance.

To start, we shall first didactically examine how the physics behind the submersion of such sizeable and heavy structures functions. In fact, the work made on submarines is to control the effects of a natural phenomenon that science knows as the buoyant force, which allows enormous vessels, ships, and even aircraft carriers to perfectly float in water without sinking. Buoyancy therefore operates as an upward pressure against the downward force of weight – which naturally pulls these heavy vehicles down –, due to the fact that these watercrafts weigh less than the full amount of water they would displace when completely submerged. In order to turn submarines partially immune to such a condition – not nullifying it completely,

but making it possible to choose the most suitable depth when submerged –, ballast/trim tanks are placed inside them. These tanks are flooded with water as the submersible dives in, turning the vehicle's structure denser than the displaced water and thus making the submersion possible (Brain and Freudenrich 2019).

From this debate on depth, pressure, and hydrodynamics, the discussion on the shape and composition of the submarine's hull arises. There are two main features one should bear in mind. First, that present-day submarines are most commonly designed with a torpedo-shaped hull – see Figure 1 below –, which allows for a better performance in terms of speed and slide than previous shapes – such as the teardrop one, whose priority was also surface efficiency. Second, that modern submersible vessels are usually made of two hull layers: (i) the light hull, on the external part of the structure, is the one that actually forms the shape of the submarine, therefore being composed of lighter materials and helping to maintain the integrity of the inside parts in case of a collision; and (ii) the pressure hull, a strong and heavy structure underneath the light hull, which is the one that does most of the work by preserving the atmospheric pressure of the submersible, thus making it feasible for both the crew and the systems to operate in diving depths (Polmar and Moore 2005).

FIGURE 1: OHIO-CLASS BALLISTIC-MISSILE NUCLEAR SUBMARINE



Source: Mizokami 2017b

Once the general idea of how submarines are able to dive in and navigate underwater is understood, as well as what their externals layers are

used for, we shall now proceed to a technical analysis on the distinct energy sources employed in the propulsion of these submersible vessels. Even though a handful of propelling forces have been used to apply movement to submarines throughout their evolution – such as human force, steam, and gasoline propulsion –, present-day technology is mainly based upon three methods: (i) diesel-electric transmission; (ii) air-independent propulsion; and (iii) nuclear power. We shall first analyze the details regarding diesel-electric submarines, which are commonly described as conventional submarines, and are usually labelled with the "SSK" abbreviation in the US Navy (hunter-killer submarine). According to the Pacific Marine Defense (2019, online), "when surfaced, these submarines operate a diesel engine for propulsion and to charge the Main Storage Battery. When submerged, the battery provides the sole source of energy for electrical propulsion, [...] allowing the submarine to operate underwater" (Pacific Marine Defense 2019, online). Out of this picture, one may come to the conclusion that a substantial disadvantage of deploying a large fleet of diesel-electric submarines is the necessity to surface the submersible from time to time, therefore perhaps disclosing the vehicle's location and compromising operations (Mizokami 2018c).

Alternatively, engineers have developed the technology of Air-Independent Propulsion (AIP), which has the capacity of making it feasible for conventional submarines to navigate exclusively submerged, without the necessity of surfacing to charge the electric battery. Even though this technique is rather old, dating back to German vessels in WWII, the methods employed have evolved and increased efficiency/silence. Now, AIP submarines, usually abbreviated as "SSP" by the US Navy, operate with "[...] a fuel cell that uses hydrogen and oxygen to generate electricity, and that has almost no moving parts, [...] generating a lot of energy with minimal waste product, and being very quiet" (Farley 2018, online). Accordingly, such a technology provides its utilizers with an interesting set of advantages – whose political implications will be further debated in the present paper –, but perhaps the most distinctive one is the fact that AIP devices can be installed in older diesel-electric submarines, enhancing their performance and lifespan (Farley 2018).

At last, we shall proceed to the evaluation of nuclear-powered submarines – a topic that will be extensively explored as this study guide unfolds. Labelled in the US Navy with the initials "SSN", nuclear submarines have revolutionized the field right after the end of WWII, with mainly the United States and the Soviet Union engaging in a naval arms race throughout the entire Cold War – as seen in the previous section. Nowadays, such method of propulsion is extremely relevant, and the performance advantages it provides are still pre-eminent. According to the World Nuclear Association (2019), nuclear submarines run on enriched uranium – around 93% in the newest US ones and 45% in third generation Russian vessels –, thus demanding a very small volume of material to generate a massive amount

of power without the necessity of surfacing. As a result, nuclear-equipped submersibles need only to be refuelled very rarely: most certainly running for at least 10 years, but with the possibility of lasting up to 50 – with an average of 25. Moreover, apart from the enduring lifespan of the fuel, nuclear reactors also make it feasible for submarines to operate in high speed for a long period of time – unlike conventional SSK and SSP ones, which endure only a few days at top speed (Hirdaris et al. 2014).

3.2 ARMING THE SUBMARINE

Once understood how submarines operate, what they are made of, and how they are propelled, we shall now proceed to an analysis over their weapons systems, which are integral parts of their structure, conferring most of their tactic and strategic advantages. As seen in the Historical Background section of the present study-guide, the end of the Second World War and the advent of the Cold War spurred substantial changes in the International System (IS). According to Baldwin (1995), the period's most distinctive features – the proliferation of nuclear weapons and the rivalry between the two most prominent WWII winners – prompted an unprecedented investment of resources and human capital in research on two main fields: formulation of international strategy and technological advancements in the military-industrial complex. The most probable outcome to this scenario would have been highly dynamic transformations in war machineries and defense systems; and hence it was indeed (Buzan and Hansen 2009). This whole picture still plays a crucial role in the field of International Security Studies (ISS), provided that it has paved the way for the enhancement of each and every system or device involved in the process of producing and delivering a nuclear warhead or otherwise defending against one.

In this context, it is worth highlighting that this entire process was in fact heavily influenced by the states' necessity to enhance their deterrence capabilities. Mazarr (2018) conceptualizes deterrence as "the practice of discouraging or restraining someone – in world politics, usually a nation--state – from taking unwanted actions, such as an armed attack" (Mazarr 2018, 2). In the period's bipolar dynamics, the possession of a credible nuclear arsenal was a primary, crucial feature of one's deterrence strategy, so as to make the adversary aware that a potential attack would be responded with equal or even higher destruction – what is often regarded as a second-strike capability (Mazarr 2018). Additionally, and perhaps hereinafter more importantly, the capability of launching an immediate reprisal was also an essential trait for deterrence, and submarines would play a decisive role in this regard, mainly by allowing states to strategically position offensive systems in high seas or otherwise closer to the enemy's mainland. Initially, however, an effort was necessary to introduce better, more

advanced technology into existing submarines, in such a way as to make them compatible with strategic purposes. Delgado and Cussler (2011, 188) summarize the debate above by stating that WWII experience:

> [...] had shown that the next generation of submarines had to be faster, quieter, spend less time exposed and vulnerable on the surface, and be capable of diving deeper than subs had hitherto gone. Consideration also needed to be given to the new types of weapons, particularly rockets and missiles, and how they could be adapted to submarines. In addition, a new oceanic strategic frontier, the Arctic, had opened during the war, and future conflicts might well require submarines that could extensively navigate and fight beneath the ice.

The intention to introduce better technology to submarines has been virtually fully achieved now. With both nuclear propulsion and the enhancements of diesel-electric and AIP conventional submarines, submarines are perfectly fit for the task of carrying, launching, targeting, and delivering a variety of armaments suited both for offensive and defensive purposes. In early stages, and especially in WWII, submarines were mainly armed with torpedoes[8], which continued to be an important asset in the Cold War and, to a certain extent, until the present day. According to the NMAH (2000, online), both ballistic missile submarines and "fast attacks [submarines] carry torpedoes; for SSBNs[9] they provide self-defense, for SSNs/SSKs they serve as primary weapons", meaning that, in SSBNs, their role is to defend the integrity of the submarine against enemies' surface vessels or other submarines, and, in SSNs/SSKs, the torpedoes are the themselves the offensive weapon of such kind of submarine, and not only a defense mechanism. Even though the relevance of torpedoes definitely cannot be denied, there currently are categories of submarine-launched weapons which play a larger role in the contemporary debate on submarine watercrafts, and thus the present subsection focus its approach on them. First, the so-called "strategic" submarines are analyzed, referring to the ones, usually nuclear-powered, which may carry and deliver ballistic missiles (nuclear-powered ballistic missile submarine, SSBN; and submarine launched ballistic missile, SLBM). Later on, we proceed to an observation over the so-called "tactical submarines", which range from SSK, SSG (guided-missile submarine) up to SSGN (nuclear-powered guided-missile submarine), among others.

8 "A torpedo is a long metal cylinder with an explosive warhead, propelled through the water by an internal combustion engine or batteries. Modern torpedoes are wire-guided: a thin wire spooling from the torpedo links it to the submarine's fire control computer, from which guidance commands in the form of digital electronic signals flow. Although torpedoes might still be targeted against surface ships, U.S. submarines during the Cold War usually focused on other submarines" (NMAH 2000, online).

9 As provided by the IISS (2019), the list of abbreviations is as follows: (i) SSN, nuclear-powered submarine; (ii) SSGN, nuclear-powered guided-missile submarine; (iii) SSBN, nuclear-powered ballistic-missile submarine.

3.2.1 BALLISTIC MISSILE SUBMARINES

Ballistic missile submarines were first widely employed in the Cold War by the two confronting superpowers and have been evolving since then. As its very name indicates, such vehicle is able to carry and deploy submarine-launched ballistic missiles (SLBMs), which may vary on range (short, medium, or intercontinental, with a significant predominance of the latter when it comes to submarine-launched structures) and on the content of its warheads, with the possibility of delivering a nuclear warhead on enemy areas. Also, ballistic missiles are called as such due to the fact that, "like the shell from a gun, they receive a brief but powerful initial impetus (from a rocket motor), then follow an unpowered ballistic trajectory after launching" (NMAH 2000, online), different from other kinds of missiles that are otherwise guided. Modern SLBMs count on a technology which enables them to reach many targets with the use of only one missile by deploying the so-called multiple independently targetable reentry vehicles (MIRVs). Due to said set of operational advantages, ballistic missile submarines have been determinant assets to deterrence, mainly because they are the ones which may contain SLBMs, thus being included as the second main force structure forming the so-called "nuclear triad". The nuclear triad is composed of assets that, combined, grant to a country a credible and assured capability of destruction; namely, the assets are land-based intercontinental ballistic missiles (ICBMs, land), submarine-launched ballistic missiles (SLBMs, sea), and strategic bombers (air). This nuclear triad is a condition exclusively owned by the United States, Russia, and China, ensuring the countries' ability to (i) defend against an enemy first-strike nuclear attack and (ii) guarantee a credible second-strike capability in case (i) happens. Furthermore, since ballistic missile submarines are usually – however not always – nuclear-powered, they also run blue-water operations, possessing a cross ocean capability and being able to remain underwater for months – fulfilling its purpose of being stealthy and of identifying and disclosing enemies' positions (Polmar and Moore 2005).

As it happens when analyzing the current owners of nuclear-powered submarines, when we observe the development and possession of ballistic missile submarines worldwide, we perceive that it depicts a very narrow, restrict group of states. Nowadays, only France, India, China, Russia, the United Kingdom, and the United States have active classes of said vehicles, but the development of its very own ballistic missile submarine by North Korea might present itself as a game changer. The US operates its Ohio-class, with 18 vessels currently in service, while Russia possesses its Borei (3), Delta (9), and Typhoon (3) classes in service; although China accounts for a smaller number, with one Type 092 and five Type 094 now in service, it is increasing its fleet with eight more planned. As a matter of fact, with the end of the Cold War and the de-escalation of the bipolar tensions, one

could argue that ballistic missile submarines entered a period of stagnation, with several older units being decommissioned in both sides and with a significant reduction in the production of new ones. This picture does not mean, however, that the significance of such watercrafts has been nullified. In fact, it might perhaps mean that the strategic landscape is shifting, and that the distribution of power worldwide now counts on new, emerging players, what can be witnessed by the investments of both China and India in such technology. Also, as said before, even though ballistic missile submarines do not usually engage fire, their main role is to enhance a country's deterrence capabilities, meaning that even in 'peacetime' they remain necessary (Polmar and Moore 2005; Jha 2016).

At the same time, there is a growing need for improving existing ballistic missile submarines or otherwise introducing new technologies to upcoming ones, so as to enhance their abilities related to stealth and to the support for other forces. This is mainly tied to the fact that anti-submarine warfare (ASW) capabilities are evolving, generating a threat to said underwater vehicles, and that missile defense systems are rapidly proliferating, making it harder for the submarines' deterrence to be credible and even for SLBMs not to be intercepted in a case of a strike. To illustrate such a view, if we analyze, for instance, the deployment of SLBMs in the Pacific by China, these missiles "would have shorter flight times and more unpredictable attack trajectories, compared to ICBMs launched from mainland China or SLBMs launched from Chinese coastal waters" (Zhao 2018, 29), meaning ultimately that these SLBMs deployed in the Pacific would be more suitable if the need to penetrate, in this example, US anti-missile defense arose. The increasing missile defense presence of the US in Asia, such as with the Terminal High Altitude Area Defense (THAAD) system in South Korea and the AN/TPY-2 radars in Japanese territory, put Chinese authorities and striking capabilities on alert: "these assets could help detect and track Chinese SLBMs launched from Bohai Bay, the Yellow Sea, and the East China Sea" (Zhao 2018, 33).

3.2.2 CRUISE MISSILE AND ATTACK SUBMARINE

Cruise missile submarines are the ones which carry and launch guided missiles and are usually labelled with the initials SSG. Even though they serve a different purpose from ballistic missile submarines, they can also provide its employer with a larger range, and, additionally, with the ability to cruise in lower heights than SLBM. Also differently from SLBM, cruise missile submarines have already engaged fire in wartime. According to Kuhlmann (2000, online), "Operation Desert Storm (1991) saw the first employment of the Tomahawk Land Attack Missile, or TLAM; [...] the USS Louisville (SSN-724) and the USS Pittsburgh (SSN-720) [submarines], participated in the strikes, launching 12 missiles". It, thus, means that cruise

missile submarines are fit for the task of delivering said missiles in land, but, besides that, they also function as a means of targeting enemies' vessels operating on the surface, therefore being important assets against anti-submarine warfare. Also, due to such feature, cruise missile submarines are used to protect ballistic missile submarines in the case of an ASW maneuver. In the United States Navy, there are currently 4 SSG of the Ohio-class, each capable of launching 154 Tomahawk missiles; even though it means a steady strike-power capability, these guided missile submarines have actually been converted from higher versions due to the US's commitments set forth by the Strategic Arms Reduction Treaty (START II). In this sense, the Russian Navy also counts on SSG of its own, with 8 Oscar-class submarines currently in service. Apart from the use of submarine-launched Tomahawks in the context of the Gulf War, the US has delivered SSG-launched cruise missiles in Libya, during Operation Odyssey Dawn (2011). Furthermore, on February 2019, Iran has made public its first nationally-developed cruise missile submarine, which is aimed at operations in the Oman Sea according to Navy authorities, also contributing to the rising tensions between the country and the United States (Regencia 2019).

At last, we now approach the so-called attack submarines, which are, no doubt, the most commonly deployed and sought-after by both established naval powers and developing ones. Their main purpose and ability is to target and strike other submarines and surface vessels, both for military and civilian uses, as for the case of merchant ships. Although attack submarines might be both nuclear and conventionally-powered, the latter prevails, except for the navies of the United States and the United Kingdom, which run entirely nuclear fleets. Moreover, attack submarines might also be used for traditional Intelligence, Surveillance and Reconnaissance (ISR) activities, as well as for mine warfare underwater and for the support to operations of both ballistic and guided missile submarines (United States Navy 2019). Many states worldwide count on such submersible watercraft in their navies, especially countries with large, extensive coastlines such as Australia, Brazil, Japan and Nordic nations.

3.3 THE DEBATE ON THE NUCLEAR-POWERED SUBMARINE (SSN)

Now, bearing in mind the previous discussions on structure and weapons systems of submarines, we shall proceed to a debate on the nuclear-powered submarine, aiming at presenting the main points of concern related to this sort of technology in the present day. As of 2019, according to the International Institute for Strategic Studies (2019), only six countries possess nuclear-powered submarines: namely, the United States, the Russian Federation, the United Kingdom, France, the People's Republic of China, and India. This sort of technology provides its operator with a substantial set of tactical advantages. To name a few, while a Russian Project

877 Paltus diesel-electric attack submarine can only operate for 45 days with a 37 km/h speed, a Russian Project 885 Yasen nuclear submarine is capable of running a 65 km/h speed for a virtually unlimited endurance. On the other hand, one must also regard the costs implied in the production of these different kinds of submersible vessels: if a unit of Project 877 Paltus costs USD 250 million, the first-of-class of Project 885 Yasen amounted for a total of USD 1,6 billion – and the second vehicle even more, achieving a sum of USD 3,5 billion (Pike 2019; Majumdar 2014). Overall, it means that nuclear propulsion is not an inexpensive, low-priced technology, but instead a cutting-edge – albeit rather old – feature of contemporary navies, fact that often distances developing or somehow less military-focused states from acquiring it.

Furthermore, an analysis on the current owners of nuclear-powered submersible vessels allows one to notice that they perfectly match the recognized nuclear-weapon states party to the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons (henceforth NPT) – except for India, which has neither ratified nor acceded to the treaty. In force since 1970, the NPT is the most comprehensive multilateral framework for the non-proliferation of nuclear weapons, now counting on around 190 adherents worldwide. However, as stated above, the treaty recognizes the existence of nuclear-weapons states, which are the ones who possessed said weapons prior to 1967 – namely, the US, Russia, the UK, France, and China. Even though it requires these countries to reduce and eventually give up their arsenals, such a demand has not yet been enforced, fact that paves the way for criticism, especially amongst the developing world, that the NPT promotes discrimination, exclusivism, and disproportionate deterrence in favor of the *status quo* superpowers. Despite such context, one of the pillars of the treaty is the promotion of the peaceful uses of nuclear technology; in this sense, an extremely important aspect for the topic in hand is the fact that the NPT does not prohibit nor addresses the issue of maritime and submarine nuclear reactors (Shea 2017). In other words, it is to say that a state party to the treaty, if in possession of the necessary technology to build its own nuclear-powered submarine – which, as mentioned above, is rather expensive and not available to all –, would not be violating its requirements. This situation, however, generates a significant debate on the boundaries of non-proliferation when it comes to non-strictly belligerent uses of nuclear power, as presented below.

Overall, the literature on the matter is divided between, on the one hand, the ones who argue that nuclear propulsion for watercrafts falls under the umbrella of Non-Prescribed Military Activity (NPMA) and, on the other hand, the ones who consider there is a loophole in the regulations brought forth by the international nuclear regime when it comes to maritime propulsion. We shall focus our efforts on the latter, which is in fact the view that raises the controversy and that thus generates discussions. More precisely, the main concern regarding the deployment of nuclear power to

propel submarines is that the state involved would have the possibility to divert the fuel for the production of nuclear weapons, which would then be a violation of the NPT. For decades, such a concern has not acquired full relevance on an international level, mainly "because all countries that produced and operated nuclear submarines were either Nuclear Weapon States or non-NPT members with nuclear weapons (India), which means that it was taken for granted that they had nuclear material for explosive devices" (Costa 2017, 2). More recently, however, new actors have started to take a stand and advocate for their own nuclear-powered submarine – such as Iran and specially Brazil, whose case will be further analyzed in the present section –, hence opening up a loophole over the status of a non-nuclear weapon NPT state with a nuclear submarine. The table below summarizes the information aforementioned by highlighting the fact that Brazil opens up a new frontier of debate in the development of nuclear--powered submarines: the case of NPT members without nuclear weapons now pursuing their own nuclear submarine.

TABLE 1: WORLD DISTRIBUTION OF NUCLEAR-POWERED SUBMARINES

COUNTRY	NUMBER OF UNITS	STATUS	NON-PROLIFERATION TREATY[10]
United States	SSN (4); SSGN (49); SSBN (14)	Active	Ratification (NWS)[11]
Russian Federation	SSN (16); SSGN (9); SSBN (10)	Active	Ratification (NWS)
France	SSN (6); SSBN (4)	Active	Accession (NWS)
United Kingdom	SSN (6); SSBN (4)	Active	Ratification (NWS)
China	SSN (6); SSBN (4)	Active	Accession (NWS)
India	SSN (1); SSBN (1)	Active	Non-signatory (non-NPT member with nuclear weapons)
Brazil	SSN (1);	Planned	Accession (no nuclear weapon)

Source: IISS 2019

10 According to the United Nations' glossary for treaty-related terms, ratification and accession have the same legal value, with both indicating that a certain state is bound to the treaty or convention in hand. The major difference relies on the fact that an accession takes place when the treaty has been already agreed upon and therefore entered into force (United Nations 2019).

11 Nuclear Weapon State (NWS) recognized by the Non-Proliferation Treaty (NPT).

This loophole, ambiguity or gap in the legislation was not unforeseen. As it happens, before its final drafts were appraised, NPT negotiators intentionally left the issue of nuclear propulsion unaddressed in the treaty texts. The main reason for such a situation to happen derives from the fact that, if the NPT really wanted to pave the way for a genuinely international disarmament regime, it would have to take into account several and unconnected interests from different states. As Kaplow (2015) stresses, at the time, both Italy and the Netherlands were in the process of planning their own nuclear-powered watercrafts, and the UK feared strict treaty regulations would then harm their imports of nuclear reactors. All in all, it was the case for leaving a few rulings behind in order to gather wide support, especially from reliable Western allies, for the entire treaty text. As a consequence, the agency that ended up being responsible for the matter of military naval reactors was the International Atomic Energy Agency (IAEA), but instead of conducting inspections itself, the institution was designated to operate by receiving reports from states, which would then declare their moves: "when exempting nuclear material from safeguards for nonexplosive military use, states must declare the activity and the amount of material employed [and] provide assurances that the material will not be used for nuclear weapons" (Kaplow 2015, 187). In other words, such a process is, to a certain extent, open for deception.

Several technical issues arise from the discussion over the production of naval nuclear reactors carried out by non-nuclear NPT countries; the extent to which the uranium is enriched, however, is perhaps the most pressing and therefore relevant one to the present study guide. In general, one may rank the uranium used for naval reactors in three categories: (i) weapons-grade uranium, consisting of 90% of enrichment, which can be instantly, directly diverted to a nuclear weapon; (ii) highly-enriched uranium, accounting for 20% of enrichment or above, which is regarded as having the potential to be easily turned into a nuclear weapon; and (iii) low-enriched uranium, less than 20%, meaning that in this case it would be difficult to divert the material to produce a nuclear warhead. To put this into perspective, "uranium for land-based nuclear reactors is usually enriched to around 3,5% - 5% U-235. Therefore, from a nuclear nonproliferation standpoint, risks would be minimized if nuclear reactors had [...] less than 10% U-235 as its nuclear fissile material" (Costa 2017, 2). In this context, it is necessary to stress that the group of countries which have national, indigenous enrichment programs is extremely select. Only France, China, Russia, and the Urenco Group – a nuclear fuel company that operates enrichment sites in Germany, the US, the UK, and the Netherlands – play the predominant roles in the international uranium enrichment market, whilst others such as India, Brazil, Japan, and Iran possess facilities capable of enriching uranium to meet a submarine nuclear reactor's needs and standards. As a matter of fact, the nonproliferation regime, mainly represented by the NPT, does not clearly prohibit a state from developing its very own ura-

nium enrichment facility, to the same extent that a state already in the possession of such facilities is indeed allowed to provide enriched uranium to a third part, as long as the material is to be used for peaceful purposes (von Hippel 2018).

Accordingly, the case of the Republic of Korea (hereinafter South Korea) is worth pointing out in order to illustrate such a situation. South Korea, not long ago, has expressed its will to pursue a national nuclear-powered submarine, but it is also the only country to have done so without first possessing a uranium enrichment facility. Therefore, in order to proceed with its plan, the country would need either to build its own national enrichment plant or import material from a second part – most likely the US, South Korea's most reliable security partner. The very point is that the US is somehow reluctant in cooperating with such a plan, due to two main reasons: first, it is believed that a naval nuclear reactor in South Korea would damage the negotiations over the denuclearization of the Democratic People's Republic of Korea (North Korea); and second, that the US is a member of the Nuclear Suppliers Group, which explicitly has amongst its guidelines the discouragement of the spread of uranium enrichment facilities worldwide (von Hippel 2018). From South Korea's case, one may observe that, although the loophole in the regulations of nuclear naval reactors indeed exists, technological barriers and political constraints also take place, and therefore that the access to the nuclear-powered submarine is not as simple as it seems – a trait that will perhaps become clearer when the Brazilian case is analyzed.

Pragmatically, an international debate over the naval propulsion loophole is still pending. World leaders and diplomatic authorities are yet to come to the table in order to figure out how to solve the loophole, and to observe whether there is political will to do so. When and if it is carried out, three features in particular should be borne in mind. One would first have to analyze whether a naval nuclear propulsion program should be placed under international inspections, and which should be the institution responsible for executing them. The IAEA is often regarded as the most suitable organ to do so, due to the role it already plays towards non-proliferation. At the same time, however, states developing their nuclear submarine could argue such inspections would potentially touch sensitive information on military strategy and capabilities, therefore jeopardizing national sovereignty. Second, when debating the loophole, the representatives involved should assess the supply of nuclear technology to the construction of submarines. As seen above, such technology is not available for all, and states interested in adding nuclear propulsion to their naval fleets would certainly need international technical cooperation, either for the transfer of nuclear submarine technology or for the supply of enriched uranium, or both. Accordingly, an alternative to tackle the spread of naval nuclear technology could be an international agreement limiting or otherwise prohibiting the supply of raw material and expertise to the development of

the nuclear submarine, which could be established within the frameworks of the Nuclear Suppliers Group or via a newly-settled agreement. At last, an option to close the loophole would be to regulate the level of enrichment of the uranium used, instead of a complete ban on nuclear submarines themselves. It would thus mean that states would be allowed to develop nuclear-propelled submersibles, as long as they ran on low-enriched uranium (less than 20%) – in order to a weaponization to be unfeasible. This last alternative is actually rather realistic in terms of international adherence, provided that "only the US and the UK use weapon-grade nuclear material in their nuclear submarines, and China and France already use low-enriched uranium to fuel their naval reactors" (Kaplow 2015, 197).

3.3.1 A CASE STUDY ON THE BRAZILIAN NUCLEAR-POWERED SUBMARINE PROGRAM

The choice to analyze the Brazilian case more closely is neither trivial nor only due to the fact that it is now the most concrete, tangible situation of a non-NWS country pursuing its own nuclear submarine; instead, it aims at showing that such a situation is intrinsically political, and that there is a rationale behind Brazil's plea. When addressing nuclear and other forms of sensitive technology, dominating literature usually tends to excessively focus on recommending regulations and barriers towards non-proliferation, whose burdens are usually put on the developing world, whilst very little is voiced when it comes to demanding disarmament of established military powers. In this regard, Brazil's position allows one to observe why a developing country would be interested in developing its national nuclear submarine, and which arguments such states could use to back up their claim on an international level. To summarize such a view, Silva and de Moura (2016, 617) stress that Brazil perceives "the restrictions imposed by the world powers related to so-called sensitive technologies a[s] a tool to maintain the *status quo* and hamper the technological progress of developing countries".

The Brazilian plea for the nuclear submarine has everything to do with development and prestige. Brasília reckons that the program combines the navy's demand for an advanced, strategic vessel and the government's will of using nuclear technology for peaceful uses as a means of enhancing the country's stand in the international arena in both economic and political terms. Although it has been officially established in 1979, when then President Ernesto Geisel approved the Brazilian Navy's nuclear submarine, the program – or the distant idea to carry out the program – dates back to two decades behind that. As early as the 1950s, Brazil was already involved with the matter of nuclear technology, back then only having an agreement with the United States to buy two research reactors. Almost twenty

years later, such a partnership would prove itself unreliable and troublesome, provided that the US refused to supply the enriched uranium, which was the most necessary piece of the nuclear apparatus under development. As a response, Brazilian authorities opted to look for new strategic partners in the field, fact that would then result in the Brazil-West Germany nuclear-cooperation agreement to develop eight new nuclear plants and to transfer uranium enrichment technology to the South American country. Throughout this whole process, Brazil has always stressed its strong commitment to non-proliferation and to the peaceful uses of nuclear technology, whilst also criticizing the North-South technological gap and the reluctance of *status quo* superpowers on embracing their disarmament obligations. Even though the partnership with the Germans has been more fruitful when compared to the frustrating experience with the Americans, several difficulties still arose, and eventually Brazil opted to follow an independent path, proceeding to the development of its very own, indigenous uranium-enrichment capability in 1979 (Silva and de Moura 2016).

At the time, there was a widespread perception, within both the military and the government, that the nuclear submarine was a "way to increase strategic capacity to operate far from the coast and, at the same time, develop a technology considered vital to national development" (Silva and de Moura 2016, 623). Therefore, throughout the 1980s, the program received energetic support derived both from the government and the Navy itself, fact that would then result in the inauguration of the first uranium enrichment centrifuges in the country. After that, however, the nuclear submarine suffered a twenty-year period of stagnation, with little or no political will and economic resources to carry it out. Such a situation would only be reversed in 2007, when then President Lula da Silva initiated the so-called "institutionalization" phase of the nuclear submarine program. This maneuver was formalized in the Brazilian National Defense Strategy of both 2008 and 2012. The latter, in particular, emphasized the necessity of protecting national natural resources in spaces such as the Amazon and the South Atlantic, therefore justifying the country's plea to the nuclear submersible vessel (Silva and de Moura 2016).

In practical terms, in 2008, an agreement between Brasília and Paris was signed. It was settled that France would provide Brazil with the technology of its diesel-electric Scorpène-class submarine, and the latter would then use such expertise to build one nuclear and four conventional submarines of its own. Analytically, one may observe that Brazil benefits in two levels: first because it shortens the time and the steps necessary to the construction of the submarines; and second because the transfer of technology reduces Brazil's foreign dependency (Silva and de Moura 2016). Technical details now available indicate that the Brazilian nuclear submarine, officially named Álvaro Alberto (SN-10), will be larger in size than the French Scorpène and Barracuda classes, but that it will possess a shorter time without refueling. The issue concerning the level of uranium

enrichment, however, is the one that still raises concern internationally. Even though the Brazilian Navy has affirmed, in 2014, that the material for the reactor will be enriched from 6 up to 8%, alternative sources and previous official statements (2005) suggest the numbers might also reach 18-19% (Costa 2017). Such aspect is central to the discussion, given the debate presented above on the different levels of enrichment and their respective potentials of weaponization.

Even though a very narrow set of non-NWS has sought, with different levels of engagement, the idea of deploying nuclear submarines in their navies – according to von Hippel (2018), only Brazil, Iran, Australia, South Korea, and Canada, and Shea (2017) also adds Argentina, Japan, and Pakistan –, this issue also relates to future possibilities and to debates yet to happen. In other words, within United Nations forums, or even in the context of an NPT Review Conference, states outside said group might also advocate for their right to access new technologies in military affairs – such as the nuclear submarine –, therefore emulating the somehow traditional divergences between the developed and developing worlds. Furthermore, apart from the issues of the aforementioned North-South technological gap, naval nuclear reactors – which can be used to propel not only submarines, but also other kinds of surface watercrafts – possess significant value to other maritime activities, such as for icebreakers operating in the Arctic. Russia is a leading player in this regard due to its sizeable fleet of such ships, and "additional states bordering the Arctic Ocean may pursue nuclear-powered icebreakers in the future" (Shea 2017, 8). In this sense, an analysis over the case of Brazil helps one to illustrate how emerging military powers might reckon and act towards the possibility of developing their own nuclear submarine and other kinds of nuclear-propelled vessels, at the same time as handling international criticism and abiding by their non-proliferation commitments. Also, as highlighted by Kaplow (2015, 193), "here [in the case of Brazil], the concern is less about the risk of Brazil diverting material to a nuclear weapon program and more about the precedent this activity sets for other NPT non-nuclear member states", meaning that debates on the Brazilian case are to set the tone for developments and initiatives on an international scale.

3.4 THE DEBATE ON THE CONVENTIONAL SUBMARINE

Nuclear submarines do provide a handful of tactical and strategic advantages to operators, but their construction and deployment also imply the disbursement of heavy financial resources and a variety of legal controversies, therefore making the nuclear path sometimes unappealing. As a result, such disadvantages of naval nuclear propulsion end up turning conventional submarines into a viable and safe choice for states. However, even though the access for diesel-electric and air-independent propulsion

(AIP) submersible vessels is easier and less controversial, it does not mean that conventional submarines are unimportant, minor assets of a country's navy. Instead, their deployment generates both tactical and strategic benefits, and as such they are sought after by many states. Unlike the scenario set for nuclear-powered submarines, the possession of conventionally-propelled submarines (diesel-electric and AIP) is not limited to a narrow group of six states; instead, around forty countries worldwide now operate at least two conventional submersible vessels each. As an instance of the relevance of said submarines in quantitative terms, the Democratic People's Republic of Korea (hereinafter DPRK), Iran, and Japan, amongst others, appear on the list of the states which operate the world's largest submarine fleets: 73, 21, and 20 each, respectively; not even a single one of those, however, is nuclear-propelled (IISS 2019). Bearing all of this in mind, the present subsection sets out to briefly analyze the role played by conventionally-propelled submarines nowadays, highlighting both the advantages of choosing AIP or diesel-electric propulsion and the challenges derived from the proliferation of said submersible vessels.

First things first: it is unquestionable that the most common approach to the case for conventional submarines is cost-related. Given the fact that the entire US submarine fleet is currently nuclear, there is a wide national debate on the outcomes of stepping it up with new diesel-electric and AIP units, and this discussion's spillover effects are definitely international. In summary, the main argument revolves around the assumption that conventional submarines enable a state to numerically increase its fleet, mainly due to the lower financial resources necessary to build or otherwise acquire said vessels. Walker and Krusz (2018, online), for instance, commenting on the status of US forces, highlight that "[...] for the price of one Virginia-class sub [nuclear-powered], the Navy could buy six or seven conventional submarines of the German Type 212 class". By augmenting its fleet, the state would then be able to improve its standing in a crucial point within war strategy and deterrence: resiliency – meaning that said nation would have at its disposal more submersible vessels for a longer period of time, therefore being capable of sustaining combat longer, even if some of the vessels were destroyed, damaged, or otherwise unsuited for combat. In an environment of superpower competition, one might also want to observe that both Russia and China are increasing their fleets of conventional submarines (hereinafter SSK), in such a way that, from the perspective of resiliency – and also not taking into account the role of other military assets and systems, such as aircraft carriers, surface vessels, and so on – US forces could be outnumbered in wartime (Holmes 2019). Concluding accordingly, "a nuclear submarine is arguably a good investment if it lasts the entire expected lifespan; however, if war breaks out and submarines are lost, the U.S. Navy could not keep pace with its adversaries, economically or industrially" (Walker and Krusz 2018, online).

Cost and quantity, however, are not the only factors involved in the

case for conventional submarines. As a matter of fact, recent developments and improvements in air independent propulsion (AIP) have prompted significant changes to the scenario in hand. Both AIP and diesel-electric submarines are now substantially quieter and more effective than previous ones – especially if one is to compare with structures used back in WWII or in the Cold War, almost thirty years ago –, therefore contributing to their performance when it comes to stealth and endurance submerged. Walker and Krusz (2018, online) state that, now, "AIP submarines can operate at a patrol-quiet state or rest on the seabed for several weeks without surfacing; German Type 212 submarines can stay underwater without snorkeling for up to three weeks, traveling 2,400 kilometers or more". Also, even though nuclear submarines possess the advantage of not needing to surface from time to time, their physics turn them into somehow easier targets to Intelligence, Surveillance and Reconnaissance (ISR) systems: their structure – hull, engines, etc. – is larger, the turbine is noisier, and their nuclear reactor generates substantial heat, warming up the water they leave behind and thus "making them more detectable through either acoustic, infrared or magnetic sensors" (Wang 2016, online). Actually, stealth is one of the submarine's most sought skills, and it basically entails the ability of not being noticed or having its location disclosed by enemy forces when running down the ocean, either in blue-water – that is, across open and deep oceans, operating globally, usually performed by nuclear submarines – or littoral waters, task for which conventional submarines are suitable. The German Type 212 and Swedish Saab A26 classes, both non-nuclear, are now amongst the so-called "stealth submarines", whilst Russia, China, and Japan are also investing heavily (Mizokami 2019).

So far, two aspects of the case for conventional submarines have been presented: cost and improvements in performance. A third is perhaps the most important one, and it is related to the different purposes between conventional and nuclear submarines. As stated above, nuclear-propelled submersible vessels are suitable for blue-water operations, ready to engage and support activities on a global scale, even in the context of a direct superpower confrontation across oceans, as in a traditional Cold War scenario of threat perception. Nowadays, however, the situation we face revolves mainly around regional conflicts, in such a way that littoral combats are more likely to take place, therefore paving the way for the increase of interest in SSK, even if they are to work merely as a supplementary force to the nuclear fleet (Walker and Krusz 2018). Summarizing said scenario,

> SSKs lack speed, but the size of an SSN limits effective deployments in the littorals and estuaries, and its size gives a larger echo strength, increasing the probability of detection. Thus, there are operational missions for which SSNs are not suited. The 7,000+ tonne displacement of the USN's Virginia-class and the Royal Navy's Astute-class arguably makes them too long and too high from keel to periscope to operate effectively in shallow waters. While the French Barracuda-class [nuclear] is smaller, the boats are still not

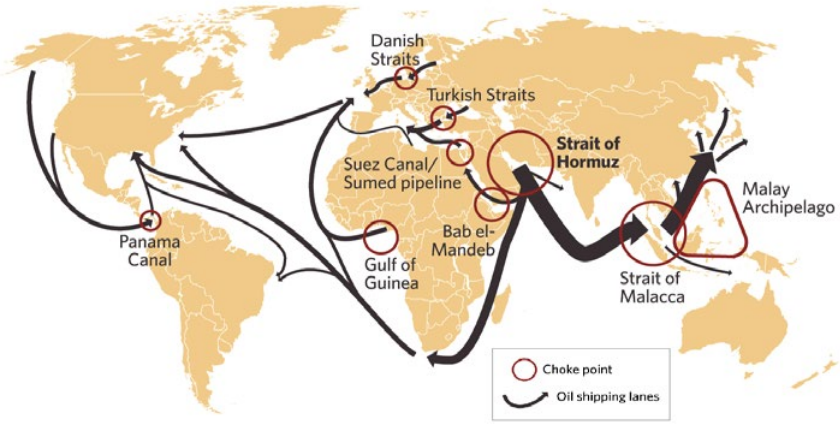
> particularly suited to operations in littoral zones compared to smaller, low--signature SSKs. Conversely, due to a lack of mobility, SSKs are not suited for support of fast-moving surface forces (Ohff 2017, online).

Furthermore, apart from size, nuclear submarines also have the issue regarding the heat their reactors generate; that said, they have the need to remain in deep, colder waters, rather than in shallow ones (Walker and Krusz 2018).

Additionally, while conventional submarines play a quite significant role in the case of a regional interstate confrontation in close-to-coast waters, this is not their only applicability. As it happens, national security gets everyday more intertwined with a country's energy and economic security, in such a way that the maintenance of safe maritime routes to goods and energy supplies is imperative to states' defense strategies. SSKs are thus fit for the task of securing a country's shipping lanes and commercial facilities, such as harbours. In the case of Australia, for instance, whose borders are fully maritime, the country's imports and exports, mainly of gas and coal, depend heavily upon maritime security, and, when considering that Australian offshore oil fields are located in shallow waters, in a depth of around 200m, conventional submarines are definitely a crucial asset to the maintenance of energy security (Ohff 2017). In a broader perspective, furthermore, conventional submarines play a very important role in securing sea lines of communication (SLOCs) and maritime chokepoints.

Before moving forward, it is first interesting to analyze in short these two concepts. Basically, SLOCs are the main maritime lines used for international trade and by military forces, and they are classified as such because they usually reflect the easiest, shortest route for a watercraft to navigate, considering the geographical formation of the Earth's oceans and land masses (Klein 2007). SLOCs relate to maritime choke points because they usually go through them, given the fact that maritime choke points are straits – a narrow water passage between two land masses utilized for international navigation – which connect oceans, seas and shorten navigation periods, therefore having the busiest flow of goods, watercrafts, and energy resources, implying a huge economic significance. Currently, the most relevant maritime choke points are the Straits of Malacca and Singapore, Bab-el-Mandeb, Hormuz, and Bosphorus (Emmerson and Stevens 2012).

FIGURE 2: OIL ROUTES AND MARITIME CHOKE POINTS



Source: Stratfor 2019

Bearing the discussion above in mind, the situation we face today is of regional players seeking their own conventional submarines in order to increase the security of their littoral waters and act upon should a disruption of maritime passage occur due to the blockade of said maritime choke points and SLOCs. This is mostly valid to Middle Eastern and, even more so, to Asian states, especially to those located in or nearby the waters of the South China Sea (SCS), a contested zone with a significant naval buildup observed amongst regional countries, and of the Malacca Strait, which links the Indian Ocean to the SCS and the Pacific, and vice versa. Furthermore, as asserted by Walker and Krusz (2018, online), "diesel submarines could be surged to regional areas of concern in the event that conflict arises in the South China Sea, Korean Sea, Black Sea, Baltic Sea, or Sea of Japan". So what we see is that not only countries with a vast, extensive coastline to defend invest their resources in submarines; instead, states counting on a rather small coastline, but located in areas adjacent to particularly crucial spots to international maritime security are also likely to enhance their submarine capabilities – in most cases, conventional. Alternatively, however, submarines are not an exception to a concept that rules international security: albeit country A might improve its military force strictly based on defensive purposes, country B might perceive such a buildup as a threat to its national security, thus taking reactive measures and starting its very own buildup. All of these features combined (cost, improvements, purpose, and threat perception) have contributed to a proliferation – not generalized, yet troublesome – of said submarine technologies (Keck 2013).

3.4.1 THE PROLIFERATION OF SUBMARINES VIA EXPORT AND IMPORT ACTIVITIES

Currently, several navies worldwide possess these force multipliers, and thus have assets which have the capability to virtually appear anywhere or otherwise navigate without ever being detected . As mentioned, even though submarines are generally intended as a tool to enhance the security situation around a maritime choke point, they can easily acquire a destabilizing potential. However, not all countries possess the means to build their very own indigenous submarines, in the way established naval powers do. In fact, many countries around the world base their submarine fleets on imported vehicles. The market of submersible vessels is quite steady, and countries such as Russia, Germany, France, now China and South Korea, currently provide other countries' Navies with the development and construction of a variety of submarine classes. As seen before, submarines are not inexpensive assets, but rather costly structures for emerging players to cope with alone. Accordingly, Navies increasing their regional role – to mention a few, Brazil, Indonesia, Pakistan – rely on the import of either technology or finished vessels to add up to their submarine fleets. Albeit a certain quantity of transactions accounts for nuclear-powered submarines, it is important to highlight that the international market deals mostly with conventional submarines of either diesel-electric or AIP propulsion. However, as seen before, both conventional and nuclear submarines are capable of carrying and launching ballistic and cruise missiles, as well as other forms of weapon systems, filled or not with weapons of mass destruction (WMD), meaning that such import/export activities have impact on regional dynamics and security situations, especially on flashpoints like the Middle East, South and Southeast Asia (Nuclear Threat Initiative 2017). In order to summarize the current scenario, we shall analyze the main importers and exporters of submarine-related technology. In recent years,

> [...] France, Germany and Russia [have been] the three most active exporters of conventional submarines. France's Direction des Constructions Navales Services (DCNS) and Germany's Howaldtswerke Deutsche Werft (HDW) are the two principal submarine producers in their respective countries. Between them, they have exported to approximately 21 navies. Meanwhile, Russia has a number of design and construction enterprises, and has exported conventional boats to some 14 navies around the world. Recipients of Russian diesel-powered submarines include China, Iran, India, and Vietnam. China has concluded submarine deals with countries such as Pakistan, Thailand, and Bangladesh, and appears to have greater aspirations in the export market. South Korea has also entered the submarine export market, delivering its first Daewoo-built attack submarines to the Indonesian Navy in 2016 (Nuclear Threat Initiative 2017, online).

The international market of submersible vessels involves companies, and, thus, naturally entails the race for contracts and profits. In this

sense, exporters not seldom settle technology transfer deals with importers, turning the offer more interesting to buyers, aiming at maintaining the contract secure and at overtaking competitors. An example of said picture is the French deal with Brazil, as analyzed in previous pages. The concerns over technology transfer transactions rely on the fact that the receiving nation automatically becomes a potential producer and thus exporter, contributing to further proliferation and to a possible submarine arms race. Regarding import-export activities, however, a common aspect of issues involving submarines is also valid: due to lack of political will, or due to the fact that sometimes submarines are seen purely as defense assets, there are no proper regulations. Although both the United Nations and other multilateral arms regimes have already approached the issue, all mechanisms now available do little to tackle proliferation, being dedicated almost entirely to demanding reports on the transactions agreed upon between the countries involved. In addition, there reports lack transparency, most prominently regarding weapons systems and propulsion methods (Nuclear Threat Initiative 2017).

When analyzing multilateral arms export control regimes, it is seen that restrictions on submarines are quite vague and broad, mainly because submersible vessels have been seen throughout history as having a defensive purpose. The first initiative worth mentioning in this regard is the United Nations Arms Register, which aims at enhancing transparency in arms transfer so as to build confidence measures among the international community. According to the Nuclear Threat Initiative (2017, online), "the UN Arms Register requires states to declare the transfer of warships that displace 500 metric tons, or are able to fire missiles or torpedoes with a range of 25 kilometers or more". In summary, such initiative only requires the states to report to the UN transactions made; and even that goal fails, since states often do not comply with the provisions and do not report their export-import activities of submarines. Second, the Wassenaar Agreement further contributes to the control, "[...] requiring states to report the sale of vessels that displace 150 tons, as well as those that are equipped to fire missiles or torpedoes with a range of 25 kilometers" (Nuclear Threat Initiative 2017, online). In spite of that, regulations are still insufficient, in such a way that international leaders are yet to come to the table to discuss the proliferation of submarines.

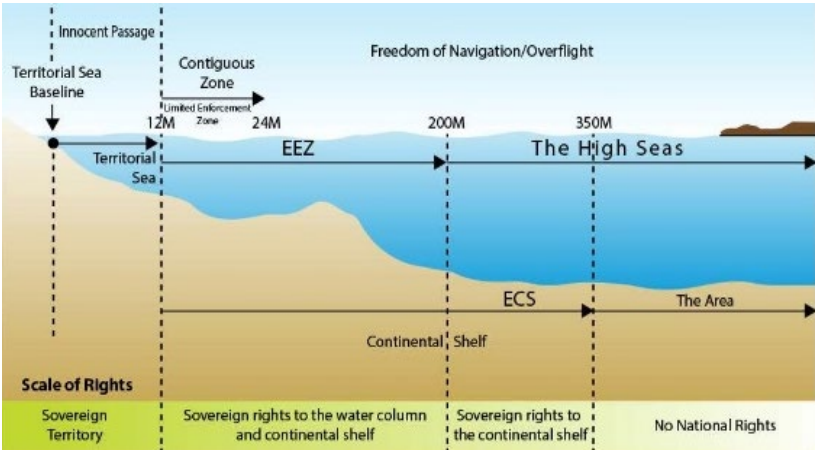
3.5 ASPECTS OF LAW OF THE SEA GOVERNING SUBMARINE ACTIVITIES

As noted in section 3.4 of the present study guide, sea lines of communication and maritime choke points play a crucial role in international trade, therefore being their security relevant to states' national interests. Additionally, these straits or otherwise important maritime regions are often located within waters belonging to a particular state. Not seldom,

these areas – maritime choke points, for instance – fall under one or more states' sovereign territory, at the same time as they are of recognized international relevance: so are foreign naval assets – in this case, submarines – allowed to lawfully perform a passage through these maritime areas? If so, are there pre-conditions which should first be fulfilled by the passing state in relation to the owner(s) of the jurisdiction? The discussion hereby presented therefore involves disagreements amongst states on certain rulings regarding the passage of submersible vessels through maritime choke points or otherwise areas upon which a state possesses jurisdiction (Roach 2002). To approach such a debate, important aspects of the law of the sea, which govern the states' activities on and underneath the sea, are explored; later on, a few objections to, or different interpretations over, said rules are presented. Even though most of the debate in hand relates to surface vessels, submarines are also involved and thus demand observation.

One must first understand that the oceans are branched, categorized by the United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS). Four main zones are established, varying on geographical features and legal status, therefore defining the level of jurisdiction and sovereignty that the state exerts over the respective area. The first and closest category are the (i) internal waters, comprising rivers, lakes, ports, or otherwise littoral waters; here, the coastal state possesses full jurisdiction and sovereignty, being able to enforce its domestic law and demand explicit, unquestionable consent or authorization for a foreign vessel or submarine to navigate an innocent passage. Second, the (ii) territorial sea refers to the area until 22,2 km (12 nautical miles) from the baseline. Although a state exerts sovereignty over said zone, UNCLOS defines that foreign vessels are here allowed innocent passage; regarding submarines and other underwater vehicles, the same right is granted but it is also demanded that they navigate surfaced and disclosing their flag. Third, in the (iii) Exclusive Economic Zone (EEZ), an area up to 370,4 km (200 nautical miles) from the baseline, the state has exclusive rights to the exploitation of economic resources within the area's waters and in the continental shelf; navigation regulations, however, are virtually the same as the ones applied to the (iv) High Seas, where all states are equal and thus have the right to navigate their surface vessels and submarine vehicles freely (Williams 2014).

FIGURE 3: MARITIME BOUNDARIES BY UNCLOS



Source: United Nations 1982

As seen above, innocent passage is a central point in the maritime definitions provided by UNCLOS, defining whether a vehicle will be allowed to navigate territorial waters of a foreign state. In this sense, Hakapää (2013, 3) further explains the concept as follows:

> The passage of a foreign ship is 'innocent' 'so long as it is not prejudicial to the peace, good order, or security of the coastal State' (Art. 19 (1) UN Convention on the Law of the Sea). This description is further clarified in Art. 19 (2) UN Convention on the Law of the Sea by a list of non- innocent activities in which a ship in innocent passage may not engage. The list identifies a number of activities a passing ship may not embark on, if wishing to retain its right of passage. Some of the activities refer to hostile measures such as threat or use of force against the coastal State, exercise of weapons, espionage, or acts of propaganda affecting the coastal State's security. Others relate to such activities as launching, landing, or taking on board of aircraft or military devices. Similarly, non-innocent activities include loading or unloading of commodities, currency, or persons contrary to the customs, fiscal, immigration, or sanitary laws and regulations of the coastal State.

As a matter of fact, even though UNCLOS provides some level of specificity – for instance, intelligence gathering and research/survey activities prescribe a violation of the right to innocent passage –, the terms are still broad enough to raise different interpretations amongst states. It is also worth noting that the list of nations which have not ratified the convention includes the United States, Iran, Turkey, Colombia, Israel, among others, thus undermining its ability to establish a universal, comprehensive regulation in several aspects. In other words, while at first sight all questions

and controversies might seem solved, not seldom are such norms applied in a different way by the parties (Hakapää 2013).

The application of the principle of innocent passage itself is often contested. While UNCLOS explicitly allows ships and submarines, as long as they do so surfaced and showing their flag, to an innocent passage in territorial waters, authors worldwide disagree on whether such a provision can also be applied to warships. Also, as it is somehow a difficult task to deny a submarine's military purpose, such vehicles end up being in the center of said debate. Within this context, it is worth emphasizing that established maritime powers generally allow warships to exercise the right to innocent passage, but "[...] a good number of states, mainly developing states, require authorization or notification prior to the entry of the warship into the territorial sea" (Masahiro 2006, 245). China usually tends to require said notification from both surface and submarine vessels, while the United States and Russia rely on a 1989 bilateral, joint statement extending the right of innocent passage to warships in territorial waters, regardless of the issuing of a previous authorization. Apart from the debate over the concession of innocent passage in territorial waters or not, the boundaries to state action are also not clear (i) when innocent passage is denied and a war vessel or submarine performs it anyway, and (ii) when innocent passage is indeed granted, but the alien submarine fails to do so surfaced and showing its flag. According to some interpretations, both situations might prescribe a violation of the coastal state's sovereignty and, provided that it involves watercrafts operating with a military purpose, also an act of aggression. It is not fully codified in international law whether the coastal state would act lawfully if attacking the alien submarine; customary state practice, however, provides us with the interpretation that said military reaction is not frequent or standard in these situations (Masahiro 2006).

Another important point with divergent interpretations is with respect to international straits. In these areas, the navigation regime adopted by UNCLOS is the one of "transit passage", instead of innocent passage. In general terms, the right of transit passage is granted so as to make maritime lanes open and free, avoiding a disruption, blockade of SLOCS, and securing international shipping of goods and energy supplies. A transit passage thus allows a vessel to cross the maritime choke point in hand operating normally and maintaining its routine path; when it comes to submarines, their right to remain submerged is granted, provided that such condition is its standard way of operation. Summarizing, this regime allows for much more comprehensive operational rights than the condition of innocent passage, therefore providing the alien submarine with strategic assurances and, to a certain extent, implying threatening perception to the coastal states. Once again, the different interpretations over the right to transit passage are made upon the very text of UNCLOS. In the convention, it is established that it "applies to straits which are *used for international navigation* between one part of the high seas or an exclusive economic zone and ano-

ther part of the high seas or an exclusive economic zone" (United Nations 1982, 36, emphasis added). From said provisions, the following question is raised: does transit passage, therefore, applies to all straits connecting parts of high-seas or EEZs – which reflects virtually every strait –, or only to those ones which are indeed recognizably used for international navigation? As previously stated, this situation generates a stalemate which has not yet been fully solved internationally (Dutton 2012). While little is voiced in objection to the right of transit passage in straits widely recognized for its relevance to international trade – such as the Straits of Malacca and Singapore, Bab-el-Mandeb, Hormuz, and Bosphorus. In this regard,

> Maritime powers generally favor a broad interpretation of the term useful route [and of UNCLOS definition] and apply a right of transit passage to any qualifying strait capable of navigation by any international shipping – merchant or military – since the widest possible freedom of action is in [their] interest. Contrarily, coastal nations with a sense of vulnerability from the sea naturally favor a much more restrictive view of the terms and acknowledge transit passage rights only in the relatively few world straits through which international shipping is routine and no other route of similar convenience is available, such Gibraltar and Hormuz (Dutton 2012, 166).

Accordingly, the United States[12], whose navy is currently the world's most prominent one, do not recognize said restrictions to the transit passage right, sustaining that each and every strait is susceptible to navigation and therefore that its merchant and war vessels, including submarines, crossing such areas do so lawfully. Alternatively, countries such as Japan, an island state with a history of confrontation at sea, and China, which possesses an ever-evolving naval industry as well as a variety of issues concerning maritime boundaries and navigation rights, consider otherwise. Both nations understand that the transit passage right applies exclusively to a narrow set of straits of utmost importance to international navigation (Dutton 2012). The case which is analyzed below helps us to illustrate the controversies regarding not only the transit passage right, but also the innocent passage regime.

3.5.1 CHINA AND JAPAN: THE "HAN INCIDENT" OF 2004

On November 2004, the Japanese Maritime Self-Defence Force (JMSDF) detected an unidentified, unexpected submarine passing submerged by its territorial waters near Sakishima[13], being therefore in violation of the requirement of innocent passage to navigate surfaced and showing its

12 It is important to point out that, although the United States has not ratified UNCLOS, the state tends to adopt and abide by most of its provisions on a basis of customary international law (Dutton 2012).

13 "The Southwest Ryukyu Islands are Japan's westernmost outpost, strategically located to protect Japan's maritime economic interests in the East China Sea [...]" (Dutton 2012, 88).

flag. Moreover, Tokyo also registered that the vehicle passed through one of its straits, the Ishigaki Strait. Soon the JMSDF started operating under high-level alert – which was happening for the second time since WWII –, tracking down the alien submarine and issuing demands for it to leave the country's territorial waters. The submarine ignored Japanese signals and followed its route headed north; eventually, it left the territorial sea, but Tokyo remained tracking it down for days in international waters (Dutton 2012). Later on, with further developments and inspections carried out by the Japanese, it became clear that the alien submarine was nuclear-propelled and that it belonged to the People's Liberation Army Navy's (PLAN) Han-class. Thereupon Japan reached the Chinese Government via diplomatic channels, demanding an explanation and an apology. A Chinese government official replied, confirming that it was a PLAN-owned submarine, explaining it entered Japanese territory due to a technical error and expressing Beijing's regret towards the incident (Masahiro 2006). In summary, this case involves the two concepts explored above: the regimes of innocent passage in territorial sea and of transit passage through straits.

First, we turn our focus to the aspects concerning the regime of innocent passage. As a matter of fact, two months after the occurrence of such tension, the Japanese government issued an eight-point policy line with respect to foreign submarines in its territorial waters. None of these points demanded prior authorization/notification for a submarine to enter Tokyo's territorial sea, but it emphasized the obligation for it to navigate surfaced and showing its flag, as prescribed by the UNCLOS. If otherwise done, the JMSDF would act accordingly, aiming at securing or restoring the country's sovereignty and international rights. As for China, however, state practice and national legislation tells us that the country requires authorization for a foreign submarine – considered a warship – to navigate its territorial sea, on the basis of its 1992 Law on the Territorial Sea and the Contiguous Zone. Furthermore, an aspect which has not yet been fully explored is regarding the fact that the Chinese submarine involved ran on nuclear power, raising a further point of concern. There is a debate over whether a nuclear-powered submarine characterizes a threat to the coastal state, thus perhaps infringing the principle of not being "prejudicial to the peace, good order or security of the coastal state" (United Nations 1982, 31) to justify an innocent passage. In the case of Japan, for instance, the Three Anti-Nuclear Principles explicitly prohibits any kind of nuclear substance to be brought into its territorial sea. The threat is raised mainly in two ways: (i) to the security itself of the coastal state; and (ii) to the maritime environment of said waters due to the involvement of hazardous material (Masahiro 2006). The international community has yet to codify such an issue in both legal and political stances.

Second, the controversies regarding the regime of transit passage are now approached. Japan adopts the view that this right is granted exclusively to a few straits essential to international navigation. Therefore, the

strait through which the Chinese submarine passed would not be included, prescribing the passage as an unlawful act which violated Japan's sovereignty and threatened its national security. The interesting point, furthermore, relies on the fact that, by analyzing China's state practice, we observe that the country follows the same path and also considers that the only straits in which transit passage applies are international straits of utmost importance to trade and navigation. But if China shares such point of view, what are the reasons which motivate such an incursion into Japanese waters? Dutton (2012) points out at least three different explanations: that it meant (i) an effort of the PLAN to demonstrate its sea power; (ii) a covert mapping exercise; or (iii) indeed a technical mistake during a different operational maneuver. As for the Japanese part, "by choosing to actively pursue the submarine, rather than relying only on the de-escalatory measures contemplated by UNCLOS, Japan also clearly signaled to China that it is willing to flex military muscles of its own" (Dutton 2012, 177). Concluding accordingly, submarine activities at the sea, apart from being governed by rules with different interpretations among states, also carry an intrinsically political, strategic weight, in a sense that a legalistic, exclusively rules-based approach is not enough to thoroughly address the situations arising from such context.

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

Apart from the discussion established above, on the boundaries and interpretations of international law governing innocent and transit passages, we shall now analyze other initiatives carried out by the international community to address, codify, and eventually regulate the activities of submarines both in war and peace times, as well as the very development of said structures and their specificities. As asserted in previous sections of the present study guide, the matter of submarines has either not been properly addressed in terms of law, or the existing regulations date back to several decades ago. Such frameworks have not kept up with the developments in technology, or with the strategic and tactical advantages submersible vessels have acquired – as it is the cases of both the 1936 London Protocol and the Article 20 of the United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS). Furthermore, following a pattern shared among several sensitive topics in the field of international security, agreements among states are indeed often settled, however without including the directly affected players – due to abstention or refusal to take part –, meaning that their true effectiveness is compromised (Roach 2002). Bearing this information in mind, in the present section, we shall analyze international norms regulating the status and operations of submarine vessels, especially in peacetime. Later on, we proceed to a brief, however thorough, analysis over the Laws of Naval Warfare and Neutrality at Sea. The present section

finishes by observing the main initiatives taking place nowadays to both address and tackle the proliferation of submarines through import-export activities.

4.1 REGULATING SUBMARINE OPERATIONS IN PEACETIME

The role played by submarines has changed and evolved throughout history. At first, in the beginning of the 20th century, due to their limits – especially speed restrictions – their use was not prioritized by maritime powers. However, as events of both World Wars were taking place, their tactical advantages were gaining weight, mainly within the German Navy. Accordingly, several and distinct forms of submarine operations were carried out, including the so-called unrestricted submarine warfare – to attack both enemy vessels and neutral merchant ships. After that, however, their role would change once again. On the rise of the Cold War period, countries worldwide had already acknowledge that submarines were not inexpensive structures worth putting in a vulnerable position by attacking merchant vessels – or by engaging offensively at all. Instead, the submarine was seen as a high-value asset capable of gathering data, surveilling, sharing tactical intelligence – Intelligence, Surveillance and Reconnaissance (ISR) –, patrolling both the surface and the sea bed, as well as having a strong inherent deterrent trait. This, combined with the absence of a direct military confront in the context of the Cold War, elevated the regulation of submarines activities when in peacetime to a higher level in the international community (Roach 2002).

Thus, we shall first analyze the legal status of submarines. Under the UNCLOS, provided that one considers submarines as warships, they "have complete immunity from the jurisdiction of any State other than the flag State" (United Nations 1982, online). In addition, when analyzing the matter based on customary international law – which is formed by *opinio juris* and state practice –, one might also argue that submarines benefit from total immunity of warships in any zone of the sea. However, as seen in previous pages, the advent of UNCLOS has somehow substituted the usual freedom in the sea that customary law used to grant. Now, submarines mandatorily need to comply with and abide by the provisions established in the convention, observing all the established sea branches and the mode of underwater operation that each of them requires. Von Heinegg (2008, 145)[14] summarizes the context above by stating that "today there should be a general consensus that [under] Articles 88 and 301 UNCLOS, [...] submarines, like all warships, enjoy the rights of freedom of navigation and of conducting military exercises, ISR operations, etc. [...]", at the same time as "[...] they must pay due regard to the rights enjoyed by the navigation and

14 See 3.5 (Von Heinegg 2008, 145).

aviation of other states".

Von Heinegg (2008) also stresses that it is important to assess the operations of submarines involved in missions authorized by the United Nations Security Council (UNSC). Accordingly, all the restrictions mentioned above and in section 3.5 would still be considered and applied in the context of peacekeeping operations. In spite of that,

> the applicable rules and principles of the international law of the sea may, however, be modified by a decision of the UN Security Council when acting under Chapter VII of the UN Charter. Either the Council explicitly authorizes the use of submarines, within the respective territorial sea, for intelligence and other purposes, or it confines itself to authorizing the use of 'all necessary means' to accomplish a given task. If mission accomplishment were to be jeopardized by the said restrictions under the law of the sea they would become inapplicable. For example, submarines would be allowed to transit the territorial sea submerged, to remain in those sea areas, or to conduct ISR operations exceeding what is necessary for the safety of navigation (von Heinegg 2008, 148).

Although the applicability of Chapter VII of the UN Charter – which deals with the powers of the UNSC to maintain peace – to peacekeeping operations is still disputed, the author considers that, to the UNSC, it is already granted the right to use "all necessary means" in the context of a large peacekeeping operation, meaning that said restrictions to submarine operations could be ignored by the Council (von Heinegg 2008).

4.2 LAW OF NAVAL WARFARE AND NEUTRALITY AT SEA

A recurring aspect analyzed in the present study guide is the lack of comprehensive regulations governing submarines. A major point of debate, however, is also the lack of information about their operations and activities due to the inherent secrecy and silence they entail. Therefore, authors use alternative sources to analyze submarine activities, such as national military manuals or doctrines. It is the case of the German Humanitarian Law in Armed Conflicts, of 1992, and the U.S. Navy's Commander's Handbook on the Law of Naval Operations, of 1995. Furthermore, it is worth pointing out that the Geneva Conventions of 1949 and their further Protocols did not address the topic due to the denial of the states involved. Accordingly, on an international level, apart from the UNCLOS, there exist the San Remo Manual on International Law Applicable to Armed Conflicts at Sea, of 1994, and the Helsinki Principles on the Law of Maritime Neutrality, of 1998, both elaborated and adopted by international and maritime law experts (Roach 2002).

Before moving on to the depths of the Law of Naval Warfare, we must first state that submarines are proper warships to international law. Al-

though some states do not acknowledge that submarines are warships at all times, international law has codified said structures as such, meaning that "they are lawful combatants and thus entitled to actively take part in hostilities at sea" (von Heinegg 2008, 149). This legal status has its sources on both the 1921-1922 Washington Conference and on the 1936 London Protocol. On these two occasions, there were several disagreements among naval powers on the legality of submarine warfare; due to lack of support for prohibitions, neither of them ruled submarines out. Thus, "while the 1936 Protocol has had a considerable impact on the law of submarine warfare, it has neither rendered submarines illegal means of naval warfare nor has it made submarine warfare impossible" (von Heinegg 2008, 149). Recognized as warships, the provisions laid down below are aimed at regulating their limits on when, where, and against whom they are able to operate in warfare.

This first point deals with the area submarines may occupy and navigate when conducting operations in wartime. Accordingly, "belligerent measures may be taken in those areas where belligerent states enjoy territorial sovereignty" granted by the UNCLOS (von Heinegg 2008, 151). At the same time, although said right is naturally granted, belligerents also have the duty to preserve and secure shipping activities of neutral states located near the theater of operations. In addition, naval warfare is not ruled out when conducted in UNCLOS' branch of the High Seas. This point is directly involved with the Law of Neutrality, which Roach (2002, 374) summarizes in the following way:

> Belligerents must respect the inviolability of neutral waters. Consequently, they may not conduct hostilities in neutral waters (except in self-defense). [...] Further, in conducting hostilities elsewhere, belligerents must exercise due regard to prevent to the maximum extent possible collateral damage. [...] In conducting hostilities in international waters (i.e., high seas and EEZ), the parties to the conflict must have due regard to the exercise of the freedoms of the high seas by neutral states. Neutral ships should be aware of the risk and peril of operating in areas where active naval hostilities take place. However, belligerents in naval hostilities must take reasonable precautions including appropriate warnings to avoid damage to neutral ships.

The second point deals with attacks on targets ashore and it is directly involved with the weapons systems the submarine carries and launches, especially torpedoes and cruise or ballistic missiles. In this regard, "belligerents, naval surface and subsurface forces, are prohibited from launching attacks on civilian populations as such and are obliged to distinguish between legitimate military targets and civilians or civilian objects" (von Heinegg 2008, 153). Accordingly, although there are other comprehensive, multilateral treaties dealing with the proliferation of missiles, including submarine-launched missiles, the higher importance to the present discussion on the Law of Naval Warfare relies on the prohibition to use

said weapons against civilians.

The following points are all related to the concept of Sea Denial, which entails the capacity of a navy of denying the enemy's forces the use of a certain portion of water, without having to properly control it. Submarines are central assets in assuring sea denial activities, given the fact that they can either directly attack and shoot surface warships or even interrupt the path of neutral, merchant enemy vessels, jeopardizing the enemy's possibility of using the sea in its own favor. The first point, hence, deals with the targeting of hostile military structures at sea. Considering that torpedoes and submarine-launched missiles are equipped with high-quality sensors and that, thus, they possess high levels of precision, the "principle of discrimination" – that is, the illegality of using them against civilian forces – is also applied. The second point is related to the use of submarines as commerce raiders. According to von Heinegg (2008, 157), "[...] modern submarines will in most cases be tasked with genuinely military missions; still, there is sufficient evidence to show that many navies continue to envisage the use of submarines against enemy and neutral shipping". In these cases, the 1936 London Protocol is the legal source to be applied, and it establishes that a submarine force may only be used against merchant ships when these vessels are turned into a legitimate military object, otherwise they would still enjoy protection against any forms of attacks (von Heinegg 2008).

5 BLOC POSITIONS

The following section aims at presenting the contrasting features and views of the members of the Disarmament and International Security Committee (DISEC) regarding the matter of submarine structures. Although each and every state possesses its very own foreign policy and opinions, based on its sovereign rights and on its national perception of the international arena, political or regional groupings not seldom take place within the frameworks of multilateral fora. These groups are mainly used to put forth the will of countries with similar experiences, realities, and intentions on a specific topic. It is necessary to highlight, however, that said groups do not entail a presumed alignment, and states are entirely entitled to a completely autonomous behavior within UN *fora* as they please. The present section of the study-guide, thus, presents two different forms of groups: (i) groups formed by countries with a political affinity and/or a established strategic partnership; and (ii) groups of countries simply located in the same geographical area. Hence, the groupings below related to politically-close states are: the South Atlantic Peace and Cooperation Zone (ZOPACAS), the North Atlantic Treaty Organization (NATO) and the

Commonwealth of Independent States (CEI). The groups based merely on a geographical proximity basis are: Andean States of South America and Chile; Middle East and North Africa; South Asia; East and Southeast Asia; and Oceania. Once again, it is imperative to stress that geographic location does not prescribe political alignment.

5.1 SOUTH ATLANTIC PEACE AND COOPERATION ZONE (ZOPACAS)

The South Atlantic Peace and Cooperation Zone (ZOPACAS) is an initiative dating back to the 1980s. It aims at coordination policies and strategies among countries of the South Atlantic in order to promote the region's stability, autonomy, non-proliferation, and maritime security. Counting on South American and African nations as members, one of ZOPACAS' main goal is to foster cooperation among navies of both sides of the South Atlantic, therefore not only promoting training and drilling exercises, but also aiming at establishing a common agenda of the region when dealing with established, foreign naval powers present in said waters. Even though its list of members is wide – Namibia, Cape Verde, Ivory Coast, Nigeria, Uruguay, to name a few –, the most relevant ones when it comes to the matter of submarine technologies are Argentina, Brazil, and South Africa (Herz, Dawood, and Lage 2017).

Argentina, with its *Comando de la Fuerza de Submarinos* (COFS), now operates a fleet of two vessels and invests around less than 1% of its Gross Domestic Product (GDP) on military spending, apart from the submarine that was lost and sank in 2017. In spite of that, Argentina is also a key player when it comes to submarine technology, given that it has expressed in the past – and is now indirectly involved due to the developments taking place in Brazil – the possibility of deploying naval nuclear propulsion in submarines. In fact, both countries are circumscribed into a safeguards system that controls all forms of nuclear material, within the frameworks of the Brazilian-Argentine Agency for Accounting and Control of Nuclear Materials (ABACC). In other words, it means that Buenos Aires keeps a close eye on what happens to its neighbor, either as an opportunity to boost its own fleet or as a threat perception, since a Brazilian nuclear submarine could destabilize the balance of power in the South Atlantic (Costa 2017). At the same time, sources state that, due to the recent political alignment between Buenos Aires and Brasília, Brazil would possibly supply Argentina with German-made submarines (MercoPress 2019).

Being one of the few countries to control the full uranium cycle, **Brazil**'s nuclear capabilities enable the possibility to develop a nuclear submarine's energy requirements. As mentioned before in this guide, Brazil's nuclear submarine project has been underway, even if scarcely, since the 1950's, encountering many obstacles throughout the years. Some of these obstacles have come from Brazil's efforts to maintain its positive image

in terms of nuclear non-proliferation, being a member of the Nuclear Suppliers Group, the Treaty for the Prohibition of Nuclear Weapons in Latin America and the Caribbean, and the Nuclear Non-Proliferation Treaty, as well as sponsoring the 2017 Treaty on the Prohibition of Nuclear Weapons. The Brazilian nuclear submarine met an unprecedented leap in the Lula da Silva administration (2003-2010), through its institutionalization and the deal brokered with France's Naval Group, which would provide the technology of their Scorpène diesel-electric submarines. Brazil possesses contracts with France not only on nuclear submarines, but also on conventional ones. Recently, due to budget problems and corruption scandals, especially involving contractors, the project is once more running late once more, delaying the deployment to 2030 (Bandarra 2019; Costa 2017).

South Africa possesses a navy counting on three commissioned submarines. All three of them are SSK diesel-electric Type 209 submarines and were imported from the German company Howaldtswerke-Deutsche Werft. The South African Navy has cooperation ties with many nations of the so-called Global South, including India, Uruguay, and Brazil, especially within the region of the South Atlantic, where it has special interest due to its strategic location. In addition, South Africa is a member of the IBSA forum, an institutional framework within which the country cooperates with India and Brazil, including on the maritime domain (Republic of South Africa 2018).

5.2 ANDEAN STATES OF SOUTH AMERICA AND CHILE

The submarine force of **Colombia** operates in both the Atlantic and Pacific Oceans. In fact, Colombia's fleet of submersible vessels is the largest in Latin America, accounting for eleven watercrafts, propelled mainly by diesel-electric technology. Bogota works closely on submarine cooperation, especially with Peru, Ecuador, and Germany. In addition, in recent years, Colombia has been employing its submarine and naval fleets to counter the activities of drug trafficking organizations, which are themselves developing electric submarines to smuggle illicit material (Dussán 2017).

Chile possesses a fleet of four diesel-electric submarines, and the country's modernization and replacement rate is the highest in the region. Due to country's large coast, its navy is relevant for the maintenance of the country's security and maritime transport. Instead of purchasing or otherwise acquiring new watercrafts, Chile focuses on enhancing the existing ones – two German-made Type 209, and two French/Spanish-made Scòrpene Class –, for example by cooperating with Spain on communication systems. As stated by the Nuclear Threat Initiative (2015a, online): "While some of Chile's neighbors (e.g., Brazil and Argentina) are exploring or actively developing the capability for nuclear-powered submarines, Chile appears to be focusing more on better training and modernization for its

diesel-electric submarine fleet".

The War Marine of **Peru** currently operates six diesel-electric Type 209 submarines, all of them of German origin. The country's submarine fleet has been facing a modernization phase, once again carried out alongside Germany, via a cooperation between the German shipyard Thyssenkrupp Company and the Peruvian Industrial Services of the Navy. Said efforts related to submarine technology are seen as a crucial point to foment the country's defense industry. Lima also takes in initiatives aimed at increasing naval cooperation and enhancing the mechanisms of submarine rescue, as is the case of the Asia-Pacific Submarine Conference, which gathers, among others, Peru, the USA, Argentina, Australia, Japan, and Indonesia (Pelcastre 2019).

The Bolivarian Navy of **Venezuela** counts on two Type 209 German diesel-electric submarines. Both watercrafts were acquired in the 1970s and, although they have gone through repairing, the fleet is quite limited nowadays. Under normal circumstances, Caracas' submarine activities revolve around the surveillance of maritime borders alongside Colombia, and missions in areas close to the coast of Guyana, where the governments of both countries claim the possession of large oil fields (Poder Naval 2019).

5.3 NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION (NATO)

Canada's relation with submarines is, historically, somewhat conflicted. Recently, authorities of the Canadian Navy have undergone an initiative to upgrade and to extend the lifespan of their aging, British-imported, submersible fleet. As well as improving their submarines' effectiveness, they are also focused on increasing their anti-submarine capabilities, citing the crafts as "the most proliferated weapon system right now on the planet" (as quoted in Vaughan 2018). Canada has also dealt with plans to build a nuclear submarine, dating back to the 1980s. The project was, however, heavily contested both nationally and internationally. At home, the nuclear submarine was seen as a threat to the then existing Cold War balance of power; it was also rejected by public opinion due to its cost, as well as the negative reaction towards nuclear technology (Vaughan 2018).

According to **France's** Ministry of Defense, the country possesses six nuclear powered submarines built from 1983 to 1993, and it does not own any conventional submersible vessels. These watercrafts are meant to hunt other submarines, to ensure conventional dissuasion, to gather situational information, and to partake in special operations. The budget agreed in 2018, which also planned for the following six years, includes the commissioning of six Barracuda-class nuclear submarines, produced by national company Naval Group, leader in worldwide exports of submarine technology (Keck 2018; France 2017).

Germany's military history in the 20th century has been heavily

marked by the presence of the submarine. Pioneers of the technology in the beginning of the century, and keeping up with the Cold War superpowers in terms of nuclear propulsion, Germany currently possesses 6 SSN in need of overhauls and repairs, with two more planned until 2027. The German company Thyssenkrupp is a prominent exporter of submarine vessels, having supplied such crafts to at least 11 countries that currently have them active, as well as having recently brokered deals with Israel and Norway to replace or add to their present German-made submarine fleet (Roblin 2018a; Norway 2017; Lappin 2019).

Italy's Navy counts on both national-made submarines as well as German produced ones, totaling eight vessels, all of which were upgraded in 2004 in order to modernize their internal systems, thus extending their life span up to 2020. Considering Rome's recent aspiration to increase its submersible fleet, Germany has stressed the need and its desire to extend their submarine cooperation, which began in 1996 (Nuclear Threat Initiative 2015b; Naval Today 2017).

Norway currently has six conventional diesel-electric submarines at its disposal. These vessels (German-made Ula-class) are, however, starting to show their age, given that they were commissioned from 1989 through 1992, and are on their way to reaching their projected obsolescence by 2020. In order to prevent naval fragilities, Oslo has ordered four submarines to be produced by Thyssenkrupp. Along with this submarine cooperation, Germany and Norway have established cooperation agreements in other defense areas such as missiles, navy-to-navy cooperation, as well as research and development (Naval Today 2019c).

Poland is currently looking to increase its submarine fleet size, which is comprised of six German-made Type 209. Among the bidders are French Naval Group offering the Scorpène class, Swedish Saab with the A26, and German Thyssenkrupp, who offered to deliver the first submersible (a Type 212 CD) by 2027 and to conduct a joint venture with Polish companies. The Polish Ministry of Defense has expressed its requirements for the future submarines, demanding that they should be equipped with long range cruise missiles, fact that makes the French Naval Group's offer more appealing (Lesiecki 2018; Adamowski 2018).

Spain has recently encountered financial problems in regard to the attempts at increasing its submarine fleet. The four new S-80s that would aggregate to a total of seven submersibles ended up costing double that which was initially projected – from EUR 1.75 bi per ship to EUR 3.68 bi. These vessels would add to the 3 existing S-70 Agosta-class, which are in service since the 1980s (González 2018; Naval Today 2018a). Besides the acquisition problems, Spain also has been involved in a controversy concerning an English submarine patrol near Gibraltar, where a Spanish boat followed the HMS Talent in breach of maritime regulations. The British vessel was allegedly replenishing its tomahawk arsenal. A similar incident occurred a few months earlier, when a Spanish boat sailed too close to the

HMS Talent when it was leaving Gibraltar (Pisa 2018).

Considered a leader in both stealth technology and construction exports, **Sweden** is on its way to upgrading its own submarine capabilities, which currently encompass 5 nationally build SSK, having projected to receive 2 new, state-of-the-art, vessels; one in 2024, and another in 2025. The Swedish company Saab has, however, seen a relative decline in its recent market share of submarine commerce, allegedly due to frustrated partnerships and deals, recently failing to close a deal with Australia, which in turn opted for France's Naval Group (Robertson 2019; Naval Today 2019f).

Turkey's current disposition of submarines consists of 12, all German-made, Type 209, but since 2015 Ankara has planned to increase the number to 15, buying more vessels from Germany's Thyssenkrupp, this time the Type 214. Even without full submarine producing capabilities, Turkey is currently aiding in moderating and upgrading the Pakistani vessels, an area that mostly requires knowledge in advanced technology. It is also worthy to note that Turkey has not ratified the United Nations Convention on the Law of the Sea, thus making their views about safe passage uncertain. This is especially pressing considering the privileged position that Turkey possesses in regards to maritime chokepoints, taking into account the strategic and economic importance of the Bosphorus and the Dardanelles Straits (United Nations 1982; Daily Sabah 2019; Naval Today 2018b).

The **United Kingdom** is among the ranks of China, Russia, France, and the United States in terms of nuclear-powered submarines. The Royal Navy Submarine Service is comprised of 10 vessels, all of them possessing nuclear propulsion, being 4 of them ballistic missile launchers. London has also authorized the project to build a new Dreadnought-class of ballistic missile submarines, in order to replace the Vanguard-class, which is expected to enter obsolescence in the end of 2020. These new Dreadnought--class vessels would be capable of carrying 12 ballistic-missile launch tubes, which is 4 less than the nearly outdated vessels; and would also be capable of utilizing the same missiles developed by the United States Navy to fit the new Columbia-class, part of the Anglo-American Common Missile Compartment (Polmar and Moore 2005; Mizokami 2018b).

The **United States of America** operate a fleet of 68 submarine watercrafts, all of which running on nuclear power. To the US forces, submarine--launched ballistic missiles (SLBMs) with nuclear warheads are one of the branches of the nuclear triad, which Washington completely possesses. The United States, in spite of running all its fleet on nuclear propulsion, objects to the transfer of nuclear naval technology to other states – as occurred with the situation of South Korea –, aiming at preserving said technology to a narrow set of established naval powers. In addition, facing a build-up in submarine structures of players such as Russia and China, Washington has been evaluating carefully its very own submarine strategy, aiming at increasing deterrence and combat capabilities. Washington possesses a

submarine fleet capable of carrying out blue-water operations, and being distributed through the Mediterranean, the Persian Gulf, the Western Pacific, and the South Atlantic, among others (Nuclear Threat Initiative 2018b).

5.4 MIDDLE EAST AND NORTH AFRICA (MENA)

The Navy of **Algeria** currently operates a fleet of six submarines, tasked to protect the country's coast against foreign invasion or belligerency in a troubled region. Being a relevant player in the Mediterranean Sea, Algeria's Navy was structured in cooperation with the USSR, and now Russia is still a reliable partner. In 2019, the country received two new Project 636 Kilo-class submarines, Russian-built, which counted with submarine-launched missiles (Naval Today 2019a).

Iran's controversial aspirations of becoming a regional power are also reflected in the country's submarine fleet development. Such development is also important when noting Iran's influence over the Hormuz strait and its strategic position in the Gulf. In February 2019, Iranian Defense Ministry asserted that the newly built Fateh-class submarine was built completely domestically, being considered one of the most important projects of Iran's military. There are expectations of at least one more Fateh submarine in construction, thus summing up to a total of 22 submersible warcraft available to the Iranian Navy, 17 of which are nationally produced midget submarines, and 3 of which are Russian-built Kilo-class vessels (Regencia 2019; Episkopos 2019a).

Israel's submarine fleet consists of 5 conventional diesel-electric submarines, all German-made. Although few in numbers, the vessels are considerably technologically advanced in terms of sonar, furtivity, and, more recently, AIP. They also, allegedly, won't reach obsolescence until 2025. Despite this fact, the Israeli government has ordered 3 submarines from the German manufacturer Thyssenkrupp, resulting in controversial reactions from the public and the military, who are skeptical about the need to upgrade the fleet, the lack of scouting for other suppliers (such as France's Naval Group), and allegations of corruption by account of Thyssenkrupp's main agent in the country. The additional submersibles, as well as the ones currently in operation, are especially noteworthy due to the possibility of them being equipped with nuclear weapons (Wootliff 2018; Sieff 1998; Mizokami 2017a).

Egypt's stock of submarines has been increasing recently after a partnership with Germany's Thyssenkrupp, upgrading from four to seven vessels, with one more incoming as part of the deal with the European country. This arrangement spurred controversy in Israel, as it had to be approved by Prime Minister Benjamin Netanyahu – due to an agreement between Israel and Germany that the latter could not sell advanced weaponry to the former's neighbours without their permission (Haaretz 2019) – and so

it was, sparking dislike from high-ranking official as well as public opinion. The Prime Minister, however, argued that had he blocked the deal, Egypt would simply buy from another country, exemplifying the abundance of submarine supply (Staff 2019).

5.5 COMMONWEALTH OF INDEPENDENT STATES (CIS)

Azerbaijan's attempts at upgrading and modernizing their navy, including acquiring submarine vessels, date back to the Paris Peace Conference, but the efforts were frustrated due to internal conflict throughout the 20th century. Currently, the country has an inventory of four conventional submarines, designed to navigate and patrol the Caspian Sea, the only body of water to which the country has access (Azerbaijan 2017; Global Firepower 2019).

Russia is one of the recognized nuclear weapons state of the Treaty of Non-Proliferation, as well as one of the three nations to fully possess the nuclear triad. Such capabilities are reflected on the Russian submarine force, which is comprised of 15 nuclear-powered as well as 22 conventional attack vessels, divided in 3 fleets, corresponding to the 3 bodies of water where they are employed, specifically the Baltic Fleet, the Northern Fleet, and the Black Sea Fleet. The diesel-electric submarines are also frequently exported to other nations, notably China, India, Iran, and Vietnam. Among the nuclear powered submarines, there is the Belgorod, the longest of the kind with approximately 184 meters, which is neither an attack nor a ballistic missile carrier, but made to serve as a sort of mothership that houses smaller undersea vessels. Russia has also invested heavily in submersibles capable of operating under the polar ice caps, one of which suffered an accident in July 2019, catching fire and spurring controversy of whether or not the vessel was nuclear powered, thus posing a threat of spreading radiation to nearby areas (Episkopos 2019b; Kramer 2019; Arms Control Association 2019).

5.6 SOUTH ASIA

As of 2017, **Bangladesh** now counts on 2 conventional submarine crafts to increase the diversity and scope of its navy and its military in general. Intended to be utilized primarily in coastal patrol operations, the two recently commissioned submarines were ordered from the People's Republic of China, also fitted with Chinese-made weaponry. This marks the recent rapprochement between the two countries and evokes concern from Indian authorities (Chittagong 2017).

Considering the growing weight of the Pacific-Indian region to world politics, **India's** role as a regional power and its maritime capabilities are of

great strategic importance (Mathur 2002). India is the only State not included in the United Nations Security Council group of permanent members to possess a fully functional nuclear powered submarine, and having done so at a much faster rate than the TNP countries (projected started in the 1990s and finished in 2009) (Economic Times 2018). The INS Arihant is the first SSBN to be commissioned out of four expected vessels, part of India's nuclear submarine project which began in 1998. The Indian Navy also counts on a nuclear propelled submarine leased by Russia, the INS Chakra, and 14 conventional diesel-electric attack submarines with 6 more procured as of 2019 (Gady 2019a; 2019b).

Pakistan's Navy is in a very delicate state when it comes to its submarines. Reports allege that only one of the five French-made vessels Pakistan possesses is partially operational, the other four being refitted and/or repaired, afterall, two of them are reaching 40 years of operation. This current naval weakness has urged Islamabad to reach to China for help, the latter having sold 8 S20 diesel-electric submarines, which should be delivered by 2022. Turkey, through the defense company Savunma Teknolojileri Mühendislik (STM), was also involved in upgrading and modernizing the aging equipment (Gupta and Singh 2019; Asian Military Review 2018).

5.7 EAST AND SOUTHEAST ASIA

The **People's Republic of China** sits at the top in terms of submarine capabilities. The People's Liberation Army Navy possesses 48 conventional electric-diesel submarines – some Russian but most being nationally produced –, one ballistic missile submarine, and, more importantly, 6 nuclear powered submarines (1 Type 092 and 5 Type 094), with 8 more planned for the future. Even though China is behind in terms of sheer number of SSNs – compared to the United States' 18 and Russia's 15 –, being one of the six countries to possess such capability, as well as having the nuclear triad, puts them in a privileged position when considering a global picture of submarine capabilities distribution. The importance of submersible vessels, especially the more furtive ones, is further amplified by Chinese missile capabilities, which can allegedly reach 8,500 km (Missile Defense Project 2018) China has also recently become a main provider of a variety of submarine classes, both in terms of technological development as well as construction (Polmar and Moore 2005; Zhao 2018; Axe 2019).

Indonesia has recently made several moves in an effort to build and improve its submarine fleet as well as their submarine constructing capacity. According to their naval planners, the country's navy needs at least 12 submersible crafts to be fully able to protect Indonesia's territorial waters. The existing fleet consists of three German-made conventional attack submarines, with procurements to acquire at least 10 SSKs prescribed by the 2024 Defense Strategic Plan. Indonesian authorities have also expressed

their desire to, in the future, not only be a producer of submarines but also an exporter (Gady 2019c; Naval Today 2019b).

Considering its geographical position and current regional engagements in the South China Sea, **Japan** has heavily emphasized the need to maintain its submarine fleet competitive. Last year, Tokyo upgraded the Soryu class (comprising of 9 air-independent vessels) with a quieter energy source, while also planning to replace the class with the futuristic 29SS by 2028, which aims to be the quietest and most modern non-nuclear submersible craft. The Japanese Maritime Self Defense Force also possesses 11 Oyashio-class submarines, which are planned to be upgraded as well, according to the 2019 defence budget (Roblin 2018b; 2019). The upgrades, as well as three more possible vessels, are planned to be made entirely domestically, to make use of Japan's already established national industrial capabilities (NTI 2019).

Malaysia's submarine fleet comprises two diesel-electric submarines. Both were ordered in 2002 and commissioned in 2009, being Scorpène-class vessels, built by French company Naval Group, which are also responsible for the building and selling of same class to Chile, India, and Brazil. Kuala Lumpur's plans of modernizing its navy include intentions of acquiring 2 additional submarines in the future, one between 2031 and 2035 and the other between 2036 and 2040 (Parameswaran 2018a; 2018c).

Even though exact numbers are not readily available, it is known that the **Democratic People's Republic of Korea** (hereinafter North Korea) possesses one of the largest submarine fleets in the world in terms of sheer number, with estimates ranging from 60 up to 80 vessels. Such investment in submersible crafts is alleged to come from the severe fragilities and disadvantages that the North Korean Naval and Air forces face, especially when compared to its American and South Korean counterparts. Most of these are small coastal submarines. However, one vessel stands out, the Gorae-class (or Sinpo-class), which is capable of launching ballistic missiles. Even if its effective range is severely limited due to the fact that it does not have air-independent propulsion, thus not being capable of remaining underwater for a long time, this submersible still worries Japanese and South Korean authorities (Mizokami 2018a; Nuclear Threat Initiative 2018a).

The **Republic of Korea'**s (hereinafter South Korea) submarine fleet is relatively large, comprising 16 conventional attack vessels, all German-made.Seoul is also on its way to increasing this number after approving a defense procurement that authorizes the development and construction of national KSS III submersibles. Albeit only starting to domestically produce submarines recently, South Korea already has deals with Indonesia, since 2017 to deliver several vessels (Naval Today 2019b; 2019d; Parameswaran 2019).

Vietnam is also a relevant Southeast Asian player increasing its power on the maritime domain. Hanoi is not only enhancing its surface vessels, but also investing in submarine watercrafts to expand its influen-

ce and reinforce its claims in regional waters. The Vietnam People's Navy works closely with Russia in the field of defense, and subsurface assets are not an exception. By 2018, Vietnam had already commissioned six Kilo-class diesel-electric Russian submarines, apart from a set of cooperation deals with regional states to increase its powers in the South China Sea (Parameswaran 2018b).

5.8 OCEANIA

Australia's national submarine capabilities sit at the top, especially for the region, although there have been discussions over a comparative and qualitative gap which would need a single entreprise for construction as well as overhauling the existing matrix to better suit the newly commissioned submersibles (Hellyer 2019). Currently, Australia possesses a submarine fleet consisting of 6 conventional diesel-electric submarines, having recently closed a deal with the French company Naval Group with the intention of building 12 additional attack submersible vessels. This arrangement, underway since 2016 after many bids coming from other countries such as Japan and Germany, is set to be the country's largest defence contract in terms of cost, summing up to USD 35 billion. Australia's strategic position is also noteworthy concerning submarines, be it for their proximity to the South China Sea and the Malacca Strait, be it for the possibility of the US to make use of Australia's territory and capabilities (IISS 2019; Mackenzie 2019).

QUESTIONS TO PONDER

1 Considering both their tactical and strategic advantages, as well as their centrality to existing deterrence strategies, do submarines contribute to international and regional security or do they play a destabilizing role in the relations among states?

2 How should a Disarmament forum of the United Nations address the matter of submarine-launched weapons? Should further regulations be presented or should a DISEC meeting maintain the topic unaddressed?

4 Is the development of a nuclear-powered submarine a threat to non-proliferation efforts? How should the international community deal with the so-called "loophole" of said topic? How should DISEC address the matter of transfer of nuclear technology and enriched uranium among UN member states?

3 Do import-export activities of submarines contribute to a worldwide proliferation and arms race in the field of submersible vessels? How can world

leaders address such issue and how should a potential regulation in this regard be drafted?

4 Considering the importance of securing Sea Lines of Communications (SLOCs) and maritime chokepoints, as well as of preserving the sovereign rights of states at the sea, how does your country perceives the transit passage right and the innocent passage regime?

REFERENCES

Adamowski, Jaroslaw. 2018. "3 European Producers Bid for Poland Sub Deal". *Defense News.* Last modified January 03. https://www.defensenews.com/naval/2018/01/03/3-european-producers-bid-for-poland-sub-deal/

Arms Control Association. 2019. "Nuclear Weapons: Who Has What at a Glance". Accessed September 07. https://www.armscontrol.org/factsheets/Nuclearweaponswhohaswhat

Asian Military Review. 2018. "Pakistan Navy Modernizes Submarine Capabilities". *Asian Military Review.* Last modified November 27. https://asianmilitaryreview.com/2018/11/pakistan-navy-modernises-submarine-capabilities/

Axe, David. 2019. "The U.S. Navy Should Watch Out: China's Submarine Force Is on the Rise". *The National Interest.* Last modified May 06. https://nationalinterest.org/blog/buzz/us-navy-should-watch-out-chinas-submarine-force-rise-56107

Azerbaijan. Ministry of Defence. 2017. "Navy forces". Accessed September 07, 2019. https://mod.gov.az/en/navy-forces-755/

Baldwin, David. 1995. "Security Studies and the End of the Cold War". *World Politics* 48 (1): 30. https://www.jstor.org/stable/25053954?seq=1#metadata_info_tab_contents

Bandarra, Leonardo. 2019. "Brazilian Nuclear Policy under Bolsonaro: No Nuclear Weapons, but a Nuclear Submarine". *Bulletin of the Atomic Scientists.* Last modified April 12. https://thebulletin.org/2019/04/brazilian-nuclear-policy-under-bolsonaro/

Botting, D. 1979. The U-Boats. Vol. 1. Amsterdam: Time-Life Books.

Brain, Marshall, and Craig Freudenrich. 2019. "How Submarines Work". How Stuff Works. Accessed July 10. https://science.howstuffworks.com/transport/engines-equipment/submarine1.htm.

Buzan, Barry, and Larry Hansen. 2009. The Evolution of International Security Studies. Vol. 1. New York: Cambridge University Press.

Chittagong, Anwar Hussain. 2017. "Submarines Lead Bangladesh Navy into New Waters". *Dhaka Tribune.* Last modified March 12. https://www.dhakatribune.com/bangladesh/2017/03/12/bangladeshs-first-submarines-commissioned/

Compton, Richard. 1999. The Submarine Pioneers. Vol. 1. Thrupp: Sutton Publishing Limited

Conley, Dan. 2014. Cold War Command: The Dramatic Story of a Nuclear Submariner. South Yorkshire: Seaforth Publishing.

Costa, Eugenio Pacelli Lazzarotti Diniz. 2017. "Brazil's Nuclear Submarine: A Broader Approach to the Safeguards Issue". *Revista Brasileira de Política Internacional* 60 (2): 1–20. https://doi.org/10.1590/0034-7329201700205.

Craven, J. P. 1968. "Ocean Technology and Submarine Warfare". *The Adelphi Papers* 8 (46): 38-46. London: Institute for Strategic Studies

Daily Sabah. 2019. "Turkish Firm to moderate Pakistani Submarines". *Daily Sabah.* Last

modified March 09. https://www.dailysabah.com/defense/2019/03/09/turkish-firm-to-moderate-pakistani-submarines

Delgado, James, and Oliver Cussler. 2011. Silent Killers: Submarines and Underwater Warfare. Vol. 1. Oxford: Osprey Publishing.

Dussán, Yolima. 2017. "Colombia Works Deep beneath the Sea". Diálogos América. Accessed September 07, 2019. https://dialogo-americas.com/en/articles/colombia-works-deep-beneath-sea.

Dutton, Peter. 2012. "International Law and the November 2004 'Han Incident'". In China's Future Nuclear Submarine Force. Vol. 1. Washington D.C.: Naval Institute Press.

Emmerson, Charles, and Paul Stevens. 2012. Maritime Choke Points and the Global Energy System: Charting a Way Forward. Briefing Paper, London: Chatham House.

Episkopos, Mark. 2019a. "Is Iran Really Building Its Very Own Submarines?". *The National Interest.* Last modified February 20. https://nationalinterest.org/blog/buzz/iran-really--building-its-very-own-submarines-45052

———. 2019b. "Russia's New Submarine Has Big Problems: 'Design Flaws Were Discovered'". *The National Interest.* Last modified May 29. https://nationalinterest.org/blog/buzz/russias-new-submarine-has-big-problems-design-flaws-were-discovered-59972

Farley, Robert. 2018. "Air-Independent Propulsion Submarines: Stealthy, Cheap and the Future?". *National Interest*. Last modified January 28. https://nationalinterest.org/blog/the-buzz/air-independent-propulsion-submarines-stealth-cheap-the-24245.

France. Ministère des Armées. 2017. "SNLE Le Triomphant". Accessed September 07, 2019. https://www.defense.gouv.fr/marine/equipements/sous-marins/sous-marins-nucleaire-lanceurs-d-engins/snle-le-triomphant-s-616

Gady, Franz-Stefan. 2019a. "India Launches 4th *Kalvari*-Class Attack Submarine". *The Diplomat.* Last modified May 06. https://thediplomat.com/2019/05/india-launches-4th-kalvari-class-attack-submarine/

———. 2019b. "India's Ministry of Defense Clears Procurement of Six New Attack Submarines". *The Diplomat.* Last modified February 06. https://thediplomat.com/2019/02/indias--ministry-of-defense-clears-procurement-of-six-new-attack-submarines/

———. 2019c. "Indonesia Launches Third *Nagapasa*-Class Diesel Electric Attack Submarine". *The Diplomat.* Last modified April 11. https://thediplomat.com/2019/04/indonesia--launches-third-nagapasa-class-diesel-electric-attack-submarine/

Gardiner, Robert, and Stephen Chumbley. 1995. Conway's All the World's Fighting Ships 1947-1995. London: Maritime Press.

Global Firepower. 2019. "World Military Strength Rankings".Accessed September 07. https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp?country_id=azerbaijan#navy

González, Miguel. 2018. "New Spanish High-Tech Submarine Has One Hitch: it Doesn't Fit in its Naval Base". *El País.* Last modified July 18. https://elpais.com/elpais/2018/07/18/inenglish/1531905099_853875.html

Gorenflo, Mark, and Michel Poirier. 2019. 'The Case for More Submarines'. Accessed September 29. https://www.public.navy.mil/subfor/underseawarfaremagazine/Issues/Archives/issue_06/more_submarines.html.

Gupta, Shishir, and Rahul Singh. 2019. "Only 1 of its 5 Submarines Operational, Pakistan Sends SOS to China". *Hindustan Times.* Last modified April 01. https://www.hindustantimes.com/india-news/lone-pak-submarine-on-patrol-as-4-undergo-repair/story-oBr1gGXTZODCVtdHsDBAPI.html

Hakapää, Karl. 2015. Innocent Passage. Oxford: Oxford University Press. https://www.ilsa.org/Jessup/Jessup18/Second%20Batch/OPIL_Innocent_Passage.pdf.

Herz, Mônica, Layla Dawood, and Victor Coutinho Lage. 2017. "A Nuclear Submarine in the South Atlantic: The Framing of Threats and Deterrence". *Contexto Internacional* 39 (2): 329–50. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-8529.2017390200007.

Hirdaris, Spyros E.,Y.F. Cheng, P. Shallcross, J. Bonafoux, D. Carlson, B. Prince, and G.A. Sarris 2014. "Considerations on the potential use of Nuclear Small Modular Reactor (SMR) technology for merchant marine propulsion". *Ocean Engineering* 79: 101-130. https://doi.org/10.1016/j.oceaneng.2013.10.015

Holland, J. 2018. The Battle of The Atlantic. London: Penguin Random House

Holmes, James. 2019. "The Case for Diesel Submarines in the U.S. Navy (And China Will Hate It)". National Interest. Last modified April 8. https://nationalinterest.org/blog/buzz/case-diesel-submarines-us-navy-and-china-will-hate-it-51517.

Hutchinson, Robert. 2005. Submarines: War Beneath the Waves from 1776 to the Present Day. Vol. 1. Washington, DC.: Smithsonian.

International Institute for Strategic Studies (IISS). 2019. The Military Balance. London: Routledge.

Jha, Saurav. 2016. "India's Undersea Deterrent". The Diplomat. Last modified March 30. https://thediplomat.com/2016/03/indias-undersea-deterrent/.

Kaplow, Jeffrey. 2015. "The Canary in the Nuclear Submarine: Assessing the Nonproliferation Risk of the Naval Nuclear Propulsion Loophole". *The Nonproliferation Review* 22 (2): 185–202.

Keck, Zachary. 2013. "The Submarine Race in the Malaccan Strait". The Diplomat. Last modified July 16. https://thediplomat.com/2013/07/the-submarine-race-in-the-malaccan-strait/.

Keck, Zachary. 2018. "France's New Nuclear-Powered Stealth Submarine Is a Killer. Here Is All We Know". *The National Interest.* Last modified August 06. https://nationalinterest.org/blog/buzz/frances-new-nuclear-powered-stealth-submarine-killer-here-all-we-know-28042

Klein, John. 2007. "Maritime strategy should heed U.S. and UK classics." Proceedings of the United States Naval Institute, 67-69.

Kramer, Andrew E. 2019. "Russian Deep-Sea Military Vessel Catches Fire, Killing 14". *The New York Times.* Last modified July 02. https://www.nytimes.com/2019/07/02/world/europe/russia-research-submarine-fire.html

Kuhlmann, Dietrich. 2000. 'Submarine Strike Comes of Age'. United States of America Navy. 2000. https://www.public.navy.mil/subfor/underseawarfaremagazine/Issues/Archives/issue_07/submarine_strike.htm.

Lappin, Yaakov. 2019. "Germany's Role in the Israeli Navy's Developing Submarine Fleet". The Begin-Sadat Center for Strategic Studies. Last modified January 13. https://besacenter.org/perspectives-papers/germany-israel-submarines/

Lautenschläger, K. 1983. "Technology and the Evolution of Naval Warfare". *International Security* 8 (2): 3-51. DOI: 10.2307/2538594

Lautenschlager, Karl. 1986. "The Submarine in Naval Warfare, 1901-2001". *International Security* 11 (3): 94–140. DOI: 10.2307/2538886

Lesiecki, Rafal. 2018. "Orka - The German Way: Will the Polish Navy Submarines be Built in Szczecin?". Defence 24. Last modified February 01. https://www.defence24.com/orka---the-german-way-will-the-polish-navy-submarines-be-built-in-szczecin

Mackenzie, Christina. 2019. "Naval Group Clinches $35 billion Australian Submarine Deal." *Defense News.* Last modified February 11. https://www.defensenews.com/global/europe/2019/02/11/naval-group-clinches-35-billion-australian-submarine-deal/

Majumdar, Dave. 2014. 'U.S. Navy Impressed with New Russian Attack Boat'. USNI

News. Last modified October 28. https://news.usni.org/2014/10/28/u-s-navy-impressed--new-russian-attack-boat.

Masahiro, Miyoshi. 2006. "The Submerged Passage of a Submarine through the Territorial Sea". *Singapore Year Book of International Law and Contributors* 10: 243–50. http://www.commonlii.org/sg/journals/SGYrBkIntLaw/2006/13.pdf

Mazarr, Michael. 2018. "Understanding Deterrence". RAND Corporation. Accessed July 10, 2019. https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/perspectives/PE200/PE295/RAND_PE295.pdf.

MercoPress. 2019. "Brazil Will Supply Argentina with German Built Submarines in Need of Repair". Accessed September 07. https://en.mercopress.com/2019/06/10/brazil--will-supply-argentina-with-german-built-submarines-in-need-of-repair.

Mizokami, Kyle. 2017a. "Israel Has a Submarine That Could Destroy Entire Nations (Armed with Nuclear Weapons)". *The National Interest.* Last modified December 06. https://nationalinterest.org/blog/the-buzz/israel-has-submarine-could-destroy-entire-nations-armed-23520

———. 2017b. "Ohio-Class Ballistic-Missile Submarines: The U.S. Military's Ultimate Weapon?". National Interest. Last modified September 16. https://nationalinterest.org/blog/the-buzz/ohio-class-ballistic-missile-submarines-the-us-militarys-22343.

———. 2018a. "North Korea Has Lots of Submarines (But Just How Dangerous Are They?)". *The National Interest.* Last modified January 24. https://nationalinterest.org/blog/the-buzz/north-korea-has-lots-submarines-just-how-dangerous-are-they-24199

———. 2018b. "The Royal Navy Is Building a Nuclear Missile Submarine That Could Kill Entire Nations". *The National Interest.* Last modified March 10. https://nationalinterest.org/blog/the-buzz/the-royal-navy-building-nuclear-missile-submarine-could-kill-24835

———. 2018c. "Should the U.S. Navy Buy Non-Nuclear Submarines?" Popular Mechanics. Last modified September 07. https://www.popularmechanics.com/military/navy-ships/a23028437/should-the-us-navy-buy-non-nuclear-submarines/.

———. 2019. "The Navy Fears This Deadly Stealth Submarine Could Sink An Aircraft Carrier". National Interest. Last modified February 01. https://yhoo.it/2XzS7an

National Museum of American History (NMAH). 2000. "Submarine Weapons: Ballistic Missiles". Accessed July 10, 2019. https://americanhistory.si.edu/subs/weapons/ballistic/index.html.

Naval Today. 2017. "German, Italian Ministries of Defense Extend Submarine Cooperation". Last modified March 15. https://navaltoday.com/2017/03/15/german-italian-ministries-of-defense-extend-submarine-cooperation/

———. 2018a. "Spanish Defense Ministry Confirms New Submarines Will Be over Budget, Jane's". Last modified February 15. https://navaltoday.com/2018/02/15/spanish-defense-ministry-confirms-new-submarines-will-be-over-budget-janes/

———. 2018b. "Turkey Starts Construction of Third Reis-Class Submarine". Last modified February 27. https://navaltoday.com/2018/02/27/turkey-starts-construction-of-third--reis-class-submarine/

———. 2019a. 'Algerian Navy Commissions Additional Two Kilo-Class Submarines'. Accessed September 07. https://navaltoday.com/2019/01/10/algerian-navy-commissions-additional-two-kilo-class-submarines/.

———. 2019b. "Indonesia Orders Additional Three 1,400-ton Submarines from South Korea". Last modified April 12. https://navaltoday.com/2019/04/12/south-korea-to-export--three-submarines-to-indonesia-under-usd-1b-deal/

———. 2019c. "German Submarine U36 Starting Five-Month Training Mission in Norway". Last modified January 22. https://navaltoday.com/2019/01/22/german-submarine-u-36-starting-five-month-training-mission-in-norway/

———. 2019d. "South Korea Approves Procurement of Next Batch of Aegis Destroyers, subs". Last modified May 06. https://navaltoday.com/2019/05/06/south-korea-approves--procurement-of-next-batch-of-aegis-destroyers-subs/

———. 2019f. "Sweden Announces Names of New A26 AIP Submarines". Last modified January 17. https://navaltoday.com/2019/01/17/sweden-announces-names-of-new-a26-aip--submarines/

Norway. Permanent Delegation of Norway to NATO. 2017. "Germany Chosen as Strategic Partner for New Submarines to Norway". Accessed September 07, 2019. https://www.norway.no/en/missions/nato/norway-nato/news-events-statements/news2/germany-chosen-as-strategic-partner-for-new-submarines-to-norway/Nuclear Threat Initiative. 2015a. "Chile Submarine Capabilities". Accessed September 07, 2019. https://www.nti.org/analysis/articles/chile-submarine-capabilities/.

———. 2015b. "Italy Submarine Capabilities". Last modified September 30. https://www.nti.org/analysis/articles/italy-submarine-capabilities/

———. 2017. 'Submarine Proliferation Resource Collection'. 8 December 2017. https://www.nti.org/analysis/reports/submarine-proliferation-overview/.

———. 2018b. "United States Submarine Capabilities". Accessed September 07, 2019. https://www.nti.org/analysis/articles/united-states-submarine-capabilities/.

———. 2018a. "North Korea Submarine Capabilities". Last modified October 04. https://www.nti.org/analysis/articles/north-korea-submarine-capabilities/

Ohff, Hans. 2017. "Nuclear versus Diesel-Electric: The Case for Conventional Submarines for the RAN". The Strategist. Last modified July 11. https://www.aspistrategist.org.au/nuclear-versus-diesel-electric-case-conventional-submarines-ran/.

Pacific Marine Defence. 2019. "Brief History of Diesel-Electric Submarines". Accessed July 10. https://www.pmbdefence.com.au/batteries/history-of-diesel-electric-submarines.

Parameswaran, Prashanth. 2018a. "New Scrutiny for Malaysia's Old Submarine Deal?". *The Diplomat.* Last modified June 08. https://thediplomat.com/2018/06/new-scrutiny-for-malaysias-old-submarine-deal/

———. 2018b. "What's in Vietnam's New Submarine Vessel?" *The Diplomat.* Accessed September 07, 2019. https://thediplomat.com/2018/06/whats-in-vietnams-new-submarine--vessel/.

———. 2018c. "When Will Malaysia Get New Submarines?". *The Diplomat.* Last modified February 26. https://thediplomat.com/2018/02/when-will-malaysia-get-new-submarines/

———. 2019. "What's Next for Indonesia-South Korea Submarine Cooperation?". *The Diplomat.* Last modified January 15. https://thediplomat.com/2019/01/whats-next-for-indonesia-south-korea-submarine-cooperation/

Parks, W. H. 2000. Making Law of War Treaties: Lessons from Submarine Warfare Regulation. Newport: Naval War College Press

Pelcastre, Julieta. 2019. "Peru Takes Part in 2019 Asia-Pacific Submarine Conference". Diálogos América. Accessed September 07. https://dialogo-americas.com/en/articles/peru--takes-part-2019-asia-pacific-submarine-conference.

Pike, John. 2016. "AGSS-569 Albacore". Global Security. Accessed July 10, 2019. https://www.globalsecurity.org/military/systems/ship/agss-569.htm.

———. 2017. "Hangor Class (Fr Daphné)". Global Security.Accessed July 10, 2019. https://www.globalsecurity.org/military/world/pakistan/hangor.htm.

———. 2019. "Kilo Class". Global Security. Accessed July 10. https://www.globalsecurity.org/military/world/china/kilo.htm.

Poder Naval. 2019. "Força de Submarinos da Marinha Venezuelana Está Inativa Há Quase Um Ano". Accessed September 07. https://www.naval.com.br/blog/2019/01/24/forca-

-de-submarinos-da-marinha-venezuelana-esta-inativa-ha-quase-um-ano/.

Polmar, Norman. 1986. Guide to the Soviet Navy. 4th Edition. Annapolis: United States Naval Institute.

Polmar, Norman, and K. J. Moore. 2005. Cold War Submarines: The Design and Construction of U.S. and Soviet Submarines, 1945-2001. Vol. 1. Lincoln: Potomac Books.

Redford, Duncan. 2010. Submarine: A Cultural History from the Great War to Nuclear Combat. Vol. 1. London: Tauris.

Regencia, Ted. 2019. "Rouhani Unveils Iran's Cruise Missile-Equipped Fateh Submarine". *Al Jazeera.* Last modified February 17. https://www.aljazeera.com/news/2019/02/rouhani-unveil-iran-cruise-missile-equipped-submarine-190217061811732.html

Republic of South Africa. 2018. "Submarines". Last modified 11 January. http://www.navy.mil.za/equipment/submarines.htm.

Roach, J. Ashley. 2002. "Legal Aspects of Modern Submarine Warfare". *Max Planck Yearbook of United Nations Law* 6: 367–85. https://www.mpil.de/files/pdf1/mpunyb_roach_6.pdf

Robertson, Taylor. 2019. "The Past Glory of Swedish Submarines". *International Policy Digest.* Last modified February 27. https://intpolicydigest.org/2019/02/27/the-past-glory-of--swedish-submarines/

Roblin, Sebastien. 2018a. "Germany Could Arm Europe with Some Truly Super Submarines". *The National Interest.* Last modified January 12. https://nationalinterest.org/blog/the-buzz/germany-could-arm-europe-some-truly-super-submarines-24056

———. 2018b. "Japan Just Launched a Deadly New Stealth Submarine Using Tech Straight Out of Your iPhone". *The National Interest.* Last modified October 13. https://nationalinterest.org/blog/buzz/japan-just-launched-deadly-new-stealth-submarine-using-tech-straight-out-your-iphone-33386

———. 2019. "Is Japan's Secret New Submarine a Real Threat to China?". *The National Interest.* Last modified July 28. https://nationalinterest.org/blog/buzz/japans-secret-new--submarine-real-threat-china-69307

Schelling, Thomas C. 1966. The Diplomacy of Violence. Vol. 2. New Haven: Yale University Press.

Shea, Thomas. 2017. The Nonproliferation and Disarmament Challenges of Naval Nuclear Propulsion. Vol. 1. Washington, D.C.: Federation of American Scientists.

Sieff, Martin. 1998. "Israel Buying 3 Submarines to Carry Nuclear Missiles". *The Washington Times.* Last modified July 01. https://fas.org/nuke/guide/israel/sub/internatl1.html

Silva, Antônio Ruy de Almeida, and José Augusto Abreu de Moura. 2016. "The Brazilian Navy's Nuclear-Powered Submarine Program". *The Nonproliferation Review* 23 (5): 617–33. https://doi.org/10.1080/10736700.2017.1337625

Staff, Toi. 2019. "Egypt Receives Third German Submarine of Four Promised in Deal". *The Times of Israel.* Last modified May 04. https://www.timesofisrael.com/egypt-receives-third-german-submarine-of-four-promised-in-deal/

Stratfor. 2019. "Iran, U.S.: Iran's Downing of a U.S. Drone Invites a Military Response". Last modified June 20. https://worldview.stratfor.com/article/iran-shoots-down-us-drone--us-military-strike-iran.

United Nations, General Assembly. Convention on the Law of the Sea, Montego Bay, 10 December 1982, available from https://www.refworld.org/docid/3dd8fd1b4.html

United Nations. 2019. "Glossary of Terms Relating to Treaty Actions". Accessed July 11. http://ask.un.org/faq/14594.

United States Navy. 2019. "Attack Submarines SSN". Accessed July 11. https://www.navy.mil/navydata/fact_display.asp?cid=4100&ct=4&tid=100.

Vaughan, Andrew. 2018. "Canadian Navy Decides to Start Upgrades to Extend Life of

Aging Submarine Fleet". *National Post*. Last modified June 20. https://nationalpost.com/news/politics/canadian-navy-pressing-ahead-on-life-extensions-for-submarines

Vego, Milan. 2009. Joint Operational Warfare. Vol. 1. Washington,D.C.: Government Printing Office.

Von Heinegg, Wolff. 2008. "Submarine Operations and International Law". In Law at War: The Law as It Was and the Law as It Should Be, edited by Ola Engdahl and Pål Wrange, 141–62. Boston: Martinus Nijhoff Publishers.

von Hippel, Frank. 2018. "'Mitigating the Threat of Nuclear Proliferation from Nuclear-Submarine Programs'". *Institute for International Science & Technology Policy Occasional Papers Series* 1: 9–21. https://cpb-us-e1.wpmucdn.com/blogs.gwu.edu/dist/c/1963/files/2018/10/Occasional-Paper-Publication-Series-1d91c1v.pdf

Walker, Michael, and Austin Krusz. 2018. "There's a Case for Diesels". US Naval Institute. Accessed July 11, 2019. https://www.usni.org/magazines/proceedings/2018/june/theres-case-diesels.

Wallace, Michael D., and Charles A. Meconis. 1995. "Submarine Proliferation and Regional Conflict". *Journal of Peace Research* 32 (1): 79–95. doi:10.1177/0022343395032001007.

Wang, Brian. 2016. "USA Is Not Buying the Cheaper and Deadlier AIP Stealth Submarine Capabilities but the Rest of the World Is". Last modified January 30. http://www.nextbigfuture.com/2016/01/usa-is-not-buying-cheaper-and-deadlier.html.

Williams, Simon O. 2014. "Law of the Sea Mechanisms: Examining UNCLOS Maritime Zones". The Maritime Executive. Accessed July 11, 2019. https://www.maritime-executive.com/article/Law-of-the-Sea-Mechanisms-Examining-UNCLOS-Maritime-Zones-2014-12-01.

Wootliff, Raoul. 2018. "In First, Netanyahu Gives Testimony in Submarines Probe". *The Times of Israel*. Last modified June 12. https://www.timesofisrael.com/in-first-netanyahu-gives-testimony-in-submarines-probe/

World Nuclear Association. 2019. "Nuclear-Powered Ships". Accessed July 11. http://www.world-nuclear.org/information-library/non-power-nuclear-applications/transport/nuclear-powered-ships.aspx.

Zhao, Tong. 2018. Tides of Change: China's Nuclear Ballistic Missile Submarines and Strategic Stability. Vol. 1. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace.

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 7 2019 | p. 248-283

DIRECTED-ENERGY WEAPONS

Júlia Moraes Porciuncula[1]
Luana Alonso Xavier de Miranda[2]
Mikael Domenici Correa[3]

ABSTRACT

The idea of laser cannons and railguns have been a fantasy not only for science-fiction fans, but also for militaries around the world. In recent decades, significant advancements have been made towards making these weapons a reality. Directed-Energy Weapons (DEWs) are slowly creeping into the international system and onto military testing grounds. These non-kinetic weapons produce a concentrated electromagnetic energy beam of atomic or subatomic particles that acts as the projectile of the weapon. Even though development of DEWs are still kept under wraps by the few governments that are working on them, available details test preconceived notions of the kinetic battlefield and bring serious humanitarian questions around the limits of non-lethality when discussing the effects of weapons. With the transformative capacities of DEWs in mind, it is of utmost importance that the possible issues raised by the development of DEWs and their future use in the battlefield be discussed as to prevent the worst that comes with a radical shift in military technology. In order to understand and address such a topic, this study guide will be divided into four main parts: (i) the first will focus on the historical background for these weapons, which will discuss the definition of the Directed-Energy Weapons, as well as the specifics involving Lasers and High Power Microwaves weapons and the first uses of these weaponry; (ii) next, the main issues concerning the use of DEWs within the international system, their distribution, regulation and delivery will be stated and addressed; (iii) third, we shall discuss previous international actions and how the issue of DEWs will be dealt with at the UN and Red Cross; (iv) finally, it will be possible to find, in Bloc Positions, the positions of some countries on this subject.

1 Júlia is a third-year International Relations student at UFRGS and director of DISEC.

2 Luana is a third-year International Relations student at UFRGS and assistant-director of DISEC.

3 Mikael is a final-year International Relations student at UFRGS and director of DISEC.

1 INTRODUCTION

In recent decades, substantial advances have been noted in electronic warfare systems and technologies, electronic protection, and electronic warfare. Electronic warfare systems are increasingly modernizing and have also been greatly benefited from advances in the computer technology sector. Still considered to be the pioneers of such technologies, the US has been greatly benefited from such advances, particularly in terms of military maintenance, advanced surveillance, communication and attack capabilities - altogether with a host of stealthy tactical, operational advantages and precision attack, giving unmatched operational advantages for over four decades. However, the aforementioned technological advances have not only remained under American protection, finding space in other nations capable of also imposing themselves internationally as military and technological powers, in this particular case also being able to develop the DEWs – Directed-Energy Weapons. These weapons are introduced into the international system and can be defined as systems that produce a concentrated electromagnetic energy beam of atomic or subatomic particles. Such weapons carry some promises, such as defensive and offensive nonkinetic attack options; cost-effective force multipliers; operational flexibility, among other points, which will be better addressed throughout this study guide.

Thus, technological innovation - within its various facets - has allowed, among other innovations, the development not only of new types of technological productions and armaments, but also a new way of making war. This study guide also mentions the development of the Revolution in Military Affairs (RMA), which basically refers to the moment of renewal of the military environment from the emergence of new technologies that allowed the occurrence of such a revolution, beginning in the post Cold War. Although not a consensus, the RMA may become an interesting theoretical support for minimally understanding the insertion of DEWs in international military issues - a matter that will be further discussed later.

In short, this study guide is divided into four main parts: a historical background, which will discuss the definition of DEWs, as well as the specifics involving Lasers and High Power Microwaves weapons and the first uses of these weaponry; the Statement of the Issue will address issues concerning the use of DEWs within the international system, their distribution, regulation and delivery; in Previous International Actions, the issue of DEWs will be dealt with at the UN and Red Cross and, finally, it will be possible to find, in Bloc Positions, the positions of some countries on this subject. Therefore, it is hoped that by reading this guide, some of the main doubts and questions about this type of weaponry will be resolved and that a healthy and well-founded debate on the subject will be possible.

2 HISTORICAL BACKGROUND

In order to introduce the subject, this session presents the scenario that lead to the development of DEWs.Therefore, the moment of the Revolution on MIlitary Affairs is briefly explained, preceding the definition of such weapons and the first known uses of these.

2.1 A POST COLD WAR SCENARIO: REVOLUTION ON MILITARY AFFAIRS (RMA)

Revolution on Military Affairs (RMA), although not a consensus, is a concept that would describe a moment of renewal on warfare at a time when new military technologies, strategies, doctrines, and techniques came together (Chapman 2003; Goure 2017; Mowthorpe 2002; O'Hanlon 2018). Those who agree with it, believe that we may have been facing a RMA since the end of the Cold War (between 1987 and 1988), when the fall of the Soviet Bloc and the ensuing wars waged by the United States of America, such as both wars in Iraq (1991 and 2003), led to a different perception on waging war and the incorporation of new technologies from the so-called "Information Age" (Chapman 2003; Tilford Jr. 1995; Visentini and Pereira 2012). A power balance system based solely on thermonuclear weaponry and intercontinental ballistic missiles was no longer unquestionable. The technologies developed since then made the idea of being victorious in combat with the less civilian victims and in the shortest time possible more credible, through what would be nicknamed a "silver bullet"; at the same time, the belief that very numerous forces were a necessity began to be revised (Ávila, Martins and Cepik 2009; Chapman 2003; O'Hanlon 2018; Tilford Jr. 1995).

The perception of scholars of the 1990s had, was that, not only would absolutely invincible weapons be created but also that information technology would be so advanced that any force of war could be located and targeted in an unprecedented time frame, partially also due to the integration of the military forces data. That, altogether, is what is believed to be a game-changer in terms of how war is fought (Ávila, Martins and Cepik 2009; Chapman 2003; O'Hanlon 2018). Safranski, in a 1995 work (cited in Ávila, Martins and Cepik 2009) would define this as the fourth generation war: the decisive factor in victory is not the number of soldiers nor is it the firepower or mechanics anymore; information services and network centric warfare take this place. Reforms on military structures are therefore employed aiming effectiveness rather than magnitude (Chapman 2003; Tilford Jr. 1995; Wilson 2007).

Another objective of the RMA is the reduction of the fog of war – meaning the "elimination of the unpredictable chaos of war" (Chapman 2003, 5). Related to the complete knowledge of the scene, which is provided by

the above mentioned integration of the information systems and precision guided munitions, the possibility of striking the exact aimed targets would, in thesis, reduce casualties and make resolution of conflicts faster. It also reduces the costs of war, since less time, personnel, and equipment are demanded. Even so, there are those who stand by the argument that said fog is not eliminated, just transformed into a new kind of challenge where the hacking and tampering of ICT systems is more usual; or that technology has historically not proven to be a savior when it comes to reducing casualties, as Tilford Jr. (1995) would exemplify quoting the use of Agent Orange during the Vietnam War (Ávila, Martins and Cepik 2009; Chapman 2003).

When it comes to DEWs, a warfare equipment developed around the time of the mentioned RMA, authors seem to agree they may not have been fully explored by then, but are going to set a milestone on the future (O'Hanlon 2018). The advances brought by these devices could set the path to achieving the exact objectives stated before and many more, such as "defense against short-range artillery shells and theater/intercontinental missiles, as well as anti-satellite capabilities that will contribute to a space control strategy" (Mowthorpe 2002, online).

2.2 DEFINITION OF DIRECTED-ENERGY WEAPONS (DEWS)

According to the Convention on Certain Conventional Weapons, a Directed-Energy Weapon (DEW) is "a beam of concentrated electromagnetic energy or atomic or subatomic particles, which is used as a direct means to incapacitate, injure or kill people, or to incapacitate, degrade, damage or destroy objects" (Article36, 2017). That said, the expression directed-energy means the unleash of a highly focused energy beam – laser and microwaves. In summary, DEWs are "capable of destroying a target by emitting and transferring extreme levels of energy towards [it]" (Chansoria 2014, online). The main physical principles involving the development of DEWs are electromagnetic waves: their basic unit is the *photon*, which are able to travel in a straight and constant line at the speed of light (300,000 kilometers per second). In addition to the speed, there are two other characteristics of great importance related to its basic physics principles: the length and frequency of electromagnetic waves, which vary inversely with the speed itself (Thompson and Goure 2003). Furthermore, electromagnetic waves are able to propagate even in the vacuum of space (Nielsen 1994). In practical terms, a weapon that uses this type of energy as its destructive mechanism can cross-cut great distances almost instantaneously. Those features results in the enablement of new concepts of military operations. For example, tracking and intercepting a target become more simplified, and the target's probability to avoid harm is greatly reduced (Thompson and Goure 2003).

Apart from the United States, several other countries are working

on the development of DEWs (e.g. Russia, China, India, Israel, UK, France, and South Korea). One of the main motivations for the existence of a great interest in DEWs is that these weapons have unique characteristics that are capable of potentially allowing new concepts of military operations. Regarding these characteristics, it is possible to list seven important factors that underscore the importance of the military utility of these armaments, according to Loren Thompson and Daniel Goure (2003, 4-5):

> (i) Directed-energy weapons are able to reach targets at the speed of light, because they are able to traverse great distances almost instantaneously;
> (ii) Their beams are not affected by gravity or atmospheric drag, because they have no mass;
> (iii) they are extremely precise. A direct-energy weapon is able to hit targets that are 500 kilometers distant with pinpoint accuracy;
> (iv) DEWs can achieve many results, lethal or nonlethal, destructive or disruptive, depending on the intensity of the energy that is deposited on targets or the wavelengths at which the energy is delivered;
> (v) They have minimal costs, because it expends only energy[4];
> (vi) They have capacity for repetitive engagements over protracted periods, depending only on the availability of energy and on the products used in the beam generation (heat, chemicals, etc.); And, lastly,
> (vii) their versatility in serving as sensing devices.

In the next subsections, the present work will be focused on discussing the types of DEWs, such as Lasers and High-Power Microwaves, in order to demonstrate their particular features and possible effects on the battlefield.

2.2.1 LASERS

According to Thompson and Goure (2003), a laser is a medium conversion energy, which can transform chemical or electrical energy into radiation, and is a product of quantum electronics. It is fundamentally nothing more than a device which can produce a highly energetic beam of light. Its interaction with matter must be seen as an interaction of light in discrete units: that is, light can be analyzed as a wave, subject to refraction, diffraction, and all such wave phenomena as it propagates; but when it is finally absorbed by a target, that light needs to be considered a stream of small bullets (Nielsen 1994). In order to better analyze that subject, it is possible to list three large groups of laser weapons, specific and proportional to each type of range and effect: Tactical High-Energy Laser (THEL), the Airborne Laser (ABL), and the Space-Based Laser Weapons (Thompson and Goure 2003).

4 According to Bilet (2015), although their initial development cost is supposed to be high, DEWs are responsible for a low cost of engagement (low cost per use and maintenance). For example, approximately $1 per shot in comparison to. $3.3m for a PAC-3 (Patriot Advanced Capability-3 missile).

The first group of weapons, the Tactical High-Energy Laser (THEL), which emerged in 1996 in a joint-effort between the US and Israel, can be described as a chemical laser developed to intercept medium-range rockets – in this case, 10 km. The development of these weapons took place in a context in which the US were interested in defending the northern border of Israel. There are, however, some concerns regarding the use of these weapons in offshore vessels, because, due to the characteristics of the atmosphere at sea level, absorption and dispersion of energy could occur. Therefore, the deployment of these weapons in aircraft is more likely than on ships (Thompson and Goure 2003). The second type of weapon, the Airborne Laser (ABL), is a program developed by the US Air Force that seeks to integrate a multi-megawatt chemical laser with a modified Boeing 747-400 so that ballistic missiles can be intercepted in their momentum, that is, in its initial stage, when its targets are still large, vulnerable, and easily located. Its range in relation to the ballistic missiles is 500-700 km. The basic concept behind the ABL is to fly at 40,000 feet and intercept boosting missiles before they can escape enemy air space or release warheads and penetration aids. Finally, the third group of laser weapons previously mentioned, the Space-Based Laser Weapons, have peculiar challenges; however, the possibility of deploying laser weapons in space allows advantages as unique and important as the hurdles. The biggest advantage, obviously, would be the protection of almost the entire land surface from the threat of ballistic missiles; however, even if all the material for the launching of this armament was available, the high cost of deploying and sustaining it would turn the execution unfeasible (AUSA 2003; Thompson and Goure 2003). However, it is important to endorse that the Outer Space Treaty (1967) does not forbid the the transit of weapons through space (e.g., ICBMs), just as it does not prohibit the use of space for military support functions such as intelligence collection, navigation or communications. The related treaty forbids only the deployment of weapons of mass destruction, generally held to mean nuclear weapons, in outer space or on the Moon (United Nations 2002). Thus, this International Law question should receive the required attention from the countries that are responsible for deploying this type of weaponry on the outer space, in order to not violate the present existing law.

2.2.2 HIGH-POWER MICROWAVES

Another type of direct-energy weapons are the High-Power Microwaves (HPMs). HPMs are weapons that can offer a particular range of frequencies which can transfer large quantities of electromagnetic energy to conductive objects at a distance (Bilet 2015). They offer some features that resemble the lasers, for example the high speed of transmission; and they have peculiar advantages, such as the possibility of propagation in any

climate condition and a minimal need for logistic support. However, HPMs are not as versatile as lasers and, since microwaves have an unpredictable propagation in the atmosphere, one of the main technical challenges of the HPMs is to generate a pulse directed enough to focus on a specific target that reaches said target with enough power. (Feickert 2018) According to Thompson and Goure (2003, 15) "HPMs basically operates like steerable radio transmitters, generating intense bursts of electromagnetic energy that can disable or destroy electronic systems, cause explosions, and lead to a variety of more subtle effects". HPMs can emit a lot of energy and can cause great damage, such as disabling an aircraft in flight, disrupting the command of surface forces, and even causing burns by heating the skin molecules of enemy personnel. Nonetheless, it is important to clarify that, according to the Rule 70 of the International Committee of The Red Cross, "the use of means and methods of warfare which are of a nature to cause superfluous injury or unnecessary suffering is prohibited" (ICRC 2019a). That said, according to Article36 (2017, 4) "there is a human rights concern over the DEWs, specially referring to rights to life, health, freedom of assembly (particularly in the case of weapons that could be used for crowd control such as millimetre and microwave weapons), and the prohibition on cruel, inhuman or degrading treatment". In contrast, since the levels at which radiation would be noticeable to humans are very low compared to the level of radiation required to disturb electronic equipment, most scenarios in which High-Power Microwaves are employed involve discriminatory attacks against electronic devices, with few side effects on people or physical infrastructure (Nielsen 1994). That said, HPMs weapons are essentially divided into two key technologies: Millimetre-Wave (MMW) devices and Electromagnetic Bombs (e-bombs) (Feickert 2018).

Regarding the Millimetre-Wave (MMW) devices, it is necessary to begin with a discussion about the Active Denial System (ADS). Developed initially in 2002, it is a HPM which transmits high-frequency waves at 95 GHz from a certain effective distance. The ADS is comparable to a radar system in its physical design, build, and operation apart from its operating frequency – and it can be used as a non-lethal weapon, emitting an energy that injures the enemy's skin without actually executing the person. In operation, the ADS prevents people from approaching restricted areas within several hundred meters (Feickert 2018).

The Electromagnetic Bombs, however, are devices capable of producing a non-nuclear electromagnetic explosion, emitting electromagnetic energy to electronic equipment at a given distance. Such feature allows this weaponry to destroy, disable, disrupt or damage electronic systems, circuitry, communications networks, and injure organic matter at a certain distance (Thompson and Goure 2003). The E-Bomb could be delivered in many ways, such as: cruise missile, unmanned aerial vehicle, or aerial bomb. According to Chopra and Kamboj (2013, 32), "the recent advent of GPS satellite navigation guidance kits for conventional bombs and glide

bombs has provided the optimal means for cheaply delivering such weapons". That said, it is possible to conclude that the E-Bombs are the devices that offer most significant operational advantages over nations outfitted with conventional weapons only (Chopra and Kamboj 2013).

2.3 FIRST USES

As previously mentioned, in 1996, Tactical High Energy Laser (THEL) weapons were developed in a joint effort between the US and Israel. The main purpose would be to build a chemical laser weapon – in this case using deuterium fluoride (DF) to cause an explosion on the target – capable of blinding a Katyusha rocket[5] (U.S. Army Space and Missile Defense Command 2000). However, after some tests and uses – in which THEL overturned 28 Katyusha rockets - the Pentagon decided, in 2006, to cancel the program on the grounds that the weapon was too large to be carried on vehicles (Feickert 2018). As an extension of the THEL system, a Mobile Tactical High Energy Laser (MTHEL) was also used to allow for a smaller, movable operating system capable of developing, testing, and mapping THELs. It is also important to note that the US is not the only country to have used laser weapons, as there are records that, in 2006, China employed a Tactical High Energy Laser weapon to try to distort US surveillance and recognition satellites (Ávila, Martins and Cepik 2009).

Regarding the use of High-Power Microwaves, the development of the Active Denial System (ADS) for the US Air Force Research Laboratory and the Department of Defence's Joint Non-Lethal Weapons Directorate first began in 2002. In 2010, the Taliban spread a rumor about the employment of this weapon in Afghanistan, although, officially, there are no records of the usage of this weapon in the region (Feickert 2018). In addition, as a means to contain Improvised Explosive Devices (IEDs) in Iraq and Afghanistan, a different version of HPM called "Max Power System"[6] was employed. In 2012, "a Max Power prototype was reportedly deployed to Afghanistan for nine months of testing where it was used for 19 combat missions with 'convoys across IED-infested roads and highways'" (Feickert 2018, 10). Similarly, in Russia, this type of weaponry has also been implemented. According to Ávila, Martins and Cepik (2009), the incorporation of HPMs into Russian armaments has been occurring since the beginning of the decade, both in a tactical and operational way.

As previously mentioned, there are many operational advantages of

5 This rocket, originally used in the Second World War by soviet soldiers, is used nowadays by the Hezbollah army, and was used against the northern population of Israel back in 1996 (Shaikh and Williams 2018).

6 Max Power System packs a full gigawatt of concentrated electromagnetic power into an armored truck. In comparison of an average home microwave oven, this is one billion times its power. Therefore, the vehicle is allowed to instantly destroy IEDs as it cruises through battle zones (Task&Purpose 2017).

employing or stockpiling DEWs, such as: low production and maintenance cost; low collateral damage and lethality, if managed under controlled energy levels (as previously mentioned); possibility to engage several targets at once, while also shooting at light speed; low environmental damage (however chemical lasers particularly may create concerns under environmental law, due to their use of a toxic chemicals to power the beam); and the difficulty to identify from where and by whom the attack was launched – what is known as deniability (Thompson and Goure 2003). The advent of such weapons produces a strategic effect in the International System, since they arise in a context of major transformations intrinsic to our century: the incipient energy matrix transition, the demographic transition, and the technological transition (mostly the modern digitization). Therefore, it is possible to understand that the introduction of such armaments is a determining factor to explain the tendency of a change in the ways of making war, just as the three global transitions mentioned before will produce deep but uncertain results in an ecological, economic, political, and institutional perspective (Ávila, Martins and Cepik 2009).

3 STATEMENT OF THE ISSUE

Now that the context when DEWs were developed was explained, as well as the definition presented and the first uses of this warfare recollected, the controversies and innovations related to its use can be discussed. First, the advantages are explored, with particular highlight to the alleged non-lethal character DEWs may have. Then, the international use and distribution is detailed, leading to a discussion on the regulation it may be subjected to. Lastly, the delivery systems are approached.

3.1 ADVANTAGES OF THE USE OF DEWS

As stated by Ávila, Martins and Cepik (2009), the advent of DEWs does not mean that all other means of warfare will cease to be deployed. Having said that, it may also be possible that, due to a number of factors and advantages, DEWs play a more frequent role of dissuasion on modern military competition in comparison to other technologies, such as nuclear weapons, for example. Some of those mentioned advantages are: speed, precision, applicability, and cost (Deveci 2007).

As explained in the previous sections of this study guide, DEWs are based on the transference of high levels of energy (electromagnetic radiation, microwaves, and lasers mostly), which makes speed one of its most obvious assets. The velocity in which they act is comparable to that of light, which elevates response capacity when they are used as defense systems against missiles. As Captain George Galdorosi (2019) would exemplify in a

US Department of Defense document, "in the two to five seconds it takes to deposit laser energy on a target, a Mach 4 missile will travel only about three nautical miles". That, along with the accuracy of their targeting and the amplitude of their range –both features unlike those of any traditional weapon – makes the power supply capability one of its only limitations (Chansoria 2014).

On the matter of applicability, the range of areas where DEWs may act is wide, being those related to both offensive and defensive capabilities. Captain Galdorosi cited some of them:

> Directed energy offers the potential to disrupt the sensors of an attacking small craft at the maximum line of sight. [...] The rapid responsiveness [...] makes them particularly useful against high-speed patrol boats or surface--effect craft that can outmaneuver conventional gun systems. [...] the solid-state laser and the high-powered microwave can be particularly effective against swarming small boats – and the people who man them – and are superior to kinetic weapons for a number of reasons. [...] Directed-energy weapons also can be useful in ballistic missile defense. They offer the potential to target ballistic missiles in all phases of their trajectory, including launch, boost, and in-flight, thus helping to restore the advantage to the defender. The long range of directed-energy systems and their ability to target the guidance systems of ballistic missiles make them particularly useful. (Galdorosi 2019, online)

There is, undeniably, much more research to be done on this field, and that requires investment, but costs associated with both use and development of DEWs created up until now is significantly lower than those involved with thermonuclear warfare, for example (Ávila, Martins and Cepik 2009; Mowthorpe 2002; Galdorosi 2019). This brings back the discussion on the historically declining defense budgets as percentage of GDP, motivated in part by the social-political reaction of civil society (Reuters 2017; The World Bank 2019). However, another war-related cost other than the economical, that of human lives, may also be significantly lowered by the use of this technology (LeVine 2018).

3.1.1 DEWS AS NON-LETHAL WEAPONS

Relating especially to the previously mentioned accuracy of the strikes of DEWs, is the possibility to reduce the loss of human lives. In spite of the US Department of Defense's own website stating that "The mission of the Department of Defense is to provide a lethal Joint Force to defend the security of our country and sustain American influence abroad" (Galdorosi 2019, online), Non-Lethal Directed-Energy Weapons (NL-DEWs) come as a means of clarifying intentions and modulating the force of response or first action, enabling military goals to be achieved without the usual high collateral deaths and propriety destruction rates (Herbert 1999; Law 2016;

LeVine 2018). Authors like Herbert (1999) argue that consciousness on those matters was awoken specially after the evacuation of Somalia, in 1995.

This technology, as explained by the Principal Deputy Director of the Joint Non-Lethal Weapons Directorate, Ms. Susan Levine, would change the way conflicts are waged, specially in urban areas: "Future non-lethal directed energy weapons may enable maneuver in urban environments allowing separation of hostile forces from civilians, enhancing the effectiveness of lethal fires while avoiding undue civilian casualties or collateral damage" (LeVine 2018, 14). The key concept on this subject is incapacitation, which, in the case of DEWs may take form in the disablement of enemy's vessels and personnel, on the last matter through human electro-muscular incapacitation, temporarily blinding or body heating lasers, and other outcomes (Evancoe 2012; LeVine 2018).

For sure, the use of DEWs as non-lethal weaponry would represent less of a good will action than a search for validation. It may reduce commotion, resentment, and resistance towards military actions, while extreme uses of force usually strengthen it. It is a way for states to defend themselves and attack others without disrupting their morals and losing political support as much as conventional war would usually does. A military mission is much more likely to be widely approved when it attacks communication and electrical systems, sensors and infrastructure key points, without damaging homes and directly hurting the civilians around it (Evancoe 2012; Herbert 1999). A Reuters report (2017) states that the market for NL Weapons in 2016 was already at USD 6.32 billion and was expected to reach USD 11.85 billion by 2023, being DEWs where investments will be concentrated.

Finally, some may say non-lethal weapons allow diplomacy to work through strategic paralysis, making the enemy vulnerable and possibly more open to discussion, while not humiliatingly defeated. Non-Lethal DEWs would act in the intermediate situations, opening up a new way to resolve conflicts by offering "options in circumstances in which diplomacy is not enough and lethal force is too much"(Herbert 1999, 88).

3.2 INTERNATIONAL USE AND DISTRIBUTION

Other than using HPMs against personnel, radio and electronic systems, and lasers to guide projectiles, dazzle and disorient enemies in combat, there have been very few confirmed cases of effective DEW usage (Maini 2018). Most of these weapon systems are still in development and testing and it is estimated that they will start appearing in the battlefield around 2030 (Maini 2018). Furthermore, only a handful of countries are leading the development of DEWs, with most of them being major military powers such as Russia, China, India, France, the United Kingdom, the United States of America, and Israel (Roso, Moreira and Oliveira 2014; Feickert 2018).

HPM-based DEWs have both defensive and offensive potential. They

should be able to be used as mounted defensive systems on land and sea based platforms. There also exists the possibility of an HPM-based airborne defensive system that protects a target from enemy radars and missiles. Regarding offensive implementations, these will include e-bombs, HPM weapons on aircraft, and cruise missiles with e-bomb warheads (Maini 2018).

Laser-based DEWs have a lot of defensive potential, such as in ground defense against enemy artillery, rockets, mortars, and UAVs. Furthermore, laser-based DEWs can prove to be effective defense systems on sea and air vehicles against incoming cruise missiles, surface-to-air missiles, and tactical ballistic missiles. Some even state that lasers could be used in space as space-based lasers and anti-satellite defense systems. Finally, laser-based DEWs have the potential to neutralize explosives such as IEDs, mines, and unexploded ordnance in the field (Maini 2018).

3.3 REGULATION OF DEWS

Currently, there is no established definition of DEWs in international law. Furthermore, they are not yet a priority on the agendas of existing multilateral fora and organizations (Article36 2017). This means that there is still no existing framework to regulate development, use, and legality that is strictly designed with DEWs in mind. However, there are some general regimes that currently apply to DEWs to some extent (Article36 2017).

The Convention on Certain Conventional Weapons (CCW), for example, has a protocol on blinding lasers[7] that limits the use of lasers whose function is to permanently blind targets. Nonetheless, lasers that do not cause permanent blindness do not fall under the Protocol on Blinding Lasers and are legitimate weapons of war under current international law (Feickert 2018). Another argument that could limit the future employment of DEWs is the CCWs prohibition of weapons that are deemed, in their words, excessively injurious. However, this argument is questionable since it can be argued that DEWs are possibly some of the most accurate weapons in existence, making them less prone to cause collateral damage, being, in turn, more humane than traditional kinetic weapons (Feickert 2018). At the same time, said accuracy is also questionable, since the width of the beam – which is directly related to the area it affects – could in fact cause more collateral damage (Article36 2017). Collateral damage may be higher than anticipated DEWs through possible side-effects such as radiation sickness (Article36 2017; Maini 2018).

Another difficult discussion is that of the lethality of DEWs, with some being developed as lethal weapons and others as non-lethal or less--lethal weapons. Some DEWs are even being developed for police use and riot control (Maini 2018; Article36 2017; Feickert 2018). Nonetheless, the

7 Protocol IV of the CCW - "Protocol on Blinding Lasers" (Feickert 2018)

"incapacitation" effects stated in subsection 3.1.1 - such as heating the human body, electro-muscular incapacitation and temporarily blinding - could be questioned from a human rights standpoint.

Even though initial DEW development has had a defensive focus, further development into offensive weaponry and greater effectiveness could lead to large disparities in military strength, considering that DEWs could come to render conventional weapons ineffective. Such a situation would force states to seek directed-energy capabilities and could lead to an arms race for these new technologies (Feickert 2018).

3.4 DELIVERY SYSTEMS

As the name implies, DEWs utilize directed-energy "in the form of a concentrated beam of electromagnetic energy or atomic or subatomic particles in the targeted direction"(Maini 2018, 1052) in order to damage troops, equipment and facilities. In principle, DEWs follow the same concepts as traditional, kinetic weapons – they both seek to inflict structural and incendiary damage by delivering a large amount of stored energy. Both types of weapons need to deal with effectively traveling through the atmosphere, hitting and damaging a target. What differs between the two types of weapons is that while conventional kinetic weapons deliver at subsonic or supersonic speeds, DEWs deliver energy and force at the speed of light (Maini 2018). In order to explain how DEWs are delivered, we must understand how they generate and direct energy. Most of the time, these weapons systems are boarded onto land, sea, or aerial vehicles and platforms (Maini 2018).

HPM weapons are comprised by a pulse power source responsible for driving the microwave source, a high power microwave source, and a transmitting antenna, which is responsible for directing the generated microwaves towards a target through the atmosphere (Maini 2018). There are other systems onboard, such as tracking, aiming, and control systems. It is important to note that HPM weapons are area weapons that affect everything in their range of effect (Maini 2018).

High power microwaves have two main types of sources: impulsive sources and linear beam sources. Impulsive sources charge an antenna directly from a power supply in order to generate microwave energy pulses. These pulses are slowly stored and rapidly discharged. Linear beam sources generate microwave energy by converting the kinetic energy of an electron beam into a microwave beam, which is made up of electromagnetic energy (Maini 2018). An HPM weapon's firing capability and magazine is dependent on its power source. As long as there is a power source, they can be operated indefinitely, meaning that cost per shot is low when compared to traditional kinetic weapons (Maini 2018).

Antennas are one of the most important components of HPM we-

apons, since they are the ones responsible for directing and transmitting microwave energy into and through the atmosphere (Maini 2018). Furthermore, antennas play a large role in the operability of HPM weapons:

> To meet the increasing requirements of having HPM weapon systems on smaller platforms, antenna size can play an important role. Antenna shape is also an issue as it influences to a great extent whether air breakdown phenomenon is an issue or not at high power levels (Maini 2018, 1030).

Other than as a boarded weapons system, HPMs can be delivered through an electromagnetic bomb (e-bomb). This type of ordnance makes use of both directed-energy technology and more traditional delivery mechanisms such as cruise missiles. The main advantage of an e-bomb over kinetic bombs is that e-bombs weight inherently less than kinetic bombs, offering much greater lethality in relation to mass (Maini 2018).

Laser-based DEWs are made up of a high-power laser source – which is responsible for generating a laser beam – and a beam-control system, which is responsible for the laser's precision and for focusing energy at a target. Beam-control systems also dictate a laser beam's shape, stabilization, and atmospheric correction (Maini 2018). Propagation through the atmosphere implicates propagation effects on the beam that can impact effectiveness and lethality (Maini 2018).

Laser weapons, such as HPM weapons, are mostly delivered and deployed on vehicle-mounted systems and some aircraft. An exception to this are some dazzlers and tactical lasers, which can be portable and mounted on combat weapons (Maini 2018). Most DEW projects in general being developed and researched are vehicle-mounted weapons systems. For the time being, these efforts are very much focused on defensive and anti-air measures (Maini 2018; Feickert 2018). However, the basic principles and delivery are carried over for offensive, defensive, lethal, and non-lethal implementations.

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

Having considered the issues and challenges stemming from the development and proliferation of DEWs, it becomes relevant to understand which measures – if any – are being taken by the international community. Therefore, the present section will address the previous actions that were carried out by international organizations – namely the ICRC and the United Nations – regarding the control of development, production, and employment and employment of DEWs or other similar weapon systems.

4.1 THE INTERNATIONAL COMMITTEE OF THE RED CROSS (ICRC)

The International Committee of the Red Cross (ICRC) is a humanitarian organization which aims to assist and encourage States to "implement, on the national level, the treaty provisions setting out the principles on which prohibitions and restrictions on weapons must be based, and above all to take part in the drafting of the relevant international rules" (Sandoz 2000, online). It performs these activities through its Advisory Service, formed by legal specialists, present in many countries; or through its experts meetings, which gather the necessary information for the governmental entities to decide on these subjects (Sandoz 2000). Although, up to this date, it has not made many specific statements on the matter of DEWs, some documents it published or commented address the issue.

One of these, published in 2006, is a guide for States on how to deal with new weapons in accordance with Article 36 of Protocol I Additional to the 1949 Geneva Convention, be it by deciding on its legality or by proposing studies and review processes. One of the core needs was to analyze not only the weapon system *per se*, but the many methods by which it is employed. The article specifically states that "In the study, development, acquisition or adoption of a new weapon, means or method of warfare [...]" (ICRC 2010, 34) states are obligated to determine if it violates the protocol or any other international law (ICRC 2006).

The 27th International Conference of the Red Cross and Red Crescent, which happened in 1999, urged states to determine the procedures that would decide on its legality. Afterwards, in 2001, the Second Review Conference of the Convention on Certain Conventional Weapons (CCW) insisted on the need for States to formalize the procedures on reviewing new weapon systems. Efforts were not ceased, however, as during the 28th International Conference of the Red Cross and Red Crescent, in 2003, it was a consensus that a multidisciplinary review "including military, legal, environmental and health-related considerations" was essential (ICRC 2006, 6-7).

When discussing how and at which point this review should take place, the guide alerts to a number of factors, being the main ones: technical description, technical performance, health-related considerations, manufacturing, and purchase processes. The ICRC also notes that states must be sure as much information on the foreseeable effects on populations has been studied; and also if it may provoke "predictable or expected long term or permanent alteration to the victims' psychology or physiology"(ICRC 2006, 19). Finally, the decision on who should participate in this process involves selecting the responsible authorities, the involved governmental departments or sectors, experts who should be consulted, and the character of the decision – be it mandatory or recommendatory (ICRC 2006).

The fact that DEWs may be used as non-lethal weapons, but that their exact effects are yet unknown or could be adapted, would also demand attention to other articles of the Protocol I Additional to the 1949 Geneva Convention. Most notably, among these, are those that go against weapon-

ry that may cause "superfluous injury or unnecessary suffering " (Art. 35); "widespread, long-term and severe damage to the natural environment "(Articles 35 and 55); and "incidental loss of civilian life, injury to civilians, damage to civilian objects, or a combination thereof " (Art. 51), taking into consideration the principle of proportionality in International Humanitarian Law[8] (ICRC 2010, 34-44). It is also important to observe Article 8, paragraph xx of the Rome Statute of the International Criminal Court of 1998, pointed out by the same guide (ICRC 2006). It defines a war crime as one:

> xx) Employing weapons, projectiles and material and methods of warfare which are of a nature to cause superfluous injury or unnecessary suffering or which are inherently indiscriminate in violation of the international law of armed conflict, provided that such weapons, projectiles and material and methods of warfare are the subject of a comprehensive prohibition and are included in an annex to this Statute, by an amendment in accordance with the relevant provisions set forth in articles 121 and 123 (ICC 1998, 11).

Furthermore, there is a large number of treaties that already prohibit or restrict the use of certain new weapons, such as the Protocol on Blinding Laser Weapons (1995), which is interpreted by the ICRC study on Customary International Humanitarian Law as a constraint on using these to permanently blind others (ICRC 2006); or the Fourth Protocol to the Convention on Prohibitions or Restriction on the Use of Certain Conventional Weapons Which May be Deemed to be Excessively Injurious or to Have Indiscriminate Effects (Stupland Neuneck 2005). The Committee endorses this Protocol because it believes lasers could proliferate rapidly and easily, being available to terrorist groups and others which may intensify internal conflicts. Besides, in spite of not being lethal, this kind of weapon limits one's opportunities to defend oneself and to live an independent life. A temporary effect is unlikely since "The level of energy required to flash blind is so close to that which will leave a person permanently blind, that intentional flash blinding is virtually impossible in the theatre of war" (ICRC 1994, online).

The Red Cross has historically positioned itself against this method of warfare – characterized as a DEW – hence the proposition of a prohibition of this use of lasers. This proposition, however, would not interfere in a State's permission to develop technologies for range and anti-sensor purposes. Thirteen countries formally backed the proposition, and many more supported it in an informal manner in August 1994 (ICRC 1994). Afterward, in 1995, the organization published "Blinding Weapons", a book which alerts to the lack of medical treatment knowledge and to the dangers associated with these silent, invisible weapons (ICRC 1995). On that same year, the following statement was addressed to the United Nations

8 This principle forbids military operations to use means and methods of warfare in a way that may cause excessive harm to civilians and it's objects when taken into consideration the military advantage pursued by such action (ICRC 2019b).

member states:

> The ICRC urges governments to give serious thought to the dangers of blinding weapons during the Review Conference on the 1980 United Nations Convention before it is too late.[...]
> *Article 1:* It is prohibited to employ laser beams of a nature to cause permanent blindness (serious damage) against the eyesight of persons as a method of warfare.
> *Article 2:* It is prohibited to (produce and) employ laser weapons primarily designed to blind (permanently) (ICRC 1995).

4.2 THE UNITED NATIONS

The United Nations has not discussed thoroughly DEWs, devoted a meeting to them or taken any decisions regarding them as of yet. Directed-energy weaponry, however, is mentioned briefly when disarmament and arms race prevention in space was a topic of discussion in the early 1990s (Alves 1991). Furthermore, laser weaponry is explicitly taken into consideration in the CCW's Protocol IV - Protocol on Blinding Laser Weapons (United Nations 1980). Since Protocol IV is the only UN framework that approaches considering DEWs explicitly, the focus of this section will be the Protocol on Blinding Laser Weapons.

First, it is important to emphasize that Protocol IV only considers laser weapons, an already limited scope within the many developments in directed-energy weaponry. Of the laser weapons covered by the protocol, only those which are developed in order to blind human targets are actually covered. Article 1 of the Protocol on Blinding Laser Weapons prohibits the use of laser weapons which are specifically designed to cause permanent blindness to the naked eye or to the eye with corrective eyesight devices such as glasses. The same article also prohibits the transfer of these weapons to any State or non-State actor, seeking to prevent its proliferation (United Nations 1980). Most DEWs currently being developed, however, do not seek to cause permanent blindness as their main combat function.

Article 2 of the Protocol requires signatories to take precautions to avoid permanent blindness in the employment of laser weapons. Article 3, however, is where the Protocol fails to regulate DEWs, stating that "Blinding as an incidental or collateral effect of the legitimate military employment of laser systems, including laser systems used against optical equipment, is not covered by the prohibition of this Protocol" (United Nations 1980). Article 4 only serves to specify what the protocol means by permanent blindness[9]. With the text of Article 3, the Protocol fails to prohibit most of the laser weapons being developed in DEW re-

9 "For the purpose of this protocol 'permanent blindness' means irreversible and uncorrectable loss of vision which is seriously disabling with no prospect of recovery. Serious disability is equivalent to visual acuity of less than 20/200 Snellen measured using both eyes" (United Nations 1980, online).

search. Hence, Protocol IV does not regulate most – if not all – developments being made by countries towards battlefield-approved DEWs.

As such, DEWs are being developed outside the already existing UN frameworks, and bodies such as DISEC, the Conference of Disarmament, and the CCW. One of the possible reasons for the lack of regulamentation is also the lack of battle-tried directed-energy weaponry and resulting data. It is questionable, however, if one has to await the employment of these weapons on the battlefield in order to regulate them. Some of their effects such as their theoretical lethal and non-lethal effects are already known. The question that remains is whether the United Nations and the international community will stand and watch as these weapons are developed or if they will intervene before a potential disaster happens. With few countries actively moving towards DEWs, there has been a lack of discussions in the international community that proactively face the challenges that DEWs can bring to the international system.

5 BLOC POSITIONS

The People's Democratic Republic of **Algeria** is considered to have the second strongest military in all of Africa, with a projected military budget of around USD 10.5 billion for 2019 (GFP 2019a). Algeria's rise to the position of a continental military power occurred very rapidly and tends to continue, as Algiers continues to invest strongly in the development of its defense industry. Throughout the 20th and 21st centuries, the country has had strong ties with Russia in the promotion of technological development for this sector, however, more recently, the Algerian government has sought to research and develop its military industry internally, in order to reduce external dependence (Research and Markets 2019). Specifically regarding DEWs, it is very unlikely that the country will pursue their development in the near future, especially since it has agreed to the Protocol on Blinding Lasers to the CCW in 2015 (Lasbury 2017). Nonetheless, it is essential to point out that Algeria has been going through a very complicated period of protests and political change and which former president, Abdelaziz Bouteflika, was driven out of office after 20 years, which might bring about foreign policy changes (Chikhi 2019).

Argentina is one of the main military powers in South America, second only to Brazil, and is, therefore, a very influential political actor in the region. Having a projected military budget of around USD 4.3 billion for the year of 2019, it is clear that the Argentinian defense sector is in an unstable situation and has been declining over the past years and decades (GFP 2019b; Global Security 2019). The country is not expected to develop Directed Energy Weapons in the near future, as Buenos Aires has ratified a series of international treaties on disarmament, including the Protocol on Blinding Laser Weapons (UNODA 2019b). Following the severe downfall of

Argentina's defense industry, the nation has acquired most of its military equipment from countries such as the U.S. and France. Thus, the only viable possibility for the country to obtain DEWs is through purchase from said nations (Global Security 2019).

Australia is one of the most important actors in ensuring peace and security in the Asia-Pacific region (Coles 2003). The country has very strong ties with NATO and its members, providing support for its missions worldwide and working to increase the interoperability of military assets (NATO 2019b). Regarding the development of DEWs, Canberra has been working in the production of scientific knowledge related to the development and usage of such weapons. In spite of having ratified Protocol on Blinding Laser Weapons to the CCW, it is not unlikely that Australia will seek to acquire anti-materiel and anti-personnel DEWs, in order to tackle the country's defense issues – consisting of non-state actors rather than conventional forces – more efficiently (Coles 2003). Furthermore, with a proposed military budget of USD 26.3 billion for the year of 2019, it is possible, however still unlikely, that the nation will employ some of its resources to obtain such weapons (GFP 2019c).

For over 25 years, **Azerbaijan** has been a reliable partner of NATO, promoting technical cooperation, interoperability, and participating in NATO-led missions (NATO 2018a). This happens, in large measure, due to the strong cooperation between Azerbaijan and Turkey, especially in the energy sector. The partnership with Ankara is a crucial aspect of Baku's foreign policy, as both countries tend to have very similar stances on a number of relevant international issues. Another point of the Azerbaijani international relations that should be emphasized is its long-lasting and ongoing territorial dispute with Armenia (Aras and Akpınar 2011). Furthermore, it is relevant to note that the country is not a party to important international conventions such as the CCW, which shows a limited commitment to international disarmament (UNODA 2019c) Considering this conflicted environment and the lack of international constraints, it is likely that Baku will seek to develop new and innovative weapons systems.

Although currently going through a moment of economic hardship, **Brazil** still possesses the highest defense expenditure in Latin America, with a well established national defense industry. Apart from cooperating with regional players such as Chile and Colombia, with which it maintains joint military programs, Brasília has also signed, in recent years, contracts in the field of defense projects with France, Sweden and the United States (IISS 2019), being the later a growing partner within the frameworks of Brazil's changing foreign policy. The country possesses research on a national level on High-Power Lasers (HPL), carried out by the *Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial*. The Brazilian Air Force (FAB) has issued official reports on the importance of such kind of weaponry in different occasions since 2000 (Roso et al. 2014). Since 2018, Brazil is a state party to the ATT. In spite of that, government authorities hold the view that the

arms exports are a matter of national security, thus maintaining a certain level of confidentiality towards the matter (Conectas 2018).

The **People's Republic of China** is carrying out a major process of armed forces modernization, with both the introduction of cutting-edge technology into defense systems and the deployment of higher quantity of equipment and staff, and strengthening the development of a robust national defense industry (IISS 2019). Acknowledging the increasing importance of directed-energy weapons as a means of warfare, Beijing authorities have already expressed significant interest in further developing the country's capabilities in the field, especially when it comes to high-power microwaves (HPM) weapons. In addition, due to the expressive relevance of its Outer Space program, China is a pivotal player regarding the militarization of said domain, thus playing a significant role in defining whether space laser weapons satellites will be a fair means of warfare or not (Fischer 2017). In 2019, a state broadcaster reported that the Chinese People's Liberation Army (CPLA) disclosed a directed-energy weapon capable of both non-lethal uses and targets' destruction purposes, in addition to its "warship--mounted electromagnetic railgun installed on a Type 072II Yuting-class tank-landing ship, called the Haiyangshan" (Defense Blog 2019, online). Regarding the ATT, Beijing has neither signed nor ratified it; however, in 2019, the Foreign Ministry declared that the country is considering joining it, given its importance to the control of conventional weaponry (CGTN 2019).

Canada possesses an active defense engagement with the North Atlantic Treaty Organization (NATO), with the institution's operations being in the center of Ottawa's military activities, alongside territorial protection (IISS 2019). Being a NATO member, the country recognizes the increasing role of directed-energy weapons in warfare, thus carrying research activities on the matter out within the frameworks of the Canadian Army. Moreover, "the cross-service potential of this technology has also been recognized by the Royal Canadian Navy, which envisions it to be a possible component of its next generation surface platforms" (Pudo e Galuga 2017). Regarding the ATT, Canada became a full member on September 17th, 2019, accompanied by an amendment to the Constitution in order to fully comply with the treaty (Canada 2019).

Bangladesh is part of the Islamic Military Counter Terrorism Coalition, which involves many countries of Northern Africa, the Middle East, Turkey, and others (IMCTC 2019). In terms of improving military capabilities, Bangladesh has been increasing spending since 2009, surpassing 3,800 billion dollars (Trading Economics 2018a). Much of this has to do with the Forces Goal 2030 program, whose objective is to modernise their armed forces, including equipment ranging from armored personnel carriers to unmanned aircraft as well as increasing production of already owned technology. Most of these acquisitions will come from Russia and, specially, China (Mushtaq 2018). Bangladesh is the only South Asian country to sign the ATT, having done so in 2013, but has not yet ratified it (UNODA 2019a).

Colombia is not part of any international military organization, although in recent years dialogue and cooperation with NATO have been increasing, especially in the area of interoperability. Most of Colombia's recent acquisitions come from the United States, most significantly their F-16s, having been boosted in consequence of the Venezuelan situation. Thus, Colombia's military spending has increased significantly in the last three years (Seligman 2019; Reuters 2018). Colombia has signed, but not yet ratified, the ATT, having been an advocate for it in the United Nations General Assembly (UNODA 2019a).

Egypt was one of the founding members of the League of Arab States and, thus, is a signatory of the Joint Defence and Economic Co-operation Treaty, established in 1950. Egypt is also one of the founders of the Islamic Military Counter Terrorism Coalition (IMCTC 2019). The country's arms purchases have shifted in this decade, from the U.S. to Western Europe (mainly France and Germany), and more recently to Russia, having signed a two billion deal for 20 russian Sukhoi SU-35 fighter jets (Shaul 2019). In an attempt to modernise the armed forces Egypt's military spending's rise has allegedly led to an all-time external debt, having reached almost 90 billion dollars in 2018 (Timep 2018). Egypt is not a signatory of the ATT, having abstained during the General Assembly gathering (UNODA 2019a).

In terms of multilateral military relations, **Chile** is a signatory of the Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance, was a member of the Union of South American Nations and was the main proponent of the recent integration forum PROSUL. Chile has been, in the middle 2000s, the largest importer of conventional weapons in South America, as well as the only country in the region to maintain military spending above 3.5%, having been surpassed only by Venezuela in 2007. Most of these purchases come from european countries. Chile is a signatory of the ATT (UNODA 2019a).

In 2019, **India's** government published a roadmap to spend USD 130 billion on modernizing the country's armed forces, in a plan that includes a range of weapons, missiles, air defense systems, fighter jets, submarines and warships, drones, surveillance equipment, and developing infrastructure for extensive use of artificial intelligence (The Economic Times 2019). Regarding DEWs, recently India's primary defense research organization Defense Research and Development Organization (DRDO) conducted a successful test of a laser system and it is a breakthrough in the country's efforts to develop such kind of weaponry. India has been researching about the use of Direct Energy Weapons since 2013, according to DRDO's Press Information Bureau. The deployment of DEW's would be crucial for Indian forces to take on and engage threats from missiles and unmanned aerial vehicles (UAVs), most notably those regarding its border dispute in the regions of Jammu and Kashmir (The Economic Times 2018).

In general, the **French Republic** has been developing laser weapons since early 2000s, although the debate on the development of these weapons in the country has existed since the 1980s in the context of

the Cold War (Parpart-Henke 1983). In 2019, the country inaugurated a development environment aimed solely at testing laser weapons at pre-established targets, which will be of great use for military employment, as the country has an interest in completely mastering laser weapons and gaining strategic autonomy in this area (Army Recognition 2019a). In addition, France has been making joint efforts with **Germany,** which, in its turn, is at least two years behind in comparison to the US' arms developments in this field. However, earlier in 2019, Germany has made significant progress with 100 kW military lasers, which successfully targeted and neutralized mortars and drones (NextBigFuture 2019).

Indonesia had a military spending of USD 7.661 billion in 2018 (Trading Economics 2018b) and is part of ASEAN which, in spite of not being an organization for military cooperation, those sorts of alliances exist extensively between member countries. In 2018, Indonesia and Australia signed a pact to develop bilateral security relations in the Indo-Pacific region (The Diplomat 2018), demonstrating Indonesian political-military alignment – close to the European powers and the US. With regard to military modernization, Indonesia is expected to continue to grow, as the country is speculated to be among the largest economies in the world by 2030 (Schreer 2013). Furthermore, considering its eagerness to curb Chinese growth and even to reach it, Jakarta can also be expected to engage in the development of Directed Energy Weapons in the near future.

In 2013, **Iran'**s Armed Forces successfully developed laser weapon system technology, while also claiming to be capable of developing laser guns. The country has already achieved its self-sufficiency in war development (Trend News Agency 2013) and, as far as DEWs are concerned, Iran believes they are essential weapons to combat US lasers (Iran Front Page 2019). Regarding another important actor in the Middle East, **Israel**, in 1982, reportedly used lasers in the Lebanon War, also employing such technology for guided munitions. In 1996, the country began cooperative efforts with the United States to develop a laser system capable of shooting down Katyusha rockets, mortars, and other artillery projectiles. In 2014, Tel Aviv reported the start of the development of the Iron Beam project, aimed at using a high kilowatt laser to destroy short range rockets, artillery, mortars, and UAVs. However, it is not known when the Israeli Defense Force will actually use Iron Beam (Feickert 2018).

Italy, also a NATO member, which has an expected defense expenditure of USD 21.408 billion for 2019 (NATO 2019a), is endowed with sophisticated weapons such as Main Battle Tanks, light tanks, armored fighting vehicles, and rocket projectors, but these only include self-propelled forms (GFP 2019d). So far the country has not started the national development of Directed Energy Weapons, but it has an extensive history of collaboration with other NATO countries in the development of its military technology. Furthermore, Rome is aligned with the concerns of the military alliance regarding the Chinese and Russian military transformations. The country

is also supportive of the use of DEWs and is in line with the the positions of its main developers (Caruso and Locatelli 2012).

In January 2019, **Japan**'s government announced a budget of approximately USD 8.7 million to initiate research regarding the development and design of laser weapons capable of intercepting low-flying targets (The Japan Times 2019). The country, more inclined to ally itself with Western countries, such as NATO members, shares security and political perceptions with the US, but a deeper alliance between the two countries still faces some difficulties (Congressional Research Service 2019). Thus, with military spending reaching 1.3% of the country's GDP, the country is expected to succeed in developing laser weapons and to support other countries from the NATO bloc that are also in the process of carrying out such development (Financial Times 2019).

In 2018, **Malaysia**'s government announced that it was putting military spending on the second plan, implementing budgetary cuts of 10% a year starting in 2019 (Jane's 360 2018). The defense budget in Malaysia is of approximately USD 3.3 billion, in a country with a history of conflict primarily with Singapore and a large budget deficit. Although Prime Minister Tun Dr Mahathir Mohamad says Malaysia does not believe in military alliances, the country is part of the Five Power Defense Arrest (FDPA), along with countries such as Australia, New Zealand, Singapore, and the United Kingdom (New Straits Times 2018), and is, thus, aligned with the interests of countries that already develop or support the development of DEWs. However, due to the aforementioned cut in military spending, it is difficult to see the development of these weapons in the country, and only their support to other developing nations can be expected.

The Democratic People's Republic of Korea (hereinafter **North Korea)** has incredible military capabilities and is considered to be one of the largest military forces in the world, especially considering its recent missile and nuclear weapons tests (Council of Foreign Relations 2019b). The country, which spends at least 20% of its GDP on security and defense, has devious relations primarily with the US, being pointed out by President Donald Trump as a "global problem" (News.com 2017). North Korea has also established some level of partnership with Russia and China, two major powers that compete militarily with the US. In 2019, the country began testing "creative" missiles, which observers believe are capable of reaching the continental US (CNN 2019). Based on these observations and the country's impetus to constantly develop its weapons research, it can be expected that the country will pursue the development of some kind of DEW – or at least provide support to friendly powers that already use these weapons.

Regarding **Norway,** the country is part of the Nordic Defense Cooperation (NORDEFCO), an alliance that proposes military cooperation between the armed forces of the countries in Northern Europe. Oslo is aligned with NATO and has made it clear that it will actively use international organizations to promote peacekeeping, disarmament, arms control, and

conflict prevention. Since Russia has demonstrated its possible intention to act militarily against the Norwegian border (CBS News 2018), NATO is already preparing for the eventually necessary retaliation. The country has not yet developed DEWs, but the country seeks to implement and develop NATO policies and does not appear to be opposed to the development of this type of weaponry primarily by the US and France (Norway 2019; NATO 2019a).

Pakistan, a country that, since its independence, has had tense relations with its neighbors as well as with foreign powers, has become the 20th-highest-spending country in the world, reaching approximately USD 11.4 billion – a budget that had been growing since 2009 (SIPRI 2018). The Pakistani government has always understood that such military spending is necessary given the ongoing conflict with neighboring India. However, in 2019, the government decreed a freezing of military spending mainly for financial reasons (Asian Review 2019). Thus, it appears that the development of DEWs is not the current focus of the government, although there are studies that state that laser weapons are the future of the country, especially with regard to the conflict with India (The Economic Times 2016).

Peru, a country that shares a strategic partnership based on the shared values and interests of democracy, security, mutually beneficial trade, and human rights with the US since its independence, is generally a peaceful nation (US Department of State 2019a). Such a level of pacifism exists, in part, due to the stability provided by its armed forces, which between 2012 and 2017 received a significant budget increase, mainly owed to the need to maintain constant surveillance of internal threats and to continue to participate in external missions (Defense Aerospace 2017). In 2016, Peru was one of the key US partners to participate in preparations for the launch of a laser weapon-equipped ship, the USS *Portland*, demonstrating Peruvian support and alignment to the development of this type of weapon and to the country with the world's largest military technology (Popular Mechanics 2018).

In 2016, **Poland** signed a contract with national company MESKO for the delivery of 1300 missiles and 420 launchers for the "Piorun" Man-portable Air-Defense System (MANPADS), demonstrating that the country has been concerned about increasing its production of military assets over time. With this, the country has matured the idea of developing laser-guided weapons or proper DEWs, since it considers itself capable of such production – despite having already defined the theme as not being a priority at the moment. (Defense24 2019). The NATO member affirms that 70% of its improved security comes from this partnership (Republic of Poland 2019), which demonstrates a strong military dependency on the US primarily, as it sees Poland as an important ally in a possible engagement against Russia (Carnegie Europe 2019).

Historically, the **Russian Federation** has been developing DEWs since the period of the Soviet Union – especially in the 1950s and 1960s

–, including experimenting during the Cold War with laser-equipped tanks, with the intention of blinding and targeting NATO tanks. Moscow accepted to be bound by Porotocl IV to the CCW, regarding Blinding Lasers, in 1999, but this has not stopped the country form researching and developing similar weapon systems (UNODA 2019d). Today, Russia is developing a DEW capable of destroying guidance and navigation systems on manned and unmanned aircraft and accurately guided missiles, as well as disrupting GPS navigation signals and destroying radio and satellite equipment. However, little is known about this weaponry, as documents are scarce. While it is difficult to predict the success of these Russian efforts, such weapons could complicate US military strategic planning, which over the past 25 years has relied heavily on precision weapons, GPS navigation, and tactical battlefield networking (Feickert 2018).

South Africa's military strength can be considered the third largest in the African continent, second only to Egypt and Algeria (Business Tech 2016). In 2019, South Africa ranked 32nd in the Global Firepower, which measures the technological-military level of each nation. Thus, it appears that South Africa is one of the countries with the most technological development of the continent, which is also notorious in the military field (GFP 2019e). With the launch of the South African nuclear program in 2015, Russia has proved to be an important partner for the nation, and, since then, the relationship between both countries has been closer. Although it has not developed DEWs and is not part of the country's plan for military technology at this time, it is to be expected, based on political alignment, that South Africa emphatically supports the Russian presence with regard to the use of this type of weaponry.

By 2020, the **Republic of Korea** (hereinafter **South Korea**) is planning to develop laser weapons to eliminate threats – in this case drones – coming mainly from North Korea. Such drones have been intercepted in South Korean territory, and although the North Korean government denies any involvement, Seoul has an interest in increasing the country's protective field through DEWs. In addition, South Korea strongly states that North Korea is developing larger, longer-range drones with the ability to fly remotely by flight controllers, which is a major concern for the country and intensifies of interest in building laser weapons to curb any possibility of enemy attack (Defense World 2017).

In 1982, **Spain** joined NATO and has historically remained extremely close to the US – especially in the military field. In addition to NATO, the relationship in the fields of defense and security between both countries is governed by the Mutual Defense Assistance Agreement and the Agreement on Defense Cooperation, which allows, among other things, the use by the US of Spanish military installations (US Department of State 2019b). In 2018, the Spanish government approved a budget of € 7.3 billion in military spending (The Defense Post 2018) and will host, in 2020, the International Conference on High Energy Laser Weapons, demons-

trating that there is an interest in the country to develop further research on this type of armament (Open Science Research Excellence 2019).

Sweden has close relations with the other Nordic countries and, along with them, is part of the Nordic Defense Cooperation (NORDEFCO). Furthermore, it is important to note that the country has strong relations with NATO and is considered a valuable partner, for example, to the NATO-led Resolute Support Mission in Afghanistan and the Global Coalition to Defeat ISIS (NATO 2018b). Swedish military spending reached USD 5.755 billion in 2018, down from previous years, according to the World Bank (2018), in spite of the recent threats posed by Russia. In regard to the Swedish attempt to actually join NATO, the country has the economic and political conditions to direct its research toward the development of DEWs (Business Insider 2018).

In **Turkey**, weapon manufacturing companies have successfully launched new laser weapon systems, and recently a new armament capable of cutting through steel armor at a distance of 500 meters has been presented. Such weapons are believed to have been developed to effectively eliminate threats from unmanned aerial and air vehicles in the 500-meter range, as well as makeshift explosives and suspicious 200-meter roadside packages used mainly by terrorist groups, which pose a serious threat in Turkey's Eastern border (Defense Blog 2018).

Since the 1970s, the **United Kingdom** has been conducting studies on DEWs with the intention of gaining the benefit of an affordable and accurate weapon for its armed forces (Gov.UK 2017). In 2017, the country began the development of a laser weapon, called Dragonfire, and, by 2019, the Royal Navy is preparing to finally deploy this weapon, capable of destroying enemy drones. Ships belonging to the UK military will soon install Dragonfire laser weapons, which will be used to protect their naval and ground forces against missile threats, drone attacks, and other bombing (Express 2019). Pioneer in the development of Directed Energy Weapons, the **United States of America,** for its turn, has been producing such weapons since the late 1990s, through institutions such as the US Army Space and Missile Defense Command (SMDC) and the Air Defense Artillery School (USAADASCH) at Fort Bliss (Texas), which are the agencies responsible for seeking to understand the most diverse concepts and knowledge about such weapons. The US Congress has sought to focus on further developing and pragmatically releasing schedules with regard to US DEWs, since, during tests and demonstrations of their wartime potential, such weapons proved very promising in defending against ground and air enemies (Feickert 2018).

Since 2006, **Venezuela's** biggest ally have been countries such as Russia, China, and Cuba. These countries have been key players in the Venezuelan political, economic, and military support, mainly providing aid to the current government of Nicolás Maduro (Council of Foreign Relations 2019a). In 2016, Venezuelan military spending was of approximately USD 500 million – a declining figure due to the crisis the country is going through. In the face of this same crisis, the Venezuelan mi-

litary is handling serious problems and spending cuts (Al Jazeera 2019). It can be concluded that the country would hardly invest in the development of Directed Energy Weapons at the moment, despite emphatically supporting governments using such weapons, as Russia and China.

Having a very flexible and peculiar diplomacy, **Vietnam** has moved between different military alliances throughout historical periods, but it can be argued that its greatest allies are undoubtedly Russia and India. In addition, it can be seen that the country has been building ties with the US and China, trying to benefit from the ongoing dispute between both countries for bargaining (Council of Foreign Relations 2019c). In the military area, Vietnam has Russia as its largest arms supplier and has allocated USD 5.1 billion toward military spending in 2019, focusing mainly on confronting the Chinese presence in the event of an effective territorial dispute in the South China Sea (Army Recognition 2019b). Thus, while Vietnam seeks to create some diplomatic bond with China, it is expected that the country will oppose a more prominent Chinese presence in the region, and from the history of several different diplomatic ties, greater neutrality can be expected. regarding the use and development of DEWs.

QUESTIONS TO PONDER

1 What are the risks of this technology being copied or stolen?

2 What should the countries that already use or develop DEWs commit to?

3 Should the use of Non-Lethal DEWs be acceptable?

4 Which state divisions and professionals should have mandatory say on the regulation of DEWs?

5 What is the most appropriate institutional framework for the development, proliferation, and usage of DEWs to be, or not, controlled?

REFERENCES

Al Jazeera. 2019. "Venezuela, the military, and its support: An explainer" Accessed September 08. https://www.aljazeera.com/news/2019/02/venezuela-military-support-explainer-190222210148032.html

Alves, Péricles Gasparini. 1991. "Prevention of an Arms Race in Outer Space: A Guide to the Discussions in the Conference on Disarmament". United Nations Institute for Disarmament Research Geneva. Accessed September 27. http://www.unidir.org/files/publications/pdfs/prevention-of-an-arms-race-in-outer-space-a-guide-to-the-discussions-in-the-cd--en-451.pdf

Aras, Bülent, and Pınar Akpınar. 2011. "The Relations between Turkey and the Caucasus in the 2000s". *Perceptions: Journal of International Affairs* 16 (3): 53-68. http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.466.6653&rep=rep1&type=pdf#page=57

Army Recognition. 2019a. "MBDA and ALPhANOV inaugurate test lab for laser weapons in France". Accessed September 08. https://www.armyrecognition.com/april_2019_global_defense_security_army_news_industry/mbda_and_alphanov_inaugurate_test_lab_for_laser_weapons_in_france.html

———. 2019b. "Vietnamese annual defense budget to reach USD 7.9Bn by 2024" Accessed September 08. https://www.armyrecognition.com/analysis_focus_army_defence_military_industry_army/vietnamese_annual_defense_budget_to_reach_usd_7.9_bn_by_2024.html

Article36. 2017. "Directed Energy Weapons". Discussion Paper. Convention on Certain Conventional Weapons (CCW). Geneva. http://www.article36.org/wp-content/uploads/2017/11/DEW-Final-17Nov17.pdf

Asian Review. 2019. "Pakistan to freeze military budget as tensions with India linger". Accessed September 08. https://asia.nikkei.com/Politics/Pakistan-to-freeze-military-budget-as-tensions-with-India-linger

Association of United States Army (AUSA). 2003. "Space and Missile Defense Challenges: The Potential of Directed Energy". Document No. 90. Institute of Land Warfare. https://www.ausa.org/sites/default/files/BB-90-The-Potential-of-Directed-Energy.pdf

Ávila, Fabrício Schiavo, José Miguel Martins, and Marco Cepik. 2009. "Armas Estratégicas e Poder no Sistema Internacional: O Advento das Armas de Energia Direta e seu Impacto Potencial sobre a Guerra e a Distribuição Multipolar de Capacidades." *Contexto Internacional* 31 (1): 49-83. doi:10.1590/s0102-85292009000100002.

Bilet, Jerome. 2015. "DIRECTED-ENERGY WEAPONS, THE ONCOMING REVOLUTION IN WEAPONRY". http://www.hartlandcapital.com/index_htm_files/Jerome%20Bilet%20--20Directed-Energy%20Weapons%20%20--%2017%20Jan%202015.pdf Accessed September 7.

Business Insider. 2018. "NATO's biggest military exercise in years just started, but Russia may be more worried about 2 countries that aren't members of the alliance" Accessed September 08, 2019. https://www.businessinsider.com/as-natos-big-war-games-begin-russia-is-worried-about-sweden-finland-2018-10

Business Tech. 2016. "South Africa's military power vs the world in 2016" Accessed September 08, 2019. https://businesstech.co.za/news/general/112885/south-africas-military-power-vs-the-world-in-2016/

Canada. 2019. "Overview of the Arms Trade Treaty Regulatory Implementation Package". Gouvernement Du Canada. Accessed September 28. https://www.international.gc.ca/trade-commerce/consultations/export_controls-controle_exportations/overview-apercu.aspx?lang=eng.

Carnegie Europe. 2019. "Poland's Short-Sighted Military Dependence on the United

States" Accessed September 08. https://carnegieeurope.eu/strategiceurope/78338

Caruso, Raul, and Andrea Locatelli. 2012. "Some Recent Development in Italian Defence Industria (with Special Focus on Finmeccanica Group)" Accessed September 08, 2019. https://www.researchgate.net/publication/47374240_SOME_RECENT_DEVELOPMENT_IN_ITALIAN_DEFENCE_INDUSTRY_WITH_A_SPECIAL_FOCUS_ON_FINMECCANICA_GROUP/link/53fc724c0cf2364ccc049c70/download

CBS News. 2019. "How NATO and the U.S. are preparing for any Russian aggression off the coast of Norway" Accessed September 08. https://www.cbsnews.com/news/how-nato-and-the-u-s-are-preparing-for-any-russian-aggression-off-the-coast-of-norway-60-minutes-2019-04-28/

CGTN. 2019. "China Says It's Considering Joining Arms Trade Treaty". Last modified April 30. https://news.cgtn.com/news/3d3d514f78677a4d34457a6333566d54/index.html.

Chansoria, Monika. 2014. "Directed Energy Weapons, India's Strategic Game Changer?" Foreign Policy. Last modified August 15. https://foreignpolicy.com/2014/08/15/directed-energy-weapons-indias-strategic-game-changer/#.

Chapman, Gary. 2003. "A Introduction to the Revolution in Military Affair.". Paper presented at the XV Amaldi Conference on Problems in Global Security, Helsinki, Finland, September 25-27. http://www.lincei.it/papers/XV-Chapman.pdf.

Chiki, Lamine. 2019. "Algerian PM to resign, paving way for vote after protracted protests". Accessed September 13. https://www.reuters.com/article/us-algeria-protests-prime-minister/algerian-pm-bedoui-to-resign-paving-way-for-vote-sources-idUSKCN1VV16E

Chopra, Nitish, and Er. Vikram Kumar Kamboj. 2013. "E –BOMB". International Journal of All Research Education and Scientific Methods (IJARESM) 1 (1): 28-35.http://www.ijaresm.com/uploaded_files/document_file/Nitish_chopraSlgA.pdf. Accessed September 7.

CNN. 2019. "North Korea testing 'creative' weapons that could threaten US, experts say". Accessed September 08. https://edition.cnn.com/2019/09/08/asia/north-korea-weapons-tests-intl-hnk/index.html

Coles, C.R. 2003. "Air-delivered non-lethal weapons and the RAAF weapons inventory". Geddes Papers 1: 70-83. http://www.defence.gov.au/ADC/Publications/Geddes/2003/PublcnsGeddes2003_300310_Airdelivered.pdf

Conectas. 2018. "After Five Years, Brazil Completes Analysis of the Arms Trade Treaty". Accessed September 28, 2019. https://www.conectas.org/en/news/five-years-brazil-completes-analysis-arms-trade-treaty.

Congressional Research Service. 2019. "The U.S.-Japan Alliance". Accessed September 08. https://fas.org/sgp/crs/row/RL33740.pdf

Council On Foreign Relations. 2019a. "Maduro's Allies: Who Backs the Venezuelan Regime?" Accessed September 08. https://www.cfr.org/in-brief/maduros- allies-who-backs-venezuelan-regime

———. 2019b. "North Korea's Military Capabilities" Accessed September 08. https://www.cfr.org/backgrounder/north-koreas-military-capabilities

———. 2019c. "'The Evolution of U.S.–Vietnam Ties" Accessed September 08. https://www.cfr.org/backgrounder/evolution-us-vietnam-ties

Defense24. 2019. "Laser Guided Munitions. Is the Polish Artillery Going to Remain Blind?". Accessed September 08. https://www.defence24.com/laser-guided-munitions-is-the-polish-artillery-going-to-remain-blind

Defense Aerospace. 2017. "Peru's Defense Budget to Increase Gradually as Military Plays Important Role in Society" Accessed September 08. http://www.defense-aerospace.com/articles-view/release/3/185239/peru%E2%80%99s-defense-spending-seen-gradually-rising.html

Defense Blog. 2018. "Turkey unveiled new laser weapon system capable cuts through

steel armor" Accessed September 08. https://defence-blog.com/army/turkey-unveiled-new--laser-weapon-system-capable-cuts-through-steel-armor.html

———. 2019. "China Discloses New Directed-Energy Weapon Development". Last modified April 04. https://defence-blog.com/army/china-discloses-new-directed-energy-weapon-development.html.

Defense World. 2017. "South Korea To Develop Laser Weapons By 2020 To Counter North Korea's Drones" Accessed May 25. https://www.defenseworld.net/news/18144/South_Korea_To_Develop_Laser_Weapons_By_2020_To_Counter_North_Korea_s_Drones#.XOxcdYhKjIV

Deveci, Bayram Mert. 2007. "Directed-energy Weapons: Invisible and Invincible?" Master's thesis, Naval Postgraduate School. http://hdl.handle.net/10945/3311

Evancoe, Paul. 2012. "Directed Energy: A Soldier-Carried Weapon". *Small Arms Defense Journal*. Last modified January 27. http://www.sadefensejournal.com/wp/directed-energy-a--soldier-carried-weapon/.

Express. 2019. "Dragonfire: Royal Navy readies deadly laser super weapon - which can slice through DRONES" Accessed May 25. https://www.express.co.uk/news/science/1123097/dragonfire-royal-navy-laser-super-weapon-world-war-three-formula-one

Feickert, Andrew. 2018. "Army Weapons-Related Directed Energy (DE) Programs: Background and Potential Issues for Congress." Congressional Research Service. Accessed May 16, 2019. https://fas.org/sgp/crs/weapons/R45098.pdf

Financial Times. 2019. "Japan seeks to resist US pressure on military spending". Accessed September 08. https://www.ft.com/content/be60c66e-5ab1-11e9-9dde-7aedca0a081a

Fischer, Richard D. 2017. China's Progress with Directed Energy Weapons. Washington (DC): U.S.-China Economic and Security Review Commission. https://www.uscc.gov/sites/default/files/Fisher_Combined.pdf.

Fundação Getúlio Vargas. 2009. "Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)". Accessed September 28. http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/tratado-interamericano-de-assistencia-reciproca-tiar

Galdorosi, George (Capt. ret.).U.S. Department of Defense. 2019. "Unleash Directed-Energy Weapons", by Captain George Galdorosi (ret.). 2019. U.S. Department of Defense. Accessed April 15. https://jnlwp.defense.gov/Press-Room/In-The-News/Article/1809399/unleash--directed-energy-weapons/. Accessed April 15, 2019

Global Firepower (GFP). 2019a. "Algeria Military Strength". Accessed September 13. https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp?country_id=algeria

———. 2019b. "Argentina Military Strength". Accessed September 13. https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp?country_id=argentina

———. 2019c. "Australia Military Strength". Accessed September 14. https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp?country_id=australia

———. 2019d. "Italy Military Strength" Accessed September 08. https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp?country_id=italy

———. 2019e. "South Africa Military Strength" Accessed September 08. https://www.globalfirepower.com/country-military-strength-detail.asp?country_id=south-africa

Global Security. 2019. "Argentine Defense Industry". Accessed September 13. https://www.globalsecurity.org/military/world/argentina/industry.htm

Goure, Daniel. 2017. "The Next Revolution In Military Affairs: How America's Military Will Dominate". *The National Interest*. Last modified December 28 https://nationalinterest.org/print/blog/the-buzz/the-next-revolution-military-affairs-how-americas-military-23833.

Gov. UK. 2017. "Dragonfire: Laser Directed Energy Weapons" Accessed May 25. https://www.gov.uk/government/news/dragonfire-laser-directed-energy-weapons

Herbert, Dennis B. 1999. "Non-Lethal Weaponry: From Tactical to Strategic Applications." *Joint Force Quarterly* 21: 87–91.

International Committee of the Red Cross (ICRC). 1994. "Blinding Laser Weapons: Questions and Answers - ICRC". Last modified November 16. https://www.icrc.org/en/doc/resources/documents/misc/57jmcz.htm

———. 1995. "Blinding Weapons: Alarming Report on Laser Weapons – ICRC". Last modified February 01. https://www.icrc.org/en/doc/resources/documents/misc/57jmce.htm

———. 2006. "A Guide to the Legal Review of New Weapons, Means and Methods of Warfare: Measures to Implement Article 36 of Additional Protocol I of 1977: International Committee of the Red Cross Geneva, January 2006". *International Review of the Red Cross 88* (864): 931–56. https://doi.org/10.1017/S1816383107000938.

———. 2010. "Protocols Additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949".. Accessed September 12, 2019. https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/icrc_002_0321.pdf

———. 2019a. "How does law protect in war? – Online casebook". Accessed September 28. https://casebook.icrc.org/glossary/proportionality

———. 2019b. "IHL Database: Rule 70". Accessed September 07. https://ihl-databases.icrc.org/customary-ihl/eng/docs/v1_rul_rule70

International Criminal Court (ICC). Rome Statute of the International Criminal Court. Rome, 1998. Vol. 2187, No. 38544. https://www.icc-cpi.int/resource-library/Documents/RS-Eng.pdf

Iran Front Page. 2019. "Iran Builds Weapon to Counter US' Anti-Drone Laser System" Accessed May 25. https://ifpnews.com/iran-builds-weapon-to-counter-us- anti-drone-laser-system

Islamic Military Counter Terrorism Coalition. 2019. "About IMCTC". Accessed September 28. https://imctc.org/English/About

Jane's 360. 2018. "Malaysia cuts defence budget by 10%" Accessed September 08. https://www.janes.com/article/84264/malaysia-cuts-defence-budget-by-10_2020_To_Counter_North_Korea_s_Drones#.XOxcdYhKjIV

Lasbury, Mark E. 2017. The Realization of Star Trek Technologies. Cham: Springer International Publishing.

Law, David. 2016. "Next-Generation Non-Lethal Technologies." SPIE - Society of Photographic Instrumentation Engineers. Last modified September 14. http://spie.org/news/6484-next-generation-non-lethal-technologies?SSO=1.

LeVine, Susan. 2018. "Non-Lethal Directed Energy Weapons and the National Defense Strategy." Paper presented at the Directed Energy to DC Exhibition, Washington, DC, February 27. https://jnlwp.defense.gov/LinkClick.aspx?fileticket=34TG9NpPdK8%3d&portalid=50.

Maini, Anil K. 2018. Handbook of Defence Electronics and Optronics: Fundamentals, Technologies and Systems. Hoboken: John Wiley & Sons Ltd.

Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty). 2019. "PROSUL". Accessed September 28. http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/integracao-regional/688-prosul

Mowthorpe, Matthew. 2002. "The Revolution in Military Affairs and Directed Energy Weapons." The Information Warfare Site. Last modified March 08. http://www.iwar.org.uk/rma/resources/energy-weapons/mowthorpe02.html.

Mushtaq, Shakil Bin. 2018. "Bangladesh's Ambitious Military Modernization Drive". Last modified January 09. https://thediplomat.com/2018/01/bangladeshs-ambitious-military-modernization-drive/

NextBigFuture. 2019. "German Rheinmetall Makes Progress to 100-kilowatt Combat

Lasers" Accessed May 25. https://www.nextbigfuture.com/2019/02/german-rheinmetall--makes-progress-to-100-kilowatt-combat-lasers.html

New Straits Times. 2018. "Malaysia does not believe in military alliances". Accessed September 08. https://www.nst.com.my/news/nation/2018/10/416869/malaysia-does-not--believe-military-alliances

News.com. 2017. "North Korea spends whopping 22 per cent of GDP on military despite blackouts and starving population" Accessed September 08. https://www.news.com.au/world/asia/north-korea-spends-whopping-22-per-cent-of-gdp-on-military-despite-blackouts-and-starving-population/news-story/c09c12d43700f28d389997ee733286d2

Nielsen, Philip E. 1994. "Effects of Direct Energy Weapons". National Defense University: Center for Technology and National Security Policy. Accessed May 16, 2019. https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a476195.pdf

North Atlantic Treaty Organization (NATO). 2018a. "Relations with Azerbaijan". Last modified October 26. https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49111.htm

———. 2018b. "Relations with Sweden". Accessed September 08. https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_52535.htm

———. 2019a. "Defence Expenditure of NATO Countries (2012-2019)" Press Release 069. Accessed September 08. https://www.nato.int/nato_static_fl2014/assets/pdf/pdf_2019_06/20190625_PR2019-069-EN.pdf

———. 2019b. "Relations with Australia". Last modified August 20. https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_48899.htm

Norway. Permanent Delegation to NATO. 2019. "Norway and NATO" Accessed September 07. https://www.norway.no/en/missions/nato/norway-nato/

O'Hanlon, Michael. 2018. "A Retrospective on the So-Called Revolution in Military Affairs, 2000-2020." In The Senkaku Paradox: Risking Great Power War Over Small Stakes, edited by Michael O'Hanlon, 1-21. Washington, DC: Brookings Institution Press. https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2018/09/FP_20181217_defense_advances_pt1.pdf.

Open Science Research Excellence. 2019. "CHELW 2020: International Conference on High Energy Laser Weapons". Accessed September 08. https://waset.org/conference/2020/03/madrid/ICHELW

Parpart-Henke, Uwe. 1983. "High-energy bea. weapons and French military policy options". Executive Intelligence Review 10 (10): 24-25. https://larouchepub.com/eiw/public/1983/eirv10n10-19830315/eirv10n10-19830315_024-high_energy_beam_weapons_and_fre.pdf

Popular Mechanics. 2018. "America's Newest Amphibious Ship Is Getting a Laser Weapon" Accessed September 08. https://www.popularmechanics.com/military/navy-ships/a15063503/uss-portland-laser-weapon/

Pudo, Dominik, and Jake Galuga. 2017. "High Energy Laser Weapon Systems: Evolution, Analysis and Perspectives". Canadian Military Journal 17 (3): 53–60. http://www.journal.forces.gc.ca/Vol17/no3/PDF/CMJ173Ep53.pdf

Republic of Poland. 2019. "Poland in NATO - 20 years" Accessed September 08. https://www.gov.pl/web/national-defence/poland-in-nato-20-years

Research and Markets. 2019. "Future of the Algerian Defense Industry - Market Attractiveness, Competitive Landscape and Forecasts to 2023". Accessed September 13. https://www.researchandmarkets.com/reports/4583735/future-of-the-algerian-defense-industry--market

Reuters. 2017. "2017 Non-Lethal Weapons Market Porters Five Force Analysis and Is Expected to Grow at a CAGR of 9.4% to Reach $11.85 Billion by 2023." Reuters. Last modified July 17. https://www.reuters.com/brandfeatures/venture-capital/article?id=12869.

———. 2018. "Colombia May Purchase New Anti-Aircraft Missiles: Sources". Reuters. Last modified September 27. https://www.reuters.com/article/us-colombia-defense/colombia-may-purchase-new-anti-aircraft-missiles-sources-idUSKCN1M72RO

Roso, Nelson Alex, Romero Da Costa Moreira, and José Edimar Barbosa de Oliveira. 2014. "High Power Laser Weapons and Operational Implications". *Journal of Aerospace Technology and Management* 6 (3): 231-36. doi:10.5028/jatm.v6i3.342.

Sandoz, Yves. 2000. "ICRC Involvement in Banning or Restricting the Use of Certain Weapons - ICRC." Last modified February 09. https://www.icrc.org/en/doc/resources/documents/misc/57jqan.htm

Schreer, Benjamin. 2013. "Moving beyond ambitions? Indonesia's military modernisation". Australian Strategic Policy Institute. Accessed September 08. https://www.files.ethz.ch/isn/173326/Moving%20beyond%20ambitions_%20Indonesia%27s%20military%20modernisation..pdf

Seligman, Lara. 2019. "Alarmed by Venezuela, U.S. Military Seeks to Sell Arms to Colombia". *Foreign Policy.* Last modified July 18. https://foreignpolicy.com/2019/07/18/alarmed-by-venezuela-u-s-military-seeks-to-sell-arms-to-colombia/

Shaikh, Shaan, and Ian Williams. 2018. "Hezbollah's Missiles and Rockets: An Overview". CSIS BRIEFS. Accessed September 28, 2019. https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/publication/180705_Williams_HezbollahMissiles_v2.pdf Accessed September 7.

Shay, Shaul. 2019. "Report: Egypt, Russia Sign $2B Deal for Su-35 Fighter Jets". Israel Defense. Last modified March 19. https://www.israeldefense.co.il/en/node/37858

SIPRI. 2019. "Trends in World Military Expenditure, 2018" Accessed September 08. https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/fs_1904_milex_2018.pdf

Stupl, Jan, and Götz Neuneck. 2005. "High Energy Lasers: A Sensible Choice for Future Weapon Systems?" *Security Challenges* 1 (1): 1-19. https://www.regionalsecurity.org.au/Resources/Files/vol1no1StuplandNeuneck.pdf

Task&Purpose. 2017. "The Army Is Testing A Microwave Weapon System In The Mountains Of New Mexico". Accessed September 28, 2019.. https://taskandpurpose.com/army-microwave-weapon Accessed in September 7.

The Diplomat. 2018. "What's in the New Australia-Indonesia Military Pact?" Accessed September 08. https://thediplomat.com/2018/02/whats-in-the-new-australia-indonesia-military-pact/

The Defense Post. 2018. "Spain approves €7.3 billion in defense spending programs" Accessed September 08. https://thedefensepost.com/2018/12/14/spain-defense-spending-7-billion/

The Economic Times. 2016. "Laser weapons at LoC may be part of future response to Pakistan challenge" Accessed September 08. https://economictimes.indiatimes.com/news/defence/laser-weapons-atlocmay-be-part-of-future-response-to-pakistan-challenge/articleshow/54553856.cms?from=mdr

———. 2018. "India gets a step closer to laser weaponry as DRDO successfully tests laser system" Accessed September 08, 2019. https://economictimes.indiatimes.com/news/defence/india-gets-a-step-closer-to-laser-weaponry-as-drdo-successfully-tests-laser-system/articleshow/61954646.cms

———. 2019. "India to spend a whopping USD 130 billion to modernise forces" Accessed September 08. https://economictimes.indiatimes.com/news/defence/india-to-spend-a-whopping-usd-130-billion-for-military-modernisation-in-next-5-7-years/articleshow/71053542.cms.

The Japan Times. 2019. "Japan to step up research on high-output military laser" Accessed September 08. https://www.japantimes.co.jp/news/2019/01/03/national/japan-step-research-high-output-military-laser/#.XXi-wihKjIU

Thompson, Loren, and Daniel Goure. 2003. "Direct Energy Weapons: Technologies, Applications and Implications". Lexington Institute. Accessed May 16, 2019. https://www.lexingtoninstitute.org/wp-content/uploads/directed-energy-weapons.pdf

Tilford Jr., Earl H. 1995. "The Revolution in Military Affairs: Prospects and Cautions". US Army War College, Strategic Studies Institute. Last modified June 23. https://ssi.armywarcollege.edu/pdffiles/00230.pdf

TIMEP. 2018. "TIMEP Brief: European Arms Sales to Egypt". The Tahrir Institute for Middle East Policy. Last modified October 29. https://timep.org/reports-briefings/timep-briefs/european-arms-sales-to-egypt/

Trading Economics. 2018a. "Bangladesh Military Expenditure". Accessed September 28. https://tradingeconomics.com/bangladesh/military-expenditure

———. 2018b. "Indonesia Military Expenditure". Accessed September 08. https://tradingeconomics.com/indonesia/military-expenditure

Trend News Agency. 2013. "Iran achieves Laser Weapon System's deflection technology" Accessed May 25. https://en.trend.az/iran/2202608.html

United Nations. 1980. "Convention on Prohibitions or Restrictions on the Use of Certain Conventional Weapons Which May be Deemed to be Excessively Injurious or to Have Indiscriminate Effects (and Protocols) (As Amended on 21 December 2001)". Accessed September 27, 2019. https://www.unog.ch/80256EE600585943/(httpPages)/4F0DEF093B4860B4C1257180004B1B30?OpenDocument

———, United Nations Treaties and Principles on Outer Space (New York: United Nations, 2002), available from http://www.unoosa.org/pdf/publications/STSPACE11E.pdf

United Nations Office for Disarmament Affairs (UNODA). 2019a. "Arms Trade Treaty". Accessed September 28. https://www.un.org/disarmament/convarms/arms-trade-treaty-2/

———. 2019b. "Protocol I to the Convention on Prohibitions or Restrictions on the Use of Certain Conventional Weapons which may be deemed to be Excessively Injurious or to have Indiscriminate Effects". Accessed September 14. https://disarmament.un.org/treaties/t/ccwc_p1

———. 2019c. "Azerbaijan". Accessed September 14. https://disarmament.un.org/treaties/s/azerbaijan

———. 2019d. "Russian Federation". Accessed September 14. https://disarmament.un.org/treaties/s/russianfederation

United Nations, United Nations Treaties and Principles on Outer Space (New York: United Nations, 2002), available from http://www.unoosa.org/pdf/publications/STSPACE11E.pdf

U.S. Army Space and Missile Defense Command. 2000. "Space and Missile Defense Challenges: The Potential of Directed Energy". An Institute of Land Warfare Publication. Accessed May 25. https://www.ausa.org/sites/default/files/BB-90-The-Potential-of-Directed-Energy.pdf.

US Department Of State. 2019a. "U.S Relations With Peru" Accessed September 08. https://www.state.gov/u-s-relations-with-peru/

———. 2019b. "U.S. Relations With Spain". Accessed September 08. https://www.state.gov/u-s-relations-with-spain/

Villa, Rafael Duarte; Viggiano, Juliana. 2012. "Trends in South American Weapons Purchases at the Beginning of the New Millenium". Revista Brasileira de Política Internacional 55 (2): 28-47. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292012000200003

Visentini, Paulo Fagundes, and Analúcia Danilevicz Pereira. 2012. "Manual Do Candidato: História Mundial Contemporânea (1776-1991) - Da Independência Dos Estados Unidos Ao Colapso Da União Soviética". Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4075894/mod_resource/content/0/Manual%20do%20Candida-

to%20Hist%C3%B3ria%20Mundial%20Contempor%C3%A2nea%203%C2%B0%20Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf

Wilson, Clay. 2007. "Network Centric Operations: Background and Oversight Issues for Congress". Congressional Research Service The Library of Congress Washington. Accessed September 28, 2019. https://www.researchgate.net/publication/235121618_Network_Centric_Operations_Background_and_Oversight_Issues_for_Congress

World Bank. 2019. "Military Expenditure (% of GDP)." Accessed April 27. https://data.worldbank.org/indicator/MS.MIL.XPND.GD.ZS?view=chart.

dps-ua

comitê especializado em defesa, proteção e segurança da união africana



UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 7 2019 | p. 284-337

EXTRAÇÃO E TRÁFICO DE PETRÓLEO POR ATORES NÃO ESTATAIS

Júlia Silveira Pereira[1]
Victor Hugo Dresch da Silva[2]

RESUMO

Ao longo do século XXI, diversas nações africanas têm dado cada vez mais relevância para a indústria petrolífera como um importante catalisador do crescimento econômico e, por conseguinte, têm passado por um período de expansão na produção desse combustível fóssil. Nos últimos anos, em meio a importantes descobertas de novas reservas, a indústria petrolífera africana tem ganhado progressivo destaque na produção internacional de petróleo, e países como Nigéria, Argélia, Angola e Líbia vêm se destacando entre os principais exportadores globais. Contudo, o cenário produtivo africano impõe diversos desafios securitários capazes de ameaçar a exploração e de mitigar as possibilidades de desenvolvimento nacional. Assim, em diversas regiões do continente, atores não estatais organizaram redes de atuação que, muitas vezes, estão intimamente ligadas à indústria petrolífera, que é, por sua vez, alvo do tráfico e da exploração ilegal. Diante dessa problemática, o presente guia de estudos terá como objetivo principal a análise da conexão entre grupos armados africanos e a indústria petrolífera, buscando apontar suas principais características e as formas pelas quais a exploração ilegal e o tráfico constituem, por um lado, uma ameaça à segurança nacional e, por outro, um meio de impulsionar e financiar a atividade dessas organizações.

1 Júlia é estudante do segundo ano de Relações Internacionais na UFRGS e Diretora-Assistente do DPS-UA.

2 Victor Hugo é estudante do quarto ano de Relações Internacionais na UFRGS e diretor do DPS-UA.

1 INTRODUÇÃO

O setor petrolífero africano ganhou, nas últimas décadas, crescente destaque como uma das novas fronteiras da exploração de petróleo global, em um contexto marcado pela progressiva descoberta de novas reservas e pela consolidação da produção. Para diversos países do continente, o setor está no centro de suas economias, muitas vezes representando quase a totalidade do PIB, da arrecadação e do crescimento nacionais. Nações do Norte da África e do Atlântico Sul, como Angola, Nigéria, Argélia e Líbia, possuem extensas reservas petrolíferas, fato que vem colocando o petróleo africano em uma posição cada vez mais central para a economia global e para as possibilidades de desenvolvimento regional. No entanto, o setor petrolífero do continente enfrenta sérios desafios, principalmente relacionados aos problemas de insegurança existentes no contexto africano; desde guerras civis e organizações criminosas, até conflitos locais e fragmentação territorial, a instabilidade política e social prejudica a exploração de variadas maneiras, aumentando custos e desviando investimentos. Dentre essas adversidades, é possível mencionar a extensa atuação de grupos armados não estatais, os quais, à margem das instituições dos Estados nacionais, agem em favor da promoção de suas agendas políticas e econômicas. Diante de um contexto de guerra civil, fragilidade institucional e marginalização social, esses grupos emergem e encontram espaços propícios para a sua atuação (Adusei 2015).

Organizações criminosas, grupos rebeldes, senhores da guerra[3], terroristas, grupos insurgentes[4] e outros formam-se em diversas regiões do continente, cada qual com sua agenda, suas ambições e suas formas de atuação próprias. Contudo, uma semelhança entre muitos desses grupos, principalmente no Norte da África e no Golfo da Guiné, é a sua relação com o setor petrolífero: o tráfico e a exploração ilegal de petróleo tornaram-se um elemento em comum entre diversos grupos que têm como ambição a extensão de seus lucros e de seus meios de financiamento. Grupos das mais variadas configurações, em diferentes regiões do continente, construíram então uma extensa rede de transações ilegais ao redor da indústria do petróleo, incrementando, assim, as ameaças à exploração do recurso e à segurança regional (Okumu e Ikelegbe 2010).

Diante desse desafio, a União Africana (UA) tem sido um importante ambiente de debates na promoção da cooperação regional em favor de um combate integrado a esse problema. Desde a sua criação a partir do Ato

3 Um Senhor da Guerra, comumente chamado pela expressão em inglês "warlord", pode ser definido, segundo o dicionário Merriam-Webster (2019), como "um líder militar supremo ou ainda como um comandante militar exercendo poder civil à força, normalmente dentro de uma área limitada".

4 Os grupos citados representam apenas alguns exemplos na miríade de grupos não-estatais armados existente na África. Dada a importância da discussão acerca da diferenciação entre cada um deles, o presente guia de estudos trará, mais adiante no texto, as discussões teóricas sobre esses conceitos.

Constitutivo da UA de 2000, e, principalmente, com a sua ampliação em 2009, os Comitês Especializados da União Africana têm desempenhado um papel importante na formulação e na organização de diversas atividades, discussões e programas da organização. Dessa maneira, o Comitê Especializado em Defesa, Proteção e Segurança da União Africana (DPS-UA) tem um papel importante nos debates acerca da segurança internacional no continente africano e, por isso, também da atuação de grupos armados na região.

Com reuniões ministeriais anuais, o comitê tem como função criar projetos e programas da UA e submetê-los para o Conselho Executivo, além de promover a facilitação e a coordenação entre polícias, serviços de inteligência e outras instituições de segurança. Assim, o presente guia de estudos terá como objetivo principal a organizações de discussões acerca dos impactos da atuação de grupos armados no setor petrolífero, principalmente a partir da exploração e do tráfico ilegal no continente africano. Em primeiro lugar, uma breve contextualização histórica sobre a evolução da indústria petrolífera é apresentada para, em seguida, realizar-se uma discussão acerca das atuais características da exploração regional. Além disso, o guia traz como elemento importante uma contextualização teórica sobre os conceitos de atores não estatais, bem como seus impactos sobre a segurança nacional e internacional. Por fim, há a apresentação dos principais grupos e de seus impactos nas regiões mais centrais para a produção e a descrição de algumas ações internacionais prévias.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Diferentes modelos energéticos foram empregados no passado. Ao longo da Idade Média no Ocidente, entre os séculos V e XV, a madeira era a fonte de energia predominante. Devido à sua crescente escassez, a madeira acabou sendo substituída pelo carvão mineral, a partir do século XVI. Este, por sua vez, tornou-se indispensável à Revolução Industrial, possibilitando o funcionamento das novas indústrias à vapor. Quanto ao petróleo, apesar de já ser utilizado há mais de 5 mil anos, ele só adquire sua função energética sob o capitalismo, no século XIX, quando tem origem a moderna indústria do petróleo, "inicialmente usado como iluminante e depois como combustível em diferentes tipos de motores" (Oliveira 2007, 44). O petróleo, então, substitui completamente o uso do carvão no século XX, "principalmente com a difusão dos motores à explosão interna" (Oliveira 2007, 44). A importância econômica e geopolítica do petróleo fica evidente quando, já desde o século XIX, Rússia e Estados Unidos tornaram-se os principais responsáveis pela produção de petróleo mundial, se agrava quando o petróleo torna-se a base energética estadunidense nas décadas de 30 e 40 e chega ao seu ápice no período pós-Segunda Guerra Mundial quando ocorre a expansão da sua indústria juntamente com a expansão e hegemonia dos Estados

Unidos. Isso significa que "o petróleo passou a simbolizar e literalmente movimentar a riqueza e a expansão do capitalismo, agora sob a hegemonia americana" (Oliveria 2007, 45).

No que diz respeito à exploração petrolífera no continente africano, à medida que a segurança energética se torna prioridade para um número crescente de países capitalistas, que necessitam do recurso para manter suas economias nacionais e ampliar o seu poder econômico internacional, o petróleo acaba servindo também como guia de operações militares que visavam à proteção das áreas petrolíferas. Alguns exemplos a serem citados são a expansão alemã e a invasão estadunidense no Norte da África, ambas com interesses em reservas de petróleo na região africana e no Oriente Médio. A partir da descolonização e do início da Guerra Fria[5], a importância do petróleo para o desenvolvimento africano e paras as suas dinâmicas sociais, econômicas e políticas só aumenta, principalmente com a entrada e atuação de novos atores não estatais no panorama de exploração petrolífera (Oliveira 2007).

2.1 OS PROCESSOS DE INDEPENDÊNCIA, A INDÚSTRIA PETROLÍFERA E A GUERRA FRIA

Os esforços de guerra, durante a Segunda Guerra Mundial, exauriram as populações africanas, que foram obrigadas a ceder sua força de trabalho, recursos e soldados aos europeus. Durante a Guerra, o contato dos soldados africanos com os ideais de democracia e de autodeterminação, bem como a crise econômica no pós-guerra, deram início aos movimentos de resistência e de descolonização na África, além de fomentar uma crescente cooperação interafricana. Enquanto o colonialismo chegava ao fim, os Estados Unidos, como a nova grande potência hegemônica, buscou influenciar o continente africano de maneira a moldar a produção mundial à sua própria imagem. Porém, com o andar da Guerra Fria, os Estados Unidos acabam tendo como prioridade conter o avanço da União Soviética, que apoiava os movimentos de libertação africanos. Somado à bipolaridade do cenário internacional, o Movimento dos Países Não Alinhados, composto majoritariamente de países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, também presta ajuda material aos movimentos emancipatórios africanos (Visentini, Ribeiro e Pereira 2007; Adebajo 2003; Schmidt 2013).

Inicialmente, os Estados Unidos intervieram no continente africano ao fornecer ajuda aos países que permitiam o acesso estadunidense às

5 Para Schmidt, "a guerra fria era caracterizada pela competição política, rivalidade econômica e fricção militar entre os Estados Unidos e a União Soviética, bem como os seus respectivos aliados." (Schmidt 2013, 7. Tradução nossa). Somada a essa definição, pode-se utilizar a caracterização de Visentini, de que "a Guerra Fria se tratava de um conflito racionalmente explicável e profundamente enraizado de formações sociais e forças políticas opostas cujo principal centro de gravidade tem sido, desde o início dos anos 50, o Terceiro Mundo." (Visentini 2006, 12).

suas instalações militares e àqueles considerados moderados. De modo a combater mais efetivamente a ideologia socialista dos soviéticos, os Estados Unidos acabaram decidindo apoiar também qualquer governo que fosse contra o comunismo, não importando que fosse arbitrário, brutal ou corrupto. Assim, prestaram auxílio militar, financeiro e diplomático para a instalação de regimes antidemocráticos e repressivos que iam ao encontro dos seus interesses, exacerbando conflitos locais e causando mortes e perdas materiais no território africano. Alguns conflitos domésticos e governos que contaram com a intervenção estadunidense são os do Zaire, atual República Democrática do Congo (1960-63, 1964, 1977, 1978), o de Angola (1975-88), o da Etiópia-Somália sobre Ogaden (1977-78) e o governo do Sudão, importantes regiões que têm reservas de petróleo. Essas intervenções ocorreram também no campo da inteligência, com o compartilhamento de informações sigilosas com as elites dominantes, que na África Austral, por exemplo, representavam o apoio aos governos racistas de minoria branca[6] (Ohaegbulam 1992).

Importa notar que a Guerra Fria na África também contava com uma terceira potência, a França. Sobre isso, Adebajo discorre:

> Todos os três poderes tornaram a África um *playground* estratégico para conduzir seus jogos ideológicos, resultando em milhões de mortes de africanos. A África foi tomada com bilhões de dólares em armas fornecidas para proxies locais em países como Angola, Etiópia, Libéria, Moçambique e Somália (Adebajo 2003, 176. Tradução nossa).

Apesar da crescente cooperação entre os países africanos, principalmente devido à criação da Organização da Unidade Africana (OUA),[7] em 1963, muitos ainda continuaram dependendo do Ocidente em diversos fatores. Em primeiro lugar, devido à continuação de antigas práticas coloniais de comércio, como a exportação de produtos primários a preços baixos e a importação de bens manufaturados dos países industriais. Em segundo, devido à ausência de uma indústria petrolífera africana amplamente desen-

6 A prisão de Nelson Mandela foi resultado direto da contribuição da CIA, que forneceu informações confidenciais ao governo da África do Sul, uma vez que o Congresso Nacional Africano (partido de que Mandela fazia parte) era considerado um movimento comunista que, supostamente, ameaçava não só a África do Sul como outros países ao seu redor (Ohaegbulam 1992).

7 A Organização da Unidade Africana, primeira instituição continental pós-independências, foi criada em maio de 1963 em Addis Ababa, na Etiópia, por 32 líderes de Estados independentes africanos. Os principais objetivos da organização, guiada pelo Pan-africanismo, baseavam-se na "eliminação dos vestígios deixados pela colonização e apartheid, na promoção da unidade e solidariedade entre os Estados africanos, na coordenação e cooperação para o desenvolvimento, no resguardo da soberania e integração territorial dos Estados Membros e na promoção e cooperação internacional". A Organização foi posteriormente substituída, em setembro de 1999, pela União Africana, por meio da Declaração de Sirte, na qual os Chefes de Estado e de Governo da OUA pediam o estabelecimento de uma União Africana que permitiria ao mesmo tempo uma maior integração intercontinental, para desempenhar maior papel na economia internacional, e o enfrentamento de problemas sociais, econômicos e políticos oriundos da crescente globalização (African Union 2019).

volvida, esses países também eram obrigados a importar produtos derivados do petróleo essenciais ao seu desenvolvimento. Por último, a criação e a eminente importância da OPEP,[8] em 1960, ao mesmo tempo que as nações africanas buscavam ter uma voz mais ativa para negociar novas demandas econômicas com o Ocidente, acabou por trazer mais prejuízos do que benefícios. Assim, ao aumentar o custo da energia, fomentando o débito externo e promovendo a recessão global, a OPEP enfraqueceu ainda mais as economias africanas, que, como mencionado anteriormente, ainda dependiam das importações de petróleo para sua produção interna. Nessa época, grande parte dos países africanos foram obrigados a recorrer ao capital externo e a companhias estrangeiras, permitindo a dominação de grandes empresas multinacionais no setor petrolífero africano (Chazan et al. 1999).

Os anos 70 marcam o início da ocorrência do movimento conhecido como Afro-Marxismo: resultado da influência cubana e soviética no continente, o movimento tem como principal característica a integração entre o nacionalismo e o socialismo, por meio da qual a condução das instituições econômicas pela máquina estatal e o centralismo democrático seriam fundamentais para a alteração da ordem social. Além disso, os líderes do movimento eram contrários aos regimes pré coloniais e coloniais, assim como reconheciam o imperialismo e as forças neocoloniais como responsáveis pelos males e pela desigualdade no continente africano. Primeiramente liderado por militares em países como Somália e República do Congo, o movimento ganha força com a independência de países lusófonos, como Angola e Moçambique, e com o fim da monarquia tradicional na Etiópia. Mesmo assim, conforme o conflito civil decorrente dos processos revolucionários ia crescendo, a extração de petróleo por empresas estrangeiras aumentava proporcionalmente. Por sua vez, a Crise do Petróleo de 1973 trouxe consigo uma dualidade para o continente africano: ao mesmo tempo em que a grande parte dos países sentia as consequências do choque devido à consequente crise econômica, à queda dos preços das commodities e ao aumento do preço do petróleo, outros países como Nigéria, Gabão, Congo-Brazzaville e Angola tiveram seus termos de trocas apreciados em 100%. A Nigéria, membro da OPEP desde 1971, passa de país agrícola para grande exportador de petróleo, atraindo investimentos estrangeiros e possibilitando a constituição de uma elite local. Apesar do governo nigeriano tomar a dianteira, controlando mais rigidamente o setor petrolífero (por meio da mudança do controle estrangeiro das empresas para um controle nacional) e investindo fortemente em programas de desenvolvimento nas mais diversas áreas (desde infraestrutura até agricultura e capital humano) no início deste "boom", seus resultados são extremamente desiguais. A grande

8 A Organização dos Países Produtores de Petróleo foi criada em setembro de 1960 por cinco Estados Membros: Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela. A OPEP busca coordenar políticas de petróleo entre seus Estados Membros e controlar os preços e os estoques de petróleo desses países. Atualmente a Organização conta com 14 países, entre eles os africanos Líbia (primeiro país africano a fazer parte da OPEP, em 1962), Argélia, Nigéria, Gabão, Angola, Guiné Equatorial e Congo (OPEC 2019c).

quantidade de dinheiro que entrou no país fomentou os gastos descontrolados do governo, a corrupção e o aumento da especulação. Assim, grande parte da população continuou na pobreza enquanto poucos acabaram usufruindo da prosperidade proveniente do petróleo (Chazan et al. 1999).

A década de 70 ocasionou uma maior onda de intervenções externas no setor petrolífero, ao mesmo tempo que ocorria o desinteresse internacional pelas outras áreas de produção, como agricultura e produtos manufaturados. Nota-se, então, a relação entre o primeiro choque do petróleo, o aumento dos juros internacionais e o crescimento da dívida externa africana, uma vez que as economias africanas em crise começaram a buscar empréstimos internacionais para sustentar seus gastos, sofrendo com a queda dos lucros de exportação e com o aumento do preço das importações vitais ao seu desenvolvimento (Chazan et al. 1999; Oliveira 2007; Schmidt 2013).

2.2 AS DÉCADAS PERDIDAS E O FIM DA GUERRA FRIA

Nos anos 1980, houve um segundo baque na economia internacional, que aconteceu durante o declínio dos preços das commodities e com o segundo aumento de preço do petróleo e dos juros internacionais em 1979. As economias africanas, que dependiam majoritariamente das exportações de cobre, cacau, algodão e café, acabaram devastadas e, incapazes de comprar os materiais necessários ao seu desenvolvimento, se viram obrigadas a tomar empréstimos de bancos e de governos estrangeiros. Ainda no final da década de 80, esses mesmos países se encontraram com dificuldades para pagar suas dívidas. Recorreram, então, às instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que concederam ajuda às custas da realização de exigências como desvalorização da moeda, redução das tarifas alfandegárias, corte no orçamento e nos subsídios estatais, reforma da agricultura e, mais importante, privatização das empresas estatais para grandes multinacionais. Essa onda neoliberal, somada à crise generalizada e à incapacidade do Estado de oferecer serviços públicos de qualidade à sociedade, gera insatisfação da população, instabilidade política e rebeliões, permitindo a atuação de novos atores não estatais como ONGs, grupos criminosos, saqueadores, máfias e mercenários, além de guerrilhas que contrabandeavam recursos naturais (Oliveira 2007; Visentini, Ribeiro e Pereira 2007; Schmidt 2013).

A queda da União Soviética e o fim da Guerra Fria, em 1991, produziram uma relativa instabilidade econômica e política mundial. As grandes potências da Guerra Fria se afastaram do continente africano e os antigos ditadores, que serviram propósitos específicos durante a Guerra Fria, foram dispensados, enquanto as nações foram deixadas com quantidades exorbitantes de débitos, sem recursos, com Estados fracos e enfrentando diversas guerras regionais, motivadas também pelo controle dos recursos naturais. Esses conflitos tornaram-se ainda mais violentos devido aos armamentos

sobressalentes da Guerra Fria e aos senhores de guerra que tomaram o poder após a queda dos antigos poderes (Schmidt 2013). Segundo Schmidt:

> A violência generalizada da primeira década pós-Guerra Fria foi enraizada nas crises política e econômica da era da Guerra Fria. À medida que estados e economias se fragmentavam, os oportunistas mobilizaram os alienados, empobrecidos e desempregados para reivindicar sua parcela de poder e recursos com base em sua raça, etnia, clã ou religião. Aqueles que não compartilhavam essas identidades foram excluídos como indignos e suas alegações como ilegítimas. Grupos marginalizados eram bodes expiatórios fáceis para os enormes problemas políticos e econômicos dos países. Assim, a política de exclusão lançou as bases para a violência intergrupal, a limpeza étnica e o genocídio (Schmidt 2013, 193. Tradução nossa).

Este período representa também uma transição: vindo dos anos 1950 e 1960, com uma enorme produção de petróleo e controle maciço pelas grandes companhias estrangeiras, a partir dos anos 1970 e 1980 o cenário se altera com a nacionalização de diversas empresas e maior controle estatal da produção. No entanto, com a fragilidade dos Estados pelo abandono das grandes potências, ocorre a eclosão de diversas guerras civis, como na Nigéria, em Angola, na Argélia e no Sudão, diretamente relacionadas à disputa por petróleo ou alavancadas por estas disputas, uma vez que o petróleo é o responsável por sustentar esses governos no conflito contra grupos rebeldes, separatistas ou revolucionários. Estes atores, por sua vez, tentam, sempre que possível, destruir a infraestrutura petrolífera para tirar da oposição sua principal fonte de renda (Oliveira 2007).

Outra importante atuação não estatal no período se refere à ação de ONGs internacionais, que aumentou bruscamente no continente africano após a Guerra Fria, principalmente nas áreas de direitos humanos, de questões ambientais, de combate à fome e de prevenção a doenças. Nota-se também o crescimento da "atuação de grandes corporações transnacionais, ligadas à exploração de recursos naturais como diamante e petróleo" (Oliveira 2007, 40). Segundo, Oliveira (2007), este é um exemplo interessante da importância de atores não estatais de atuação predominantemente global que mantêm relações diretas com o nível doméstico ou sub-regional.

2.3 PÓS-11 DE SETEMBRO

Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 contra as Torres Gêmeas e o Pentágono, somados aos atentados contra as embaixadas estadunidenses no Quênia e na Tanzânia, em 1998, mudaram a postura dos EUA em relação à África da contenção do perigo soviético para o combate ao terrorismo. Estados que antes estavam fora do interesse estadunidense começam a preocupar o país, já que sua baixa estrutura estatal tornava-os mais suscetíveis à criação e à ascensão de grupos islâmicos extremistas, ou seja, à criação de novos grupos que teoricamente ameaçariam os Estados

Unidos. Isso levou o governo estadunidense a buscar aprofundar suas alianças militares, provendo assistência financeira e treinamento, além de abrir novas bases militares em diversos países africanos, sob a administração de George W. Bush, entre 2001 e 2008 (Adebajo 2003; Taylor 2010). Oliveira, faz uma análise sobre o período:

> Ao mesmo tempo em que se desenha um cenário de novas disputas globais, o contexto internacional se modifica rapidamente. As catástrofes humanitárias, guerras interestatais e guerras civis, instabilidades política e econômica, que marcaram a desconstrução da ordem bipolar durante a década de 1990, foram parcialmente eclipsadas pela nova "guerra contra o terror" lançada pelos EUA, em tom cruzadista após os atentados de 11 de setembro de 2001, contra o Pentágono e o WTC (Oliveira 2007, 13).

A instabilidade devido aos conflitos no Oriente Médio que dificultavam o acesso dos Estados Unidos aos recursos naturais de que tanto precisam para a sua sobrevivência, juntamente com os atentados de 11 de setembro, em Nova Iorque, fez surgir duras críticas internas nos Estados Unidos, principalmente devido à grande dependência estadunidense de petróleo vindo do Oriente Médio. A partir disso, as atenções internacionais se voltam à África, que havia descoberto novos campos de petróleo e aumentado sua produção nas décadas de 80 e 90. Assim, tem início o que Taylor (2010) chama de Nova Disputa pela África, semelhante à que ocorrera no século XIX. Dessa vez, a corrida se dá por grandes companhias petrolíferas, em especial as dos Estados Unidos e da China, mas contando até com países dos BRICS, como o Brasil e a Índia, que buscam diversificar ainda mais seus locais de extração (Adebajo 2003; Taylor 2010).

China e Estados Unidos são os principais competidores na corrida pelo petróleo africano. Atualmente, a China é a segunda maior consumidora mundial de petróleo, atrás apenas dos Estados Unidos. Assim, as companhias de petróleo chinesas entraram no mercado africano, buscando países na África Subsaariana em que os Estados Unidos não eram suficientemente influentes. Contudo, é importante ressaltar que nesse novo contexto os países africanos estão bem mais presentes na disputa do que estiveram no século XX. Na chamada Primeira Disputa pela África, países europeus como a Inglaterra, a França e a Bélgica dividiram em colônias o território africano, legitimando suas ações por meio da Conferência de Berlim entre 1884 e 1885. Esse instrumento possibilitou a exploração do petróleo africano, por meio da utilização de capital humano, financeiro e do conhecimento oriundo dos países europeus. Ou seja, durante este período, os países coloniais eram os responsáveis por conceder licenças às empresas originárias dos

seus próprios países no território africano dominado[9]. Já a Segunda Disputa da África, que se inicia com o crescente interesse da China no petróleo africano em contraste com o já existente dos Estados Unidos nos anos 2000, tem como característica principal a competição do capital estrangeiro pelo apoio dos governos africanos, que se tornaram os principais responsáveis pelas decisões acerca do setor petrolífero. Ou seja, ao contrário do que ocorria no século XIX e até o período da descolonização, "hoje são os governos africanos, não atores externos, que ditam os termos para investidores externos" (Frynas e Paulo 2007, 236).

Mesmo com maior participação de atores estatais africanos na partilha pelo petróleo, deve ser levado em conta que isso não impede a ação de grupos rebeldes, uma vez que os recursos advindos da comercialização do petróleo normalmente são dirigidos a setores de segurança e para avanços militares, deixando a população na mesma condição precária de sobrevivência e permitindo a permanência de líderes no poder. Por isso, até hoje ainda se perpetua a ação de grupos armados de oposição, que utilizam da fragilidade da população e da exploração ilegal de recursos naturais, como petróleo ou diamantes, para sustentar suas ações, dando origem a novas formas de ações contrabandistas, como ataques de pirataria que vêm crescendo no Golfo da Guiné e no Estreito de Bab-el-Mandeb ou os desvios de oleodutos na Nigéria (Adebajo 2003; Taylor 2010; Sputnik Brasil 2018; Observador 2019). Por fim, Taylor menciona:

> Como Cyril Obi nota: 'a intensificação da luta pelo petróleo na África não é uma repetição da participação do séc. XIX, mas o continente é assombrado pelo fantasma do passado, à medida que os recursos naturais do continente são cada vez mais explorados por atores transnacionais concorrentes, que simultaneamente incorpora e marginalizam as pessoas dentro dos vários países africanos' (Taylor 2010, 130. Tradução nossa).

Ao mostrar o panorama histórico da exploração petrolífera no continente africano, mostrando sua importância desde o final da Segunda Guerra Mundial, como guia para operações, avançando para a descolonização e o início da Guerra Fria, quando Estados Unidos e União Soviética disputavam pela influência de áreas com recursos petrolíferos até às décadas de 1970 e 1980, com duas crises mundiais que abalaram o cenário econômico e social das nações africanas; e indo além, com o fim da Guerra Fria e o aumento de ações não-estatais no continente, até enfim chegar aos anos 2000,

9 "Na África Anglófona, um empreendimento da Shell-BP foi dado o monopólio efetivo para exploração e produção de petróleo na Nigéria e um decreto colonial de 1914 estipulou que apenas companhias de petróleo britânicas eram autorizadas a obter licenças de petróleo na Nigéria, permitindo a Shell–BP a estabelecer dominação efetiva da produção de petróleo do país. Na África Francófona, os interesses petrolíferos franceses dominaram a indústria petrolífera durante a independência da Argélia e do Gabão; o novo governo argelino foi obrigado a assinar uma garantia de que as empresas de petróleo francesas receberiam tratamento preferencial nas concessões de petróleo por seis anos depois da independência do país." (Frynas e Paulo 2007, 235. Tradução nossa).

com maior autonomia e protagonismo africano no cenário petrolífero, este guia de estudos busca iluminar as origens e as singularidades do problema a ser apresentado a seguir, contribuindo para o pensamento crítico e, posteriormente, para a resolução do problema.

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

Atualmente, o continente africano embarca em um novo período de desenvolvimento regional, no qual diversos Estados africanos têm encontrado no setor petrolífero um caminho em direção ao crescimento. Contudo, muitas adversidades ainda se impõem sobre diferentes regiões, tanto com relação a um desenvolvimento unicamente baseado na indústria petrolífera, quanto a partir de ameaças à segurança regional. Dentre esses problemas securitários, atores não estatais armados são uma importante fonte de insegurança, sendo responsáveis pela perpetuação de guerras civis, pela organização de atividades criminosas e por entraves ao desenvolvimento (Adusei 2015). Assim, e após a contextualização histórica, a presente seção apresentará o cerne da discussão acerca da relação entre grupos armados e a exploração petrolífera: em primeiro lugar, um panorama geral sobre a atual indústria africana para, em seguida, apresentar concepções teóricas sobre o fenômeno de atores não estatais e seu impacto sobre a exploração de petróleo regional.

3.1 O DESENVOLVIMENTO DA EXPLORAÇÃO PETROLÍFERA AFRICANA NO SÉCULO XXI

Ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, o continente african embarcou em um processo de rápida emergência como uma das principais regiões produtoras de petróleo no mundo. Esse recurso natural tornou-se a principal commodity africana no mercado internacional, e, diante da crescente demanda mundial, o continente transformou-se em um fornecedor essencial para a manutenção do nível de consumo internacional (Adusei 2015). O crescimento da produção africana, que ganhou força principalmente a partir dos anos 2000, já mostrava sinais de fortalecimento nos anos seguintes ao fim da Guerra Fria, quando, entre 1985 e 2005, o volume das reservas africanas conhecidas aumentou em 100%, e a produção em 90%. Além disso, já em 1994, a produção realizada pelos países da África Subsaariana já havia ultrapassado aquela dos Estados do Norte da África, tradicionalmente os principais produtores (British Petroleum 2018). Nesse sentido, é possível afirmar que o continente ganhou relevância no mercado petrolífero mundial tanto pela rápida descoberta de novas reservas quanto pelo importante aumento da sua produção.

Em 2017, as reservas comprovadas em território africano somavam

127,37 bilhões de barris, número que atualmente representa 8,58% do total mundial e que coloca a África como a terceira maior região em extensão de reservas, atrás apenas do Oriente Médio e da América Latina. Geograficamente, o maior volume do combustível fóssil concentra-se no Norte da África e na costa do Atlântico Sul, principalmente ao redor do Golfo da Guiné; as maiores reservas encontram-se, em ordem decrescente e em número de barris, na Líbia (48,36 bilhões), na Nigéria (37,45 bilhões), na Argélia (12,20 bilhões), em Angola (8,38 bilhões), no Sudão[10] (5 bilhões) e no Egito (4,4 bilhões), sendo os quatro primeiros Estados-membro da OPEP. Além disso, o já mencionado crescimento das reservas provadas pode ser evidenciado pelos seguintes números: antes de chegar aos atuais 127,37 bilhões, o continente africano possuía, em 1985, cerca de 52,22 bilhões de barris e, em 2000, 93,31 bilhões (OPEC 2019b).

Ao mesmo tempo em que a atual produção mundial soma 95,3 milhões de barris por dia, o petróleo ainda se mantém como o principal combustível consumido no mundo, representando 31,9% do consumo de energia e evidenciando a sua ainda atual importância na economia mundial (International Energy Agency 2018). Quanto à produção regional, esta cresceu de 4,87 milhões de barris por dia, em 1985, para 6,72 milhões, em 2000, e, em seguida, para 6,99 milhões em 2017. Atualmente, a produção africana representa 9,36% da indústria mundial, colocando o continente na quinta posição entre as maiores regiões produtoras. Os maiores produtores da África parcialmente coincidem com a ordem daqueles que detêm as maiores reservas, e são eles: Angola (1,63 milhões por dia), Nigéria (1,53 milhões por dia), Argélia (1,05 milhões por dia), Líbia (817 mil por dia), Egito (531 mil por dia) e Sudão[11] (245 mil por dia) (OPEC 2019b). É justamente diante dessa importância que há um crescente interesse, por parte das grandes potências e de outros países emergentes, no continente africano, em um contexto no qual a progressiva presença e os grandes investimentos chineses na África melhor exemplificam a atuação das potências emergentes. Em contrapartida, também é fato que a produção africana, desde 2015, sofreu algumas baixas quando em comparação aos anos iniciais da década de 2010 devido às guerras civis em países como Líbia e Sudão do Sul, bem como com problemas produtivos em alguns países do Golfo da Guiné. O boom petrolífero que havia sido resultado dos elevados preços internacionais entre 2010 e 2014 desacelerou, e o recorde histórico de 9,17 milhões de barris por dia em 2008 não foi mantido (Patey e de Oliveira 2019; OPEC 2019b).

10 Os dados publicados pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) indicam que o Sudão possui reservas de 5 bilhões de barris e, ao mesmo tempo, não apresentam quaisquer números para o Sudão do Sul. Os dados da British Petroleum (2018), em contrapartida, afirmam que as reservas do Sudão somam 1,5 bilhões de barris, enquanto as do Sudão do Sul constituem 3,5 bilhões.

11 Os dados publicados pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) indicam que o Sudão atualmente produz 245 mil barris por dia e, ao mesmo tempo, não apresentam quaisquer números para o Sudão do Sul. Os dados da British Petroleum (2018), em contrapartida, afirmam que o Sudão produz 86 mil barris por dia, enquanto que a produção do Sudão do Sul soma 109 mil.

A África tem o maior excedente exportável de petróleo do mundo graças à sua alta produção e ao seu baixo consumo, o qual representou, em 2017, 4,1% do consumo mundial. Com isso, cerca de 75% de todo o petróleo bruto produzido no continente é exportado, e é também por isso que a África se tornou um fornecedor tão importante no mercado internacional (Adusei 2015; British Petroleum 2018). Além disso, é essencial mencionar a importância do setor para as economias nacionais dos principais produtores africanos: a renda gerada pela produção representa, na enorme maioria dos casos, a principal fonte de financiamento dos governos nacionais, além do setor ser crítico para a geração de empregos. Em muitos casos, a capacidade de produzir e exportar o combustível fóssil é a base das possibilidades de desenvolvimento econômico dos países africanos. Para os dez maiores exportadores de petróleo, o setor representou, entre 2011 e 2013, 56% da fonte de renda dos governos nacionais. Na Líbia e em Angola, por exemplo, o setor é responsável por, respectivamente, 70 e 60% do PIB nacional, ao passo que, na Nigéria, o petróleo produz 80% da renda governamental (Adusei 2015).

Na Nigéria, a região do delta do rio Níger, formada pelos estados de Ondo, Edo, Delta, Bayelsa, Rivers, Imo, Abia, Akwa Ibom e Cross River, é extremamente rica em recursos naturais e é responsável pela produção nacional de petróleo em quase sua totalidade. A região é frequentemente caracterizada como um dos ecossistemas mais afetados pela exploração de petróleo no mundo, seja econômica, social ou ambientalmente, e, apesar de suas extensas reservas minerais, ela continua sendo uma das regiões mais pobres e subdesenvolvidas da Nigéria. Atualmente, a produção nigeriana na região é extensivamente controlada por empresas multinacionais em joint ventures com a Nigeria National Petroleum Corporation, sendo que somente cinco (Shell, Texaco, Chevron, Exxon Mobil, Total e Agip), são responsáveis por cerca de 95% do petróleo produzido no país. Nesse sentido, o governo federal, além de assegurar a distribuição de contratos e a segurança local, é o responsável por, em uma federação extremamente centralizada, distribuir entre as regiões a renda fruto da exploração mineral (Obi 2010; Ebegbulem, Ekpe e Adejumo 2013).

Com a quarta maior reserva do continente africano, Angola adota, já desde a década de 1970, um sistema no qual a exploração é distribuída entre grandes empresas multinacionais. Essa delegação é controlada pela Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol), uma empresa estatal criada em 1978 que é responsável pelo controle das reservas e da produção petrolífera no país. Mesmo com a rápida criação da empresa nacional, o mercado petrolífero angolano somente começou a ganhar força a partir dos anos 1990, quando reservas foram descobertas no alto mar da província de Cabinda, a qual concentra, hoje, a maior parte das reservas nacionais. Além disso, apesar da atuação da Sonangol, o setor produtivo em Angola também é majoritariamente constituído por empresas multinacionais, sejam elas as tradicionais empresas ocidentais, sejam novos atores

originários de países emergentes como a China, o Brasil ou a Índia (Monié, Binsztok e Egler 2012). Na Líbia, as primeiras bacias de petróleo foram descobertas nos anos 1950, e o país rapidamente ingressou na lista dos maiores produtores mundiais. Com as maiores reservas do continente africano, a produção líbia demanda um dos menores custos de produção do mundo e tem como resultado um combustível de alta qualidade, o qual pode ser facilmente exportado para os mercados europeus graças à sua proximidade geográfica. Ademais, a principal área da exploração nacional está concentrada na região leste, que é responsável não só pela produção, mas também pelo refino e pela concentração dos principais portos de exportação como Sidra, Ras Lanuf, Brega, Zuwetina, Tobruk (Khan e Mezran 2016).

Na Argélia, a exploração petrolífera e a extração de gás representam cerca de um terço do PIB nacional, tornando a indústria extrativista um setor central para a economia argelina. De uma forma geral, a alta dos preços do petróleo dos anos 2000 permitiu a constituição de um período de crescimento econômico, de queda do desemprego e, por conseguinte, de consolidação do Estado argelino mesmo face às diversas fontes de instabilidade que serão discutidas nas seções seguintes. Por muito tempo, a produção argelina foi controlada pela empresa estatal SONATRACH, mas uma nova lei, sancionada em 2005, permitiu a expansão do capital privado internacional e, dessa forma, diminuiu o monopólio da empresa argelina (Arieff 2013). No Sudão do Sul[12], a produção sofreu importantes perdas ao longo de dois períodos principais: o primeiro deles durante o conflito pela sua independência que durou até 2011; e o segundo a partir da guerra civil que tomou o país a partir de 2013. No entanto, o Sudão do Sul possui importantes reservas e a sua produção é significativa, a qual é bastante dominada por empresas internacionais como a Corporação de Petróleo Nacional da China, a indiana Oil and Natural Gas Corporation (ONGC) e a malaia Petronas, que controlam grande parte da produção nos estados de Unity e de Upper Nile (Adusei 2015).

De uma forma geral, a regra que caracteriza a produção do setor petrolífero nos países africanos que abrigam importantes reservas é a competição limitada às grandes empresas multinacionais, as únicas com capacidade de investimento e com domínio tecnológico para operar sob as condições impostas por esse tipo de exploração. Com a crescente demanda pelo petróleo africano, grandes companhias, como ExxonMobil e Shell, expandem sua atuação no continente e sua importância frente às economias nacionais. Por outro lado, os últimos anos testemunharam uma progressiva presença de multinacionais de países emergentes, as quais encontra-

12 A história da situação da indústria petrolífera no Sudão do Sul merece alguns comentários: antes da independência do país, em 2011, o Sudão controlava toda a produção hoje atribuída ao Sudão do Sul, cujo território detém a maior parte das reservas da região. Dessa forma, após a divisão territorial, o Sudão perdeu grande parte de sua capacidade produtiva na indústria petrolífera e, em contrapartida, manteve grande relevância na distribuição do recurso ao controlar oleodutos e ao garantir uma saída para o mercado internacional por meio da faixa litorânea no Mar Vermelho (Adusei 2015).

ram seu espaço em países como Sudão, Gabão, São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial, onde a atuação de multinacionais ocidentais é menos fortalecida. Empresas como a chinesa PetroChina, a indiana ONGC, a brasileira Petrobras e a malaia Petronas têm ampliado seus investimentos na região, tornando o mercado petrolífero continental cada vez mais complexo e diversificado (Monié, Binsztok e Egler 2012).

Por fim, para além das problemáticas econômicas envolvendo a exploração petrolífera no continente africano, questões que abrangem o contexto político e securitário local são essenciais tanto para a compreensão das dinâmicas econômicas e produtivas do setor, quanto para os seus resultados e para o desenvolvimento regional. A atividade econômica demanda estabilidade e segurança, e quaisquer ameaças podem prejudicar a posição global dos exportadores de petróleo africanos. Ao analisar as principais regiões petrolíferas do continente, percebe-se uma extensa atuação de atores não estatais, os quais constantemente emergem como uma ameaça à segurança nacional e regional (Frynas e Paulo 2007).

3.2 GRUPOS NÃO ESTATAIS E AMEAÇAS À SEGURANÇA NO CONTINENTE AFRICANO

De forma anterior à discussão acerca do impacto de agentes não estatais na exploração petrolífera africana, uma discussão teórica do fenômeno no continente torna-se importante e necessária para o seu entendimento. Em primeiro lugar, diante de uma categoria tão abrangente como essa, é relevante ressaltar que o presente guia de estudos apresentará os grupos não estatais armados como o cerne de sua discussão, e a presente seção tratará de indicar os principais marcos teóricos e conceituais para a sua melhor compreensão. É também essencial afirmar que, face a uma diversidade tão significativa, não há consenso sobre a definição do fenômeno, o qual pode agrupar diferentes características de acordo com o seu contexto e suas peculiaridades. Nesse sentido, o presente guia de estudos definirá grupos não estatais armados como "atores com a disposição e com a capacidade de utilizar a violência para perseguir seus objetivos; e que não são integrados a instituições estatais formais como exércitos regulares, guardas presidenciais, polícias ou forças especiais" (Schneckener 2007, 25. Tradução nossa). É uma definição ampla e abrangente, capaz de abarcar a imensa diversidade desses grupos sem, portanto, deixar de lado suas peculiaridades e sem promover uma análise limitada do fenômeno.

Além dessa definição, Varin e Abubakar (2017) destacam outra característica importante no conceito de atores não estatais: a ilegitimidade da violência utilizada por esses grupos. Ao considerar-se o Estado como o único ator com o monopólio legítimo da força, a concepção de ilegitimidade do uso da violência é capaz de agregar uma nova faceta à desconexão desses grupos com instituições formais de segurança. Independentemen-

te da sua estrutura, das suas particularidades ou da sua região geográfica, todos acabam por adotar o uso ilegítimo da força, característica que por si só já garante uma fonte de instabilidade e de insegurança perante os Estados nacionais (Varin e Abubakar 2017). A definição de Schneckener (2007) também indica diferentes tipos de grupos não estatais, os quais podem ser agrupados como rebeldes ou guerrilheiros, como milícias ou paramilitares, como chefes tribais, como senhores de guerra, como grupos terroristas, como criminosos e como mercenários. Contudo, mesmo com essa categorização, a linha divisória entre cada uma delas é bastante tênue; ao longo de sua evolução, os grupos estão constantemente se readaptando a novos contextos e condições, e atores pertencentes a uma categoria podem adotar práticas ou adquirir características representativas de outras (Schneckener 2007).

No continente africano, a atuação de grupos não estatais sempre foi um fator presente, perpassando a criação e o desenvolvimento dos Estados nacionais. A atividade desses atores, principalmente de milícias, de grupos rebeldes e de organizações terroristas, constitui há bastante tempo uma séria problemática que mitiga o desenvolvimento regional. Enquanto pouco frequentes foram as guerras interestatais, os conflitos intraestatais no continente africano marcaram, e ainda marcam, uma enorme parcela da insegurança que perturba diferentes regiões, em contextos nos quais a atuação desses grupos desempenha um papel fundamental: eles são atores-chave nos conflitos que fragilizam os Estados nacionais africanos. Mesmo que a ascensão desses grupos carregue particularidades e condições diferentes de acordo com o país ou com a região em questão, alguns paralelos importantes podem ser traçados na tentativa de compreender melhor o fenômeno em suas dimensões continentais (Varin e Abubakar 2017). A grande maioria desses grupos é baseada ao redor de organizações frouxas e desestruturadas, em que a ordem hierárquica é fraca, a liderança é limitada e a fragmentação é grande. Essas organizações são geralmente marcadas por um controle indisciplinado e desorganizado sobre as operações e atuações, com bases ideológicas e políticas pouco coordenadas. Mesmo assim, é também possível encontrar grupos organizados ao redor de estruturas mais fixas e disciplinadas, cujos objetivos são bem delimitados e sistemas de atuação são extremamente coordenados, fato que demonstra a extensa diversidade de grupos presentes no continente africano (Okumu e Ikelegbe 2010).

Esses grupos podem também ser inseridos em características gerais que indicam seus objetivos, sua atuação e seu impacto, e é assim que Schneckener (2007) busca agrupar os diferentes atores já mencionados a partir de quatro critérios. São eles: (i) a busca pela mudança ou pela manutenção do status quo; (ii) a existência ou a ausência de aspirações territoriais; (iii) a utilização de violência física ou de violência psicológica; e (iv) a busca por ganhos econômicos ou por ganhos políticos. Para citar alguns exemplos gerais, pode-se então afirmar que, enquanto grupos terroristas e rebeldes

buscam uma alteração no status quo por meio de mudanças no regime político, de secessão territorial e de destituição de governos, senhores de guerra e criminosos objetivam assegurar seus ganhos políticos e financeiros por meio da manutenção do status quo. Por outro lado, atores como milícias, rebeldes e grupos terroristas atuam a partir de uma agenda política, enquanto criminosos e mercenários, em contrapartida, estão essencialmente interessados em garantir seus privilégios econômicos. Por fim, os casos citados servem apenas como exemplos das infinitas diferenciações e particularidades que podem caracterizar diferentes grupos, os quais podem, constantemente, transitar por entre esses critérios (Schneckener 2007).

Muitas são as explicações causais que buscam identificar os motivos que levam à criação, à atuação e à perpetuação desses grupos no continente africano. A existência de atores não estatais pode partir de ambições que buscam justiça e mudança social e de incentivos a conflitos ao redor da apropriação de recursos e de oportunidades econômicas; ambos se unificam para permitir a existência desses grupos a partir da manutenção de um interesse próprio. A competição por recursos escassos ganha ainda mais importância diante de problemas relacionado à distribuição e à administração dessas riquezas, as quais, principalmente em regiões ricas em, por exemplo, recursos minerais, podem gerar conflito social e marginalização. Esses dois últimos, por sua vez, foram responsáveis pela criação de bases sociais capazes de incentivar e apoiar a atuação de determinados grupos em contextos em que exclusão e desigualdade formaram as conexões identitárias tão importantes para a sua existência em níveis subnacionais; mesmo se ligações culturais, religiosas, étnicas, entre outras, não podem por si só explicar a ocorrências dessas organizações, elas são extremamente importantes na construção do suporte social capaz de alterar as noções de legitimidade e de apoio local. Okumu e Ikelegbe (2010, 27) afirmam que:

> O fenômeno de grupos armados não estatais é também uma resposta que vem de baixo, ainda que uma resposta militante e violenta. Ele representa uma resposta extrema à persistente desigualdade e à marginalização social, bem como uma dissidência, uma revolta e uma resistência contra estruturas e sistemas de poder e de governança existentes. É uma plataforma construída por pessoas marginalizadas que estão desesperadas o suficiente para se engajar em movimentos armados de resistência. Ele pode, portanto, ser visto como o único instrumento disponível para os frustrados, ameaçados, excluídos e oprimidos pelo poder estatal e pela hegemonia identitária (Tradução nossa).

É também interessante destacar a relação dessas organizações com as elites locais, as quais podem exercer um importante papel nesse fenômeno ao utilizar esses grupos para reforçar suas posições diante de seus oponentes políticos e econômicos. Grande parte do fenômeno dos atores não estatais no continente é também ligado às disputas por poder e por controle político, nas quais esses grupos atuam de forma afiliada

às forças políticas locais que, sejam de oposição ou não, buscam caminhos alternativos para promover ou impedir mudanças. Por fim, e talvez sendo a faceta mais importante do contexto de ascensão de grupos armados no continente africano, o caráter dos Estados nacionais é uma variável fundamental, principalmente diante de uma fragilidade política e institucional que, ao aprofundar as desigualdades e a marginalização, ao não garantir crescimento econômico e ao ser incapaz de prover segurança, cria um contexto perfeito para a criação e para a atuação desses grupos (Okumu e Ikelegbe 2010).

3.3 AGENTES NÃO ESTATAIS E O TRÁFICO DE HIDROCARBONETOS

Como já anteriormente afirmado, a presença de grupos armados não estatais é uma constante ameaça à segurança em diversas regiões do continente africano, cada um deles com suas próprias particularidades, modos de atuação e objetivos. No entanto, uma semelhança que frequentemente pode ser identificada entre esses grupos é a sua relação com o setor petrolífero, a partir dos impactos negativos de sua atuação sobre a produção regional e, principalmente, com o tráfico transnacional e com a exploração ilegal. No continente africano, o tráfico de recursos naturais é uma problemática que emerge com bastante importância, especialmente diante da riqueza natural do continente e da centralidade dessa para muitas economias nacionais. Assim, desde minerais brutos e petróleo até animais selvagens e madeira, o comércio ilícito de recursos naturais promove uma negativa expansão de um mercado ilegal que progressivamente financia a atuação de diversos grupos não estatais (AfDB 2016). Com isso em mente, tráfico, no presente guia de estudos, será definido como "o movimento internacional de bens ou pessoas que se originam do setor ilegal do país exportador e/ou se deslocam para o setor ilegal do país importador" (Dechery e Ralston 2015, 4. Tradução nossa). O tráfico é, portanto, uma atividade caracterizada pela combinação de duas facetas: a natureza ilegal do bem a ser comercializado, que é ou adquirido à margem da lei ou por si só ilegal, e o contrabando, o qual é um movimento desregulamentado, sem respaldo legal e, portanto, ilícito. Essa definição é ampla o suficiente para abranger o tráfico de drogas, de armas, de pessoas e de recursos naturais, tal como o petróleo (Dechery e Ralston 2015).

Com relação ao setor petrolífero, estima-se que o tráfico representa um custo de cerca de 100 bilhões de dólares por ano na África, principalmente por meio de corrupção, do roubo direto, da exploração ilegal e do bunkering ilegal. Enquanto bunkering é uma etapa essencial no comércio marítimo e consiste na transposição de uma mercadoria, tal como petróleo bruto, para um navio, bunkering ilegal é um desvio ilícito de mercadorias que pode ocorrer com, por exemplo, a perfuração de oleodutos e a sobrecarga desregulamentada de navios. No presente guia, os termos roubo e

bunkering ilegal serão utilizados de maneira intercambiável, sendo ambos caracterizados pelo desvio e pelo roubo de petróleo por indivíduos, grupos ou organizações criminosas. Em suma, a exploração e a apropriação ilegal de petróleo constituem uma faceta importante da atuação de diversos grupos no continente africano, que têm a comercialização ilegal ou como o seu fim único, como o caso do crime organizado e da pirataria, ou como uma essencial fonte de financiamento de suas atividades, como ocorre, por exemplo, com grupos terroristas, senhores de guerra e grupos rebeldes. Assim, a presente seção terá como objetivo a discussão acerca da relação entre grupos armados não estatais e o setor petrolífero nas principais regiões produtoras do continente africano, notadamente o Norte da África, o Golfo da Guiné e as regiões costeiras do Atlântico Sul (Anyio 2015; AfDB 2016).

3.3.1 REGIÕES COSTEIRAS DO GOLFO DA GUINÉ E DO ATLÂNTICO SUL

As regiões do Golfo da Guiné a da costa do Atlântico Sul são centrais no fenômeno do tráfico e da exploração ilegal de petróleo. Dentre os principais exemplos, Nigéria e Angola emergem não somente como os maiores produtores, mas também como os países que mais enfrentam essa problemática em seus setores petrolíferos. Já desde os anos 1990, a Nigéria tem passado por uma série de conflitos relacionados à sua indústria petrolífera, quando as populações do Delta do Níger, onde está concentrada a maior parte da produção nacional, começaram a se mobilizar contra a sua crescente marginalização social ao entender que, mesmo sendo responsável por uma enorme parte da renda nacional, esse esforço não se refletia em melhores condições sociais e econômicas. As populações locais sentiam-se exploradas e excluídas pelo governo nigeriano e pelas empresas multinacionais, em um contexto no qual a precária distribuição de renda tornava a região, apesar da enorme riqueza mineral, uma das menos desenvolvidas e mais pobres do país. Assim, até hoje, a região é foco de insurgência e de movimentos rebeldes, entre os quais pode-se mencionar o Movimento pela Emancipação do Delta do Níger (MEDN), a Força Voluntária do Delta do Níger (FVDN) e a Coalizão pela Ação Militante (COAM). Ao longo de todo o século XXI, esse foco de rebelião foi responsável pelo fechamento de diversos campos de exploração, bem como por extensos cortes na produção: entre 2005 e 2009, a exportação de petróleo nigeriano caiu entre 25 e 40%. Atualmente, um plano de anistia, lançado em 2009, conseguiu garantir a diminuição de partes do conflito, mas alguns grupos atuam até hoje na região e garantem a continuidade dos problemas de instabilidade (Adusei 2015).

IMAGEM 1: NIGÉRIA E OS ESTADOS DO DELTA DO RIO NÍGER



Fonte: Onuoha 2016

De uma forma geral, o conflito do Delta do Níger tem como característica importante um extenso processo de militarização regional, com constantes conflitos entre milícias locais e o exército nigeriano, que é mobilizado com o objetivo de proteger a produção mineral. Além da existência de movimentos políticos de insurgência, os quais mobilizaram-se em favor ou do separatismo ou de profundas modificações estruturais, a região presenciou a ocorrência de um fenômeno caracterizado pela multiplicação de grupos armados que, por sua vez, não estavam ligados a quaisquer movimentos políticos; há, dessa forma, uma interconexão pouco clara entre grupos insurgentes, milícias, piratas e organizações criminosas que atuam na região. Esses grupos aproveitaram-se da situação de insegurança e das oportunidades locais para organizar atividades criminosas ao redor da indústria do petróleo, desde bunkering e sequestros de funcionários até exploração ilegal. Ademais, os conflitos locais não se expressam somente nos embates entre milícias e o exército nacional ou nas atividades criminosas ao redor do petróleo, mas também em conflitos étnicos entre os diferentes grupos e entre as diferentes regiões do Delta (Ibaba e Ikelegbe 2010).

A área do Delta do Níger, que representa, ao mesmo tempo, 3,2% do território nigeriano e 95% das reservas petrolíferas, tornou-se um ambien-

te extremamente propício para a emergência de atividades criminosas organizadas ao redor do roubo e da exploração ilegal de petróleo. Entre 2012 e 2014, registrou-se que a Nigéria perdeu cerca de 180.000 barris por dia devido à ocorrência de atividades ilegais na região, com um montante que chega à soma de 7 bilhões de dólares por ano (Akpomera 2015). Na região, o roubo de petróleo é realizado de diferentes maneiras, cada uma com seu próprio grau de complexidade; essas atividades podem ocorrer a partir da perfuração de oleodutos ou do sobrecarregamento de petróleo cru sobre navios cargueiros, após o qual, graças à falta de fiscalização e à corrupção local, o produto é revendido de forma desregulamentada (Boris 2015). Com 6.000 quilômetros de oleodutos ao longo do território nigeriano, o desvio do recurso mineral por meio do vandalismo à tubulação é frequente: em 2013, cerca de 53 pontos de desvio foram encontrados ao longo do oleoduto de Nembe Creek, o qual tem 97 quilômetros de extensão. É reportado que os grupos armados organizam suas atividades de maneira bastante sofisticada, com a construção de campos de armazenamento extremamente militarizados pela presença de milícias e, assim, a Nigéria talvez seja o exemplo mais claro de exploração ilegal e de tráfico por motivos que miram apenas no lucro, em um mercado ilegal extenso que se internacionalizou a partir de transações com diversas regiões do globo. Há, de um lado, os movimentos de insurgência e de resistência que, objetivando a concretização de suas ambições políticas, utilizam o mercado ilegal de petróleo para seu financiamento, e, de outro, facções criminosas, piratas e outros grupos locais que se aproveitam do contexto de instabilidade para garantir lucros por meio da exploração ilegal e do roubo de petróleo (Akpomera 2015).

Em Angola, ao longo da longa guerra civil que se estendeu após o processo de independência em 1975, principalmente entre o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), o petróleo já tinhaa importância central juntamente com a exploração de diamantes. Enquanto o esforço do MPLA estava quase que inteiramente financiado pela exploração petrolífera, a UNITA somente pôde manter suas operações por causa da renda gerada pela venda de pedras preciosas (Gonzalez 2010). No entanto, mesmo com o fim da guerra civil nos anos 2000, o setor petrolífero angolano manteve-se central para um dos principais núcleos de insegurança nacional: o território de Cabinda, exclave[13] angolano situado entre a República do Congo e a República Democrática do Congo (RDC). Desde a descoberta de petróleo na região, em 1958, e principalmente após o rápido crescimento da exploração

13 Por definição, um exclave é caracterizado como um território ligado politicamente a um outro território sem, contudo, ser fisicamente contíguo a ele. Um enclave, em adição, é uma unidade política completamente situada dentro dos limites de um outro território. Assim, geograficamente, a província de Cabinda configura-se apenas como um exclave por, além de ter saída para o mar, ter fronteiras com a República Democrática do Congo e com a República do Congo. Apesar da diferença conceitual, é comum, em Angola, a utilização dos termos enclave e exclave de forma intercambiável ao descrever a província de Cabinda.

nos anos 1960, os primeiros movimentos separatistas começaram a emergir no território, dentre eles a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC). Hoje, de forma semelhante ao que ocorre na Nigéria, a província entende-se como marginalizada diante da ausência de qualquer reversão dos ganhos adquiridos pela extensa exploração de petróleo em Cabinda. Na região, cerca de 95% do petróleo produzido é em alto mar, fato que separa ainda mais a riqueza mineral da população local e, ao mesmo tempo, dificulta a atuação de grupos armados ao redor do setor petrolífero (Le Billon 2010).

Por fim, um outro fenômeno entre grupos armados não estatais de bastante relevância para o tráfico de petróleo no continente africano é a pirataria. De início, é importante mencionar que não há nenhuma definição universal de pirataria e, dessa maneira, o presente guia de estudos utilizará a definição adotada pelo Escritório Marítimo Internacional da Câmara Internacional de Comércio (ICC), o qual define o fenômeno como "um ato de embarque ou uma tentativa de embarcar em qualquer navio com a intenção de cometer roubo ou qualquer outro crime e com a intenção ou a capacidade de usar a força na promoção desse ato" (ICC International Maritime Bureau 2008, 3. Tradução nossa). A pirataria é uma faceta essencial da insegurança marítima em águas africanas, nas quais esses grupos organizam ataques dos mais diversos, principalmente contra navios ancorados em portos, com operações em alto mar e com a captura não só de mercadorias, mas de embarcações como um todo. Nos anos mais recentes, a pirataria foi responsável por transformar a costa africana em uma das mais perigosas do mundo, sobretudo ao redor de três núcleos centrais: o Golfo da Guiné, o Canal de Moçambique e as águas do Golfo de Áden, no Chifre Africano (Chalk 2008).

Na África, as águas do Golfo de Áden, principalmente nas regiões litorâneas da Somália, são uma região tradicionalmente conhecida pela extensa atuação de piratas. No entanto, enquanto o ápice da incidência desses grupos no Golfo de Áden foi registrado entre os anos de 2008 e 2011, diversas iniciativas regionais e internacionais foram responsáveis por um significativo declínio da pirataria nas águas do Chifre da África. No Golfo da Guiné, por outro lado, a incidência dos ataques permaneceu, durante alguns anos, estável e, em outros mais recentes, registrou crescimento. Assim, a pirataria no Golfo da Guiné, uma região de extrema importância para a produção petrolífera, também ganha destaque no tráfico internacional de hidrocarbonetos (Xiao, Fan e Xu 2017). Na região, essas organizações criminosas têm posto em prática operações cada vez mais avançadas, com armamentos modernos, sistemas de GPS, comunicação via satélite e barcos de longa distância, tornando os esforços contra a ampliação da pirataria ainda mais complexos. Mesmo com uma enorme diversidade de ataques, é possível identificar uma clara associação entre esses grupos e a indústria petrolífera: todos os anos, diversos navios cargueiros transportando o petróleo produzido na região são atacados em operações nas quais a tripulação é fei-

ta refém em troca de recompensas e o carregamento é roubado para venda ilegal. Como não há qualquer ligação direta – tais como oleodutos ou rotas terrestres – entre o Golfo da Guiné e os mercados industrializados do Norte, o petróleo nigeriano é extremamente dependente do transporte marítimo, incrementando os impactos desse núcleo de insegurança. É relevante, também, apontar a relação da pirataria com outros grupos armados na região do Delta do Níger, a qual é exemplificada por Ikelegbe (2006, 47):

> Há conexões relevantes entre milícias, gangues armadas, cultos, piratas e bunkers. As delimitações entre elas podem ser fluidas pelo fato que um grupo pode facilmente fundir-se com outro. Piratas, por exemplo, estão diretamente ligados a roubos em domínios marítimos, são agentes de organizações de bunkering, oferecem proteção a operações de desvio de petróleo e são guias de outros navios responsável pelo transporte ilegal. Eles podem ser parte de milícias mais amplas e de grupos armados que podem também estar envolvidos com violência popular (Tradução nossa).

Na região, estima-se que cerca de 50 a 80% dos ataques não são reportados, e as águas da Nigéria são comumente descritas como atualmente o ambiente marítimo mais desafiador do mundo. Os grupos aproveitam-se da falta de patrulhamento e dos problemas relacionados ao carregamento para organizar ataques tanto em águas territoriais quanto internacionais, em um fenômeno que custa milhões de dólares à economia nigeriana e às empresas multinacionais lá instaladas. Nos últimos anos, piratas nigerianos têm também se expandido pela região, organizando operação no Togo, em Benin e na Costa do Marfim. Além disso, nos últimos anos, piratas que tradicionalmente atuavam na região da Nigéria começaram a dirigir-se para o Sul com o objetivo de organizar ataques na costa de Angola, ampliando ainda mais a sua relação com o setor petrolífero africano (Murphy 2007).

3.3.2 NORTE DA ÁFRICA

O Norte da África tradicionalmente é uma importante região exportadora de petróleo no continente e, anteriormente à descoberta de reservas no Golfo da Guiné, era responsável pela maior parcela da produção africana. Como já discutido, países como Argélia, Líbia e Sudão do Sul detêm a posse de significativas reservas, e o setor é central para o crescimento de suas economias nacionais. No entanto, a presença de ameaças securitárias é, também, característica da região, onde a fragilidade institucional e a geografia árida do Saara impõem um cenário com fronteiras pouco definidas, movimentos sem regulamentação e emergência de grupos armados. Com a Primavera Árabe, governos do norte africano, que eram há muito tempo estáveis, encontraram-se destituídos e fragilizados. Na região do Saara-

-Sahel[14], uma combinação de fatores que agrupa marginalização social, crise econômica e baixa governança tem fragilizado a legitimidade do Estado nacional, a qual, por sua vez, abre espaço para a atuação de grupos armados e de unidades políticas locais, bem como para a criação de uma economia informal e ilícita (Okumu e Ikelegbe 2010).

Na Líbia, a Primavera Árabe produziu consequências bastante diferentes das observadas em outros países como a Tunísia ou o Egito, e o cenário que emergiu após os movimentos de 2011 aproxima-se muito mais daquele hoje identificado no Iêmen e na Síria, onde fragmentação e guerra civil tornaram-se a regra. Após a intervenção liderada pela OTAN e a derrubada do presidente Muammar al-Gaddafi, em outubro de 2011, o novo governo líbio viu-se incapaz de impedir a fragmentação do território e a emergência de grupos armados. De um modo geral, a Primavera Árabe e a situação subsequente já foram, por si só, responsáveis por uma dramática queda na produção petrolífera, visto que o fechamento e a destruição de portos, campos de exploração e oleodutos causou uma queda de cerca de 70% nas exportações líbias. Dessa forma, o impacto da Primavera Árabe sobre o setor petrolífero na Líbia foi muito mais profundo quando em comparação com os vizinhos Egito e Argélia (Adusei 2015). A instabilidade institucional, fruto da fragilidade gerada pelos resultados da Primavera Árabe e de intervenções externas, abriu espaço para a proliferação de diversos grupos armados que, diante de instituições incapazes de controlar o território, buscam fortalecer sua parcela de poder frente ao Estado nacional; com vastos territórios pouco vigiados, fronteiras porosas e marginalização social, grupos rebeldes, milícias e terroristas estabeleceram-se e deram o tom da atual guerra civil no país (Costantini 2016).

A situação da Líbia pós-Gaddafi é muito bem explicada a partir da existência de uma vasta fragmentação territorial na qual diferentes senhores de guerra foram capazes de construir áreas de soberania subestatal próprias, no fenômeno conhecido como warlordism, em inglês. Assim, esses grupos competem pela expansão de seu território e pelo fortalecimento de seu poder local, em um contexto no qual os conflitos pela exploração do petróleo líbio também adquiriram centralidade como uma das facetas de entendimento dessa fragilidade. Além disso, a Líbia é atualmente separada entre duas esferas de influência diferentes, cada uma delas clamando pela legitimidade como verdadeiro representante do Estado líbio: de um lado, o Congresso Nacional Geral, eleito em 2012 e baseado em Trípoli, e, de outro, a Câmara de Representantes, eleita em 2014 e com sede em Tobruk. De uma forma geral, a queda de Gaddafi abriu espaço não só para a construção de unidades políticas locais, como também para a constituição de uma economia ilegal extensa, que é impulsionada pela falta de controle sobre o território e sobre fronteiras, e da qual o tráfico de petróleo faz parte. Na

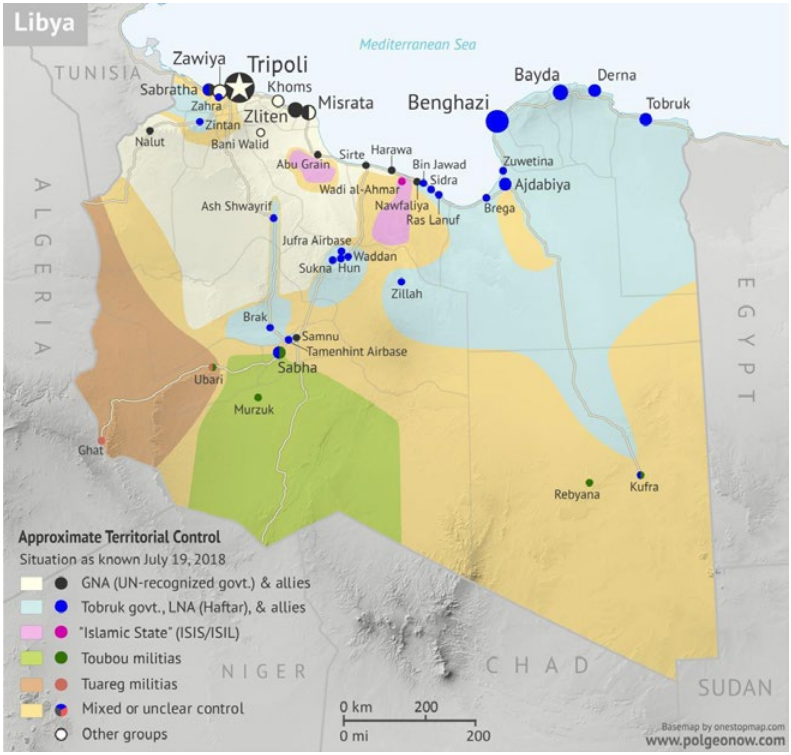
14 Enquanto a região do Saara compreende toda a região do norte africano ao longo do deserto do Saara, o Sahel representa, mais ao Sul, a faixa territorial de transição entre o deserto e a região das savanas.

Líbia, os recursos energéticos estão atualmente associados à expansão do fenômeno de fragmentação e do controle dos senhores de guerra, à fragilidade do Estado e à divisão nos aparatos de segurança; diferentemente de como é tradicionalmente visto em outras situações, como na Argélia e na Nigéria, a presença de recursos naturais concentrados não garantiu, após 2011, uma centralização de poder ao redor do Estado nacional, e sim o fortalecimento de unidades políticas com suas próprias soberanias de facto (Costantini 2016).

De uma forma geral, a ligação de grupos terroristas com o petróleo está, por um lado, nos ataques perpetrados contra o setor energético, principalmente com o objetivo de desestabilizar as economias e governo nacionais, e, por outro, na utilização do tráfico e da exploração ilegal como fonte de financiamento para suas atividades. Essa situação é bastante presente na Líbia, onde, desde 2014, um braço do Estado Islâmico busca aproveitar-se da situação de fragmentação regional e institucional para expandir sua área de atuação e promover sua agenda política. O grupo, conhecido como Província Líbia (EI-PL, Wilayah Barqa), está tradicionalmente concentrado na parte central da região norte do país, principalmente entre as cidades de Bani Walid e de Nawfaliyah, além de manter sua base de operações na cidade de Bengasi. Hoje, o Estado Islâmico na Líbia tem perdido importantes parcelas de controle territorial, fato que, no entanto, não descarta a importância e os riscos de sua atuação no país: na Líbia, diante de tamanha fragilidade institucional, o cenário tornou-se favorável à expansão e à emergência de grupos terroristas tais como o Estado Islâmico, a Al-Qaeda no Magreb Islâmico e outros (Tichý 2019).

Com relação à exploração ilegal de petróleo, ela apresenta muitas dificuldades quando em comparação com outros países do Oriente Médio nos quais o Estado Islâmico está presente, principalmente devido à geografia árida da região central da Líbia, que demanda que o transporte de petróleo até a costa seja feito por meio de oleodutos. Ademais, as refinarias, instaladas essencialmente ao longo da costa e extremamente importantes para a revenda do produto, são normalmente controladas por outras facções armadas e severamente protegidas. No entanto, mesmo com dificuldades, o Estado Islâmico ainda busca um maior controle sobre o setor como um importante meio em direção ao fortalecimento de suas operações na região. De maneira semelhante, essa característica é também bastante importante para o braço do grupo baseado no Egito, conhecido como Estado Islâmico da Província do Sinai (EI-PS), o qual foi criado em 2014 por dissidentes da Al-Qaeda da região. Em contraste, o grupo egípcio, mesmo adotando a estratégia semelhante de ataques ao setor energético para desestabilizar o regime do atual presidente al-Sisi, não tem sob seu controle extensos territórios e dificilmente utiliza a exploração e o tráfico de petróleo como uma importante fonte de renda (Tichý 2019).

IMAGEM 2: ZONAS DE INFLUÊNCIA NO TERRITÓRIO LÍBIO



Fonte: Political Geography Now 2018

Na Argélia, outra nação importante no setor petrolífero africano, os impactos da Primavera Árabe foram muito menos dramáticos e, mesmo com a ocorrência de mobilizações populares, nenhuma mudança política significativa ocorreu.[15] Os movimentos foram ou reprimidos ou apaziguados por reformas institucionais muitas vezes caracterizadas apenas como

15 Em fevereiro de 2019, uma série de manifestações começaram a surgir nas principais cidades argelinas e deram início a um extenso movimento contra o governo do então presidente Abdelaziz Bouteflika. Após cinco semanas de sucessivas manifestações, o presidente decide por anunciar, no dia 2 de abril, a sua resignação após ter comandado o país desde 1999. Apesar da euforia inicial que contaminou as manifestações locais, a insatisfação logo voltou à tona quando lideranças ainda ligadas ao ex-presidente assumiram o processo de transição, dentre elas o atual presidente interino Abdelkader Bensalah, como antigo presidente da Assembleia Nacional, a sua sucessão estava, portanto, de acordo com o rito constitucional. Toda a situação transitória e a contínua insatisfação popular acabaram por ampliar o cenário de incertezas sobre o futuro da política argelina, tornando a atenção sobre o seu desenrolar extremamente essencial para entender o futuro da região. Além disso, as eleições nacionais marcadas para o dia 4 de julho foram canceladas sem, até a escrita do presente guia, o anúncio de uma nova data (International Crisis Group 2019).

mudanças de fachada, sem, portanto, instituir quaisquer alterações profundas. Dessa maneira, o Estado argelino foi capaz de manter uma certa estabilidade institucional, em que a crescente economia petrolífera mantém-se forte e relevante (Khan e Mezran 2016). Contudo, a Argélia ainda enfrenta graves problemas securitários que, mesmo diante da aparente resiliência do regime político, configuram-se como importantes fontes de instabilidade. Esses núcleos de insegurança são constituídos pela presença de diferentes grupos armados, principalmente na região do Sahel, na fronteira com o Mali e com o Níger, e pelos reflexos da guerra civil na Líbia. Assim, é possível mencionar grupos classificados pelo governo argelino como terroristas, tais como a Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI), o Ansar Dine e o Movimento para a Unidade e a Jihad na África Ocidental (Mujao); além disso, a questão dos movimentos tuaregues também é bastante relevante não só para a Argélia, mas para a região do Sahel como um todo (Zoubir 2012).

Os tuaregues são uma população minoritária que, tradicionalmente conhecidos como povos do deserto, habitam a região do Saara-Sahel, principalmente no Mali, na Líbia, na Argélia e no Níger. Mais recentemente, grupos tuaregues têm adotado reivindicações de maior participação política; principalmente no Mali e no Níger, desde 2006, movimentos tuaregues têm se organizado formalmente e se engajado em conflitos contra os governos centrais. Enquanto no Níger um grupo conhecido como Movimento dos Nigerinos pela Justiça (MNJ) tem notoriedade desde 2007, no Mali o Movimento Nacional pela Libertação do Azauade (MNLA) ganhou destaque pela sua luta em favor da independência da região norte do país (Zoubir 2012). A AQMI, citada acima, é fruto do grupo anteriormente conhecido como Grupo Salafista pela Pregação e Combate (GSPC), o qual, por sua vez, foi criado em 2002 por dissidentes do Grupo Islâmico Armado (GIA), uma das organizações islâmicas que surgiram durante a guerra civil argelina dos anos 1990. O GSPC progressivamente se internacionalizou, anunciou sua adesão à rede Al-Qaeda em 2003 e, em 2007, transformou-se em Al-Qaeda no Magreb Islâmico. Hoje, o grupo estabelece-se principalmente no nordeste argelino, na região Sul e nas áreas fronteiriças com os demais países do Sahel. De uma forma geral, a AQMI tem como objetivo principal a destituição do governo argelino e a criação de um Estado próprio na região, buscando, para isso, a integração com os movimentos tuaregues de revoltas locais (Arieff 2013).

Dentre os países do norte africano, o Estado argelino talvez seja o com melhores capacidades materiais e institucionais de garantir a estabilidade do seu setor petrolífero. Com um dos exércitos mais bem treinados e equipados da África, bem como com extensa ajuda material e técnica dos Estados Unidos, a Argélia tem organizado diversos esforços em prol da segurança nacional, buscando fortalecer suas fronteiras e agir contra a insurgência de grupos armados locais. Contudo, como já mencionado, a atuação desses grupos constitui, ainda assim, uma ameaça importante principalmente

com relação à indústria do petróleo. Em uma região dificilmente controlável e bastante próxima a importantes reservas minerais, os atores não estatais no Sahel veem na produção petrolífera argelina uma oportunidade de, ao garantir fluxos financeiros com o tráfico, fortalecer seus movimentos em direção a suas ambições políticas, mesmo com dificuldades diante do aparato securitário argelino (Arieff 2013).

A discussão acerca do terrorismo no continente africano merece também uma outra reflexão crítica com o objetivo de melhor entender a posição da região no seu combate global. Até os ataques contra o World Trade Center, em 2001, pouco se falava sobre a atuação desses grupos no Norte da África: com alguns focos mais limitados, a questão nunca foi relevante o suficiente para se tornar uma preocupação internacional. Tudo isso, contudo, mudou a partir de 2003, quando a administração Bush, utilizando-se de alguns casos mais isolados, progressivamente começou a caracterizar o local como uma região de efervescência terrorista e como um núcleo de organizações transnacionais que poderia ameaçar a segurança internacional. Foi assim que, a partir daquele momento, o Norte da África tornou-se uma nova fronteira para a Guerra ao Terror estadunidense, a qual havia sido lançada apenas alguns anos antes com a invasão ao Afeganistão em 2001. A inserção do Saara na Guerra ao Terror serviu de justificativa para a militarização da região e para a progressiva presença de tropas norte americanas em locais importantes para a exploração petrolífera e para a projeção de poder estadunidense na África. Apesar da real ocorrência de grupos terroristas na região, diversas são as críticas à forma como o Saara-Sahel foi inserido na Guerra Global ao Terror, em uma política em que cenários foram construídos e propagandeados com o objetivo de transformar a presença de forças estrangeiras e intervenções externas não somente justificáveis, mas até mesmo aparentemente necessárias (Keenan 2009).

O Sudão do Sul, país que se tornou independente após o seu processo de secessão do Sudão em 2011, surgiu de um conflito de independência estritamente relacionado com seus recursos minerais e, portanto, também já extremamente dependente da indústria petrolífera. Além do conturbado processo de independência, em 2013 o país embarcou em um longo conflito civil, cujos contornos são formados pela divisão entre, de um lado, os aliados do então presidente Salva Kiir e, de outro, do grupo ligado ao vice-presidente Riek Machar (Johnson 2016). Atualmente, após anos de conflitos e várias tentativas de conciliação, o governo de Kiir busca instituir a paz por meio do Diálogo Nacional, uma estratégia que ainda está longe de conseguir garantir a estabilidade. Nesse sentido, a produção de petróleo também é central em meio às disputas pelo controle do país, onde muitos dos campos petrolíferos viram sua produção ou paralisada ou parcialmente prejudicada. Enquanto a manutenção da produção é essencial para o fortalecimento do governo Kiir, a posse de campos de petróleo é um meio de financiamento das operações dos grupos ao redor de Machar. No Sudão, em contrapartida, o governo ainda detém o controle da grande parte das reser-

vas de petróleo, as quais são, contudo, significantemente menores que as do vizinho Sudão do Sul, mas alguns grupos armados locais ainda ameaçam a produção. Na região de Darfur, onde um conflito entre grupos e tribos locais tem se estendido desde 2003, os ataques e o controle sobre a produção petrolífera também estão na agenda de grupos rebeldes (James 2015).

Em suma, após a exposição do tema nas mais diversas regiões do continente africano, torna-se claro a centralidade da questão para o desenvolvimento regional. Em primeiro lugar, a indústria petrolífera encontra-se em um período de crescente relevância para a economia nacional de diversos países, e é diante desse fato que o tráfico e a exploração ilegal de petróleo adquirem consequências abrangentes, tanto securitárias quanto econômicas. Desde Angola e o Golfo da Guiné até o Norte da África, diversos grupos construíram extensas relações com a indústria petrolífera e tornaram os esforços que ambicionam a estabilidade e a paz ainda mais complexos. Dessa forma, a UA, como principal organismo multilateral do continente, tem a capacidade de desempenhar um papel central, organizando esforços, promovendo a cooperação e buscando soluções viáveis para cada uma das diferentes realidades africanas.

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

Diante de toda a discussão apresentada neste guia de estudos, tornam-se claras, em primeiro lugar, a crescente importância da indústria petrolífera para a economia africana e, em segundo, a forma como a atuação de grupos armados em determinadas regiões tem sido capaz de minar o setor energético e intensificar as disputas locais. Assim, a presente seção terá como objetivo a apresentação das principais ações tomadas pela comunidade internacional em direção ao combate ao tráfico de petróleo. De início, o foco será dirigido às iniciativas da UA e de demais organizações regionais do continente, para que, em seguida, as ações prévias levadas à cabo pelas Nações Unidas possam ser apresentadas.

4.1 UNIÃO AFRICANA E OUTRAS INICIATIVAS REGIONAIS

Uma das facetas mais importantes do combate regional ao tráfico e à exploração ilegal de petróleo é justamente a atenção sobre os focos de conflito e de insegurança que possibilitam o fortalecimento de grupos armados e, assim, de práticas ilegais direcionadas ao setor petrolífero. Desde sua criação, em 2002, a segurança regional sempre foi um dos cernes da UA, a qual enxerga a promoção da paz, da segurança e da estabilidade como necessária para a construção da unidade e do desenvolvimento africano. Assim, a organização construiu uma extensa estrutura institucional visando a promover tal objetivo e, em última instância, garantir a segurança e

a prevenção de conflitos. A espinha dorsal dessa faceta securitária da UA é conhecida como Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA), a qual canaliza esses esforços e forma diferentes instituições na tentativa de construir uma abordagem regional para os problemas securitários africanos. Dessa forma, a UA uniu o constante posicionamento em favor da soberania nacional, da não interferência e da integridade territorial com a construção de uma abordagem securitária mais assertiva em direção à resolução de conflitos e à promoção da paz (Ferreira 2014).

O Conselho de Paz Segurança da UA (CPSUA), como um órgão permanente responsável pela análise de conflitos e pela tomada de decisões em matérias ligadas à segurança internacional, é o núcleo dessa arquitetura. Ao CPSUA cabe, dentre outras questões, a tomada de decisões acerca da instauração de missões de paz, a implementação da Política de Defesa e Segurança Comum Africana, de 2004, a promoção do diálogo e da paz, a facilitação de ações humanitária e a antecipação e a prevenção de conflitos. Além disso, enquanto o Painel dos Sábios completa uma parte dessa arquitetura, ao promover um papel auxiliar de diplomacia preventiva e de mediação, o Fundo da Paz garante uma das mais importantes formas de financiamento da APSA, ao unir uma parte do orçamento da UA com contribuições voluntárias dos mais diversos atores regionais e internacionais. O Sistema Continental de Alerta Antecipado é outro pilar importante dessa arquitetura, o qual opera 24 horas por dia no monitoramento regional na tentativa de antecipar e prevenir conflitos, bem como de agrupar informações sobre conflitos em curso. Por fim, a Força Africana de Pronto Emprego é o pilar mais inovador dessa arquitetura e busca garantir que a UA adquira capacidades próprias de implementação de missões de paz e de resposta a conflitos regionais (Kuwali 2018). Contudo, essa força ainda não está completamente operacionalizada: além das enormes divergências na sua instituição nas diferentes regionais – as organizações regionais são responsáveis pela sua operacionalização –, a Capacidade Africana de Reacção Imediata a Crises (CARIC), criada como um mecanismo temporário anterior à Força de Pronto Emprego, ainda está ativa e prejudica a consolidação total de um projeto permanente (Bassou 2017).

Todos esses esforços colocaram a UA, logo nos anos seguintes à sua criação, em uma crescente posição de destaque em diferentes conflitos africanos, com capacidade de resposta tanto por ações próprias quanto por projetos em conjunto com a ONU ou com outras organizações regionais – como a CEDEAO e a SADC, por exemplo. O sucesso desse projeto político e securitário da UA, contudo, não foi construído sem a necessidade de enfrentamento de alguns problemas. Dentre estes, citam-se as capacidades de financiamento que ainda são bastante limitadas e dependem muito de apoio extra regional: entre 2008 e 2011, por exemplo, apenas 2% do financiamento das missões de paz africanas vieram de contribuições de países africanos. Com a questão do financiamento, cria-se um laço de dependência capaz de enfraquecer a agenda securitária da APSA. Com uma agenda

tão extensa, as divergências políticas também surgem como um obstáculo na implantação e na coordenação de diretrizes securitárias; com interesses sub-regionais e nacionais próprios, a constituição de um consenso continental mostra-se, muitas vezes, difícil. Ferreira (2014) inclusive salienta que:

> As divergências de posições e interesses impediram, por exemplo, a UA de responder de forma coerente e unificada à situação na Costa do Marfim (no final de 2010-início de 2011) e sobre a intervenção liderada pela NATO em 2011 na Líbia. No âmago destas divergências estão as interpretações sobre o que deve ser o papel e o compromisso sobre questões de "boa governança" e de "intervenção humanitária", incluindo qual a posição continental sobre intervenções externas baseadas na doutrina da "responsabilidade de proteger" (Ferreira 2014, 133).

Com o entendimento desse processo de construção da APSA, fica evidente o importante papel desempenhado pela UA na segurança regional, seja na coordenação de práticas comuns, seja na tomada de ações, seja no impulsionamento da coordenação entre as diferentes unidades políticas do continente. Apesar de diferentes dificuldades – tanto com discordâncias políticas quanto com problemas de financiamento, por exemplo – a abordagem da UA foi capaz de aproximar os africanos de soluções próprias para muitos de seus conflitos. No norte africano, principalmente no Mali, mas também na região do Sahel como um todo, a UA estabeleceu, em 2014, a Missão da União Africana para o Mali e Sahel (MISAHEL) em uma tentativa de mitigar os impactos do conflito no Mali e de garantir a segurança na região. Esse esforço, tão importante para a estabilidade regional e, de forma menos ampla, para a segurança argelina, tem encontrado diversas dificuldades no cumprimento de seu mandato (ISS 2018). Para além da MISAHEL, a Missão da União Africana na Somália (AMISOM), constitui, já desde a sua fundação em 2007[16], uma das mais expressivas iniciativas da UA no âmbito securitário, inclusive com consequências positivas contra o tráfico de petróleo praticado por piratas nas águas do Chifre da África. Outras operações de paz empreendidas pela UA que podem ser citadas são a Missão da União Africana no Burundi (AMIB) e, por fim, a Missão das Nações Unidas e da União Africana em Darfur (UNAMID), a qual é responsável por mitigar os impactos do conflito entre o governo sudanês e grupos rebeldes tal como o Grupo de Libertação do Sudão[17] (Okeke 2019).

Além do papel exercido pela própria UA, as demais comunidades e

16 Atualmente, a AMISOM, após mais de treze anos de existência, iniciou seu processo de desestruturação. No entanto, muitas são as dúvidas acerca da forma como o seu fim ocorrerá e das consequências do seu término para o desenvolvimento político e securitário na Somália.

17 O conflito na região do Darfur já se estende desde 2003, quando grupos armados tais como o Grupo de Libertação do Sudão e o Movimento pela Justiça e pela Liberdade começaram a denunciar os diversos movimentos de opressão levados à cabo pelo governo sudanês contra as populações não-árabes de Darfur. Diante do conflito que se estende até os dias de hoje, o ex-presidente do Sudão, Omar al-Bashir, foi inclusive denunciado no Tribunal Penal Internacional (TPI) por genocídio, por crimes de guerra e por crimes contra a humanidade (Okeke 2019).

organizações regionais também são centrais para essa arquitetura de paz e, por conseguinte, para a mitigação dos impactos causados pelo tráfico petrolífero. Essa importância advém da ideia geral de que, graças à proximidade geográfica, essas organizações não só seriam capazes de arquitetar respostas mais rápidas e eficientes, mas também carregariam uma maior dose de legitimidade, importante na resolução de conflitos. Por outro lado, em determinadas regiões, os interesses nacionais reverberam e fazem com que a tensão gerada por determinadas decisões possa desafiar a legitimidade e a suposta neutralidade da intervenção (Kuwali 2018). Dentre as comunidades regionais africanas, uma importante é a Comunidade dos Estados da África Ocidental[18] (CEDEAO), que, principalmente a partir de 2007 – mas já desde os anos 1990 –, buscou construir uma rede de prevenção e de resolução de conflitos com a adoção do Quadro de Prevenção de Conflitos da CEDEAO[19]. Além da ambição de uma concertação regional, no Delta do Rio Níger, na Nigéria, a principal abordagem está na ampliação das forças de segurança na região, tanto por parte do governo nigeriano quanto por parte de empresas privadas que são contratadas pelas multinacionais petrolíferas. Apesar da extensa importância da economia nigeriana para a região, nem a UA nem a CEDEAO obtiveram espaço para atuar contra o problema: o governo nigeriano mantém uma posição firme de rejeição a intervenções de grande porte e sustenta que é uma problemática de segurança nacional[20] (Ukeje e Mvomo Ela 2013; Bappah 2018).

Com relação à segurança marítima no Golfo da Guiné, a abordagem da UA tem sido no sentido de promover a implantação, por parte dos Estados nacionais e por parte das organizações regionais, da Estratégia Marítima Integrada da África 2050[21]. Essa foi lançada em 2012 com objetivo de preencher as lacunas deixadas por estratégias anteriores e de formular objetivos comuns frente aos mais diversos problemas de segurança marítima (Ukeje e Mvomo Ela 2013). Além disso, e dada a importância da extração nigeriana e da segurança no Golfo da Guiné, iniciativas regionais tais como a CEDEAO, a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Organização Marítima para a África Ocidental e Central (MOWCA, em inglês) buscam construir um ambiente de colaboração em direção ao forta-

18 Os seguintes países são Estados-membro da CEDEAO: Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

19 Dentro da CEDEAO, o Grupo de Monitoramento da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOMOG, sigla em inglês) é a força militar multilateral da organização, responsável por empreender as operação da CEDEAO e agrupar as diferentes forças nacionais (Ukeje e Mvomo Ela 2013).

20 Apesar de sua posição, o governo nigeriano tem recebido auxílio informacional de diversos vizinhos no Golfo da Guiné, além de ter concluído parcerias para receber treinamentos e equipamentos advindos tanto dos Estados Unidos quanto do Reino Unido (Ibaba e Ikelegbe 2010).

21 É importante salientar que a estratégia 2050 mostrou-se muito mais ampla e importante do que quaisquer outras iniciativas anteriormente lançadas pela União Africana. Ela foi formulada como uma abordagem mais abrangente, que contempla diversos problemas marítimos e os incluiu em uma perspectiva operacional. Mesmo sendo criada em 2012, ela foi, contudo, adotada somente em 2014 pelos Estados-membro da União Africana (Ukeje e Mvomo Ela 2013).

lecimento da segurança marítima do Golfo da Guiné até as águas angolanas ao sul (Vreÿ 2012). A CEEAC tem apresentado uma resposta mais coordenada, a qual abrange um centro de informações baseado no Congo – Centro de Coordenação Regional para a Segurança Marítima da África Central (CRESMAC, em inglês), a criação de uma estratégia de segurança conjunta, a promoção tanto de troca de informações quanto de patrulhamento conjunto e, inclusive, a aquisição de equipamentos para utilização por parte das tropas de patrulhamento. Com relação à CEDEAO, sua abordagem tem ganhado mais força com a crescente relevância da pirataria no Golfo da Guiné e em oposição a uma abordagem securitária extremamente focada em áreas terrestres (Ukeje e Mvomo Ela 2013). Por fim, a Comissão do Golfo da Guiné (CGG) foi criada em 2001 com o objetivo de manter um arranjo institucional permanente com capacidade de promover a cooperação e a paz entre diversos países litorâneos da região. Atualmente com oito membros – Angola, Camarões, República do Congo, República Democrática do Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Nigéria e São Tomé e Príncipe – a organização tem desempenhado um importante papel na segurança marítima da região (Ukeje e Mvomo Ela 2013).

4.2 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

A Organização das Nações Unidas (ONU), fundada após o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, é a maior organização internacional, contando atualmente com 193 estados-membros, sendo 53 destes pertencentes também à UA. Tendo como pilares a cooperação, a paz e o desenvolvimento, a ONU funciona muitas vezes como ferramenta de promoção da segurança, por meio dos seus principais órgãos: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico e Social, a Corte Internacional de Justiça, o Conselho de Tutela[22] e o Secretariado. Além dos órgãos já mencionados, a ONU conta com inúmeros projetos de desenvolvimento nas áreas de meio ambiente, sustentabilidade e economia (Nações Unidas Brasil 2019a). A seguir, apresentaremos como as atividades das Nações Unidas podem ajudar a resolver o problema apresentado pelo guia.

4.2.1 SANÇÕES DO CONSELHO DE SEGURANÇA E O CASO DA LÍBIA

O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), fundado em 1945, é formado por 15 membros: 5 permanentes com poder

22 O Conselho de Tutela, herança do Sistema de Mandato da sua predecessora Liga das Nações, foi formalmente suspenso em 1994, quando ocorreu a independência do Palau, último território sob comando das Nações Unidas. O Conselho de Tutela consistia de "um dispositivo que, conforme o art; 73 da Carta, permite à ONU a prerrogativa de administrar e fiscalizar territórios considerados 'sem governo próprio'" (Silva e Boff 2017, 73).

de veto (Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França e China) e 10 não permanentes, que são eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de 2 anos. O Conselho de Segurança é o único órgão da ONU cujas decisões são obrigatórias a todos os membros, ou seja, estes devem aceitar e cumprir todas as determinações do Conselho. Entre as diversas funções que esse órgão tem, destacamos como mais importante, para o presente guia, a função de solicitar sanções[23] e outras medidas para deter ou impedir agressões (United Nations 2019a; 2019b; 2019c; 2019d) De acordo com as Nações Unidas:

> O Conselho de Segurança pode tomar medidas para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais nos termos do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. As medidas de sanção, de acordo com o Artigo 41, englobam uma ampla gama de opções de aplicação que não envolvem o uso de força armada. Desde 1966, o Conselho de Segurança estabeleceu 30 regimes de sanções na Rodésia do Sul, África do Sul, ex-Iugoslávia (2), Haiti, Iraque (2), Angola, Ruanda, Serra Leoa, Somália e Eritreia, Eritreia e Etiópia, Libéria (3) RDC, Costa do Marfim, Sudão, Líbano, RPDC, Irã, Líbia (2), Guiné-Bissau, CAR, Iémen, Sudão do Sul e Mali, bem como contra ISIL (Daech) e Al-Qaida e os Talibã 9 (United Nations 2019c).

Quanto ao cenário líbio, a presença da ONU, a partir da Resolução 1973 de 2011, na qual, pela primeira vez, o Conselho de Segurança permitiria o uso de forças militares para a proteção da população, apesar de não ter a autorização do Governo vigente, acaba por aumentar a instabilidade no país, controlado por Muammar al-Gaddafi há 40 anos (Bellamy 2011; Global Conflict Tracker 2019a). Posteriormente à sua morte, o país passa a ter um vácuo de liderança política, que permite o surgimento de variados polos de poder, com instituições, lideranças, bancos e domínios territoriais próprios, resultando em uma guerra civil. Atualmente, o Governo do Acordo Nacional (GAN), reconhecido internacionalmente pela ONU desde 2015 e pela UA desde 2011, com sede em Trípoli e cujo líder é o Primeiro Ministro Fayez Sarraj; e a Casa dos Representantes, principal apoiador do Exército Nacional Líbio, por sua vez liderado pelo General Khalifa Haftar e situado na Líbia Oriental, são os principais rivais. A presença de grupos armados e grupos radicais islâmicos também é notável no conflito, com milícias trabalhando para ambas as partes interessadas no poder. A guerra, iniciada em 2014, já gerou cerca de 57.000 refugiados e segue deslocando civis que buscam fugir do conflito (Global Conflict Tracker 2019a).

O maior centro de discussão entre o GAN e a Casa dos Representantes é sobre o acesso e controle da Corporação Nacional de Petróleo da Líbia, além dos diversos e ricos campos de petróleo do país (Global Conflict Tracker 2019a). Levando em conta os acontecimentos no território líbio, o Conselho de Segurança das Nações Unidas chegou à Resolução 2146 (2014),

23 As sanções podem assumir diferentes formas dependendo do propósito do Conselho e do país a ser contido, variando desde sanções econômicas e de comércio até medidas mais específicas, como "embargos de armas, proibições de viagens e restrições financeiras ou de commodities".

na qual, entre 16 tópicos, condena as tentativas de exportar ilegalmente petróleo cru da Líbia e restabelece o Painel de Experts, criado na Resolução 1973 (2011), que é responsável por monitorar as sanções sobre exportações de petróleo cru e produtos refinados da Líbia (United Nations 2018; Al Jazeera 2018; Oil Price 2018).

Com a escalada do conflito por petróleo em 2018 e o maior controle do "governo" oriental comandado por Haftar sobre zonas petrolíferas, o Governo do Acordo Nacional solicitou à ONU o bloqueio de qualquer exportação de petróleo ilegal, ou seja, qualquer exportação de petróleo que não seja oriunda da Corporação de Petróleo Nacional da Líbia, situada em Tripoli. O pedido foi atendido pelo Conselho de Segurança, que votou pela extensão do mandato do Painel de Experts até fevereiro de 2020, reconhecendo os esforços do GAN para evitar a exportação ilegal de petróleo. A Resolução 2441 (2018), além de condenar as tentativas de exportação ilegal de petróleo por entidades que não as do GAN, também assegurou a proibição de viagens e o congelamento de ativos, conforme a Resolução 1970 (2011), para aqueles envolvidos em atividades que prejudiquem a transição política líbia. Assim, a ONU, por meio do Conselho de Segurança, lança padrões para o tratamento de atores não estatais que praticam o comércio ilegal de petróleo (Nações Unidas 2014; Al Jazeera 2018; Oil Price 2018).

4.2.2 ONU MEIO AMBIENTE

A ONU Meio Ambiente, criada em 1972, é a agência da ONU "responsável por promover a conservação do meio ambiente e o uso eficiente de recursos no contexto do desenvolvimento sustentável" (Nações Unidas Brasil 2019b). Considerando a crescente importância do petróleo e seus impactos socioeconômicos e políticos nas regiões que possuem reservas, a ONU Meio Ambiente, em parceria com o governo da Noruega, lançou em 2005 o Programa Petróleo para o Desenvolvimento (PPD), que coopera com quatorze países em desenvolvimento: Angola, Colômbia, Cuba, Gana, Iraque, Líbano, Quênia, Moçambique, Myanmar, Somália, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia e Uganda (United Nations Environment 2019). O PPD, baseado na experiência norueguesa de controle de petróleo, tem como principais características:

> [...] a propriedade estratégica pelo Estado, instituições fortes e competentes; acumulação contínua de conhecimento técnico, um sistema regulatório avançado com alto respeito ao meio ambiente, saúde e segurança; a determinação da sociedade em assegurar o controle nacional sobre os recursos petrolíferos (The Norwegian Agency for Development Cooperation 2019a).

Por meio de parcerias institucionais, ou seja, entre as instituições públicas norueguesas e as instituições públicas dos países participantes do programa, o PPD busca reduzir a pobreza por via do controle de recursos de petróleo e fomentar o maior controle nacional sobre sua produção. Assim

pelo acesso à informação, a ONU e a Noruega buscam diminuir os efeitos trágicos que podem surgir com a má administração do setor petrolífero nos países em desenvolvimento (The Norwegian Agency for Development Cooperation 2019a).

Para o presente guia de estudos, é importante mencionar a parceria do PPD com os governos da Angola, da Gana, do Quênia, de Moçambique, do Sudão do Sul e do Sudão. Entre as realizações do Programa, vale destacar a reorganização do setor petrolífero dos países mencionados, por meio de capacitações e cursos para os trabalhadores da área. Além disso, a ajuda para o desenvolvimento de legislação específica para o setor, juntamente com a conscientização da população civil sobre a exploração petrolífera, contribui para a transparência e aumento da responsabilidade das autoridades e empresas que atuam nesse segmento, proporcionando um ambiente de maior segurança e menores riscos de corrupção, que, consequentemente, levam a maiores investimentos e chances de negociações para os países envolvidos. (The Norwegian Agency for Development Cooperation 2019b; 2019c; 2019d; 2019e; 2019f; 2019g).

5 BLOCOS DE POSICIONAMENTO

Como a segunda maior economia do continente, a **África do Sul** tem adquirido forte relevância internacional e, dessa forma, é um dos mais importantes atores no continente africano. Mesmo estando em uma das regiões mais estáveis do continente – a África Austral –, a África do Sul ainda entende que o fortalecimento da segurança regional como um todo é uma etapa importante para a ampliação de sua relevância internacional e para o desenvolvimento regional. Além de ser um dos principais financiadores da UA, ela também é uma expoente da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla em inglês), uma das mais importantes organizações regionais no continente, responsável pela integração em matérias de segurança, política e economia. Apesar da pequena relevância do petróleo para a economia nacional e do baixo impacto relativo da atuação de grupos armados, o país, ainda assim, vê com preocupação a incidência dos fenômenos do tráfico e da exploração ilegal em outras regiões do continente. Como um dos principais fornecedores de tropas para as missões de paz tanto da ONU quanto da UA, a África do Sul sempre mostrou-se comprometida com as iniciativas regionais de busca pela paz. Esta, por sua vez, deve ser atingida pelo diálogo e, preferencialmente, por meio de soluções africanas que não privilegiem ingerências externas (Lotze, Coning, e Neethling 2015).

Com as maiores reservas petrolíferas do continente, **Angola** é uma nação indispensável em qualquer discussão acerca da produção petrolífera africana. As tensões na província de Cabinda são, para o governo angolano, uma questão estritamente ligada à soberania nacional. Em julho de 2019, o

antigo governador de Cabinda, Eugénio César Laborinho, foi nomeado ministro do Interior, fato que gerou repercussão entre ativistas pró-independência, os quais afirmam que a gestão do ex-governador foi marcada por um crescente número de detenções e de investigações contra o movimento independentista. Para além das questões ligadas a Cabinda, o governo angolano é um importante apoiador da UA e, como membro da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, na sigla em inglês), defende a construção de uma abordagem regional para os problemas africanos (Bembe 2016).

A **República Argelina Democrática e Popular** é a maior produtora de gás e petróleo da África, sendo este setor o pilar da sua economia, responsável por 20% do produto interno bruto e correspondendo a 85% das exportações do país (OPEC 2019a). Oitenta por cento da produção do petróleo no país é feita pela companhia nacional Sonatrach, sendo os 20% restante dividido entre diversas companhias estrangeiras, como a British Petroleum, Eni, Total, Repsol, Cepsa, Statoil e Anadarko. A Argélia é membro da OPEP desde 1969 e é a principal fornecedora de petróleo para o continente africano e a segunda maior fornecedora do continente europeu, ficando atrás apenas da Rússia. Apesar da mudança política, com a queda do presidente Abdelaziz Bouteflika em abril e a promessa de eleições gerais para dezembro, ambos devido à pressão popular, a Argélia vem apresentando nos últimos anos uma queda nos investimentos estrangeiros no setor petrolífero, principalmente devido a escândalos de corrupção, problemas de segurança e desafios operacionais, relacionados às políticas do ex-Presidente Bouteflika (Al Jazeera 2019a; 2019c; Trace Software 2018).

Camarões, que viu sua produção petrolífera cair constantemente desde o início da extração em 1977, rapidamente testemunhou seu setor energético ser ofuscado pela crescente produção da vizinha Nigéria. Em 2008, após diversas controvérsias e uma decisão em seu favor da Corte Internacional de Justiça, o governo nigeriano finalmente aceitou ceder ao Camarões a península de Bakassi, uma região no Golfo da Guiné que supostamente seria rica em bacias de petróleo. Contudo, mesmo com as ambições de um crescimento do setor no país, a promessa da riqueza da península de Bakassi ainda não se tornou realidade diante de uma situação comercialmente pouco viável para a exploração. Mesmo assim, o governo de Camarões olha com atenção os desdobramentos securitários no delta do Níger e no Golfo da Guiné, entendendo que ambos representam potenciais riscos a sua segurança nacional. Além disso, e como Estado-membro da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), Camarões tem construído uma política externa bastante voltada para as instituições multilaterais, entendendo sua importância na resolução de conflitos regionais e sempre prezando pela não interferência em assunto internos (Bappah 2018).

Com a décima maior reserva de petróleo na África, a **República do Chade** está inserida no chamado "Golden Triangle" da produção de petró-

leo na África. O país faz fronteira ao Norte com a Líbia (que possui a maior reserva de petróleo bruto da África), ao Oeste com a Nigéria (maior produtora de petróleo bruto da África), ao Leste com o Sudão (terceiro maior produtor de petróleo bruto na África Subsaariana) e ao Sudeste com Camarões (grande exportador de petróleo bruto) (Global Security 2019a). Apesar de avanços na infraestrutura, como o projeto de extensão de oleodutos financiado pelo Banco Mundial, o Chade ainda sofre com desigualdades socioeconômicas que colaboram para o aumento da violência interna e rivalidade no país, especialmente entre o Sul cristão e o Norte muçulmano (BBC 2018b; Global Security 2019b). Somado ao cenário de pobreza generalizada, os ataques crescentes do Boko Haram, que vão desde atentados suicidas até a pilhagem de vilarejos, e a onda de refugiados oriundos da República Centro Africana, da Nigéria e do Sudão também contribuem para o clima de insegurança do país (Charity and Security Network 2019).

Como a maior exportadora de cacau do planeta, a **República da Costa do Marfim** representa a maior economia da África Francófona (BBC 2019a; Reuters 2016). De modo a diversificar sua produção e se afastar do foco agrícola, o país vem buscando dar maior foco à exploração de petróleo. Assim, com um cenário interno favorável e maior investimento estrangeiro na exploração marítima, Yamoussoukro pretende dobrar a produção de petróleo e gás até 2020 utilizando a estatal Petroci (Reuters 2016). Apesar disso, é importante ressaltar que a Costa do Marfim está inserida na região do Golfo da Guiné, notável pela grande quantidade de ataques de piratas, principalmente a navios transportadores de petróleo, chegando a registrar 72 ataques na extensão entre o país e Camarões em 2018. Esses ataques representam uma ameaça não apenas à segurança do país, como também ao seu futuro econômico (The Economist 2019; Nações Unidas Brasil 2016).

Desde a eleição de Abdel Fattah El Sisi, em 2014, a **República Árabe do Egito** investiu fortemente em programas de reformas macroeconômicas, o que possibilitou o aumento de investimentos estrangeiros no país. O setor de gás e petróleo foi um dos grandes beneficiados por esses programas e vem crescendo desde 2018, com a descoberta de 43 campos de petróleo bruto e com o aperfeiçoamento de suas instalações de refino e infraestrutura de transportes. O Egito é o maior produtor de petróleo africano que não faz parte da OPEP e, em 2019, anunciou novas descobertas no Mar Vermelho, elevando o interesse estrangeiro na região (The Oil and Gas Year 2019b; Inside Over 2019).

Há muito tempo, e como um membro bastante relevante na UA, a **República Federal da Etiópia** compromete-se com uma agenda multilateral de busca pela paz e de fortalecimento da segurança regional. Como um dos países que mais contribui com tropas para as missões de paz da UA, a política externa etíope dá bastante relevância à arquitetura de segurança multilateral da UA. Já há tempo, a Etiópia sente as consequências da atuação de grupos não estatais no continente, as quais reverberam do conflito na Somália e no Sudão do Sul e aprofundam a situação de insegurança no

Chifre da África. Sem reservas de petróleo expressivas, o impacto direto do tráfico sobre a Etiópia é ínfimo; contudo, essa situação não impede que o governo federal perceba com preocupação a atuação desses grupos em todo o continente. A Etiópia entende que o fortalecimento de sua própria posição internacional também perpassa o desenvolvimento e a consolidação do continente como um todo, fato que explica a grande relevância da UA na política externa etíope (Kuwali 2018).

Desde 2007, importantes reservas de petróleo descobertas nas águas territoriais da **República do Gana** têm criado crescentes expectativas acerca do potencial extrativista do país. Com a identificação da reserva conhecida como Jubilee, a produção ganense atingiu, em 2013, cerca de 150.000 barris por dia, incrementando a posição do país no setor extrativista africano. Como uma das democracias e economias mais estáveis do continente, o governo de Gana tem colocado fortes expectativas no impacto do petróleo sobre o desenvolvimento nacional. Apesar da estabilidade doméstica, Gana, localizando-se no Golfo da Guiné, encontra-se próximo a diversos focos de instabilidade, dentre eles o Mali e a Nigéria, e, por isso, concentra-se nos esforços em direção ao fortalecimento de mecanismos multilaterais de segurança regional (Bappah 2018).

A **República da Guiné Equatorial**, mesmo que em uma escala muito menor quando em comparação com a vizinha Nigéria, também tem uma produção petrolífera que não pode ser desprezada. Desde a descoberta de reservas, em 1996, a economia guineense tem progressivamente se voltado para o setor energético, e, em 2016, a produção anual do país atingiu a marca de 280.000 barris por ano. Apesar de um setor extrativista controlado e, em sua maior parte, seguro frente à atuação de grupos armados, a Guiné Equatorial entende que o tráfico e a exploração ilegal produzem impactos capazes de ampliar a insegurança em uma escala regional e que, dessa forma, esses não podem ser desprezados pela política externa guineense. Assim, como atual membro tanto do Conselho de Paz e Segurança da UA quanto do Conselho de Segurança da ONU, a Guiné Equatorial tem buscado fortalecer os mecanismos multilaterais de combate a esses grupos e ao tráfico de petróleo, entendendo que iniciativas tomadas em conjunto pelos membros da UA são de extrema relevância e constituem o melhor caminho no fortalecimento do desenvolvimento regional (The Oil and Gas Year 2019a).

A **República da Guiné** possui vastos recursos naturais, como ouro, ferro e diamantes, além de ser a maior produtora de bauxita e minério de ferro do mundo. No entanto, sua economia ainda é baseada predominantemente na agricultura de subsistência (Britannica 2019; Earth Resources Observation and Science 2019). O setor petrolífero, por sua vez, ainda é subdesenvolvido, mas vem chamando cada vez mais atenção, uma vez que petróleo foi descoberto nas regiões do Senegal e da Mauritânia, que têm a mesma base geológica que a Guiné. Com isso, houve um aumento do orçamento destinado ao petróleo em 2019, e foi criado o Ministério de Hidro-

carbonetos, que busca, entre vários objetivos, ampliar a pesquisa de poços de petróleo offshore e onshore (com a ajuda de gigantes internacionais do ramo, como a francesa Total), além de prover uma oferta estável de produtos oriundos de petróleo (Africa Oil and Power 2019a; Total 2017). A contradição que cerca o país diz respeito a membros das Forças Armadas que, muitas vezes, estão engajados em roubos armados e em extorsão de embarcações de pesca estrangeiras no mar do Golfo da Guiné, o que prejudica o comércio de petróleo de países vizinhos e a reputação do setor militar (The Maritime Executive 2017).

Além de ter uma das maiores reservas de petróleo no continente, a **Líbia** é atualmente um dos casos de maior destaque na atuação de grupos armados na África e de sua relação com o setor petrolífero. Já desde a Primavera Árabe e da queda do ex-presidente Muammar al-Gaddafi, em 2011, a produção de petróleo na Líbia sofreu profundos impactos, os quais foram intensificados pelo desenrolar da posterior guerra civil que se instaurou no país. Assim, diante de um setor de exploração tão amplo e importante para a economia nacional, os diversos grupos armados que dão o tom à fragmentação territorial utilizam-se do petróleo e seu tráfico para financiar suas atividades. Atualmente, o governo baseado em Trípoli – o qual carrega reconhecimento internacional – busca, ainda com muitas dificuldades, suprimir esses grupos, garantir a centralização e recuperar a renda da exportação de petróleo; o governo líbio entende que o controle deste recurso é essencial para qualquer futura busca por estabilidade. Como importante exemplo, em 2018, um conflito acerca do controle sobre o maior campo de petróleo do país, Al-Sharara, surgiu entre o exército do governo de Trípoli e as forças leais ao marechal Khalifa Haftar, o principal nome da oposição. Diante dessa situação, o fortalecimento de iniciativas regionais por meio, por exemplo, do CPSUA surgem como importantes oportunidades para o governo líbio garantir seu fortalecimento e o crescimento da sua produção petrolífera (Kepel 2018; Wintour 2019).

Desde 2012, o conflito no **Mali** entre o governo nacional e o grupo tuaregue Movimento Nacional pela Libertação do Azauade (MNLA) intensificou-se e colocou o país em uma situação de guerra civil. Como um dos principais focos de instabilidade na região, diversos esforços internacionais tentaram encontrar soluções para o impasse, com missões de paz da ONU, intervenções francesas – como a Operação Serval – e esforços da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Assim, diante de uma das principais crises securitárias do continente, e com instituições instáveis, o governo do Mali enxerga na UA e em outras organizações regionais importantes fontes de ajuda na resolução do conflito. Além disso, com a proximidade desses grupos armados a regiões petrolífera da Argélia e, até mesmo, da Nigéria, os movimentos de insurreição ganham destaque frente a questões relacionadas ao tráfico de petróleo e aos impactos das guerras civis sobre o setor (Welsh 2013).

Quando se trata de mercados de hidrocarbonetos da África do Norte,

os mais destacados são aqueles membros da OPEP (Argélia, Angola, Nigéria, Líbia e Egito). Porém, na última década, o **Reino do Marrocos** vem ganhando espaço na disputa, com a descoberta de reservas de gás natural e enorme potencial de exploração de petróleo (Forbes 2019). Recentemente o Office Nationale des Hydrocarbures et des Mines, a empresa estatal de petróleo e gás e a principal responsável por gerenciar os recursos energéticos do país, vem lançando diferentes eventos que reúnem possíveis investidores estrangeiros de companhias petrolíferas, de consultoria, de perfuração, de pesquisa sísmica e outros serviços. O Marrocos, que tem o setor petrolífero essencialmente intocado, apresenta como atrativo o fato de compartilhar similaridades geológicas com seus vizinhos que são gigantes no setor de produção de petróleo (como a Argélia) e oferecer uma das melhores condições fiscais para investimento no setor no mundo. Com isso, o país busca desenvolver não só a exploração propriamente dita, mas também a pesquisa, a infraestrutura e a modernização na área de petróleo e gás (The North Africa Post 2019; Africa Oil and Power 2019b). Outro fato importante que deve ser mencionado é a mudança das relações exteriores do Marrocos, desde sua volta à UA em 2017 após 30 anos fora da Organização, representando sua nova tendência de cooperação inter-africana (The Guardian 2017)

A exploração de petróleo na **República de Moçambique** iniciou-se em 1904, com a colonização, e passou por fases de exploração extensiva e de estagnação até chegar nos anos 1980, quando houve a retomada da produção e a criação do Instituto Nacional do Petróleo. A indústria petrolífera moçambicana acompanhou o desenrolar da política nacional, indo de país colonizado a nação independente, da guerra civil à paz nacional (Instituto Nacional de Petróleo 2019). A partir de 2017, a insurgência de grupos extremistas islâmicos no Norte do país impõe uma nova ameaça à segurança nacional e ao avanço da produção de petróleo e gás. Em fevereiro de 2019, foi registrado o primeiro ataque terrorista do grupo relacionado ao setor petrolífero. O caso ocorreu na província de Cabo Delgado, sede de diversas multinacionais petrolíferas, e ocasionou a morte de trabalhadores estrangeiros da exportadora de petróleo LNG. Também acredita-se que membros do grupo (que são das mais variadas nacionalidades, indo desde moçambicanos até ugandeses, tanzanianos e sul-africanos) estão relacionados com casos de tráfico, de violência contra aldeias e com a migração forçada na região. Como resultado, o Ministro do Interior anunciou a criação de uma força-tarefa especial que ficará responsável pela proteção dos trabalhadores da área de gás e petróleo em Cabo Delgado (Africa Times 2019).

Atualmente, a **República Federal da Nigéria** é um dos principais atores na indústria petrolífera africana, sendo responsável por uma extensa parcela da produção de petróleo regional. Com imensas reservas, o potencial produtivo nigeriano tem sido cada vez mais essencial para os projetos de desenvolvimento nacional e para o fortalecimento das instituições do governo federal, além de influenciar profundamente a política externa

nigeriana. Contudo, mesmo com os extensos lucros gerados pela exploração mineral, núcleos de conflito no delta do rio Níger ameaçam a segurança nacional e também o setor petrolífero africano, formando, por conseguinte, a necessidade de respostas eficientes por parte do governo nigeriano. Mesmo com a extensa diversidade de políticas empreendidas por Abuja em busca do fortalecimento do ambiente securitário na região, o governo federal tem mantido firmemente sua posição de recusa a quaisquer intervenções externas. A política externa nigeriana constantemente ressalta o caráter nacional do problema e restringe o apoio estrangeiro ou a programas de menor porte ou ao simples auxílio material e técnico (Bappah 2018).

Apesar de ser uma das nações mais subdesenvolvidas do planeta e ter de lidar com grupos jihadistas que ameaçam a segurança nacional, a **República do Níger** vem tentando mudar o seu atual cenário por meio da modernização da economia, com a exploração de poços de petróleo e de minas de ouro (BBC 2018d). Desde abril de 2018, com a descoberta de novas áreas com petróleo rentável no sudeste do país pela empresa inglesa Savannah Petroleum, o Níger vem atraindo maior atenção internacional. Outro fator de destaque para o país é o fato de ser vizinho de grandes países produtores de petróleo, como o Chade, a Nigéria e a Argélia, entre outros, o que significa ter similaridades geográficas tendo, portanto, grande potencial de exploração no setor. Dessa maneira, o Níger, hoje, representa uma das grandes apostas no continente africano dentro do setor petrolífero (Africa Oil and Power 2018).

Na **República do Quênia**, a exploração de petróleo se iniciou nos anos 1950, na Bacia de Lamu, porém as primeiras descobertas viáveis de comércio só surgiram em 2012 (National Oil 2019). A produção petrolífera queniana é altamente desenvolvida, o que é evidente pela sua organização em três setores: o upstream (exploração, desenvolvimento e produção de óleo bruto e gás), o midstream (armazenamento, refino e transporte de óleo cru para produtos derivados de petróleo) e o downstream (estações de petróleo onde os consumidores têm acesso aos produtos) (Kenya Pipeline Company 2019). A ameaça no território é apresentada por grupos jihadistas, como a Al-Qaeda e, após a intervenção na Somália em 2011, pelo Al-Shabab. Este último é o principal responsável por ataques violentos na área costeira do país, onde se encontra o condado e a cidade de Lamu, que, por sua vez, é peça chave para o projeto bilionário, financiado pelo governo queniano, que visa a tornar a cidade até então subdesenvolvida em um grande corredor de transporte para e região Nordeste do Quênia e para o Sudão do Sul, com ferrovias, oleodutos, aeroportos, refinarias de petróleo e resorts (BBC 2018c; Safer World 2019).

A **República Centro-Africana**, apesar de ser rica em recursos naturais como diamante, ouro e urânio, ainda se mantém como uma das nações mais pobres do mundo. A presença de grupos rebeldes rivais, como os Seleka e Anti-Balaka, contribuem para o aumento do cenário de insegurança no país por meio da violência contra civis e do tráfico ilegal de ouro

e diamantes. Apesar de possuir poços de petróleo, o país não o produz e depende inteiramente da sua importação para a demanda doméstica. Três companhias comandam o setor desde sua privatização, em 1999, e são responsáveis pela importação e armazenamento dos produtos derivados do petróleo no país. A importação, por sua vez, pode ocorrer por meio de dois canais: Congo-Brazzaville, que corresponde a 80% das importações, nos rios Ubangui e Congo, durante a estação chuvosa; e Camarões, com os 20% restantes, durante a estação seca (BBC 2018a; Logistics Capacity Assessment 2018; Global Witness 2019).

Mesmo após as tão esperadas eleições de 2018, a situação na **República Democrática do Congo (RDC)** ainda se encontra bastante delicada. Com diversas controvérsias e acusações de fraude, a eleição do candidato da oposição Felix Tshisekedi não trouxe a estabilidade esperada. Diversos movimentos sociais opuseram-se ao resultado, enquanto a situação de insegurança e de proliferação de grupos armados ainda garante uma extensa fonte de instabilidade. Após a sangrenta guerra civil, entre o fim dos anos 1990 e o início do século XXI, o país continuou em meio a um profundo contexto de ameaças securitárias, no qual diversos grupos armados, principalmente na região Leste do país, colocam-se contra o governo e ajudaram na consolidação de um dos conflitos armados mais sangrentos do continente africano (Carayannis e Weiss 2019). Mesmo como um dos países mais ricos em recursos minerais do continente, a RDC não tem uma relevante produção petrolífera. Contudo, estudos recentes têm apresentado um importante potencial produtivo, o qual, por sua vez, não pôde ser consolidado devido à má-gestão e aos problemas de insegurança causados pelos grupos armados congoleses. Assim, com o objetivo de garantir uma possível relevância na indústria petrolífera regional, a RDC afirma a importância de fortalecer o combate a grupos armados no continente, não só como forma de pôr um fim ao seu longo conflito interno, mas também como um caminho para o desenvolvimento da região como um todo (Edmond e Titeca 2019).

Apresentada em 2014, a Iniciativa Emergente do Plano Senegal, projeto do presidente Macky Sall, tem como objetivo diversificar a economia e proporcionar o desenvolvimento da **República do Senegal,** por meio da exploração das reservas de hidrocarbonetos e da modernização do país, como cidades, rodovias e aeroportos (Opinião e Notícia 2018). Assim, somado ao cenário político de estabilidade, após sucessivas descobertas de petróleo e gás desde o lançamento do plano, o país se tornou uma grande aposta no continente africano e vem atraindo cada vez mais interesse internacional. Ainda no ano de 2019, o Senegal pretende lançar uma rodada de licenças para petróleo e gás na Africa Oil and Power 2019 Conference Exhibition, em que o presidente do país, Macky Sall, também vai receber o prêmio Africa Oil Man of The Year, devido ao avanço do país no setor (Africa News 2019; BBC 2018e). A emergência de Senegal no setor também pode ser comprovada pelos novos campos petrolíferos offshore descobertos recentemente, o que permitirá alavancar a produção de petróleo e a venda de

gás até o ano de 2022 (Click Petróleo e Gás 2018).

Desde a queda do presidente Siad Barre, em 1991, a **República Federal da Somália** embarcou em uma longa guerra civil, na qual a fragmentação territorial e a atuação de diferentes grupos armados compõem uma situação de fragilidade. Após ser, por muito tempo um dos mais importantes exemplos de extensa instabilidade no continente, diversas iniciativas têm buscado garantir uma estrutura de governança mais estável e capaz de construir um verdadeiro governo somali. Assim, desde 2012, o Governo Federal da Somália é a autoridade nacional que agrupa o reconhecimento internacional e os principais esforços em busca de uma institucionalização forte e eficaz. Essa busca pelo fortalecimento do Governo Federal também somente foi possível graças à atuação da Missão da União Africana para a Somália (AMISOM), uma das mais importantes e longevas operações de paz lançadas pela organização regional. Atualmente, diversas são as dúvidas com relação a sua continuidade, pois sua finalização já está sendo planejada e pouco se sabe sobre o futuro da Somália sem a presença das tropas africanas. No cenário de guerra civil, senhores de guerra, grupos terroristas e piratas têm se colocado contra o governo nacional, buscando fortalecer suas parcelas de poder e de controle territorial, bem como fazendo com que o caso somali seja um dos principais focos de atuação de grupos não estatais em território africano. Mesmo sem relevância na indústria petrolífera, o governo somali entende, a partir de suas próprias experiências, a importância de iniciativas capazes de suprimir esses grupos com o objetivo de garantir estabilidade e desenvolvimento (Federal Republic of Somalia 2015).

Na **República do Sudão** as primeiras grandes descobertas de petróleo no Sul do país se iniciaram nos anos 1970, sendo que os fluxos comerciais aconteceram apenas em 1979 (Country Data 2019). Desde então, o Sudão sofreu diversas mudanças no seu cenário político, desde a introdução da Lei da Sharia até a separação do território com a criação do Sudão do Sul e a crise econômica gerada pela divisão. Essa separação, até hoje, é fonte de tensões entre os dois países, uma vez que 75% das reservas de petróleo se encontram no Sudão do Sul e os oleodutos para seu transporte passam pelo território do Sudão, o que gera desentendimentos a respeito da demarcação de fronteiras e do compartilhamento de receitas de petróleo. Em abril deste ano, a tensão política interna do país também se agravou, resultando na retirada do então presidente Omar al-Bashir. Com isso, uma junta militar, liderada pelo Tenente-General Abdel Fattah al-Burhan, comandará o país provisoriamente por dois anos até ocorrer a transição para o poder civil (Último Segundo 2012; BBC 2019b). Importante mencionar a presença da Operação Híbrida União Africana - Nações Unidas em Darfur (ou UNAMID - African Union-United Nations Hybrid Operation in Darfur), estabelecida em 2007 pela resolução 1769 do Conselho de Segurança da ONU. A região, no oeste do Sudão, é centro de disputas territoriais e de direitos de pastagem por diferentes grupos étnicos, somados pela presença de grupos rebeldes contra o governo local. A operação da UA em parceria com a ONU

visa proteger civis e contribuir para a assistência humanitária, por meio do monitoramento de acordos, ajuda à implementação de processos políticos inclusivos e pelo relatório da situação junto às fronteiras do Chade e da República Centro Africana (United Nations Peacekeeping 2019; BBC 2007).

A disputa por poder entre o presidente da **República do Sudão do Su**l, Salva Kiir, e seu então vice-presidente Riek Machar, deu início, em 2013, à guerra civil no país, dois anos após a sua separação do Sudão. O conflito entre as forças do governo e os rebeldes liderados por Machar resultou na escalada da violência, no aumento de refugiados, na falta de alimentos e na ascensão de grupos armados que ameaçam a segurança do país (Global Conflict Tracker 2019b). Esses, além de serem os principais responsáveis por assassinatos de civis e estupros na região, também são acusados de tomarem posse de propriedades privadas, ocupar e manter controle sobre cidades ricas em petróleo, bombardeando as reservas existentes no território. Somado ao cenário interno instável, o desentendimento com o vizinho Sudão, a respeito das receitas de petróleo, contribuem para o caos do setor petrolífero sul-sudanês (Global Conflict Tracker 2019b; Al Jazeera 2011; Sudan Tribune 2015). O país, cuja economia depende essencialmente do comércio de petróleo, perdeu em torno de 50% da sua produção devido à guerra civil. Em agosto de 2018, Kiir e Machar assinaram um acordo final de cessar-fogo e de partilha de poder, seguido por um acordo de paz, assinado pelo governo e pelo partido de oposição, colocando fim na guerra civil, instaurando uma nova estrutura de partilha de poder e restabelecendo Machar como vice-presidente. Apesar disso, ainda existem, atualmente, relatos de ocorrência de ataques e violações do acordo pelos dois lados, o que afasta ainda mais o investimento estrangeiro no setor petrolífero e demonstra a fragilidade da paz no Sudão do Sul (Hart Energy 2018; Global Conflict Tracker 2019b; Al Jazeera 2019b).

A **República Tunisina**, a partir das novas circunstâncias impostas pela Primavera Árabe, em 2011, embarcou em um período de profundas transformações políticas. Após a queda do presidente Zine El Abidine Ben Ali, que estava para completar 24 anos no poder, o país iniciou um processo de restabelecimento democrático e de estabilização bastante diferente daqueles testemunhados em outras nações que integraram a Primavera Árabe. Apesar das importantes modificações na sua estrutura política e institucional, o setor petrolífero não possui uma extensa relevância para a economia nacional, e o tráfico de hidrocarbonetos não é um fenômeno amplamente presente em território tunisino. Contudo, sua posição geográfica garante uma localização estratégica próxima ao Mediterrâneo e, ao mesmo tempo, limítrofe com diversos núcleos de insegurança regionais; ao dividir fronteiras com a Líbia e com a Argélia, a Tunísia consolida uma sensível proximidade a grupos rebeldes, terroristas e milícias que surgiram e que atuam em ambos vizinhos. Com uma extensa costa ao longo do Mediterrâneo, que permite um importante acesso ao mercado internacional, as autoridades tunisinas buscam constantemente impedir a proliferação desses

grupos e de redes de comércio ilegais ao longo de seu território nacional. Dessa forma, a manutenção da segurança regional no Norte da África e, de forma menos ampla, o fortalecimento da indústria petrolífera africana configuram-se como centrais para a política externa de segurança da Tunísia (Kepel 2018).

QUESTÕES A PONDERAR

1 De que forma o tráfico e a exploração ilegal configuram-se como ameaças ao setor petrolífero e, por conseguinte, ao desenvolvimento regional?

2 Uma vez que a problemática em questão está intrinsicamente ligada à segurança nacional, de que forma a União Africana pode compatibilizar os diferentes interesses nacionais com uma abordagem cooperativa em favor da segurança regional coletiva?

3 Diante da grande abrangência territorial do fenômeno, qual deve ser o papel desempenhado pelas diferentes organizações regionais do continente?

4 Os atores extrarregionais devem ser incluídos na construção de uma abordagem efetiva contra o tráfico de petróleo na África?

5 Levando em conta as ações internacionais prévias, que medidas podem ser efetivamente aplicadas para desmantelar a atuação e, futuramente, impedir o surgimento de grupos responsáveis pela extração ilegal e pelo tráfico de petróleo?

REFERÊNCIAS

Adebajo, Adekeye, 2003. "Africa and America in an Age of Terror". Journal of Asian and African Studies 38 (2–3):175–191. doi:10.1177/002190960303800203

Adusei, Lord Aikins. 2015. "Threats to the Exploration, Production and Supply of Africa's Energy Resources". South African Journal of International Affairs 22 (1): 43–65. https://doi.org/10.1080/10220461.2014.1001432.

Africa News. 2019. "Senegal to Launch Next Oil and Gas Licensing Round in October at Africa Oil and Power 2019". Acesso em 11 de agosto. https://www.africanews.com/2019/07/26/senegal-to-launch-next-oil-gas-licensing-round-in-october-at-africa-oil-power-2019/

Africa Oil and Power. 2018. "Fortune Favours the Bold in Niger". Acesso em 11 de agosto de 2019. https://africaoilandpower.com/2018/11/04/fortune-favours-the-bold-in-niger/

———. 2019a. "Guinea-Conakry Doubles its Petroleum Budget". Acesso em 11 de agosto. https://africaoilandpower.com/2018/12/18/guinea-conakry-doubles-its-petroleum-budget/

———. 2019b. "Morocco Showcases Hydrocarbon Potential". Acesso em 11 de agosto. https://africaoilandpower.com/2019/02/08/morocco-showcases-hydrocarbon-potential/

Africa Times. 2019. "Mozambique Needs to End Mystery that Shrouds its Cabo Delgado

Extremists". Acesso em 11 de agosto. https://africatimes.com/2019/02/25/mozambique-needs-to-end-mystery-that-shrouds-its-cabo-delgado-extremists/

African Development Bank (AfDB). Report Preview: Illicit Trade in Natural Resources in Africa – A Forthcoming Report from the African Natural Resources Center. Abidjan, 2016.

African Union. 2019. "About the African Union". Acesso em 25 de agosto. https://au.int/en/overview

Akpomera, Eddy. 2015. "International Crude Oil Theft: Elite Predatory Tendencies in Nigeria". Review of African Political Economy 42 (143): 156–165. https://doi.org/10.1080/03056244.2014.988696.

Al Jazeera. 2011. "Background: Sudan's Oil Industry". Acesso em 11 de agosto de 2019. https://www.aljazeera.com/indepth/spotlight/southsudanindependence/2011/07/20117216441419555.html

———. 2018. "Libya Calls on UN to Block 'illegal' oil sale". Acesso em 11 de agosto de 2019. https://www.aljazeera.com/news/2018/06/libya-calls-block-illegal-oil-sale-180626154346769.html

———. 2019a. "Algeria to hold presidential election on december 12: Gov't" Acesso em 27 de setembro. https://www.aljazeera.com/news/2019/09/algeria-hold-presidential-election-december-12-gov-190916052258146.html

———. 2019b. "Is Oil Money Fuelling War in South Sudan?" Acesso em 11 de agosto. https://www.aljazeera.com/programmes/talktojazeera/2019/04/oil-money-fuelling-war-south-sudan-190405102202518.html

———. 2019c. "What will end the protests in Algeria?" Acesso em 27 de setembro. https://www.aljazeera.com/programmes/insidestory/2019/09/protests-algeria-190915084431565.html

Anyio, Silas Felix. 2015. "Illegal Oil Bunkering and Oil Theft in Nigeria: Impact on the National Economy and the Way Forward". Ilimi Journal of Arts and Social Sciences 1 (1): 52–64. https://www.researchgate.net/publication/324137351_ILLEGAL_OIL_BUNKERING_AND_OIL_THEFT_IN_NIGERIA_IMPACT_ON_THE_NATIONAL_ECONOMY_AND_THE_WAY_FORWARD

Arieff, Alexis. 2013. "Algeria: Current Issues". Washington: Congressional Research Service.

Bappah, Habibu Yaya. 2018. "ECOWAS Protagonists for Peace: An Internal Perspective on Policy and Community Actors in Peacemaking Interventions". South African Journal of International Affairs 25 (1): 83–98. https://doi.org/10.1080/10220461.2018.1417905.

Bassou, Abdelhak. "African Architecture for Peace and Security: Design Relevance and Achievement Challenges." Policy Brief 17, no. 09 (2017): 1–10.

BBC. 2007. "Entenda a crise de Darfur". Acesso em 27 de setembro. https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/04/070424_darfur_qa_dg.shtml

———. 2018a. "Central African Republic Country Profile". Acesso em 11 de agosto de 2019. https://www.bbc.com/news/world-africa-13150040

———. 2018b. "Chad Country Profile". Acesso em 11 de agosto de 2019. https://www.bbc.com/news/world-africa-13164686

———. 2018c. "Kenya Country Profile". Acesso em 11 de agosto de 2019. https://www.bbc.com/news/world-africa-13681341

———. 2018d. "Niger Country Profile". Acesso em 11 de agosto de 2019. https://www.bbc.com/news/world-africa-13943662

———. 2018e. "Senegal Country Profile". Acesso em 11 de agosto de 2019. https://www.bbc.com/news/world-africa-14093674

———. 2019a. "Ivory Coast Country Profile". Acesso em 11 de agosto. https://www.bbc.

com/news/world-africa-13287216

———. 2019b. "Sudan Country Profile". Acesso em 11 de agosto. https://www.bbc.com/news/world-africa-14094995

Bellamy, Alex J. 2011. "Libya and the Responsibility to Protect: The Exception and the Norm". Ethics and International Affairs 25 (3): 263-269. https://paulbacon.files.wordpress.com/2011/09/waseda-teaching-ph303-fall-2011-libya-bellamy.pdf

Bembe, Miguel Domingos. 2016. "A Política Externa Angolana: Doutrina e Prática". : Revista Angolana de Ciências Sociais 6 (11): 25–55. http://journals.openedition.org/mulemba/1281

Boris, Odalonu Happy. 2015. "The Upsurge of Oil Theft and Illegal Bunkering in the Niger Delta Region of Nigeria: Is There a Way Out?" Mediterranean Journal of Social Sciences 6 (3): 563–573. doi:10.5901/mjss.2015.v6n3s2p563Britannica. 2019. "Guinea". Acesso em 11 de agosto. https://www.britannica.com/place/Guinea

British Petroleum. "BP Statistical Review of World Energy". Londres: British Petroleum, 2018. Acesso em 20 de maio, 2019. bp.com/energyoutlook.

Carayannis, Tatiana, e Herbert Weiss. 2019. "Congo Kicks the Can Down the Road." Foreign Affairs. Acesso em 22 de julho. https://www.foreignaffairs.com/articles/democratic-republic-congo/2019-01-18/congo-kicks-can-down-road.

Chalk, Peter. 2008. The Maritime Dimension of International Security: Terrorism, Piracy, and Challenges for the United States. Santa Monica: RAND.

Charity and Security Network. 2019. "Chad: Listed Terrorist Groups and Humanitarian Crises". Acesso em 11 de agosto. https://www.charityandsecurity.org/country/chad

Chazan, Naomi, Peter Lewis, Robert A Mortimer, Donald Rothchild, e Stephen John Stedman. 1999. Politics and Society in Contemporary Africa. Boulder: Lynne Rienner Publishers, Inc.

Click Petróleo e Gás. 2018. "Primeiro Campo Petrolífero Descoberto no Largo da Costa do Senegal". Acesso em 11 de agosto de 2019. https://clickpetroleoegas.com.br/primeiro-campo-petrolifero-descoberto-ao-largo-da-costa-do-senegal/

Conselho de Segurança resolução 2146 (2014), (19 de março de 2014), S/RES/2146(2014), disponível em undocs.org/S/RES/2146(2014)

Costantini, Irene. 2016. "Conflict Dynamics in Post-2011 Libya: A Political Economy Perspective". Conflict, Security & Development 16 (5): 405–422. https://doi.org/10.1080/14678802.2016.1212534.

Country Data. 2019. "Sudan: Petroleum Use and Domestic Resources". Acesso em 11 de agosto. http://www.country-data.com/cgi-bin/query/r-13388.html

Dechery, Côme, e Laura Ralston. "Trafficking and Fragility in West Africa". Washington: World Bank: Fragility, Conflict and Violence Group, 2015. Acesso em 19 de maio, 2019. https://www.worldbank.org/en/topic/fragilityconflictviolence

Earth Resources Observation and Science. 2019. "The Republic of Guinea". Acesso em 11 de agosto. https://eros.usgs.gov/westafrica/country/republic-guinea

Ebegbulem, Joseph C., Dickson Ekpe, e Theophilus Oyime Adejumo. 2013. "Oil Exploration and Poverty in the Niger Delta Region of Nigeria: A Critical Analysis". International Journal of Business and Social Science 4 (3): 279–287. https://pdfs.semanticscholar.org/f6d7/693db55c9bdd48455875eab57508ed9977b4.pdf

Edmond, Patrick, e Kristof Titeca . 2019. "Kleptocracies Like to Plunder Oil Wealth, but in DR Congo It's an Under-Developed Bargaining Chip." Quartz Africa. Acesso em 21 de julho. https://qz.com/africa/1567958/dr-congos-kabila-corruption-hampers-oil-industry/.

Federal Republic of Somalia. Ministry of Foreign Affairs. Foreign Policy of Somalia. Mogadishu, 2015. Acesso em 30 de julho de 2019. http://

www.mfa.gov.so/wp-content/uploads/2014/10/Somali-Foreign-Policy.pdf
Ferreira, Patrícia Magalhães. 2014. "'Estados Frágeis' em África: A Intervenção Externa nos processos de Construção do Estado (statebuilding) e da Paz (peacebuilding)". Dissertação de Doutorado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Forbes. 2019. "Morocco's Energy industry in the Midst of a Massive Shakeup". Acesso em 11 de agosto. https://www.forbes.com/sites/gauravsharma/2019/02/13/moroccos-energy-industry-in-the-midst-of-a-massive-shakeup/#48dbfd943b7a

Frynas, Jedrzej George, e Manuel Paulo. 2007. "A New Scramble for African Oil? Historical, Political, and Business Perspectives". African Affairs 106 (423): 229–251. https://doi.org/10.1093/afraf/adl042.

Global Conflict Tracker. 2019a. "Civil War in Libya". Acesso em 11 de agosto. https://www.cfr.org/interactive/global-conflict-tracker/conflict/civil-war-libya

———. 2019b. "Civil War in South Sudan". Acesso em 11 de agosto. https://www.cfr.org/interactive/global-conflict-tracker/conflict/civil-war-south-sudan

Global Security. 2019a. "Chad - Economy". Acesso em 11 de agosto. https://www.globalsecurity.org/military/world/africa/cd-economy.htm

———. 2019b. "Chad - Introduction". Acesso em 11 de agosto. https://www.globalsecurity.org/military/world/africa/cd-intro.htm

Global Witness. 2019. "Central African Republic (CAR)". Acesso em 11 de agosto. https://www.globalwitness.org/en/campaigns/central-african-republic-car/#more

Gonzalez, Adrian. 2010. "Petroleum and its Impact on Three Wars in Africa: Angola, Nigeria and Sudan". Journal of Peace, Conflict and Development 11 (15): 58-86. https://www.researchgate.net/publication/286263695_Petroleum_and_its_Impact_on_Three_Wars_in_Africa_Angola_Nigeria_and_Sudan

Hart Energy. 2018. "South Sudan: When Oil Becomes aCcurse". Acesso em 11 de agosto de 2019. https://www.hartenergy.com/exclusives/south-sudan-when-oil-becomes-curse-31242

Ibaba, Samuel, e Augustine Ikelegbe. 2010. "Militias, Pirates and Oil in the Niger Delta". In Militias, Rebels and Islamist Militants: Human Insecurity and State Crises in Africa, editado por Wafula Okumu e Augustine Ikelegbe, 219–254. Tshwane: Institute for Security Studies.

ICC International Maritime Bureau. "Piracy and Armed Robbery Against Ships: Annual Report 2007". Londres. 2008.

Ikelegbe, Augustine. 2006. "Beyond the Threshold of the Civil Struggle: Youth Militancy and the Militia-ization of the Resource Conflicts in the Niger Delta Region of Nigeria". African Study Monographs 3 (27): 87–122. https://repository.kulib.kyoto-u.ac.jp/dspace/bitstream/2433/68251/1/ASM_27_87.pdf

Inside Over. 2019. "Egypt Optimistic about Red Sea Exploration Prospects". Acesso em 11 de agosto. https://www.insideover.com/economy/egypt-optimistic-about-red-sea-exploration-prospects.html

Institute for Strategic Studies (ISS). 2018. "AU Summit 31: What Is the African Union's Role in the Sahel?". Acesso em 31 de julho de 2019. https://issafrica.org/iss-today/au-summit-31-what-is-the-african-unions-role-in-the-sahel.

Instituto Nacional de Petróleo. 2019. "History of Petroleum Exploration in Mozambique". Acesso em 11 de agosto. http://www.inp.gov.mz/en/Exploration-Production/History-of-Petroleum-Exploration-in-Mozambique

International Crisis Group. 2019. "Post-Bouteflika Algeria: Growing Protests, Signs of Repression". Acesso em 19 de agosto. https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/north-africa/algeria/b068-post-bouteflika-algeria-growing-protests-signs-repression.

International Energy Agency. Oil Information 2018. Paris, 2018. https://dx.doi.

org/10.1787/oil_mar-2018-en.

James, Laura M. 2015. "Fields of Control: Oil and (in)Security in Sudan and South Sudan". Genebra: Small Arms Survey. Acesso em 18 de setembro de 2019. http://www.smallarmssurveysudan.org/fileadmin/docs/working-papers/HSBA-WP40-Oil.pdf.

Johnson, Hilde F. 2016. South Sudan: The Untold Story from Independence to Civil War. Londres: IB Tauris.

Keenan, Jeremy. 2009. The Dark Sahara: America's War on Terror in Africa. London: Pluto Press.

Kenya Pipeline Company. 2019. "The Petroleum Sector". Acesso em 11 de agosto. https://www.kpc.co.ke/petroleumsector/

Kepel, Gilles. 2018. Sortir du Chaos: Stratégie pour le Moyen-Orient et la Méditerranée. Paris: Gallimard.

Khan, Mohsin, e Karim Mezran. 2016. "Aftermath of the Arab Spring in North Africa". Washington, D.C.: Atlantic Council. Última modificação 31 de outubro. https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/issue-brief/aftermath-of-the-arab-spring-in-north-africa/

Kuwali, Dan. 2018. "Squaring the Circle: The Role of the African Peace and Security Architecture". In The Palgrave Handbook of Peacebuilding in Africa, editado por Tony Karbo e Kudrat Virk, 45–63 Nova Iorque, NY: Springer Science+Business Media.

Le Billon, Philippe. 2010. "Oil and Armed Conflicts in Africa". African Geographical Review 29 (1): 63–90. https://doi.org/10.1080/19376812.2010.9756226.

Logistics Capacity Assessment. 2018. "Central African Republic Fuel". Acesso em 11 de agosto de 2019. https://dlca.logcluster.org/display/public/DLCA/3.1+Central+African+Republic+Fuel#space-menu-link-content

Lotze, Walter, Cedric de Coning, e Theo Neethling. 2015. "Peacekeeping Contributor Profile: South Africa". International Peace Institute. Acesso em 25 de julho de 2019. http://www.providingforpeacekeeping.org/2014/04/03/contributor-profile-south-africa/

Merriam-Webster. 2019. "Warlords". Acesso em 25 de agosto. https://www.merriam-webster.com/dictionary/warlords

Monié, Frédéric, Jacob Binsztok, e Claudio A. G. Egler, orgs. 2012. Geografia e Geopolítica do Petróleo. Rio de Janeiro: Mauad X.

Murphy, Ray. 2007. UN Peacekeeping in Lebanon, Somalia and Kosovo: Operational and Legal Issues in Practice. Leiden: Cambridge University Press. http://public.eblib.com/choice/publicfullrecord.aspx?p=295713.

National Oil. 2019. "Oil and Gas Exploration History in Kenya". Acesso em 11 de agosto. https://nationaloil.co.ke/upstream/

Nações Unidas Brasil. 2016. "Especial: Países do Golfo da Guiné Discutem Soluções contra Pirataria na Região". Acesso em 11 de agosto de 2019. https://nacoesunidas.org/especial-paises-do-golfo-da-guine-discutem-solucoes-contra-pirataria-na-regiao/

———. 2019a. "Conheça a ONU". Acesso em 27 de setembro. https://nacoesunidas.org/conheca/

———. 2019b. "ONU Meio Ambiente: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente". Acesso em 11 de agosto. https://nacoesunidas.org/agencia/onumeioambiente/

Obi, Cyril I. 2010. "Oil Extraction, Dispossession, Resistance, and Conflict in Nigeria's Oil-Rich Niger Delta". Canadian Journal of Development Studies / Revue Canadienne d'Études du Développement 30 (1–2): 219–236. https://doi.org/10.1080/02255189.2010.9669289

Observador. 2019. "Ataques de Pirataria mais que duplicaram no Golfo da Guiné". Última modificação 17 de janeiro. https://observador.pt/2019/01/17/ataques-de-pirataria-maritima-mais-do-que-duplicaram-no-golfo-da-guine/

Ohaegbulam, F. Ugboaja. 1992. "The United States and Africa after the Cold War." Africa Today 39(4): 19-34. http://www.jstor.org/stable/4186860.

Oil Price. 2018. "UN Extends Sanctions Mandate over Illegal Oil Sales from Libya". Acesso em 11 de agosto de 2019. https://oilprice.com/Latest-Energy-News/World-News/UN-Extends-Sanctions-Mandate-Over-Illegal-Oil-Sales-From-Libya.html#

Okeke, Jide. 2019. "Repositioning the AU's role in counter-terrorism operations. Institute for Security Studies. https://issafrica.org/research/policy-brief/repositioning-the-aus-role-in-counter-terrorism-operations

Okumu, Wafula, e Augustine Ikelegbe. 2010. "Introduction: Towards Conceptualisation and Understanding of the Threats of Armed Non-State Groups to Human Security and the State in Africa". In Militias, Rebels and Islamist Militants: Human Insecurity and State Crises in Africa, editado por Wafula Okumu e Augustine Ikelegbe, 1–44. Pretoria: Institute for Security Studies.

Oliveira, Lucas Kerr de. 2007. "Petróleo e Segurança Internacional: Aspectos Globais e Regionais das Disputas por Petróleo na África Subsaariana". Diss. Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Onuoha, Freedom. 2016. "The Resurgence of Militancy in Nigeria's Oil-Rich Niger Delta and the Dangers of Militarisation". Al-Jazeera Centre for Studies. Acesso em 23 de agosto de 2019. http://studies.aljazeera.net/en/reports/2016/06/resurgence-militancy-nigerias-oil-rich-niger-delta-dangers-militarisation-160608065729726.html.

Opinião e Notícia. 2018. "O ambicioso projeto do Senegal". Acesso em 27 de setembro. http://opiniaoenoticia.com.br/internacional/o-ambicioso-projeto-de-senegal/

Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC). 2019a. "Algeria Facts and Figures". Acesso em 11 de agosto. https://www.opec.org/opec_web/en/about_us/146.htm

———. 2019b. "Annual Statistical Bulletin". Acesso em 23 de maio. https://asb.opec.org/.

———. 2019c. "Brief History". Acesso em 25 de agosto. https://www.opec.org/opec_web/en/about_us/24.htm

Patey, Luke, e Ricardo Soares de Oliveira. 2019. "Africa's Oil and Gas Scene After the Boom: What Lies Ahead". Oxford Energy Forum 117: 1–30. https://www.oxfordenergy.org/wpcms/wp-content/uploads/2019/01/OEF-117.pdf?v=7516fd43adaa

Political Geography Now. 2018. "Libyan Civil War Map & Timeline - July 2018". Acesso em 26 de agosto de 2019. https://www.polgeonow.com/2018/07/libyan-civil-war-map-libya-who-controls-what.html.

Reuters. 2016. "Ivory Coast Aims to Double Oil and Gas Output by 2020". Acesso em 11 de agosto de 2019. https://www.reuters.com/article/ivorycoast-energy/ivory-coast-aims-to-double-oil-and-gas-output-by-2020-idUSL8N19Z4RI

Safer World. 2019. "Inside Kenya's war on Terror: the Case of Lamu". Acesso em 11 de agosto. https://www.saferworld.org.uk/long-reads/inside-kenyaas-war-on-terror-the-case-of-lamu

Schmidt, Elizabeth, 2013. Foreign Intervention in Africa: From the Cold War to the War on Terror. Maryland: Loyola University.

Schneckener, Ulrich. 2007. "Fragile Statehood, Armed Non-State Actors and Security Governance". In Private Actors and Security Governance, organizado por Alan Bryden e Marina Caparini, 23–40. Genebra: LIT Verlag.

Silva, Karina de Souza e Boff, Ricardo Bruno. 2017. "Nós, os povos das nações unidas: do eurocentrismo excludente à pluriversalidade da ONU". Em Brasil e o Sistema das Nações Unidas: desafios e oportunidades na governança global, organizado por Guilherme de Oliveira Schmitz e Rafael Assumpção Rocha. 59 - 88. Brasília: IPEA

Sputnik Brasil. 2018. "Do Contrabando à Pirataria: como Funciona o Mercado Negro

do Petróleo". Última modificação 06 de novembro. https://br.sputniknews.com/opiniao/2018110612609730-contrabando-pirataria-como-funciona-mercado-negro-petroleo/

Sudan Tribune. 2015. "After Melut, South Sudanese Rebels Target main Oil Fields in Paloch". Acesso em 11 de agosto. http://www.sudantribune.com/spip.php?article55035

Taylor, Ian. 2010. The International Relations of Sub-Saharan Africa. Nova Iorque: The Continuum International Publishing Group Inc.

The Economist. 2019. "The Gulf of Guinea is now the World's Worst Piracy Hotspot". Acesso em 11 de agosto. https://www.economist.com/international/2019/06/29/the-gulf-of--guinea-is-now-the-worlds-worst-piracy-hotspot

The Guardian. 2017. "Morocco rejoins African Union after more than 30 years". Acesso em 27 de setembro. https://www.theguardian.com/global-development/2017/jan/31/morocco-rejoins-african-union-after-more-than-30-years

The Maritime Executive. 2017. "Maritime Security in the Gulf of Guinea in 2016". Acesso em 11 de agosto de 2019. https://www.maritime-executive.com/editorials/maritime-security-in-the-gulf-of-guinea-in-2016

The North Africa Post. 2019. "Morocco Displays its Huge Untapped Potentials in Oil and Gas". Acesso em 11 de agosto. http://northafricapost.com/27773-morocco-displays-its--huge-untapped-potentials-in-oil-gas.html

The Norwegian Agency for Development Cooperation. 2019a. "Oil for Development Programme". Acesso em 11 de agosto. https://norad.no/en/front/thematic-areas/oil-for-development/oil-for-development-programme/

———. 2019b. " The Oil for Development Programme in Angola". Acesso em 11 de agosto. https://norad.no/en/front/thematic-areas/oil-for-development/where-we-are/angola/

———. 2019c. " The Oil for Development Programme in Ghana". Acesso em 11 de agosto. https://norad.no/en/front/thematic-areas/oil-for-development/where-we-are/ghana/

———. 2019d. " The Oil for Development Programme in Kenya". Acesso em 11 de agosto. https://norad.no/en/front/thematic-areas/oil-for-development/where-we-are/kenya2/

———. 2019e. " The Oil for Development Programme in Mozambique". Acesso em 11 de agosto. https://norad.no/en/front/thematic-areas/oil-for-development/where-we-are/mozambique/

———. 2019f. " The Oil for Development Programme in South Sudan". Acesso em 11 de agosto. https://norad.no/en/front/thematic-areas/oil-for-development/where-we-are/south-sudan/

———. 2019g. " The Oil for Development Programme in Sudan". Acesso em 11 de agosto. https://norad.no/en/front/thematic-areas/oil-for-development/where-we-are/sudan/

The Oil and Gas Year. 2019a. "Equatorial Guinea Overview." The Oil & Gas Year. Acesso em 30 de julho. https://www.theoilandgasyear.com/market/equatorial-guinea/.

———. 2019b. "Egypt Overview". Acesso em 11 de agosto. https://www.theoilandgasyear.com/market/egypt/

Tichý, Lukáš. 2019. "The Islamic State Oil and Gas Strategy in North Africa". Energy Strategy Reviews 24: 254–260. https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2211467X19300288

Total. 2017. "Guinea: Total Reinforces its Exploration in West Africa". Acesso em 11 de agosto de 2019. https://www.total.com/en/media/news/press-releases/guinea-total-reinforces-its-exploration-in-west-africa

Trace Software. 2018. "Oil and Gas Industry in Algeria: an Overview". Acesso em 11 de agosto de 2019. https://www.trace-software.com/blog/oil-and-gas-industry-in-algeria-an-overview/

Ukeje, Charles, e Wullson Mvomo Ela. 2013. African Approaches to Maritime Security

- The Gulf of Guinea. Abuja: Friedrich-Ebert-Stiftung, Regional Office Abuja.

Último Segundo. 2012. "Disputa por Petróleo no Sudão Ameaça Frágil Paz na Fronteira". Acesso em 11 de agosto de 2019. https://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/nyt/disputa-por-petroleo-no-sudao-ameaca-fragil-paz-na-fronteira/n1597636511347.html

United Nations. 2018. "Security Council grants mandate extension to Panel of Experts on Libya Sanctions, adopting resolution 2441 (2018) by 13 votes, with 2 abstentions". Acesso em 11 de agosto de 2019. https://www.un.org/press/en/2018/sc13564.doc.htm

———. 2019a. "Security Council: FAQ". Acesso em 11 de agosto. https://www.un.org/securitycouncil/content/faq#sanctions

———. 2019b. "Security Council: Functions and Powers". Acesso em 11 de agosto. https://www.un.org/securitycouncil/content/functions-and-powers

———. 2019c. "Security Council: Sanctions". Acesso em 11 de agosto. https://www.un.org/securitycouncil/sanctions/information

———.2019d."SecurityCouncil:SanctionsandOtherCommittees".Acessoem11deagosto. https://www.un.org/securitycouncil/content/repertoire/sanctions-and-other-committees

United Nations Environment. 2019. "UN Environment - Oil for Development Partnership". Acesso em 11 de agosto. https://www.unenvironment.org/explore-topics/disasters-conflicts/what-we-do/risk-reduction/extractive-resources-and-fragile-0

United Nations Peacekeeping. 2019. "UNAMID Fact Sheet". Acesso em 27 de setembro. https://peacekeeping.un.org/en/mission/unamid

Varin, Caroline, e Dauda Abubakar. 2017. Violent Non-State Actors in Africa: Terrorists, Rebels and Warlords. Cham: Palgrave Macmillan. http://public.eblib.com/choice/publicfullrecord.aspx?p=4849381.

Visentini, Paulo Fagundes, Luiz Dario Ribeiro, e Analucia Danilevicz Pereira. 2007. Breve História da África. Porto Alegre: Leitura XXI.

Visentini, Paulo Fagundes, 2006. "A Guerra Fria (1947-1987): Conflito ou Sistema?". *História: debates e tendências* 6 (2): 11–38.

Vreÿ, Francois. "Maritime Aspects of Illegal Oil-Bunkering in the Niger Delta." Australian Journal of Maritime & Ocean Affairs 4, no. 4 (2012): 109–15. https://doi.org/10.1080/18366503.2012.10815718.

Welsh, May Ying. 2013. "Making Sense of Mali's Armed Groups." Al Jazeera. Acesso em 25 de julho de 2019. http://www.aljazeera.com/indepth/features/2013/01/20131139522812326.html.

Wintour, Patrick. 2019. "Conflict Erupts for Control of Libya's Largest Oil Field." The Guardian. Acesso em 30 de julho. https://www.theguardian.com/world/2019/feb/08/conflict-erupts-for-control-of-libyas-largest-oil-field.

Xiao, Zhongming, Zhongzhou Fan, e Liangkun Xu. 2017. "A Study on Global Piracy Attacks' Trends and Characteristics Based on Data Analysis". International Journal of Security and Its Applications 11 (1): 233–244.

Zoubir, Yahia. 2012. Algeria and the Sahelian Imbroglio: Preventing War and Fighting Terrorism. Doha: Al Jazeera Center for Studies.

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 7 2019 | p. 338-373

OS DESAFIOS À SEGURANÇA DA NIGÉRIA NO SÉCULO XXI

Eduardo Tomankievicz Secchi[1]
Luana de Meneses Borba[2]

RESUMO

O presente guia de estudos busca abordar os temas de segurança que ameaçam a Nigéria, país mais rico e populoso do continente africano, no século XXI. Apesar de ser um dos maiores investidores em defesa no continente, a estrutura colonial e o conturbado século XX forjaram uma sociedade dividida e herdeira de diversos problemas, tanto administrativos, quanto sociais. Diversos atores internos e externos impactam a estrutura político-social do país atualmente. As estratégias políticas e militares são as mais variadas. Desde protestos pacíficos a execuções em massa, as diversas questões não resolvidas pelo processo de descolonização têm ganhado cada vez mais força conforme o país se destaca como potência mundial no comércio de petróleo. Notadamente, uma série de atentados terroristas contra a infraestrutura petrolífera no Sul país, bem como o sequestro de centenas de mulheres pelo grupo terrorista Boko Haram no Norte, atraíram a atenção internacional para o tópico da segurança da nação. O debate proposto abarca a transversalidade dos temas, desde a questão ambiental da exploração de hidrocarbonetos até a gestão da federação nigeriana como temas que impactam a estabilidade social.

1 Eduardo é graduando do quinto ano do curso de Relações Internacionais na UFRGS e Diretor do DPS-UA.

2 Luana é graduanda do terceiro ano do curso de Relações Internacionais na UFRGS e Diretora do DPS-UA.

1 INTRODUÇÃO

Em 2014, a então primeira dama dos Estados Unidos da América, Michelle Obama, adotou a hashtag #bringbackourgirls[3], e auxiliou a impulsionar a campanha internacional contra o sequestro de 276 garotas, entre 14 e 15 anos, pelo grupo terrorista Boko Haram em uma aldeia no Nordeste do país. O chocante acontecimento faz parte de um cotidiano de violência generalizada no país. Estima-se que, desde 2013, mais de mil crianças tenham sido raptadas para tornarem-se militantes do grupo ou para exploração sexual (UNICEF 2018).

Além do Boko Haram, outros grupos islamitas, muitos ligados à Al-Qaeda, operam no país. A pobreza extrema e a desigualdade exacerbada tornam a adesão a grupos insurgentes uma opção viável de melhoria social. Para além das insurgências religiosas, marcadamente na região Centro-Norte do país, existem diversos grupos independentistas e autonomistas, em especial na região Sudeste, rica em petróleo. Ataques às instalações petrolíferas são frequentes, gerando, para além da questão securitária, problemas econômicos e ambientais. A região Sudeste, conhecida como Delta do Níger, concentra a maior parte da produção de petróleo, mas, ao mesmo tempo, é uma das mais pobres do país. A Guerra Civil, conhecida também como Guerra do Biafra (1967-1970), moldou a história da região e sua ligação com o resto do país, quando esta buscou sua secessão pouco tempo após a proclamação de independência nigeriana. O revanchismo e o sentimento nacionalista existentes na região desde então inflamam ações violentas contra a população e contra as forças de segurança estatais. A resposta do Estado, quase sempre violenta e desproporcional, em especial com a população civil, escalona o problema para diversos âmbitos da vida política cotidiana.

O debate sobre como eliminar essas ameaças e reformar as instituições do Estado nigeriano que perpetuam este ciclo de violência não tem, nas últimas décadas, avançado em um projeto nacional de revitalização da sociedade nigeriana. O crescente efeito da questão na região Oeste do continente africano, quando não para a África como um todo, levou à criação de diversas iniciativas recentes de discussão, em fóruns multilaterais, dos problemas do país. O auxílio e a cooperação multinacionais têm tido, até o presente momento, resultados aquém do esperado e precisam de maior pujança para impactar de fato na estrutura de violência na região.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A construção do Estado nigeriano é decorrente de um processo de colonização britânica na região da África Ocidental, que criou os chama-

3 Tragam de volta nossas meninas, em inglês.

dos Protetorados do Norte e do Sul para funcionarem como divisões administrativas do poder colonial. As regiões destes protetorados, antes da colonização, eram habitadas por diversas sociedades, tribos e culturas, que foram, de maneira arbitrária, obrigados a juntar-se ou dividir-se e a formar o Estado nigeriano como se conhece hoje (Falola e Heaton 2008). Desta forma, entender as relações de colonização, formação do Estado e independência, bem como suas instituições e relações sociais internas, é essencial para compreender seus desafios de segurança, pois muitos são resultados diretos ou indiretos dos processos inacabados de descolonização.

2.1 DESCOLONIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO ESTADO NIGERIANO

Antes da dominação do Estado britânico na região, existiam outras sociedades grandes e organizadas na região, como os impérios e reinos de Kanem-Borno, Benin, Oyo, o califado de Sokoto, e muitas outras. Algumas destas sociedades representavam Estados centralizados e foram potências regionais por um longo período enquanto outras eram menores, descentralizadas e com pequenas estruturas político-institucionais. Todas, porém, tinham características próprias, sejam elas culturais ou organizacionais, bem como suas rivalidades e alianças (Falola e Heaton 2008).

Em 1472, contudo, tem-se registro do primeiro contato com os povos europeus, na ocasião os portugueses, dando início a um processo de tráfico de escravos para a Europa e suas colônias americanas. Com a abolição da escravidão nas Américas, o tráfico de escravos é substituído pelo de produtos, como o óleo de palma e a madeira. Esta mudança não é apenas de bens comerciais, mas também de parceiros, pois a ação da Marinha Britânica se tornou crucial para as operações de comércio dos povos que ocupavam o território da atual Nigéria. O Reino Unido, portanto, consolidou seu domínio da região, levando ao estabelecimento de dois protetorados, o do Norte e o do Sul, adaptando as instituições políticas locais para atenderem às necessidades do próprio Império Britânico (Boahen 2010; Oliveira 2014).

Estes protetorados eram chamados de governos indiretos, em que o sistema britânico governava por meio de seletas instituições políticas pré-existentes, em que os chefes locais e as elites mantinham suas autoridades na região, ao mesmo tempo em que se submetiam às leis do aparato central britânico. O domínio colonial, desta forma, alterou a paisagem política da região, reunindo diversos grupos antes autônomos e até mesmo rivais sob uma única estrutura "guarda-chuva" institucional, elegendo as elites de determinado grupo e etnia como as dominantes e acirrando ainda mais as disputas internas prévias. Além disso, se um dos governos locais desagradasse ao governo britânico, este seria deposto independentemente da base tradicional que sustentasse sua autoridade, causando ainda mais atrito entre os grupos por disputas de autoridade, além de instabilidade política interna (Falola e Heaton 2008; Boahen 2010).

Em 1914, o governo britânico unificou os dois protetorados formando um Estado colonial unificado, estabelecendo as fronteiras que seriam da Nigéria contemporânea. A fim de criar controle social, o Reino Unido estabeleceu uma burocracia baseada em uma nova divisão de classes. A criação de uma nova e pequena classe de nigerianos com formação acadêmica na Europa era necessária para a ocupação de cargos de menor escalão do governo e de empresas privadas, a fim de manter o controle social na colônia. Estas elites nigerianas tinham privilégios e um padrão de vida superior, porém suas oportunidades de subir de cargo eram limitadas pela ideologia racista do governo colonial, que os via como incapazes e inferiores (Boahen 2010). Foram justamente estas elites que começaram a se organizar e formar uma resistência ao domínio colonial, pressionando o Reino Unido por uma maior representação de nigerianos no governo e, futuramente, pelo fim do domínio imperialista da região (Falola e Heaton 2008). Nigerianos formados por universidades europeias se tornaram grandes líderes nacionalistas como apontam Falola e Heaton:

> Líderes como Nnamdi Azikiwe, Obafemi Awolowo e Sir Abubakar Tafawa Balewa surgiram para liderar movimentos nacionalistas de grande escala, que finalmente se tornaram partidos políticos de pleno direito que negociaram pela independência do domínio britânico nos anos após a Segunda Guerra Mundial (Falola e Heaton 2008, 7. Tradução nossa).

A partir de 1945, estes líderes começaram a ganhar força no continente, uma vez que as potências imperiais encontravam-se enfraquecidas pela Segunda Guerra Mundial, tornando a permanência europeia no continente insustentável. A fim de evitar a criação de movimentos radicais, o Reino Unido iniciou um processo de transição de governo que evitasse um conflito com os líderes nacionalistas e a criação de uma base de apoio anticolonial, na tentativa de reter o máximo de influência política e econômica possível ao governo britânico (Jackson 2007; Falola e Heaton 2008). A independência do Estado nigeriano, neste sentido, foi guiada por estes princípios de manutenção de poder do Estado colonial. Desde 1945, a Nigéria passou por 3 constituições[4] até a que se consolidaria na sua independência em 1960. Embora elas concedessem poderes legislativos mais amplos aos nigerianos, os documentos foram elaborados de forma que acirrou as disputas internas, fragmentando o país em três regiões praticamente autônomas — Norte, Leste e Oeste — ,enfraquecendo o Estado central, fato que resultaria em um federalismo debilitado antes mesmo de sua existência (Mazrui 2011; Oliveira 2014).

4 A Constituição Richards (1947), a Constituição Macpherson (1951) e a Constituição Lyttleton (1954) (Oliveira 2014).

2.2 PROCESSOS INACABADOS DE DESCOLONIZAÇÃO

Com a Constituição de 1960, a Nigéria conquista sua independência do Reino Unido, mantendo as fronteiras do período colonial e com uma base administrativa federativa. As expectativas para o país recém-independente eram altas, tendo em vista seu tamanho territorial e populacional, além do potencial de crescimento econômico representado pela grande quantidade de recursos naturais (Jackson 2007). A questão nacional, entretanto, apareceu como um empecilho ao recém-formado Estado. As inúmeras constituições dos anos 1950 foram responsáveis por dividir ainda mais a sociedade nigeriana, baseadas no princípio de que o acesso ao poder a nível nacional seria derivado da detenção de poder a nível regional. Isto criou uma sociedade com indivíduos que detinham suas identidades ligadas principalmente às suas comunidades locais, não à nação como um todo. Como apontam Falola e Heaton:

> Os maiores grupos étnicos em cada região – os Fulani, Yoruba e Igbo nas regiões Norte, Oeste e Leste, respectivamente – passaram a dominar suas respectivas regiões e a disputar o poder em nível federal. [...] Como o poder derivava mais imediatamente da associação em nível subnacional, parecia haver muito pouco a ganhar na política interna a partir da identificação em nível nacional. Como resultado, quando a Nigéria se tornou um Estado soberano independente em 1960, em muitos aspectos, era um Estado sem nação (Falola e Heaton 2008, 159–160. Tradução nossa).

As identidades regionais, desta forma, preponderavam sobre uma identidade nacional, causando o temor de que determinada etnia dominasse a outra. Apesar de terem sido realizadas eleições nos anos 1960, muitos nigerianos encontravam-se desacreditados em relação ao Estado e seu federalismo. Em 1966, ocorreram sucessivos golpes militares de diferentes grupos rivais, e, com isto, o Sudeste da Nigéria se autoproclama Estado do Biafra, separando-se do restante do país. Estes acontecimento puseram fim ao governo civil no país, dando início à Guerra Civil Nigeriana, que durou até 1970, também chamada de Guerra do Biafra (Jackson 2007).

Este conflito tem suas bases na desigualdade entre as diferentes regiões que compõem a Nigéria, bem como nas lutas entre diferentes grupos políticos de elites regionais que reivindicam o poder nacional. Estes conflitos inter-regionais são exemplificados pela sucessão de golpes, sendo o primeiro golpe realizado pela elite do Leste – de etnia Igbo – que tomou o poder central, tendo, em outubro do mesmo ano, a elite do Norte – representada pelos de etnia Fulani – retomado o governo e iniciado um genocídio aos Igbo, que proclamaram um novo governo na República do Biafra. Além disto, a Guerra Civil (1966-1970) nigeriana também foi motivo para interferências externas baseadas em interesses imperialistas, principalmente do Estado francês, que não só nutria forte interesse pelo petróleo do Leste, como também temia que uma Nigéria unida e fortalecida interferisse

em sua influência no oeste africano, composto majoritariamente por suas ex-colônias (Jackson 2007; Oliveira 2014). Mesmo com o fim do conflito, as diferentes classes sociais continuaram a representar distintas etnias, permanecendo uma intensa desigualdade entre estas, assim como desigualdades de desenvolvimento dentro do território nigeriano. Este fator contribuiu para manutenção da fragilidade do Estado central, mesmo agora com um governo democraticamente eleito, o que colaborou os seguidos golpes militares que o país sofreu até o fim dos anos 1990 (Falola e Heaton 2008).

Com o boom econômico causado pela expansão da produção de petróleo nos anos 1970, contudo, estas questões foram colocadas à margem da discussão política interna. Devido à extração principalmente na região do Delta do Níger, a Nigéria se tornou o país mais rico do continente africano, dando início a uma política externa de potência econômica regional. Sua adesão à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1971 exemplifica a amplificação de seu escopo diplomático, antes limitado às relações com o Reino Unido, bem como um aumento de sua influência na região (Jackson 2007; Mazrui 2011).

Apesar do crescimento econômico, as receitas advindas da produção e exportação de petróleo mantiveram-se concentradas a uma determinada elite política dominante, acentuando ainda mais as desigualdades sociais do país e criando uma divergência entre as demandas populares e as ações de figuras públicas governamentais. A base da economia nigeriana se tornou, portanto, o petróleo, havendo uma negligência para com setores como agricultura, tornando o Estado extremamente dependente da importação de alimentos para sanar as necessidades de sua população. O aumento do preço de alimentos causados pela incapacidade interna de produção causou instabilidades ao governo que, em 1975, resultaram em um golpe pacífico que levou o General Murtala Ramat Mohammed ao poder (Jackson 2007; Falola e Heaton 2008).

Mohammed, contudo, logo foi assassinado, sendo sucedido pelo também General Olusegun Obasanjo. Este regime militar dos anos 1970 foi marcado por altos níveis de opressão social como resposta ao crescente ativismo político de base dentro do país, que criticava as políticas governamentais voltadas a uma pequena elite. Organizações sociais, como sindicatos e movimentos estudantis, opunham-se ao modelo econômico de dependência às exportações de petróleo, propondo reformas desenvolvimentistas para a Nigéria, bem como a defesa da redemocratização. Na região do Delta do Níger, em especial, houve o aumento da pressão da sociedade exigindo maior controle sobre as receitas oriundas do petróleo, de modo que estas fossem utilizadas no desenvolvimento de infraestrutura e bem-estar para a população local, além de maiores cuidados com o meio ambiente (Falola e Heaton 2008).

Apesar destas pressões sociais gerarem maior repressão, elas foram, de fato, efetivas em pressionar o governo central a promover um ajuste estrutural da economia, bem como uma transição a um novo governo democrático.

Foi então que, em 1977, ocorreu a formulação de uma nova constituição, bem como novas eleições em 1979, que elegeram o governo civil do presidente Shehu Shagari. O período civil, entretanto, foi breve, pois, sob um pretexto de combate à corrupção praticada por Shagari, o governo foi novamente derrubado em 1983. O golpe, desta forma, coloca o Estado nigeriano de volta a um governo militar, tendo o Major-General Muhammadu Buhari na liderança do regime que durou os 15 anos subsequentes (Jackson 2007; Mazrui 2011).

Durante este período militar, três governantes – Muhammadu Buhari (1985-1985), Ibrahim Badamasi Babangida (1985-1993) e Sani Abacha (1993-1998) – foram responsáveis pelo declínio da economia nigeriana a partir de políticas neoliberais, forte opressão social e casos de corrupção. Ao mesmo tempo, grande parte da população caiu na extrema pobreza. Com isso, subornos, contrabando, roubos à mão armada e esquemas de corrupção tornaram-se parte da realidade nigeriana, pois os indivíduos recorriam a estes e outros mecanismos ilegais para suprir suas necessidades básicas. O ativismo dos anos anteriores, desta forma, incorporou estas questões na agenda de discussão, marcando uma época de intensas críticas ao governo e elaboração de propostas que se opunham às do governo federal (Falola e Heaton 2008).

Apesar de terem sido realizadas eleições presidenciais em 1993[5], foi apenas em 1999 que tem início a chamada Quarta República, por meio da transferência de poder para Olusegun Obasanjo — ex-militar que governou durante o regime dos anos 1970 e agora retoma o poder como presidente eleito. A Nigéria vive, desde então, seu mais longo período sem regimes militares, apesar de processos eleitorais conturbados. Em 2015, ocorreu a primeira alternância pacífica de poder na Nigéria, com a presidência passando para a oposição, representada por Muhammadu Buhari (Oliveira 2014; BBC 2019).

As eleições mais recentes ocorreram em fevereiro de 2019, que resultaram na reeleição de Muhammadu Buhari à presidência nigeriana. O dia de votação, entretanto, foi marcado pelo incremento da violência, que já estava presente desde o início período eleitoral, causando, inclusive, 39 mortes no dia de eleição. Relatos de intimidação de eleitores, depredação de urnas e queima de documentos de votação ocorreram durante todo o dia da eleição, que teve o menor quórum em 20 anos, representando participação eleitoral de 35,6% frente aos 44% nas eleições de 2015. Isto é resultado das crescentes tensões sociais presentes no país, causadas por confrontos de diferentes grupos, além de uma recessão econômica causada pela queda do preço global do petróleo (BBC 2019).

Ademais, os governos fizeram pouco para mitigar as tensões sociais do país, sendo o controle do governo central, inclusive, um dos fatores de disputa. De fato, os fracassos iniciais da administração civil em promover uma estabilidade permitiu a preponderância dos militares na

5 O período de 12 a 23 de junho de 1993 compreende o que chamamos de "Terceira República", que teve suas eleições realizadas em 1993 com base na constituição nigeriana de 1989 elaborada pelo governo de Babangida. O empresário M. K. O. Abiola foi vitorioso nas eleições, porém as eleições foram anuladas 11 dia depois (United States 2019).

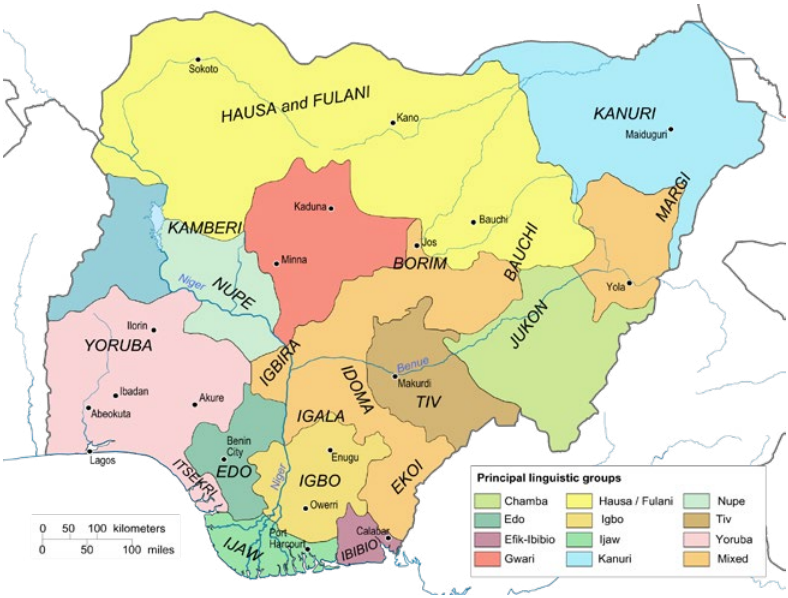
participação política nigeriana. Como evidenciado anteriormente, a Nigéria, durante maior parte do período desde sua independência, teve sua política marcada por instabilidades e regimes militares. Os confrontos entre diferentes etnias e regiões ainda são resultado dos processos de formação do Estado no período colonial que não foram superados no processo de independência. Apesar dos mais de 50 anos do Estado autônomo nigeriano, é possível afirmar que o processo de descolonização está inacabado, pois ainda permanecem estruturas sociais, políticas e organizacionais do início do século XIX, com a construção de um Estado baseada em desigualdades sociais e regionais (Falola e Heaton 2008; Oliveira 2014).

2.3 A ESTRUTURA POLÍTICO-SOCIAL DA NIGÉRIA

A Nigéria possui ao menos 250 grupos étnicos em seu território, distribuídos ao longo de 36 estados e um distrito federal. Destes grupos, se destacam os Igbo (metade Sul-Sudeste), os Ioruba (Sul-Sudoeste-região de Lagos) e os Hausa-Fulani (Norte), compreendendo, somando as etnias, cerca de 70% da população. Tais informações são relevantes pelo modelo constitucional federativo adotado pela Nigéria, bem como pelo seu impacto na administração nacional (University of Birmingham 2019).

A guerra civil e os governos militares que perduraram até o final do século XX geraram uma série de problemas internos, dentre os quais citam-se o revanchismo étnico-tribal, o revanchismo religioso, a desconfiança com o governo federal autoritário, e a politização do aparato burocrático civil (Okotoni 2003). A ênfase da constituição e da práxis burocrática no federalismo foi uma das medidas que auxiliaram no processo de redemocratização, mas que geraram uma desarticulação e fragmentação do Estado nigeriano.

FIGURA 1: MAPA DOS PRINCIPAIS GRUPOS ÉTNICOS DA NIGÉRIA



Fonte: Mo (2015).

Segundo a carta constitucional nigeriana, art. 14 (3):

> A composição do Governo da Federação ou de qualquer de suas agências e a conduta de seus negócios devem ser realizados de maneira a refletir o caráter federal da Nigéria e a necessidade de promover a unidade nacional, e também de comandar a lealdade nacional, assim assegurando não dever haver predomínio de pessoas de um Estado ou de alguns grupos étnicos ou outros grupos nesse governo ou em qualquer de suas agências (Nigéria 1999, online).

Tal ênfase gera a necessidade da criação de diversos cargos e funções no serviço público que não são demandados, gerando múltiplos níveis de burocracia ineficiente para a execução das atividades correntes. Ademais, a diminuta dimensão de diversas das entidades federativas e dos grupos étnicos permite a indicação de membros bastante alinhados com o tribalismo para cargos no governo federal. Esse paroquialismo nas funções de administração pública permite, por um lado, o acesso facilitado de certos chefes e grupos a altos cargos de ministérios e secretarias, e, por outro, permite o poder de interdição de políticas públicas a certos membros da administração (Omoleke 2004).

A pessoalidade do serviço público gera descontentamento por parte da população, que vê como resultado os péssimos serviços prestados. Além disso, prejudica-se a capacidade de atuação do serviço público civil. O impacto desta questão numa república federativa, pós-colonial, dividida e pouco estruturada, como a sociedade nigeriana, é tremendo. Poucos funcionários, mesmo os originários de Abuja, capital do país, se identificam como nigerianos, tendo maior lealdade para com suas regiões de origem. A isto soma-se o perfil não tradicional da administração nigeriana, que se distancia do descrito por Weber, em que a burocracia deveria ser imparcial, isonômica, profissional, baseada em processos universais e impessoais (Omoleke 2004).

Durante os regimes militares, estes focaram seus esforços na vitória da guerra civil, elevando o funcionalismo público ao posto prático de formulador de políticas, não apenas gestor destas. Isto gerou décadas de práxis administrativa com secretários permanentes[6] tornando-se, na prática, os ministros formuladores de políticas. Com o advento da redemocratização, houve um embate entre as forças do governo eleito e os secretários vitalícios que permaneceram no governo (Omoleke 2004). Este tipo de cargo ainda existe e, ainda que os atritos com os ministros nomeados tenham sido reduzidos, permanecem em constante atrito. Demonstração deste atrito foi a aposentadoria compulsória de dezessete secretários permanentes pelo presidente Buhari logo que assumiu a presidência do país em 2015 (Nigeria 2019; Vanguard 2015).

A estrutura política foi construída baseando-se nos modelos britânico e estadunidense. Por um lado, fez-se necessária uma federação e a outorga de poderes ao presidente para estruturar o país. Por outro, buscou-se a construção de um legislativo forte e com influência sobre o executivo para evitar desvios autoritários. O presidente tem, portanto, poderes para influenciar a burocracia geral do Estado, mas é limitado formalmente pelo Legislativo. Exemplo disso são as nomeações para ministros de Estado, que devem ser confirmadas pelo Senado Federal. No entanto, as votações para o legislativo e para o executivo são concomitantes e a baixa fragmentação partidária e eleitoral concentra os votos em dois partidos majoritários, o Congresso de Todos os Progressistas (CTP), situação, e o Partido Democrático do Povo (PDP), oposição. (Levan, Page e Ha 2019). Ressalta-se, no entanto, a limitação da representação eleitoral na Nigéria. Cerca de 80 milhões de nigerianos tinham a possibilidade de voto, o que representava menos de 50% da população, de cerca de 191 milhões. Destes cerca de 80 milhões, pouco mais de 31 milhões efetivamente votaram na última eleição, menos de 17% da população total (DeepDive Intelligence 2019).

Tendo a maioria no Senado e na Câmara dos Deputados, o CTP, apesar

6 Cargo específico dentro de órgãos do funcionalismo público civil ocupado por funcionários de carreira submetidos formalmente ao ministro nomeado, mas tendo poder quase equivalente na prática administrativa cotidiana (Nigeria 1999; Okotoni 2003).

de não ter a supermaioria[7], tem pouca dificuldade em aprovar reformas e projetos do executivo. Na prática, ocorre uma confluência dos dois poderes, apesar de iniciativas da oposição de barrá-las. A maior força contrária às ações do governo federal são, então, os poderes regionais, em especial os representantes étnico-tribais dentro do aparelho burocrático do Estado. A capacidade de nomeação direta de membros do governo por líderes regionais impacta na efetividade da formulação e implementação das políticas públicas no país. A corrupção oriunda deste pessoalismo garante a manutenção das estruturas regionais de poder, enfraquecendo a estrutura do Estado nigeriano (Jackson 2007; Omoleke 2004).

A instituição menos impactada pela fragmentação étnica são as forças armadas e de segurança. Estas tiveram, ao longo da história do país, uma preponderância da coalizão do Norte, islâmica/Hausa-Fulani. O ressentimento da guerra civil contra os Igbos dificulta o seu ingresso no exército e nas demais forças de segurança, bem como sua ascensão na carreira militar. Tendo as forças armadas grande influência na política, tanto pela herança dos regimes militares, quanto pela presença de diversos candidatos, incluindo o atual presidente Buhari, militares ao governo, criou-se uma estrutura informal de restrição ao serviço público, principalmente por via eleitoral. Essa divisão étnico-social auxilia o discurso separatista e anti-segregacionista dos movimentos no sul do país (Jackson 2007).

3 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

A Nigéria é o país mais populoso, que mais investe em equipamento militar e treinamento de suas forças armadas no continente, mas isto per se não garante a efetividade no combate aos dilemas securitários internos e regionais. Os problemas podem, também, ser oriundos do estrangeiro, como o caso das guerrilhas nômades do Norte do país.

3.1 OS DILEMAS SECURITÁRIOS NIGERIANOS DE CARÁTER REGIONAL

A porosidade das fronteiras na região do Sahel e a mobilidade dos grupos nômades do Saara, em especial os Tuaregues colocam em xeque a doutrina e os esforços de defesa do país. A ameaça representada pelo Boko Haram será descrita mais abaixo, mas antecipa-se que a tática de atacar e fugir pelas fronteiras é utilizada tanto pelo grupo terrorista, quanto por outros agentes regionais de instabilidade (Sputnik News 2018; United Nations News 2015).

Entre estas ameaças à segurança nigeriana, pode-se citar os Tuaregues, um povo composto por tribos nômades que vivem no deserto do

7 Termo utilizado na Ciência Política para se referir a maiorias que não a simples, normalmente necessárias para derrubar vetos presidenciais ou emendar a constituição. No caso nigeriano, isso significa dois terços dos votos na maioria das votações (Nigéria 1999).

Saara, no território compreendido entre o Mali, a Argélia, o Níger, a Líbia, parte de Burkina Faso e com incursões ocasionais no território nigeriano. O principal fator de instabilidade para a Nigéria é justamente a instabilidade gerada nos países vizinhos e seu impacto regional. Por diversas vezes o país atuou no estrangeiro, em especial no Níger (2007-2009) e no Mali (2012-2013), com soldados e equipamentos para auxiliar na estabilização destes países contra os Tuaregues (Bamidele 2017).

Visando a garantir um esforço estruturado e uma maior cooperação em matéria de defesa, a Nigéria é hoje a principal financiadora da FAI[8] (Força Africana de Intervenção), designada para ser uma força multinacional em estado permanente de prontidão para atuar no início de conflitos, garantindo vantagem na supressão de movimentos promotores de instabilidade no continente. Como experiência consolidada na atuação de missões deste tipo, tem-se a Brigada de Supervisão de Cessar-Fogo da CEDEAO[9](Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), que busca a aplicação, como o próprio nome descreve, de um cessar-fogo entre grupos terroristas e paraestatais e os governos da CEDEAO. A falta de cooperação nos campos de inteligência e de coordenação militar, bem como a restrição de atuação ao próprio território, no entanto, impedem a atuação efetiva no combate a tais grupos (Bamidele 2017).

Uma atuação mais efetiva da CEDEAO no Estado nigeriano, contudo, é barrada pela hegemonia que o próprio Estado exerce sobre o bloco. Isso se deve, pois, a Nigéria é o maior financiador da organização – além de ser o país com maiores capacidades políticas e bélicas da região, possuindo forças armadas mais numerosas e bem equipadas e treinadas do bloco. As vantagens geoestratégicas também conferem à Nigéria um papel de liderança na política de segurança da África Ocidental, sendo um país rico em minerais sólidos, petróleo e gás. Desta forma, o Estado nigeriano possui ampla capacidade de influenciar as diretrizes do bloco, impedindo, portanto, uma interferência da organização em suas questões internas (Abonkhese e Adekola 2014).

Assim, a maior capacidade da Nigéria em relação às esferas militar e econômica, define de maneira crítica o papel que desempenha na política de segurança regional, usando destes instrumentos como forma de controle e de dependência da CEDEAO para com o Estado nigeriano. Assim, suas forças econômicas e logísticas tornam-se indispensáveis para manutenção da segurança da África Ocidental, evidenciado pelo fracasso da operação em Guiné-Bissau decorrente de uma não participação nigeriana. Com uma doutrina política baseada em uma "Pax Nigeriana"[10], o país tornou-se um ativista em questões envolvendo o continente africano, contribuindo para lutas de libertação nacional e as lutas anti-apartheid,

8 Traduzido pelos autores da expressão inglesa African Standby Force, sem tradução oficial.

9 Do original Economic Community of West African States Monitoring Group - ECOMOG.

10 Ideia apresentada por Akinyemi, estudioso realista nigeriano, em 1970 de que a Nigéria deveria ser uma liderança na África e dos africanos em geral (Adebajo 2010)

particularmente nas décadas de 1970 e 1980, tornando-se membro dos "Estados da Linha da Frente" no processo. Essa doutrina, então, apresenta-se mais frequentemente no que tange a CEDEAO (Adebajo 2010; Ate 2011).

3.2 MOVIMENTOS TERRORISTAS NA NIGÉRIA

Diversos grupos, tidos pelo governo nigeriano como terroristas, operam no país tendo dois principais objetivos políticos: o fundamentalismo muçulmano no Norte e o controle sobre o petróleo no Sul. O principal grupo terrorista atuante na Nigéria é o Boko Haram, tanto em número de membros, tendo em torno de 20 mil, quanto em área de atuação, compreendendo Estados do Norte e do Centro do país. A organização busca a implementação da Sharia, lei islâmica, em todo o território nacional. A Sharia passou a ser implementada em sua totalidade, isto é, incluindo os aspectos civis, políticos, econômicos e, principalmente, judiciários, apenas pelos estados federados do Norte quando da redemocratização do país. Vale ressaltar que as origens da militância do Boko Haram remontam à década de 1980, tendo como base os califados proclamados ainda no século XVIII no Norte do país. O grupo se consolidou, no entanto, com ataques esparsos em 2003, e afirmou-se como entidade organizada em 2009 (Ekumaoko e Iremoko 2017).

Em 1999, a queda do governo militar formado por um corpo militar majoritariamente muçulmano, levou a uma reação nestes estados, alguns declarando a Sharia ainda no mesmo ano. Isto levou a diversos conflitos entre as minorias cristãs e a maioria muçulmana, em especial pelo tratamento judicial aplicado. O governo federal, no entanto, se eximiu de compatibilizar a Sharia com a constituição federal, sobretudo graças ao apoio que o presidente à época, Olusegun Obasanjo (1999-2007), que era cristão, recebeu dos estados muçulmanos em seus dois mandatos. Isto acirrou os conflitos entre muçulmanos e cristãos, levando ao ressurgimento de grupos fundamentalistas, como o Boko Haram, e ao êxodo dos cristãos para o Sul (Ekumaoko e Iremoko 2017).

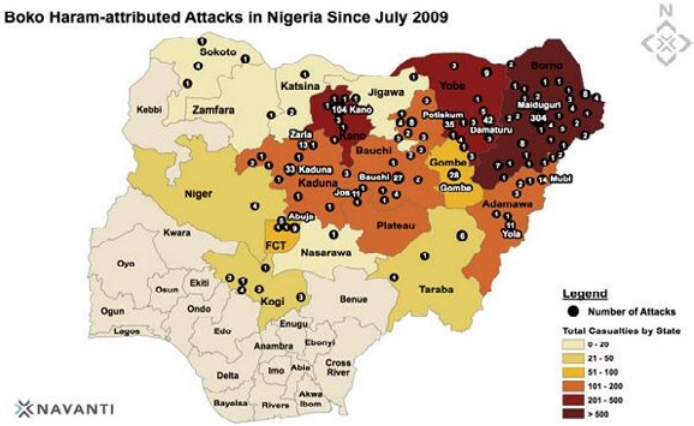
O grupo foi identificado como filiado à Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI), grupo bastante ativo no Níger, tendo, no entanto, se reivindicado, recentemente, como parte do Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EI). Com o enfraquecimento do EI pela intervenção russa e a intervenção estadunidense na Síria, a narrativa perdeu força. O Boko Haram segue, no entanto, tendo laços com diversos grupos terroristas na região, atuando de maneira bastante fragmentada e violenta em diversas parte das Nigéria, mas também nos países vizinhos. Como Ekumaoko e Iremoko observam:

O ponto a ser observado aqui é que o Estado nigeriano sob Obasanjo não teria cruzado os braços e assistido a um grupo minoritário declarar leis estaduais que contrariam a constituição nigeriana sem pagar muito por isso, mesmo que por força de armas. Obasanjo deliberadamente se recusou

a tomar qualquer medida, constitucional e politicamente, pelo temor de perder o apoio dos muçulmanos e dos Hausa-Fulani no norte, já que nutria a ambição de concorrer novamente como presidente durante as eleições gerais de 2003. Então, a fim de agradar aos muçulmanos e hausa-fulani no norte da Nigéria, Obasanjo fez vista grossa quando milhares de nigerianos perderam suas vidas e propriedades durante a crise de Shari'a (Ekumaoko e Iremoko 2017, 7).

Estima-se que mais de 2 milhões de pessoas se deslocaram internamente na Nigéria para fugir do Boko Haram, tendo outras 250 mil evadido para países vizinhos, como Camarões, Chade e Níger. A violência do grupo é respondida com severidade pelo Estado federal, mas este é incapaz de solucionar a questão terrorista perpetrada pelo grupo. A violência estatal, por sua vez, também é fator de instabilidade na região. Diversos são os casos de abuso de força e agressão indiscriminada contra a população civil, o que favorece o discurso do grupo terrorista e enfraquece o controle sobre a região, dificultando a integração destas populações ao pacto federativo (Ekumaoko e Iremoko 2017).

FIGURA 2: MAPA DE ATAQUES ATRIBUÍDOS AO BOKO HARAM ENTRE 2009-14.



Fonte: Beauchamp (2014).

A região do Delta do Níger, por sua vez, também é foco intenso de conflitos entre forças estatais de segurança, como a polícia, as forças armadas e a polícia móvel, e grupos guerrilheiros e terroristas, como o Movimento pela Emancipação do Delta do Níger (MEDN)[11], os Vingadores do Delta do Níger (VDN)[12] e o Mandato da Justiça da Área Verde do Delta do Ní-

11 Traduzido do inglês: "Movement for the Emancipation of the Niger Delta".

12 Traduzido do inglês: "Niger Delta Avengers".

ger (MJAVDN)[13]. Destes, o MEDN é o maior e mais importante (Hanson 2007; Chikwem e Duru 2018).As pretensões destes grupos são as mais diversas, desde a secessão (MEDN), até o ganho financeiro per se (VDN), ou o combate ao governo central nigeriano (MJAVDN). O ponto central da atuação destes grupos, no entanto, é o mesmo. A região do Delta corresponde a 80% das receitas do governo oriundas do petróleo e é onde se localiza a maior parte da produção nacional. No entanto, a região é uma das mais pobres do país, com poucos serviços públicos (exceto os de segurança), alta repressão do Estado, poluição constante e miséria generalizada (Ekumaoko e Iremoko 2017; Chikwem e Duru 2018).

A contaminação da bacia hidrográfica do Níger pela exploração de petróleo dificulta a produção agrícola, o que faz perpetuar a miséria e a insegurança alimentar na região. A falta de programas estruturados para compensar pelos danos, seja por parte do governo, seja pelas empresas transnacionais exploradoras de petróleo, leva à adesão a grupos paraestatais como os mencionados acima. Os constantes ataques a plataformas e poços de perfuração, bem como a estações de refino, geram impactos severos à produção de petróleo e à arrecadação do governo. No auge destes movimentos, a produção de petróleo caiu para 700.000 barris/dia. O valor atual encontra-se na casa dos 2.300.000 barris/dia. Ademais, o uso de poços e estações de refino clandestinos abastece o mercado ilegal de petróleo de má qualidade, fornecendo os grupos terroristas com estoques de armas para continuar suas atividades (Ekumaoko e Iremoko 2017).

A estratégia do governo para conter tal avanço foi a crescente militarização da questão. Criou-se, em 2004, a Operação Conjunta no Delta do Níger[14]. Em 2009 foi rebatizada como Operação Restaurando a Esperança[15], reestruturando a operação com maior efetivo, o que permitiu a primeira grande retomada da produção de petróleo na região. Em 2012 muda novamente de estrutura, agregando outras agências de inteligência e monitoramento, nomeando-se Operação Escudo do Petróleo. Por fim, a última mudança, realizada em 2016, renomeou a operação para Segurança do Delta, e tem foco nos ativos estratégicos de extração e refino de petróleo na região. A força é composta por efetivos das forças armadas, da polícia, e, com destaque especial, para a chamada polícia móvel[16].

Por décadas existiram grupos na região reivindicando o separatismo, a maior autonomia, maior redistribuição dos lucros do petróleo, e demais abordagens quanto ao problema político da região. Estes grupos, por sua vez, envolveram-se em diversas iniciativas, tanto pacíficas, quanto violentas, para atingir seus objetivos. Em quase todas as ocasiões, no entanto,

13 Traduzido do inglês: "Niger Delta Greenland Justice Mandate".

14 Traduzido do inglês: "Joint Task Force".

15 Traduzido do inglês: "Restore Hope".

16 Órgão paramilitar do Estado nigeriano descrito como muito violento, de rápido destacamento, e com foco na supressão de dissidentes, movimentos sociais e populares, e manutenção dos interesses petrolíferos na região.

foram recebidos com violência pelas forças estatais nigerianas, em especial as ligadas à Força Tarefa. Ademais, o manejo nigeriano com as atividades ilegais causou um dos piores problemas ambientais do planeta. O descarte dos materiais clandestinos é feito nos rios e na costa, dificultando, quando não impossibilitando, a pesca e a agricultura em uma região marcada pelo ruralismo da população. Isto mantém uma estrutura de pobreza difícil de ser combatida. Os recursos do petróleo e os serviços estatais não chegam à população, e a contaminação do solo e das águas impede a autossuficiência (Inuwa 2010; Ekumaoko e Iremoko 2017).

Este contexto favorece a criação e disseminação de diversos grupos terroristas na região, que atacam ativos do petróleo e o comércio marítimo. O Estado reprime de maneira indiscriminada, destruindo vilas, executando inocentes e deslocando a população internamente, mas também para países vizinhos, como Camarões. Ademais, quando as próprias forças do Estado não realizam tais atividades, é permitido às forças privadas das petrolíferas atuarem com pouco ou nenhum constrangimento das autoridades (Inuwa 2010).

Iniciativas do governo federal, como a Comissão para o Desenvolvimento do Delta do Níger, que, em 2008, tornou-se o Ministério do Delta do Níger, tem falhado em incluir a população local no processo de integração nacional, tanto política como economicamente. Muito embora existam leis que garantam a apropriação local de parte dos lucros do petróleo (Vanguard 2017), estes recursos são insuficientes e dificilmente chegam à região, dada a corrupção disseminada. Além disso, as verbas são utilizados sem coordenação com o governo federal ou com os demais estados e com a população civil em geral, o que na prática anula as potencialidades destes recursos (Ekumaoko e Iremoko 2017).

FIGURA 3: MAPA DE ATAQUES TERRORISTAS NA REGIÃO DO DELTA DO NÍGER EM 2016.



Fonte: Steffen (2017).

3.3 MOVIMENTOS INDEPENDENTISTAS E AUTONOMISTAS

A fragmentação étnica, cultural, política e religiosa da Nigéria levam a uma série de contenciosos na relação federativa. Os principais casos são os movimentos independentistas no Biafra, região Sudeste do país, habitada majoritariamente pela etnia Igbo, e os grupos islâmicos do Norte, que advogam pela aplicação da Sharia nacionalmente ou pela secessão. A tensão crescente na sociedade nigeriana tem levado à ampliação e extremação destes grupos recentemente (Falola e Heaton 2008).

No Norte, o autointitulado Grupos Jovens do Norte[17] realizou, em junho de 2017, um manifesto chamado Declaração de Kaduna, capital do estado homônimo no Norte do país. Tal declaração convocava a segregação étnica, exigindo a expulsão daqueles que não eram da etnia Hausa-Fulani, majoritária na região, para o Sul do país, em especial os Igbos. Ao mesmo tempo, conclamava o retorno dos Hausa-Fulani do Sul para o Norte, buscando criar uma república nigeriana islâmica. A declaração foi seguida de uma declaração de guerra contra o Estado federal e contra as minorias étnicas que teriam até outubro daquele ano para sair da região. Seguiram-se à declaração, diversos ataques contra os Igbos na região. Estima-se que mais de 1 milhão de Igbos tenham deixado o Norte do país desde o final da década de 80 por conta da perseguição (Ekumaoko e Iremoko 2017; Vanguard 2018).

A federação e a multietnicidade das províncias são essenciais para balancear os movimentos independentistas. A saída dos Igbos do Norte pode

17 Traduzido do inglês: "Northern Youth Groups".

resultar em processos mais agravados de secessão. No entanto, a eleição, em 2015, de Muhammadu Buhari, militar muçulmano e presidente entre 1983-1985 durante o regime militar, serviu como balanceador do processo de secessão. A política de perseguição aos Igbos se intensificou, o que retirou dos grupos paraestatais a retórica do processo. Por outro lado, acirraram-se as violações de direitos humanos contra essas minorias no Norte, e nos estados em que são majoritários no Sudeste (Inuwa 2010; Ekumaoko e Iremoko 2017).

Tal processo resultou na adesão crescente da população aos grupos atuantes no sul-leste do país, de maioria Igbo, como o Movimento para a Atualização do Estado Independente do Biafra (MAEIB), os Povos Indígenas do Biafra (PIB) e o Movimento Sionista do Biafra (MSB), além dos diversos grupos tidos como terroristas atuantes no Delta do Níger (Ezemenaka 2018).A repressão policial contra estes grupos é disseminada, favorecendo a adesão à luta armada, bem como a extremação do discurso político regional. A incapacidade do estado federal em estabilizar os diversos grupos que atuam no país, em especial nas duas regiões mencionadas, enfraquece seu controle sobre o território nacional. Os grupos independentistas ainda não são capazes de articular operações e manifestações consideráveis, mas já contam com grande endosso da população e tomaram, recentemente, ações pontuais, apesar de violentas, contra o governo central. É o caso do ataque a estações de rádio, sendo o mais notável em 2014, por parte do MSB, com o objetivo de transmitir mensagens pró-independência (Audu 2013; Ezemenaka 2018).

Para além dos movimentos independentistas, que advogam a secessão em relação à Federação Nigeriana, existem diversos grupos, majoritariamente ligados a etnias, que advogam por mais autonomia local, sendo tratados pelo governo com rigor similar aos independentistas. Estes grupos incluem o Movimento Pela Sobrevivência do povo Ogoni (MPSO) e o Movimento Esanland (Ezemenaka 2018).

O MPSO foi fundado pela minoria Ogoni, com parentesco cultural com os Igbos, e luta, desde a fundação do Estado nigeriano, pelo controle sobre seu território, localizado na província de Rivers, criticando, sobretudo, a gestão ambiental na região. Dentro da região do Delta do Níger, já degradada pela extração descuidada de petróleo, a província tem uma das piores gestões ambientais dentro da região. Diversos vazamentos ocorrem todos os anos, matando ou contaminando milhares de pessoas. Entre 1976 e 1991, houve cerca de 2976 vazamentos de petróleo nos parques da companhia Shell que operam na região, representando mais de 40% do total de vazamentos da empresa em todo mundo (Crayford 1996; Inuwa 2010).O MPSO se organizou ao redor da questão ambiental e tem ganhado força em anos recentes, organizando protestos com adesão em massa, que atraíram a atenção internacional para a questão social e ambiental na região. O grupo advogava, na década de 90, por uma lei especial de autonomia do povo Ogoni, mas foi duramente reprimido. Grande parte das suas lideranças foi morta, incluindo o fundador do movimento, Ken Sa-

ro-Wiwa. Estima-se que cerca de 800 mil pessoas componham hoje o povo Ogoni, sendo grande parte deslocados internos pela questão ambiental e pela violência do Estado nigeriano. O movimento faz parte da Organização das Nações e Povos Não Representados, grupo internacional de povos com autonomia, mas sem soberania sobre o próprio território (MOSOP 2019).

O movimento Esanland é oriundo do pequeno estado de Edo, no centro do país, habitado pela minoria Esan. O grupo é, por um lado, mais aceito pela população que habita a região, cerca de 1,5 milhão de pessoas, mas por outro é menos combativo e tem uma organização interna menos estruturada que os demais movimentos citados. O processo de atuação do grupo é, também, mais flexível. A retórica geral é de mais autonomia para a região, mas aglutina vozes separatistas, ainda que minoritárias. A atuação principal do grupo, até o momento, tem sido de barganhar maior autonomia não confrontando o governo federal no processo, e ressaltando, na maior parte das declarações, o pertencimento à Nigéria (ESAN World Congress 2019).

3.4 O IMPACTO DA SEGURANÇA NIGERIANA NO CONTINENTE AFRICANO

O país, dada sua posição estratégica no Golfo da Guiné, é fundamental na presença estadunidense no continente. Diversos programas de parceria foram desenvolvidos, como a Parceria Contra-Terrorismo Trans-Saara, e os esforços conjuntos entre ambas as marinhas para coibir a pirataria no golfo. Além disso, sua vasta população, presença de recursos naturais e debilidade institucional, somados à diversidade de povos, religiões e grupos étnicos, tornam o país um alvo nas redes internacionais de grupos disruptivos. Dois exemplos disso são o Estado Islâmico na África Ocidental[18] e o Movimento Islâmico da Nigéria[19], ambos movimentos fundamentalistas islâmicos, de impacto regional, articulados numa rede internacional, sendo o primeiro um movimento sunita ligado à Al-Qaeda e ao Estado Islâmico do Levante e do Iraque, e o segundo uma vertente xiita, ligado ao Irã por seu líder. Ambos contam com redes regionais de células para operarem, necessitando de esforços transnacionais para o seu combate (ACSS 2017).

Para além das iniciativas próprias, a Nigéria conta com apoio dos Estados Unidos em questões estratégicas, em especial na Guerra ao Terror. O principal articulador do auxílio estadunidense na áfrica é o AFRICOM (Comando Estratégico dos EUA para a África), criado em 2007 para ter presença perene nas questões africanas. A relação, no entanto, é bastante instável. Nenhum país africano, por medo de represália dos demais, mas também por medo de aprofundar sua dependência, aceitou sediar o AFRICOM[20]. A

18 Traduzido do inglês: "Islamic State in West Africa", grupo dissidente do Boko Haram.

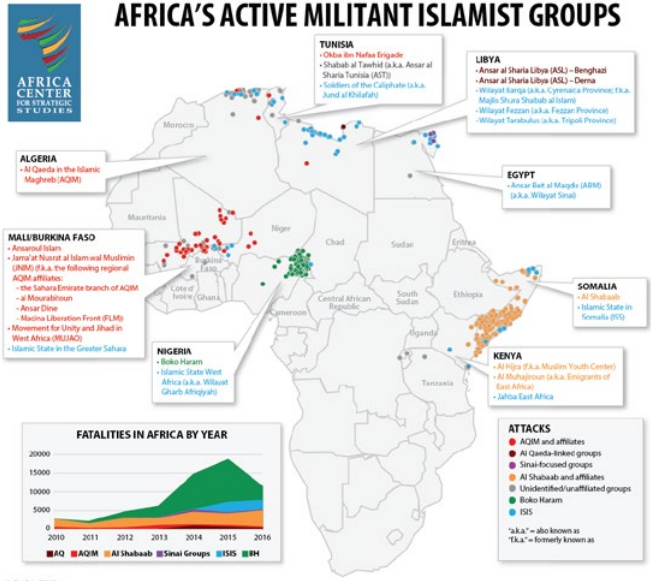
19 Traduzido do inglês: "Islamic Movement of Nigeria".

20 Este é sediado em Stuttgart, Alemanha.

principal ferramenta de operação do AFRICOM, é o programa de parceria com a Força Tarefa Multinacional contra o Boko Haram, citada abaixo, com foco na segurança estratégica na bacia do Lago Chade. No entanto, a desconfiança com o auxílio estadunidense, bem como a falta de coordenação do provimento de auxílio entre os países da força tarefa levam ao mal uso dos recursos, baixa coordenação e operacionalidade. Este resultado da interação entre EUA e os diversos países africanos que recebem auxílio é frequente, e se reproduz em quase todas as iniciativas da Guerra ao Terror na África (Iwuoha 2019).

O peso da Nigéria enquanto potência regional faz transbordar uma série de problemas internos para os países vizinhos. Exemplo disso é o caso da Ambazônia, república autoproclamada pela minoria anglófona em Camarões, inspirada no movimento independentista do Biafra. Também tem favorecido, no caso do Boko Haram, problemas de segurança relacionados ao fundamentalismo islâmico. O grupo atua diretamente no Níger, Camarões e Chade, mas sua retórica é endossada pela Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQMI), que atua em todo o Pan-Sahel, bem como grupos menores com estratégia política oriunda do fundamentalismo (Chothia 2018; Journal du Cameron 2018; ACSS 2017).

FIGURA 4: MAPA DE GRUPOS ISLAMITAS ATIVOS NA ÁFRICA



Fonte: ACSS (2017).

Para combater mais efetivamente o terrorismo em nível regio-

nal, a Nigéria propôs forças internacionais de combate aos grupos terroristas e insurgentes no pan-sahel. Dentre estas destacam-se a Força Tarefa Multinacional contra o Boko Haram[21] (FTMBH) e a FAI. Ambas encontram-se dentro do guarda-chuva securitário da União Africana e são majoritariamente financiadas pela Nigéria. A vantagem deste tipo de estrutura é a permissão a priori para que as tropas possam cruzar fronteiras e tenham um intercâmbio de informações mais eficiente.

A FTMBH tem foco específico de combate ao Boko Haram, e baseia-se na retórica de cooperação internacional entre os países. A práxis da operação, no entanto, é bastante diferente. A baixa cooperação e troca de informações dificulta o rastreio e acompanhamento das capacidades e operações do grupo terrorista. Ademais, as diferentes polícias de fronteira e unidades sub-nacionais de segurança se envolvem em atritos com a FTMBH, dado que a cooperação intraestatal é, também, baixa, o que atrasa os trabalhos da força e impede ações mais enérgicas e efetivas. Por fim, a caréstia material da maior parte dos países que a compõem, bem como a priorização das suas forças nacionais, resultam em baixa manutenção dos equipamentos, equipamentos de pior qualidade, e menor capacidade operacional (Agbiboa 2017).

Já a FAI tem mandato estendido, incluindo, para além do terrorismo, quaisquer ameaças à segurança regional. Seu uso é, portanto, mais parcimonioso, estratégico e multidimensional, em relação à FTMBH. Assentado nas divisões regionais dos blocos econômicos africanos, a FAI cria uma estrutura interdependente de segurança entre seus membros. A União Africana tem, a partir do pacto constitutivo da FAI, a prerrogativa de intervir nos Estados quando houver grave perturbação da ordem (Agbiboa 2017; Darkwa 2017; Döring 2018).

A Nigéria é membro fundador da FAI-CEDEAO[22]. Esta, no entanto, apesar de ser a mais avançada do continente em questão constitutiva, ainda carece da organização e da institucionalização necessárias para operar. Exemplo disso foi a intervenção da CEDEAO na Gâmbia em 2017. A FAI não estava de prontidão para operar no momento da crise de sucessão presidencial após o então presidente do país, Yahya Jammeh, se recusar a deixar o cargo ao perder as eleições de 2016. Os membros da CEDEAO, então, reuniram parte das forças da FAI e forças nacionais adicionais para ocupar o território do país e pressionar pela renúncia de Jammeh. A organização da intervenção, no entanto, foi feita com base em uma força não unificada, cujo controle estava a cargo dos membros constituintes da mesma, ao contrário da proposta da FAI de uma força multinacional conjunta. A baixa operacionalidade da FAI-CEDEAO faz a FTMBH ter preponderância na região e no combate ao Boko Haram, ainda que estes esforços sejam aquém dos necessários e sejam desproporcionalmente inferiores à estratégia na-

21 Constituída por Nigéria, Níger, Chade, Camarões e Benim, tendo sede em N'Djamena, capital do Chade.

22 Força Africana de Intervenção da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental.

cional da Nigéria para combater o grupo (Darkwa 2017; Döring 2018;).

4 AÇÕES INTERNACIONAIS PRÉVIAS

A centralidade da Nigéria como maior produtor de petróleo da África Subsaariana, maior economia e maior população do continente fez surgir uma série de iniciativas internacionais para tentar estabilizar o país. O foco principal das ações regionais foi a contenção de grupos insurgentes, dado seu impacto na segurança coletiva dos Estados africanos. Já as iniciativas externas buscaram garantir a estabilidade e proteção das zonas produtoras de petróleo. Nesta seção trabalha-se, primeiramente, com as iniciativas da União Africana. Após, aborda-se as questões concernentes à CEDEAO. Por fim, trata-se do envolvimento dos Estados Unidos da América.

4.1 UNIÃO AFRICANA

Desde sua fundação, a União Africana (UA) tem construído esforços para erradicar a violência política e, especialmente, o terrorismo enquanto ferramentas de assalto ao poder, ou manutenção do mesmo. No seu texto constitutivo, o combate ao terrorismo é destacado no seu art. 4°. Ademais, a organização buscou formular coletivamente institutos normativos sobre o tema, como a Convenção de 1999 sobre Prevenção e Combate ao Terrorismo, ainda sob a égide da Organização da Unidade Africana (OUA); o Plano de Ação para Prevenção e Combate ao Terrorismo de 2002; e o Protocolo Adicional de 2004 da Convenção da OUA de 1999 (AU 2019a).

Soma-se a isso o custeio de pesquisa sobre o tema, por meio da criação do Centro Africano de Estudo e Pesquisa sobre Terrorismo, em 2004. O centro busca entender o terrorismo sob uma perspectiva multidimensional, auxiliando na formulação de políticas públicas, nos mais diversos campos, para sua erradicação. Tais iniciativas estimularam as negociações bilaterais e regionais, possibilitando uma série de parcerias para melhoria de capital humano, padronização de modos de atuação e melhor coordenação militar e civil contra o terrorismo (Maiangwa 2014).

Para além disto, a UA construiu uma estrutura de missões de paz própria que tem tido papel importante nos conflitos regionais, como no Mali e Sahel (MISAHEL) e na Somália (AMISOM). A organização, no entanto, ainda carece dos recursos necessários para sustentar operações de larga escala sozinha, necessitando de auxílio financeiro e técnico da ONU, da União Europeia (UE) e dos Estados Unidos (AU 2019b, Maiangwa 2014).

A incapacidade da UA de gerar soluções a nível continental fez a organização priorizar iniciativas regionais para o desenvolvimento e a supressão do terrorismo. Aliada com parceiros externos, a UA tem tido su-

cesso relativo em construir acordos-quadro[23] de cooperação, como a FAI, para auxiliar os estados-membro na promoção da paz. A carestia material-financeira, no entanto, impede um desenvolvimento mais profundo destas normas e iniciativas (Bamidele 2017).

4.2 CEDEAO

A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) foi constituída a partir da necessidade de promoção do comércio na região do Oeste Africano após 1975. A organização foi revista em 1993, a fim de redimensionar sua atuação, englobando aspectos políticos e securitários, construindo uma rede de segurança coletiva na região, com a permissividade de intervenção da organização em casos de distúrbio da ordem pública e ameaça à segurança da região. Outra reforma ocorreu em 1999, com o protocolo que cria o Mecanismo para Prevenção e Resolução de Conflitos, Manutenção da Paz e Segurança. Este garantia uma série de agências, órgãos e instrumentos para tentar construir uma paz perene na região (CEDEAO 2019). A organização passou, por tanto, a atuar de maneira crescente em esforços coletivos de resolução de problemas securitários (Iwilade e Agbo 2012).

Sendo um fórum multinacional, a CEDEAO permitiu a criação da BSCF[24], em 1990, para intervir na Primeira Guerra Civil da Libéria. O grupo auxiliou em pelo menos quatro conflitos (Guiné-Bissau, Serra Leoa, Libéria e Costa do Marfim), por meio de missões da BSCF. As missões foram alvo de diversas críticas por não garantirem um ambiente estável nos países. A maior parte das iniciativas contou com apoio externo de ex-metrópoles coloniais, como o caso britânico em Serra Leoa, português em Guiné-Bissau e francês na Costa do Marfim. O Reino Unido atuou, apesar de não ter sido sua colônia, nas duas missões da Libéria, auxiliando nos esforços de pacificação (Obi 2009).

As operações da BSCF foram fortemente dependentes da Nigéria, tanto em pessoal, representando cerca de 80% dos efetivos, quanto em financiamento, cerca de 90% do total (Obi 2009). Ademais, em 1999, foi criado o Fundo da CEDEAO para a Paz[25]. Ambos os mecanismos levaram à construção da estrutura de segurança atual, a Força Africana de Intervenção, que, baseando-se no trabalho da CEDEAO, foi proposta pela UA para todo continente. Baseada nos fóruns político-econômicos regionais, a FAI busca ser o braço militar de segurança coletiva da África. A CEDEAO tem se demonstrado disposta a intervir em casos de ameaça à estabilidade na região e a FAI-CEDEAO é o subproduto desta política (Obi 2009).

23 Tipo de acordo que dita linhas gerais de atuação e requer acordos ou órgãos específicos, criados para propósitos próprios, visando à implementação e à operacionalização da proposta genérica.

24 Explicada na seção anterior, Brigada de Supervisão de Cessar-Fogo da CEDEAO.

25 Traduzido do inglês: "ECOWAS Peace Fund" (ECOWAS 2019)..

O quadro de dependência estrutural em relação à Nigéria, no entanto, continua pertinente à organização. Portanto, apesar de marcos legais, comando e controle e cooperação entre os membros terem sido radicalmente melhorados na transição da BSCF, força eminentemente *ad hoc*, para a FAI, perene, esta não se traduz num mecanismo eficiente de combate a problemas endêmicos à Nigéria. O combate às forças insurgentes no país é feito predominantemente pelas forças de segurança nigerianas, tendo na FAI um mecanismo que garante tolerância para incursões das forças armadas da Nigéria em territórios vizinhos quando necessário. A complexidade do problema securitário na Nigéria, apesar de investimentos substanciais no setor de defesa, leva a uma política focada no combate interno aos grupos terroristas. Ademais, as experiências da BSCF demonstraram que, apesar de existir uma aliança regional formal no combate a insurgências e promotora de estabilidade, na prática existem diversas rivalidade que comprometem o desempenho da CEDEAO (Obi 2009).

Diversos casos de governos nacionais financiando grupos insurgentes em países vizinhos por rivalidade política levaram a uma descrença no comprometimento de todos para com a paz. A desconfiança mútua minou os esforços de paz na Libéria e em Guiné-Bissau, por exemplo, e tem impactado continuamente na construção da FAI-CEDEAO. A Nigéria, outro exemplo, busca na FAI um mecanismo de ação dentro do seu próprio território, mas se compromete menos em conceder autonomia à FAI do que exige de seus países vizinhos (Obi 2009).

Para além das forças de intervenção, foram criados mecanismos institucionais de combate indireto ao terrorismo, em especial ao financiamento do mesmo. O Grupo Inter-Governamental sobre Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo da África Ocidental[26] (GIABA, na sigla em inglês) tem como função fortalecer os aparatos nacionais que combatem a lavagem de dinheiro, reconhecida como uma das principais fontes de recursos dos grupos terroristas. Ademais, o GIABA busca implementar regulações internacionais que facilitem o intercâmbio de informações entre as autoridades financeiras da CEDEAO e destas com o estrangeiro, visando a combater atividades ilícitas (ECOWAS 2011).

4.3 ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Os Estados Unidos seguem sendo um dos principais atores no continente africano, em especial após a consolidação internacional da Guerra ao Terror. Diversas iniciativas foram propostas para auxiliar na ampliação e manutenção da presença estadunidense na região do Sahara-Sahel, principal foco de atividades terroristas, como demonstrado anteriormente (U.S. Congress 2015).

Uma das mais recentes iniciativas foi a criação da Parceria Transaha-

26 Traduzido do inglês: "Inter-Governmental Group on Money Laundering and Terrorism Financing in West Africa" (ECOWAS 2011).

ra Contra o Terrorismo (PTCT)[27]; um programa guarda-chuva[28] interagência dos Estados Unidos para a região do Sahara-Sahel. Em conjunto com a Parceria para o Contraterrorismo no Leste Africano (PCLA)[29], criou-se um arco de auxílio entre a Costa Leste africana, o Chifre da África e a região do Sahara. O maior foco destas iniciativas é o treinamento e fornecimento de ativos de combate individual, isto é, armas e equipamentos individuais de proteção. Ademais, busca-se a capacitação e o fortalecimento da capacidade estatal para combater estes grupos (Global Security 2019; U.S. Congress 2015).

Diversos exercícios militares são coordenados pelos EUA com forças multinacionais locais, buscando treinar forças de segurança endógenas ao continente, e melhorando a cooperação entre os parceiros envolvidos. A criação do Comando dos Estados Unidos para a África (AFRICOM), em 2007, serviu para centralizar e coordenar os esforços no continente. No entanto, as iniciativas, operações e parcerias têm caráter bastante limitado como mecanismo plurinacional de capacitação. A desconfiança no continente sobre as iniciativas dos EUA é demonstrada pela não aceitação, por nenhum país, em sediar o AFRICOM, cuja sede fica na Alemanha. Ressalta-se que, a despeito disto, alguns programas de parceria foram realizados, ainda que com dificuldade. Ademais, as iniciativas, apesar de terem estimulado a cooperação entre governos, careceram de profundidade para construir uma rede de combate ao terrorismo como era a proposta inicial, em muito devido ao baixo comprometimento financeiro e de pessoal dos EUA (Agbiboa 2017; Global Security 2019).

O principal resultado destas ações tornaram-se, então, os exercícios militares conjuntos e o treinamento direto de oficiais das forças de segurança locais. Isto criou uma rede de militares com crescente alinhamento com as políticas estadunidenses na região. Tal política influencia a política externa e de segurança dos países pela crescente presença de oficiais treinados em programas estadunidenses em cargos de chefia nas forças armadas nacionais. Tal resultado tem levado à priorização, por parte dos países africanos, de iniciativas oriundas do próprio continente, como as já mencionadas Força Africana de Intervenção e a Força Tarefa Multinacional contra o Boko Haram. Ademais, a extensão das operações do arco de auxílio por uma área de mais de 9 milhões de km², cobrindo mais de 20 países, necessita de recursos que os Estados Unidos não tem a disposição de alocar, gerando resultados aquém dos projetados na maior parte dos programas (Döring 2018).

27 Originalmente chamada Iniciativa Transahara Contra o Terrorismo, tradução dos autores. Substituiu a Iniciativa Pan Sahel, criada em 2002, tendo ampliado seu escopo geográfico, mas também seus recursos.

28 Ele define diretrizes e objetivos para a implementação de projetos específicos de agências, ou interagências.

29 Traduzido do inglês: "Partnership for East Africa Counterterrorism (PREACT)".

5 BLOCOS DE POSICIONAMENTO

A **África do Sul** apresenta-se como uma potência regional no continente africano com capacidades socioeconômicas de influenciar nas decisões da UA. A utilização da organização como forma de cooperação militar para conter instabilidades internas, portanto, é bem vista pelo Estado sul-africano, pois o país representa uma liderança importante em missões de peacekeeping no continente, não descartando, contudo, o auxílio de potências externas para a melhor resolução dos problemas. Entendendo que as instabilidades internas nigerianas acarretam consequências para fora do Estado nacional, a África do Sul acredita que soluções transversais, isto é, por meio de uma abordagem multidimensional, mediadas pela União Africana são benéficas para uma resolução pacífica da questão (Akokpari 2016; ISS 2018). No mesmo sentido, a **Angola** acredita que a solução para instabilidade interna da Nigéria deve ser feita a partir de reformas transversais, envolvendo diversos setores políticos, econômicos, militares e sociais. Para isso, Luanda propõe a utilização de organizações multilaterais de cooperação da União Africana e uma maior efetividade de atuação de seus órgãos no território nigeriano, defendendo um diálogo entre a UA e a UE (European Commission 2019b).

A **Argélia** desenvolve, desde 2016, uma política voltada ao combate do terrorismo, sendo, inclusive, sede do encontro da UA de abril de 2018 sobre o tema. Visando à estabilização da região do Saara-Sahel, o país mobilizou cerca de 60 mil soldados para atuarem em regiões fronteiriças de Estados como Mali e Níger com apoio dos Estados Unidos. Neste sentido, a Argélia apresenta, para o presente debate, alternativas de cooperação para o combate ao grupo terrorista Boko Haram, tendo em vista que este tem se aliado a grupos que atuam dentro das fronteiras do Estado argelino. Ademais, Algiers tem uma política de reconciliação de rebeldes e guerrilheiros oriundos do estrangeiro, como militantes que lutaram pelo ISIS e pelo Boko Haram. Busca reinserir estes na sociedade e desradicalizar seu discurso (O Globo 2015; Exame 2016; Greco 2019).

Camarões é diretamente impactado pela instabilidade na Nigéria. O escalonamento da repressão a grupos insurgentes no Oeste camaronês tem desestabilizado o governo central da nação. O governo camaronês, portanto, bastante hostil a tais grupos e tem empregado meios ofensivos e uma abordagem militarizada na resolução da questão. A cooperação militar pode servir como meio de solução, mas, dado o histórico de financiamento e utilização destas parcerias para enfraquecer governos africanos, a iniciativa é vista com cautela por Camarões (United States Institute of Peace 2018; TRT World 2019). O mesmo ocorre com o **Chade** que, por também compartilhar fronteiras com o Estado nigeriano, é impactado pelas inseguranças. O país sofre constantemente de ataques do Boko Haram, tendo os maiores índices de ataque deste grupo. Desta forma, a nação acredita

ser necessário um esforço de cooperação a nível securitário e estratégico para a resolução dos problemas que nigerianos, pois estes afetam toda a região. N'Djamena acredita que órgãos como a CEDEAO devem atuar nessas questões, porém preocupa-se com a possibilidade de que a preponderância nigeriana nas trocas e no financiamento das operações da organização possam enfraquecer sua autonomia e efetividade na própria Nigéria (BBC 2015; Washington Post 2018).

A **Costa do Marfim,** outro Estado-membro da CEDEAO, defende a atuação de organizações regionais para a resolução de instabilidades de países que compõem os respectivos blocos. A Costa do Marfim dá enfoque à questão dos conflitos ultrapassarem as fronteiras nacionais, tendo sofrido as consequências das instabilidades da Líbia – seja pelo fluxo de refugiados, tráfico de recursos ou atentados de grupos armados. Assim, o país defende que uma cooperação regional é necessária, não descartando auxílios externos, devido ao seu acordo de cooperação militar com a China e ao histórico de apoio francês (Adebajo 2004).

A **Etiópia** foi uma das maiores defensoras da criação da Força Africana de Intervenção (FAI), e, sendo uma das líderes da entidade, defende as soluções por meio da União Africana. O país entende os problemas securitários enquanto problemas de caráter eminentemente plurinacional e multidimensional. É um dos maiores contribuintes das missões de paz com tropas. A defesa de soluções transversais, englobando a sociedade civil e os setores militar e econômico, são propostas perenes no discurso etíope em relação à questão securitária no continente africano. A presença de entidades externas ao continente é vista como uma ameaça à soberania nacional e continental, caso não seja feita de maneira multilateral e consensuada. O país acredita que desta forma evitam-se os riscos de novas ingerências estrangeiras nos assuntos domésticos dos países e do continente (AU 2016; AU 2019c). Com posição similar, o **Egito**, que atualmente encontra-se na presidência da UA, tem se apresentado como um dos principais contribuintes para as operações de manutenção da paz no mundo e busca fortalecer a União Africana como organismo de atuação. O Estado egípcio também acredita numa interligação entre as instabilidades do continente, defendendo uma cooperação multilateral para resolver tais questões de forma coordenada. Desta forma, apesar de respeitar o princípio da soberania, o Egito defende que a Nigéria deve ceder espaço a organizações africanas de resolução de conflitos para criar soluções transversais e eficientes (CCCPA 2017).

Gana, por sua proximidade geográfica, também sofre as consequências das instabilidades nigerianas, principalmente em relação aos ataques realizados pelo Boko Haram em seu território. Assim, o país entende que uma cooperação africana é necessária a fim de resolver as questões internas nigerianas, pois afetam os demais países da região. O governo ganês foi responsável, junto com o nigeriano, por diversas operações militares da CEDEAO, apresentando-se como uma alternativa de apoio operacional e

estratégico para sua organização e atuação (Hoppe e Aidoo 2012; Republic of Ghana 2016). Neste sentido de cooperação via CEDEAO, tanto a **Guiné** quanto a **Guiné Equatoria**l sofrem consequências diretas e indiretas das instabilidades nigerianas devido a suas localizações próximas. Os países, portanto, defendem uma atuação mais ativa da organização nesta questão, baseados em princípios de cooperação regional (Annan 2014).

A **Líbia** enfrenta sérios problemas internos relacionados ao Estado Islâmico, tendo proposto diversos acordos de cooperação multilateral africana de combate ao terrorismo, aplicáveis também ao caso do Boko Haram na Nigéria. A Líbia também apresenta-se como rota para imigrantes nigerianos que saem do país devido aos conflitos internos e vão em direção à Europa. Isto gera uma demanda líbia por resoluções multilaterais de cooperação entre os Estados africanos sobre o assunto, que devem ser encontradas no âmbito da UA, organização em cuja criação o país desempenhou um papel crucial (United Nations 2017; African Center for the Constructive Resolution of Disputes 2019)

O **Mali** sofre influências diretas da instabilidade na Nigéria, pois o país recebe auxílio de soldados e equipamentos nigerianos para tratar de seus assuntos internos referentes aos Tuaregues, grupo nômade separatista que habita a região do deserto do Saara. Desta forma, o país defende que uma cooperação multilateral em níveis estratégicos e de inteligência militar é essencial para resolução dos conflitos na região, focando na atuação de órgãos regionais, a exemplo da CEDEAO, como facilitadores (Adebajo 2004; Bamidele 2017).

O **Marrocos** segue uma política externa de cooperação com a UA para resolução de problemas regionais, defendendo resoluções pacíficas de questões conflitantes. O país tem sua entrada na CEDEAO pendente desde 2017, mas foi eleito para servir no Conselho de Paz e Segurança da UA na Cúpula de Addis Abeba em 26 de janeiro de 2018, reforçando sua perspectiva de utilização da organização para a resolução de instabilidades africanas. Tal iniciativa surge do esforço em incluir o Marrocos, enquanto país com capacidades militares avançadas para os padrões continentais, no circuito de resolução de conflitos (Barre 2003; France Diplomatie 2019).

O **Moçambique**, por sua vez, defende que uma cooperação no âmbito da UA é necessária para resolver as questões de instabilidade do Estado nigeriano, sendo contrário a interferências externas no continente africano. Sua política externa visa a uma integração com esforços de manutenção e garantia da soberania, a fim de manter o controle de recursos naturais nas mãos de seus respectivos Estados, estando alinhado à Nigéria em aspectos como sua defesa interna e medidas contra instabilidades, baseado na defesa de soluções pacíficas para conflitos (MINEC 2019).

O **Níger** tem poucos recursos para auxiliar no controle de grupos insurgentes em seu território, em especial pela baixa presença do Estado nigerino nas regiões de fronteira com a Nigéria. O país entende que as soluções devem vir por meio de órgãos e forças multilaterais, em especial as

de caráter regional, como a CEDEAO. Ademais, a nação tem acordos de cooperação de inteligência e militar com a Nigéria. Outras iniciativas incluem parcerias com os EUA para monitoramento, inclusive com a utilização de drones, e negação de área na fronteira com a Nigéria. No entanto, a baixa capacidade do país torna o auxílio externo uma necessidade perene para o combate ao terrorismo (Adebajo 2004).

A **República Federal da Nigéria**, sendo o epicentro da questão em debate, prega pela autodeterminação nacional e pela sua liderança em atividades e ações multilaterais que se refiram ao tópico. A permissão do governo federal é exigida para as atuações internacionais no ambiente doméstico. Ademais, Abuja reforça a necessidade de auxílio externo e cooperação continental para a resolução dos conflitos. O foco do país são soluções africanas por meio da UA, não descartando, no entanto, auxílio de parceiros como os Estados Unidos e o Reino Unido (Ogunnubi e Okeke-Uzodike 2016; U.S. Department of State 2018).

O **Quênia** defende uma cooperação a fim de assegurar a paz no continente africano, aliando-se a potências ocidentais, principalmente os Estados Unidos, para tal fim. Além disso, o Estado queniano considera a UA uma organização efetiva para lidar com questões de instabilidades africanas, atuando com liderança nas discussões e mediações de resoluções pacíficas para instabilidades internas (Republic of Kenya 2014; Human Rights Watch 2018a).

A **República Centro-Africana** vem enfrentando um conflito civil desde 2012, sendo palco de diversas intervenções e missões de paz regionais e internacionais. Assim, a política externa centro-africana é voltada para a reconstrução de sua relação com os demais Estados africanos, defendendo uma cooperação no âmbito da UA. Ademais, entende a multinacionalidade do problema do Boko Haram, que deteriora as relações entre os países que compõem a Bacia do Lago Chade, bem como provoca fluxos migratórios que dificultam a reconstrução nacional e o combate ao terrorismo (Okolie-Osemene e Okolie-Osemene 2019). Da mesma forma, a **República Democrática do Congo** encontra-se em um estado de grande instabilidade interna devido a suas contradições internas que levaram a um conflito civil, tendo sua política externa extremamente fragilizada. Atualmente, há ainda uma Missão da ONU na República Democrática do Congo (MONUSCO) atuando na região, visando não só a neutralizar os grupos armados, como também a promover a reconciliação intercomunitária e a reconstrução de um Estado de direito (United Nations 2019).

O **Senegal** é um Estado de grande importância na região do Oeste africano e destaca-se pela trajetória democrática e de relativa estabilidade política comparada ao resto do continente. O país preza pela resolução de instabilidades internas sem interferência extracontinental e apresenta-se como uma alternativa a isto por via de organizações multilaterais africanas (United Nations 2016). Desta forma, o país acredita que a questão nigeriana deve ser resolvida em órgãos africanos de cooperação, dando destaque para

a CEDEAO – organismo em que o Senegal disputa liderança com a Nigéria – para a discussão e elaboração de propostas transversais e multidimensionais para o problema, tendo em vista que ele afeta toda região do Oeste africano (Diallo 2012; Diallo 2016).

A **Somália**, país localizado no Chifre da África que enfrenta sérios problemas securitários e sociais relacionados a atores não estatais e grupos separatistas, reconhece a importância da negociação para resolução pacífica de conflitos. Para tanto, a nação defende uma ampla atuação da UA como mediadora das questões referentes às instabilidades nigerianas. Desta forma, o país coloca-se como um ponto de partida neutro para o diálogo e a mediação (Republic of Somalia 2015).

O **Sudão** ainda está se recuperando da crise política interna que levou à deposição do presidente Omar al-Bashir em 2019, além de disputas internacionais como a Guerra de Darfur, o conflito no Kordofan do Sul e as disputas com o Sudão do Sul pela região petrolífera do Abyei. Apesar disso, o Sudão organizou conversações para resolução pacífica de controvérsias sobre os conflitos da República Centro-Africana e Sudão do Sul, além de estar na coalizão árabe que luta pela estabilidade no Iêmen (Human Rights Watch 2018b). O país também fez acordos de cooperação com a UE com fins de atingir o desenvolvimento por meio do estabelecimento de um ambiente socioeconômico mais inclusivo, defendendo que tais medidas podem ser direcionadas também para uma resolução do caso da Nigéria (European Commission 2019a). O **Sudão do Sul**, por sua vez, é o Estado mais novo do continente africano, tendo sido criado em 2011 após uma guerra civil no Sudão, finalizada em 2005, que culminou na divisão territorial e criação deste novo país. Após sua separação, o Sudão do Sul entra, também, em guerra civil, permanecendo em um contexto de instabilidade. Devido a isto, sua política externa ainda está sendo moldada defendendo princípios de soberania nacional. Diversas missões internacionais da ONU e da UA operam no país, como a MINUSS. O fraco controle do Estado sul-sudanês é fonte de instabilidade na região. Diversos grupos terroristas operam na região através do Sudão do Sul. O país reconhece a necessidade de auxílio externo como primordial para o desenvolvimento e a manutenção da paz. Outras questões como autonomia e soberania acabam ficando subordinadas à estabilidade nacional (The Guardian 2019).

A **Tunísia** defende uma relação no Sistema Internacional de respeito mútuo e compromisso com a não interferência nos assuntos internos de outros Estados. Desta forma, o país defende uma cooperação no âmbito da UA para a melhor resolução dos conflitos internos nigerianos preservando sua soberania, mas também reforça a necessidade de estabelecer relações de apoio estratégico com a UE e os Estados Unidos da América. Assim, a Tunísia acredita que uma resolução a respeito das instabilidades do Estado nigeriano necessita de uma abordagem global e abrangente, levando em consideração suas diferentes causas políticas, econômicas, sociais e culturais (Republic of Tunisia 2019).

QUESTÕES A PONDERAR

1 Qual o papel da União Africana e da CEDEAO na estabilização do país? E das iniciativas extrarregionais?

2 De que modo o DPS-UA pode atuar para promover ações que provoquem alterações estruturais nas esferas econômica, política e social e que contribuam para estabilização Estado nigeriano sem interferir na soberania nacional?

3 Como criar missões e operações que não tenham apenas uma caráter securitário, mas também de viés econômico, político e social?

4 Como as operações de paz na Nigéria afetam a região do oeste africano e no continente como um todo?

5 Como realizar uma reforma política e institucional na Nigéria de modo que esta torne-se representativa das diferentes esferas sociais e políticas do país?

REFERÊNCIAS

Adebajo, Adekeye. 2004. West Africa's Security Challenges: Building Peace in a Troubled Region. Londres: Lynne Rienner.

———. 2010. "Pax Nigeriana: Nigeria's Claim to Play a Leadership Role in Global R2P". Responsibility to Protect 2 (4): 414-435. https://doi.org/10.1163/187598410X519561

African Center for the Constructive Resolution of Disputes. 2019. "The Migrant Crisis in Libya and the Nigeria Experience". Acesso em 28 de junho. https://www.accord.org.za/conflict-trends/the-migrant-crisis-in-libya-and-the-nigeria-experience/.

African Union (AU). Remarks By Ambassador Francisco Caetano José Madeira, African Union Special Representative For Somalia And Head Of Amisom At The Extra-ordinary Meeting Of The Intergovernmental Authority For Development On Somalia On 30 January 2016 In Addis Ababa Ethiopia. Adis Abeba, 2016. http://amisom-au.org/2016/01/excellences-ladies-and-gentlemen-i-am-honored-to-make-these-remarks-before-you-so-early-into-my-tenure-as-the-special-representative-of-the-african-union-chairperson-srcc-and-the-head-of-amisom/..

———. 2019a. "Treaties". Acesso em 23 de junho. https://au.int/en/treaties..

———. 2019b. "The Africa-EU Partnership: African Union Mission in Somalia (AMISOM)". Acesso em 23 de junho. https://www.africa-eu-partnership.org/en/projects/african-union-mission-somalia-amisom.

———. 2019c. "AMISOM Ethiopian National Defense Forces Contingent Deploys in Kismayo". Acesso em 27 de junho. http://amisom-au.org/2016/01/amisom-ethiopian-national-defense-forces-contingent-deploys-i n-kismayo/.

African Center of Strategic Studies (ACSS). 2017. "Map of Africa's Militant Islamist Groups". Acesso em 03 de junho, 2019 https://africacenter.org/spotlight/map-africa-militant-islamic-groups-april-2017/.

Agbiboa, Daniel E. 2017. "Borders that continue to bother us: the politics of cross-bor-

der security cooperation in Africa's Lake Chad Basin". Commonwealth & Comparative Politics 55 (4):403–425. doi:10.1080/14662043.2017.1312730.

Agbonkhese, Abraham, e A. G. Adekola. 2014. "Regional Economic Integration in Developing Countries: A Case Study of Nigeria, a Member of ECOWAS". *European Scientific Journal* 10 (9): 359-374. p://dx.doi.org/10.19044/esj.2014.v10n19p%25p

Akokpari, John. 2016. "South Africa and the African Union's Peace and Security Architecture: Old Responsibilities and New Challenges". *Brazilian Journal of African Studies* 1 (2): 28–47. https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/65626

Annan, Nancy. 2014. "Violent Conflicts and Civil Strife in West Africa: Causes, Challenges and Prospects". Stability: International Journal of Security and Development 3(1): 1–16. http://doi.org/10.5334/sta.da

Ate, Bassey E. 2011. "Nigeria's Relations with its Immediate Neighbours: A Security--Political Analysis". In Cross-Border Armed Banditry in the North-East: Issues in National Security and Nigeria's Relations with its Immediate Neighbours, editado por Bassey E. Ate e Bola A Akinterinwa, 85-94. Lagos: Nigerian Institute for Foreign Affairs.

Audu, Sunday Didam. 2013. "Conflicts among Farmers and Pastoralists in Northern Nigeria Induced by Freshwater Scarcity". Developing Country Studies 11: 125–133. https://isdsnet.com/ijds-v3n1-16.pdf

Bamidele, Seun. 2017. "Regional Approaches to Crisis Response, the African Union (AU) Intervention in African States: How Viable Is It?". India Quarterly: A Journal of International Affairs 73 (1): 114–128. doi:10.1177/0974928417690085.

Barre, Abdelaziz. 2003. "Les Relations entre le Maroc et les Pays d'Afrique Subsaharienne". In Les Relations Transsahariennes à l'époque contemporaine: Un Espace en Constante Mutation, editado por Laurence Marfaing, 61-88. Paris: Editions Karthala.

BBC. 2015. "Boko Haram: State of Emergency Declared around Lake Chad". Acesso em 26 de junho de 2019. https://www.bbc.com/news/world-africa-34771128.

———. 2019. "What we've learnt from the Nigerian election". Acesso em 17 de abril https://www.bbc.com/news/world-africa-47385552.

Beauchamp, Zack. 2014. "The crisis in Nigeria, in 11 maps and charts". Vox. Acesso em 02 de junho, 2019. https://www.vox.com/2014/5/13/5710484/boko-haram-maps-charts-nigeria.

Boahen, Albert Adu. 2010. História Geral da África VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO Office Brasília.

Cairo International Center for Conflict Resolution, Peacekeeping and Peacebuilding (CCCPA). 2017. "Egypt and Peacekeeping".. Acesso em 24 de junho de 2019. http://www.cairo-peacekeeping.org/en/egypt-and-peacekeeping

Chikwem, Francis Chinwe, e John Chikwendu Duru. 2018. "The Resurgence of the Niger Delta Militants and the Survival of the Nigerian State". The Round Table 107 (1): 45–55. doi:10.1080/00358533.2018.1424074.

Chothia, Farouk. 2018. "Cameroon's Anglophone crisis: Red Dragons and Tigers - the rebels fighting for independence". BBC News. Acesso em 04 de junho, 2019. https://www.bbc.com/news/world-africa-45723211.

Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). 2019. "Assuntos Políticos". Acesso em 24 de setembro. https://www.ecowas.int/setores-da-cedeao/assuntos-politicos/?lang=pt-pt

Council on Foreign Relations. 2018. Perpetual Separatism in Nigeria Needs to Be Addressed. Acesso em 03 de junho, 2019. https://www.cfr.org/blog/perpetual-separatism-nigeria-needs-be-addressed.

Crayford, Steven. 1996. "Conflict and Conflict Resolution in Africa". Africa Today 2 (42): 183–197.

Darkwa, Linda. 2017. "The African Standby Force: The African Union's tool for the maintenance of peace and security". Contemporary Security Policy 38 (3): 471–482. doi: 10.1080/13523260.2017.1342478.

DeepDive Intelligence. 2018. "Loopholes in Nigeria's Electoral System". Acesso em 02 de junho de 2019. https://medium.com/@deepdiveng/loopholes-in-nigerias-electoral-system-9fde82572321.

Diallo, Mamadou Alpha. 2012. "Relações Interafricanas: Senegal e os Desafios da Integração Regional". Século XXI 3(1): 11-24. http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/view/39

———. 2016. "A Integração Regional Na África Ocidental (1960-2015): Balanço E Perspectivas". Revista Brasileira de Estudos Africanos 1(1): 243-263. https://doi.org/10.22456/2448-3923.61139

Döring, Katharina P. W. 2018. "The changing ASF geography: From the intervention experience in Mali to the African Capacity for Immediate Response to Crises and the Nouakchott Process". African Security 11 (1): 32–58. doi:10.1080/19392206.2017.1419632.

Economic Community of West African States (ECOWAS). 2011. "The Inter-Governmental Action Group against Money Laundering and Terrorism Financing in West Africa (GIABA)". Acesso em 10 de junho de 2019. https://www.ecowas.int/institutions/the-inter-governmental-action-group-against-money-laundering-and-terrorism-financing-in-west-africa-giaba/.

———. 2019. "ECOWAS Peace Fund". Acesso em 10 de junho. www.peacefund.ecowas.int.

Ekumaoko, Chijioke Egwu, e Michael Isu Iremoko. 2017. "The Politicization of Terror in Nigeria: A Reflection on the Niger Delta Militancy and the Boko Haram Terrorism". Developing Country Studies 7 (10): 111–123. https://www.iiste.org/Journals/index.php/DCS/article/view/39096.

ESAN World Congress. 2019. "Culture". Acesso em 04 de junho. www.esancongress.org/culture.html.

European Commission. 2019a. "International Cooperation And Development: Sudan". Acesso em 27 de junho. https://ec.europa.eu/europeaid/countries/sudan_en.

———. 2019b. "IV Reunião Ministerial Angola-União Europeia: Comunicado de Imprensa Conjunto". Acesso em 27 de junho. https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/comunicado_conjunto_ccaue_11_de_maco_pt_final.pdf.

Exame. 2016. "Argélia Mobilizou 60 mil Soldados para Combater Terrorismo". Acesso em 26 de junho de 2019. https://exame.abril.com.br/mundo/argelia-mobilizou-60-mil-soldados-para-combater-terrorismo/.

Ezemenaka, Kingsley Emeka. 2018. "Kidnapping: A Security Challenge In Nigeria". Journal Of Security And Sustainability Issues 8 (2): 111–124.

Falola, Toyin, e Matthew M. Heaton. 2008. A History of Nigeria. Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/CBO9780511819711.

France Diplomatie. 2019. "Présentation du Maroc". Acesso em 28 de junho. https://www.diplomatie.gouv.fr/fr/dossiers-pays/maroc/presentation-du-maroc/.

Global Security. 2004. Joint Task Force. Acesso em 03 de junho de 2019 https://www.globalsecurity.org/military/world/war/nigeria-jtf.htm.

———. 2019. "Trans Sahara Counterterrorism Partnership (TSCTP)". Acesso em 23 de junho. https://www.globalsecurity.org/military/ops/tscti.htm

Greco, Michael. 2019. "Algeria's Strategy to Overcome Regional Terrorism". National Interest. Acesso em 24 de setembro. https://nationalinterest.org/feature/algerias-strategy-overcome-regional-terrorism-45742

Hanson, Stephanie. 2007. "MEND: The Niger Delta's Umbrella Militant Group". Acesso

em 02 de junho de 2019. https://www.cfr.org/backgrounder/mend-niger-deltas-umbrella-militant-group.

Hoppe, Mombert, e Francis Aidoo. 2012. "Africa Region Trade Policy Notes: Removing Barriers to Trade between Ghana and Nigeria: Strengthening Regional Integration by Implementing ECOWAS Commitments". World Bank. Acesso em 24 de setembro de 2019. http://documents.worldbank.org/curated/pt/407511468292475466/pdf/679990BRI0Box30s0Ghana0Nigeria03012.pdf

Human Rights Watch. 2018a. "Kenya has instituted measures to fight terror, President Kenyatta says". Acesso em 26 de junho de 2019. https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/kenya.

——— 2018b. "Sudan: Events of 2018". Acesso em 24 de setembro de 2019. https://www.hrw.org/world-report/2019/country-chapters/sudan.

Institute for Security Studies (ISS). 2018. "South Africa's Vital Role in the Future of Peacekeeping". Acesso em 26 de junho de 2019. https://issafrica.org/iss-today/south-africas-vital-role-in-the-future-of-peacekeeping.

Inuwa, Muhammad Nura. 2010. "Oil Politics and National Security in Nigeria". Tese de Mestrado. Naval Postgraduate School.

Iwilade, Akin, e Johnson Uchechukwu Agbo. 2012. "ECOWAS and the Regulation of Regional Peace and Security in West Africa". Democracy And Security 8 (4): 358-373. http://dx.doi.org/10.1080/17419166.2012.734228.

Iwuoha, Victor Chidubem. 2019. "Clash Of Counterterrorism-Assistance-Seeking States And Their Super Power Sponsors: Implications On The War Against Boko Haram". African Security Review 28 (1): 38-55. doi:10.1080/10246029.2019.1652662.

Jackson, Ashley. 2007. "Nigeria: A security overview". The Round Table 96 (392): 587–603. doi:1080/00358530701626040.

Journal du Cameroun. 2018. "Cameroon: Anglophone crisis has spilled over Francophone zones-SDF". Acesso em 04 de junho de 2019. https://www.journalducameroun.com/en/cameroonanglophone-crisis-has-spilled-over-francophone-zones-sdf/.

Levan, A. Carl, Matthew T. Page, e Yoonbin Ha . 2018. "From Terrorism to Talakawa: explaining party turnover in Nigeria's 2015 elections". Review Of African Political Economy 45 (157):432–450. doi:10.1080/03056244.2018.1456415.

Maiangwa, Benjamin. 2014. "Jihadism in West Africa: Adopting a Three-Dimensional Approach to Counterterrorism". Journal Of Peacebuilding & Development (3):17-32. doi: 10.1080/15423166.2014.984559.

Mazrui, Ali A. 2011. História Geral da África VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO Office.

Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique (MINEC). 2019. "Princípios e Linhas de Orientação". Acesso em 28 de junho. http://www.minec.gov.mz/index.php/politica-externa/principios-e-linhas-de-orientacao.

Mo, Bakare. 2015. "Demography and Medical Education among Nigerian Final Year Medical Students-Implication for Regional and Human Resource Development". Journal Of Health Education Research & Development 3 (3): 1–6. http://dx.doi.org/10.4172/2380-5439.1000150.

MOSOP. 2019. "Movement for the Survival of the Ogoni People (MOSOP)". Acesso em 04 de junho. www.mosop.org.

Nigeria. Constitution of the Federal Republic of Nigeria. Abuja, 1999, http://www.nigeria-law.org/ConstitutionOfTheFederalRepublicOfNigeria.htm. (02 de junho, 2019).

Obi, Cyril I. 2009. "Economic Community of West African States on the Ground: Comparing Peacekeeping in Liberia, Sierra Leone, Guinea Bissau, and Côte D'Ivoire". African Security 2 (2-3): 119-135. doi:10.1080/19362200903361945.

O Globo. 2015. "Boko Haram Expande Território no Norte da Nigéria e se Alia a Grupos Terroristas Estrangeiros". Acesso em 26 de junho de 2019. https://oglobo.globo.com/cultura/livros/boko-haram-expande-territorio-no-norte-da-nigeria-se-alia-grupos-terroristas-estrangeiros-15201775.

Ogunnubi, Olusola, e Ufo Okeke-Uzodike. 2016. "Can Nigeria be Africa's Hegemon?". African Security Review 25 (2): 110-128. doi:10.1080/10246029.2016.1147473.

Okolie-Osemene, James, e Rosemary I. Okolie-Osemene. 2019. "Nigerian Women and the Trends of Kidnapping in the Era of Boko Haram Insurgency: Patterns and Evolution". Small Wars & Insurgencies 30 (6-7): 1151-1168. doi:10.1080/09592318.2019.1652011.

Okotoni, Olu. 2003. "Problems and Prospects of Nigerian Bureaucracy". Journal of Social Sciences 7 (3): 223-229. 10.1080/09718923.2003.11892384

Oliveira, Guilherme Ziebell de. 2014. "A Política Externa Nigeriana: Desafios de um Gigante Africano (1960-2014)". Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Omoleke, Ishaq Isola. 2004. "The Bureaucratic Failure: A Critical Analysis of the Nigerian Government Bureaucracy". Journal of Social Sciences 8 (1): 59-67. 10.1080/09718923.2004.11892402

Republic of Ghana, Ministry of Communications. Official Statement, National Security Council Steps Up Counter-Terrorism Measures. Accra: Ministry of Communications. 2016. http://www.ghana.gov.gh/index.php/media-center/press-release/2593-national-security-council-steps-up-counter-terrorism-measures (acesso em 26 de junho de 2019).

Republic of Kenya Ministry of Foreign Affairs and International Trade. Kenya Foreign Policy. Nairobi: Ministry of Foreign Affairs and International Trade. 2014. http://www.mfa.go.ke/wp-content/uploads/2016/09/Kenya-Foreign-Policy.pdf. (acesso em 28 de junho de 2019).

Republic of Somalia Ministry of Foreign Affairs and Investment Promotion. Foreign Policy of Somalia. Mogadishu: Ministry of Foreign Affairs and Investment Promotion. 2015. http://www.mfa.gov.so/policy-issues/foreign-policy/.

Republic of Tunisia Ministry of Foreign Affairs. 2019. "Outline of Tunisian Diplomacy". Acesso em 01 de julho. https://www.diplomatie.gov.tn/en/foreign-policy/foreign-policy-of-tunisia/.

Sputnik News. 2018. "Boko Haram Hit-and-Run Attack Leaves Five Dead in Nigeria". Acesso em 02 de junho de 2019. https://sputniknews.com/africa/201801171060807609-boko-haram-nigeria-raid-death.

Steffen, Dirk. 2017. "Gulf Of Guinea Maritime Security In 2016". CIMSEC. Acesso em 04 de junho de 2019. cimsec.org/gulf-guinea-maritime-security-2016/31716.

The Guardian. 2019. "South Sudan Peace Deal Funds Spent on Renovating Politicians' Homes". Acesso em 27 de junho. https://www.theguardian.com/global-development/2019/feb/13/south-sudan-peace-deal-funds-spent-on-renovating-politicians-homes.

TRT World. 2019. "The Lifelong consequences of a Little-Known Nigeria-Cameroon Land Dispute". Acesso em 28 de junho. https://www.trtworld.com/magazine/the-lifelong-consequences-of-a-little-known-nigeria-cameroon-land-dispute-26701.

United Kingdom. 2019. "Foreign travel advice. Nigeria". Acesso em 03 de junho. https://www.gov.uk/foreign-travel-advice/nigeria/terrorism.

University of Birmingham. 2019. "CIFORB Country Profile – Nigeria". Acesso em 02 de junho. https://www.birmingham.ac.uk/Documents/college-artslaw/ptr/ciforb/resources/Nigeria.pdf.

United Nation (UN). 2016. "Root Causes of Boko Haram Threat in Lake Chad Basin Must Be Tackled – UN Political Chief". Acesso em 26 de junho de 2019. https://news.un.org/en/story/2016/07/535582-root-causes-boko-haram-threat-lake-chad-basin-must-be-tackle-

d-un-political.

———. 2016. "The Permanent Mission of the Republic of Senegal to the United Nations." Acesso em 22 de junho de 2019 https://www.un.int/senegal/content/permanent-mission-republic-senegal-united-nations-0.

———. 2017. "Two Joint Open Briefings of Several Security Council Committees on Countering Terrorism in Libya and West Africa". Acesso em 24 de junho de 2019. https://www.un.org/sc/ctc/news/2017/06/27/two-joint-open-briefings-several-security-council--committees-countering-terrorism-libya-west-africa/.

———. 2019. "Protecting civilians & consolidating peace in the Democratic Republic of Congo". Acesso em 24 de junho. https://peacekeeping.un.org/en/mission/monusco.

United Nations Children's Fund (UNICEF), More than 1,000 children in northeastern Nigeria abducted by Boko Haram since 2013. 13 de abril de 2018, https://www.unicef.org/wca/press-releases/more-1000-children-northeastern-nigeria-abducted-boko-haram-2013.

United Nations News. 2015. "Cameroon beset by Boko Haram 'hit-and-run' violence". Acesso em 02 de junho de 2019. https://news.un.org/en/audio/2015/06/601032.

United States, Congress Senate Foreign Relations Committee. Security Assistance to Africa: Hearings before the Subcommittee on Africa and Global Health Policy. 114th Cong., 1st sess. Washington, D.C.: U.S. Senate. 2015. https://www.foreign.senate.gov/imo/media/doc/060415_Talwar_Testimony.pdf. (acesso em 23 de junho de 2019).

———, Department of State. US Relations With Nigeria. Washington, D.C., 2018, https://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/2836.htm. (17 de abril, 2019)

United States Institute of Peace. 2018. "Cameroon's Anglophone Uprising: A Crisis Overlooked". Acesso em 28 de junho de 2019. https://www.usip.org/publications/2018/10/cameroons-anglophone-uprising-crisis-overlooked.

Vanguard. 2015. "Buhari Sacks Permanent Secretaries". Acesso em 08 de maio de 2019. https://www.vanguardngr.com/2. 015/11/buhari-sacks-permanent-secretaries/.

———. 2017. "13% derivation: Oil-producing states receive N7trn in 18 years". Acesso em 25 de maio de 2019. https://www.vanguardngr.com/2017/08/13-derivation-oil-producing-states-receive-n7trn-18-years/.

———. 2018. "The Kaduna Declaration". Acesso em 25 de maio de 2019. https://www.vanguardngr.com/2017/06/the-kaduna-declaration/.

Washington Post. 2018. "This Little-known Conflict in Nigeria is Now Deadlier than Boko Haram". Acesso em 26 de junho de 2019. https://www.washingtonpost.com/news/worldviews/wp/2018/07/26/this-little-known-conflict-in-nigeria-is-now-deadlier-than--boko-haram/.

ida

international development association



UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 7 2019 | p. 374-421

CRISIS RESPONSE WINDOW: FUNDS ALLOCATION FOR ECONOMICALLY DISRUPTIVE CRISES

Anna Angélica Nogueira Amaral[1]
Artur Holzschuh Frantz[2]
Beatriz Vieira Rauber[3]
Lorenso Andreoli da Silva[4]
Mariane Di Domenico[5]

ABSTRACT

Created in 2011, the Crisis Response Window (CRW) of the International Development Association (IDA) is a part of a broader system of development promotion. Under the contemporary scenario of ever-increasing challenges to overcoming underdevelopment, rapid response mechanisms gain importance in the world stage. The present Study Guide seeks to address the theoretical and practical debates underlying previous and current actions of the CRW, assessing its role as a development finance institution. Furthermore, the conditions for IDA action, as well as for the CRW to be utilized, are described, followed by short case studies of said situations. Additionally, the historical background and the statement of the issue are followed by the presentation of the previous international actions taken in this regard. IDA, therefore, should debate both the technical aspects of the criteria for CRW funds allocation and the practical dynamics of approving projects and setting strategies.

1 Anna Angélica is a fifth-year student of International Relations at UnB.
2 Artur is a third-year student of International Relations at UFRGS and Director at IDA.
3 Beatriz is a fourth-year student of International Relations at UFRGS and Director at IDA.
4 Lorenso is a fifth-year student of International Relations at UFRGS and Director at IDA.
5 Mariane is a second-year student of International Relations at UFRGS and Assistant-Director at IDA.

1 INTRODUCTION

Throughout the 20th century, economic and social development have been among the main concerns of governments and international institutions. The international community witnessed, during the first half of that century, the severe consequences of economic crises and generalized war for their populations. The Great Depression of 1929 put a large number of countries in economic recession and their populations in severe difficulties to ensure their subsistence. Right after the world had overcome the aforementioned crisis, World War II destroyed mainly the European continent, putting the states of the region in economic and social scourge once more (Hobsbawm 1995).

The creation of the World Bank Group (WBG) occurred in this historical context. Established in 1944 at the Bretton Woods conference, the World Bank was founded with the purpose of financing and delivering economic aid for those countries destroyed by the Second World War which, in this case, were European economies. The Bank was successful at this task, since the countries in Europe demonstrated industrial and economic growth at the beginning of the 1950s. Having achieved the primary mission of the Bank, the administration changed its focus from reconstruction to development and poverty mitigation in the next decades (Carvalho 2004).

It was due to this change of purpose that the International Development Association (IDA) was created. Founded in 1959, IDA has the objective of reducing poverty and inequality in countries with low Gross Domestic Product per capita by granting long-term loans to finance infrastructure, social security systems, and aid to their financial health, especially considering their external debt solvency. Since its creation, IDA grew in the number of member-countries, budget, and scope, as it started to grant emergency loans for nations severely impaired by a crisis in the new millennium (IDA 2019). Having acquired considerable knowledge in fighting crisis, supported by the international community, IDA decided to propose the creation of the Crisis Response Window (CRW) in 2009. The CRW is a mechanism through which IDA can disburse amounts of capital, in the form of loans and grants, to provide quick financial aid for developing countries struck by exogenous shocks that lead to crises (IDA 2018a).

Therefore, the present study guide has the objective of analyzing the CRW of IDA. In order to do so, this paper will be divided into four main parts. The first one will present the history of the World Bank Group, IDA and the CRW in order to understand the historical factors that led to the creation of the World Bank and other institutions and mechanisms. Moreover, it is important to understand the purposes for the creation of these organizations, since they are directly related to each of the objects of historical analysis. The importance of IDA's financial assistance for development and the combat of inequality in developing countries will also be addres-

sed, followed by the description of the creation of the CRW.

In the second part, the functioning of the CRW will be approached, discussing the requisites that countries struck by crises must fulfill to access CRW funds. The types of crises that could trigger IDA's aid, how the CRW is financed and the challenges that the Board of IDA encounters to determine if a country qualifies for this aid will also be considered in this part. At last, the three types of crises considered by the CRW will be exposed. The difficulties and singularities of each type will be discussed, as well as the particularities that lenders of financial aid have to consider in order to mitigate the losses each crisis provokes.

In the third section of this paper, previous actions carried out by the CRW will be exposed. In this section, examples of the crises mentioned above, and the Board's strategies to aid those countries will be discussed. In the final section, the position of each member of the Board regarding the CRW mechanism and its possible allowances will be clarified.

2 HISTORICAL BACKGROUND

The World Bank (WB) was created in 1944 during the Bretton Woods Conference. It is one of the major institutions for aid and development in existence, having poverty reduction and economic growth as its primary mission. It consists of five institutions, those being the International Bank for Reconstruction and Development (IBRD), the International Development Agency (IDA), the International Financial Corporation (IFC), the Multilateral Investment Guarantee Agency (MIGA) and the International Centre for Settlement of Investment Disputes (ICSID) (WBG 2019c).

The IBRD is responsible for lending to middle-income and creditworthy low-income nations, while IDA provides credits[6] and grants to the poorest countries' governments. Together, these two institutions are generally referred by the term World Bank (WB) (WBG 2019c).

2.1 CREATION OF THE WORLD BANK

The 20th century represented a great turn in international relations in many different forms, disassembling its common manners and calling for a new architecture of the world order. In the aftermath of the Great Depression and World War II, forty-four nations intending to build new pillars for the international economic order gathered in the United Nations Monetary and Financial Conference between July 1st and 22nd of 1944, later known as the Bretton Woods Conference (Dreher, Sturm, and Vreeland 2007).

6 IDA's credits consist of interest-free loans (Baldwin 1961).

The Bretton Woods Conference focused on ruling a new monetary and financial system understanding the need to overcome the limitations of the gold standard and competitive exchange devaluation policies (Carvalho 2004). Two main proposals guided the conference, one raised by the English economist Sir John Maynard Keynes and the other by the American Harry Dexter White. In spite of their diametrically opposite positions, they agreed on the concern regarding the reemergence of a new period of recession, similar to the 1929 crisis and consented on the essentiality of economic cooperation based on full employment and economic stability to promote prosperity and peace among the nations. It resulted in the establishment of three institutions that were essential to reshape the post-war world: the International Monetary Fund (IMF), the General Agreement on Trade and Tariffs (GATT) and the World Bank (WB) (Pereira 2009).

Through understating the maintenance of the monetary system and trade policy as two of the national governments' fundamental responsibilities, the monetary disorder taught the value of cooperation. The interwar detrimental experience with restrictive and discriminatory policies made clear the urgency for a multilateral organization to prevent national governments from returning to the allegedly harmful protectionist policies. Those cluster ideas facilitated an international comprehension that led to the creation of the IMF and the concept of an International Trade Organization (ITO) that could only take place after the end of the war, broadly discussed in Bretton Woods (Gavin and Rodrik 1995).

However, this paper should focus on the other institution created in Bretton Woods, the World Bank, initially known as the International Bank for Reconstruction (IBR). In a time when capital had already been channeled bilaterally by private capital market, loans and grants, the WB concept was based on a multilateral mechanism responsible for directing capital from plentiful nations to areas in need of economic development, blurring the obvious economic and political advantages of the bilateral agreements (Gavin and Rodrik 1995).

The WB was created to assist rebuilding European nations that were devastated by the War, reason why it was originally called the International Bank for Reconstruction. The development component of the International Bank for Reconstruction and Development (IBRD) was incorporated years after, with the return of growth in Europe and when other actors began to take upon themselves the role of supporting nations' reconstruction, the WB policies suffered a reorientation, shifting its focus to developing countries, especially to its members in Latin America, Africa, and Asia during the 1950s and 1960s (WBG 2019a).

A new scope of the World Bank Group (WBG)[7] works began in the

7 In the present study guide, the term "World Bank Group" refers to the institutions' five agencies – IBRD, IDA, IFC, ICSID, and MIGA –, whereas "World Bank" refers only to the first two agencies. Throughout the 1950s and 1960s, when IFC and IDA were created, respectively, the World Bank became the World Bank Group to better represent its new and broad institutional framework (WBG 2019a).

1970s with its growing attention to poverty eradication. It was characterized by the exponential increase of loans and the rise of sectoral and structural adjustment programs, aiming the reform of developing countries' institutions in the context of economic liberalization. The mandate of Robert McNamara as the WBG President, from 1968 to 1981, was fundamental for the WB's reorientation since his conception of international security was closely related to poverty and social injustice (Pereira 2009). As a result, the WBG actions shifted from "reconstruction" to "development". Nevertheless, the Bank's new model was very criticized since the reduction of the public sector role in the face of privatization policies had resulted in increased unemployment rates and decreased health and education qualities.

Since the early years of the WBG, development was claimed to be one of the key goals of the organization, always following the Bank's neoclassical approach (Medani 1986). It is relevant to understand the main theoretical perspectives concerning development, in order to grasp the reasoning behind actions taken by IDA and the criticism it receives.

As with most aspects of economic sciences, theories on development can be generally classified into two broad groups: orthodox and heterodox (Cruz e Silva and Gonçalves 2015). The first one is based on traditional neoclassical principles and is more usually represented by the Theory of Modernization. This approach suggests that societies must go through an almost evolutionary process with several determined phases, which vary from author to author, in order to achieve the status of "modern society" – characterized by westernized political structures and an open-market economy. The second one is a general term to designate theories that oppose the neoclassical mainstream. One of the most relevant heterodox approaches is the Theory of Dependency, which defends that governments should participate more actively in the economy to achieve development, be it by controlling exchange rates, promoting national capitals or by protecting the internal industry and providing public funding to less competitive sectors (Reyes 2001). The World Bank Group generally adheres to the modernization theory, setting the guidelines to be followed by impoverished nations to achieve development in accordance with the liberal international economic order (Medani 1986).

This theoretical description above is intended to inform the subsequent effort to understand contemporary development dynamics and the role of the World Bank in the process. Throughout the 20th and early 21st centuries, its theoretical paradigm became more pragmatic. In some instances, such as negotiation of foreign debts and implementation of austere fiscal policies, the World Bank, alongside the International Monetary Fund (IMF), kept faithful to its orthodox neoclassical origins (Rapley 2007). However, in critical situations, such as environmental crises or deep economic recessions, the institution embraces heterodox ideas, most notably by

encouraging public spending to promote countercyclical measures[8]. The duality of this approach is relevant in order to keep continuous contact between development finance institutions and low-income countries, so that crisis response may be faster and more appropriate (Velde 2011).

Nowadays, the WBG is the primary international institution responsible for promoting economic development in the world by sponsoring projects of multiple scopes in emerging market countries as well as the world's most impoverished economies (Dreher, Sturm, and Vreeland 2007). With the participation of 189 member states, the WBG has over 10.000 employees (WBG 2019b) and has disbursed for the year of 2018 resources that reached the amount of USD 46 billion (WBG 2018a). Thus, new themes were added to the Bank's agenda, such as conflict prevention, post-conflict reconstruction, corruption, social development and development guided by the community.

2.2 INTERNATIONAL DEVELOPMENT AGENCY (IDA) ONSET

In the early 1950s, the rising success of the WB's initial goal in Europe and the advent of its new vision aiming to help developing countries led to the understanding that, in order to reach the more economically vulnerable countries, it was necessary to soften the Bank's loan terms so that these nations would be able to afford to borrow the financial assets needed for their growth (IDA 2019). Bearing that in mind, the International Development Association (IDA) was created in 1959 as a subsidiary of the IBRD seeking to reduce poverty and inequalities in the global living conditions by providing countries with lower Gross Domestic Product (GDP) per capita with interest-free[9] and long-term loans, with a grace period of 10 years and payment period of 35 to 40 years (Lavelle 2011). Such credits were to be used for investing in infrastructure, in human capital, and in sectors that need rapid and efficient reforms for sustainable growth. Additionally, the institution also provides debt relief for Heavily Indebted Poor Countries (HIPC), to help them ensure their debt sustainability (IDA 2019). Essentially, IDA was designed to enable WB poorest client countries to repay their loans aiming at their development.

Initially, the Articles of Agreement for IDA had 15 signatories, and,

8 Countercyclical measures, also known as countercyclical policies, refer to instances in which governments combine fiscal and monetary policies to soften the effects of the cycles of growth and crises in capitalist economies so as to promote more stable and sustained development. This a common concept in most macroeconomic theories, but the specific means to achieve such goals may vary from one theorist to others (Taylor 2000).

9 An interest-free loan, also known as a soft loan or concessional terms, is a term used to describe capital lending operations that bypass the normal process by providing loans with lenient terms of repayment. It is based on either a no or a low-interest charge, maybe enabling the payment in inconvertible local currency – meaning that the creditor can agree not to convert it for a determined period of time (Baldwin 1961).

within eight months of its creation, IDA already counted with 51 members and had allocated credits worth over USD 100 million to four countries[10]. Nowadays, IDA has grown in significance and is composed of 173 nations, whose representatives meet twice a week in regular sessions and every three years to analyze and replace the funds of the Association. Currently, the objectives of the institution comprise reducing disparities between countries, focusing on primary education, basic health, access to water and sanitary treatment, and a better insertion of the population into the national economy, increasing productivity (IDA 2019).

As explained prior to this section, IDA and the IBRD form together the WBG development lending arm, which made it possible for them to operate as a single entity. For a country to be a member of IDA, it must be a member of IBRD. They also share the same president and the IBRD Board of Governors and Board of Executive Directors are officially valid for IDA as well, if these countries are also members of IDA. There are 24 Executive Directors, 5 of them being appointees from each of the five largest shareholders, while the other 19 are elected by the remaining Governors, clustered in 19 groups according to their cultural and ethnic characteristics, each group electing its representative (Engel 2012). Usually, the Board's decisions are consensual, but the WB uses a voting system based on quotas, determined by the countries' amount of shares in the institution or their level of subscription. The appointees are able to cast the number of votes held by the member that nominated them, while the elected representatives cast the number of votes that they received in the election (Engel 2012).

Distinctly from the IBRD, IDA does not raise its financial capital on international capital markets. It requires periodic contributions from wealthier developed countries in regular replenishment[11] rounds. It also receives profits from the IBRD itself. The cited rounds are important because they include debates on the allocation criteria to be used by the WB lending procedures during the next three years (Lavelle 2011).

Since its creation, IDA has totaled USD 369 billion in credits and grants, with approximately USD 20 billion over the last three years, and has become the leading source of interest-free loans to 75 HIPCs. It is important to note that some countries fit both IDA and IBRD terms, since their low income is combined with a high capacity of payment. A country is temporarily part of IDA, meaning that once they have the necessary resources to invest in basic sectors of the society and develop themselves, they leave the IDA category. Nevertheless, they keep providing funds for those remaining countries to develop. Through its history, 44 states have "graduated",

10 The initial four recipient countries of IDA were Chile, Honduras, India, and Sudan (IDA 2019).

11 Every three years, the members of IDA gather to establish – through donations – the budget of the organization for the next three years. The meeting also serves to review the members of the association and formulate new IDA policies. These periods of three years are called replenishment periods and are identified by their number. For example, the 16th replenishment period – when the permanent CRW was established – is called IDA16 (IDA 2018e).

meaning that they have overcome the conditions required by IDA's loaning criteria, while others have re-entered it (IDA 2019).

2.3 IDA AND DEVELOPMENT

As previously presented, IDA is the organ within the World Bank Group responsible for the promotion of development in every low-income and some medium-income countries[12]. IDA was strengthened in the past few decades in response to the criticism directed at the Bank for its generalized position regarding development — focusing on liberalization and the opening of small and weak internal markets (Hopkins 1986). The creation of the IDA's Regional Window in 2003, therefore, marked a shift in the institution's policy, now aiming at country-specific strategies in the pursuit of development. Thus, the organization started giving more emphasis to the particular challenges faced by each country or region in the financing of projects. The new approach seeks to encourage regional integration both through policy coordination in the formation of institutions and the creation of regionally integrated infrastructure. This indicates IDA has taken a more diversified stance on the means whereby development may be achieved, signaling a tendency towards more case-oriented approaches (WBG 2019d).

At the end of the 20th century, some scholars questioned the effectivity of the World Bank in fulfilling its role in aiding weak economies at that point in time. It was said that, since the creation of the institution, the internal situation of countries had improved to a level in which they had to rely less on foreign capital and international aid. However, even those scholars recognized the necessity for more funds to be directed to IDA, in order to better reach the countries that needed them most (Culpeper, Berry, and Stewart 1997). This comes to support IDA's relevance growth in the 21st century, helping respond to new challenges faced globally (WBG 2019d).

IDA, thus, has intensified its actions in several areas in order to keep the Bank's presence relevant in developing countries. The Association, apart from having its specific windows, also takes direct action in helping manage economies and fund projects. Analytical studies and reports are produced to, alongside groups of advisors promoted by IDA, help governments to better employ the newly acquired resources. The funds are lent according to a series of criteria, including national income per capita, risk of debt insolvency, and IBRD creditworthiness. Depending on the specific situation of each nation, IDA may decide on the proportion of funds to be disbursed as grants or as regular and blend credits with very long maturity

12 ome medium-income countries are funded only by IBRD within World Bank, while others are also eligible to IDA funds, especially during crises.

periods (IDA 2018c). Technical issues and a more in-depth debate on the matter are presented below.

2.4 CREATION OF THE CRISIS RESPONSE WINDOW (CRW)

Towards the end of the 21st century's first decade, several emerging economic dynamics challenged the traditional financing mechanisms within the framework of the World Bank. These new situations spurred the creation of new institutionalized manners by which developing countries could receive financial support from IDA (IDA 2010c). Therefore, the present section seeks to address the historical conditions that required innovation within the World Bank Group, as well as the solutions found.

Between 2007 and 2009, a combination of factors such as the financialization of capitals, the commodity boom, and the housing bubble in the United States, which was then the most important market in the world, set the stage for a large-scale crisis. The impact of the crash of the financial market in the so-called real economy, represented by growing unemployment and shrinking production and consumption, quickly spread across borders, generating one of the biggest international crises in history (Foster 2008). The American economic tragedy reached the rest of the world in several ways, most notably, according to some scholars, affecting developing and impoverished nations (Griffith-Jones and Ocampo 2009). However, it is also essential to point out that this crisis had the distinctive characteristic of heavily impacting the most advanced economies in the world, setting the stage for the emergence of countries such as Brazil, Russia, China, India, and South Africa (BRICS), among others. These countries managed to recover faster from the initial shock and take advantage of the unstable environment to take a greater role in the international economy, most notably within multilateral forums (Ramos et al. 2012). Arguably, the most important transmission channel through which the crisis hit other areas of the world was the decrease in commodity prices, affecting more directly the poorest countries, which tend to rely on exporting a small variety of primary goods (Griffith-Jones and Ocampo 2009).

Besides exogenous economic shocks, another contemporary challenge that affects poor and developing countries more heavily than their wealthy peers is climate change. The processes of industrialization and urbanization that took place over the past decades and centuries have increased the amount of greenhouse gases in the atmosphere. Most of these gases are produced by developed or emerging nations, which account for over 75% of said gas releases (Union of Concerned Scientists 2018). However, the steady rise of Earth's surface temperature, caused by industrial, livestock and other human-induced forms of greenhouse gas emissions, have a disproportionate effect over the poorest countries (Mendelsohn, Dinar, and Williams 2006). The destruction of their weak or non-existent infrastructu-

re caused by natural disasters, such as floods, droughts, and storms — that happen more frequently and with greater magnitude because of the higher temperatures — is one of the more direct manners whereby these nations are impacted (Mijalković and Cvetković 2013). These immediate effects have both short and long-term consequences. In the short-term, the disasters destroy critical infrastructure and contribute to generalized outbreaks of several diseases, overwhelming public health systems and causing severe human losses. In the long-term, however, the impacts may be more far-reaching, since the destruction of infrastructure associated with the exporting sector, as well as the damage to crops and other products, trigger a sequence of events that might cause trade deficits, economic recession and, ultimately, food shortage (Diaz 2007).

Thus, the necessity of establishing frameworks within international institutions to address not only these economic and climatic but also sanitary issues was brought forward. Various international organizations made efforts in that direction, including the United Nations (UN), which pioneered such endeavors in many ways. The creation of the United Nations Central Emergency Response Fund and its rapid response window was of the first major attempts to address the new challenges of the 21st century. The goal was to further the funding to assist countries affected by severe humanitarian crises through donations from its Member States (United Nations 2005). However, the amount of money available for said operations was limited by the will of donor nations to contribute; and the eligibility criteria established by the various UN aid agencies, which are rather flexible, enable funds to be directed to countries that are not necessarily among the poorest in the world (United Nations 2011). Considering those flaws, it fell upon other institutions, such as the World Bank Group, to provide rapid response funding, following stricter guidelines, to poor countries in emergencies (Baulch 2004).

Within the World Bank Group, it was suitable that IDA took responsibility for providing financial support to impoverished countries facing crises. Two mechanisms were put in place at the beginning of this decade to formalize and facilitate quick responses to critical situations: the Crisis Response Window (CRW), and the Immediate Response Mechanism (IRM). Each of these funding processes serves a different purpose, in the sense that they are based on different approaches and have different goals in providing the financial resources to handle with emergencies (IDA 2018a, 2018b).

The IRM, created in late 2011, is a significant asset to IDA's crisis management structure. The idea behind the creation of the mechanism was to enable the disbursement of funding for countries facing crises or emergencies in the shortest time possible. For a country to be eligible to receive funding from the IRM, it should, besides already being an IDA country, be facing "[...] major adverse economic and/or social impacts resulting from an actual or imminent natural or man-made crisis or disaster." (WBG 2007,

1). If the nation complies with such criteria, it will be able to draw up to 5 percent of its undisbursed IDA portfolio[13]. Smaller nations, that have small undisbursed portfolios, may demand up to USD 5 million in financing, even if that is higher than the previously established 5 percent, in order to be able to adequately respond to emergencies (WBG 2011). Thus, the IRM serves its purpose providing short-term financing to smaller disasters or to prevent the escalation of situations. However, long-term disaster management and recovery fall beyond the scope of this mechanism (WBG 2018a).

The CRW, on the other hand, proposed in 2009 and effectively created at the beginning of 2011, provides emergency financing with long-term development goals. It encompasses a wider array of emergencies, such as large-scale natural disasters, severe economic shocks, and epidemics as well as other public health calamities (IDA 2018a). Reaffirming the need for IDA to take more decisive actions to help low-income countries deal with the aftermath of the 2008-9 financial crisis and with ever more frequent natural disasters, the proposal for the creation of the CRW intended to make around USD 1,5 billion available for crisis recovery within its first IDA cycle (IDA 2009). However, after the proper establishment of the CRW in 2011, it met an extraordinarily high demand for funding within the first few years of existence, which required a mid-cycle doubling of the available funds for IDA17, initially set at USD 900 million. This demand decreased over the following years, but the CRW continues to be crucial to the financing of crisis response and post-emergency reconstruction in a timely and transparent manner, as was its original intention (WBG 2018b).

3 STATEMENT OF THE ISSUE

In light of the historical background, the next section seeks to address more directly the actions taken by IDA and its Crisis Response Window, as well as the principles basing it. Firstly, a discussion on development and the role of foreign financial aid, such as the one provided by the CRW, will be presented. Afterward, the study guide addresses the conditions under which IDA lends funds and countries are eligible to receive them. Finally, this section presents examples of current situations in which the CRW is being utilized to deal with crises of different natures. The point, therefore, is to present the reasoning behind the actions taken, as well as to state both theoretical and practical aspects of the issue.

3.1 CRW FINANCING AND CONDITIONS

13 Undisbursed balance is the amount of IDA funds available to one country that has not yet been committed to other projects within that same IDA cycle (IDA 1992).

When thinking about the functioning of IDA's Crisis Response Window, two major concerns are presented to the Board of Governors of the organization. Primarily, problems regarding the financing of the CRW: from which fund or budget the capital to finance the CRW projects should come from and the amount of money that should be allocated for the Crisis Response initiative. With the financial question resolved, the Board must decide which countries are worthy of receiving aid from IDA; in other words, which conditions allow a nation to receive financing through the CRW mechanism. Therewithal, criteria that establish which crises are severe enough to be approached by the CRW and priorities for the allocation of resources within these nations engulfed by crisis also must be formulated by the Governors (IDA 2009, 2010b). All of these questions are going to be explained in the following two sections.

3.1.1 FUNDING THE CRW AND COUNTRY ELIGIBILITY

The first question to be approached is the matter of the financing of the CRW. As of the creation of its pilot project[14], in 2010, the problem of where to find the money to finance the project emerged (IDA 2010c). The simplest response is to reallocate from the already established budget of the fiscal years that compose the current period of replenishment of IDA and transfer to CRW projects. Albeit a simple solution – and although the budget for the CRW corresponds to less than 10% of the total IDA expenditure[15] –, the mere budgetary rearrangement comes with the price of the deviance of the utmost purpose of IDA, namely the financing of long-term projects that promote sustained development in poor countries (WBG 2019e).

By transferring resources from the current budget of IDA to the newly created CRW mechanism, the Board could be "taxing" the finance of other current projects of the organization. In other words, IDA's budget has already been committed to projects of sustainable development in the long-term. Channeling parts of the budget for the CRW would correspond to a shortage of resources for these types of projects, which are of utmost importance for the combat of impoverishment and underdevelopment worldwide. Therefore, the simple management of resources of the budget is not a viable choice (IDA 2010b).

When by the time of the 16th IDA replenishment cycle, some solutions for this problem were brought to appreciation for the establishment

14 Before the CRW consolidation as a permanent mechanism of IDA, a pilot CRW was created in 2010 as a test for the permanent one that would be implemented – regarding the experiences that occurred in the pilot model – in 16th replenishment (IDA 2010c).

15 n the last years, the percentage of the CRW budget in relation to the total IDA budget has been growing. During IDA16, CRW represented 1,5% of all IDAs expenditure; in IDA17, 3%; and in IDA18, 4% (WBG 2019e).

of the permanent CRW. Three solutions were found for the financing problem. The first one consists of the ex-ante financing of the CRW projects. In this modality, donors in every IDA cycle would establish a certain amount of money to be utilized in the CRW initiative only. The second option would consist in the ex-post financing. In this type of financing, the organization would disburse its own resources for the financing of the CRW projects, while the member countries would be responsible for compensating IDA's hand out in the next replenishment cycle with additional donations to the organization's budget (IDA 2010a).

Both modalities have their positive and negative points. Ex-ante financing permits a less complicated financing scheme and a rapid deployment of the resources for nations in crisis. On the other hand, determining the budget for the CRW before the request of project financing could become a problem, due to the uncertainties related to crises. The Board cannot predict the number of crises that will occur worldwide during the replenishment cycles, therefore the budget allocated could be insufficient to attend the needs of the countries eligible for the CRW financing. The ex-post financing has the precise benefit of more budgetary flexibility concerning the possible demands of countries in crisis that can access the CRW resources. However, members of IDA showed their concern in being able to refund IDA's disbursements in the subsequent replenishment cycle (IDA 2010a).

The third solution is, in reality, a complementary modality of the other two types of financing presented. It consists of the creation of a trust fund, in accordance with the already existing ones in IDA, for the CRW. In that way, member countries would be invited to contribute with this trust fund – as an extra donation, additional to IDA's replenishment budget contribution. Donor countries could also establish a mild precondition for the utilization of their donation[16] (IDA 2010a). This trust fund, therefore, could be an auxiliary method of financing the CRW projects.

Member countries of the Board decided on the ex-ante financing option during the creation of the permanent Crisis Response Window. The problem involving this kind of financing modality, however, persisted. It was decided, then, that an additional contribution could be made by the countries, if the amount of money dedicated to the CRW runs out in the middle of the replenishment cycle. Moreover, if the additional borrowing is not possible, the IBRD could make bridge loans to the countries in need of assistance (IDA 2010a).

With the budget for the functioning of the Crisis Response Window determined, it is necessary to comprehend the variables that make a country eligible for the CRW aid. The conjugation of multiple factors defines if a nation is worthy of the crisis response financing – such as what caused the crisis, its severity, the level of development of the country, etc. The next

16 Donor countries can allocate their donations with a "soft earmarkation". In other words, they provide an amount of money that will be used when a certain kind of crisis, specified by the donor, occurs (IDA 2010b).

paragraphs will approach these factors.

For a country to be eligible for financial aid of the CRW, it first must be classified – within the World Bank Group classification – as an IDA-only country (IDA 2009, 2010a, 2012). To be classified as an IDA-only country means that these specific countries have a low level[17]of Gross National Income (GNI) per capita and do not have access to other financial institutions that grant loans as the IRBD and the IMF, for instance (Moss, Standley, and Birdsall 2004). Nowadays, 59 of the 75 IDA borrowers are countries classified as IDA-only (IDA 2018b), which are eligible for the CRW financial assistance. However, this classification is not the only pre-existing requisite, as oil exporter economies cannot apply for the CRW assistance[18] (IDA 2012, 2018a). Therefore, 57 countries can receive the aid of the crisis response mechanism (IDA 2012, 2018b)[19].

3.1.2 DEFINING CRISIS ELIGIBILITY

Having defined the countries that are allowed to receive financial assistance from the CRW, it is necessary to establish the other criteria for eligibility. Even though the crisis response initiative was created for combating the deleterious effects of the 2008-9 economic crisis and natural disasters, not every area suffered these negative effects equally, as not every natural disaster or economic crisis has the same severity. In a reality of scarce resources, it is important to delimit a clear method for the allocation of financial aid (IDA 2010b).

Therefore, not every crisis will trigger the financial help of the CRW. To be eligible for the financial aid of the CRW, these must attend to two criteria. Primarily, the crisis the candidate state is suffering must be caused by an external shock – due to economic, natural or sanitary causes (IDA 2010b). Recognizing the difficulty in some cases to determine if the situation that a nation is going through is caused by external or internal factors, it was decided that the Board of IDA will have to analyze and define each case individually (IDA 2010b).

17 The World Bank Group divides their associate countries into four income groups, being the "low--income" the bottom group of countries and the "high-income" the top income group of countries. To be identified as a low-income country, the state needs to have a GNI per capita equal to or lower than USD 995 (WBG 2018c).

18 According to the Board, nations that export oil have accumulated great revenue from the price leverage in the last years, granting them the financial resources needed to build the economic resilience to endure the global economic crisis period. However, the Board can reach the understanding that these countries do not have any economic advantage as oil exporters anymore, allowing them to receive financial help in future crises (IDA 2012).

19 At the beginning of the Crisis Response Window program, Angola, Chad, the Republic of the Congo, and Nigeria were not considered to receive help through the mechanism for being oil exporters. However, since Angola and Nigeria were graduated from the IDA-only condition recently, these two nations cannot apply for CRW funds in any given condition anymore (IDA 2012, 2018b).

Once the Board has verified the external nature of the crisis of a possible borrower country, there is still one more condition that the countries must contemplate for receiving the grants of IDA's crisis response (IDA 2010b). In order to borrow money from the CRW, the crisis experienced by the country must cause a drop of at least 3% in the Gross Domestic Product (GDP) projection of the country's economy (IDA 2010b). This precondition of a considerable drop in the GDP projection was established by IDA because, if a less strict condition was stipulated for releasing funds to nations suffering from a crisis, the core objective of the crisis response initiative would be compromised and perhaps the countries in most need of assistance would not receive sufficient resources (IDA 2010b).

At last, it is important to determine which countries would receive preference in the CRW. As mentioned above, the amount of capital the CRW possesses to assist states in crisis is considerably limited. Therefore, a criterion must exist to prioritize those nations that suffer more from the consequences of a crisis (IDA 2009). As a result, IDA-only candidates are classified according to measurements that represent their vulnerability based on their situation before the beginning of the crisis and the impact of it in the countries' future (IDA 2009). Countries are classified based on their pre-existing needs – measured by their GNI per capita rate – before the occurrence of the crisis and by the impact of the crisis in their country – measured by the decline in the GDP growth prediction after the crisis. (IDA 2009).

These two economic data are used as variables to determine which country will have more funds and projects allocated to. Utilizing these two variables, the Board classified the preexisting necessities and the crisis impact projection of the applicants for aid as "low" or "high" to better guide the funds' allocation. In other words, countries with high preexisting need will have less capabilities to manage the adversities brought by the external shock, owing to the lack of social security nets for their population, the lack of financial power to assist their population or their macroeconomy, and the low acquisitive power of the households of these countries. Thus, those nations will receive more aid and more resources than those with lower needs (IDA 2009).

Following the same logic used for the previous needs, the countries most affected in their GDP forecast by the crisis will receive the largest amounts of money and be prioritized by the CRW (IDA 2009). Therefore, it is correct to assume that countries with greater previous needs and that suffered more with the impacts of the crisis will receive more aid from the CRW; on the other hand, states with fewer necessities and less affected by the crisis will receive lowest amounts of money from IDA (IDA 2009). It is important to highlight that the grading of the crisis impact and the previous needs of the IDA-only countries will be made by the Board. It will be the responsibility of the Board to establish which countries will receive priority in the financial help between the economies with high preceding

needs and low crisis impact forecast and the high crisis impact economies with low previous necessities.

With the channels of financing of the Crisis Response Window analyzed and the conditions that allow a state to request aid from this IDA mechanism set, it is necessary to better investigate the causes that drive the nations into the crisis. The next sessions will discuss each type of crisis that is in the scope of the CRW aid and the ways to mitigate their damages in the countries through the financial help provided by IDA.

3.2 CRISIS SITUATIONS AND POSSIBLE OUTCOMES

To better understand the complexity of the challenges that borrowing countries from IDA may face, it is important to take notice of the origins and possible solutions of each model of crisis. As seen, the bureaucratic apparatus of the organizations takes into account an extensive number of preconditions in order to use the Crisis Response Window's funding. Therefore, each case must be scrutinized by the Board of Governors in order to determine the best approach to a viable and sustainable crisis resolution. The following subsections aim to explore such particularisms of the three viable crisis aid options as well as to better elaborate on how to handle their outcomes.

3.2.1 ECONOMIC CRISIS SITUATION

The primary objective attributed to the Crisis Response Window was to serve as an emergency aiding fund to those poor countries facing severe economic crises. Given the current crisis faced worldwide, the conditions, as well as the utilized concept, must be properly delineated. An economic crisis occurs when the annual growth rate of a real GDP per capita drops below zero, becoming negative. Therefore, "severe economic crisis" may be interpreted as a drastic reduction – at least -3% according to IDA regulation – deeply affecting developing economies and compromising its living standard (Hausmann, Rodriguez and Wagner 2008; IDA 2010b). Currently, the International System faces an unstable financial ground, due to the dissolution of the former structure of the Washington Consensus; consequently one can highlight worldwide struggle with loan debts, and the central states' skepticism with sponsoring poorest countries economic crises' relief, as some of the contemporary challenges of the global economy (Brookings 2007). Notwithstanding, the CRW structure persists in order to guarantee at least some degree of financial aid to those in arduous economic situations.

In the matters of economic crises, it is important to notice that their existence is not an exceptional situation in the world order or tra-

ditional economic functionality, but a default dysfunctional characteristic of the capitalist system (Minsky 1982). Therefore, the terms of condition and requirements in order to acquire any help from international institutions are foremost strict and bureaucratic. Although economic crises affect negatively all countries upon which they befall, it is undeniable that the impact in poor and developing countries have bigger internal proportions; even though it is important to note that economic fallout in large economies and great powers ends up affecting the world economy as a whole (Hausmann, Rodriguez and Wagner 2008). The main reasons for such disparities are structural economic deficiencies, such as productive specialization in one product exclusively, high rates of unemployment, or other specific settings of the country (Hausmann and Kingler 2006).

While analyzing past economic crises, the importance of rapid responses is noteworthy, for when not contained, their escalation is certain (Hausmann, Rodriguez and Wagner 2008). As it was observed by Mishkin (1999), given the terms that guide the loaning conditions of the IMF, every loan must be thoroughly negotiated, and because of that, it may take various months before the institution's funds are at the country's disposal. Hence, when the aid is finally available, the crisis has often escalated in such a way that the amount needed to cope with the situation would financially damage the resources of any possible donor or lender organization. All things considered, the need for quick provisions becomes evident; one way to attend such a viable solution – that is already arranged by the CRW – is to have strict and clear terms and conditions for loan admissions (Hausmann, Rodriguez and Wagner 2008; Mishkin 1999). Nevertheless, when it comes to the actual decision-making of the Board of Governors of the CRW, the process can be held up for political or contingency motivations. This must be avoided at all costs if the objective of the Board is to effectively aid and mitigate severe economic crises.

In the past three decades, the International System experienced three global recessions, namely in 1982, 1991 and 2009. As appointed by the IDA Resource Mobilization Department (2010) – based on IMF World Economic Outlook data –, in all those episodes, 30 percent or more of IDA countries faced a growth decline that can be classified as a severe economic crisis (IDA 2010a). As it was previously mentioned regarding the procedures to be accepted as a viable borrower by the CRW's Bureau, the Board must be informed of the need to access the CRW resources which will be approved if the crisis has been caused by exogenous shocks – that affected multiple IDA exclusive countries, or spread widely within a specific region – followed by a projected decline of GDP growth of 3 percent minimum. These pre-requisites are subsequently followed by an analysis of the fiscal impact that highlights the importance of an international response (IDA 2018a). Recent examples of the usage of such bureaucracy were during the Fiscal Year of 2017, in which USD 150 million of the CRW quota was allocated as a response to commodity price shocks in Chad, Guinea, Liberia and Sierra

Leone (IDA 2017).

3.2.2 ENVIRONMENTAL CRISIS SITUATION

The Crisis Response Window is also an important response tool in environmental crisis situations. Although its original focus was to assist developing countries suffering from economic shocks, the increasing number of natural disasters linked to climate changes in the last decades has shown the urgency of this situation to also be addressed by the CRW mechanism, which has a major role in the crisis impacts mitigation (IDA 2009).

The CRW performance has developed new forms to address the needs of each case, given that all operations must consider the specificities and main requirements of each situation and place (WBG 2019f). From the understanding that environmental phenomena directly affect states all over the world, the CRW, through international cooperation, strives to rebuild and to prepare the impacted countries for future crises (IDA 2009; WBG 2019g).

Climate change impacts lives worldwide. The Global Facility for Disaster Reconstruction and Resilience (2016) estimates that about 2 billion people were affected by natural disasters in the last few years, which also caused the death of more than one million people and economic losses that reached around three trillion dollars (WBG 2019h). The main reason for these events is the increase and aggravation of floods, the sea level rise, storms, hurricanes, and intense heat waves, which result from global warming intensified by human action (Viola and Basso 2016; WBG 2019g). Consequently, climate change also deteriorates water and food supplies contributing to the spreading of diseases that directly affect the most vulnerable portions of the population, such as low-income citizens and small island residents. Therefore, not only is the development of these populations threatened, but also is their dependence on external help increased (GFDRR 2016, WBG 2019i).

To deal with the complexity of this situation it is necessary to approach reality through different strategies (GFDRR 2018a). When working with reconstruction and recovery of affected places, it is important to consider the risk variables identified by the Global Facility for Disaster Reduction and Recovery (2018a), those being hazard, exposure, and vulnerability. The first one is linked to natural phenomena such as floods, earthquakes, and storms; exposure takes into account the physical characteristics of the site which is being analyzed, as its location and topography; the risk variable focus in the aspects that demonstrate how susceptible to the effects of a hazard that place is (GFDRR, 2018b).

According to this, the World Risk Report (Bündnis Entwicklung Hilft 2018) established that the most vulnerable places to environmental disasters are located in Oceania, Southeast Asia, Central America, and Africa. These regions concentrate a group of smaller states in need of special

aid, which are called Small Island Developing States (SIDS) and together these states represent 5% of the global population of developing countries (IDA 2009). Given their small size and usual geographical isolation, their vulnerability is enhanced, meaning that when any natural event happens, all the population is affected (WBG 2019g, GFDRR 2017). These conditions also imply human, economic, and environmental costs, as well as long-term impacts. To avoid that, it is necessary to put more effort into solutions to mitigate and resolve the impacts by reacting with structural reforms, providing infrastructure and public services (IDA 2009).

In 2017, many regions were affected by natural hazards. In the "Latin America and Caribbean" and the "Europe and Central Asia" (ECA) regions, hurricanes and earthquakes caused hundreds of deaths and abundant losses. In Africa, natural disasters were intensified by previous problems associated with a lack of food security and poverty. In the "Middle East and North Africa" (MENA), as well as in South Asian regions, the natural phenomena still threaten the population and the economy (GFDRR 2018a).

Even though all regions are vulnerable to these situations, the "East and Pacific" (EAP) is five times more prone to face natural disasters (GFDRR 2018a); nevertheless, they are not able to reduce disaster risk without external help (Bündnis Entwicklung Hilft 2018). Developed countries have a fundamental role in assisting these regions, given their higher incomes and infrastructure know-how to resist and mitigate the consequences of natural hazards (WBG 2019g).

The major amount of resources intended to help crisis situations of environmental character goes mostly to mitigation – used to avoid and to reduce the impacts of climate change – and the remaining amount goes to adaptation – responsible for dealing with present and future impacts (Bosello, Carraro, and de Cian 2010). Nonetheless, both mitigation measures and adaptation ones need to be addressed together (Biesbroek, Swart, and Van Der Knaap 2009). The main explanation for this specific spending regards the difficulty to perceive immediate benefits from adaptation financing, given unknown circumstances, such as time, frequency, and magnitude of the possible hazards, since mechanisms of adaptation are mostly noticeable in a long-term period. The ability to manage development requires certain considerations about the present and future possibility of impacts of climate change risks. It requires actions in order to attain adaptation and resilience capacity, once these characteristics are profoundly connected to development (WBG 2019i).

It is common to realize that prolonged crises are associated with fragility, conflict, and violence that mutually reinforce each other and are capable of intensifying and delaying recovery periods. In this case, it is important to approach the concern revolving around basic services such as transport, healthcare, and education, three of the most affected services after a crisis (GFDRR 2018a). In these scenarios, when the CRW financing aid is required, some steps must be followed, starting with the immediate

notification to access the CRW resources after a severe disaster. Second, it is necessary to demonstrate that the CRW support is appropriate and complements the UN help through an early estimative of the support needed, which can be changed as more information becomes available. Afterward, the Board is responsible for analyzing if this amount will be requested as part of the projects financed by the CRW; these cases involve situations where the consequences of the natural disaster are extremely severe and intense (IDA 2009).

The allocation of IDA resources follows a process considering the potential availability and the amount of resources and reserves flexibility to adjust decisions. In the past couple of fiscal years, the resources allocated to environmental hardships focused on more widespread crises in certain regions. During the fiscal year of 2017, USD 550 million were made available to fourteen countries to deal with four separate crises, namely an El-Niño drought response, a bi-regional drought affecting five countries, an assistance to four countries in response to a commodity price shock, and a support to Haiti in its response to the impact of Hurricane Matthew (IDA 2017). Meanwhile, in the fiscal year of 2016, the CRW allocated USD 200 million to repair damages caused by hazards, half of it due to a flood in Myanmar and the other half, to drought in Ethiopia (IDA 2016).

3.2.3. SANITARY CRISIS SITUATION

Sanitation is one of the most important factors in human health. In 2010, the United Nations General Assembly recognized it as a human right (WHO 2018). According to the World Health Organization, sanitation refers to "the provision of facilities and services for the safe management of human excreta from the toilet to containment and storage and treatment and eventual safe use or disposal" (WHO 2019a, online). The lack of sanitation is the main cause of the spread of infectious diseases as cholera, typhoid, and dysentery; furthermore, it affects mainly the safety of women and girls (WHO 2019a).

It is estimated that more than 2 billion people do not have access to basic sanitation facilities, which is reflected in the 280 thousand deaths caused by lack of sanitation per year. The populations of low and middle-income countries are the most affected by inappropriate sanitation, hygiene, and water access. Improving these factors could reduce not only tropical diseases, but also the severity of malnutrition while promoting dignity and safety (WHO 2018).

The impact of these problems is increased by emergency situations, especially those caused by natural phenomena like earthquakes, hurricanes, and floods that affect local and national infrastructures and capacities, leaving people even more vulnerable (WHO 2019b). In the last decade, at least half of the CRW financing was destined for health situations and envi-

ronmental crises in the African continent (WBG 2019).

According to the Global Facility for Disaster Reduction and Recovery, in the next decade, the main risks that will impact society are related to climate change. It is important to enhance the correlation between these events and humanity's well-being due to the ways in which they affect aspects of health and economic prosperity (GFDRR 2018b). As seen, the Crisis Response Window mechanism was created to help low-income countries solving economic shocks and environmental disasters (IDA 2009). In 2014, the Ebola crisis in African countries, such as Guinea, Liberia, and Sierra Leone, brought up the necessity to add the eligibility of public health emergencies for the CRW financing, which took place in IDA. After the Ebola crisis, the CRW also helped to fight cholera outbreaks in Yemen and recurrent droughts in the Horn of Africa. Health emergencies are a bigger challenge to the CRW assistance, since funds must be directed during an ongoing epidemic, when the situation is even more unstable than in those operations initiated after the shocks (WBG 2019c).

When more than one kind of crisis takes place at the same time, or one crisis triggers another, it becomes harder to overcome them. In natural disasters, public health is even more complicated due to the number of homeless and displaced people, increasing the sanitarian problem (WHO 2008). In 2019, the world faced yet another sanitarian catastrophe, after the Tropical Cyclone Idai made landfall in central Mozambique during the night of March 14th (IOM 2019). Current reports indicate more than 1.85 million people in need, as well as more than 6.5 thousand cholera cases and 14 thousand malaria cases in Sofala Province alone (United Nations 2019). Nonetheless, less than 25% of the estimated funds to help the countries were raised in the UN financing system. The situation presents itself as one of the main menaces to regional health currently faced and as a potential subject of IDA's Crisis Response Window aid.

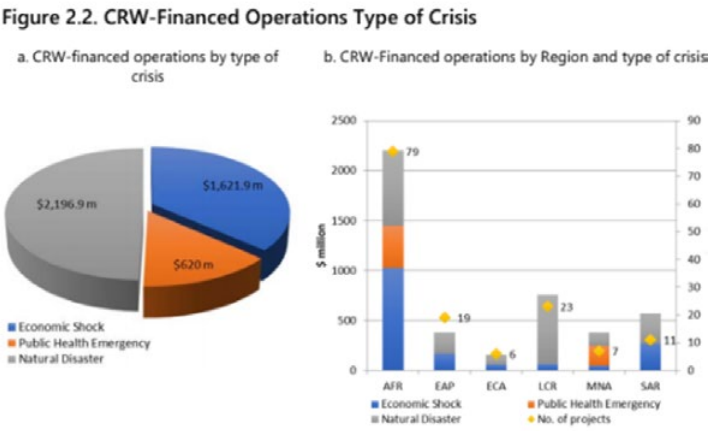
The first steps to having access to the CRW assistance in a public health emergency are similar to the ones in an environmental crisis. Firstly, the Board must be informed of the intention to access the CRW support, for it will verify the accordance with the Bank's overall response, given its own budget and international aid from the UN and other partners. The provision will be adjusted as more information becomes available. The CRW support will be approved if the country affected by a public health situation has declared it as a national public health emergency and if the World Health Organization has declared that the outbreak is of potential international importance. Other factors are taken into consideration in order to determine the CRW's allocation size depending on aspects such as the severity of the emergency and cost of response, the number of people affected, the impact on the GDP, domestic and external sources of financing, resources left in the Crisis Response Window and country size (IDA 2009).

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

In the past decades, globalization increased the interdependence between countries and economies all over the world, consequently establishing an even greater connection between developed and developing countries. These increasing connections allowed the sharing of technologies and knowledge around the world, facilitating the development of poor countries (IDA 2010). However, poor regions must deal with limited and inadequate access to financial resources, infrastructure, and other vulnerabilities. This situation highlights the differences among those countries when compared to more developed ones regarding their conditions to recover from external shocks and their dependence on external aid when facing economic, environmental, or health crises. The 2009 global crisis attested the gap in the international aid framework developed to assist low-income countries in handling these situations (IDA 2010b)

In this scenario, the Crisis Response Window (CRW) was established as an alternative to improve IDA crisis response and support poor countries in their recovery and reconstruction. The CRW complements the work of national authorities and specialized agencies and does not provide funding for resilience-building before a disaster, focusing on reconstruction after episodes involving economic crisis, public health emergencies, and natural disasters (IDA 2018f).

FIGURE 2: CRW FINANCED OPERATIONS BY TYPE OF CRISIS

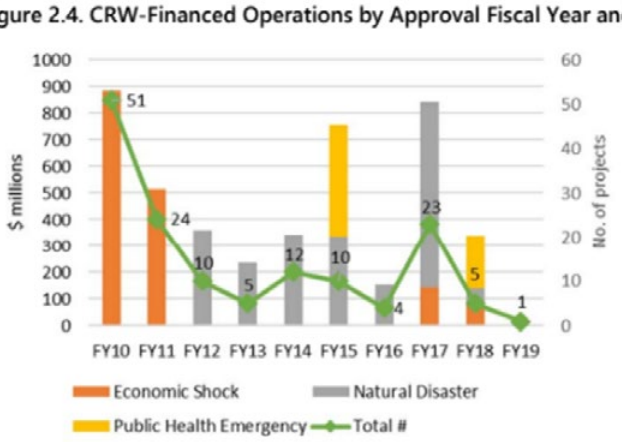


Source: IDA 2019b

4.1 PREVIOUS CASES OF CRW ACTIONS

Crisis Response Window's main goal is to help crisis-affected countries return to their long-term development path, once a severe crisis can destroy decades of development gains and low and middle-income countries tend to take more time to recover. The demand for its resources varies according to the main needs of each fiscal year (IDA 2019b).

FIGURE 3: CRW FINANCED OPERATIONS BY FISCAL YEAR AND CRISIS TYP



Source: IDA 2019b

In recent years, IDA countries have dealt with an increasing frequency and gravity of external shocks, as well as with problems of deeper complexity. Poor countries are more vulnerable to natural disasters, disease outbreaks and economic losses when compared to more developed ones. In economic emergencies, low and middle-income countries have their economic growth and development reduced as a consequence of the spillover effects from shocks in industrialized countries (IDA 2010). CRW funding for this kind of situation totaled USD 1.6 million from the creation of CRW to the end of 2018 (IDA 2019b). Moreover, poor countries are also more vulnerable to climate-related crises as they usually do not have adequate infrastructure to recover. From 2013 to 2017, IDA provided almost USD 2 billion per year for adaptation to the effects of climate change and USD 1.7 billion per year for its mitigation (IDA 2017). These two types of crises collaborate with the increase of public health emergencies, which are very frequent in IDA countries. The increase of global mobility also raised the number of health issues related to the rapid global spread of viral diseases, such as the Avian Flu (IDA 2010). Health situations represented 20% (USD

620 mi) of CRW allocation in 2014 (Ebola crisis) (IDA 2018). The following subsections present examples of CRW actions when dealing with each type of crisis.

4.1.1 ECONOMIC CRISIS

The pilot of CRW was installed during the Midterm Review of the IDA15 replenishment (2010) aiming to help low-income countries that were, at the time, dealing with the spillover of the 2009 global financial crisis and still recuperating from the food and fuel price shocks of 2007 and 2008 (WBG 2009). Some of the main challenges to these operations were preparing the grounds not only to recover from the more pressing crises but also to sustain development in a long-term perspective. Consequently, most of the projects and operations supported by CRW since its creation have had their performances rated as Moderately Satisfactory, avoiding the specter of Moderately Unsatisfactory but also failing to reach the most optimal result (WBG 2019).

It is important to comprehend what led to the creation of CRW and especially to the decision of administrating resources to aid low-income countries to overcome challenges that were imposed by global finance. The World Bank (2010) indicated that slower economic growth impacts core spending (such as health, education, and infrastructure) and results in severe fiscal pressure and financing shortfalls. Following the shortage of 2007 and 2008, it was also highlighted that global food and fuel crises increase the vulnerability of IDA countries when facing commodity price shocks; as a consequence, it pushes a significant amount of those countries' populations below the poverty line and threatens basic survival by raising food and household costs to citizens that already struggled to meet their daily nutritional needs. In short, it is well established that economic crises negatively affect human development and have persistent effects in long-term development outcomes, once most social indicators deteriorate during a macroeconomic crisis (Gillis, Shoup and Sicat 2001).

The measures for external shock management are taken based not only on traditional protocols but also in the particular origins and main affected sectors of each crisis. Thus, projects can be different for any given country even if two or more of them were involved in the same shock (WBG 2019). Furthermore, the reports from 2009 justified CRW's resource allocation with the argument that the main impacts of economic shocks tended to be larger than those of natural disasters and generally affected a larger number of countries by shock (WBG 2010). As a result, 60% of the projects regarding economic shock were approved in 2010, the first year of the pilot program, while the IDA15 replenishment accounted for approximately 80% of the CRW spending in economic shocks resolutions since its creation (World Bank 2019). Nevertheless, after IDA16 and its inclusion of the natu-

ral disaster portfolio and the sanitary crises afterward, the CRW deviated from its financial crisis origins.

To better comprehend how the resources are spent when dealing with economic shocks, one may take as an example of the most recent usages. The latest project financed by the CRW corresponds to the IDA18 "Economic Management Support Operation First Development Policy Financing (DPF)" to Mongolia. The country faced growing governmental debt since 2011, with the budget deficit reaching 17 percent of its GDP in 2016. This was aggravated by the vulnerability occasioned by the expansionary fiscal policy promoted after a commodities boom in 2012. Furthermore, the economy took a major hit from foreign investment collapse after the boom, causing mounting pressure on the balance of payments, which generated a sharp currency depreciation and a significant loss of reserves since 2013. The country received USD 120 million in aid, including USD 80 million from the IDA 18 CRW, with the objective to support the Government of Mongolia in restoring debt sustainability, strengthening the social protection system, and enhancing competitiveness (WBG 2019b).

4.1.2 ENVIRONMENTAL CRISIS

IDA resources through the CRW have played an important role in post-disaster recovery and reconstruction, comprising 57 projects accounting for USD 2.2 billion in commitments. More than half of CRW supported projects addressed to natural disasters were designed for extreme weather events, such as droughts in Kenya, Ethiopia, Djibouti, Lesotho, Madagascar and Malawi; floods in Mozambique, St. Vincent, St. Lucia, Bosnia and Herzegovina, and the Solomon Islands; cyclones in Vanuatu, Tuvalu, Samoa, and Tonga; and hurricanes (IDA 2019a).

At the beginning of 2014, Cyclone Ian, which reached the 5th category in the Richter scale[20], swept across Fiji and Tonga and affected 5,500 people across six islands in the Ha'apai Islands Group resulting in devastation, displaced people, infrastructure damage and deaths (WBG 2014g). The Kingdom of Tonga comprehends 169 islands which are home for almost 120,000 people. Its geographic localization and size collaborate to its narrow economic base and dependency on external aid. The tropical cyclone increased the necessity of international help since it caused the destruction of livelihood systems and the disruption of the private sector, which raised short-term poverty (WBG 2017c). The government of Tonga declared a state of emergency and joined the World Bank and other Tonga partners to respond to almost USD 49.5 million in damage – 11% of Tonga's GDP (WBG 2014g).

20 The Richter scale determines the magnitude of an earthquake by the logarithm of the amplitude of the waves recorded by seismographs. Magnitude 5 on this scale is considered moderate and may cause material damage. Nevertheless, it does not express damage levels (USGS, 2009).

The project's objectives are to restore basic services, housing, and community facilities, besides creating institutional and executing capacities for disaster risk management. The main components include climate resilience by repairing damaged infrastructure and technical assistance and training for enhancing disaster and climate resilience, achieving almost USD 14 million (WBG 2014a). By 2017, key results were achieved: almost five thousand direct project beneficiaries had better infrastructure to deal with natural hazards; 572 households were rebuilt, as well as 14 community facilities; and technical assistance on development and cyclone resilient infrastructure was given (WBG 2017c).

4.1.3 SANITARY CRISIS

Dealing with public health emergencies was an exception to the CRW policy in IDA 17 due to the Ebola situation. This event exposed the need for CRW to cover this kind of crisis as well. Since then, CRW has allocated USD 620 million in six projects involving public health emergencies in the cholera outbreak in the Republic of Yemen and during the Ebola crisis in Western Africa (IDA 2019b).

In 2014, the West African region had its social, economic and health systems severely weakened by the Ebola outbreak in Liberia, Sierra Leone, and Guinea (Médecins Sans Frontières 2017). In August, an Executive Directors' Seminar on the Ebola Virus Disease (EVD) and the Bank's proposed an Ebola Emergency Response Project (EERP) to help affected countries by the Ebola outbreak in West Africa to cope with the crisis and consequently mitigate the spread of EVD on neighboring countries (IDA 2014; WBG 2014e).

The first project was approved by the Board of Directors in September, supporting the first phase of World Bank Group response under the funding of IDA's CRW, the first CRW grant destined to a public health emergency, encompassing the characteristics of natural disasters and economic crises. Its objective was to contribute to the short-term control and mitigation of socio-economic impacts (WBG 2014b).

Firstly, an estimated grant of USD 105 million from CRW was disbursed to the governments of Guinea, Liberia, and Sierra Leone and United Nations (UN) agencies (WBG 2015). The plan had three main guidelines, which were immediate response interventions, intended to boost coordination and cooperation and increase logistic and financing, comprising the delivery of supplies such as protective equipment (PPE), drugs, food, and hazard pay to workers (WBG 2014c).

In November, the World Bank approved USD 285 million as additional financing (WBG 2015) to implement Outbreak Response Plans and support the countries to provide health services, food, and water to the affected population and to address enough health workers and provisions to the affected regions (WBG 2014b). By 2017, 13 health centers had been cons-

tructed in Guinea, as well as 22 out of the 82 planned staff housing units and 24 triage and isolation units (WBG 2017b).

Among the countries affected by the Ebola emergency, the Republic of Liberia was the one whose economic activities decreased the most since the outbreak. The public health crisis interrupted the recent development cycle since the recovery period after the end of the civil war. Around USD 52 million of CRW resources were designated to the Ebola crisis to enforce control measures against the transmission and spread of Ebola Virus Disease, to advance health projects such as the supply of PPEs, the training of health workers, the provision of salaries and distribution of food and water proper to consumption (WBG 2014f). The additional financing granted USD 115 million to improve community-based care, treatments, quick diagnosis, logistic, laboratory capacity and assessment to new technologies (WBG 2014d).

As was seen in this section, in the past years and replenishments the WBG was able to develop a multi-crises response mechanism that attends not only to financial situations but also others as important that threaten the development of the poorest countries. The next section focuses on the different positions of shareholders and receiving countries regarding the CRW and its functions.

5 BLOC POSITIONS

Canada maintains a humanitarian focus in its international assistance. In this way, the main areas that receive Canadian disbursement are sustainable economic growth, human rights and quick response to humanitarian crises (Donor Track 2019a). The latter topic has a deep significance for the Canadian government, as they have multiple mechanisms to respond to humanitarian crises worldwide. For instance, the Canadian Humanitarian Assistance Fund finances aid projects developed by the Humanitarian Coalition to populations suffering from shortage of water, food, sanitary crisis, etc. (Canada 2019a). The Canadian government also provides funds for the Emergency Disaster Assistance Foundation – administered by the Red Cross – and for the UN's Emergency Assistance Fund (Canada 2019b; Canada 2019c). Although the country participates in a considerable amount of crisis response and humanitarian aid funds, more than 60% of the Canadian official development assistance for multilateral organizations goes to the World Bank. Canada has a leading role in IDA and cooperation with agencies of the WBG; the Canadian government has been assisting IDA-only countries, such as Afghanistan and Haiti, which are respectively the first and second largest recipients of Canadian international financial aid (AidFlows 2019e; WBG 2019n). Although these two countries are the largest individual receivers of the financial aid, Latin America and the Sub-Saharan Africa are the regions that receive more funds (AidFlows 2019e).

The **Commonwealth of Australia** is one of the top official development assistance donor countries. Therefore, the country reserved more than USD 2 billion to sponsor development projects and poverty eradication in the biennium of 2016 and 2017, for instance (Australian Government 2017). Of this amount, more than USD 900 million was disbursed to IDA's 18th replenishment budget (IDA 2016b). Regarding the CRW, Australia contributed to one of the projects of the Pilot-CRW to aid the Mongolian government, suffering from an economic crisis in 2009 (IDA 2010c). In addition to its contributions for IDA and the CRW funds, Australia spends the majority of its Official Development Assistance in bilateral partnerships with its neighboring countries in Oceania and in Southeastern Asia (AidFlows 2019f; Donor Tracker 2019c).

The **Federal Democratic Republic of Ethiopia** is one of IDA's 52 borrowing countries, and figured within the top 10 borrowers in 2018, receiving $ 3,122 billion in aid (IDA n.d.). In January 2019, the country's House of Peoples' Representatives approved a new loan of $ 88.33 million from IDA, in order to develop industrial parks, encourage employment generation schemes and enhance refugee-targeted programs (All Africa 2019). The country's cooperation with the World Bank Group has helped to significantly boost its economic activity, which translated into a growth averaging 10.3% a year between 2006/07 and 2016/17, compared to a regional average of 5.4%. With that, Ethiopia aims to reach lower-middle-income status by 2025. Nevertheless, the country still faces significant challenges to maintain positive economic growth and accelerate poverty reduction, both of which require significant progress in job creation as well as improved governance. Therefore, key challenges include tackling limited competitiveness, an underdeveloped private sector and political disruptions (WBG 2019k).

The **Federal Democratic Republic of Nepal**'s political and economic environment has changed in the past few years. In 2006, the conflict that devastated the nation for 10 years was resolved, leading to the establishment of a new constitution in 2015, which institutionalized a federal union in the country. The economy, for its turn, profited from political and institutional stability. The country's GDP registered a growth of more than 7% in 2017 and more than 6% in 2018 (WBG 2019q). However, even if the Nepalese political and economic landscape brings positive forecasts for the future, the physical landscape of the country needs permanent caution. Nepal's geographic localization makes the country susceptible to many natural disasters, the most common being floods or landslides caused by the intense rains and earthquakes. In addition to these natural hazards, the country's lack of infrastructure – since most of its population lives in areas that risk being struck by natural disasters – and its highly agriculture-dependent society threaten a durable sustained growth (IDA 2015). In 2015, two earthquakes with a magnitude of more than 7 points on the Richter scale struck the country. The destruction caused USD 7 billion in losses and the GDP of

the country, in the subsequent year, to drop to approximately 0%[21] (IDA 2015; The World Bank Data 2019b). IDA helped the country – classified as an IDA-only country – in the aftermath of the natural disaster by providing USD 300 million from the CRW funds to the housing reconstruction program for the Nepalese that lost their homes in the earthquake (IDA 2018f).

The F**ederal Republic of Germany** ranks among the richest and most developed countries (WBG 2019t). Therefore, Berlin is a crucial partner in the World Bank's effort to promote development worldwide, being one of the largest financial supporters and shareholders of the institution (WBG 2019u). Being devoted to this multilateral development effort, the country is an important source of funding for the CRW. The nation has been a strong advocate for the development of new research projects on disaster risk reduction, besides providing unilateral aid to strengthen capacities and improve anticipated and early response mechanisms (Germany 2017). Germany usually supports the disbursement for projects related to countries where the existing crisis is causing the population to become refugees elsewhere, as the country is one of the biggest refugee intakers in Europe (WBG 2017d). Furthermore, the nation focuses its resources mainly in the Middle East and Northern Africa, as those are the regions where most of the migrants headed to Germany originate from. Other areas in which the German government also takes interest in supporting are the energy sector and humanitarian aid (Donor Tracker 2019b).

With a USD 2,588 trillion GDP and annual growth of approximately 2.16%, the F**rench Republic** is considered a strategic partner for the World Bank as a developed country located in Central Europe. France has a commitment to combating poverty, working towards the promotion of prosperity and social, human, and economic development (UNCTAD 2017b) and works alongside the World Bank in seeking development policies to a broad range of areas, such as food security, climate change, conflict prevention, governance, health care, and education, trying to ensure basic needs such as sources of safe drinking water and access to public services. The French Development Agency is one of the most important regional institution teams of negotiation on IDA reproduction (WBG 2019m). France also has political reasons to be engaged in such initiatives. This is especially noticeable concerning its former colonies in Africa, where the French play a big role by controlling the exploration of natural resources and by heavily influencing those countries' economies and internal politics to assure French interests (Korkmaz 2019).

Located between South and Central Asia, the **Islamic Republic of Afghanistan** has a GDP of USD 21,993 billion and a growth rate of approximately 2,5% per year approximately (UNCTAD 2017a). While currently facing the challenge of finding sustainable sources for its economic growth, the World Bank has so far spent more than 4.4 billion in development projects

21 The country registered a growth of 0,5% in 2016 (WBG 2019o).

in the country. Recently, Afghanistan was considered the tenth greatest receiver of IDA's funds and one of the countries in which the World Bank Group has worked the most to improve the social problems and indicators. The WBG strategy to help Afghanistan is based on building strong institutions to support the government, promoting inclusive growth, deepening social inclusion to improve human development outcomes, and reducing vulnerability between the underprivileged sectors of society. The country has gone through security issues at the length of its history, which has affected its natural resources, created human insecurity questions and, consequently, harmed its economy. Since 2016, these institutions are working to reduce the insecurity level with projects to deliver positive outcomes, promoting economic and social stability with inclusive sustainable growth (WBG 2019l).

The **Italian Republic i**s one of the 60 contributor countries to IDA, and the organization represents most of the multilateral Official Development Assistance contributions of the country (AidFlows 2019g). In addition to that, the main vehicle through which the Italian government fosters development and actions against poverty is the Italian Agency for Development Cooperation (AICS), destining most of its funds to the Middle East, the Horn of Africa and Southern Asia. The agency covers several areas, ranging from social and economic infrastructure to humanitarian aid (Italian Agency for Development Cooperation, n.d.). The last is area where the majority of the resources were allocated, due to the policy of the Italian government to aid the countries from where refugee fluxes to Europe originate to diminish displacement and refugee population in Africa and Europe (Donor Track 2019d).

Japan is the second-largest shareholder of the WBG. With its commitment to the global development agenda, it is the major donor from trust funds to support development issues, especially those regarding human resources, social development, and climate change investment. Japan also contributes to advance human capital in developing countries, with initiatives such as scholarship programs and universal health. Furthermore, along with the WBG, the Japan-World Bank Program for Mainstreaming Disaster Risk Management in Developing Countries was established in February 2014, which benefits over 36 countries with technical assistance, knowledge, and capacity-building activities (WBG n.d.). Despite being the second-largest shareholder of the WBG, many Official Development Assistance funds are allocated via bilateral partnerships, through which the country seeks to solidify its diplomatic and economic relationships. Therefore, the main areas of Japanese Official Development Assistance interest are investments in infrastructure in the Eastern and Southern Asia - Japan's neighboring countries - and the Sub-Saharan Africa, where Japan seeks greater economic insertion (AidFlows 2019h; Donor Tracker 2019e).

Being a country heavily affected by natural disasters, the **Kingdom of Cambodia** relies on international partners and institutions to provide it

with relief funds. Being considered the 7th most affected country by natural disasters per capita – which in this case includes floods, storms, lightning strikes, and droughts –, Cambodia has been developing its internal capacities to deal with such issues (ODC 2015). Among the initiatives taken to address natural disasters, the creation of the National Committee for Disasters Management (NCDM) stands out, as the organ seeks to promote and organize efforts in all levels of government to promote risk reduction and crisis management (Cambodia 2014). The country, therefore, has shown to be developing a strong internal institutional framework to respond to natural disasters and their consequences – which in Cambodia often includes sanitary crises – despite the country's limited resources (Reliefweb 2017). The nation is still heavily reliant on foreign aid and loans provided by multilateral institutions, and IDA is among its most crucial partners (ODC 2016).

The **People's Republic of Bangladesh** received more than USD 40 million from the CRW pilot project after a cyclone inflicted considerable damage to the country in 2011 (IDA 2010c). However, the country can no longer receive financial help from the CRW mechanism. In the last few years, Bangladesh achieved remarkable goals in its objective to extinguish extreme poverty in the country. Therefore, thanks to this situation and its economic growth, the nation was able to graduate from a low-income country (IDA-only) to a low middle-income state in 2015 (WBG 2019o). At last, it is important to highlight that, although progress in extreme poverty eradication has been made, more can be achieved by the Bangladeshi government. In this sense, Bangladesh, jointly with the World Bank Group, stipulated the year of 2021 as the deadline for the country to graduate to a middle-income nation. To achieve this objective, the Bangladeshi government will have to keep up with its sustainable economic growth and create more than 2 million new jobs with quality payment (WBG 2018o; WBG 2019p)

The **People's Republic of China** is currently the second largest and one of the fastest-growing economies in the world, with a nominal GDP of around USD 12 trillion (The World Bank Data 2017c). Despite that, being such a vast nation in terms of territory and having such a large population, the country is still susceptible to suffering from natural disasters or other types of possible crises, even if having graduated from IDA in the fiscal year of 1999 (IDA 2019c; Xinhua 2019). Beijing's foreign policy is directly linked to supporting less developed countries to form new and stronger partnerships across the world. Besides providing direct aid, China is known for promoting infrastructural and multisectoral capacity-building projects in receiving nations (CIDCA 2018). Since the 1980s, Beijing has provided investment, foreign aid, and financial loans to many countries, especially in Africa, with no restrictions regarding their ideological, political or social organizations (Meukalia 2004; CIDCA 2018). Thus, China presents itself as a viable partner for all nations, but western multilateral financial institutions, such as the World Bank, are not its preferred way to provide support.

Notwithstanding this reduced presence in organs such as IDA, Beijing continues to uphold international development cooperation as an important part of its foreign policy (IDA 2017c; Mardell 2018).

The **Republic of Chad** is one of the 59 current IDA-only countries. However, the country did not have access to the CRW funds in the pilot version of the CRW, because of its status of an oil-exporter nation. As an oil producer and exporter nation, Chad accumulated a considerable quantity of external reserves to counterbalance the adversities of the 2008 international economic crisis (IDA 2012; IDA 2018b). This economic stability was not sustained until the implementation of the permanent CRW. Therefore, the country received USD 80 million from CRW funds between the years of 2016 and 2017 due to external economic shocks (IDA 2018f). Even with the economic aid provided by IDA, the Chadian economy has been in recession during the last years. In 2016, the nation's GDP registered a downfall of more than 6%, and 2% in 2017 (The World Bank Data 2019e). To aggravate its situation, since 2018, Chad has been suffering from a measles epidemic (Doctors Without Borders 2019).

The **Republic of Haiti** is the poorest country in the Western hemisphere, having historically weak political and economic structures, besides being recurrently hit by very destructive natural disasters. Regarding natural disasters, the Caribbean island nation suffers from phenomena such as floods, hurricanes, and earthquakes, to which almost the entirety of the population is vulnerable (WBG 2019v). Following said natural catastrophes, the country has also suffered severely from the outbreak of diseases such as cholera, which are aggravated by Haiti's infrastructural and systemic deficiencies (Guillaume et al. 2018). Furthermore, the government of Port-au--Prince has difficulties tackling the country's severe economic hardships, which include high inflation and unemployment rates, small GDP growth rates, and unfavorable trade indicators (Trading Economics 2019a). This combination of factors, along with previous failures in addressing crises in Haiti promptly, have made Haiti look to international multilateral financial institutions for possible partnerships in eventual future crises (EveryCRS-Report 2010; Binder 2013).

The **Republic of India** was an IDA-only nation until 2014, when it graduated to a middle-income country (IDA 2019c). Even though India had its graduation recently, the country already takes great responsibilities in the organization framework. These responsibilities can be translated into a more prominent financial contribution. In the 18th Replenishment, India donated, for the first time, more than 340 million dollars (IDA 2016b). Regarding the CRW, India contributed to the USD 200 million that was disbursed by the mechanism to finance the housing reconstruction project in the aftermath of Nepal's earthquake in 2015 (IDA 2018f).

The **Republic of Indonesia** joined the World Bank and IDA in 1968, being eligible to receive loans at more favorable terms than those offered by the International Bank for Reconstruction and Development (IBRD). The

initial cooperation projects between the country and the group attended to the Indonesian agricultural sector, later moving to the tourism sector (with the 1970s boom) and environmental concerns from the 1980s onwards (WBG 2019j). Currently, it is one of IDA's contributor countries, being responsible for 0,27% of the total budget in 2018 (IDA n.d.). The Indonesian government has also placed high priority on national economic and social development, drafting the following objectives to be reached by 2025: orderly, developed and just society; competitive and innovative population; just democracy; social and developmental equality among all people and all areas in the country; become an important global economic and diplomatic force (Indonesia Investments, n.d.).

The **Republic of Kiribati** is one of the 59 IDA-only countries and one of the most geographically isolated countries in the world, with a population of only 95 thousand inhabitants (UNCTAD 2009; WBG 2019s). For being composed of archipelagos and small islands, Kiribati has a very undiversified economy – its agricultural production is based on copra and seaweed harvesting – and is very susceptible to different types of external shocks. The country, for instance, has an agricultural instability index 65% higher compared to other underdeveloped countries. Furthermore, the country is also very vulnerable to coastal inundation, shortage of drinkable water, and is highly susceptible to the shock in prices and demand from international trade (UNCTAD 2009). In the last three years, Kiribati is suffering an economic crisis, with its GDP dropping from a 10% growth in 2015 to 5% in 2016 and, finally, stalling its growth in 0,3% in 2017 (WBD 2019d).

The **Republic of Korea** is one of the world's biggest economic success cases, having ascended from a harsh economic situation in the mid-20th century to become a high-income country. Currently, after years of sustained and rapid economic growth and development, combined with poverty reduction, Korea has established itself as a relevant actor in the promotion of international development (WBG 2018d). Internally, Seoul has created the Korean International Cooperation Agency (KOICA) in 1991, in order to promote long-term cooperation in relevant sectors – such as health and education, as well as in emergency relief – with around 125 countries worldwide (KOICA 2019). Multilaterally, South Korea is an important supporter, more notably of IDA but of the World Bank as a whole, providing over a hundred million dollars annually in contributions. The nation's main points of interest are other Asian countries, especially in South and Southeast Asia, as well as Sub-Saharan African nations. Seoul tends to be more supportive of long-term strategic projects, focusing on the development of infrastructure and the social sector, in detriment of more immediate responses, such as humanitarian aid (AidFlows 2019a).

The **Republic of Kosovo** is a partially recognized low-middle-income country that has a very particular economic situation. The nation has managed to sustain continuous economic growth since its declaration of independence, in 2008, but it still has structural fragilities – especially regar-

ding infrastructure and its reliance on remittances – that may hamper its development in the long-term (WBG 2018f). As the government of Kosovo has limited resources of its own, cooperation with private and multilateral financial institutions is of utmost importance for the sustained development of the country and its crisis response mechanisms (U.S. Department of Commerce 2019). Internally, Pristina has developed a plan of action in order to more efficiently address and respond to disasters, with emphasis on floods, fires, and other natural events that may be aggravated by climate change. The strategy is meant to be implemented until 2020 but financial support from institutions such as IDA is instrumental for its proper occurrence (Kosovo 2015).

The **Republic of Mozambique** is one of the 59 countries that are eligible to receive financial and economic aid from the CRW mechanism fund (IDA 2018d). Since the establishment of the Crisis Response Mechanism in IDA, Mozambique received approximately USD 100 million from CRW funds to combat the devastation caused by floods and the humanitarian crisis produced by the drought that the country suffered in the periods of the 16th and 17th replenishments, respectively (IDA 2018f). Furthermore, it is important to highlight that, utilizing one of the categories to measure the necessity of IDA-only countries for CRW funds showed in the 3.2 section, Mozambique is one of the countries with most pre-existing needs (IDA 2009). Mozambican economy is also decelerating in the last years. From a GDP growth of 6% in 2016, the country has declined to a 3% growth in 2017 (World Bank Data 2019a). The economic and humanitarian situation of the country entered a critical level in 2019, after a series of cyclones hit the country at the beginning of the year. Mozambican authorities are estimating that an amount of USD 3.2 billion will be needed to reconstruct the country after the disaster. The cyclones destroyed the farms almost ready to harvest their crops, putting approximately 1.3 million people in need of food assistance (TIME 2019). The economic situation, as said before, is also discouraging as the GDP for 2019 is estimated to stall between 1% and 2% of growth (Reuters 2019).

The **Republic of Rwanda** is one of the 59 nations that compose the IDA-only portfolio. However, since the end of its civil war, the country has testified a sustainable growth of its economy, making the Rwandan government and the World Bank Group stipulate 2035 as the year of its graduation to a middle-income country (The World Group 2019r). However, even with optimistic perspectives for the future, the country, like Mozambique, continues to be one of the most susceptible nations to the effect of crises (IDA 2012). Evidence of the still fragile situation of Rwanda occurred in 2008, when, after the global financial crisis, its GDP growth dropped from 11% in 2008 to 6% in 2009 (The World Bank Data 2019c). The reduction in economic growth was a result of the drop in the prices of the commodities, especially iron, and the reduction on the international direct investment in the country's economy (IDA 2010c). IDA's CRW funds were made available in the

amount of USD 20 million to help the financing of ongoing social security net projects in the health and education areas, for instance (IDA 2010c).

Being the youngest widely recognized sovereign nation, independent only at the beginning of this decade, the **Republic of South Sudan** has still very fragile political and economic structures. Throughout this decade, the country has been highly affected by a widespread civil war among opposing armed political groups. This strife has killed or displaced millions of people, causing severe harm to the South Sudanese economy (WBG 2018e). Currently, the country suffers from high inflation rates, of over 50% a year, negative economic growth, and severe commercial deficit (Trade Economics 2019b). The combination of these factors generates the ever unstable and harsh humanitarian situation observed in the nation (Patel and Wild 2018; WHO 2019). Amidst this troubling situation, its government has relied heavily on the support provided by foreign countries and by international organizations. Bilaterally, the United States and the United Kingdom have been crucial partners in providing humanitarian aid to the country. Internationally, the World Bank Group, and especially IDA, has provided important funds aiming to build capacities in the sectors of health and social services, public administration, and agriculture (AidFlows 2019b).

The **Republic of Uganda** has experienced steady economic growth throughout recent years. Despite instability in surrounding countries, such as South Sudan or the Democratic Republic of the Congo, Uganda has managed to sustain growth rates of around 5-6% over the past decades (WBG 2019w). Being able to keep most of its economic indicators in a healthy state, with the notable exception of the trade deficit, the nation's biggest concerns in this area regard the impact of shocks coming from the foreign environment (Trading Economics 2019c; WBG 2019w). In the past, the nation has suffered the consequences of the actions of armed terrorist groups in its territory, as well as from outbreaks of HIV/AIDS (Uganda 2004). Nowadays, the biggest challenge is that Uganda is frequently affected by natural disasters, most notably floods in the lowlands – harming the critical agricultural sector –, but also droughts, tectonic activity, and landslides (GFDRR 2019). To address these challenges, Kampala has kept strong ties to bilateral partners, as the United States, and to multilateral institutions, of which IDA is the biggest financial supporter. In that sense, although Uganda has made significant advances in the economic field, the nation relies on its foreign allies to provide the necessary funds when unexpected emergencies hit (AidFlows 2019c).

The **United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland** has promoted initiatives, by bilateral or multilateral partnerships, to reduce extreme poverty worldwide through its Department for International Development (DFID) since 1997 (Department for International Development 2019a). Bilaterally, the DFID is mainly present in the African continent – the Democratic Republic of Congo, Mozambique, Sudan, and others – and

in Asia[22] – through Yemen, Pakistan, Afghanistan, and others – promoting projects with the governments of these countries in the areas of health, education, gender inequality and poverty eradication (DFID 2019a, 2019b, 2019c). The United Kingdom had an important role in the Bretton Woods conference when the World Bank was created. Since then, the World Bank has been the most important recipient of the U.K.'s financial contribution for international development, receiving more than 70% of the DFID resources for multilateral projects in 2017 (DFID 2018). Regarding CRW, U.K. representation at the IDA Board was one of the most prominent advocates for its establishment (DFID 2015).

The **United States of America** has historically been the largest financial supporter of IDA and western multilateral financial institutions in a broader sense. Being one of the founding members of the World Bank Group, besides hosting its Headquarters in Washington, D.C., the U.S. has a very influential role in the organization (WBG 2017e). Despite its historical commitment to such institutions, American financial contributions have been questioned over the past years by Trump's administration, which defends that the institution should be more aligned with the U.S. principles and strategic interests (Rifkin 2018). The projects sponsored by the U.S., both multi and bilaterally, focus on Sub-Saharan Africa and the Middle East, especially countries affected by conflict. Regarding the type of development assistance provided, the three most common forms are bilateral projects for technical assistance, humanitarian aid, and multilateral aid, with emphasis on health and other social sectors (AidFlows 2019d). Furthermore, besides making use of multilateral institutions, Washington also promotes international development funding through its own organization. The U.S. Agency for International Development (USAID) employs around USD 20 billion a year in investment projects in over 140 nations, giving special attention to emergency response, agriculture, and financing (USAID 2019). Thus, it becomes clear that the United States is increasingly concerned about strategic and commercial returns to be gained from providing foreign aid, in contrast to the looser and slightly more generous approach of previous administrations (Apodaca 2017).

REFERENCES

AidFlows. 2019a. "Korea, Rep. Of: Donor View - Official Development Assistance (ODA)". Accessed June 4. http://www.aidflows.org/

———. 2019b. "South Sudan: Beneficiary View - Official Development Assistance (ODA)". Accessed June 4. http://www.aidflows.org/

———. 2019c. "Uganda: Beneficiary View - Official Development Assistance (ODA)".

22 It is important to highlight that most countries that receive any aid of DFID's projects correspond to the group of IDA-only country group that CRW funds assist (Department of International Development 2018; International Development Association.

Accessed June 4. http://www.aidflows.org/

———. 2019d. "United States: Donor View - Official Development Assistance (ODA)". Accessed June 4. http://www.aidflows.org/

———. 2019e. "Canada: Donor View - Official Development Assistance (ODA): Bilateral ODA". Accessed August 29. http://www.aidflows.org/

———. 2019f. "Australia: Donor View - Official Development Assistance (ODA): Bilateral ODA". Accessed August 29. http://www.aidflows.org/

———. 2019g. "Italy: Donor View - Official Development Assistance (ODA): Bilateral ODA". Accessed August 29. http://www.aidflows.org/

———. 2019h. "Japan: Donor View - Official Development Assistance (ODA): Bilateral ODA". Accessed August 29. http://www.aidflows.org/

All Africa. "Ethiopia: House Approves Loan Agreement With IDA". Accessed June 6th, 2019. https://allafrica.com/stories/201901180506.html.

Apodaca, Clair. 2017. "Foreign Aid as Foreign Policy Tool". *Oxford Research Encyclopedia of Politics* 5 (8): 01-21. doi: 10.1093/acrefore/9780190228637.013.332

Australia. 2017. "Department of Foreign Affairs and Trade: Annual Report 2016-2017". Accessed June 02, 2019. https://dfat.gov.au/about-us/publications/corporate/annual-reports/Documents/dfat-annual-report-2016-17.pdf

Baldwin, David A. 1961. "The International Development Association: Theory and Practice". *Economic Development and Cultural Change*, 10 (1): 86-96.

Binder, Andrea. 2013. "Is the Humanitarian Failure in Haiti a System Failure?". *Revue Internationale de Politique de Développement* 4 (3): 129-144. doi: 10.4000/poldev.1625

Baulch, Bob. 2004. "Aid for the Poorest? The Distribution and Maldistribution of International Development Assistance". Working Paper, No. 35. Chronic Poverty Research Centre. https://www.files.ethz.ch/isn/128065/WP35_Baulch.pdf

Biesbroek, Robert, Rob Swart, and Wim Van Der Knaap. 2009. "The Mitigation-Adaptation Dichotomy and the Role of Spatial Planning". *Habitat International* 33 (3): 230-237. doi: 10.1016/j.habitatint.2008.10.001

Bosello, Francesco, Carlo Carraro, and Enrica de Cian. 2010. "Climate Policy and the Optimal Balance between Mitigation, Adaptation and Unavoided Damage". *Climate Change Economics* 1 (2): 71-92. doi: 10.1142/S201000781000008X

Brookings. 2007. "Top Ten Global Economic Challenges: An Assessment of Global Risks and Priorities". *Brookings*. Accessed July 27. https://www.brookings.edu/research/top-ten-global-economic-challenges-an-assessment-of-global-risks-and-priorities/.

Bündnis Entwicklung Hilft. 2018. "World Risk Report 2018". Accessed April 30. https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/WorldRiskReport-2018.pdf.

Canada. 2019a. "The Canadian Assistance Fund". Accessed June 02, 2019. https://international.gc.ca/world-monde/issues_development-enjeux_developpement/response_conflict-reponse_conflits/canadian_humanitarian-canadien_humanitaire.aspx?lang=eng

———. 2019b. "Emergency Disaster Assistance Fund". Accessed June 02, 2019. https://international.gc.ca/world-monde/issues_development-enjeux_developpement/response_conflict-reponse_conflits/emergency_disaster-urgence_desastre.aspx?lang=eng

———. 2019c. "The Central Agency Respond Fund". Accessed June 02, 2019. https://international.gc.ca/world-monde/issues_development-enjeux_developpement/response_conflict-reponse_conflits/central_emergency-interventions_urgence.aspx?lang=eng

Cambodia. 2014. "Country Report of Cambodia: Disaster Management". February, 2014. Accessed June 2nd, 2019. https://www.adrc.asia/countryreport/KHM/2013/KHM_CR2013B.pdf

Carvalho, Fernando J. Cardim. 2004. "Bretton Woods aos 60 Anos". *Novos Estudos* 70: 51-63. https://christypato.files.wordpress.com/2008/09/cardim-fernando-bretton-woods--60-anos.pdf

China International Development Cooperation Agency (CIDCA). 2018. "Forum on China-Africa Cooperation Beijing Action Plan (2019-2021)". Accessed June 2nd, 2019. http://subsites.chinadaily.com.cn/cidca/2018-09/05/c_269593.htm

Cruz e Silva, Victor N. L., and Flávio de Oliveira Gonçalves. 2015. "Orthodox Growth Models, Heterodox Approaches and Financial Systems: a Survey on the Rhetoric of Mainstream Literature in the Second Half of the 20th Century". Paper presented at the XVIII Encontro de Economia da Região Sul - Anpec Sul, Porto Alegre, RS, June 10-12.

Culpeper, Roy, Albert Berry, and Frances Stewart (eds.). 1997. "Global Development Fifty Years after Bretton Woods: Essays in Honour of Gerald K. Helleiner". London: MacMillan Press LTD.

Department for International Development (DFID). 2015. "UK engagement with World Bank Group 2015/2016". Accessed June 02, 2019. https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/466138/UK-engagement-world-bank-2015-16.pdf

———. 2019a. "About Us". Accessed May 30, 2019. https://www.gov.uk/government/organisations/department-for-international-development/about#who-we-are

———. 2019b. "Where we work". Accessed May 30, 2019. https://www.gov.uk/guidance/where-we-work.

———. 2019c. "New UK aid for safe and dignified burials to tackle Ebola in DRC". Accessed May 30, 2019. https://www.gov.uk/government/news/new-uk-aid-for-safe-and-dignified-burials-to-tackle-ebola-in-drc

Diaz, James H. 2007. "The Influence of Global Warming on Natural Disasters and Their Public Health Outcomes". *American Journal of Disaster Medicine* 2 (1): 33-42. doi: 10.5055/ajdm.2007.0007

Donor Tracker. 2019a. "Canada Donor Profile". Accessed June 2nd, 2019. https://donortracker.org/country/canada

———. 2019b. "Germany". Accessed June 2nd. https://donortracker.org/country/germany

———. 2019c. "Australia". Accessed August 29. https://donortracker.org/country/australia

———. 2019d. "Italy". Accessed August 29. https://donortracker.org/country/italy

———. 2019e. "Japan". Accessed August 29. https://donortracker.org/country/japan

Doctors Without Borders. 2019. "Chad Measles epidemic from last year still not under control". Accessed June 04, 2019. https://www.doctorswithoutborders.org/what-we-do/news-stories/news/chad-measles-epidemic-last-year-still-not-under-control

Dreher, Axel, Jan-Egbert Sturm, and James Raymond Vreeland. 2007. "Development Aid and International Politics: Does Membership on the UN Security Council Influence World Bank Decisions?". *SSRN Electronic Journal* 88 (1): 1-18. doi: 10.1016/j.jdeveco.2008.02.003

Engel, Susan. 2010. "The World Bank and the Post-Washington Consensus in Vietnam and Indonesia: Inheritance of Loss". London and New York: Routledge.

EveryCRSReport. 2010. "Haiti Earthquake: Crisis and Response". Accessed June 3rd, 2019. https://www.everycrsreport.com/reports/R41023.html

Foster, John Bellamy. 2008. "The Financialization of Capital and the Crisis". *Monthly Review* 59 (11): 1-15. http://tomweston.net/Financialization.pdf

Gavin, Michael, and Dani Rodrik. 1995. "The World Bank in Historical Perspective". *The American Economic Review,* 85 (2): 329-334. http://www.jstor.org/stable/2117942

General Assembly Resolution 60/124, Strengthening of the Coordination of Emergency Humanitarian Assistance of the United Nations, A/RES/60/124 (15 December 2005), available from https://cerf.un.org/sites/default/files/resources/cerf_ga_resolution_2005_en_0.pdf

Germany, Federal Foreign Office. 2017. "Displacement caused by climate change and natural disasters – Germany is working to help with preparedness and protect those affected". Accessed June 2nd, 2019. https://www.auswaertiges-amt.de/en/aussenpolitik/themen/humanitaerehilfe/-/257226

Global Facility for Disaster Reduction and Recovery (GFDRR). 2016. "A Decade of Progress in Disaster Risk Management". Accessed April 30. http://viewer.zmags.com/publication/7c3e2b67#/7c3e2b67/8

———. 2017. "Climate and Disaster Resilient Transport in Small Island Developing States: A Call for Action". Accessed April 30. https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/120998.pdf

———. 2018a. "Bringing Resilience to Scale". Accessed April 30. https://www.gfdrr.org/sites/default/files/publication/GFDRR%20AR%202018_WEB.pdf

———. 2018b. "Aftershocks: Remodeling the Past for a Resilient Future". Accessed April 30. https://www.gfdrr.org/en/feature-story/aftershocks-remodeling-past-resilient-future

Gillis, Malcolm, Carl S. Shoup, and Gerardo P Sicat. 2001. *World development report 2000/2001-attacking poverty*. Washington, D.C.: The World Bank.

Global Facility for Disaster Reduction and Recovery (GFDRR). 2019. "Uganda". Accessed June 4. https://www.gfdrr.org/en/uganda

Griffith-Jones, Stephany, and Jose Antonio Ocampo. 2009. The Financial Crisis and its Impact on Developing Countries, Working Paper, No. 53. International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG), Brasilia. http://hdl.handle.net/10419/71832

Guillaume, Yodeline, Ralph Ternier, Kenia Vissieres, Alain Casseus, Maurice J. Chery, and Louise C. Ivers. 2018. "Responding to Cholera in Haiti: Implications for the National Plan to Eliminate Cholera by 2022". *The Journal of Infectious Diseases* 218 (3): 167-170. https://doi.org/10.1093/infdis/jiy491

Hausmann, Ricardo, and B. Klinger. 2006. Structural Transformation and Patterns of Comparative Advantage in the Product Space. Working Paper, No. 128. Center for International Development, Harvard University, Cambridge, MA. doi: 10.2139/ssrn.939646

Hausmann Ricardo, Francisco Rodríguez, and Rodrigo Wagner. 2008. "Growth Collapses". In Money, Crises and Transitions - Essays in Honor of Guillermo Calvo, edited by Reinhart, C., C. Vegh, and A. Velasco, 377-428. Cambridge: MIT Press.

Hobsbawm, Eric. 1995. "Age of Extremes". London: Abacus.

Hopkins, Anthony G. 1986. "The World Bank in Africa: Historical Reflections on the African Present". *World Development* 14(12): 1473-1487. doi: 10.1016/0305-750X(86)90092-6

Indonesia Investments. "Government Development Plans of Indonesia". Accessed June 6, 2019. https://www.indonesia-investments.com/projects/government-development-plans/item305?.

International Development Association (IDA). IDA's Undisbursed Balances. Washington, D.C., 1992. http://documents.worldbank.org/curated/en/600671468158385476/pdf/814080BR0IDA0I00Box0379834B00OUO090.pdf

International Development Association (IDA). 2010b. Enhancing IDA's Capacity to Respond to Severe Crisis. Washington DC: World Bank Group

———. Proposal for an IDA Crisis Response Window. Washington, D.C., 2009. http://documents.worldbank.org/curated/pt/167981468149401138/pdf/516130BR0IDASE101Official0Use0Only1.pdf

———. Technical Note on the Establishment of a Crisis Response Window in IDA16. Washington, D.C., 2010a. http://documents.worldbank.org/curated/en/104431468153271580/pdf/567730BR0IDA1S1Official0Use0only191.pdf

———. Enhancing IDA's Capacity to Respond to Severe Crises. Washington, D.C., 2010b. http://documents.worldbank.org/curated/en/825771468178142370/Enhancing-IDAs-capacity-to-respond-to-crises

———. Proposal for a Permanent Crisis Response Window in IDA. Washington, D.C., 2010c. http://documents.worldbank.org/curated/pt/127001468336650918/Proposal-for-a--permanent-crisis-response-window-in-IDA

———. Enhancing IDA's Capacity to Respond to Crises. Washington D.C., 2012. http://documents.worldbank.org/curated/en/825771468178142370/pdf/733840BR0IDA0S00disclosed0100240120.pdf

———. 2015. "Nepal earthquake housing reconstruction project'. Accessed June 3rd, 2019. https://www.gtai.de/GTAI/Content/DE/Trade/Fachdaten/PRO/2015/08/Anlagen/PRO201508285002.pdf?v=1

———. IDA Country Allocations for FY16. Washington, D.C., 2016. http://documents.worldbank.org/curated/en/633291473189696408/pdf/Board-Paper-FY16-IDA-Country-Allocations-08312016.pdf

———. IDA Country Allocations for FY17". Washington, D.C., 2017. http://documents.worldbank.org/curated/en/149981508187781672/pdf/FY17-IDA-Country-Allocations-Board--Disclosure-Final-Oct4-10122017.pdf

———. 2017b. ABCs of IDA - Climate Change. Accessed May 29, 2019 https://ida.worldbank.org/results/abcs/abcs-ida-climate-change

———. Table 1A: Contributions to the Eighteenth Replenishment. Washington, D.C., 2017c. http://ida.worldbank.org/sites/default/files/pdfs/ida18-donor-contributions.pdf

———. 2018a. "Crisis Response Window". Accessed April 17. http://ida.worldbank.org/financing/crisis-response-window

———. 2018b. "Immediate Response Mechanism". Accessed April 17. http://ida.worldbank.org/financing/immediate-response-mechanism

———. 2018c. "Financing". Accessed April 21. http://ida.worldbank.org/financing/ida-financing

———. 2018d. "IDA Borrowing Countries". Accessed April 19. http://ida.worldbank.org/about/borrowing-countries

———. 2018e. "Replenishments". Accessed April 21. http://ida.worldbank.org/replenishments

———. 2018f. IDA18 Midterm Review: Crisis Response Window: Review of Implementation. Washington DC: World Bank Group

———. 2019a. "History". Accessed April 20. http://ida.worldbank.org/about/history

———. 2019b. *IDA's Crisis Response Window: Lessons from IEG Evaluations*. Synthesis Report. Independent Evaluation Group. Washington, DC: World Bank

———. 2019c. "IDA Graduates". Accessed June 2nd. http://ida.worldbank.org/about/ida-graduates

International Organization for Migrations (IOM). Mozambique Cyclone Idai Response: Situation Report #1. Geneva, 2019. https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/mozambique_sr_20190403.pdf

Italian Agency for Development Cooperation. 2019. "Aid during the time". Accessed June 6 http://openaid.esteri.it/.

Korean International Cooperation Agency (KOICA). 2019. "What We Do - Overview". Accessed June 4. https://www.koica.go.kr/koica_en/3407/subview.do

Korkmaz, Tuğba. 2019. "'La Françafrique': The Special Relationship Between France and Its Former Colonies in Africa". INSAMER. Accessed September 9. https://insamer.com/en/la-francafrique-the-special-relationship-between-france-and-its-former-colonies-in-africa_2307.html

Kosovo, Ministry of Internal Affairs. 2015. "Disaster Risk Reduction Strategy and Plan of Action 2016 - 2020". Accessed June 06, 2019. http://www.kryeministri-ks.net/repository/docs/SZRrF_anglisht_1.pdf

Lavelle, Kathryn C. 2011. "Multilateral Cooperation and Congress: The Legislative Process of Securing Funding for the World Bank". *International Studies Quarterly* 55 (1): 199-222.

Mardell, Jacob. 2018. "Foreign Aid with Chinese Characteristics". The Diplomat. Accessed June 3rd, 2019. https://thediplomat.com/2018/08/foreign-aid-with-chinese-characteristics/

Medani, Ali I. 1986. "Investing in Development: lessons of World Bank experience by Warren C. Baum and Stokes M. Tolbert". *The Journal of Modern African Studies* 24 (4): 713-714. doi: 10.1017/s0022278x00007394

Médecins Sans Frontières. MSF. 2017. Liberia. Accessed May 29. https://www.msf.org/liberia

Mendelsohn, Robert, Ariel Dinar and Larry Williams. 2006. "The Distributional Impact of Climate Change on Rich and Poor Countries". *Environment and Development Economics* 2 (11): 159-178. doi: 10.1017/s1355770x05002755

Meukalia, Domingos Jardo. 2004. "Africa and China's Strategic Partnership". *African Security Studies* 13 (1): 5-11. doi:10.1080/10246029.2004.9627264

Mijalković, Saša, and Vladimir Cvetković. 2013. "Vulnerability of Critical Infrastructure by Natural Disasters". In National Critical Infrastructure Protection: Regional Perspective, edited by Zoran Keković, Denis Čaleta, Želimir Kešetović, and Zoran Jeftić, 91-102. Belgrade: Čigoja štampa. https://www.test.fb.bg.ac.rs/download/zbornici/Zbornik%20National%20Critical%20Infrastructure%20Protection%202013.pdf

Minsky, Hyman. 1982. "The financial-instability hypothesis: capitalist processes and the behavior of the economy". In: Kindleberger, Charles and Jean-Pierre Laffargue. Financial crises. Cambridge: Cambridge University Press.

Mishkin, Frederic S. 1999. "Lessons from the Asian Crisis". *Journal of International Money and Finance* 18 (4): 709-723. doi: 10.1016/s0261-5606(99)00020-0

Moss, Todd, Scott Standley, and Nancy Birdsall. "Double-Standards, Debt Treatment, and World Bank Country Classification: The Case of Nigeria". Washington, D.C., 2004. https://www.cgdev.org/publication/double-standards-debt-treatment-and-world-bank-country-classification-case-nigeria

Open Development Cambodia (ODC). 2015. "Disasters and emergency response". Last modified January 26, 2019. https://opendevelopmentcambodia.net/topics/disasters-and-emergency-response/

———. 2016. "Multilateral development assistance". Last modified April 28, 2018. https://opendevelopmentcambodia.net/topics/multilateral-development-assistance/

Patel, Ronak B., and Hannah B. Wild. 2018. "To Do No Harm: Humanitarian Aid in Conflict Demands Political Engagement". Disaster Medicine and Public Health Preparedness 12 (5): 567-568. doi.org/10.1017/dmp.2017.133

Pereira, João Márcio Mendes. 2009. "O Banco Mundial como Ator Político, Intelectual e Financeiro (1944-2008)". Doctorate diss., Universidade Federal Fluminense.

Ramos, Leonardo, Javier Vadell, Ana Saggioro, e Márcia Fernandes. 2012. "A governança econômica global e os desafios do G-20 pós-crise financeira: análise das posições de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil". Revista Brasileira de Política Internacional 55 (2): 10-27. http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292012000200002

Rapley, John. 2007. "Understanding Development: Theory and Practice in the Third World". Boulder: Lynne Rienner Publisher.

Reliefweb. 2017. "Disaster Management Reference Handbook - Cambodia (2017)". Accessed June 2nd, 2019. https://reliefweb.int/report/cambodia/disaster-management-reference-handbook-cambodia-2017

Reuters. 2019. "IMF: Mozambique debt talks with VTB almost finalized; cyclone hit growth". Last modified May 17. https://af.reuters.com/article/investingNews/idAFKCN-1SN11G-OZABS

Reyes, Giovanni E. 2001. "Four Main Theories of Development: Modernization, Dependency, World-System, and Globalization". Nómadas - Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas 4 (2): 117-142.

Rifkin, Jeff. 2018. "World Bank Accountability Act would cut 15 to 30 percent of U.S. contributions unless human rights reforms are made". GovTrack Insider. Accessed June 4, 2019. https://govtrackinsider.com/world-bank-accountability-act-would-cut-15-to-30-percent-of-u-s-54e163574d

Taylor, John B. 2000. "Reassessing Discretionary Fiscal Policy". Journal of Economic Perspectives 14(3): 21–36. DOI: 10.1257/jep.14.3.21

TIME. 2019. "Mozambique says it needs $3.2 billion recover after deadly cyclones". Last modified May 30. http://time.com/5598061/mozambique-cyclone-aid/

The World Bank Data. 2017c. "GDP (current US$)". Accessed June 2nd, 2019. https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?year_high_desc=true

———. 2019a. "Mozambique: GDP growth annual (%)". Accessed June 3rd. https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=MZ&view=chart

———. 2019b. "Nepal: GDP growth annual (%)". Accessed June 3rd. https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=NP&view=chart

———. 2019c. "Rwanda: GDP growth annual (%)". Accessed June 3rd, 2019.https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=RW&view=chart

———. 2019d. "Kiribati GDP growth annual (%)". Accessed June 3rd. https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=KI&view=chart

———. 2019e. "Chad GDP growth annual (%)". Accessed June 4. https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=TD

Trading Economics. 2019a. "Haiti - Economic Indicators". Accessed June 3rd. https://tradingeconomics.com/haiti/indicators

———. 2019b. "South Sudan - Economic Indicators". Accessed June 4. https://tradingeconomics.com/south-sudan/indicators

———. 2019c. "Uganda - Economic Indicators". Accessed June 4. https://tradingeconomics.com/uganda/indicators

Uganda, Congress. Northern Uganda Crisis Act. Public Law 108–283—AUG. 2. Kampala, 2004. https://www.congress.gov/108/plaws/publ283/PLAW-108publ283.pdf (accessed June 4, 2019)

UNCTAD. 2009. "Vulnerability Profile of Kiribati". Accessed June 3rd, 2019. https://www.un.org/development/desa/dpad/wp-content/uploads/sites/45/vulnerability_profile_kiribati.pdf

———. 2017a. "Information about Afghanistan". Accessed June 7, 2019. https://unctadstat.unctad.org/CountryProfile/GeneralProfile/en-GB/004/index.html

———. 2017b. "Information about France". Accessed June 7, 2019. https://unctadstat.unctad.org/CountryProfile/GeneralProfile/en-GB/251/index.html

———. 2017c. "Japan". Accessed June 7, 2019. https://unctadstat.unctad.org/CountryProfile/GeneralProfile/en-GB/392/index.html

Union of Concerned Scientists. 2018. "Each Country's Share of CO2 Emissions". Last modified October 11th. https://www.ucsusa.org/global-warming/science-and-impacts/science/each-countrys-share-of-co2.html

United Nations, Office for the Coordination for Humanitarian Affairs, CERF Rapid Response Window: Procedures and Criteria (23 September 2011), available from https://cerf.un.org/sites/default/files/resources/7i%20CERF%20Rapid_Response%20Window%20Procedure%20and%20Criteria_0.pdf

———. Mozambique: Cyclone Idai & Floods - Situation Report No. 17. Nairobi, 2019. https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/ROSEA_20190420_Mozambique_SitRep%2017_as%20of%2020%20April%202019_for%20upload.pdf

U.S. Agency for International Development (USAID). 2019. "Results". Accessed June 4. https://results.usaid.gov/results

U.S. Department of Commerce. 2019. "Kosovo - Infrastructure". Accessed June 10. https://www.export.gov/article?id=Kosovo-Infrastructure

U.S. Geological Survey (USGS). 2009. "The Richter Magnitude Scale". Accessed September 15, 2019. https://web.archive.org/web/20090901233724/http://earthquake.usgs.gov/learning/topics/richter.php

Velde, Dirk Willem te. "The Role of Development Finance Institutions in Tackling Global Challenges". London: Overseas Development Institute, 2011. https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/7310.pdf

Viola, Eduardo, and Larissa Basso. 2016. "O Sistema Internacional No Antropoceno". *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 31 (92): 01-18. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092016000300501&lng=e n&nrm=iso

World Bank Group (WBG). OP 8.00 - Rapid Response to Crises and Emergencies. Washington, D.C., 2007. https://policies.worldbank.org/sites/ppf3/PPFDocuments/090224b0822f72c0.pdf

———. 2009. Proposal for a Pilot IDA Crisis Response Window. Washington, DC: World Bank.

———. "Proposal for an IDA Immediate Response Mechanism". Washington, D.C., 2011. http://documents.worldbank.org/curated/en/822531468336713469/pdf/654670BR0Box360nly0900IDAR201100303.pdf

———. Chair Summary. Guinea, Liberia and Sierra Leone - Ebola Emergency Response. 2014a. Project. 90772. [online] Available at: http://documents.worldbank.org/curated/en/91830146803rd943582/pdf/907720SU0P1523020Box385322B00OUO090.pdf

———. Implementation Status & Results Africa Ebola Emergency Response Project (P152359). 2014b. Report No: ISR16566. [online] Available at: http://documents.worldbank.org/curated/en/157411468193761023/pdf/ISR-Disclosable-P152359-10-17-2014-1413555645943.pdf

———. International Development Association Project Appraisal Document on Proposed Ida Grants. 2014c. Report No: PAD1134. [online] Available at: http://documents.worldbank.org/curated/en/217561468054579248/pdf/PAD11340PAD0P1010Box385319B00OUO090.pdf

———. International Development Association Project Paper on Proposed Additional Grants. 2014d. Report No: PAD1210

———. Project Information Document (PID) Appraisal Stage. 2014e. Report No.: 87160. [online] Available at: http://documents.worldbank.org/curated/en/390251468118732513/pdf/871600PID0140000Box385202B00PUBLIC0.pdf

———. Project Information Document (PID) Appraisal Stage. 2014f. Report No.: PIDA12686. [online] Available at: http://documents.worldbank.org/curated/

en/812361468198877613/pdf/PID-Appraisal-Print-P152359-09-03-2014-1409778393380.pdf

———. Resettlement Policy Framework Tonga Cyclone Ian Reconstruction and Climate Resilience Project. Ministry of Infrastructure Kingdom of Tonga. 2014g. RP1621 REV. [online] Available at: http://documents.worldbank.org/curated/en/164121468112132682/pdf/RP16210REVISED0Box385192B00PUBLIC0.pdf

———. Implementation Status & Results Report. Ebola Emergency Response Project (P152359). 2015. Sequence 2. [online] Available at: http://documents.worldbank.org/curated/en/402261468004849559/pdf/ISR-Disclosable-P152359-04-23-2015-1429817061914.pdf

———. Implementation Status & Results Report. Ebola Emergency Response Project (P152359). 2017b. Sequence 9. [online] Available at: http://documents.worldbank.org/curated/en/715681513948795506/pdf/Disclosable-Version-of-the-ISR-Ebola-Emergency-Response-Project-P152359-Sequence-No-09.pdf

———. Integrated Safeguards Data Sheet Restructuring Stage. 2017c. Report No.: ISDSR22288. [online] Available at: http://documents.worldbank.org/curated/en/842651496425195131/pdf/Restc-ISDS-Print-P150113-06-02-2017-1496425186771.pdf

———. 2017d. "Refugee population by country or territory of asylum". Accessed June 2nd, 2019. https://data.worldbank.org/indicator/sm.pop.refg?end=2017&most_recent_year_desc=true&start=1990

———. 2017e. "United States Overview". Last modified February 10. https://www.worldbank.org/en/country/unitedstates/overview#1

———. "Annual Report 2018". Washington, D.C., 2018a. http://www.worldbank.org/en/about/annual-report

———. IDA18 Mid-Term Review — Crisis Response Window: Review of Implementation. Washington, D.C., 2018b. http://documents.worldbank.org/curated/en/537601542812085820/pdf/ida18-mtr-crw-stocktake-10252018-636762749768484873.pdf

———. New Country Classification by Income Level: 2018-2019. Washington, D.C., 2018c. Last modified July 1, 2018. https://blogs.worldbank.org/opendata/new-country-classifications-income-level-2018-2019

———. 2018d. "Republic of Korea Overview". Last modified April 19. http://www.worldbank.org/en/country/korea/overview

———. 2018e. "South Sudan Overview". Last modified October 12. https://www.worldbank.org/en/country/southsudan/overview

———. 2018f. "Kosovo Overview". Last modified October 11. https://www.worldbank.org/en/country/kosovo/overview#1

———. 2019a. "History". Accessed April 15. http://www.worldbank.org/en/about/archives/history

———. 2019b. "What We Do". Accessed April 15. http://www.worldbank.org/en/about/what-we-do

———. 2019c. "About the World Bank". Accessed April 16. http://www.worldbank.org/pt/about

———. IDA Regional Window Program 2003-17: Lessons from IEG Evaluations. Washington, D.C., 2019d. http://documents.worldbank.org/curated/pt/581021554826852897/pdf/IDA-Regional-Window-Program-2003-17-Lessons-from-IEG-Evaluations.pdf

———. IDA's Crisis Response Window: Lessons from an Independent Evaluation Group. Washington, D.C., 2019e. http://documents.worldbank.org/curated/en/211301554826093564/IDA-s-Crisis-Response-Window-Lessons-from-IEG-Evaluations

———. 2019f. "IDA's Crisis Response Window: Lessons from IEG Evaluations. Synthesis Report. Independent Evaluation Group." Accessed April 30. https://ieg.worldbankgroup.org/sites/default/files/Data/reports/syn_idacrisisresponse.pdf

———. 2019g. "Weathering the Change: How to Improve Hydromet Services in Developing Countries?". Accessed April 30. https://www.gfdrr.org/sites/default/files/publication/weathering%20the%20change_web.pdf

———. 2019h. Nature-based Solutions: a Cost-Effective Approach for Disaster Risk and Water Resource Management. Accessed April 30. https://www.worldbank.org/en/topic/disasterriskmanagement/brief/nature-based-solutions-cost-effective-approach-for-disaster-risk-and-water-resource-management.

———. 2019i. Action Plan on Climate Change Adaptation and Resilience - Managing Risks for a More Resilient Future. http://pubdocs.worldbank.org/en/519821547481031999/WBG-Action-Plan-on-Climate-Change-Adaptation-and-Resilience-FINAL.pdf

———. 2019j. "The World Bank in Indonesia". Accessed June 11 https://www.worldbank.org/en/country/indonesia/overview.

———. n.d. "The World Bank in Italy". Accessed June 6, 2019. https://www.worldbank.org/en/country/italy/overview.

———. 2019k. "The World Bank in Ethiopia". Accessed June 6. https://www.worldbank.org/en/country/ethiopia/overview.

———. 2019l. "Afghanistan". Accessed June 7. https://www.worldbank.org/en/country/afghanistan/overview

———. 2019m. "France". Accessed June 7. https://www.worldbank.org/en/country/france/overview

———. n.d. "The World Bank and Japan". Accessed June 7, 2019. http://pubdocs.worldbank.org/en/595061520318916471/world-bank-and-japan-EN.pdf

———. 2019n. "The World Bank in Canada: Overview". Accessed June 2nd. http://www.worldbank.org/en/country/canada/overview#2

———. 2019o. "The World Bank in Bangladesh: Overview". Accessed June 3rd. https://www.worldbank.org/en/country/bangladesh/overview

———. 2019p. "Bangladesh: reducing poverty and sharing prosperity". Accessed June 3rd https://www.worldbank.org/en/results/2018/11/15/bangladesh-reducing-poverty-and--sharing-prosperity

———. 2019q. "The World Bank in Nepal: Overview". Accessed June 3rd. https://www.worldbank.org/en/country/nepal/overview#1

———. 2019r. "The World Bank Group in Rwanda: Overview". Accessed June 3rd. https://www.worldbank.org/en/country/rwanda/overview

———. 2019s. "The World Bank Group in the Pacific Islands: Overview". Accessed June 3rd. https://www.worldbank.org/en/country/pacificislands/overview

———. 2019t. "Germany". Accessed June 1st. https://data.worldbank.org/country/germany

———. 2019u. "Germany Overview". Accessed June 1st. https://www.worldbank.org/en/country/germany/overview#1

———. 2019v. "Haiti Overview". Accessed June 3rd. https://www.worldbank.org/en/country/haiti/overview

———. 2019w. "Uganda Overview". Accessed June 4. https://www.worldbank.org/en/country/uganda/overview

World Health Organization (WHO). 2008. "How Can Water-Related Diseases Be Prevented During Emergencies?". Accessed 18 April. https://www.who.int/features/qa/31/en/.

———. 2018. "Sanitation Key Facts". Accessed April 12. https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/sanitation

World Health Organization (WHO). 2019. "South Sudan Humanitarian Situation Report - 2019". Accessed June 4. https://afro.who.int/publications/south-sudan-humanitarian--situation-report-2019

———. 2019a. "Sanitation". Accessed April 18. https://www.who.int/topics/sanitation/en/

———. 2019b. "Water Sanitation Hygiene. Environmental health in emergencies". Accessed April 12. https://www.who.int/water_sanitation_health/emergencies/en/

Xinhua. 2019. "Natural disasters affect 630,000 people in China in February". Accessed June 2nd. http://www.xinhuanet.com/english/2019-03/06/c_137873484.htm

ilc

international law commission



UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 7 2019 | p. 422-455

JUS COGENS: DEFINING THE FUNDAMENTAL NORMS OF INTERNATIONAL LAW

Elisa Piva Corrêa[1]
Leonardo Flach Aurvalle[2]
Pedro Hiroshi Watanabe di Gesu[3]

ABSTRACT

The International Law Commission currently faces the task of developing its understanding of a special set of norms of International Law: *jus cogens* norms. These are unlike most of international norms: for one, even an overriding State consensus is not enough to do away with these norms through simple treaty-making, nor through custom-forming. Besides that, there is little to no agreement on the content of this set of peremptory norms, nor on what they entail. Furthermore, it is rather uncertain where they come from: if not in treaties nor in customs, where are they to be found? In divine inspiration? In reason? Or in acts of will carried out by States? These are questions that defy our understanding of this outstanding bit of public international law. The duty of the ILC on the topic of *jus cogens* is, precisely, addressing those issues.

1 Elisa is a fifth-year student of Law at UFRGS and director at the ILC.

2 Leonardo is a fourth-year student of Law at UFRGS and assistant-director at the ILC.

3 Pedro is a fourth-year student of Law at UFRGS and director at the ILC.

1 INTRODUCTION

Jus cogens is, to put it bluntly, the name given to a set of norms of international law that cannot be altered through the simple agreement of States – however many they may be. Hence the term "*cogens*", compelling (Weatherall 2016), peremptory (Crawford 2012) – or, to put it in common parlance, absolute[4]. There is little agreement on the content of such set of peremptory norms – by way of a somewhat uncontroversial example, one may think of the prohibition of slavery, or of piracy (Weatherall 2016; Crawford 2012). Yet, according to the Vienna Convention on the Law of Treaties (VCLT), such norms stand unfettered as sole sovereigns of International Law: no treaty nor custom is valid if it conflicts with them, and they may only be altered by norms of identical nature (United Nations 1969).

Such claim to an absolute authority seemingly finds its roots in a long-running tradition of thinking about law in general – namely, that according to which there is *"natural"* (god-made, and/or rationally discovered), as opposed to "*positive*" (human-made), law (Weatherall 2016; ILC 2016). A natural law doctrine entails the belief that there is law that is as certain and as unchangeable as the fact that 2+2=4, or that some birds sing (Finnis 2011; ILC 2016). Such way of thinking was hugely influential in the construction of international law dating to its origins, and the notion of peremptory, "necessary", international legal norms arguably finds its roots there (Weatherall 2016). Even when natural law thinking became unfashionable, *jus cogens* continued to be a decisive, if controversial, part of international law. There is general agreement on the existence of norms that States may not do away with, as one can see in the aforementioned VCLT; there is general disagreement on what and which those are, how we may identify them and what they do entail (Weatherall 2016). Here lies the issue entrusted to the ILC: seeking to settle this controversy.

Attending to this matter does not only mean naming the norms that have achieved such status today, but also, and more importantly, settling their nature, how they may be identified, and what are their consequences. All these questions are in themselves polarizing, regardless of national agendas – which, since ILC's members act in an individual capacity, are mostly irrelevant. To declare what *jus cogens* norms are amounts to the same as stating which few rights are ascribed by international law to individuals and communities beyond the will and decision of the States (and how so). In other words, a good answer to them seemingly implies both a communitarian commitment to a group of core values, and that these are beyond reach of the whim of the democratic or totalitarian, socialist or capitalist – and so on – government of the day (Weatherall 2016).

There are leads to such a solution: the ILC itself has given it some

4 As it follows from Art. 53 from the Vienna Convention on the Law of Treaties, only a jus cogens norm may alter another jus cogens norm (United Nations 1969).

contours – if only rather slightly – in the VCLT (United Nations 1969). What is more, although it is true that claims of divine revelation are presumably out of question, the history of practice of *jus cogens* and its connections to natural law doctrine, along with other modern, toned-down, positivist approaches, are, no doubt, rich resources for the Commission's work. In the outline, what matters the most is that tackling *jus cogens* is an example *par excellence* of the ILC's function: it attends to the fact that to foster the growth of International Law, one must trim the excesses and systematize the developments. That is, all in all, the function of the Commission as for the matter of *jus cogens*.

In this study guide, we will initially present a general historical account for the development of the doctrine of *jus cogens,* in section 2. A description of its theoretical foundations will follow in section 3, and an account of the current status of *jus cogens* in international law will be put forward in section 4. Finally, possible approaches to the issue and questions to ponder will be set out in sections 5 and 6.

2 HISTORICAL BACKGROUND

In order to make a proper analysis of the questions surrounding jus cogens in international law, one must be aware of its historical evolution. This debate is certainly not new, and knowing it is fundamental to understand the modern challenges of *jus cogens.* The present section is a brief overview of this background.

2.1 THE NATURAL LAW ERA: LAW AS CERTAIN AS THAT 2+2=4

Although the concept of a non-derogable norm has its origins in classical Roman Law, it was only first developed as part of an international system of law during the 16th and 17th centuries (ILC 2016). This is due to the understanding that the main international law scholars of that age, such as Hugo Grotius, Emer de Vattel, and Christian Wolff, had of law (ILC 2016). Such authors believed on the existence of an immutable body of law – created by God and revealed by human reason – called natural law, independent from man's will and hierarchically superior to the law created by them (Wieacker 1967; David, Jauffret-Spinosi, and Goré 2016).

Hugo Grotius' (1724) most prominent work, *De jure belli ac pacis* ("The law of war and peace"), is a befitting example of natural law's inertia. Here the author considers that natural law derives from God (Grotius 1724). Thus, it is a perpetual and universal obligation that could never be considered unjust. Furthermore, since natural law is immutable, not even its

creator, God, would have the capacity to alter it (Grotius 1724)[5].

Once one accepts the understanding that even the creator of natural law was considered incapable of altering it, it comes as no surprise that nations could not do so either (Vattel 2008). Emer de Vattel (2008) considered that, since men are subject to natural law[6], and nations are their union in civil society, they too are bound to act in accordance with natural law. Accordingly, the law of nations, being natural law applied to nations, is also immutable (Vattel 2008). Nations cannot "[...] make any changes in it by their conventions, dispense with it in their own conduct, nor reciprocally release each other from the observance of it" (Vattel 2008, §9). Therefore, any treaty or convention that goes against the law of nations – and necessarily natural law – are unlawful (Vattel 2008).

2.2 THE POSITIVE LAW ERA: THE SECULAR REALITY

Gradually, during the late 18th and throughout the 19th century, scholars started to question key premises of natural law (ILC 2016). The scientific positivist perspective of law, especially relevant in the German League, envisioned law as a closed system independent from values and non-legal objectives (Wieacker 1967). Although restrictive, scientific positivism did not understand the legal system as an immutable and perfect body of law, they admitted that legal norms could leave gaps in the system (Wieacker 1967). However, the system was complete because it possessed the concepts and logical reasoning that should be used by judges to bridge such gaps (Wieacker 1967).

The 19th century also saw the development of legal positivism (Wieacker 1967). Even if similar to scientific positivism in questioning the basis of natural law, it focused on the establishment of the State, through its legislative branch, as the sole creator of law (Wieacker 1967). Inspired by the nationalistic movements and the formation of the nation-state, legal positivism rejected natural law's conception of a universal body of laws immutable and necessarily applicable to all, including States (David, Jauffret-Spinosi, and Goré 2016; Wieacker 1967). The emergence of sovereignty

5 The question of whether God could alter the Natural Law was a fundamental dilemma of Natural Law thinkers (Shapiro 2003). On the one hand, if God is almighty, he certainly can change it (Shapiro 2003). On the other, if God can remake Natural Law, it is neither immutable, nor permanent (Shapiro 2003). Grotius (1724) and Vattel (2008) considered that God could not and would not alter its own creation. Some voluntarist thinkers however, such as Lock through his workmanship theory, tried to solve this dilemma creating a distinction between Law and Right (Shapiro 2003). The former would be a set of norms allowing or forbidding the enjoyment of things, while the latter would derive from the free use of a thing. Thus, Natural Law, as God's creation, belongs to him and is an expression of his will. It is his Right, so he can freely dispose of it. However, since humans are not the creators of Natural Law, it is our Law and we would not be capable of altering it. Hence, Natural Law is not immutable in relation to its creator, but it is still immutable to humans (Shapiro 2003).

6 The author uses the expression law of nature.

and the will of the States are direct consequence of this new perspective (ILC 2016).

Under the legal positivism perspective, international law is a system of law created mainly through State's consent (ILC 2016). This can be manifested by a combination of a State's actions in conjunction with the belief that it is obligated to behave in a certain manner – such is the case of customary norms – or by the conclusion of a treaty (ICJ 1969b; Kelsen 2009). Furthermore, the norms that compose the system are disposed in a certain hierarchical order (Kelsen 2009).

In the end, in spite of legal positivism having become the main doctrinal approach to understanding and conceptualizing law, the idea of superior non-derogatory norms was still, though not so prominently as before, present. Lauri Hannikainen (1986), quoted by Dire Tladi (ILC 2016), mentions the prohibition of piracy as the most significant example. It was so entrenched – in doctrine at least – to the point of them being considered enemies of mankind (ILC 2016; Hannikainen 1986).

2.3 UNEASY PEACE: THE INTERWAR PERIOD

After the First World War, and especially due to the creation of the League of Nations, the idea of non-derogable norms as part of the international law regained some traction (ILC 2016). Articles 11, 18, and 20 of the Covenant of the League of Nations were major factors leading to the rehabilitation of the concept of peremptory norms (League of Nations 1919):

> [...] Article 11: Any war or threat of war, whether immediately affecting any of the Members of the League or not, is hereby declared a matter of concern to the whole League, and the League shall take any action that may be deemed wise and effectual to safeguard the peace of nations. In case any such emergency should arise the Secretary General shall on the request of any Member of the League forthwith summon a meeting of the Council.
> It is also declared to be the friendly right of each Member of the League to bring to the attention of the Assembly or of the Council any circumstance whatever affecting international relations which threatens to disturb international peace or the good understanding between nations upon which peace depends. [...]
>
> [...] Article 18: Every treaty or international engagement entered into hereafter by any Member of the League shall be forthwith registered with the Secretariat and shall as soon as possible be published by it. No such treaty or international engagement shall be binding until so registered. [...]
>
> [...] Article 20: The Members of the League severally agree that this Covenant is accepted as abrogating all obligations or understandings inter se which are inconsistent with the terms thereof, and solemnly undertake that they will not hereafter enter into any engagements inconsistent with the terms thereof. In case any Member of the League shall, before becoming a Member of the League, have undertaken any obligations inconsistent with the terms

> of this Covenant, it shall be the duty of such Member to take immediate steps to procure its release from such obligations. [...]

Article 11, while seeking to guarantee peace, also promoted the idea of an international community by establishing the collective consequences of an attack on a member of the League. Article 18, by its part, was the subject of an arbitration at the French-Mexican Claims Commission (League of Nations 1928). Though considered by the arbitral tribunal to represent a legal norm that States could not dispose of (League of Nations 1928), Dire Tladi points out that it does not quite reflect a traditional *jus cogens* norm since it, as a treaty provision, was only applicable to members of the League (ILC 2016). Similarly, Article 20 defined the idea of norms capable of derogating other agreements inconsistent with the core values enshrined in those norms. Although not quite the same as *jus cogens*, these provisions represented a significant change of perspective from 19th century positivism (ILC 2016).

2.4 TO HELL AND BACK: FROM THE END OF THE SECOND WORLD WAR TO THE VIENNA CONVENTION ON THE LAW OF TREATIES.

The Vienna Convention on the Law of Treaties of 1969 is one of the major international treaties adopted in the second half of the 20th century. When it comes to the matter of *jus cogens*, it becomes especially relevant, for its Article 53 defines as void any treaty that, at the time of its conclusion, violates peremptory norms.

> Article 53. TREATIES CONFLICTING WITH A PEREMPTORY NORM OF GENERAL INTERNATIONAL LAW ("JUS COGENS") A treaty is void if, at the time of its conclusion, it conflicts with a peremptory norm of general international law. For the purposes of the present Convention, a peremptory norm of general international law is a norm accepted and recognized by the international community of States as a whole as a norm from which no derogation is permitted and which can be modified only by a subsequent norm of general international law having the same character (United Nations 1969).

This article is a direct consequence of the eighth report on the law of treaties, drafted by ILC's special *rapporteur,* Sir Gerald Fitzmaurice (ILC 2016). He considered that a treaty should be void if its object was not in accordance with norms which have the nature of *jus cogens* (ILC 1958). In addition to that, Sir Fitzmaurice distinguished the hypothesis of States contracting inter se a provision departing from customary rules of international law from that of a treaty provision violating a *jus cogens* norm (ILC 1958). The first situation would be a simple matter of *jus dispositivum*, once the departure from customary norms would be restricted to the treaty, only affecting the contracting parties (ILC 1958). The latter hypothesis, on

the other hand, would constitute a violation of the *res inter alios acta* principle, because a departure of *jus cogens* necessarily affects the international community as a whole, not only the contracting parties, causing the treaty to be void (ILC 1958).

On the other hand, the vagueness of Article 53, though at first it may seem mesmerizing, is nonetheless intentional (ILC 1966). The ILC (1966) decided that it would be more appropriate not to include any example of non-derogable norms in the article. First, it considered that there would be a significant risk of States interpreting the provision as a closed list. That is, any situation not contemplated in Article 53 would automatically not constitute a rule of *jus cogens* (ILC 1966). Secondly, it understood that a comprehensive list would fall outside the scope of Article 53 (ILC 1966).

3 STATEMENT OF THE ISSUE

After this account of the historical development of jus cogens doctrine, it is time to set out its theoretical foundations and flash out the problems arising therefrom. In the following sections, we intend to show how *jus cogens* stands out among the sources of international law and present some of the themes that pervade the debate on its definition, nature, content, and legal effects.

3.1 A PRELIMINARY STEP: WHAT IS INTERNATIONAL LAW?

International law is mainly the byproduct of two state-centered and state-led acts: treaty-making and custom-forming. States act in a certain way that consciously attracts certain duties and certain rights and act accordingly. In this sense, it is a human-made artifact – more precisely, a human-made normative order, just like a game of chess or a queue in the theater.

International treaty-making is analogous to the signing of a contract between private individuals under domestic law: States formally agree to comply to a certain set of duties, and, sometimes, on how to solve any disagreement that may arise regarding its terms. Furthermore, they may reach a different understanding in the future and set it out on a treaty, that will derogate (invalidate) the previous one, pursuant the rule of *lex posterior derogat priori* (i.e. posterior law derogates previous law). Most of the rules that currently govern these events are set out in the VCLT (Crawford 2012; Weatherall 2016).

Customs, on the other hand, stem from the combination of the consistent adoption of a certain conduct by States (State practice) and the reflected opinion of the involved parties that compliance to such conduct is required by law or necessity (*opinio juris sive necessitatis)*. They may, as well,

be derogated by supervenient law, be it either a new custom or a new treaty norm. Also, a State that persistently objects to a customary norm during its formation will not be bound by it, according to the persistent objector doctrine, which has been upheld by the International Court of Justice in the *Colombian-Peruvian Asylum* and *Fisheries Jurisdiction cases* (Crawford 2012; Weatherall 2016).

According to Crawford (2012), these two are, in practice, the most important sources of International Law. They are two of the four legal sources mentioned in Article 38 of the International Court of Justice Statute – deemed by Crawford (2012, 21) "[h]istorically the most important attempt to specify the sources of international law". Besides treaties and custom, Article 38 also lists as sources of international law "(c) the general principles of law recognized by civilized nations" and "(d) [...] judicial decisions and the teachings of the most highly qualified publicists of the various nations, as subsidiary means for the determination of rules of law" (Crawford 2012, 22).

In any event, when it comes to customs and treaties, States are at least supposed to know the obligations to which they are subjecting themselves and willfully act in a way that makes clear that they do desire to be bound by them. In this sense, international law is, as we have said, a normative order forged on the will and consent of its main subjects. To put it simply, States choose to be bound by most of international law, and they can even decide to cease to be bound by their previously contracted obligations. This principle plays an important role in guaranteeing that the law of nations is built horizontally, and this is so in the interest of the autonomy and sovereignty of the various nations. But this is not quite the case with *jus cogens* norms, as it will be shown in the following section.

3.2 JUS COGENS AND JUS DISPOSITIVUM

Jus cogens norms, unlike the remainder of international law, are norms that cannot be derogated by posterior treaties – or, as it happens with customary norms, objected to when they are being created. They are, in this sense, to be distinguished from *jus dispositivum* norms. Weatherall singles out this distinction in the following terms:

> Gerald Fitzmaurice, the third special *rapporteur* on the law of treaties, postulated that the establishment of such a category [that of *jus cogens*] in international law necessarily gave rise to a distinction between two classes of rules in international law, 'those which are mandatory and imperative in any circumstances (jus cogens) and those (*jus dispositivum*) [...] the variation or modification of which under an agreed régime is permissible' (Weatherall 2016, 4).

In understanding this distinction, it is again helpful to compare tre-

aty-making to the signing of a contract between private individuals in domestic law. Just as private citizens cannot agree to whatever they want in their private contracts[7], States cannot agree to whatever they wish in the treaties they conclude. This is so because, similarly to domestic law, there are norms in international law that cannot be set aside by simple agreement. These are, precisely, *jus cogens* norms. Article 53 of the VCLT is useful, once again, as it provides a definition of *jus cogens:*

> Article 53. TREATIES CONFLICTING WITH A PEREMPTORY NORM OF GENERAL INTERNATIONAL LAW ("JUS COGENS") A treaty is void if, at the time of its conclusion, it conflicts with a peremptory norm of general international law. For the purposes of the present Convention, a peremptory norm of general international law is a norm accepted and recognized by the international community of States as a whole as a norm from which no derogation is permitted and which can be modified only by a subsequent norm of general international law having the same character (United Nations 1969).

In other words, Article 53 distinguishes between those two categories of norms to which Sir Fitzmaurice referred in his report to the ILC. On the one hand, there are norms that can be derogated (*jus dispositivum*) and, on the other hand, there are peremptory norms *(jus cogens).* The latter cannot be derogated by the mere signing of a posterior treaty or the formation of a posterior custom, as they are hierarchically superior to "regular" norms. In this sense, they are analogous to fundamental norms in modern day constitutionalism.

Although it helps us understand how *jus cogens* norms stand out from other international legal sources, Article 53 was conceived to provide a rule for resolving antinomies (i.e. normative conflicts) between a treaty and a jus cogens norm. Therefore, it does not alone provide answers to the many questions that arise from the recognition of a category of hierarchically superior norms.

In order to develop this realm of international law, the Commission will have to tackle the following questions[8], which will be addressed in the following sections: i) where do *jus cogens* norms come from – that is, which acts, if any, create them; ii) how to identify a *jus cogens* norm – that is, how one is to tell a jus cogens norm apart from *jus dispositivum* norms; iii) examples, if any are to be found, of *jus cogens* norms; and iv) what do *jus cogens* norms entail (ILC 2014).

7 For example, contracts are void under the Brazilian Constitution if they violate any fundamental right (Sarlet 2015).

8 This follows, essentially, the structure suggested by the ILC in 2014: "(a) the nature of jus cogens; (b) requirements for the identification of a norm as jus cogens; (c) an illustrative list of norms which have achieved the status of jus cogens; (d) consequences or effects of jus cogens" (ILC 2014, 280).

3.3 BETWEEN NATURE AND WILL: NATURAL LAW AND LEGAL POSITIVISM

What is the nature of peremptory norms? Are they moral principles, embedded in international law by natural design, or are they the byproduct of willful compromise of States? Do they belong to international law as stars belong to the sky, whether anyone knows or thinks about them at all, or are they human artifacts, as cave art and coins?

As we have seen in the previous sections, the clash between the belief in natural law and legal positivism has forged the development of international law and especially of *jus cogens*. It is now important to understand how this dispute remains fundamental in understanding this special source of international law.

Before anything else, it is important to repeat the caveat done by the ILC itself: "there is no natural law theory to *jus cogens*, just as there is no positive law theory to *jus cogens*; there are, rather, natural law theories and positivist theories" (ILC 2016, 30). However, an overview of the main tenets and issues of each group of approaches should suffice for the purposes of this study guide.

One way of conceiving *jus cogens* norms is to think of them as the design of a natural order of things. That is, that *jus cogens* norms exist as the byproduct not of the will of the States, but of natural law. The belief in natural law, according to Hart (2012, 186), is the belief "that there are certain principles of human conduct, awaiting discovery by human reason, with which man-made law must conform if it is to be valid". The existence and normative authority of certain norms regardless of any human act, in this case, stems from their correspondence to self-evident *(per se nota)* moral principles, discovered through practical reason:

> [F]or Aquinas, the way to discover what is morally right (virtue) and wrong (vice) is to ask, not what is in accordance with human nature, but what is reasonable. And this quest will eventually bring one back to the underived first principles of practical reasonableness [...] (Finnis 2011, 35).

This is an ancient legal tradition, tracing back to *millennia a*go. As Otero (2007) shows, natural law theories predate Aquinas: one may find them their roots in Roman Stoicism and in Ancient Greece, notably on the famous Antigone play by Sophocles. Nonetheless, it is hard to overstate how influential its various (and diverse) ramifications have been on the development of domestic and international law in the last centuries in the West. For a persuasive example, one may turn to two touchstones of human rights history: namely, the American Declaration of Independence and the French Declaration of the Rights of the Man and of the Citizen. There, one will find the same claims to self-evidence of which Aquinas spoke. Rights are enunciated as self-evident truths or as entities that may be ignored by

government but will exist regardless – and their neglect will not be without terrible consequences:

> Despite their differences in language, the two eighteenth-century declarations both rested on a claim of self-evidence. Jefferson made this explicit when he wrote, 'we hold these truths to be self-evident.' The French Declaration stated categorically that 'ignorance, neglect or contempt of the rights of man are the sole causes of public misfortunes and governmental corruption (Hunt 2007, 19).

This is also arguably true for the Universal Declaration of Human Rights, even if in a much toned-down manner:

> Not much had changed in this regard by 1948. True, the United Nations Declaration took a more legalistic one: 'WHEREAS recognition of the inherent dignity and of the equal and inalienable rights of all members of the human family is the foundation of freedom, justice and peace in the world.' Yet this too constituted a claim of self-evidence, for 'whereas' literally means 'it being the fact that.' In other words, 'whereas' is simply a legalistic way of asserting a given, something self-evident (Hunt 2007, 19).

Rights – and particularly human rights – thus conceived are extra--political entities, belonging to moral rather than legal codes (Moyn 2017). According to this view, rights are not created by governments, but simply discovered and/or declared, through practical reason (Finnis 2011). Furthermore, as the declarations of rights quoted above show, natural law theories dictate that a government that fails to acknowledge or protect them will lack legitimacy, or, at least, be haunted by terrible consequences.

And they converge with the text of Article 53 of the VCLT, which prescribes that a treaty is void if it is contrary to *jus cogens* norms, because, according to natural law theory, "positive law derives its validity from natural law [...]" (Finnis 2011, 28). Natural law doctrine entails, as we have seen, the belief that law is invalid if incompatible with certain moral principles that exist whether anyone knows about them or not:

> Principles of this sort [of natural law] would hold good, as principles, however extensively they were overlooked, misapplied, or defied in practical thinking, and however little they were recognized by those who reflectively theorize about human thinking. That is to say, they would 'hold good' just as the mathematical principles of accounting 'hold good' even when, as in the medieval banking community, they are unknown or misunderstood (Finnis 2011, 24).

Furthermore, its relevance in understanding *jus cogens* becomes clear when one is reminded of the moralistic concerns that underlie it. *Jus cogens* norms come in detriment of absolute state sovereignty and power – which otherwise would not know morality-imposed boundaries –, irradiating in-

ternational law with morality. This is why the ILC has previously averred: "*jus cogens*, undoubtedly, has its roots in the natural law approach to international law" (2016, 30). As Weatherall points out:

> [T]he aftermath of the Second World War saw a reaction against the absolute Statism that had previously defined the international system. Natural law elements of morality and humanity were incorporated into positive international law in the form of jus cogens (2011, 103).

However, how morality is incorporated to international law remains a crucial theoretical problem. If peremptory norms exist and impose themselves as a parameter of validity of positive law, as natural law theory understands them, then their incorporation into positive law is a mere act of discovering and declaring something that existed all along – having been created by a god, or corresponding to a certain rational moral system, and so on. This is where this approach to peremptory norms becomes troublesome, as we soon will show.

Against this background, one may try and understand *jus cogens* with a different approach, which focuses on formal sources of law, setting it apart from morality and moralistic claims. This is the approach of legal positivism, that remains preponderant in international law: indeed, even though international law has been heavily subjected to the influence of morals after the Second World War, "contemporary international law conceives of its formal sources exclusively through positivism, no longer admitting natural law as an independent source" (Weatherall 2016, 123).

Legal positivism is a complex tradition of thinking about law, and its focus shifts depending on the author. But, as Hans Kelsen (2009) understood it, the purpose of a legal positivist in understanding law is producing value-free scientific knowledge of law – that is, knowledge uncontaminated by the personal values of the person seeking to understand it. To understand law as a scientist, according to Kelsen (2009), is to describe it and present it without shaping (and ultimately deforming) it with our personal values and beliefs on how the law should be.

There is an important point to this: a description of law that fails to distinguish on how one thinks law is and how law should be is at risk of allowing law to be hijacked by one's own personal values and purposes, rather than being understood as it has been enacted. This is important so that a rule of law, and not of men, is obtained: norms are applied to individual cases as they have been previously enacted. Conversely, if one can change the rules *ex post facto*, imposing her whims on others – ultimately shaping it according to her will –, then legal certainty (which is essential to the rule of law) ceases to be. Legal certainty is, ultimately, the protection of *a priori* knowledge of the impersonal norms applicable to human conduct. If norms are ultimately defined according to one's personal values, then, *a priori* knowledge of law becomes impossible. This is why Alexy (2007) con-

ceives legal positivism to be the understanding of law that emphasizes legal certainty. According to the positivist view, there is great emphasis on the notion of formal legal sources, which "is intended to achieve certainty over the content of the law by providing a methodology through which distinguish the law in force (*lex lata*) from the law that ought to be (*lex ferenda*)" (Weatherall 2016, 120). This is, clearly, the opposite of a natural law understanding of law, according to which how "law ought to be" overrides "law in force" if the latter is incompatible with the self-evident principles of morality to which it must conform.

In Kelsen's breed of legal positivism, this emphasis on law as it is and rejection of law as it should be stems from the belief that there is no objective way of demonstrating how the law should be (Kelsen 2009). This is because the principles to which law should conform, according to natural law doctrine, cannot themselves be demonstrated to be universal – this is clear when Finnis (2011), describing natural law theory, points out that its principles are deemed to be self-evident, or, in other words, expected to be taken at face-value. Kelsen, a moral relativist, rejected such approach, saying that natural law theory exactly depended on "an absolute value [which] can be assumed only on the basis of religious faith in the absolute and transcendent authority of a deity" (Kelsen 2009, 63). In other words, positivism is ultimately the rejection of a law shaped by a moral code deemed, but never shown to be, universal.

The international community congregates nations of contrasting moral backgrounds. In this sense, a positivist understanding of law seems to be a better fit to the construction of international law, for it does not need, and in fact rejects, the imposition of a universal moral code. This is of special importance since invocations of universal morality and humanitarian interests often cloak not-as-noble interests, including imperialist interventions, as the following example shows:

> If rights had any internationalist pedigree flowing from the French Revolution, it was, alas, mainly to be found in Napoleon Bonaparte's claim to be spreading the flame of the rights of man as he engulfed the world in the conflagration of his imperial designs. 'Oh ye Egyptians,' says Napoleon proclaimed in 1798 in advertising his conquest as an benevolent act, 'they may say to you that I have not made an expedition hither for any other object than that of abolishing your religion... But tell the slanderers that I have not come to you except for the purpose of restoring your rights from the hands of the oppressors.' (Moyn 2017, 13).

Indeed, one may not ignore "the longstanding imperial entanglements of both humanitarianism and rights [...] history shows how frequently they have been offered as justifications for invasion, expansion and annexation" (Moyn 2017, 13). Natural law theory, even in its most popular expressions (such as in human rights discourse), fails to achieve universal consensus and to provide a universal foundation for its claims of authority, depending on their self-evidence. Nonetheless, as Hunt suggests, commenting on the

American Declaration of Independence and on the French Declaration of the Rights of the Man and the Citizen, a "[...] claim of self-evidence relies ultimately on an emotional appeal; it is convincing if it strikes a chord within each person" (Hunt 2007, 25). According to Moyn, Hunt herself seems to believe that there are biological foundations to this emotional appeal of rights, "in spite of her own demonstration of how chronologically and culturally specific they are" (Moyn 2017, 7).

In effect, as pointed out by the ILC, natural law's approach to *jus cogens* "primary difficulty remains the question of who determines the content of natural law [...] Kolb, critiquing the natural law approach, states that 'each one of us can postulate norms of justice [but the] question whether these norms are part of positive law [remains] unsettled'" (ILC 2016, 31). Self-evident first principles must be deemed, as they often are not, self-evident by everyone. Otherwise, their imposition over those whose judgement differs seems to invariably acquire authoritarian coloring and to threat the principle of sovereign autonomy on which international law is (supposed to be) forged upon.

But if natural law's claim to self-evidence is at grips with cultural and moral diversity that is pervasive in the experience of international law, a legal positivistic account of jus cogens is not free of hardships. Through natural law lenses, jus cogens may be easily understood as the kernel of self-evident morality to which international law, as domestic law, must attend to, in order to be valid. International law, for a natural law theorist, will be law as long as it matches fundamental moral requirements – and these will be *jus cogens* norms. Furthermore, it is easy to account for *jus cogens erga omnes* effects in these terms, for self-evident principles are, by design, universally binding. In this aspect, the ILC has asserted that "to the extent that jus cogens implies hierarchy, then natural law, which is premised on the idea of higher norms, whether derived from divinity, reason or some other source of morality, would seem to be a natural basis for *jus cogens*" (2016, 30-31).

Legal positivists, however, cannot account for *jus cogens* in these terms, for they reject morality as an independent parameter of legal validity. In other words, law may be law regardless of its inherent moral qualities, since for a norm to be valid it only has to accord to certain specific legal criteria of validity (for example, the validity criteria set out for treaties on the VCLT). Morality will only be a condition of validity of legal norms if and only if another previous legal norm has established it as such.

For international law, legal positivism:

> [...] at its purest, is based on the idea of the free will of States and that it is only through consent that international law is made. Thus States cannot be bound by rules to which they have not consented. 181 Under a positivist approach to jus cogens, norms can only achieve jus cogens status once consented to in some way by States (ILC 2016, 32).

This is where things start to become problematic, for in this case *jus cogens* would become devoid of the absolute authority that is inherent to its concept. *Jus cogens* norms are conceived as norms that can only be altered by future norms of the same kind. This is what the ILC calls *jus cogens* "element of non-derogation". Furthermore, they present *erga omnes* effects – that is, they are universally binding. This sets them apart from other international legal sources, giving them an (almost) absolute authority. A positivistic account of *jus cogens* is thus doomed to face two issues in explaining this special authority:

Primarily, a legal positivist account of peremptory norms faces hardships in explaining its *erga omnes* authority. According to the traditional legal positivist account of international law, law's authority is derived from consent. However, jus cogens authority is understood to be universal, regardless of previous sovereign acts of consent. Against this background, according to a legal positivist account, if *jus cogens erga omnes* authority becomes dependent of previous acts of state consent, then, its universality becomes contingent, dependent on States willingness to consent to it. If a State refuses to consent, then it ceases to be a *jus cogens* norm.

Secondly, in a legal positivistic account of *jus cogens*, this special authority could only be grounded on positive acts of lawmaking. But what will guarantee that a future positive act of lawmaking will not change this? For a legal positivist, it becomes clear that the ascription of absolute (or special) authority to jus cogens norms is a human act of will – and what a human act of will gives, a human act of will can take it away. In this sense, it seems that legal positivism can only account for peremptory norms that are peremptory as long as the international community decides them to be.

These issues, which actually are the two sides of the same coin, lead to the tentative conclusion that a positivist account of *jus cogens* cannot explain some of its inherent features. Peremptory norms' universal authority will be universal as long as the international community treats them as such.

There are attempts to bridge those differences between positivism and natural law, in regard of *jus cogens*. Weatherall, developing what he calls a "kind of inclusive positivism" (2016, 178) – that is, a conception of positive law that allows for moral considerations, exactly because positive law itself has included it in its workings –, defends a conception of *jus cogens* that is guided by the principle of human dignity:

> The normativity implicit in peremptory norms of general international law, and their categorical distinction as jus cogens from jus dispositivum, is evocative of the natural law tradition in international law. In this contemporary iteration, however, positive law admits this normativity through the incorporation of general principles of law, i.e. human dignity, in a way that

> admits a moral element which produces an imperative, universal quality to the positive law arising therefrom. A kind of inclusive positivism permits such considerations through opinio juris sive necessitatis, evidenced by the practice of States, pursuant to the emergence of peremptory norms (Weatherall 2016, 178).

As it appears, this proposal attempts to ground the moral content of *jus* cogens in positive acts of the States. According to this approach, "peremptory norms are norms of customary international law influenced by general principles of law, namely human dignity" (Weatherall 2016, 203). And in support of it, Weatherall (2016) attempts to lay the foundations of social-contract theory of *jus cogens*, mentioning, as a means of identifying human dignity in the canon of *jus cogens*, international practice, including, among others, the drafting of Article 53 of the VCLT, treaties, and decisions by international judicial organs.

This is an attractive attempt to reconstruct, through the examination of practice of the states, a kernel of shared morality, demonstrated through positive, willful acts, which would show the *opinio juris* that the protection of this shared morality is needed (Weatherall 2016). It seems unclear, however, if it can address what perhaps is the main issue in a positivist approach to *jus cogens*: how to account for the absolute authority of such norms, as we have explained above.

Furthermore, it is open to question how these acts reflect a universal moral consensus, or just a limited discourse which excludes – be it through unequal political and economic power structures – other possible and existing value systems. In other words, the relativity of value that lies in the heart of legal positivism remains to be addressed. In this aspect, it is of great importance to point out that, although human dignity has lately become a somewhat pervasive in human rights discourse, it has acquired its current meaning and relevance only very recently:

> Jürgen Habermas, the great German thinker, recently admitted that human dignity had not featured as the cited authority for human rights for most of modern history, whether in 1776 in Virginia or 1789 in France or thereafter; he concluded from this fact that dignity must have been implicit to human rights all along. That cannot be correct. During most of that time dignity served to elevate some people over others, rather than putting them on the same level.3 And when dignity did finally enter politics – mysteriously encoded at mid-century in the United Nations Charter, the Universal Declaration of Human Rights (1948), and West German Constitutional Basic Law (1949) – it was not the watchword in philosophy or political theory that it has become. (Moyn 2017, 20).

Indeed, despite its current centrality in human rights and constitutionalist discourse, dignity did not always serve such noble causes – instead, it served to distinguish and protect the interests of members of nobility and other members of higher social castes (Herzog 2012). This was also true for its usage in international relations: dignity was used, and indeed conti-

nues to be used, as a reason to distinguish and bar the prosecution of high-ranking state officials (Di Gesu and Souza 2017). If so, it becomes doubtful whether dignity is a suitable candidate to serve as the fundamental principle of *jus cogens*, as Weatherall proposes. Thus, it remains open to question how this account of *jus cogens* fares under scrutiny *vis-à-vis* these and other considerations briefly set out above. This is the general landscape in which ILC will have to develop its work on the foundations of *jus cogens*.

3.4 HOW TO IDENTIFY JUS COGENS NORMS

Having once settled on the nature of *jus cogens* norms, the ILC will have to set out the rules that govern their creation and/or identification. This is a crucial step, for, as Weatherall asserts, "[s]ince the formal establishment of *jus cogens* with the codification of the VCLT, its substantive ambiguity has been the target of criticism and a source of criticism towards the category as a meaningful classification" (2016, 200).

Indeed, even in the event of ILC deciding that peremptory norms ultimately reflect fundamental moral principles, international law does not currently provide a clearly defined procedure of recognizing and declaring them. In such case, the ILC would have to determine which moral principles constitute the fabric of *jus cogens* norms. Moreover, it would have to establish a clear methodology for deriving said norms from these abstract moral principles.

Likewise, if the ILC concludes that *jus cogens* norms are the product of willful state acts of sovereignty and belong, for example, to a special kind of international customary law, it would have to establish how these special norms are to be created and identified. This would include, for example, *criteria* for ascribing universal authority to such customs, such as universal acclamation and other forms of State practice.

Illustratively, Weatherall's methodology for identifying peremptory norms may be mentioned. As we have seen, Weatherall understands *jus cogens* norms as a special kind of international customary norms, which has, as a guiding light, the principle of human dignity. These customary norms, according to Weatherall's approach, "arise from the social need of the international community, *opinio juris sive necessitatis*, which is linked to the general principle of human dignity" (Weatherall 2016, 203), and its development is undertaken through a multitude of international acts, such as multilateral treaty-making and judicial practice.

It is by identifying these acts and ultimately searching the decisions international courts and tribunals, Weatherall suggests, that one may identify this special set of international legal norms. In this respect, Weatherall asserts that "[a]s a doctrine of international law, it follows that pronouncements by courts and tribunals are, in practice, the most authoritative articulations of peremptory norms" (2016, 203). Applying these parameters,

Weatherall identifies, among others, the following prohibitions as examples of *jus cogens* norms: piracy, slavery, serious violations of humanitarian law, crimes against humanity, aggression, genocide, torture, apartheid, and terrorism.

Furthermore, it must be noted that recently, the ILC (2019), providing a list of norms that the Commission itself has consistently recognized as *jus cogens* examples in the past, likewise resorted to State practice and previous decisions by international courts and tribunals. Said list includes: i) the prohibition of aggression or aggressive force; ii) the prohibition of genocide; iii) the prohibition of slavery; iv) the prohibition of apartheid and racial discrimination; v) the prohibition of crimes against humanity; vi) the prohibition of torture; vii) the right to self-determination; and viii) the basic rules of international humanitarian law.

In addition, the ILC noted that:

> [...] other norms that have been cited as norms of jus cogens, and whose jus cogens status enjoys a degree of support, include the prohibition of enforced disappearance, the right to life, the principle of non refoulement, the prohibition of human trafficking, the right to due process (the right to a fair trial), the prohibition of discrimination, environmental rights, and the prohibition of terrorism. The number and diversity of norms that have been put forward as candidates for jus cogens are large. (ILC 2019, 55).

Indeed, ILC's list is not intended as exhaustive (ILC 2019) and it remains open to debate whether other norms have equally achieved *jus cogens status.* For example, Paulo Otero, a natural law theory proponent, has suggested that the *jus cogens* category includes the Universal Declaration of Human Rights:

> A revealing text of an axiological synthesis of rights inherent to the human person recognized by the universal legal consciousness, the Universal Declaration of Human Rights takes the form of a jus cogens norms repository, endowed with an independent and autonomous imperativity, that binds all States, independently and even against their will [...] (Otero 2007, 364-365).

Moreover, it is especially interesting that both the ILC and Weatherall have resorted to State practice and courts pronouncements in order to identify *jus cogens* norms, for it signals a tendency to understand *jus cogens* as a special form of international custom. Indeed, if peremptory norms are identified by previous widespread recognition by States and courts, then, the crucial element of belonging to this category of international legal norms is being recognized as such.

It remains an important issue, nonetheless, which *criteria* must be applied in identifying some norms as *jus cogens* norms. The special reason this being so is that *jus cogens* norms, by design, are supposed to be universally binding. Therefore, one question seems unavoidable – namely:

should a norm be universally acclaimed as peremptory, that is, recognized by every sovereign state, for it to belong to the *jus cogens* category? This is a crucial point, for, as we have seen, it is conceivable that some states disagree with the ascription of *jus cogens* authority to some norms, and the imposition of its *erga omnes* effects, in such event, would risk violating their sovereignty and autonomy.

Moreover, another question must be considered by the ILC in defining how certain norms attain *jus cogens status*: namely, whether a norm, after being recognized as belonging to *jus cogens*, may be, in the future, altered or even suppressed. Article 53 of the VCLT, as we have seen, seems to allow for future change in the content of *jus cogens*, as long as it is by force of another *jus cogens* norm. However, this is incompatible with natural law approaches to *jus cogens*: since *jus cogens* norms are held by natural law theorists to reflect self-evident, immutable, moral principles, future change in their content is, at least in principle, impossible – unless the new norm is understood as the correction of a previous mistake in identifying which norms really belong to *jus cogens*[9].

Indeed, this issue has been noticed by the ILC:

> Apart from the question of indeterminacy, natural law approaches to jus cogens inevitably come up against the text of the Vienna Convention – unless one is to accept that that too is invalid. As Kolb notes, by providing that peremptory norms may only be modified by other peremptory norms, article 53 recognizes that norms of jus cogens are not 'immutable' – a hallmark of natural law. Similarly, if natural law existed independent of time and space – immutability – then article 64 of the Vienna Convention, which recognizes that 'new peremptory norm(s)' may emerge, would be curious to say the least (2016, 31-32).

These are, thus, some of the questions that will have to be addressed by the ILC in defining how *jus cogens* norms are to be identified and elaborating an exemplificative list of such norms.

3.5 INTERNATIONAL PUBLIC ORDER: CONSEQUENCES OF JUS COGENS NORMS?

As they reign untouchable by treaties and customs, *jus cogens* norms belong to a different class of international law. They are, in this sense, very similar to constitutional norms within domestic legal systems – according to Article 53 of the VCLT, any treaty that happens to collide with a peremptory norm is just as void as a contract that violates a fundamental right

9 This would be the case, for example, if a norm defining that a certain conduct "x" is prohibited by jus cogens, according to a certain moral belief "a", is, in the future, revised to define that the conduct "x" is allowed in such-and-such conditions, according to a new moral belief "b", which is deemed to reveal a previously unknown exception to the prohibition contained in the moral belief "a", and, thus, in the jus cogens norm "x".

in Brazilian domestic law. This effect of outlawing any treaty that clashes with *jus cogens* is deemed to translate into the existence of an international public order (Weatherall 2016). That is, *jus cogens* norms, understood as peremptory norms international law, would constitute an international public order (*ordre publique*), as opposed to regular, negotiated and/or negotiable international legal norms, such as those arising from treaties and customs.

Furthermore, although the idea of *jus cogens* is conceptually indissociable from that of *erga omnes* obligations – that is, obligations that bind the whole of the international community – it must be noticed that it is, at least in theory, possible to imagine *erga omnes* obligations that simply do not have *jus cogens status*. This would be the case, for example, of a treaty of which every international legal subject becomes a party but is not considered to contain any *jus cogens* norm – thus remaining possible for any party to leave it, if it will. Nonetheless, it may be said that, as a rule, "obligations *erga omnes* concern the enforcement norms of *jus cogens* [...]" since they "are 'virtually coextensive' with peremptory norms of *jus cogens"* (Weatherall 2016, 10-11).

It should be stressed, as well, that there is "a duality of responsibility under international law for violations of peremptory norms" (Weatherall 2016, 12). That is, international law offers two different regimes of responsibility for a *jus cogens* violation. On the one hand, individuals responsible for violations of peremptory norms are criminally charged of committing an "international crime" – an expression which, according to Weatherall, has "evolved to refer exclusively to individual conduct in violation of a peremptory norm" (2016, 11).

On the other hand, since "international law does not admit crimes of States" (Weatherall 2016, 11), they may be brought to responsibility for a *jus cogens* violation through the regime of responsibility for internationally wrongful acts. This is an undifferentiated regime of responsibility – that is, neither criminal nor civil –, which may, at least conceivably, include the breaching of a peremptory norm (Weatherall 2016).

Having identified the foundation of *jus cogens*, and developed a method of identifying its norms, ILC will have, as well, to clarify their consequences and the punishments applicable for their breaching. This will include, in effect, defining what *jus cogens erga omnes* authority entails for the members of the international community – for example, whether States must solely refrain from violating *jus cogens* norms, or if they are also under the obligation to foster its protection. This is of particular interest since *jus cogens* breaches may be, conceivably, used as a justification of aggression and foreign military intervention. Furthermore, it must be defined how individuals and States may be brought to justice if they breach their duties imposed by *jus cogens*.

4 THE STATUS OF JUS COGENS IN INTERNATIONAL LAW

In the post World War Period, if one was to establish a milestone marking the beginning of the modern development of *jus cogens* norms, it would be the adoption of the VCLT of 1969 with its Article 53 (ILC 2016). In spite of its inmensurable relevance – especially considering that the VCLT has a nature of customary norm – it is not to outshine and outclass other significant developments such as the rulings of the International Court of Justice (ICJ) and the recent work done by the ILC. In this section, therefore, we will first analyze some of the most relevant decisions of the ICJ regarding jus cogens. After that, we will proceed to a brief analysis of the work done by Dire Tladi as Special Rapporteur for the topic of Jus Cogens.

4.1 PREVIOUS RULINGS OF THE INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE

The ICJ has, up to now, referred to *jus cogens* – either directly or indirectly – in 11 majority decisions. These rulings review a general acceptance by the ICJ of the existence of j*us cogens*, but they are not in their entirety helpful in establishing which norms of international law have a peremptory character. In this section we will analyze some of those 11 decisions.

In North Sea Continental Shelf (ICJ 1969a), when considering whether the rule in Article 6 had evolved into a rule of customary international law, the Court recognized a distinction between *jus dispositivum* and *jus cogens.* While not analyzing the nature and effects of jus cogens, it excluded them from the well understood – and supported by practice – notion that rules of international law can, both by agreement – as well as by other subsequent norms –, be derogated in respect of certain States or the international community as a whole (ICJ 1969a).

In Jurisdictional Immunities of the State (ICJ 2012b) the Court recognized a clear distinction between *jus cogens* norms and rules of State immunity. The dispute began when Italian courts failed to respect Germany's jurisdictional immunity, allowing civil proceedings to be brought against it on the grounds that Germany had violated international humanitarian law during its occupation of Italy in the Second World War (ICJ 2012b). The aforementioned court ruling was based on the grounds that the actions perpetrated by the German Reich constituted "grave violations of international humanitarian law" (ICJ 2012b).

The ICJ's judgment, though quite interesting, avoided the controversy of establishing whether Germany's actions constituted a breach of jus cogens (ICJ 2012b). Instead, it decided that jus cogens and the rules of State immunity were norms of different natures – the former being material and the latter procedural –, inexisting the alleged conflict. The Court considered that a clash between those two sets of norms would not be possible (ICJ

2012b). Hence, even if one was to assume that Germany was in violation of *jus cogens* obligations, Italian courts would still not have jurisdiction, since a violation of *jus cogens* would not be capable of derogating rules of State immunity (ICJ 2012).

The Court, in previous occasions, had already ruled similarly to the case of Jurisdictional Immunities of the State. Two notable examples are the Case Concerning Armed Activities in the Territory of the Congo (ICJ 2006 – hereinafter Armed Activities) and Questions Relating to the Obligation to Prosecute or Extradite (ICJ 2012a – hereinafter Belgium v. Senegal).

In Armed Activities, the Democratic Republic of the Congo argued that the Court had jurisdiction over the case pursuant Article 66 of the VCLT. It contended that said article established the jurisdiction of the Court "to settle disputes arising from the violation of peremptory norms in the area of human rights, as those norms were reflected in a number of international instruments" (United Nations 1969, Art. 66; ICJ 2006).

However, the Court considered that the indicatives of Crimes against humanity did not expand its jurisdiction in order to exercise it over this dispute (ICJ 2006). What is more, though it did not state in its ruling that crimes against humanity are a violation of j*us cogens*, it clearly established that *jus cogens* does not collide with procedural rules, being incapable of trumping them (ICJ 2006). On the other hand, one must note that Rwanda – in spite of not recognizing it as a ground for the jurisdiction of the Court – agreed with the Democratic Republic of the Congo that some obligations enshrined in the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide were norms of *jus cogens* nature (ICJ 2006).

On the other hand, in Belgium v. Senegal (ICJ 2012), quite surprisingly, the Court indeed established that the prohibition of torture is part of customary international law had also acquired a peremptory character (ICJ 2012a). It considered that there existed significant and widespread international practice – as well as *opinio juris* – endorsing this position, though it did not provide examples of said practice and *opinio juris* (ICJ 2012a). It did, however, reference the many international treaties and documents which supposedly reflected that understanding due to the significant number of signatories (ICJ 2012a).

4.2 PREVIOUS WORKS OF THE ILC

The mandate for the modern discussion on jus cogens within the ILC was awarded during its sixty-sixth session, in 2014 (ILC 2014). When considering whether this topic should be included on the Commission's agenda, some key issues to be studied were signaled: the nature of *jus cogens*, the requirements for the identification of a norm as *jus cogens*, an illustrative list of norms which have achieved the status of *jus cogens* and the consequences or effects of *jus cogens* (ILC 2014). Up until now, the Special Ra-

pporteur, Dire Tladi, has delivered five reports to be discussed by the ILC. In this section we will analyze four of them.

In the first Report, Dire Tladi laid down his proposed approach and gave a general overview of the most pressing issues concerning jus cogens (ILC 2016). After summarizing the debate in the Sixth Committee of the General Assembly and establishing his methodological approach, Tladi embarked on an analysis of the historical evolution of the topic (ILC 2016).

Subsequently, the Special Rapporteur focused on the definition of the legal nature of *jus cogens* (ILC 2016). He considered that – although it was not his objective nor his mandate to solve the debate between the natural law and the positive law approach to *jus cogens* – it would be necessary to delve within the realms of this philosophical debate (ILC 2016). Thus, he proceeded to the analysis of *jus cogens*' place in international law. He verified a significant increase on references, albeit not all direct and express, to *jus cogens* in ICJ's majority decisions, as well as in individual opinions of member of the Court (ILC 2016). Moreover, the Special Rapporteur also analyzed the workings of other international tribunals, such as the International Criminal Tribunal for Rwanda (Prosecutor v. Kayishema; Prosecutor v. Nyiramasuhuko), the International Criminal Tribunal for the Yugoslavia (Prosecutor v. Furundzija), and even arbitrations such as the Definition of Maritime Boundary between Guinea-Bissau and Senegal (ILC 2016). He also took into consideration regional human rights and domestic high court rulings. Tladi (ILC 2016) thus concluded that, though the precise norms composing the universe of *jus cogens* in international law is not clear, States' acceptance of the existence of *jus cogens* is.

Next, Tladi (ILC 2016) characterized the philosophical debate over the theoretical basis for the peremptoriness of jus cogens. The Special Rapporteur first addressed the natural law approach, not only criticizing the subjective problem consisting on the excessive reliance on international courts to dictate *jus cogens*, but also its contradictions with the VCLT (ILC 2016). This is due to the fact that the VCLT, in its Articles 53 and 64, recognizes that norms of *jus cogens* are not immutable and need to be recognized by the international community of States (United Nations 1969), all hallmarks of the natural law approach (ILC 2016). On the other hand, Tladi (ILC 2016) points out that the positive law alternative seems almost contradictory with the idea of norms independent from State's consensus. What would be the point of a non-derogable norm if it is based on a State's opinion that could be withdrawn at will? Quite unsurprisingly, the international practice is not clear one way or another (ILC 2016).

Moving on, the report sets out the core elements of jus cogens. First, it addresses the requirements of peremptoriness: non derogation, and the norm being one of general international law (ILC 2016). These two elements are present in Article 53 of the VCLT. Tladi (ILC 2016), however, goes beyond, pointing out that *jus cogens* norms are universally applicable, being superior to other norms of international law, and serving to protect

the international order (ILC 2016). Following that, the Rapporteur closes the report with three draft conclusions. Regarding the way in which *jus cogens* rules are to be identified and its legal consequences, the manner for modification, derogation and abrogation, and the general nature of *jus cogens* norms (ILC 2016).

The second report of the ILC focused on defining the criteria of *jus cogens* (ILC 2017). It began by summarizing the debate on the first report, pointing out that the second draft conclusion – the one regarding modification, derogation and abrogation of jus cogens – was unanimously criticized (ILC 2017). Said draft conclusion was also criticized during the debate of the Sixth Committee (ILC 2017). Pursuant to this critics, the Special Rapporteur presented new documents exposing the vast State practice supporting his conclusions. A brief summary of the documents presented to the Sixth Committee was reproduced in the second report (ILC 2017).

Following that, the Special Rapporteur addressed which criteria are required in order for a rule or a principle to be considered part of *jus cogens* (ILC 2017). In accordance with the practice of tribunals and writers, he considered best to start from the requirements set forth in article 53 of the VCLT (ILC 2017). He, thus, establishes two relevant criteria: the norm should be one of general international law; and it should be recognized that no derogation from said norm is possible (ILC 2017).

Regarding the first criterion, Tladi (ILC 2017) addressed the controversy surrounding the expression "general". Understanding that the notion of "general" simply as norms applicable to every State was not sufficient, he pondered whether this expression would encapsulate customary international law (ILC 2017). He concluded affirmatively, based on previous municipal courts and international tribunals rulings (ILC 2017). The second possibility, general principles of law, was also supported by scholarly works, in spite of there existing none as significant practice as in the case of customary rules (ILC 2017). Furthermore, he demonstrated that treaties, though not norms of general international law, have had a significant role in identifying *jus cogens*, as was the case of the Convention against Torture and Other Cruel, Inhuman or Degrading Treatment or Punishment in Belgium v. Senegal (ILC 2017; Belgium v. Senegal. Judgment, ICJ Reports 2012).

Concerning the second criterion, the greatest challenge posed was deciding which subjects of international law should recognize the non-derogability of the norm (ILC 2017). Should any consideration be given to the practice and opinion of international organizations and non-state actors? And, if so, to what extent? The Rapporteur entirely discredited this possibility (ILC 2017). He further pointed that the practice of international tribunals favours the recognition of *jus cogens* norms on the basis of State-developed materials (ILC 2017). A notable example referenced by Tladi (ILC 2017) would be the ICJ's judgment in Belgium v. Senegal (ICJ Reports 2012). It was further pointed out, considering the question of which materials are adequate to express the *opinio juris cogentis,* that the "reliance on

treaties and resolutions of international organizations as evidence of the acceptance and recognition of the non-derogability of norms is common and ought not be controversial" (ILC 2017). Moreover, any material capable of demonstrating States' consensus over the non-derogable character of a norm can be adequate to establish the existence of *opinio juris cogentis*. It must be noted that this consideration does not exclude the importance of international tribunal's decisions in establishing which norms are non-derogable (ILC 2017).

The third report of the Special Rapporteur dealt with the question of the effects of norms of *jus cogens* (ILC 2018). Thus, he addressed the issue dividing the report into a first introductory general consideration, one specific topic dealing with the law of State responsibility and a final analysis on other effects (ILC 2018). In the present work, we shall proceed to analyze each of these topics separately.

Considering the general aspects of the effects of *jus cogens* in international law, the Rapporteurs promptly started discussing the difficulty posed by the lack of practice on the consequences of *jus cogens* (ILC 2018). Nevertheless, his analysis for the third report would still be based on the small practice that exists, as is customary. The discussion on the consequences of *jus cogens* was then divided into three sections: one for treaties, another for state responsibility, and a third for miscellaneous topics (ILC 2018).

Regarding the effects of *jus cogens* on treaties, Tladi (ILC 2018) observed that the most relevant effect is nullity. In spite of there not being any occasion of nullification due to a violation of *jus cogens*, some States have argued in favor of this position, like Australia in East Timor and the United States in respect of the Treaty of Friendship between the Soviet Union and Afghanistan (ILC 2018). It is interesting to note that the violation of *jus cogens* in this two cases would disregard a people's right to self-determination. Furthermore, despite the lack of State practice, nullity is a generally accepted consequence, not only for being present in Articles 53 and 64 of the VCLT, but also due to the fact that it derives logically from *jus cogens*' hierarchical superiority (ILC 2018).

The question then shifts to whether the invalidity affects the treaty as a whole. Tladi considered that Article 44 of the VCLT illuminates the issue (ILC 2018). According to it, a provision is severable when its removal does not affect the remainder of the treaty regarding its application, when its acceptance was not an essential basis for the conclusion of the treaty, and when the continued performance of the treaty would not be unjust (ILC 2018; United Nations 1969). Only if these conditions are met, a provision violating *jus cogens* could be severed from the treaty like a gangrenous leg from a healthy body (ILC 2018).

In respect of the effects on international responsibility, the Rapporteur first addressed Article 26 of the draft articles on State responsibility (ILC 2018). Two important consequences arise from it. First, the circums-

tances precluding wrongfulness cannot be argued when the action violates *jus cogens*. This, the Special Rapporteur concludes, would not apply when the action precedes the emergence of the *jus cogens* norm in question. Second, any breach of *jus cogens* norms affects the international community as a hole, not just the State directly injured (ILC 2018). This derives from the *erga omnes* character of *jus cogens* norms. Therefore, States would have an obligation to cooperate to bring an end to the violation of *jus cogens*, and a duty not to recognize the lawfulness of, or assist in carrying out, any violation of peremptory norms (ILC 2018). Subsequently, the Special Rapporteur addressed the effects of *jus cogens* in individual criminal responsibility, jurisdiction of international courts, customary international law, and Security Council resolutions (ILC 2018).

Regarding the topic of individual criminal responsibility, he begins by questioning whether *jus cogens* generates particular consequences affecting domestic courts' jurisdiction (ILC 2018). He notes that some instruments, like the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide, oblige States to prosecute suspects of committing genocide and punish them if found guilty (ILC 2018)[10]. Though this is an example related to a treaty obligation, the Rapporteur exemplifies other instances where *jus cogens* may award jurisdiction for domestic courts to rule over the case. A notable example quoted is the German Constitutional Court's decision in the Jorgic case, where it concluded that the Genocide convention did not preclude the exercise of universal jurisdiction (ILC 2018). The Rapporteur further points out that, in síte of there existing practice of States exercising jurisdiction over criminal acts that constitute a violation of *jus cogens*, many States still require a connection between them and the action in order to exercise their jurisdiction (ILC 2018).

Afterwards, the Rapporteur observed the effects of *jus cogens* on rules of immunity (ILC 2018). He evaluated two preliminary considerations. First, immunities are procedural norms that make it impossible to exercise jurisdiction, while official capacity is a substantive defense incapable of deterring criminal responsibility for the violation of *jus cogens*. Second, although there exists a distinction between immunity *ratione personae* and immunity *ratione materiae*, it is generally accepted that the former is not a valid exception when it comes to a violation of *jus cogens* (ILC 2018).

In respect of immunity *ratione materiae* being lifted due to a violation of *jus cogens,* some notable examples listed by the Special Rapporteur are *Eichmann* (prosecuted in Israel), *Barbie* (prosecuted in France), *Bouterse* (prosecuted in France), *Bouterse* (prosecuted in the Netherlands), *Pinochet* (prosecuted in Spain), *Guatemala Genocide* (prosecuted in Spain), and *Scilingo* (prosecuted in Spain) (ILC 2018). There are, as in the case of Hissène Habré, instances in which domestic courts recognized immunity *ratione materiae*

10 It is worth noting that the Court, in Genocide Bosnia v. Serbia, found Serbia in breach of the Genocide convention by failing to comply with this disposition.

of Head of States even after their term in office had ended (ILC 2018).

On the other hand, when it comes to immunity *ratione personae*, domestic courts have recognized its applicability in relation to incumbent Heads of States even when the crime constitutes a violation of *jus cogens* (ILC 2018). A notable example is the decision of the French Court of Cassation in the Gaddafi case, as well as other post-Pinochet rulings of British courts (ILC 2018). The Rapporteur considers, however, that those decisions seem to indicate that the recognized immunity would only withstand for as long as the defendants remain in office. When it comes to the effects of *jus cogens* on the jurisdiction of international courts, the Rapporteur concludes that a violation of peremptory norms is not sufficient. He again mentions Armed Activities as examples of practice supporting this position (ILC 2018).

He then proceeded to the analysis of the effects *jus cogens* has on customary law. Taking into consideration the specific circumstances within customary international law, the Rapporteur first concluded that it is not possible for a customary norm to emerge if it is in direct violation of *jus cogens* (ILC 2018). From this point, he reached another conclusion similar to that of treaty law: any customary norms are derogated if incompatible with new *jus cogens* norms. What is more, when studying the role of persistent objectors[11], the Rapporteur concluded that this doctrine should not be applicable within the realm of *jus cogens* (ILC 2018).

From that point own, the Special Rapporteur addressed the effects of *jus cogens* on unilateral acts and resolutions of international organizations. With regards to the former, he stated that "it would make little sense if States were precluded from assuming obligations in conflict with jus cogens through treaties, but permitted to assume those same obligations through unilateral acts" (ILC 2018, 60). He considered that unilateral declarations require a conformity with peremptory norms in order to be valid (ILC 2018).

The main controversy surrounding resolutions from international organizations is their lack of normative value. That is, unlike customary or treaty norms, resolutions do not create rights or obligations capable of derogating other norms of international law (ILC 2018). The Rapporteur shifted the focus of the discussion to Security Council Resolutions, since they have the distinct capacity of creating obligations binding all members of the United Nations. He pointed out that this derives from Article 103 of the Charter of the United Nations[12], though its effect is not precisely a derogation of conflicting norms, but rather a hierarchical priority of the resolution throughout its duration (ILC 2018).

When it comes to a violation of *jus cogens* by a resolution of the Se-

11 A persistent objector is a State that continuously and unequivocally disputed the formation of a customary norm. For this reason, the State in question is not subject to that norm (Crawford 2012).

12 Article 103: the event of a conflict between the obligations of the Members of the United Nations under the present Charter and their obligations under any other international agreement, their obligations under the present Charter shall prevail (United Nations 1945).

curity Council, the Special Rapporteur took notice of the fact that, though most scholars argue it would be invalid, some argue sufficient practice is still lacking. Nonetheless, the Rapporteur exposed instances where some States and international tribunals had expressed their understanding that the power of the Security Council was limited by *jus cogens* (ILC 2018). He further considered that the lack of sufficient practice derives from the Security Council usually not violating *jus cogens*, which in itself would be an indication of this limit to its powers (ILC 2018).

From this considerations, the Special Rapporteur first concluded that binding resolutions of international organizations could only have this mandatory character if in accordance with *jus cogens* (ILC 2018). Second, he pointed out that resolutions should always be interpreted in a manner not conflicting with *jus cogens* (ILC 2018).

5 APPROACHES ON THE ISSUE

Whence comes the absolute authority displayed by *jus cogens* norms? There are, as we hope to have shown, two main approaches to this question. They derive from what one may call a methodological standing on how law in general should be conceived. The adoption of either entails very different outcomes in the development of a *jus cogens* doctrine.

As we hope to have shown, a natural law theory approach to *jus cogens* is rooted in the ancient belief that there is Law governing human conduct that is as certain as the law of gravity. According to this approach, law must abide to a certain conception of what is morally right. It has an extreme form and a lighter form. In the case of the former, all law is only ever valid if it corresponds to what is morally right. In the case of the latter, law, to be valid, must correspond to a kernel of morality (Finnis 2011; Weatherall 2016).

Acquiring knowledge of law, under this view, is not too different, if at all, from discovering what is morally right. As Finnis (2011) understands it, law, as a human artifact, must be understood according to its purpose. He, as other natural law theorists, takes law's purpose to be promoting the flourishing of human values. Under this sense, law, as an object of study and understanding, must be constructed in a way that, on one hand, promotes human good and, on another, hampers human wickedness. It is clear, then, that law does not depend on any sovereign act of lawmaking, and any consideration in this regard, whilst in search of "what the law is" is of lesser importance. It is enough, for natural law theorists, that it corresponds to a set of self-evident first moral principles.

According to this approach, *jus cogens* norms may be understood as a means to translate a shared commitment to a communitarian core of morality. For example, the outlawing of various forms of inhumane treatment, such as enslavement and torture, as translating a shared commitment to

the protection of human dignity (Weatherall 2016). In a natural law approach to *jus cogens*, this shared commitment would not depend on actual acts of consent on the part of the States: States that chose to host violations of basic human rights, allowing the imposition of involuntary servitude or the practice of torture as a means of investigation in their domestic legal systems, would be nonetheless under an international legal obligation to outlaw them, just because they promote human wickedness, instead of human good. *Jus cogens* would, then, impose moral boundaries on sovereignty, beyond which it would be curtailed by the needs of human good. A community of States, among which a shared kernel of value could be promoted, could rise regardless of the passing political differences between the governments of the day.

The question of which are these values lies at the heart of legal positivism, and it appears to us that it guides any legal positivist understanding of *jus cogens*. As we have mentioned, central to the Kelsenian breed of legal positivism was the rejection of self-evident first principles (Kelsen 2009). From this rejection of such a universalist understanding of human good sprung a moral-relativist approach to law. Under such approach, "what is the legally right thing to do?" is a wholly different question from "what is the morally right thing to do?".

Indeed, what the law is, according to legal positivism, is what the competent law-making organs of the state have made it to be – that is, what they have posited as law (for example, Kelsen 2009). There is a powerful reason to understand it as such: positive law, as a parameter of legality, does not depend on the observer's preferred set of moral values. This enhances the protection of legal certainty, which is fundamental to the rule of law: citizens in domestic law and States in international law may discover what the law is simply by considering what has been enacted as such by official acts of lawmaking authority.

Furthermore, it may be understood that, in democratic States, what is legally due has been made so by the acts of elected officials, whose authority derives from their democratic legitimacy. In international law, it means that what is legally due is so because officials (heads of State, diplomats, foreign ministers, and so on) representing their States and peoples have signed into treaties or consented during the forming of a legal custom. In other words, the legitimacy of law springs from consent, exercised either through the democratic process or through official diplomatic representation. It emphasizes autonomy, inasmuch as authority can only derive from an autonomous act of subjecting oneself, directly or indirectly, to it.

In natural law, as we have previously shown, legitimacy is untethered to autonomy: it rests on the self-evidence of what is "good", regardless of any act of autonomous agreement to it. The authority and legitimacy of law is the authority and legitimacy of what is good, not what the people or States believe is good. In legal positivism, authority and legitimacy are the authority of what has been said to be legally due, according to elected offi-

cials (in democratic States) and States (in international relations) believed was good.

If, then, one believes that "what is good" is a question with an evident, if not always clear upfront, universal answer, then one may reconstruct *jus cogens* as a shield, protecting a core of self-evident fundamental international values. If, on the other hand, one doubts that there are universal answers to such a problem, or that these cannot be shown to be true in a cogent manner, one must build a concept of *jus cogens* that reconciles this with such a form of absolute authority and the need for a kernel of shared fundamental values that inspires it. This may be done, as Weatherall (2015) has attempted, through the investigation of international law aimed to find positive acts of shared commitment to human good. *Jus cogens* is, and it could not be any other way, about protecting and sharing a communitary set of values – which is why it is deemed to constitute a form of "international public order". It grapples with attempts to erode the community of values built by the international powers post-World War II and it protects against momentaneous political power swings towards the degradation of human good.

Towards such end, in either approaches to *jus cogens*, one must pay attention to the pitfalls that lie in the way whenever one decides to defend a universal, absolute, form of human good. Although much progress has been obtained by the international community through the last decades in shaping a common core of values, one must never ignore how this selection of values set as "universal" and "common to all peoples" it mediated by power struggles, which are clearly affected by differences in the economic and political power detained by the various nations of the world.

The diversity of forms assumed by human good, expressed by the various ways it is understood and practiced throughout the globe, sets a warning to any prudent investigator of *jus cogens*: one must never let national or regional beliefs overtake control in such an enterprise. Failure to acknowledge this puts the autonomy of peoples under threat, which is a value just as fundamental to international community as sharing a common set of fundamental values. It is, then, the job of the natural lawyer or the legal positivist to find a point of balance between autonomy and community.

QUESTIONS TO PONDER

1 How does *jus cogens* differ from other sources of international law?

2 What is the role of State consent in a doctrine of *jus cogens* norms?

3 What is the source of *jus cogens* norms? Are they acts of will? Do they spring from self-evident moral principles?

4 How are they identified and do they ever change?

5 What are the consequences of *jus cogens* norms?

REFERENCES

Alexy, Robert. 2007. "An Answer to Joseph Raz". In Law, Rights and Discourse: The Philosophy of Robert Alexy, edited by George Pavlakos, 37-55. Oxford: Hart Publishing.

Crawford, James. 2012. Brownlie's Principles of Public International Law. Oxford: Oxford University Press.

David, René, Camille Jauffret-Spinosi, and Marie Goré. 2016. Les Grands Systèmes de Droit Contemporains. Paris: Éditions Dalloz.

Di Gesu, Pedro Hiroshi Watanabe, and Patrício Alves de Souza. 2017. "Immunities and Criminal Proceedings (Equatorial Guinea v. France)". *UFRGS Model United Nations*, 228-254.

Finnis, John. 2011. Natural Law and Natural Rights. Oxford: Oxford University Press.

Grotius, Hugo. 1724. Le Droit de La Guerre et de la Paix par Hugues Grotius: nouvelle traduction par Jean Barbeyrac. Amsterdam: Pierre de Coup.

Hannikainen, Lauri. 1988. Peremptory Norms (Jus Cogens) in International Law: historical development, criteria, present status. Helsinki: Finnish Lawyers Publisher Co.

Hart, Herbert Lionel Adolphus. 2012. The Concept of Law. Oxford: Oxford University Press.

Herzog, Don. 2012. "Aristocratic Dignity?". In Dignity, Rank, and Rights, edited by Jeremy Waldron and Meir Dan-Cohen, 99-117. Oxford: Oxford University Press.

Hunt, Lynn. 2007. Inventing Human Rights. A History. New York: W.W. Norton & Company.

International Court of Justice (ICJ). 1969a. North Sea Continental Shelf, Judgement, ICJ Reports. Available at: https://www.icj-cij.org/en/case/52

———. Reports of Judgments, Advisory Opinions and Orders: North Sea Continental Shelf Cases.The Hague, 1969b. https://www.icj-cij.org/files/case-related/51/051-19690220-JUD-01-00-EN.pdf

———. 2006. Case Concerning Armed Activities in the Territory of the Congo (Democratic Republic of the Congo v. Rwanda).; 2006. Jurisdiction and Admissibility, Judgment, ICJ Reports. Available at: https://www.icj-cij.org/en/case/116

———. 2012a. Jurisdictional Immunities of the State (Germany v. Italy: Greece intervening), Judgement, ICJ Reports. Available at: https://www.icj-cij.org/en/case/143

———. 2012b. Questions Relating to the Obligation to Prosecute or Extradite (Belgium v. Senegal). Judgment, ICJ Reports. Available at: https://www.icj-cij.org/en/case/14

International Law Commission (ILC)., Third Report on the Law of Treaties by Special Rapporteur Mr. GG Fitzmaurice, A/cn. 4/115 and Corr. 1, under the title "legality of the object". In Yearbook of the International Law Commission, 1958, Vol. II.

———. Yearbook of the International Law Commission, A/cn.4/SER.A/1966/Add.1. Geneva. 1966 vol. II.

———. Report of the International Law Commission, Sixty-sixth session. Geneva. 2014. (A/69/10). http://legal.un.org/docs/?path=../ilc/reports/2014/english/annex.pdf&lang=EFSRAC.

———. First report on *jus cogens* by Special Rapporteur Dire Tladi. 8 March 2016. (U.N. Doc. A/CN.4/693). http://legal.un.org/docs/?symbol=A/CN.4/693

———. Third report on jus cogens by Special Rapporteur Dire Tladi. 12 February 2018. (UN. Doc. A/CN.4/714). Available at: http://legal.un.org/docs/?symbol=A/CN.4/714

———. Fourth report on peremptory norms of general international law (*jus cogens*) by Dire Tladi, Special Rapporteur. 31 January 2019. (U.N. Doc. A/CN.4/727). http://legal.un.org/docs/?symbol=A/CN.4/727.

Kelsen, Hans. 2009. The Pure Theory of Law - translated from the Second Revised and Enlarged German Edition by Max Knight. Clark: The Lawbook Exchange, LTD.

League of Nations. Covenant of the League of Nations. Geneva, 1919. http://avalon.law.yale.edu/20th_century/leagcov.asp

———. Pablo Najera 'France' v. United Mexican States, Decision No. 30-A of 19 October 1928, Vol V UNRIAA 466.

Moyn, Samuel. 2017. Human Rights and the Uses of History. New York: Verso.

Otero, Paulo. 2007. Instituições Políticas e Constitucionais. Vol. I. Coimbra: Almedina.

Sarlet, Ingo Wolfgang. 2015. A Eficácia dos Direitos Fundamentais: uma Teoria Geral dos Direitos Fundamentais na Perspectiva Constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora.

Shapiro, Ian. 2003. The Moral Foundations of Politics. New Haven: Yale University Press.

United Nations, Charter of the United Nations, 24 October 1945, 1 UNTS XVI, available at: https://www.un.org/en/charter-united-nations/index.html

———, Vienna Convention on the Law of Treaties, Viena, 23 May 1969, United Nations, Treaty Series, vol. 1155, p. 331, available from https://treaties.un.org/doc/Publication/UNTS/Volume%201155/volume-1155-I-18232-English.pdf.

Vattel, Emer de. 2008. The Law of Nations, or, Principles of the Law of Nature, Applied to the Conduct and Affairs of Nations Sovereigns, with Three Early Essays on the Origin and Nature of Natural Law and on Luxury: Edited and with and Introduction by Béla Kapossy and Richard Whatmore. Indianapolis: Liberty Fund.

Weatherall, Thomas. 2015. Jus Cogens: International Law and Social Contract. Cambridge: Cambridge University Press.

Wieacker, Franz. 1967. História do Direito Privado Moderno, tradução de A. M. Botelho Hespanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 7 2019 | p. 456-479

INTERNATIONAL HUMANITARIAN LAW APPLIED TO THE COMBAT AGAINST ORGANIZED CRIME

Felipe Gobatto Scheibler[1]
Helena dos Anjos[2]

ABSTRACT

After the end of the Cold War, multiple scholars have turned to studying new threats to national and international security, recognizing the rise of the phenomenon of organized crime, due to the intensification of the globalization process. Along the same lines, non-State actors constitute, nowadays, a huge source of conflict and violence worldwide. With this in sight, numerous experts and other commenters have been advocating for different tactical and legal approaches to conflicts involved in such context. That said, the main goal of this study is to discuss whether the rules of international humanitarian law may be applied to conflicts against criminal organizations as non-international armed conflicts (NIACs).

1 Felipe is a fifth-year student of Law at UFRGS and director at the ILC.

2 Helena is a fifth-year student of International Relations at UFRGS and assistant-director at the ILC.

1 INTRODUCTION

Criminal activities in the form of transnational organized crime challenges national, regional and international security dynamics, as well as the world order (Sheller 1995). The discussion about organized crime and organized crime groups (OCGs) is considered to be part of the context developed since the end of the Cold War (post 1991), with the adjustment of the previous relations of peace and security – linked with the two great superpowers – and the rising concern with security threats related to non-State actors (Williams 2008). This setting, in combination with the deepening of the globalization process, increased criminal activity by facilitating communications and intensifying the flow of goods and people, creating new and profitable markets for OCGs (Castle 1997; Cepik and Borba 2011; Picarelli 2008; Tunstall 2002; UNODC 2019b).

Considering this, the activities of organized crime groups present major threats to the dynamics of security both in global and local levels. Globally, they endanger international stability, as their activities weaken the structure of the nation-State and difficult peace processes (Mack 2007; Locke 2012; Picarelli 2008; UNODC 2010). Locally, they promote the corruption of the political system, erode the economic institutions, and pose physical and psychological threats to the citizens, risking their well-being and menacing their lives by creating violent and volatile socio-economic environments (Castle 1997; Mack 2007; Picarelli 2008; Sheller 1995; UNODC 2012a; Williams 2008).

With this in view, the central objective of this study guide is to discuss the possibility of applying the international humanitarian law normative framework to these cases, and whether violence against OCGs may be treated as non-international armed conflicts (NIACs). For that matter, the present paper is divided into four sections. The opening section seeks to provide an overview of organized crime in general, OCGs, their activities, and the main consequences of their actions. The second point aims to discuss the legal framework related to international humanitarian law, non-international armed conflicts, and their relations with of organized crime. The third section is dedicated to analyzing the previous international actions in relation to the matter and the status of transnational organized crime within international law institutes. Finally, the fourth and last section proposes a discussion on possible positions and arguments on the subject, in order to complement and conclude the analysis.

2 HISTORICAL BACKGROUND

The period after the end of the Cold War and the turn of the 21st century were characterized by a growing transformation in the traditional

relations of peace and security in the international system. Such modification occurred as a result of the rising concern with security threats not linked to the traditional relations of inter-State war (Williams 2008). The OCGs correspond to one of these concerns, considering that they jeopardize the State's authority, put in risk the well-being of their citizens, and weaken international stability (De Boer and Bosetti 2018; Mack 2007; Picarelli 2008). According to the literature, this happens as a result of the links between OCGs and violent crimes, corruption and other groups of felonies.

Taking this context into consideration, the present section aims to provide a comprehensive view of the upsurge of these groups, their main characteristics, structures, and ultimate goals. The opening section seeks to discuss the transformation of the conflict's nature post-Cold War and the rise of the significance of conflicts involving non-state actors. The second item is dedicated to the elucidation of the main organizational aspects of OCGS and their goals. The third point intends to present some examples of OCGs, their links and networks. Finally, the fourth section proposes a brief debate about the OCGs constituting security threats.

2.1 POST-COLD WAR CHANGES AND TRENDS IN CONFLICTS AND INTERNATIONAL SECURITY

The specialized literature, since the end of the Cold War, has been working towards analyzing the development of conflicts in this new framework, seeking to identify major trends in the change of conflicts' nature. In light of this, it is recognized that there is a numerical decrease of inter-State conflicts, while new trends are arising (Dupuy and Rustad 2018; Mack 2007; Williams 2008). According to Mack (2007), although international armed conflicts have always been a minority between all wars, those have been the main interests of the specialized literature. The post-Cold War period changes these tendencies, scholars and researchers have increasingly turned to the study of organized violence within the State, non-international armed conflicts, and new threats to international security (Dupuy and Rustad 2018; Picarelli 2008; Williams 2008). In view of this, the Department of Peace and Conflict Research (DPCR), from the Uppsala University, designed the Uppsala Conflict Data Program (UCDP) with the intention of categorizing the incidence of organized violence and providing data on this subject. For that matter, the DPCR organized and developed a series of concepts related to the issue, drawing attention to other forms of violence, that are employed by non-state actors.

Having stated that, the DPCR (2019) describes a State-based armed conflict as either interstate or intrastate, that is to say, between two or more governments or between a government and a non-governmental group with no interference from other countries, respectively. Both, ac-

cording to this definition, must result in at least 25 battle-related deaths per year. Similarly, it is considered that non-State conflicts also require 25 battle-related deaths in a year, these, however are characterized by two organized armed groups using armed forces, not involving any government of a State (DPCR 2019). It should be stated that OCGs and their transgressions are framed within this category. Finally, the DPCR (2019) explains one-sided violence as the government of a State or an organized group using armed forces against civilians, following the battle-related deaths per year established previously.

Bearing this in mind, when analyzing the trends in armed conflicts in general, Dupuy and Rustad (2018, 1) note that:

> Since the end of the Cold War, the trend in armed conflict has been generally downward [...] While in recent years, we have seen upsurges in both the number of conflicts and in the severity of war, the number of conflicts and casualties now seems again to be on a downward trend.

Likewise, Mack (2007, 6) observes that:

> After the end of the Cold War, the number of violent conflicts being waged around the world began to decline rapidly, dropping by some 40 percent between 1992 and 2005. This startling change followed nearly four decades of inexorable increase.1 The highest intensity conflicts – those that kill 1,000 or more people a year – declined by 80 percent over the same period [...] Wars between countries, which have tended to kill far more people than intrastate conflicts and have always been relatively rare, now constitute fewer than 2 percent of all armed conflicts – closer to 0 percent in 2004 and 2005.

In relation to non-State violence, according to the data collected and organized by the DPCR, it is possible to observe a small increase in the number of conflicts after 1991. Subsequently, the number of conflicts reached a new peak in 2000 and, since 2010, has intensely increased, reaching its pinnacle in 2017, registering the highest number of conflicts since the beginning of the DPCR data collection (DPCR 2019). Dupuy and Rustad (2018, 3) address this fact when discussing trends and threats to international security: "Non-state violence increased dramatically in 2017, as did fatalities from this type of violence. All world regions experienced an increase [...] Non-state violence increased in Mexico and Brazil, largely due to gang violence".

Therefore, one concludes that the dynamics of conflicts post-Cold War and the rise of the globalization put in evidence the activities of stateless actors, as gangs and terrorist groups, who are increasingly turning to criminal behaviors to fund and promote their activities (Tunstall 2002). For that reason, it is perceived that non-State agents are evolving into dangerous global actors, resulting in major threats to national and international security, as they overrule governments' power and obtain control over their inhabitants and land, also gaining access to new illicit markets and

networks (Dupuy and Rustad 2018; Mack 2007; Tunstall 2002).

2.2 ORGANIZED CRIME GROUPS AND TRANSNATIONAL ORGANIZED CRIME GROUPS

In the year 2000, several nations gathered in Palermo, Italy, to draft the United Nations Convention Against Transnational Organized Crime (UNTOC). Its purpose was addressing the rising threat of transnational organized crime groups (TOCGs) in the national, regional and international dimensions and their social and economic implications (UNTOC 2000). Among other things, the UNTOC (2000, 5) states that:

> Article 2. [...] (a) "Organized criminal group" shall mean a structured group of three or more persons, existing for a period of time and acting in concert with the aim of committing one or more serious crimes or offences established in accordance with this Convention, in order to obtain, directly or indirectly, a financial or other material benefit.

On the other hand, the report produced by the United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC) in 2002 reveals that there is not a consensus between scholars on the matter (UNODC 2002); as a consequence of this, there are many definitions of OCGs and TOCGs in the literature. Having said that, most of the designations found on OCGs are based in two different considerations: (i) those which classify OCGs by the structural aspects as organizations; and (ii) those which characterize OCGs by their ultimate goal, the profit (Cepik and Borba 2011; Cunha 2002). Before further developing this point, it is relevant to state that the central concern of this study is not to conceptualize OCGs and TOCGS, but to understand their illicit activities and their consequences to society and security, with the intention of discussing how to properly address this problem. Taking this into consideration, in order to understand the phenomenon of OCGs, their behavior and extension, it is important to clarify both their structural aspects and main objectives.

Bearing this in mind, and according to the conceptualization presented by the UNTOC, an OCG is first and foremost motivated by the economic gain, acting by meeting a demand of illegal goods, promoting illicit markets, and employing criminal schemes with the aim of achieving their intents (Castle 1997; Cepik and Borba 2011; Cockayne 2007; FBI 2019). In relation to their structural aspect, OCGs, as organizations, count with a diversity of agents who act by different types of hierarchical relations – centralized, decentralized, and clustered hierarchies, for instance – and follow some kind of division of labor (Abadinski 2010; Cunha, 2002; FBI 2019; UNODC 2002).

Besides the primary goals, structural aspects, and illicit activities, Cunha (2002) describes five additional and important characteristics of

OCGs' actions and extension in the society: (a) infiltration of OCG agents in the State's structure, promoting the corruption of the system; (b) diffuse criminality, meaning OCGs do not act against a specific person or a specific institution; (c) low visibility of damages, due to the fact most of the time it is only possible to realize the social consequences after the establishment of the criminal groups and their transgressions; (d) high degree of functionality, since well established criminal groups usually are very effective in their business and, lastly, (e) ease of adaptability, given their high rate of adjustment in relation to new technologies, security patterns and so on (Cunha 2002).

Finally, it is important to address the fact that OCGs can act on national, regional, and international levels. With this in view, the post-Cold War period was characterized by the deepening of the globalization and the upsurge of new technologies, increasing opportunities of transnational illicit activities, facilitating the growth of TOCGs and the spread of OCGs in the international system (Williams 1994). Such process, by improving means of contact between different groups across the globe, also contributed to create an international network of illicit behavior and supply chains of illegal products and services (Cunha 2002; Williams 1994).

2.3 DRUG TRAFFICKING, ORGANIZED CRIME, AND THEIR LINKS WITH OTHER ARMED GROUPS

The UNODC (2012a; 2019b) states that it is not possible to precisely define the range of criminal activities that can constitute an organized crime. This happens essentially because "transnational organized crime is not stagnant, but is an ever-changing industry, adapting to markets and creating new forms of crime" (UNODC 2019b, online) additionally to the fact that "sometimes traditional categories of offenses acquire a specific new characterization [...] that turns them in something new" (UNODC 2012a, 6). That is to say OCGs are characterized by their ease of adaptability, taking advantage of the globalization process, acting and developing new markets according to the need the illicit market. Cybercrimes, environmental crimes, trafficking of natural resources, and sale of falsified medical products are examples of the emergence of new forms of organized crime (UNODC 2012a).

Therefore, the UNODC (2012a, 7) establishes two different categories of offenses in relation to organized crimes:

> Offences that are structurally instrumental to the existence of organized criminal groups (such as participation in the group, corruption and money laundering); and a diverse array of "final offences" that produce direct material benefit (drug trafficking, trafficking in firearms, human trafficking, smuggling of migrants, trafficking and smuggling of goods, counterfeiting, cybercrime, forgery, fraud, trafficking in cultural property, maritime pira-

> cy, environmental crimes, tax evasion, financial crimes and other crimes against the public administration).

Among these criminal activities, illegal drug trade has been put under the spotlight in relation to other forms of organized crime, for the reason that the drug market is one of the most recognized business in the world, and also one of the most profitable between illegal and legal markets (UNODC 2010; 2012b; 2017; Bergman 2015; Castells 2010). That is so because there is a stable demand for these goods worldwide, disregarding the countless prohibition policies (Rosen and Kassab 2019). Such sanctions, in turn, also result in an increase of the price, due to the fact that the higher the penalties and restrictions, the higher the risk involved in the production and distribution process and, as a consequence, the higher the drugs' prices (Bergman 2015). In addition, the literature notes that these bans limit the supplies of these goods, likewise increasing the operation expenses and subsequently contributing to the pricing escalation and resulting in higher profits for those who are involved in this business, promoting economic incentives for people to engage in the business (Bergman 2015; UNRISD 1994).

Furthermore, some narcotics gangs and cartels are internationally recognized, among other famous criminal groups as the Italian, Russian, and Japanese mafias, alongside with the Chinese Triads and so on, receiving a lot of visibility for this (Castells 2010; Cunha 2002). On top of that, activities related to drug trafficking have evident and widely reported social, economic, and securitarian impacts in Latin America, which spread globally through the development of new drug routes and new consumption markets (Bergman 2015; Castells 2010; Rosen and Kassab 2019; UNODC 2010; 2017). Finally, narcotics-related issues have been receiving huge investments in prohibition and confrontation campaigns to take down big cartels, what certainly helps to draw more attention to the subject (Bergman 2015; Castells 2010; Rosen and Kassab 2019).

Scholars identify, as well, an increasing relation between drug trafficking and other OCGs, and also that gangs and cartels are starting to perform other forms of felonies, as money laundering, prostitution, arms traffic, kidnaping, among others (Castells 2010; UNODC 2010; 2017). Rosen and Kassab (2019) argue that this is not an exclusive phenomenon of these groups as they claim that OCGs are diversifying their transgressions, constituting more complex organizations and networks. That is also the case of organized crime and other armed groups, as rebel factions, terrorists, and national liberation armies. As stated by the TGIATOC (2018, 2):

> Reports have emerged of combatants in Syria who are engaged in the looting and trade in the region's rich cultural property. And control over human smuggling and trafficking routes have become a key source of revenue for armed groups in Libya. Exploitation of these market.

And by the UNODC (2012a, 15):

> Several of the cases introduced by the Colombian experts concern investigations of illegal armed groups that the Colombian authorities consider terrorist groups, the Revolutionary Armed Forces of Colombia (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia, or FARC) and the National Liberation Army (Ejercito de Liberación Nacional, or ELN), or the investigation of persons financing or backing these guerrilla groups. The investigated offenders were involved in transnational illicit trafficking of drugs, arms or other commodities, as well as money-laundering, kidnapping, extortion, murder and other ordinary crimes, and all these crimes were committed to support the activities of these groups.

Accordingly, in agreement with the literature, armed groups turn to illicit markets as a mean not only to fund themselves, but to offer goods and services, acquiring political capital and power over territories (De Boer and Bosetti 2018; TGIATOC 2018). As a consequence, such relations contribute to an increasingly deeper nexus between crimes and conflicts, OCGs, and other armed groups, impacting the current security dynamics.

2.4 ORGANIZED CRIME AND OCGS AS SECURITY THREATS

The phenomenon of organized crime and OCGs is considered one of the great concerns in national, regional, and international security agendas due to the intensification of the globalization process. Even though, in line with Cunha (2002) and Williams (1994), criminal offenses and criminal groups are not exclusively a contemporary problem, over the past thirty years the criminal behavior of OCGs has achieved unprecedented new dimensions, developing into huge transnational corporations as any other international company. In this respect, one argues that the end of the Cold War and the rise of new technologies helped to remove "physical, political, social and economic barriers" (Tunstall 2002, 4), strengthening the globalization dynamics and increasing transgressions (Castle 1997; Cockayne 2007; Sheller 1995; UNODC 2019a). Tunstall (2002) also claims that it is possible to observe an increasing number of stateless actors turning to organized crime and OCGs in order to fund their activities – terrorism, civil wars, corruption, among others – and with the intention of purchasing illegal goods – drugs, weapons, etc.

Although, in line with the literature, there is an important impact of transnational organized crime in the international dynamics of security, internal aspects of each nation are also important to analyze these criminal activities (Sousa 2004). While such phenomenon has huge influence on the duration and intensity of conflicts, as well as, on the nation-State structure, its implications manifest themselves locally (Sheller 1995; UNODC 2012b), since, in order to act globally, OCGs have their local head offices or work with local criminal groups, constituting internal networks (Cas-

tells 2010; Sousa 2004; UNODC 2012b). As stated by the UNODC (2012b, 2):

> When organized crime takes root it can destabilize countries and entire regions, thereby undermining development assistance in those areas. Organized crime groups can also work with local criminals, leading to an increase in corruption, extortion, racketeering and violence, as well as a range of other more sophisticated crimes at the local level. Violent gangs can also turn inner cities into dangerous areas and put citizens' lives at risk.

As Castells (2010, 175) completes:

> At the sources of global crime, there are nationally, regionally, and ethnically rooted organizations (...) These culturally based criminal organizations do not disappear in the new, global networks. On the contrary, their global networking allows traditional criminal organizations to survive, and prosper, by escaping the controls of a given state at a difficult time.

In light of this, organized crime offenses present diffuse threats, as they generate political, economic, and social effects due to their behavior in relation to the State and the society (Cockayne 2007; Sheller 1995; Williams 1994). In addition, organized crime activities may also pose physical and psychological risks to the well-being of citizens as a result of the creation of a violent environment and the weakening of States' structures (Picarelli 2008; Sheller 1995; Williams 1994). The former relates essentially to the predatory behavior of OCGs, taking advantage of illicit markets and eroding economic institutions through frauds, extortions, and money laundering schemes, promoting the corruption of the political system, undermining States' sovereignty and institutions (Castle 1997; Picarelli 2008; Sheller 1995; Tunstall 2002; Williams 1994). The latter is correlated to the direct violence to which organized crime felonies can expose regular citizens. These relate to physical and psychological manifestations as drug abuse, gambling, prostitution, pornography, and so on (Sheller 1995). Furthermore, the creation of a harsh environment caused by the corrosion of legal, social, political, and economic institutions and by the constant competition between OCGs, results in violent conflicts, exposing vulnerable populations to worse social and economic positions (Bergman 2015; Sheller 1995; Tunstall 2002).

3 STATEMENT OF THE ISSUE

With organized crime becoming such a major threat to the proper functioning of States and, in some situations, eroding their very own sovereignty, it has been proposed, among many other strategies, to treat certain criminal organizations as military targets and engage in actual war against them. However, due to the nature of urban warfare and of the very question of treating criminals as the enemy, what would prevent these si-

tuations from devolving into utter bloodshed? *Jus in bello* has been used as a legal instrument for that exact purpose in more traditional scenarios of armed conflict, and now, if this concept is to be broadened to include the combat against organized crime, this normative framework must be analyzed more closely to find if it is adequate in such circumstances. For this end, *jus in bello* must first be conceptualized, the requirements for its application identified, and then the case at hand must be compared with such requirements.

3.1 JUS IN BELLO

Jus in bello, or international humanitarian law, sets out limits for the conduct of the parties during an armed conflict. It does not call to question the morality of war or whether the parties were allowed under international law to use of force in the first place; it rather seeks to oblige all parties engaged in a conflict to adapt their conduct in such a manner that it causes as little damage and suffering as possible (ICRC 2015).

International humanitarian law seeks to minimize human suffering in situations of armed conflict, especially of those who are not – or no longer are – partaking in hostilities. For such purpose, international humanitarian law lays out some basic principles with which the conduct of all belligerents should be in accordance during wartime, such as: the principle of distinction between combatants and civilians, as well as military objectives and civilian objects; the principle of proportionality between the anticipated military advantage to be attained and expected incidental damage to civilians lives or objects; the principle of precaution in carrying out military operations in such a way that every possible measure is taken to avoid the infliction of incidental damage to civilians by both the attacking and defending forces. Also, the prohibition of unnecessary suffering and of the means and methods of warfare which are expected to cause it and the duty to treat humanely those who have fallen into the power of enemy forces should also be highlighted. The parties must respect the principles and specific norms of international humanitarian law under any circumstances during armed conflict, and all parties are obliged to act accordingly even if the opposing party has violated its obligations under international humanitarian law (Melzer and Kuster 2016).

Kalshoven and Zegveld (2011) divide mainstream international humanitarian law into three principal branches: that of The Hague, of Geneva, and of New York. The first two have started their development during the 19th century, whilst the latter came to being only with the progress of the United Nations' work in the mid 20th century. By now, the three branches have become intertwined, despite not losing their singularities, and developed links with other areas of international law such as international criminal law and human rights law. The branch of The Hague actually had its

seeds in the Lieber Code, promulgated in Washington during the American Civil War, and in the Saint Petersburg Declaration. It was later solidified through a series of conventions in The Hague and is focused on regulating the conduct of belligerents during hostilities, such as the means and methods of warfare. The branch of Geneva came into being through a series of treaties and under the incentive of the International Committee of the Red Cross, concerned with the dire situation in which the wounded and sick were left in the battlefields, having as subject the protection of civilians and other individuals who are out of combat. At last, the New York branch was developed under the concern for the respect of human rights in armed conflicts, with special interest given to national liberation movements (Kalshoven and Zegveld 2011).

3.2 THE DEFINITION OF ARMED CONFLICT

The application of international humanitarian law begins at the same moment an armed conflict does, but what exactly constitutes an armed conflict and not another lesser instance of violence? Of this topic, there is an emblematic case from the International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia, the Duško Tadić case. This trial ruled that an armed conflict may happen between different actors: whenever two or more States resort to armed force between themselves, or, alternatively, when protracted armed violence occurs between the governmental forces and one or more organized armed groups, or between such groups. In brief, the main requirements for NIACs are intensity and organization of the armed group (The Prosecutor v. Duško Tadić 1995).

With regards to temporal and geographic application of international humanitarian law, it was also stated in *Tadić* that the application of *jus in bello* reaches the entirety of the territory of the involved parties, not only those parts in which combat takes place. This is relevant because the areas of engagement are subject to changes at any given moment of an armed conflict, depending on the parties' strategies. Additionally, the application of international humanitarian law begins simultaneously with the hostilities and only ends when a general conclusion of peace or peaceful settlement is reached, not when hostilities are ceased. Otherwise, international humanitarian law would find itself being "turned on and off" as a switch whenever there was an armistice or even a ceasefire, which many times are inconclusive and degenerate into the resuming of hostilities (The Prosecutor v. Duško Tadić 1995).

The ample array of circumstances in which an armed conflict may take place according to *Tadić* refers to the definition found in the Geneva Conventions of 12 August 1949, the core framework for the protection of civilians and persons *hors de combat*. There, armed conflicts are divided among those of international and non-international character. The

names might be slightly misleading, however: the first refers to those that take place among two States, whilst the latter refers to any conflict that involves a non-governmental armed group, even when it acts beyond the boundaries of a State's territory, be it against governmental forces or another non-governmental armed group. For the purpose of analyzing armed violence involving criminal organizations, the latter is what currently interests us and shall receive our focus (ICRC 2009). In a non-international armed conflict, the parties may be subject to the application of Article 3 – common to all Geneva Conventions –, as well as the relevant rules of customary international law. Other treaties ratified by the belligerent states may also be applicable.

It was further established in *Tadić* that acts of banditry or terrorism, or brief unorganized insurrections would not classify for this category of armed conflict and, thus, not be subject to international humanitarian law. The mention of acts of banditry is especially relevant for the discussion regarding the application, for there remains a doubt whether that would refer to all the activities typically conducted by criminal organizations or, by the context of this statement, only to sporadic criminal activities (The Prosecutor v. Duško Tadić 1999).

The threshold for the classification of a situation as a non-international armed conflicts was clarified in another iconic case of the International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia, the *Haradinaj* case. These were, roughly speaking, the degree of intensity of the hostilities and the level of organization of the parties, which cannot be evaluated abstractly but rather analyzed in a casuistic manner. The degree of intensity could be assessed by observing elements such as: the severity of attacks and their numerical increase, as well as their spread over territory and throughout time; a responsive increase in a party's manpower; mobilization and distribution of weapons; and even whether the United Nations Security Council has discussed and passed any resolutions about the hostilities, in a more internationalist approach. The level of organization of the parties, on the other hand, was analyzed taking into consideration such things as there being headquarters, designated areas of operation, and capacity to acquire, transport and distribute weapons among one's forces (Cullen and Öberg 2008).

A different take on the requirements for classification of non-international armed conflicts considers that the criterion of intensity of the conflict is fulfilled when there is a factual necessity for the conflict to be addressed by the military, with police forces being no longer able to contain and deal with the situation on their own. Regarding the criterion of organization, some observable elements that have also been cited are the existence of internal sets of rules and organizational charts, being able to recruit and train new combatants, and launching joint operations between different units (Vité 2009).

3.3 COMBAT AGAINST ORGANIZED CRIME AND NIACS

Having presented such concepts, it now comes to the challenge of labeling and classifying situations. Could hostilities involving criminal organizations possibly be considered as non-international armed conflicts?

The main issue to be debated is whether such groups would fulfill the minimum level of organization needed to be able to be classified as parties in an armed conflict. Many OCGs have adapted their forms from vertical, quasi-military structures with clear command chains to more horizontal networks with multiple autonomous actors. Ironically, sometimes such dispersed forms of organization are the results of previous offensives that only pulverized larger, older criminal organizations but did not disassemble the criminal activities of their members, which could pose yet another obstacle in treating hostilities against OCGs as armed conflicts (FIP 2017). Others seem to allocate their functions among different groups, making it tougher to make out their actions as parts of a coordinated set of activities, but also somehow resembling units in an armed force. It has been especially common among some drug cartels to employ specialized armed wings to carry out acts of violence and enforce their rule over a territory through extortion, kidnapping, torture, and assassination. There seems to be some circulation of members from one group to another, showing their interconnection. Some of such groups are even composed by both former and active members of police or military forces and are said to possess heavy arsenals and extensive training in urban warfare (Ernst 2018). Also, perhaps more worryingly, senior organizations sometimes recruit street gangs into the fold, using them as both muscle on the streets and distributors of narcotics or other goods, granting those organizations a wide base of agents on the field that are dispersed among the populace (Lacey 2010).

Many criminal organizations are known to operate in specific areas – sometimes vast swathes of territory that span multiple provinces of a State and even surpass borders – and dispute control of such areas fiercely (Tucker 2018). It is typical for officers to be assigned to care for divisions of this territory, each with their own subgroup within the criminal organization. Such subgroups may eventually split and become criminal organizations of their own, claiming the area in which they used to operate for themselves. This is a frequent phenomenon when the main figures of a criminal organization are taken out of activity, either through incarceration or death, but the officers and subgroups acting under them are not demobilized (Stewart 2018).

With regards to the capacity of acquiring, transporting, and distributing arms to their forces, and the quality of such arms, some OCGs show they are clearly capable of such. This is shown by their capacity of executing complex trans-border operations through multiple sales to work around control by governmental authorities, acquiring even military-gra-

de assault weapons and creating large hoards of firearms. With such an ample ability to equip their combatants, OCGs can doubtlessly pose a serious threat (Isikoff 2011).

3.4 ISSUES ARISING FROM TREATING COMBAT AGAINST ORGANIZED CRIME AS AN ARMED CONFLICT

If a situation involving an OCG is considered to be an armed conflict, there are still issues that ought to be dealt with, by the nature in which those groups operate. One of the main challenges posed by fighting OCGs on the field is how thin the line between combatants and non-combatants is. Members of such groups that are actual combatants may disguise themselves as civilians easily, or may be taking part in activities other than direct participation in hostilities, such as processing and dealing drugs or other tasks that are part of the group's operations, or alternating between those and combat. With this situation in mind, those who are not under protection against an attack are distinguished from those who are by their direct participation in hostilities, meaning that they should be directly causing harm to the other party's combatants or military objects, or alternatively, to their military operations or capacity to carry them out. A combatant would be one who takes direct and constant participation in hostilities (ICRC 2017).

There may also be a situation in which there is an ongoing armed conflict against an armed group other than a criminal organization, but a criminal organization currently has close connections with the aforementioned armed group, such as financing it in exchange for protection. In this situation, if the criminal organization engages in armed violence with the governmental authorities but their hostilities do not amount to direct participation in hostilities, its members shall not be treated as combatants and will have to be dealt with by law enforcement regularly (ICRC 2013).

Formerly, it was mentioned how larger organizations form alliances with street gangs for their own gain, transforming them into a sort of enforcer wing of cartels and other OCGs. Many such gangs recruit their members from a very early age, drawing them from scenarios of vulnerability and at a moment in which they are most susceptible to the multiple forms of persuasion used by older gang members to recruit them. They are then used for menial tasks and street work such as drug dealing (Duggan 2018). In a situation of armed conflict, this would put these teenagers at risk, having them on the front lines, since they are frequently the ones out on the streets, enforcing a criminal organization's presence in a territory. Concerns have been raised that, if a situation of non-international armed conflict is established against a criminal organization, military operations will end up targeting mainly those teenagers who are in charge of selling

drugs and protecting dealing points, whilst the high ranking members are left untouched (ICHRDP 2013).

Concerns may be raised about the respect to the right to life and due process of law during armed conflicts, and, when dealing with those matters, it is important to note that, whilst *jus in bello* is commonly called as the law applicable to situations of armed conflict, this does not mean that human rights law no longer applies. The right to life, for example, is still to be respected except in situations that arise from military necessity, and the norms of international humanitarian law regarding protected persons reinforce that. It is also said that there is a possibility for the right to fair trial to be discontinued to a certain degree in situations of emergency, such as that of an armed conflict. However, it may never be completely cancelled: sentences must be given by regularly constituted courts, with some minimal judicial guarantees always being owed (Coracini 2008). It is important to note that, specifically in NIACs, combatants may be subject to being prosecuted under the domestic law of the State whose governmental forces are fighting them (ICRC 2002).

At last, it can be verified that, when it comes to the application of international humanitarian law, there inevitably is a compromise between military necessity and humanitarian concerns, which renders the protection of human rights possible but always to a limited extent (ICRC 2006). Perhaps no single strategy may be employed to contain such diffuse and adaptive threats as organized crime, but rather a mix of legal tools from international and domestic law may be needed, relying on multilateral cooperation (Brooks 2004).

4 THE STATUS OF ORGANIZED CRIME IN INTERNATIONAL LAW

This section is dedicated to the analysis of the previous international actions in relation to organized crime activities, regarding their current condition under international law. It needs be taken into consideration, however, the fact that the discussion on organized crime, International Humanitarian Law (IHL) and NIACs is still being developed. In view of this, although according to Hauck and Peterke (2010, 416) "organized crime and gang violence has increasingly become subject to international regulation", international awareness concerning the topic, on the form of international legal reports, resolutions, and decisions, is rather shy. Seen in these terms, while it is possible to observe plenty of examples of national legal systems and international cooperation initiatives and treaties (Hauck and Peterke 2010; 2016), the international system is deficient in a concrete legal doctrine for organized crime groups. As pointed out by Hauck and Peterke (2016, 5):

> The reasons for this unsatisfying state of affairs are multifaceted. With all due caution, it still appears that the issue of TOC [transnational organized crime] is neither very inviting nor very accessible to international lawyers.

> Especially compared to international criminal law stricto sensu, which is commonly defined as encompassing exclusively those norms that entail individual responsibility directly under public international law, TOC is widely seen as part of so-called transnational criminal law: an area of law placed at the outer limits of international criminal law *lato sensu*, forming part of a new area of interest with novel empirical and theoretical features.

Therefore, this section will provide some insights on the status of organized crime groups and their activities in international legislation. First of all, for the most part, the subject of organized crime activities and violence was mainly addressed by national legislations, in domestic criminal law, and by international cooperation treaties with respect to specific crime groups – for instance, piracy, slave trade, human trafficking, and money laundering – or transnational organized crime altogether (Hauck and Peterke 2010; 2016). Relating to the domestic legal systems, the literature draws attention to a variety of different approaches on the subject, criminalizing the issue by employing expressions such as "organized crime", "criminal organizations", "criminal associations", and "terrorist associations", when referring the topic, also stressing the need for the development of special legislation on this regard.

The employment of military forces in matters of public security, including intensive combat against organized crime, is a method that has been used for several decades, especially within Latin American states, a practice that may contribute towards creating international customary rules on the topic (Succi Junior 2017). Some of the most relevant among them have been the military intervention that occurred in Rio de Janeiro in 2018, to wrestle the control of local communities away from OCGs (Woody 2018); and the longstanding "Mexican Drug War", which has seen Mexico employing its military against drug cartels, sometimes to great effect, a measure that tends to be supported by allegations of the regular police forces being too crippled by corruption (Ellis 2018). Regional efforts in analysing the situation have been made by the Conference of Defense Ministers of the Americas (CDMA), which has recognized the threat posed by organized crime and the role of the military in combating it (CDMA 2004). However, the legality of this practice has not gone unchallenged, as the Supreme Court of Mexico itself has recently ruled that a law which regulated the employment of the military in the combat against organized crime was unconstitutional by trying to normalize this sort of operation (DeLorenzo 2018).

Concerning international actions, the literature states that most of the treaties on the matter are centered on conceptual aspects and cooperation initiatives on suppressing transnational organized crime, instead of developing an organized, international legal doctrine (Boister 2016; Hauck and Peterke 2010; Madsen 2016). Consequently, it is possible to conclude that, in agreement with Hauck and Peterke (2010, 420), "the criminalization of those crimes, however, rests with national jurisdictions". One of the

main international treaties relating to the subject is the United Nations Convention against Transnational Organized Crime (UNTOC) and its three protocols – the Human Trafficking, the Migrant Smuggling, and the Firearms Protocols (UNTOC 2000). Along the same lines of the general impressions on international actions related to transnational organized crime, Boister (2016, 127) argues that:

> The UNTOC's elaborate framework for international cooperation, which ranges from more informal police cooperation to more formal legal assistance, is so extensive that it suggests that cooperation rather than criminalization is the main subject matter of the UNTOC.

Thus, as stated before, the status of transnational organized crime within the international institutes of international law, as IHL and international criminal law, is, for the most part, still a point of discussion between scholars with no concrete response on international legislation. According to Thielbörger (2016, 379):

> The phenomenon of transnational organised crime does not sit easily with international law. The main reason for this is that the international legal order [...] was created as a legal relationship between states. In many ways this order is not sufficiently equipped for addressing problems that non-state actors, such as organised criminal groups, pose today.

In view of this, when it comes to transnational organized crime, there is no solid body of rules and procedures; what exists is a large number of reports and cases that may relate to the subject and to the proposed discussion. On this regard, this set of documents may or may not allow IHL to be applied to combat transnational organized crime, as this debate is developed subsequently in the final section of this study guide.

5 APPROACHES ON THE ISSUE

The present section is dedicated to presenting some of the most controversial points on the debate regarding the application of IHL to situations of clash with OCGs and how one might approach them, considering previous discussions by experts. This debate has some particularly polemic points, given how they influence the degree to which governmental forces may use force.

The use of force by governmental forces against non-governmental forces may be applied following two different paradigms: the law enforcement paradigm and the conduct of hostilities paradigm. These two are differed mainly by elements such as the principle of necessity for the use of force and the principle of proportionality in the use of force. The necessity for the use of lethal force is presumed against legitimate targets in the conduct of hostilities paradigm, but, under the law enforcement paradigm, the use of force is to be considered as a last resort measure and must be used in

order to pursue a specific, legitimate aim. For example, policemen approaching a situation of blatant offense must first announce the offenders that they are under arrest, only shoot if faced with armed resistance and attempt to exhaust the possibilities of shooting to neutralize the offenders and enable the arrest before resorting to shooting to kill. The use of force must, thus, be escalated gradually and only according to specific necessity. In regards to the principle of proportionality, it is said that, under the conduct of hostilities paradigm, it is focused mainly on protecting the surrounding civilians and civilian objects from damage that was unnecessary to the pursuit of a military advantage. Thus, the legitimate targets of an attack – combatants and military objectives – may be handled with extreme force from the beginning, with rules of proportionality not applying to the use of force applied against them. The main difference between following either of the two paradigms is, thus, the relativization of the right to life that takes place under the conduct of hostilities paradigm, authorizing actions that, under the law enforcement paradigm, would be clear violations of the right to life, thus enabling the prosecution of the responsible agents under human rights law (ICRC 2013).

The disagreement over whether the concept of armed conflict – and thus the paradigm of the conduct of hostilities – should be applied to hostilities against OCGs has marked a debate on the issue between professors Noam Lubell and Marco Sassoli, both influential authors in the theme of IHL. Whilst Sassoli is favorable to considering situations of combat against OCGs as possibly falling into the scope of armed conflicts, Lubell has argued that such an act would lead to ineffective measures by the governments fighting OCGs – taking into consideration the manner in which these groups generally operate – and human rights violations, when confronted with elements such as the prominence of the use of teenagers as foot soldiers in organized crime (ICHRDP 2013).

Lubell has also been famously known for casting doubts over the consideration of the hostilities between the United States of America and Al-Qaeda as a legitimate armed conflict, citing questions regarding Al-Qaeda's existence as truly organized enough to be classified as a party to a conflict (Lubell 2012). This also brings us back to the precedents set by the ICTY, in which an exception is made to the application of the concept of armed conflict when it comes to acts of terrorism and to banditry alike (The Prosecutor v. Duško Tadić 1999), which may be interpreted to cover the activities of OCGs.

A meeting of experts from the ICRC discussed the application of either the law enforcement paradigm or of the conduct of hostilities paradigm in a theoretical situation. In this hypothetical scenario, a non-governmental armed group and an OCG entertain close links, consisting in the OCG financing the armed group's activities and facilitating its access to weapons, and the armed group providing protection for the OCG's members and relative freedom for the OCG to operate in the armed group's territory. In gene-

ral, the experts in the meeting agreed that a parallel approach should be taken, in which the members of the two groups would be treated according to separate paradigms, additionally establishing that, in case of doubt on whether an individual is part of either organization, the situation should be assessed via the law enforcement paradigm (ICRC 2013).

Considering how the members of OCGs tend to deliberately not distinguish themselves from the general populace through the use of uniforms or by openly carrying their arms, the possibility of use of lethal force is widely questioned. This issue is not particular to OCGs, being an occurrence among most non-State armed groups (Gervasoni 2016). The eventuality of an armed conflict between an OCG and State forces might raise the same question that often plagues operations of combat to terrorist organizations, regarding the killing of suspected members of the enemy armed group: considering that the very term "suspected" expresses doubt over the combatant status of a person, the law enforcement paradigm should be applied (Coracini 2009). In the case of OCGs, whose members would tend not to be apparent combatants, that may render the whole application of IHL to the situation impractical.

Moreover, the experts that participated in the ICRC meeting did not rule out that OCGs might have direct participation in hostilities of such intensity that amount to an armed conflict. However, most of them agreed that individuals simply taking part in activities that might finance the war effort cannot be considered to be directly participating in hostilities, citing how this could be extended to anyone contributing to the economic wealth of a party to a conflict, be it a State or non-State actor. Thus, in an OCG, this would exclude individuals who are simply involved with drug trafficking or even arms trafficking from the status of combatant (ICRC 2013). In the hypothesis of an armed conflict against an OCG, an issue would be raised by the fact that, to many criminal organizations, violence occurs in an unconstant manner, and thus, there would be little need for members of such OCGs to fill specialized combat roles (Howell 1997). Considering this, clearly defined armed wings such as those that Mexican drug cartels have been implementing are a rare occurrence that requires a superior level of internal organization and highly skilled personnel (Ernst 2018).

Thus, this leaves many possible approaches on the issue open: that the application of IHL to these cases may be prohibited by jurisprudence; that it may be applicable to these cases just as much as to other situations of systematic violence, as long as the typical requirements are met; or maybe that such application would simply be too impractical and, thus, these situations would better be dealt with through other means. This leaves much room for elaboration of hypothetical situations and arguments by the members of the ILC, who may have to resort to analogies to other situations to which the application of IHL has already been further studied. This very same lack of specific provisions regarding the application of IHL to combat against OCGs is the reason why the work of the ILC is so impor-

tant here: the positions that the members take will shape the first major international effort on codification of the subject.

QUESTIONS TO PONDER

1 How is it possible to establish if the conflicts in question and the parties involved fulfill the criteria necessary for international humanitarian law to be applicable?

2 Which members of an OCG could be considered a combatant, and thus a legitimate target, in a situation of armed conflict?

3 What does the exclusion of acts of banditry from the concept of armed conflict, as mentioned in the Duško Tadić case, mean? Is it applicable to this case?

4 How does considering the combat against OCGs as a NIAC affect human rights, especially the right to life?

5 Does the application of the conduct of hostilities paradigm and employment of the military render effective results?

REFERENCES

Abadinski, Howard. 2010. Organized Crime. Belmont: Wadsworth, Cengage Learning.

Bergman, Marcelo. 2015. Illegal Drugs, Drug Trafficking and Violence in Latin America. Switzerland: Springer.

Boister, Neil. 2016. "The UN Convention against Transnational Organised Crime 2000". I: International Law and Transnational Organised Crime, edited by Pierre Hauck and Sven Peterke. Oxford: Oxford University Press.

Brooks, Rosa Ehrenreich. 2004. War Everywhere: Rights, National Security Law, and the Law of Armed Conflict in the Age of Terror. Washington D.C.: Georgetown University Law Center.

Castells, Manuel. 2010. "The Perverse Connection: The Global Criminal Economy". In End of Millenium, edited by Manuel Castells, 171-215. United Kingdom: Blackwell Publishers.

Castle, Allan. 1997. "Transnational Organized Crime and International Security". Working Paper n. 19, Institute of International Relations, The University of British Columbia, Vancouver. http://liu.xplorex.com/sites/liu/files/Publications/webwp19.pdf

Cepik, Marco, and Pedro Borba. 2011. "Crime Organizado, Estado e Segurança Internacional". *Contexto Internacional* 33 (2): 374-405. doi:10.1590/S0102-85292011000200005

Cockayne, James. 2007. "Transnational Organized Crime: Multilateral Responses to a Rising Threat". Coping with Crises Working Paper Series, International Peace Academy, New York. https://www.files.ethz.ch/isn/126969/transnational_organized_crime_04_2007.pdf

Conference of Defense Ministers of the Americas (CDMA). Declaration of Quito. Quito: OAS, 2004. http://www.summit-americas.org/Panels/VI_Meeting_Defense_Americas/DECLARACION_QUITO_ESP.pdf.

Coracini, Celso Eduardo Faria. 2009. "Targeted Killing of Suspected Terrorists During Armed Conflicts: Compatibility with the Rights to Life and to a Due Process?" Paper presented at the III Anuário Brasileiro de Direito Internacional, Belo Horizonte, MG. http://www.corteidh.or.cr/tablas/r27148.pdf

Cullen, Anthony, and Marko Divac Öberg. 2008. "Prosecutor v. Ramush Haradinaj et al.: The International Criminal Tribunal for the Former Yugoslavia and the Threshold of Non-International Armed Conflict in International Humanitarian Law". *ASIL Insights*. Last modified April 23. https://www.asil.org/insights/volume/12/issue/7/prosecutor-v-ramush-haradinaj-et-al-international-criminal-tribunal.

Cunha, Danilo Fontenele Sampaio. 2002. "Criminalidade Organizada: antigos padrões, novos agentes e tecnologias". *Ponto Urbe* 8: 1-29. doi:10.4000/pontourbe.1752

De Boer, John, and Louise Bosetti. 2015. "Examining the Interactions between Conflict and Organized Crime". Accessed April 15, 2019. https://ourworld.unu.edu/en/examining-the-interactions-between-conflict-and-organized-crime.

DeLorenzo, Thomas. 2018. "Mexico Supreme Court rules military policing law unconstitutional". Jurist. Accessed September 29, 2019. https://www.jurist.org/news/2018/11/mexico-supreme-court-rules-military-policing-law-unconstitutional/.

Department of Peace and Conflict Research (DPCR). 2019. "Definitions". Accessed April 15. https://www.pcr.uu.se/research/ucdp/definitions/.

Duggan, Graham. 2018. "Prison Pump: How gangs are recruiting some Canadian teens into a life of crime". *CBC*. Last modified September 28. https://www.cbc.ca/cbcdocspov/features/gangs-are-recruiting-some-canadian-teens-into-a-life-of-crime.

Dupuy, Kendra, and Siiri Aas Rustad. 2018. Conflict Trends: Trends in Armed Conflict, 1946–2017. Oslo: Peace Research Institute Oslo.

Ellis, Robert Evan. 2018. "Mexico's Fight against Transnational Organized Crime". *Military Review*. Accessed September 29, 2019. https://www.armyupress.army.mil/Journals/Military-Review/Online-Exclusive/2018-OLE/May/Transnational-Organized-Crime/.

Ernst, Falko. 2018. "'The training stays with you': the elite Mexican soldiers recruited by cartels". *The Guardian*. Accessed September 29, 2019. https://www.theguardian.com/world/2018/feb/10/mexico-drug-cartels-soldiers-military.

Federal Bureau of Investigation (FBI). 2019. "Organized Crime". Accessed May 01. https://www.fbi.gov/investigate/organized-crime

Fundación Ideas para la Paz (FIP). 2017. "Organized Crime and Armed Spoilers in Times of Transition". La Paz: Fundación Ideas para La Paz http://cdn.ideaspaz.org/media/website/document/59e907478dc39.pdf.

Gervasoni, Luca. 2016. "Assassination in times of armed conflict: a clash of theory and practice". Doctorate diss., Università degli Studi di Milano-Bicocca. https://boa.unimib.it/retrieve/handle/10281/129669/182598/phd_unimib_705717.pdf.

Hauck, Pierre and Sven Peterke. 2010. "Organized crime and gang violence in national and international law". *International Review of the Red Cross*, 878 (92): 407-436. doi:10.1017/S181638311000038X

———. 2016. International Law and Transnational Organised Crime. Oxford: Oxford University Press.

Howell, James C. 1997. "Youth Gang Drug Trafficking and Homicide: Policy and Program Implications". *Juvenile Justice* 4 (2): online. https://www.ojjdp.gov/jjjournal/jjjournal1297/gang.html.

International Centre on Human Rights and Drug Policy (ICHRDP). 2013. Do the Laws of Armed Conflict Apply to Drug-Related Violence?. Essex: Human Rights Centre. http://www.hr-dp.org/contents/206.

International Committee of the Red Cross (ICRC). 2002. "The Law of Armed Conflict -

Lesson 10 - Non-international Armed Conflict". Geneva: International Committee of the Red Cross. https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/law10_final.pdf.

———. 2006. "Israel, The Targeted Killings Case. How does law protect in war? - Online casebook". Accessed April 10, 2019. https://casebook.icrc.org/case-study/israel-targeted--killings-case.

———. 2009. "Interpretive Guidance on the Notion of Direct Participation in Hostilities under International Humanitarian Law". Accessed September 24, 2019. https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/other/icrc-002-0990.pdf

———. 2013. "The Use of Force in Armed Conflicts: Interplay between the Conduct of Hostilities and Law Enforcement Paradigms." Geneva: International Committee of the Red Cross. https://www.icrc.org/en/doc/assets/files/publications/icrc-002-4171.pdf.

———. 2015. "What are jus ad bellum and jus in bello?". Accessed April 10, 2019. https://www.icrc.org/en/document/what-are-jus-ad-bellum-and-jus-bello-0.

———. 2017. "Direct participation in hostilities. How does law protect in war? - Online casebook". Accessed September 06, 2019. https://casebook.icrc.org/glossary/direct-participation-hostilities.

Isikoff, Michael. 2011. "U.S.: Gun raids show cartels at work in Ariz". *NBC News*. Last modified January 25. http://www.nbcnews.com/id/41257218/ns/us_news-crime_and_courts/t/us-gun-raids-show-cartels-work-arizona/#.XMmkf-hKiUk

Kalshoven, Frits, and Liesbeth Zegveld. 2011. Constraints on the Waging of War: An Introduction to International Humanitarian Law. Cambridge: Cambridge University Press.

Lacey, Marc. 2010. "Raids Aim to Find Killers of 3 in Mexico". *The New York Times*. Last modified March 18. https://www.nytimes.com/2010/03/19/world/americas/19mexico.html.

Locke, Rachel. 2012. Organized Crime, Conflict and Fragility: A New Approach. New York: International Peace Institute. https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/publications/epub_organized_crime_conflict_fragility.pdf

Lubell, Noam. 2012. "The War (?) against Al-Qaeda". In International Law and the Classification of Conflicts, edited by Elizabeth Wilmshurst, 1-54. Oxford: Oxford University Press. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2213373.

Mack, Andrew. 2007. "Global Political Violence: Explaining the Post-Cold War Decline". Coping with Crisis Working Paper Series. New York: International Peace Academy. https://www.files.ethz.ch/isn/126956/global_political_violence_03_2007.pdf

Madsen, Frank G. 2016. "Policing Transnational Organised Crime – The International Perspective". In International Law and Transnational Organised Crime, edited by Pierre Hauck and Sven Peterke, 6-9. Oxford: Oxford University Press.

Melzer, Nils, and Etienne Kuster. 2016. International Humanitarian Law*:* A Comprehensive Introduction. Geneva: International Committee of the Red Cross.

Picarelli, John T. 2008. "Transnational Organized Crime". In Security Studies, edited by Paul D. Williams., 453-467. New York: Routledge.

Rosen, Jonathan D., and Hanna Samir Kassab. 2019. Drugs, gangs and violence. Switzerland: Palgrave Macmillan.

Sheller, Louise I. 1995. "Transnational Organized Crime: An Imminent Threat to the Nation-State?". *Journal of International Affairs* 48 (2): 463-489. https://www.jstor.org/stable/24357599

Sousa, Rosinaldo Silva de. 2004. "Narcotráfico y economía ilícita: las redes del crimen organizado en Río de Janeiro". *Revista Mexicana de Sociología* 66 (1): 141-194. doi:10.2307/3541533

Stewart, Scott. 2018. "Tracking Mexico's Cartels in 2018". Stratfor. Last modified February 01. https://worldview.stratfor.com/article/tracking-mexicos-cartels-2018.

Succi Junior, David Paulo. 2017. "Missões militares, técnica e política: o emprego das

Forças Armadas em segurança pública". *Brazilian Journal of International Relations* 6 (2): 413-436. https://bit.ly/2vA9I2O.

The Global Initiative Against Transnational Organized Crime (TGIATOC). 2018. "Organized Crime and its Role in Contemporary Conflict: An Analysis of UN Security Council Resolutions". Last modified September 26. https://globalinitiative.net/organized-crime-and-its-role-in-contemporary-conflict/

The Prosecutor v. Duško Tadić. Decision on the Defence Motion for Interlocutory Appeal on Jurisdiction., IT-94-1-A, para. 70. (International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia October 2, 1995). http://www.icty.org/x/cases/tadic/acdec/en/51002.htm.

The Prosecutor v. Duško Tadić. Judgement, IT-94-1-A, para. 562. (International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia July 15, 1999). http://www.icty.org/x/cases/tadic/acjug/en/tad-aj990715e.pdf.

Thielbörger, Pierre. 2016. "The International Law of the Use of Force and Transnational Organised Crime". In International Law and Transnational Organised Crime edited by Pierre Hauck and Sven Peterke, 361-280. Oxford: Oxford University Press.

Tucker, Duncan. 2018. "Mexico's most-wanted: A guide to the drug cartels". *BBC*. Last modified March 27. https://www.bbc.com/news/world-latin-america-40480405.

Tunstall, Stanley Q. 2002. Transnational Organized Crime and Conflict: Strategic Implications for the Military. Carlisle: Strategy Research Project, U.S Army War College. https://www.hsdl.org/?view&did=446106

United Nations Convention Against Transnational Organized Crime (UNTOC), Palermo, November 15, 2000. https://www.unodc.org/documents/middleeastandnorthafrica/organised-crime/UNITED_NATIONS_CONVENTION_AGAINST_TRANSNATIONAL_ORGANIZED_CRIME_AND_THE_PROTOCOLS_THERETO.pdf

United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC), Results of a Pilot Survey of Forty Selected Organized Criminal Groups in Sixteen Countries. (Vienna: UNODC, 2002). https://www.unodc.org/pdf/crime/publications/Pilot_survey.pdf

———, The Globalization of Crime: A transnational organized crime threat assessment (Vienna: UNODC, 2010). https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/Studies/TOCTA_draft_2603_lores.pdf

———, Digest of Organized Crime Cases: A compilation of cases with commentaries and lessons learned (Vienna: UNODC, 2012a). https://www.unodc.org/documents/organized-crime/EnglishDigest_Final301012_30102012.pdf

———, Transnational Organized Crime: The Globalized Illegal Economy (Vienna: UNODC, 2012b). https://www.unodc.org/documents/toc/factsheets/TOC12_fs_general_EN_HIRES.pdf

———, The drug problem and organized crime, illicit financial flows, corruption and terrorism (Vienna: UNODC, 2017). https://www.unodc.org/wdr2017/field/Booklet_5_NEXUS.pdf

———. 2019a. "Organized Crime". Accessed May 01. https://www.unodc.org/unodc/en/organized-crime/intro.html

———. 2019b. "Transnational organized crime: the globalized illegal economy". Accessed May 03. https://www.unodc.org/toc/en/crimes/organized-crime.html.

United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), Illicit Drugs: Social Impacts and Policy Responses (Geneva: UNRISD, 1994). http://www.unrisd.org/80256B3C005BCCF9/(httpAuxPages)/4C3D0BE90FAD550480256B6400419B57/$file/bp2.pdf

Vité, Sylvain. 2009. "Typology of Armed Conflicts in International Humanitarian Law: Legal Concepts and Actual Situations." *International Review of the Red Cross* 91 (873): 69-94. doi: https://doi.org/10.1017/S181638310999021X

Williams, Paul D. 2008. "War". In Security Studies, edited by Paul D. Williams. New

ty". *Survival* 36 (1): 96-113. doi:10.1080/00396339408442726

Woody, Christopher. 2018. "Brazil has committed to an 'extreme measure' to combat crime in Rio — and it could be a model for the rest of the country". Business Insider. Accessed September 29, 2019. https://www.businessinsider.com/brazil-military-intervention-rio-security-national-model-2018-2.

press

imprensa internacional



UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 7 2019 | p. 480-519

DIRETRIZES PARA A COBERTURA JORNALÍSTICA EM MODELOS DAS NAÇÕES UNIDAS[1]

Adriana Figueiredo
Camila da Silva Souza
Daniel Mutzemberg Giussani
Luíza Paines [2]

RESUMO

A imprensa internacional – no papel de coletar, investigar, analisar e transmitir acontecimentos em um mundo globalizado – lida com a responsabilidade de reportar fatos à sociedade, conectando, curando, certificando e traduzindo o que lhe é de interesse. O jornalismo emerge no cenário internacional com a missão de levar conhecimento ao grande público acerca do contexto global no qual está inserido, configurando-se, portanto, como uma ponte entre aqueles que tomam as decisões e aqueles que são influenciados por essas. Hoje, em um período marcado pela essencialidade do digital, o jornalismo encontra-se em transformação, potencializando as técnicas antigas de forma a conduzi-las ao encontro das novas, convergindo os formatos e redescobrindo o ofício por meio das novas tecnologias. Nesse contexto, o Comitê de Imprensa Internacional (CI) apresenta-se como uma maneira de compreender esse cenário, simulando, pois, o funcionamento dos principais veículos de comunicação mundiais na cobertura de assuntos internacionais. Durante o evento, o CI será responsável por realizar a cobertura midiática de todas as sessões simuladas no UFRGS Model United Nations (UFRGSMUN) para as plataformas digitais – Twitter, Facebook e Medium. Os repórteres produzirão, além de materiais relativos à cobertura das sessões, entrevistas, reportagens e artigos à luz das linhas editoriais em representação. Com o mesmo intuito, estará no escopo dos jornalistas a produção de telejornais e coletivas de imprensa.

1 Este artigo é uma revisão, adaptação, atualização e complementação dos artigos de Figueiredo et. al 2017 e Figueiredo et. al 2018 (Figueiredo, A., G. Veiga, M. Motta, V. Petuco, and V. Pacheco. 2017. Diretrizes para a Cobertura Jornalística em Modelos das Nações Unidas. UFRGS Model United Nations Journal 5: 256-293.; Figueiredo, A., C. Oliveira, D. Giussani, G. Veiga, M. Motta, V. Petuco, V. Pacheco, e V. Abreu. 2018. Diretrizes para a Cobertura Jornalística em Modelos das Nações Unidas. UFRGS Model United Nations Journal 6: 564-599.)

2 Graduandas e graduandos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

1 INTRODUÇÃO

Dentre outras maneiras, pode-se entender o jornalismo como "a arte de captar2 códigos do éter e transmutá-los em linguagem palatável" (Jorge 2008, 34). Nesse sentido, institui-se a noção de um ofício que consiste em traduzir os acontecimentos da realidade em linguagem propagável e acessível. Recorremos a Meditsch (1997) para lembrar que o real sempre será inacessível ao jornalista, uma vez que a realidade é dotada de inúmeros sentidos. Ao jornalista, cabe propor ao público leituras da realidade, às quais é possível se filiar.

> Falar de "a verdade", enquanto substantivo, atributo coisificado, assim vai perdendo sentido. Mais apropriado seria se falar no adjetivo, no enunciado "verdadeiro". E poderão existir muitos enunciados verdadeiros, eventualmente até contraditórios entre si, ainda que cada um coerente com seus pressupostos, porque nenhum enunciado é capaz de esgotar a realidade inteira (Meditsch 1997, 4).

Emerge a ideia de uma profissão cujo papel principal é o compromisso social. A credibilidade torna-se um dos principais capitais do jornalismo.

> Embora seja um instrumento de mudança social, o jornalismo não é mais do que uma ciência de decodificação [...]. Pode e deve ser usado para boas causas, mas estas não devem comprometer a universalidade do ofício ou dar-lhe em última instância, status de porta-voz da justiça [..]. Nós, jornalistas, não transferimos dúvidas para o leitor, é essa nossa crença e é por isso que não há bem maior na profissão do que a credibilidade junto ao público (Jorge 2008, 34).

Hoje, os dilemas do ofício acentuam-se, ainda mais, ao se depararem com uma sociedade cujas transformações ocorrem cada vez mais rapidamente. Isso acontece, dentre outros motivos, devido à prática jornalística estar historicamente ligada à tecnologia (Rodrigues 2009). Mesmo em meio à geração que reverbera uma crise no jornalismo, a credibilidade destaca-se como o que dá fôlego à profissão, quando se considera, nesse cenário, o aumento na velocidade de mudança comportamental do homem, bem como a rapidez na circulação de informações permitida pelo advento da internet.

Todas essas novas associações à vida humana fizeram com que os meios de veiculação tradicional do jornalismo – jornais, revistas, rádios e canais televisivos - enxergassem um novo desafio à frente: a adequação do método antigo ao cotidiano de novos tempos. É por esse motivo que se acredita, na verdade, em uma crise no modelo de negócios e não na atividade jornalística em si. O que aconteceu após a segunda metade da década de 1990, com o desenvolvimento da internet, foi a reformulação do mercado jornalístico e do perfil dos profissionais. "Com o mercado de trabalho rede-

senhado [...], ganha espaço o discurso da inevitabilidade da convergência e da necessidade de se investir em profissionais com múltiplas habilidades" (Rodrigues 2009, 67).

Outra característica intensificada na profissão por aspectos da atualidade está diretamente ligada à globalização. Hoje, segundo Silva (2011), a economia, a política, a ciência e a cultura das diferentes sociedades nunca estiveram tão intensamente sujeitas ao contexto além das fronteiras nacionais e à interdependência entre os governos. Nesse cenário, o autor defende que o jornalismo para assuntos internacionais ganha destaque e relevância, já que o correspondente estrangeiro passa a exercer papel essencial à cobertura diária. Bomfim (2012), Aguiar (2008) e Natali (2004) alertam para a variedade de assuntos que a editoria de internacional abrange. A rigor, quaisquer assuntos que envolvam outros países entram em jornalismo internacional. Segundo Aguiar (2008), o jornalismo internacional envolve diversas questões, uma vez que as notícias definidas como internacionais podem ser sobre economia, política, cultura, entre outras.

O correspondente é importante não só por seus relatos serem interessantes a quem está diretamente ligado ao cenário internacional, mas por trazer "consciência de mundo", segundo Silva (2011), aos que, imprescindivelmente, são afetados pela globalização.

> Assim como os jornais do início do século XIX ajudaram a tornar os habitantes de cidades e vilas membros de uma comunidade nacional, os meios de comunicação atuais ajudam a transformar cidadãos nacionais em cidadãos globais, graças, em grande parte, ao trabalho de seus correspondentes internacionais (Silva 2011, 10).

Sendo assim, quanto ao papel do jornalista, persiste o de atuar como conector, curador, certificador e tradutor dos acontecimentos - ainda que em múltiplas plataformas, formatos e localidades. É o que Bomfim (2012, 33) sugere ao dizer que "como introdutor de assuntos antes desconhecidos para as pessoas, o jornalismo acaba atuando de forma pedagógica". É que, com a cobertura noticiosa, o jornalismo internacional faz a ponte entre o país distante, o outro (que aciona os sentimentos mais profundos de desconhecimento, curiosidade, medo, expectativa), e o leitor/espectador/ouvinte.

Posto isso, entende-se que cabe ao comunicador, na função de conector, propor ao público interpretações, de modo a explicar termos técnicos, descomplicar conceitos e contextualizar situações quando necessário. No papel de curador e conector, é atribuído ao profissional identificar os acontecimentos que se configuram como notícia segundo as circunstâncias nas e paras as quais se reporta. Por último, na função de certificador, compete também ao jornalista investigar e checar a veracidade das informações. Tais incumbências descritas prescindem o exercício do ofício jornalístico sob quaisquer circunstâncias (Jorge 2008).

Nesse âmbito, como reflexo da realidade, portanto, o papel do Comitê de Imprensa Internacional no UFRGSMUN é simular a atuação dos principais veículos e agências jornalísticas na cobertura de assuntos internacionais. Assim, o comitê buscará cobrir os principais acontecimentos, procurando moderar a interação e participação dos interlocutores para além de cada sessão simulada. O papel dos jornalistas no CI será reportar, segundo as peculiaridades do veículo em representação, o andamento dos comitês simulados durante o UFRGSMUN.

Nesse sentido, os repórteres irão produzir conteúdo multimídia – incluindo texto, foto e vídeo – a ser publicado nos dias do evento nas plataformas digitais do CI, como Facebook e Medium. Concomitantemente, caberá aos representantes realizar a cobertura em tempo real dos acontecimentos via Twitter. Para o bom procedimento dos encargos propostos, o presente Guia de Estudos irá abordar as diferentes variáveis que envolvem a cobertura jornalística, bem como as singularidades da utilização das diferentes plataformas e formatos.

2 A COBERTURA JORNALÍSTICA

O termo "cobrir um evento" refere-se ao ato de reportar uma série de fatos dentro de um mesmo contexto. Ainda nesse âmbito, também não se estabelece um número determinado de publicações ou de formatos que envolvem o acompanhamento de um evento ou acontecimento. Pelo contrário, ainda quando planejada, a cobertura jornalística se dá no número de notícias que se fizerem necessárias para abranger um acontecimento em sua totalidade. Hoje, com as ferramentas digitais atreladas à atividade jornalística, identifica-se uma série de novas rotinas para a cobertura diária, pela convergência e pluralidade permitida nas plataformas digitais (Ferrari 2010). Ainda assim, é importante lembrar os valores fundamentais da profissão que permanecem, independentemente do meio de propagação da notícia (Pinto 2014).

> [O/A] Jornalista continua sendo alguém capaz de encontrar informação relevante e interessante e de transmiti-la da forma mais correta e inteligente. A plataforma em que ele vai contar sua história - áudio, vídeo, internet, mobile ou papel - pode mudar, mas os fundamentos da profissão continuam os mesmos (Pinto 2014, 31).

Dessa forma, cabe acrescentar que, considerando os elementos que compõem o conteúdo virtual, sabe-se que essa plataforma permite métodos muito além dos tradicionais utilizados na cobertura impressa – texto, fotos e gráficos –, bem como na cobertura televisiva e radiofônica (Ferrari 2010). Contudo, o desafio do jornalismo não está relacionado somente às diferentes possibilidades, mas também ao preparo das redações e dos jornalistas em saber lidar com os eventos e os respectivos públicos de interesse

(Pinto 2014). Antes de entender, entretanto, como o jornalismo se articula nas diferentes mídias, é preciso conhecer algumas definições fundamentais para o exercício da profissão.

2.1 DEFINIÇÕES PRELIMINARES

O primeiro conceito a se compreender com clareza antes de ir em busca da informação é o que se chama de pauta. Esta, além de ser um instrumento de organização interna para as redações, configura-se como guia de produção para o repórter. Isso porque a pauta é o início de qualquer reportagem, não sendo apenas um roteiro, mas sim um primeiro esboço do que pode ser obtido no produto final. Uma pauta compreende mais do que o assunto a ser investigado, pois também esboça os caminhos prévios de um repórter para alcançar determinada informação; procura, portanto, delimitar os ângulos a serem explorados em uma notícia (Marques 2003).

É importante ressaltar que, por se tratar de um esboço, a pauta, na maioria dos casos, sofre alterações ao longo das investigações. Considerando que os fatos estão em constante ocorrência e que durante o período de investigação costuma-se descobrir mais sobre o assunto a ser reportado, é comum que as pautas caiam ou se adaptem às novas descobertas do repórter sobre o assunto investigado. O Manual de Redação da Folha de S. Paulo (1987) sugere um roteiro com os principais elementos que constituem uma pauta, ou seja, o que é importante saber antes de se iniciar a coleta de informações:

> Um breve histórico dos acontecimentos que constituem o objeto de reportagem;
> Um roteiro das questões essenciais que a reportagem deverá responder;
> Uma hipótese, ao menos, que a reportagem vai confirmar ou refutar;
> Os aspectos mais relevantes para o veículo no tema da reportagem;
> Os aspectos até então poucos explorados do assunto;
> Indicações de nomes de pessoas – com respectivas informações de contato – que podem ser procuradas como fonte de informação (Folha de S. Paulo 1987).

Posto isso, outro elemento a ser compreendido é o conceito de notícia. Apesar de não existir um consenso quanto a seu significado, também por se tratar de um conceito por vezes sujeito a circunstâncias específicas para ser definido, no contexto deste guia de estudos considera-se, de antemão, que "as notícias são o resultado de um processo de produção, definido como a percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima (os acontecimentos) em um produto (as notícias)" (Traquina 1993, 169).

Sabe-se que a publicação de notícias é o principal trabalho jornalístico. Ao pensar o conceito de notícia pode-se considerar, também, seu significado na língua inglesa, news, que se traduz como "novo". Contudo, não

somente a ideia de novidade define notícia, mas a combinação de atualidade, relevância e interesse público. Na prática jornalística, a compreensão do conceito de notícia está diretamente vinculada à ideia de valor-notícia – em outras palavras, os critérios que definem o que deve ser noticiado. Fabiane Moreira (2014) reconhece dez valores-notícia mínimos, sendo esses: (i) interesse público ou social; (ii) atualidade e ineditismo; (iii) importância (consequência; impacto; intensidade e gravidade; utilidade e serviço; notoriedade dos agentes); (iv) emoção e dramaticidade; (v) entretenimento; (vi) suspense; (vii) excepcionalidade (extraordinário ou sensacional; incomum, insólito ou singular; imprevisível, inesperado, surpreendente); (viii) conflito ou controvérsia; (ix) negatividade (infração ou ilegalidade; falha; violência); e (x) proximidade (em relação aos interlocutores).

2.2 APURAÇÃO

Após a identificação do que será noticiado, inicia-se o momento de apuração jornalística. Este processo diz respeito à coleta e verificação de informações. Nesse, reúne-se entrevistas, arquivos legais ou administrativos, notas, relatórios oficiais e estatísticas confiáveis para, posteriormente, ser possível construir o produto jornalístico a ser publicado (Pinto 2009).

É com base nesses documentos e na observação que se faz durante o processo de apuração que o jornalista irá sustentar o seu texto e, consequentemente, agregar credibilidade ao seu trabalho. Para isso, é preciso realizar pesquisas, leituras aprofundadas e consultar fontes confiáveis. Da mesma forma, é de extrema importância no processo de apuração verificar como o assunto investigado já foi abordado na mídia.

Outra maneira de entender tal processo é conforme a classificação de Jorge (2008), quando define apuração direta e indireta. A apuração direta, segundo a autora, consiste na investigação em que se consegue chegar direto aos protagonistas do ocorrido, aos responsáveis pelo local onde aconteceu ou a qualquer outra fonte que tenha relação direta com o fato. Entretanto, nem sempre se consegue tal aproximação com fontes diretas. Não havendo alternativas, existe a apuração indireta, em que o jornalista não pode se aproximar do fato e, portanto, articula-se com aquilo que está ao seu alcance: fatos que antecedem o objeto de reportagem, fontes que se relacionam indiretamente de alguma forma com esse objeto, entre outros (Jorge 2008).

Dentre os métodos de apuração indireta está o off the record, que é referente à situação em que o jornalista entrevista a fonte ou recebe uma informação, porém não pode citar o emissor dessa. Para isso, repórter e fonte devem previamente combinar que a informação será passada "em off". Em outros casos, a fonte, apesar de não se identificar, fornece pistas ao jornalista de com quem falar ou onde buscar a informação desejada.

Outra técnica é denominada "Fantasia". Essa diz respeito às situações

em que o repórter utiliza disfarces quando a via direta falha. Via de regra, veículos não encorajam que o profissional se utilize desse subsídio para alcançar a informação, visto que é sempre preferível identificar-se como jornalista logo de início para evitar constrangimentos; afinal, qualquer falha pode afetar a reputação e a credibilidade do repórter e do veículo para o qual trabalha (Jorge 2008).

Por último, a autora classifica o questionário, que se torna uma alternativa quando a fonte não quer ou não pode realizar a entrevista, até mesmo por telefone. Na maior parte dos casos, ele é enviado a instituições nos casos em que a reportagem denuncia alguma irregularidade e a empresa ou autarquia pública prefere, para controlar os danos à própria imagem, redigir o texto de resposta na tentativa de controlar a sua recepção. Nesses casos, é preciso comunicar aos leitores, ouvintes ou espectadores as circunstâncias sob as quais tais informações foram adquiridas (Jorge 2008).

No coração da notícia está a entrevista, de onde o repórter irá buscar as informações, os testemunhos e o contraditório. Segundo Medina (1986), a entrevista é uma técnica de interação social e informativa. Apesar de representar papel essencial na investigação de um acontecimento, é importante ressaltar que realização de entrevistas é apenas uma das partes do processo e não a apuração propriamente dita. De acordo com Pinto (2009), entrevistar implica relacionamento.

É imprescindível estabelecer aquilo que se quer tirar da entrevista e, a partir disso, elaborar perguntas abertas ou fechadas. Perguntas abertas tendem a respostas mais longas e elaboradas. Já perguntas fechadas são úteis para que o entrevistado assuma uma posição ao dar respostas mais diretas e objetivas. Um dos critérios determinantes para o sucesso de uma entrevista – e, consequentemente, da redação de notícias – é uma leitura prévia sobre o assunto e uma listagem dos principais fatos (Pinto 2009). Aplicado ao que se propõe este guia de estudos, sugere-se, nesse sentido, que os jornalistas realizem leitura prévia sobre o comitê a ser reportado, bem como sobre a maneira como o tópico em debate é abordado pelo veículo em representação.

Alguns comportamentos do jornalista no momento da entrevista auxiliam posteriormente na produção do conteúdo jornalístico. Gravar – mesmo no caso de produção textual – e fazer anotações, por exemplo, são algumas das atitudes que podem auxiliar o processo de redação das notícias. Além de permitir a lembrança de informações e dados importantes mencionados pelo entrevistado, garante a literalidade das declarações e facilita a organização das informações apuradas. "Mas, principalmente, é uma maneira de os repórteres salvaguardarem-se de fontes covardes e de má-fé, desses entrevistados que, diante do primeiro distúrbio de interesse, anunciam aos ventos jamais terem dito" (Fortes 2008, 57).

2.3 TEXTO JORNALÍSTICO

Um bom texto é resultado de uma apuração completa, coleta de detalhes e fatos concretos, boa hierarquização e organização das informações (Pinto 2009). No jornalismo, há diversos formatos de texto jornalísticos: notícias, reportagens, críticas, artigos, editoriais. No entanto, no UFRGSMUN, iremos trabalhar principalmente com a produção de notícias. Não há fórmulas nem estruturas fixas para o desenvolvimento do texto. Entretanto, alguns elementos são essenciais para a narrativa de uma notícia.

Em um primeiro momento, é preciso apresentar o contexto histórico do fato ou a história em ordem cronológica. Fornecer uma dimensão quantitativa ajuda a compreensão do leitor. Além disso, opiniões relevantes ou de autoridade dão valor ao texto, bem como mostram as versões dos personagens envolvidos nos diversos lados da história. Identificar as consequências ou os próximos passos relacionados ao acontecimento são formas de concluir o texto. A organização do texto determina a compreensão do leitor, então, estabelecer um parágrafo para cada um dos elementos citados acima e os relacionar entre si é uma forma de manter uma estrutura coesa. De acordo com Ana Estela de Souza Pinto (2009), a estrutura básica de um texto noticioso é formada por título, lide e texto.

Em relação ao título utilizado, ele deve estar ligado ao que se denomina, no texto, de lide. Este diz respeito ao primeiro parágrafo do texto, onde as informações mais importantes da notícia estão contidas. Nesse mesmo sentido, um título nunca deve prometer algo que não vai ser respondido ou estar presente no texto. Salvo exceções, todo o título deve conter um verbo, que deve estar, necessariamente, no presente, visto que a notícia representa a atualidade e não o passado. A clareza e a simplicidade são qualidades que agregam valor ao título (e ao texto, da mesma forma). Se possível, é preferível não se utilizar siglas no título ("Ministério da Saúde" é melhor do que "MS", por exemplo), uma vez que o leitor nem sempre saberá o significado da sigla e escrever seu significado no título pode deixá-lo extenso demais. Por fim, vale ressaltar que títulos de notícias não devem conter pontos finais (Pinto 2009).

Quanto à técnica de redação, a mais utilizada é a da pirâmide invertida, ou seja, a narrativa deve seguir uma ordem decrescente de importância das informações. A ideia é que nem todos lerão o texto até o fim; portanto, se o leitor ler apenas o primeiro parágrafo, já irá reter as principais informações da notícia. Nesse sentido, após ler as informações "escritas de forma direta, o leitor já saberá exatamente o que aconteceu e, caso não tenha tempo de ler tudo, abrirá mão dos detalhes, [sabendo] responder sobre a notícia se for questionado por alguém" (Floresta 2009, 121).

No que diz respeito ao lide, já mencionado anteriormente, vale destacar que ele fornece um resumo organizado dos fatos. Grosso modo, segundo Pinto (2009), o lide deve ser composto pelos seguintes elementos: "quem?", "o quê?", "quando?", "onde?", "como?", "por quê?", "para quê?" e, principalmente "e daí?". Nem sempre todos esses aspectos deverão obrigatoriamente ser abordados no primeiro parágrafo. É o caso do "como?" e

"por quê?". Essas são perguntas que podem demandar maior detalhamento e que, se forem respondidas de uma maneira muito sintética, podem trazer informações incompletas (Pinto 2009).

Essa estrutura diz respeito ao modelo mais tradicional de veiculação de conteúdo jornalístico. Entretanto, conforme mencionado anteriormente, há uma diversidade de (i) formatos – notícia, reportagem, crônica, coluna, crítica – e (ii) finalidades – informar, opinar, prestar serviço – nos quais a informação pode ser propagada. No Brasil, o jornalista José Marques de Melo[3] foi quem propôs a classificação dos gêneros de textos jornalísticos mais utilizada tanto no mercado quanto no mundo acadêmico (Jorge 2008).

Em relação à redação jornalística também há alguns aspectos importantes a serem considerados. O primeiro diz respeito à clareza: o ponto chave de toda boa redação jornalística. Assim como o jornalismo pretende democratizar a informação, a linguagem do repórter precisa cumprir o mesmo papel, sendo compreensível a todos. Diferente do que se pode imaginar primordialmente, o texto jornalístico se caracteriza por sua simplicidade. Dessa maneira, na redação de notícias deve-se optar sempre por um vocabulário sem rebuscamentos e um texto escrito na ordem direta. Rebuscamento e inversão sintática são pontos que facilmente podem gerar confusão por parte do leitor, como demonstrado pelo trecho abaixo:

> Um assessor de Tancredo Neves queria fazer bonito. Num discurso, escreveu; "Esforçar-nos-emos para viabilizar uma sociedade mais inclusiva". O presidente leu em voz alta. Achou pretensiosa e oca. Substituiu-a por "Vamos construir um país em que ninguém fique de fora". É isso, palavras longas e pomposas funcionam como uma cortina de fumaça entre quem escreve e quem lê. Seja simples, entre dois vocábulos, prefira o mais curto. Entre dois curtos, escolha o mais expressivo (Squarisi 2005, 26-27).

Consultar dicionários, textos especializados, listas de sinônimos são práticas essenciais durante o processo de construção do texto. Escolher os termos certos ajuda a expressar o que se deseja, já que a clareza das ideias está intimamente relacionada à precisão das palavras que as traduzem (Squarisi 2005).

Da mesma maneira, vale explicar ao leitor os termos específicos de determinada área, quando estão presentes na matéria. Se a pauta envolve direito, economia, ciência ou medicina, recomenda-se consultar o dicionário e, no caso da atuação no CI, os guias de estudo, bem como os diretores - especialistas no assunto reportado -, que podem auxiliar na compreensão dos termos e, consequentemente, a criar uma reportagem clara ao leitor.

3 José Marques de Melo é fundador da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), catedrático Unesco de Comunicação da Universidade Autônoma de Barcelona, além de ser o primeiro brasileiro a obter o título de doutor em jornalismo. O autor já escreveu mais de 35 obras e orientou cerca de 72 mestres e 28 doutores.

Também opte por palavras concretas. No jornalismo, o específico é preferível ao genérico; o definido, ao vago; o concreto, ao abstrato.

> Há palavras mais específicas que outras. Gato siamês é mais singular do que gato; homem, mais do que animal; laranjeira, mais do que árvore; árvore, mais do que planta ou vegetal. Trabalhador é um termo de sentido geral, muito amplo. Jornalista tem sentido mais restrito. Jornalista do SBT, mais ainda (Squarisi 2005, 31).

Ainda, deve-se evitar, ao longo dos relatos, a entrada de adjetivos e qualificações que não especificam ou caracterizam concretamente. Igualmente, o repórter deve tentar, ao máximo, não imprimir os próprios juízos de valor no texto, assim como deve procurar não relativizar seu conteúdo. Por exemplo, as concepções de "grande" são diferentes de pessoa para pessoa – como, então, optar por utilizar esse adjetivo para especificar ou caracterizar algum objeto ou fato? Além de impreciso, não acrescenta nenhuma informação ao interlocutor. Deve-se sempre preferir fatos, dados, indicadores e comparações no lugar de adjetivos. Em vez de "muitos estudantes compareceram à cerimônia", por exemplo, prefere-se "cerca de 300 estudantes compareceram à cerimônia, o dobro em comparação ao ano anterior".

> Há adjetivos que causam urticária aos substantivos. São os adjetivos-ônibus. Vazios, não acrescentam nenhuma informação ao substantivo. Ao contrário. Exprimem a opinião de quem escreve. [...]. O que é clima maravilhoso? Quente? Chuvoso? Nublado? Depende do gosto do freguês. E pessoa formidável? E lição fantástica? Vestido bonito? Sei lá. (Squarisi 2005, 31).

Outro aspecto simples, porém essencial, refere-se à construção das frases. Nesse sentido, procura-se sempre colocar as sentenças na forma positiva, ou seja, dizer o que é, não o que não é. "Discordar" é melhor do que "não concordar", por exemplo. É também preferível optar pela voz ativa. Notam-se três vantagens em utilizar a voz ativa: é mais curta, dispensa o verbo "ser" e as conjugações no gerúndio, assim como pode soar mais direta, vigorosa e concisa que a voz passiva. Saber mesclar frases mais curtas e diretas às frases mais completas que contêm alguma explicação, por exemplo, também é uma boa estratégia. Esse recurso ajuda a dar fluidez ao texto e evita a exaustão do leitor ao deparar-se apenas com frases curtas ou apenas com frases longas. Nesse sentido, sugere-se mesclar uma frase completa e uma frase longa ao decorrer do parágrafo a fim de articular o próprio texto: converter duas frases em uma, ou uma em três, quando necessário. Períodos muito extensos podem fazer com que o leitor se sinta perdido, sem compreender, por completo, o significado intencional do autor. Já as frases curtas diminuem a possibilidade de erro por parte do redator, pois significam menos tropeços em conjunções, vírgulas e concordâncias, além

de tornarem o texto mais claro (Squarisi 2005).

A concisão é um elemento fundamental para uma boa redação jornalística. Isso porque, além de exprimir mais clareza, respeita a paciência do leitor e poupa tempo e espaço. Entretanto, é necessário entender que ser conciso significa que cada palavra, frase e parágrafo devem estar repletos de sentido. Uma construção concisa dispensa todo e qualquer vocabulário vago, impreciso, desnecessário (Squarisi 2005). Uma sugestão para tornar o texto mais conciso é ir direto ao ponto. Por exemplo, em datas, evitar os substantivos (prefira "em 20 de janeiro" a "no dia 20 de janeiro"); substituir a locução adjetiva por adjetivos (prefira "material bélico" a "material de guerra", "pessoa indiscreta" a "pessoa sem discrição"); trocar orações adjetivas por nomes (opte por "pessoa vegetariana" a "pessoa que se alimenta de verduras e legumes"); cortar expressões como "que é", "que foi", "que era" (opte por "A maior parte da população de Washington, a capital dos Estados Unidos" em vez de "A maior parte da população de Washington, que é a capital dos Estados Unidos"); eliminar palavras ou expressões desnecessárias ("decisão tomada no âmbito da diretoria" pode ser substituída por "decisão da diretoria", "trabalho de natureza temporária", por "trabalho temporário", etc.); e substituir a locução verbo somada do substantivo pelo verbo ("fazer uma viagem" pode ser "viajar", "fazer música", "compor" e "pôr as ideias em ordem", "ordenar as ideias").

Também deve ser evitado o vício de gerúndios, conjunções ou qualquer outra expressão que se repita com frequência ao longo do texto; tal aspecto torna a leitura cansativa e pode despertar desinteresse por parte do interlocutor. A redação precisa ser construída não apenas com base no que foi percebido pelo repórter, mas, principalmente, pelo conteúdo fornecido pelas fontes (Fortes 2008). Assim, é importante construir o texto conforme as informações confiáveis arrecadas no processo de apuração. Uma boa alternativa é mesclar a narrativa do repórter com as informações e as citações das fontes. Aspas trazem credibilidade. Portanto, utiliza-se tanto discurso direto quanto indireto nos textos jornalísticos. Isso evita cansar o leitor com uso exclusivo de uma dessas formas. O uso de citações das fontes não só comprova as informações colocadas no texto pela voz do repórter, como também humaniza os relatos, criando a sensação de proximidade do leitor com os personagens da história noticiada.

Há muitos outros aspectos que permeiam a redação do texto jornalístico, mas a verdade é que não existe receita. Não há uma fórmula que encaminhe o repórter à redação perfeita. O que se pode fazer é chamar a atenção para alguns pontos que auxiliam a compreensão do texto jornalístico em essência. De maneira muito mais ampla do que foi abordado neste guia de estudos, é preciso estar atento a tudo: uso correto das regências verbais e nominais, emprego de um único tempo verbal ao longo do relato, grafia correta do nome de empresas, países e personalidades, organização dos parágrafos, cronologia dos fatos, pontuação, escolha de vocabulário inclusivo, respeito aos direitos humanos, possibilidade de segundas inter-

pretações, entre muitos outros aspectos. É somente por meio da prática contínua que o repórter será capaz de desenvolver uma boa redação, não apenas utilizando as ideias expostas neste guia, mas descobrindo, através do exercício de redator, as necessidades léxicas e linguísticas do próprio texto (Squarisi 2005).

2.4 FOTOJORNALISMO

Após suas muitas evoluções e aprimoramentos, a fotografia se tornou um dos formatos mais acessíveis para cobrir eventos. Apesar disso, há muitos aspectos do fotojornalismo a serem ainda explorados antes de se realizar a cobertura das sessões simuladas. Nesse sentido, incentiva-se a produção, edição e compartilhamento de fotografias, por permitirem criar vínculo com o que está acontecendo, bem como estabelecer a relação com o presente e com a realidade. No UFRGSMUN, os jornalistas devem utilizar seus próprios equipamentos, tais como smartphones, tablets, câmeras digitais, câmeras DSLR, entre outros.

A fotografia é um elemento de extrema importância na cobertura jornalística, sendo necessário saber o que, quando e como fotografar, além de saber quais fotos e o porquê de divulgá-las nas plataformas digitais Twitter e Medium. Para entender mais detalhadamente esse processo, optou-se por abordar dois âmbitos distintos da captura fotográfica: as DSLR e as câmeras portáteis de smartphones e tablets.

2.4.1 FOTOGRAFIA COM DSLR

DSLR é a sigla de Digital Single-Lens Reflex, ou câmera digital com lente reflexiva, que designa um grupo de câmeras digitais. As DSLR são normalmente maiores que as compactas e possuem sensores com maior e melhor qualidade, além de permitirem uma maior liberdade do fotógrafo na definição de ajustes (Ramalho 2012). A principal tarefa para quem quer acompanhar o evento com uma DSLR é ler o manual do seu equipamento e saber quais funcionalidades ele possui. A seguir, serão listados, e brevemente apresentados, diferentes modos de captura utilizados nas DSLR. Existem outros modos que podem ser escolhidos na maioria dos equipamentos, entretanto, optou-se por mencionar, neste guia de estudos, aqueles que mais se adequam aos tipos necessários para os dias de evento.

No Modo Automático, a câmera escolhe a velocidade do obturador, a abertura da lente, o ISO[4] e as configurações de flash. Se você não tem muita habilidade com a câmera, esse é o melhor modo. Grande parte das vezes, a câmera tende a disparar o flash, mesmo quando ele não é necessário; por

4 Configuração que determina a sensibilidade do sensor à luz.

este motivo, é preciso tomar cuidado. Já o Modo retrato é um dos modos cena, disponíveis pela câmera. Nessa modalidade, a câmera diminui a profundidade de campo, permitindo que a pessoa fotografada em primeiro plano fique focada e o fundo desfocado.

O Modo M (Manual) permite que o fotógrafo possua total liberdade para alterar velocidade e abertura. Nesse modo, a câmera não interfere em nenhum ajuste de exposição. Já no Modo AV (Prioridade de Abertura) é possível alterar somente o valor da abertura da lente. A câmera configura a velocidade do obturador. Esse modo é adequado quando a profundidade de campo for o objetivo principal da fotografia. Ainda há o Modo S (Prioridade de Obturador), cuja função permite alterar a velocidade do obturador, já que a câmera ajusta automaticamente a abertura da lente. Esse modo é adequado quando se quer definir o movimento na imagem, como, por exemplo, congelar ou borrar uma cena. Por último, no Modo P (Programação automática), que é semelhante ao automático, as configurações de obturador e de abertura de diafragma são determinadas pela câmera. O fotógrafo pode fazer algumas alterações como o disparo do flash, fazer uso da compensação de exposição, ou aplicar variação da abertura e velocidade que resultem na mesma luz, mas com profundidade de campo.

Outro ajuste importante de se atentar nas DSLR diz respeito ao balanço de cores ou White Balance. Este serve para compensar falhas na tonalidade de cor geradas pela presença de outras fontes de luz. Ele é importante pois, se usado corretamente, fornece à fotografia maior qualidade e nitidez. Para realizar um balanço de branco nas fotos, é necessário levar em consideração a temperatura da cor de uma fonte de luz. Para tanto, recomenda-se checar no manual do equipamento fotográfico como configurar tais ajustes.

Manipulando o diafragma, é possível modificar o que se conhece por profundidade de campo. A sua abertura regula a quantidade de luz que entra na câmera. Quanto maior for a abertura do diafragma (lembre-se: menor é o seu número), mais luz entrará na câmera e, consequentemente, menor a profundidade de campo. Uma grande profundidade de campo deixa "tudo" em foco. Uma pequena profundidade de campo deixa uma pequena área em foco. Esse recurso pode ser útil quando você quer focar apenas em um ponto, ou mostrar a sala como um todo. Na primeira situação, deve ser utilizada uma pequena abertura de diafragma (número maior), que irá aumentar a profundidade de campo. Na segunda situação, utiliza-se uma grande abertura de diafragma (número menor), que irá diminuir a profundidade de campo. Por último, é importante definir as funções do ISO, que determina a sensibilidade do sensor à luz. Quanto maior for o valor do ISO, mais sensível é o sensor à luz, ou seja, mais luz ele capta. Quando há pouca luminosidade, aumenta-se o valor do ISO e, portanto, a câmera irá capturar a imagem com mais luz. Entretanto, quanto maior o valor do ISO, maior o ruído na fotografia (granulação), ou seja, menor será a qualidade da imagem obtida. Recomendamos ajustar o ISO por volta de 400 e 800; porém,

vale lembrar que tal ajuste depende da situação e do contexto do restante das funções escolhidas.

2.4.2 FOTOGRAFIA COM O CELULAR

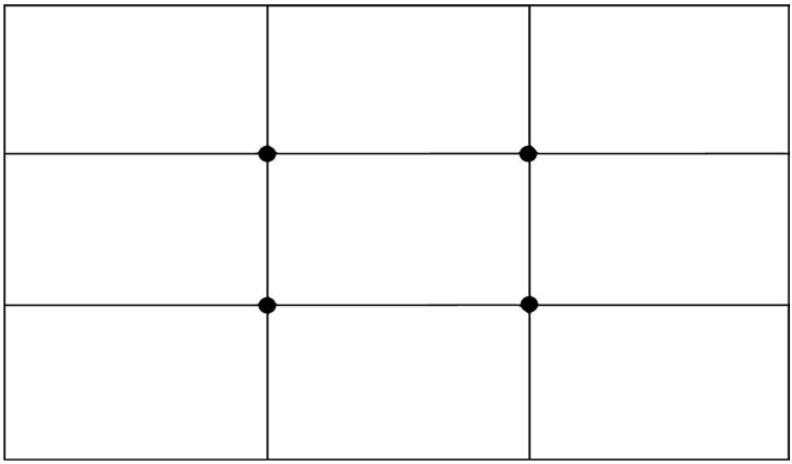
Quando não se tem disponível uma câmera digital compacta ou com lente reflexiva (DSLR), a solução é utilizar a câmera dos próprios smartphones. O ponto positivo é que a qualidade das câmeras dos telefones vem aumentando a cada geração de modelos lançados, permitindo que as fotografias tenham mais qualidade. Para tirar fotos nos smartphones, entretanto, é preciso conhecê-lo, isto é, explorar todas as possibilidades de configurações, verificando sempre se a qualidade das fotos salvas no dispositivo está em seu máximo - muitos celulares salvam as fotos em qualidades baixas para não ocupar muito espaço da memória do dispositivo. Os aparelhos são diferentes, por isso, procure saber a melhor forma de fazer foco, melhorar a intensidade da luz, entre outras configurações. A lente da câmera do celular deve ser mantida limpa - em razão de os aparelhos estarem muitas vezes em bolsos, mochilas e outros locais fechados, as lentes costumam ficar sujas com frequência.

Quando o assunto é luz, é necessário tomar cuidado. Procure sempre um lugar bem iluminado, bem como regule (se o seu aparelho permitir) a intensidade da luz. Caso não seja possível, tente tirar a fotografia com o aparelho apoiado, pois na ausência de luz o aparelho faz alterações no tempo de exposição e no ISO, motivo pelo qual as fotografias podem sair tremidas ou granuladas. Ademais, evite utilizar o zoom com as câmeras de celular, porque a maior parte dos dispositivos usa zoom digital. Este extrapola a imagem para criar a ilusão de aproximação, perdendo detalhes que podem ser cruciais ou prejudicando a qualidade das fotos. Caso o motivo fotografado esteja longe, aproxime-se desse e capture a foto.

2.4.3 DICAS PARA FOTOGRAFAR

A primeira dica é, independentemente de se estar utilizando uma DSLR ou um celular, experimentar ângulos novos. Recomenda-se tirar diversas fotos e não economizar espaço nos dispositivos. Além disso, aconselha-se procurar posições diferentes para descobrir a melhor e mais interessante posição e iluminação. Existem diversas formas de fotografar, diversas dicas e táticas para melhorar a fotografia, mas selecionamos aqui a que consideramos a mais importante: a Regra dos Terços, que é utilizada desde a Renascença nas pinturas de artistas como Leonardo da Vinci e Michelangelo (Ramalho 2012).

IMAGEM 1: ESQUEMA DA REGRA DOS TERÇOS



Fonte: acervo dos autores.

Essa regra divide a cena em três linhas verticais e três horizontais, resultando em 9 retângulos iguais. O ponto de encontro das linhas são os pontos focais, ou seja, os pontos aos quais se quer chamar a atenção. Nas fotografias, tenta-se colocar o objeto da cena em um desses pontos. Essa ferramenta ajuda a evitar composições centralizadas e monótonas.

IMAGEM 2: OBJETO DA CENA NA REGRA DOS TERÇOS



Fonte: acervo dos autores.

"A fotografia digital - ainda mais que analógica - envolve um processo

muito mais dependente de mecanismos, sistemas óticos e padrões técnicos" (Buitoni 2011, p. 97). Nesse sentido, a fim de facilitar o trabalho dos jornalistas em representação nos dias de evento, sugere-se a utilização de programas e aplicativos para captura e edição das fotos. No caso da utilização dos celulares para fotografar, aconselha-se a utilização de dois aplicativos em específico. O primeiro deles chama-se Lenka e está disponível para smartphones Android e iOS. Tal aplicativo tira fotos em preto e branco, permitindo modificar contraste e tom antes ou após a captura. É um ótimo aplicativo para produção de fotos em preto e branco; entretanto, ele não edita fotos não tiradas pelo aplicativo, dificultando quando queremos capturar fotos coloridas e em preto e branco. O segundo, VSCOcam, é um aplicativo também disponível para Android e iOS e apresenta uma lista de filtros gratuitos. Ele permite a captura de imagens pelo próprio aplicativo e a edição de imagens salvas no dispositivo. Da mesma forma, possui a opção de compartilhamento para o Twitter.

No caso da utilização de equipamentos DSLR para fotografar, sugere-se a utilização do Adobe Photoshop. Trata-se de um dos melhores softwares de edição de imagem. Com o programa, é possível cortar as imagens, bem como editar algum possível erro na hora da captura relacionado à luz, tonalidade, contraste e enquadramento. Com tais opções, contudo, é importante cuidar apenas para as imagens não serem manipuladas demasiadamente, alterando então a finalidade informacional ou, inclusive, ferindo a ética da profissão ao faltar com a verdade.

> A questão ética que envolve a fotografia, e não só a fotografia digital, deve responder a três perguntas: Quanto uma manipulação fotográfica nos aproxima ou nos afasta da realidade que se quer mostrar? Quanto essa realidade que se quer mostrar se aproxima ou se afasta do real? Quanto o real está a serviço da intenção de quem fotografa? (Oliveira 2009, 118).

Outra questão que se deve atentar diz respeito ao armazenamento das captações. Isso porque, para se achar a foto ideal e adequada para o veículo no qual ela será divulgada, é necessário realizar muitas tentativas – inclusive, é esse o recomendado. Portanto, sugere-se conferir, antes do início da captura das fotos, se a câmera está com cartão de memória e se este possui espaço suficiente para armazenamento. Grande parte dos smartphones possui entrada para cartão de memória, então é encorajado que você o utilize. Assim, você garante que não ficará sem espaço na memória interna do seu aparelho. Caso não se possua cartão de memória, recomenda-se utilizar os serviços de backup em nuvem para otimizar o espaço utilizado. Os mais comuns e que podem ser instalados no celular são o Dropbox, o Google Drive e o iCloud.

As fotografias, no CI, terão a função de mostrar aos que não estavam presentes, no momento da simulação, o que nela ocorre, bem como contextualizar as publicações. Ainda que possa parecer um tanto óbvio, pensar

dessa forma é um recurso altamente didático, pois permite fotografar exatamente para o objetivo ao qual o CI se propõe: enxergar, nas fotografias, a postura, o olhar, as reações dos delegados e os acontecimentos como um todo. Geralmente, as sessões não são muito visuais e as fotos podem sair muito parecidas. Por este motivo, é necessário investir em novos ângulos, bem como procurar detalhes marcantes e que sejam importantes para narrar o que aconteceu na sessão em específico.

Destaca-se ainda que é necessário tirar diversas fotos para que uma seja considerada a mais adequada para divulgação; no entanto, importa lembrar: o fotógrafo deve ser "invisível", ou seja, não deve atrapalhar o andamento da sessão com barulhos ou solicitando que as pessoas mudem suas posições para que a fotografia fique melhor. Isso parece óbvio, mas, por vezes, para encontrar a foto mais adequada, o fotógrafo pode desconcentrar o agente fotografado. Dependendo do meio onde as fotos forem divulgadas, essas podem ser mais descontraídas, cômicas, polêmicas ou sérias. O importante é compreender o que cada meio demanda da fotografia. No Twitter, por exemplo, por ser uma plataforma mais dinâmica, as fotografias podem fluir da comicidade à seriedade, da descontração à polêmica. É essencial, também, que todas as capturas selecionadas e divulgadas possuam legenda e que nelas estejam descritas o que está acontecendo, quando aconteceu e quem está praticando a ação da fotografia.

2.5 JORNALISMO AUDIOVISUAL

Com o avanço da internet, e principalmente a partir da criação do Youtube, em 2005, o compartilhamento de informações por meio de vídeos tornou-se uma das formas mais eficazes de divulgar notícias, produtos, serviços, arte, tecnologia, dentro outros. No UFRGSMUN, a utilização principal do vídeo é informar e entreter os participantes da simulação.

O telejornal pode ser definido como o jornalismo aplicado à televisão. Sua principal função é divulgar notícias dos mais diversos assuntos, utilizando-se de auxílios visuais para facilitar a compreensão do telespectador. A narração, em geral por parte do âncora, é um recurso comumente utilizado para explanar a notícia. No contexto da simulação, o telejornalista será responsável pela produção de reportagens. Neste gênero jornalístico há a presença do repórter, entrevistas feitas por ele, trechos de áudio cobertos por imagem e qualquer outro recurso gráfico e visual que se julgue necessário.

Há cinco partes que compõem uma reportagem, sendo elas: a cabeça, o off, o stand up, as sonoras e o pé. De maneira semelhante ao lide do jornalismo escrito, a cabeça é a introdução da notícia pelo locutor; o off é a narração do texto do repórter em conjunto com imagens ligadas à notícia; o stand up é a narrativa feita pelo repórter no local do acontecimento; as sonoras são as entrevistas feitas pelo repórter; por fim, o pé é definido

pelo texto breve lido pelo apresentador para o encerramento da matéria (Rezende 2000).

Produzir um vídeo exige um bom texto, mesmo não parecendo óbvio. Todas as realizações do jornalismo, de uma forma ou de outra, são vinculadas à linguagem escrita. Para a construção de uma boa história é necessário entender o seu público-alvo. Isto é, alcançando na maneira e na forma como determinado assunto será abordado. Segundo Heródoto Barbeiro (2012), a ideia de imagens compostas com textos remete à instantaneidade do jornalismo. Isso é uma característica da produção de vídeos, os quais precisam dialogar com o telespectador da melhor forma possível. Mesmo com textos parecidos, o vídeo de web e a televisão possuem diferenças. Entre elas, o modo de produção técnica de conteúdo e a liberdade e a autonomia presentes na sua confecção, que são mais presentes nos vídeos de web. A linguagem pode ser a mesma, bem como a natureza dos textos, que, segundo Barbeiro (2012), costumam ser objetivos e concisos. "Algumas regras, porém, devem ser seguidas em cada veículo para que a missão de conquistar o telespectador, ouvinte ou leitor seja alcançada" (Barbeiro 2012, 149).

2.5.1 ENTREVISTA AUDIOVISUAL

A entrevista em vídeo deve levar em conta a falta de familiaridade que o entrevistado em geral possui com as câmeras. É recomendado que haja uma conversa com o entrevistado enquanto não há gravação, para sanar eventuais dúvidas; instruí-lo acerca de quais tipos de pergunta serão feitas; bem como deixá-lo o mais confortável possível. Este esclarecimento da pauta, ao entrevistado, é também uma maneira de conseguir uma maior objetividade nas respostas por parte dele. Segundo Cruz Neto (2008), o repórter deve ter claro para si as perguntas que quer fazer ao entrevistado e estar atento às respostas, para questioná-lo quando oportuno.

No âmbito da filmagem da gravação, alguns fatores devem ser levados em conta. A iluminação do ambiente é de extrema importância para que o entrevistado fique em evidência, devendo-se priorizar ambientes com iluminação natural e com pouco ruído externo. O fundo não deve ser poluído visualmente, para que não haja distração do foco principal (o entrevistado). A Regra dos Terços deve ser observada na filmagem, também, a fim de manter o entrevistado centralizado.

2.5.2 EDIÇÃO DE VÍDEO

A partir dos anos 1990, a edição não linear de vídeo surge e se populariza como a forma padrão de edição, dadas as descobertas tecnológicas surgidas nessa década. Esta pode ser definida como o método de edição que utiliza o inteiramente ambiente digital para editar vídeos, sem necessidade

de alterar os arquivos originais. O ato de editar o material de vídeo coletado consiste em decidir quais elementos serão mantidos, apagados e combinados - em uma determinada lógica de encadeamento - para a criação do novo conteúdo. Esse ato consciente será baseado na intenção que o editor possui e qual seu sentido e objetivo final ao produzir o vídeo. Existem diversos softwares de edição[5], sendo o Windows Movie Maker[6] o programa gratuito mais utilizado entre os leigos.

2.6 COLETIVA DE IMPRENSA

A coletiva de imprensa consiste em um modo de entrevista em que "a personalidade atende à imprensa em conjunto, respondendo às perguntas de repórteres de diversos veículos de comunicação" (Rabaça e Barbosa 1987, 238). Ou seja, é organizado um evento para que dúvidas em relação ao objeto em foco sejam sanadas. Esse processo requer preparo aprofundado tanto por parte do repórter quanto do entrevistado. A prática das coletivas surge juntamente à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), como técnica de propaganda dos Estados Unidos da América (EUA) e gera a ideia de que a opinião pública pode ser controlada através dela (Duarte 2003, 58). As primeiras coletivas de imprensa foram convocadas pelo presidente americano Theodore Roosevelt, que instala a primeira sala de imprensa na Casa Branca. Ao fim da Guerra, Woodrow Wilson, então presidente dos EUA, dá continuidade à prática das entrevistas coletivas, tornando-a um costume no país. Desde então, esse modo de entrevista têm sido uma forma de prestar esclarecimentos públicos, assim como de comunicar assuntos de grande relevância.

Segundo Maristela Mafei (2010, 62), "merece entrevista coletiva o assunto que mobiliza as atenções e tem impacto sobre a vida da população". Ao longo dos anos, a organização desses eventos foi atribuída ao ramo do jornalismo intitulado assessoria de imprensa. Este é responsável por fazer o contato do assessorado com a mídia e trabalhar a sua imagem pública. A função é marcada pela interseção do jornalismo e das relações públicas, diferindo do trabalho tradicional do jornalista. Por outro lado, a coletiva de imprensa precisa, também, do jornalista no papel de entrevistador para que seja realizada. Em um evento de simulação da ONU, essa função cabe aos delegados do Comitê de Imprensa Internacional. Neste caso, é necessário que o delegado entenda exatamente a sua função na coletiva, assim como a importância dela para o andamento do evento e para o desenvolvimento das discussões nos demais comitês. A coletiva de imprensa não é apenas um momento de perguntas da mídia para alguma delegação. Ela

5 Para mais softwares de edição gratuitos, acesse: http://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2014/01/lista-traz-dez-editores-de-video-gratis-para-baixar-no-computador.html.

6 Para aprender mais sobre o Windows Movie Maker, acesse: http://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2011/02/como-editar-videos-simples-no-windows-movie-maker.amp.

tem a capacidade de alterar o rumo dos debates, de expor questões mal defendidas pela delegação e de colocar "contra a parede" declarações controversas. Não há razão para a existência da coletiva se não houver uma ruptura entre o antes e depois de sua realização. Ela é um momento decisivo para o encaminhamento das questões pautadas pelos diversos comitês. Para que a entrevista coletiva atinja seu máximo potencial, é preciso que as perguntas do repórter sejam elaboradas cautelosamente. Ele deve estar atento ao curso do debate do comitê pelo qual ficou responsável, de forma a tomar conhecimento das questões críticas que envolvem a resolução do problema proposto. As perguntas elaboradas devem ser sucintas o quanto possível, uma vez que a intenção do jornalista nunca é confundir o entrevistado, mas sim esclarecer pontos obscuros para as demais delegações do comitê ou para o público em geral. É primordial ressaltar que as perguntas devem estar atreladas à visão do veículo em representação (o que é importante para o veículo saber).

Não serão todos os delegados do comitê que serão entrevistados. É função do jornalista do CI decidir quem deve responder às questões. A escolha, por óbvio, não é aleatória. Devem ser interrogadas delegações que se relacionam com o tema do debate, que se destacaram por suas colocações nos discursos ou que se omitiram em momentos importantes. Aqueles que prestaram declarações controversas ou desconfiáveis, com base em sua política internacional, também podem ser chamados a responder os questionamentos do jornalista. Pela grande importância desse momento, é preciso, no UFRGSMUN, que as perguntas a serem feitas na coletiva tenham aprovação prévia da mesa diretora do comitê acompanhado e dos diretores do Comitê de Imprensa Internacional. É imprescindível que o repórter tenha estudado o escopo e o tópico do comitê em questão anteriormente e tenha estado presente em suas sessões quando o assunto foi desenvolvido. Ele precisa saber o suficiente sobre a questão a fim de que o entrevistado não desvie o foco da resposta.

Ainda para o bom andamento da entrevista, existe a possibilidade de réplica por parte do jornalista e de tréplica por parte da delegação entrevistada. Isto é, caso a resposta para a questão proposta seja insuficiente ou duvidosa, o jornalista tem o direito de repeti-la, elaborá-la de outra maneira ou questionar, com dados, algum ponto da resposta. O entrevistado, por sua vez, tem a chance de retificar ou esclarecer a sua declaração. Essa entrevista deve proporcionar resultados visíveis. Assim, tudo o que acontece durante o seu processo deve ser reportado pelos jornais presentes. De nada vale uma coletiva que não venha a repercutir na mídia. Por isso, com base nas perguntas e respostas, devem ser elaboradas notícias por diferentes veículos, sempre de acordo com seus princípios editoriais.

3 O JORNALISMO E AS PLATAFORMAS DIGITAIS

A atividade jornalística está historicamente ligada à tecnologia. Hoje, ao observar a história do jornalismo, destaca-se, principalmente, o avanço tecnológico da prática jornalística ocorrido após a segunda metade da década de 1990 com o desenvolvimento da internet. Houve, então, um processo de reformulação do mercado jornalístico e do perfil dos profissionais em função dos avanços tecnológicos. "Com o mercado de trabalho redesenhado [...] ganha espaço o discurso da inevitabilidade da convergência e da necessidade de se investir em profissionais com múltiplas habilidades" (Rodrigues 2009, 67). Frente a esse cenário, portanto, nota-se que para o jornalista atuante nas plataformas digitais é necessário o conhecimento de como o ofício se articula em diferentes mídias, pois aquele que se limitava à televisão, ao rádio ou ao jornal impresso, agora comporia uma única narrativa, em uma única plataforma (Rodrigues 2009).

Uma das principais peculiaridades da atividade nas mídias digitais diz respeito à ideia de hipertexto ou hipermídia. "Por ter plasticidade e ser elástico, o ciberespaço nos permite misturar, articular e incorporar formatos não-textuais em textuais, imagéticos em sonoros e vice-versa" (Ferrari 2010, 79). Em ferramentas como blogs, sites e redes sociais, é possível unir as diferentes mídias de veiculação do jornalismo em um único espaço. Esse recurso é de extrema importância para a atividade jornalística por permitir que diferentes aspectos daquilo que é noticiado sejam explorados, bem como possibilitar o alcance a diferentes públicos ao unir texto, vídeo e áudio.

Já no âmbito do texto jornalístico, mantém-se, no digital, todas as características elementares – já mencionadas anteriormente neste guia de estudos. A grande diferença, é que no digital os fatos nunca param de acontecer, e os jornalistas não param de reportá-los na web. Isso porque a internet permite que uma matéria seja editada, atualizada e complementada a todo momento, sempre que for necessário. Por isso, nos portais de notícia, é comum observar elementos indicando o horário de publicação e de atualização de uma notícia, conforme ela for alterada ao longo do dia.

Outra noção que se reformulou nas mídias digitais são as coberturas em tempo real. A possibilidade de produção e publicação praticamente simultâneas na internet permitiu a ideia de uma cobertura jornalística realizada em tempo real com maior instantaneidade e dinamismo, quando comparada às transmissões ao vivo já regulares no rádio e na televisão (Ferrari 2010). As mais comuns são as realizadas, nos próprios sites de notícia ou em redes sociais, com uma série de notas curtas - reportando o ocorrido minuto a minuto - ou por transmissões ao vivo - assemelhando-se ao que já acontecia na televisão. Por último, destaca-se nessas plataformas a qualidade de fácil interação com o público.

Apesar de aparentar ser um processo de fácil realização, a cobertura nas mídias digitais exige muita atenção e dedicação por parte do repórter. Isso porque é preciso concentrar-se no objeto de reportagem e, ao mesmo tempo, desenvolver um mecanismo rápido de checagem dos fatos, bem

como pensar a articulação de diferentes formatos na reportagem do mesmo elemento – tais como texto, foto, vídeo e áudio (Rodrigues 2009). Ainda que seja uma cobertura via rede social, por se tratar de um produto jornalístico, mantém-se a ideia de apresentar um conteúdo claro, objetivo e de credibilidade. No UFRGSMUN, o CI irá atuar em duas ferramentas principais: Twitter e Medium. Visando, pois, à boa utilização de tais mídias, faz-se necessário o conhecimento de suas histórias e lógicas de funcionamento.

3.1 TWITTER

A rede social famosa por sua instantaneidade foi criada em 2006 por Jack Dorsey, Evan Williams e Biz Stone (Terra 2017). A ideia inicial é a de que a plataforma se parecesse com uma troca de status, ao estilo de um SMS (mensagem de texto), razão pela qual há a limitação de 140 caracteres em cada publicação na linha do tempo, os tweets. No princípio, a ideia era que o projeto se chamasse twich, palavra cujo significado assemelha-se a algo como "vibrar". Como o nome não representava exatamente o propósito da futura rede social, seus criadores procuraram outro nome semelhante no dicionário, mas que tivesse significado apropriado. Twitter, além de ser a palavra em inglês para "pios de pássaros", quer dizer "uma pequena explosão de informações inconsequentes". Atualmente, a rede social possui em torno de 321 milhões de usuários ativos mensalmente (The Washington Post 2019a).

A utilização do Twitter para fins jornalísticos está diretamente ligada à cobertura de eventos em tempo real, de forma que se considera que seu uso deva ser moderado, porém constante. Isto significa que a conta do Twitter que está sendo utilizada para cobertura deve estar sempre atualizada com as informações mais relevantes. Durante a sessão de um comitê, nem tudo o que é falado pelos delegados deve ser relatado na rede social, mas somente as declarações impactantes ou polêmicas, que causam surpresa e/ou tem potencial para alterar o curso do debate - neste ponto é importante lembrar dos valores-notícia válidos para o veículo em representação[7]. A nível de exemplificação, as falas dos delegados podem ser transcritas entre aspas ou os fatos podem ser reportados na voz do jornalista – no formato de uma nota curta sobre o acontecido. É preciso ter concisão, clareza e objetividade para conseguir, em poucos caracteres, inserir o leitor na realidade que se reporta.

A linguagem a ser utilizada não necessita de formalidade, mas deve seguir a norma culta da língua portuguesa, evitando o uso de gírias ou abreviações desnecessárias. Mesmo sendo um espaço menos formal, o Twitter ainda é, nesse caso, um local a serviço da informação; portanto, não serão

7 Na seção 4 deste guia de estudos, serão apresentadas as linhas editoriais dos veículos a serem representados pelos jornalistas do CI nos dias de evento.

aceitas postagens com teor de zombaria. É preciso utilizar a plataforma com cautela visto que sua velocidade e instantaneidade podem facilmente dar margem a frases falsas ou mal formuladas. Nesse sentido, lembra-se que se trata de uma plataforma na qual qualquer publicação pode ganhar grande repercussão com facilidade. A divulgação de imagens também é recomendada, desde que seja coerente com os critérios de postagem de fotos jornalísticas assim como os critérios de noticiabilidade. Em todo tweet, é necessária a utilização de hashtags – palavra-chave introduzida pelo símbolo "#" –, para que o usuário possa facilmente identificar do que se trata o conteúdo da notícia em questão, bem como para ampliar o alcance da publicação. De modo padrão, utiliza-se marcações com o nome do país retratado na informação (#país), com o nome do comitê em questão (#comitê) e com o nome do veículo representado (#veículo), respectivamente. A título de exemplo, cita-se o possível tweet "EUA firma acordo com o Canadá #EUA #Canadá #NYT #OMC", em que são explicitadas as delegações envolvidas, o veículo responsável pela informação – The New York Times, no caso - e o comitê em que ocorreu o fato relatado – Organização Mundial do Comércio.

3.2 MEDIUM

O Medium é uma plataforma digital criada em setembro de 2012 pela Obvious – empresa de Evan Williams e Biz Stone, criadores do Twitter e,-também, do Blogger[8]. A plataforma que se descreve como "um lugar melhor para ler e escrever coisas que importam" (Tecnoblog 2017, online) é um modelo que une a funcionalidade das plataformas já comuns de blogs – como o próprio Blogger e o WordPress[9], por exemplo –, mas com alguns atributos de redes sociais – como Facebook, Instagram, Tumblr e outras –, e uma maior possibilidade de convergência entre mídias, quando comparada a estas últimas plataformas mencionadas. Todavia, o diferencial da mídia em questão tange seu propósito enquanto rede, pois se propõe a veicular o conteúdo que não cabe de forma tão adequada nas redes sociais e, pelo mesmo motivo, não se prolifera tão saudavelmente nos blogs comuns. O Medium, assim, apresenta-se especificamente como uma plataforma de conteúdo em profundidade, como explicou Evan Williams, co-criador da plataforma: "Se tornou um lugar para troca de ideias, onde pensadores,

8 Blogger é a plataforma gratuita de blogs do Google. Lançado em agosto de 1999, foi uma das primeiras ferramentas dedicadas à publicação de blogs e é conhecida por popularizar o formato. Apresenta-se como uma ferramenta ideal para iniciantes nesse por prometer fáceis navegação e administração, além de oferecer diversos recursos para criação e personalização dos blogs, de acordo com as necessidades dos usuários (Techtudo 2017).

9 WordPress é um aplicativo de sistema de gerenciamento de conteúdo para web, semelhante ao Blogger, porém voltado para a criação de sites e blogs, lançado em maio de 2003. Trata-se de uma das ferramentas mais conhecidas do meio, disputando diretamente com o serviço do Google anteriormente mencionado. No entanto, o WordPress é adotado por aqueles que buscam uma interface mais profissional e com recursos de programação mais avançados (Techtudo 2017).

criadores e pessoas com histórias para contar encontram seu público, emocionam pessoas e nos incentivam a seguir em frente" (Medium 2017, online).

As contas no Medium estão diretamente ligadas às contas do Google e do Twitter de seus usuários, portanto, extrai dados dessas redes e possibilita que todo seguidor nas mídias conectadas – que já possua uma conta no Medium – seja, de modo automático, um novo seguidor. O mesmo vale para o Facebook. Todos os posts na plataforma podem ser organizados em coleções pelos usuários em suas páginas, também permitindo a colaboração de outros usuários nas mesmas. No feed de cada conta, em vez de serem mostrados posts em ordem cronológica, esses são exibidos em ordem de avaliação. Isto é, primeiramente são mostrados os posts mais bem avaliados pelos usuários da plataforma. As publicações no Medium são chamadas de "histórias" e é possível escrever diretamente na plataforma, colar um texto já pronto ou importar algum fragmento de qualquer outra página da web (Medium 2017). Ao começar a escrever, pode-se notar o sinal "+" na margem esquerda da tela. Clicando nele, é possível acessar à barra de ferramentas de incorporação:

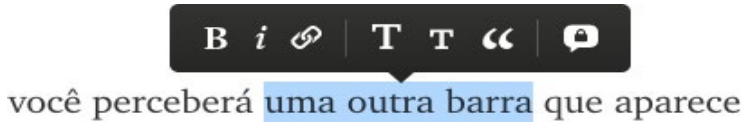
IMAGEM 3: BARRA DE FERRAMENTAS DE INCORPORAÇÃO



Fonte: Medium 2017

Essas opções permitem que se incorpore um arquivo de imagem; um vídeo do YouTube ou Vimeo; um item genérico de alguma das fontes suportadas pelo Medium[10], como Spotify ou Soundcloud, para áudio, Twitter e Instagram, para vincular à história um tweet ou post; ou um separador para indicar uma pausa ou quebra de linha. Ao iniciar a edição, também é possível acessar à barra de ferramentas de texto ao selecionar uma parte do texto no modo rascunho.

IMAGEM 4: BARRA DE FERRAMENTAS DE TEXTO



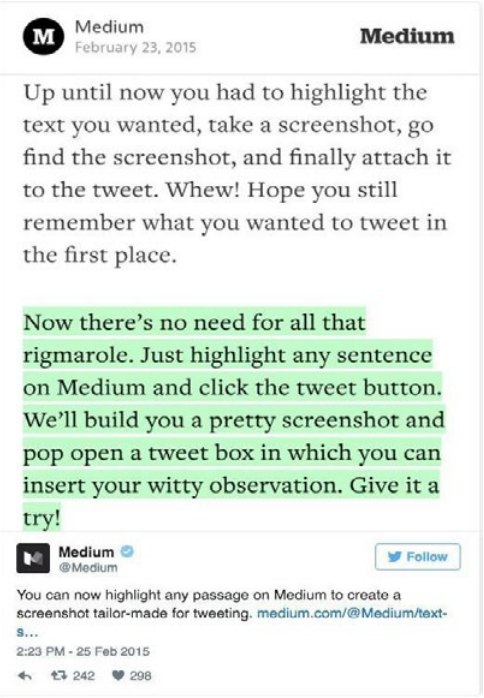
Fonte: Medium 2017

10 É possível conferir quais site e aplicativos são compatíveis com a plataforma no seguinte endereço: http://embed.ly/providers.

Essa barra de ferramentas permite que o usuário deixe algum fragmento do texto em negrito, itálico ou insira um hiperlink no mesmo. Também é possível formatar o texto como título, subtítulo, citação longa ou citação curta. Ao ativar a barra mencionada selecionando o começo de um novo parágrafo, pode-se optar por iniciar o trecho com uma letra capitular (Medium 2017).

Destaca-se ainda a possibilidade e importância de também usar outros canais sociais para divulgar as publicações do Medium, de forma que o conteúdo possa alcançar um número cada vez maior de interlocutores. A plataforma oferece uma alternativa chamada "lançamento de texto", em que, mesmo havendo texto de mais de 140 caracteres, é possível divulgar uma história no Twitter – nesta categoria é possível observar um envolvimento de 2 a 5 vezes maior do que um tweet normal (Medium 2017).

IMAGEM 5: TEXTO DO MEDIUM INCORPORADO AO TWITTER



Fonte: Medium 2017

No Comitê de Imprensa Internacional, a utilização da plataforma em questão mostra-se pertinente por se tratar de um meio de fácil construção

do hipertexto e de conexão entre mídias. Para os representantes do CI, o Medium será utilizado para a publicação da cobertura completa dos comitês em simulação. Portanto, a maior parte do conteúdo será em texto e foto. Contudo, incentiva-se a produção de materiais de vídeo e áudio que possam complementar as narrativas. Referindo-se à linguagem a ser utilizada, deve-se valer dos tópicos já abordados anteriormente sobre cada um dos formatos da cobertura jornalística. Todas as publicações do Medium estarão inseridas em suas respectivas coleções, seguindo o critério de veículo e comitê.

4 LINHAS EDITORIAIS

A linha editorial de um jornal é a política determinada pela direção do veículo de comunicação, que define seus valores e princípios. Tendo ela como base, o repórter cobrirá ou não certos acontecimentos, bem como saberá de que forma se posicionar diante deles (Moreira 2006). Um exemplo prático disso é o ataque envolvendo Nicolás Maduro, no dia 4 de agosto de 2018. Veja como a Folha de São Paulo chamou o venezuelano:

> O ditador da Venezuela, Nicolás Maduro, interrompeu de modo abrupto um discurso transmitido pela TV neste sábado (4) e os soldados presentes saíram correndo após várias explosões, no que Caracas qualificou como uma tentativa de ataque contra o venezuelano. Maduro não foi ferido (Folha de São Paulo 2018, online).

Agora veja como o jornal Zero Hora, de Porto Alegre, tratou da mesma pessoa:

> Um drone com explosivos estourou próximo ao palanque do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, em um evento que comemorava os 81 anos da Guarda Nacional Bolivariana, neste sábado (4), de acordo com fontes oficiais do governo. O ministro da Comunicação, Jorge Rodriguez, afirmou que sete guardas ficaram feridos (Zero Hora 2018, online).

Escolher entre chamar Maduro de ditador ou presidente indica a posição do jornal, logo, sua linha editorial. É a comparável a escolher chamar o processo que retirou Dilma Rousseff do poder de golpe ou impeachment.

Para o Comitê de Imprensa Internacional, selecionou-se quinze veículos – jornais, canais televisivos e sites de notícia – para a representação das e dos jornalistas. Cada jornalista assumirá o papel de um jornal e, portanto, deverá se adequar à política editorial de seu veículo de comunicação. Para tal, é preciso conhecer um pouco da história e do contexto dos veículos a serem representados, bem como o perfil de seus interlocutores.

4.1 AL JAZEERA

A Al Jazeera é uma rede de televisão fundada em 1996 pelo Emir do Qatar, Hamad bin Khalifa Al Thani. Surgiu com base no reconhecimento da necessidade do público árabe de um canal confiável de um país árabe. Assim, a emissora procurou preencher um espaço que sempre fora ocupado e monopolizado por canais e estações estrangeiras (Al Jazeera 2006).

Após os ataques do 11 de setembro, a empresa de comunicação passou a ter alcance maior a nível mundial, quando transmitiu em primeira mão o discurso de Osama Bin Laden assumindo responsabilidade pelo ocorrido. Desde então, as entrevistas e outras matérias da Al Jazeera têm sido retransmitidas por outros canais como CNN e BBC, esta última com a qual tem um acordo de compartilhamento de instalações e informações desde 2003 (BBC 2003). Como resultado, em 2005 a Al Jazeera já alcançava mais de 50 milhões de espectadores (Miles 2005). Atualmente, transmitem para mais de 270 milhões de lares em mais de 100 países (Al Jazeera 2019).

Apesar da ligação com o governo do Qatar, a Al Jazeera se declara uma emissora independente, sendo reconhecida pela liberdade de expressão e posicionamento de oposição diferenciais na mídia árabe (Sidlow e Henschen 2013). A empresa de comunicação procura atuar a partir do slogan "a opinião e a outra opinião" (Al Jazeera 2006, online). Essa abordagem chegou a incomodar alguns países vizinhos com inúmeras acusações de enviesamento. A exemplo, em meados do ano 2000, algumas autoridades sauditas afirmavam que os programas da emissora eram anti-islâmicos, ao mesmo tempo que Yasser Arafat irritava-se com a frequência das entrevistas com líderes de grupos militantes islâmicos palestinos. Nos primeiros três anos e meio de Al Jazeera, os diplomatas do Qatar já haviam recebido mais de 400 reclamações oficiais de outros países árabes sobre as matérias da emissora (Gambill 2000).

4.2 ALLAFRICA

Fundada em 2000, a AllAfrica Global Media é uma voz de e sobre a África, agregando, produzindo e distribuindo informações de mais de 140 organizações africanas de notícias para um público africano e global (AllAfrica 2019a). A partir dessas fontes e da emissão massiva de conteúdo para o público africano e global, a empresa coloca-se como uma plataforma multicanal pan-africana independente que visa a eliminação de estereótipos acerca da região (AllAfrica 2019b). Ademais, a AllAfrica é provedora de serviços de conteúdo multimídia, desenvolvedora de tecnologia de sistemas e a maior distribuidora eletrônica de notícias e informações africanas em todo o mundo (AllAfrica 2019c).

Considerando a grande quantidade e a variedade da origem de tal, a

AllAfrica tende a ser um veículo de abordagem consideravelmente neutra, disponibilizando matérias e vídeos sobre política, entretenimento, sociedade, negócios, entre outros, nos idiomas inglês e francês. Desse modo, a AllAfrica faz parte de uma família de empresas que agregam, produzem e distribuem notícias de toda a África para dezenas de milhões de usuários finais, operando desde a Cidade do Cabo, Dakar, Abuja, Monrovia, Nairóbi e Washington D.C. (AllAfrica 2019c).

4.3 BBC

Fundada em 1922, a British Broadcasting Corporation (Corporação Britânica de Radiodifusão) é uma corporação pública de rádio e televisão, sendo a maior e mais antiga emissora do mundo. Detém de cinco redes de rádio na Grã-Bretanha, canais de televisão com transmissões nacionais e internacionais, além de suas plataformas online. Tem alcance semanal de mais de 376 milhões de pessoas ao redor do mundo, transmitindo em mais de 40 idiomas. Mais de ¼ dessa audiência tem idade entre 15-24 anos (BBC 2018).

Sendo uma organização de serviço público, a BBC tem base constitucional na Carta e Acordo Real, apresentada ao parlamento inglês. A partir desta foram estabelecidos os objetivos da corporação, suas normas de financiamento e diretrizes de imparcialidade. O financiamento da BBC ocorre através de uma taxa de licença anual de televisão, aplicada sobre todas as casas, empresas e organizações britânicas que utilizem equipamentos que transmitam ou gravem emissões de televisão ao vivo. A Carta Régia proíbe propaganda ou programas patrocinados em sua programação (BBC 2019a).

O objetivo da corporação é o de "informar, educar e entreter" (BBC 2019b, online), propagando a cultura britânica sob o lema "A nação deve transmitir paz à nação". Essa ação deve vir através de notícias e informações imparciais que permitam que o público compreenda e se envolva com o mundo à sua volta, formando opinião própria.

Embora haja críticos que considerem a BBC enviesada, pró-Londres, contra a política da centro-direita, opositora ao Partido Conservador, a corporação usa a expressão "imparcialidade devida" para descrever sua abordagem, considerando que o termo "neutralidade" pressupõe que o jornalista não se posiciona enquanto produz, o que não é possível ao fazer a apuração do material. Um posicionamento é necessário para o direcionamento da pesquisa, sem que isso significa a defesa de uma opinião específica (BBC 2009). Aqui no Brasil, o serviço da BBC local é considerado progressista, endossando campanhas a favor de direitos das mulheres ou contra LGBTfobia, por exemplo.

4.4 EL PAÍS

Nascido em 1976 como o jornal de uma nova Espanha democrática, saída da ditadura franquista, é hoje o jornal com a maior tiragem da Espanha. Pode ser visto como europeísta e liberal-progressista, visto que visa se comprometer com a democracia e a defesa das minorias marginalizadas. Logo em suas primeiras páginas é possível notar o grande valor dado às notícias mundiais, com o objetivo de que após 40 anos fechados para o mundo, os espanhóis pudessem receber essas informações (Guimarães 2013).

El País foi o primeiro jornal da Espanha a ter um Manual de Estilo, uma espécie de normas de controle interno de qualidade que acabou por ser adotado também por outros jornais (Arias 2017). Em 1989 o El País deu início a vários projetos colaborativos para compartilhamento de informações com outros jornais da Europa como o Le Monde (França) e o La Repubblica (Itália). No Brasil, o jornal conta com uma edição digital em português, desde 2013, que leva o nome de El País Brasil, onde possui publicações próprias e também material traduzido do jornal espanhol e sua rede de correspondentes e colunistas (G1 2013).

4.5 FOLHA DE SÃO PAULO

A Folha de São Paulo, parte do conglomerado midiático Grupo Folha, é o periódico de maior circulação no país, contabilizando uma média de 332.415 exemplares diários (Folha de São Paulo 2019a), com alcance nacional. Popularmente conhecida por "A Folha", é organizada em cadernos temáticos e suplementos. Foi o primeiro veículo de comunicação do Brasil a adotar a figura do ombudsman (funcionário do jornal que tem uma página para criticar o impresso) e a oferecer conteúdo on-line a seus leitores.

Como premissa de sua linha editorial, a Folha segue os princípios de um jornalismo crítico, apartidário e pluralista, visando o aprimoramento da democracia e das noções de cidadania (Folha de São Paulo 2019b). Por muito tempo, foi criticada por grupos de esquerda por ter uma conduta mais liberal. Hoje, é fortemente atacada pelo presidente Jair Bolsonaro, que acusa o jornal de propagar fake news (Folha de São Paulo 2018).

O periódico estabelece 12 condutas editoriais em que seus jornalistas devem seguir:

1. Confirmar a veracidade de toda notícia antes de publicá-la;
2. Praticar um jornalismo que ofereça resumo criterioso e atualizado do que acontece de mais relevante, com ênfase na obtenção de informações exclusivas;
3. Priorizar temas que sejam considerados de interesse público;
4. Promover os valores do conhecimento, da solução pacífica dos conflitos, da livre-iniciativa, da equalização de oportunidades, da democracia representativa, dos direitos humanos e da evolução dos costumes;

5. Abordar os assuntos com disposição crítica e sem tabus, no intuito de iluminar problemas, apontar falhas e contradições, questionar as autoridades públicas e os poderes privados, sem prejuízo de buscar conteúdos proveitosos ou inspiradores;
6. Cultivar a pluralidade;
7. Obrigar-se a ponderar os argumentos da parte acusada e, publicando uma acusação, garantir espaço ao contraditório;
8. Manter atitude apartidária, desatrelada de governos, oposições, doutrinas, conglomerados econômicos e grupos de pressão;
9. Preservar o vigor financeiro da empresa como esteio da independência editorial e garantir que a produção jornalística tenha autonomia em relação a interesses de anunciantes;
10. Estabelecer distinção visível entre material noticioso, mesmo que permeado de interpretação analítica, e opinativo;
11. Rechaçar censura e outras agressões à liberdade de expressão;
12. Identificar e corrigir com destaque erros de informação cometidos; publicar manifestações de crítica ao próprio jornal; manter mecanismos transparentes de autocontrole e correção.

4.6 FOX NEWS

Lançado em 1996, a Fox News é o canal de televisão a cabo mais assistido nos Estados Unidos há 17 anos. Contém um serviço de notícias 24 horas por dia e quase 90 milhões de assinantes ao redor do mundo (Fox News 2019). Além do canal de TV, conta com página online e podcasts.

Seu presidente, Rupert Murdoch, é publicamente associado ao Partido Republicano dos EUA, e é conhecido por ter valores de cunho conservadores que estendem para além da vida pessoal, aplicados também em seus negócios (Suno Research 2019; Knight Center 2010). Sendo assim, o canal mantém uma relação bem próxima com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que frequentemente utiliza o canal como meio para fazer anúncios sobre o governo e entrevistas exclusivas, ao mesmo tempo em que critica outras emissoras tradicionais e de grande porte nos Estados Unidos (O Globo, 2019). Apesar da posição política evidenciada pelo conglomerado de mídia, as linhas editoriais da companhia não são mantidas ao acesso do público geral, estando restritas a seus funcionários e acionistas (Sullivan 2018).

4.7 LE MONDE DIPLOMATIQUE

Uma extensão do Le Monde voltada aos círculos diplomáticos, Le Monde Diplomatique foi criado em 1954 pelo diplomata François Honti juntamente com o fundador do Le Monde, Hubert Beuve-Méry. Seguindo

ISSN 2318-3195 | v. 7 2019 | p. 01 - 09

os princípios do Le Monde de ser uma voz livre para na França, o "Diplô" surge com a proposta de fazer uma cobertura crítica sobre o que julgam ser as lacunas da imprensa. Com o tempo, o Diplomatique se desvinculou administrativa e editorialmente do jornal Le Monde, expandindo suas pautas para além da agenda consular e diplomática (Rodrigues 2012).

Fazendo uso de abordagens comparativas e de panoramas históricos, o Monde Diplomatique traz suas publicações menos noticiosas e mais reflexivas acerca de cultura, mídia, filosofia, política, artes, entre outros (Le Monde Diplomatique 2019a). Se posiciona contra o neoliberalismo, atuando em defesa dos países de terceiro mundo, com críticas à ideologia e ao funcionamento do capitalismo, apontando as consequências ecológicas e sociais do livre comércio, o perigo do "choque de civilizações", o que há por trás de alianças militares, as utopias necessárias e as perspectivas de novas formas de democracia na era das grandes mudanças geopolíticas (Le Monde Diplomatique 2019b).

4.8 THE ECONOMIST

The Economist é uma publicação inglesa de notícias e assuntos internacionais sediada em Londres e fundada em 1843 por James Wilson. Apesar de se identificar como um jornal, a publicação é impressa em formato de revista, com circulação semanal, além de contar também com canais online de podcasts e vídeos (The Economist 2019).

A postura editorial da publicação apoia o liberalismo clássico e econômico, que é favorável ao livre-comércio, globalização, imigração livre e o liberalismo cultural (como o reconhecimento legal do casamento entre pessoas do mesmo sexo e a legalização das drogas) (The Economist 2019).

Diferente das outras linhas editoriais, The Economist mantém o anonimato dos seus autores. O principal motivo para tal postura é a crença de que "o que está escrito é mais importante do que quem o escreve", além de que, segundo eles, permite dar ao autor uma voz coletiva. A exceção dessa política são relatórios especiais ou artigos, e no site: para evitar confusão com diferentes pontos de vista sobre um mesmo assunto, passaram a usar as iniciais dos autores (The Economist 2019).

4.9 THE GUARDIAN

The Guardian é um jornal diário nacional britânico, conhecido até 1959 como Manchester Guardian. O jornal tem uma edição on-line no Reino Unido, bem como dois sites internacionais, Guardian Australia e Guardian USA. Em agosto de 2013, a edição impressa do The Guardian tinha uma circulação média diária de 189 mil exemplares. A linha editorial do jornal, que é considerado de centro-esquerda, é pautada em cinco princípios, assim

divididos: (i) o jornalista deve avaliar se a intrusão vale a pena, tendo em vista o mal que pode causar; (ii) deve haver integridade como motivo e levar em consideração o bem que a publicação de tal informação pode gerar; (iii) os métodos usados devem ser proporcionais à seriedade da matéria e ao interesse público; (iv) qualquer intrusão deve ser avalizada por algum superior sênior e devidamente supervisionada, e (v) deve haver razoáveis chances de sucesso para o uso de práticas intrusivas e não apenas utilizadas para "pescar" alguma informação (The Guardian 2015).

O veículo ganhou reconhecimento internacional sob o comando do editor e proprietário Charles Prestwich Scott. Ele foi o responsável, em 1921, por escrever o importante artigo intitulado "Cem anos", marcando o centenário do jornal. Nesse texto, C.P. Scott definiu os princípios e valores que deveriam nortear tanto seus jornalistas quanto o jornal, entre eles a premissa que os "comentários são livres, mas os fatos são sagrados" e que "a voz do oponente não é menos importante que a dos amigos e merece ser ouvida" (The Guardian 2017, online). Além disso, o editor aborda a necessidade de "honestidade, clareza (hoje interpretada como integridade), coragem, equidade e sensação de dever com o leitor e a comunidade" (The Guardian 2017, online).

Uma característica do The Guardian que o diferencia dos demais veículos é que todo o lucro gerado é utilizado como investimento para o próprio jornal, sem priorizar acionistas e proprietários. Ainda hoje, os princípios e valores declarados por C.P. Scott em seu artigo permanecem como orientadores do jornalismo independente praticado no jornal (The Guardian 2017).

4.10 THE INTERCEPT

Com o propósito de denunciar através da divulgação jornalística dos vazamentos feitos por Edward Snowden, ex-analista da CIA e da NSA dos Estados Unidos, Glenn Greenwald, Laura Poitras e Jeremy Scahill decidiram, em 2013, com o apoio do First Look Media - grupo de comunicação sem fins lucrativos criado por Greenwald - criar o The Intercept. Buscando atingir o objetivo de denunciar a corrupção e a injustiça, a revista digital surge para dar aos repórteres o aparato legal e editorial necessários na execução de suas atividades (The Intercept 2019). Atualmente, eles abrangem diversas questões como política, guerra, segurança nacional, liberdades civis, meio ambiente, assuntos internacionais, vigilância, tecnologia, justiça criminal, mídia e mais (The Intercept 2019).

No Brasil, em 2016, em meio ao processo de impeachment contra a presidenta eleita Dilma Rousseff, o Intercept lançou sua versão brasileira. Este reúne uma equipe de jornalistas e editores brasileiros, que produzem matérias originais sobre questões brasileiras e traduzem matérias do Intercept norte-americano. O periódico possui também uma política forte de

proteção de fontes, utilizando tecnologias que forneçam as informações confidenciais que eles recebem e que contem com proteção máxima contra vigilância e ataques on-line (Greenwald, 2016).

4.11 THE NEW YORK TIMES

The New York Times é um dos principais jornais diários dos Estados Unidos e do mundo. Com sede em Nova York, o jornal prioriza notícias urgentes e exclusivas, e fazendo isso da forma mais imparcial possível (The New York Times 2018). Fundado em 1851, na época sob o nome de The New York Herald, o NYT (em sua abreviação) é conhecido por manter uma postura de centro-direita, tendendo para o liberalismo em detrimento ao conservadorismo norte-americano. Além disso, é aberto seu posicionamento a favor do Partido Democrata e, durante o governo Trump, é altamente atacado pelo presidente, que diz que o jornal propaga Fake News (The New York Times 2018). Em 1971, o Times virou centro de controvérsia quando publicou uma série de matérias baseadas em documentos secretos do Pentágono envolvendo a Guerra do Vietnã. A publicação desses documentos deu à Times o Prêmio Pulitzer de 1972. De lá até os dias atuais, o jornal recebeu mais de 120 Pulitzers (Encyclopedia Britannica 2018).

Fundado em 1851, The Times é um dos principais jornais dos Estados Unidos e do mundo. Apesar de seu padrão e ética de manter-se neutro (The New York Times 2019a), o New York Times é considerado um jornal liberal, de centro-direita, segundo o posicionamento do veículo sobre pontos chaves: a favor do casamento entre pessoas do mesmo gênero; apoio ao controle de armas; posicionamento contra a guerra do Iraque; denúncia de condições precárias de trabalhadoras americanas, entre outros (The New York Times 2019b). Outro ponto crucial é seu posicionamento abertamente a favor do Partido Democrata, o que inclusive acabou gerando o episódio de ataques do presidente Donald Trump contra o jornal, acusando este de *fake news*.

4.12 THE WASHINGTON POST

The Washington Post é o jornal diário mais antigo de Washington, D.C., fundado em 1877. Altamente prestigiado, o Post tem 47 prêmios Pulitzer, o mais famoso deles remetendo ao escândalo de Watergate, cuja investigação dos repórteres Bob Woodward e Carl Bernstein contribuiu para a queda do presidente Richard Nixon no início dos anos 1970 (Estadão 2012) (Pulitzer 2019).

Entre suas políticas e padrões de jornalismo, o Washington Post procura manter-se neutro, abstendo-se de publicar em suas mídias sociais qualquer tipo de conteúdo que venha apresentar algum tipo de enviesa-

mento político ou preconceito racial, sexista e religioso. Entretanto, como o exemplo de Watergate e as habituais matérias jornalísticas demonstram, o Washington Post não deixa de posicionar-se quanto às situações acerca de política e sociedade (The Washington Post 2019b).

4.13 RT

Lançado em 2005 como Russia Today, o RT é uma rede internacional de comunicação financiada pelo governo russo que conta com notícias de rádio e oito canais de televisão, apresentando em sua programação desde notícias políticas e documentários, até talk shows e outros tipos de entretenimento. Suas plataformas digitais e canais de notícias 24 horas são disponibilizados em seis idiomas diferentes: inglês, árabe, espanhol, alemão, francês, além do russo (RT 2018a). Partindo do slogan "Questione mais", a RT se propõe a trazer uma análise alternativa e ser o ponto de vista russo sobre os principais eventos globais para seu público internacional, além de dar enfoque à matérias negligenciadas pela grande mídia.

Seu público mundial é de cerca de 100 milhões de espectadores semanais, considerando apenas 47 países dos mais de 100 onde a RT é transmitida (RT 2018b). On-line, a RT é a principal rede de notícias de TV não-anglo-saxônica em termos de tráfego: ao final de 2015, os sites da RT tinham mais de 190 milhões de visitas ao todo, de acordo com a SimilarWeb (RT 2016).

REFERÊNCIAS

Aguiar, Tiago Ornaghi. 2002. "O Brasil no Le Monde Diplomatique: um breve estudo do jornalismo interpretativo". Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Al Jazeera. 2006. "The opinion ... and the other opinion". Acesso 21 de julho. https://www.aljazeera.com/archive/2006/10/200841010922766666.html

———. 2019. "Al Jazeera English". Acesso 10 de setembro. https://network.aljazeera.com/sites/aj_corporate/files/assets/al_jazeera_english_brochure.pdf

AllAfrica. 2019a. "Who we Are". Acesso 18 de julho. https://allafrica.com/misc/info/about/

———. 2019b. "About". Acesso 18 de julho. https://www.linkedin.com/company/allafrica/about/

———. 2019c. "Site Guide." Acesso 07 de setembro de 2018. https://AllAfrica.com/misc/ info/howto.html.

Arias, Juan. 2017. "O El País é um jornal de esquerda?" El País Brasil. Acesso 18 de julho. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/02/22/opinion/1487788532_309244.html.

Barbeiro, Heródoto. 2013. Manual de Jornalismo para rádio, TV e novas mídias. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

BBC. 2003. "BBC in news deal with Arabic TV". Acesso 21 de julho. http://news.bbc.

co.uk/2/hi/entertainment/2668007.stm

———. 2009. "Texto da BBC precisa revelar equilíbrio e imparcialidade". Acesso 22 de julho. https://www.bbc.com/portuguese/lg/institutional/2009/04/090424_jornalismobbcimparc.shtml

———. 2018. "BBC's Global audience rises to 376m". Acesso 22 de julho. https://www.bbc.co.uk/mediacentre/latestnews/2018/bbc-global-audience

———. 2019a. "Charter and agreement". Acesso 22 de julho. https://www.bbc.com/aboutthebbc/governance/charter

———. 2019b. "Mission, values and public purposes". Acesso 11 de setembro. https://www.bbc.com/aboutthebbc/governance/mission

Bomfim, Ivan. 2012. "Construindo realidades: uma perspectiva de interação entre Jornalismo e Relações Internacionais". Comunicação & Inovação 13, no. 25: 29-36.

Buitoni, Dulcilia Schroeder. 2011. Fotografia e jornalismo: a informação pela imagem. São Paulo: Saraiva.

Cruz Neto, J. E. Reportagem de televisão: como produzir, executar e editar. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

Duarte, Jorge. 2003. Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia - Teoria e Técnica. São Paulo: Altas.

The Economist. 2019a. "About The Economist". Acesso 13 de setembro. https://www.economist.com/about-the-economist

Encyclopedia Britannica. 2018. "The New York Times". Acesso 07 de setembro. https://www.britannica.com/topic/The-New-York-Times

Ferrari, Pollyana. 2010. Jornalismo Digital. 4ª ed. São Paulo: Contexto.

Floresta, Cleide. 2009. Técnicas de Reportagem e Entrevista em Jornalismo: Roteiro para uma Boa Apuração. São Paulo: Saraiva.

Folha de S. Paulo. 1987. Manual Geral de redação. 2ª ed. São Paulo: Folha de São Paulo.

———. 2018. "Drones explodem durante discurso de Maduro, que sai ileso, diz Caracas". Acesso 11 de setembro. https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/08/ discurso-de-maduro-e-interrompido-e-soldados-sao-vistos-correndo.shtml

———. 2019a. "Com crescimento digital, Folha lidera circulação total entre jornais brasileiros". Acesso 13 de setembro. https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/com-crescimento-digital-folha-lidera-circulacao-total-entre-jornais-brasileiros.shtml

———. 2019b. "Linha Editorial". Acesso 13 de setembro. https://www1.folha.uol.com.br/institucional/o_grupo.shtml

Fox News. 2019. "Corporate Information". Acesso 13 de setembro. http://press.foxnews.com/

Fortes, Leandro. 2008. Os Segredos das redações: o que os jornalistas só descobrem no dia-a-dia. São Paulo: Contexto.

G1. 2013. "Portal brasileiro do El País entra no ar na próxima semana". Acesso 18 de julho 2019. http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2013/11/portal-brasileiro-do-el-pais-entra-no-ar-na-proxima-semana.html.

———. 2014. "Jornalista que denunciou espionagem da NSA lança site". Acesso 21 de julho de 2019. http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/02/jornalista-que-denunciou-espionagem-da-nsa-lanca-site.html.

Gambill, Gary C. 2000. Qatar's Al-Jazeera TV: The Power of Free Speech. Middle East Intelligence Bulletin 2 (5): online . Disponível em https://web.archive.org/web/20010212053550/http://www.meib.org/articles/0006_me2.htm

O Globo. 2019. "Favorita de Trump, Fox News fez perguntas incômodas a Bolsonaro

nos EUA". Acesso 21 de julho de 2019. https://oglobo.globo.com/mundo/favorita-de-trump--fox-news-fez-perguntas-incomodas-bolsonaro-nos-eua-23533191.

Greenwald, Glenn. 2016. "Bem-vindo ao The Intercept Brasil". The Intercept. Acesso 21 de julho de 2019. https://theintercept.com/2016/08/02/bem-vindo-ao-the-intercept-brasil/

The Guardian. 2015. "The Guardian's Editorial Code". Acesso 13 de setembro de 2019. https://www.theguardian.com/info/2015/aug/05/the-guardians-editorial-code

———. 2017. "A hundred years - an essay by CP Scott". Acesso 24 de julho. https://www.theguardian.com/sustainability/cp-scott-centenary-essay

Guimarães, Keila. 2013. "El País lança edição digital no Brasil". Propmark. Acesso 18 de julho de 2019. https://web.archive.org/web/20150503005910/http://propmark.uol.com.br/midia/46440%3Ael-pais-lanca-edicao-digital-no-brasil.

The Intercept. 2019. "About The Intercept". Acesso 21 de julho. https://theintercept.com/about/

Jorge, Thais de Mendonça. 2008. Manual do Foca: Guia de Sobrevivência para Jornalistas. São Paulo: Contexto.

Lage, Nilson. 2001.Ideologia e técnica da notícia. Florianópolis: Insular.

Le Monde Diplomatique. 2019a. Acesso 22 de julho. https://diplomatique.org.br/le--monde-diplomatique-brasil

Le Monde Diplomatique 2019b. "Qui sommes-nous?". Acesso 22 de julho. https://www.monde-diplomatique.fr/diplo/apropos

Liberian Observer. 2017. "Home". Acesso 24 de julho. https://www.liberianobserver.com/.

Mafei, Maristela. 2010. Assessoria de Imprensa: como se relacionar com a mídia. São Paulo: Contexto.

Medina, Cremilda de Araújo. 1986. Entrevistas: O Diálogo Possível. 2ª Edição. São Paulo: Ática.

Meditsch, Eduardo. 1997. "O jornalismo é uma forma de conhecimento?". Conferência feita nos Cursos de Arrábida - Universidade de Verão, Universidade Federal de Santa Catarina. http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimen- to.pdf.

Medium. 2017. "O guia definitivo sobre o Medium". Acesso 3 de agosto. https://medium.com/brasil/o-guia-definitivo-sobre-o-medium-4e417fae0143.

Miles, Hugh. 2005. Al-Jazeera: The Inside Story of the Arab News Channel that is Challenging the West. Nova Iorque: Grove Press.

Moreira, Fabiane Barbosa. 2006. "Os valores-notícia no jornalismo impresso: análise das 'características substantivas' das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo". Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PGCOM), Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

———. 2014. Os valores-notícia em O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo. In: Silva, Gislene et al (org.). Critérios de noticiabilidade: problemas conceituais e aplicações. Florianópolis: Insular

Natali, João Batista. 2004. Jornalismo Internacional. São Paulo: Contexto.

O Globo. 2010. "Arianna Huffington, a mulher que reinventou o jornalismo on-line". Acesso 10 de setembro. https://oglobo.globo.com/economia/arianna-huffington-mulher--que-reinventou-jornalismo-on-line-2965451.

The New York Times 2019a. "Standards and Ethics". Acesso 21 de julho. https://www.nytco.com/company/standards-ethics/.

The New York Times 2019b. https://www.nytco.com/. Acesso 21 de julho.

Oliveira, Erivam Morais de. 2009. Fotojornalismo: uma viagem entre o analógico e o

digital. São Paulo: Cengage Learning.

Pinto, Ana Estela de Sousa. 2009. Jornalismo Diário - Reflexões, Recomendações, Dicas e Exercícios. São Paulo: Publifolha.

Pulitzer. 2019. The 1973 Pulitzer Prize Winner in Public Service". Acesso 22 de julho. https://www.pulitzer.org/winners/washington-post

Ramalho, José Antonio. 2012. Escola de Fotografia: O guia básico da técnica à estética. Rio de Janeiro: Elsevier.

Rezende, G. Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000.

Rodrigues, Carla. 2009. Jornalismo on-line: modos de fazer. Rio de Janeiro: Sulina.

Rodrigues, Paloma. 2012. "Le Monde Diplomatique Brasil é opção de conteúdo politizado". Agência USP de Notícias. Acesso 22 de julho. https://www5.usp.br/7192/pesquisadora-da-fflch-aponta-le-monde-diplomatique-brasil-como-opcao-de-conteudo-politizado

RT. 2016. RT's Online Audience Approaches 50 Million Unique Users Monthly. Acesso 22 julho. https://www.rt.com/about-us/press-releases/rt-audience-digital-web

———. 2018a. "About RT" Acesso 25 de agosto. https://www.rt.com/about-us/.

———. 2018b. "RT Weekly TV Audience Grows by More Than a Third Over 2 Years; Now 100mn – IPSOS". Acesso 22 de julho. https://www.rt.com/about-us/press-releases/ipsos-market-research-rt/

Sidlow, Edward, e Beth Henschen. 2013. Govt. Wadsworth: Cengage Learning.

Sqarisi, Dad. 2005. A Arte de Escrever Bem: um guia para jornalistas e profissionais do texto. 4ª ed. São Paulo: Contexto.

Sullivan, Margareth. 2018. "When Fox News Staffers Break Ethics Rules, Discipline Follows – or does it?". The Washington Post. Acesso 15 de setembro. https://www.washingtonpost.com/lifestyle/style/when-fox-news-staffers-break-ethics-rules-discipline-follows--or-does-it/2018/11/28/02a11b98-f32a-11e8-80d0-f7e1948d55f4_story.html?noredirect=on

Suno Research. 2019 "Rupert Murdoch". Acesso 21 de julho. https://www.sunoresearch.com.br/tudo-sobre/rupert-murdoch/

Tecnoblog. 2013. "Medium: seu próximo blog". Acesso 3 de agosto. https://tecnoblog.net/131081/medium/.

Terra. 2017. "Saiba mais sobre o Twitter". Acesso 04 de agosto. https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/internet/saiba-mais-sobre-o-twitter,7838887dc5aea- 310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html.

Traquina, Nelson. 1993. Jornalismo: questões, teorias e "estórias". Lisboa: Vega.

Twitter. 2017. "Empresa | About". Acesso 04 de agosto. https://about.twitter.com/pt/company.

The Washington Post. 2019a. "Twitter reveals its daily active user numbers for the first time". Acesso 11 de setembro. https://www.washingtonpost.com/technology/2019/02/07/twitter-reveals-its-daily-active-user-numbers-first-time/

The Washington Post. 2019b. "Policies and Standard". Acesso 22 de julho. https://www.washingtonpost.com/policies-and-standards/

Zero Hora. 2018. "Governo da Venezuela afirma que Maduro escapou de atentado; sete estão feridos". Acesso 11 de setembro de 2018. https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2018/08/governo-da-venezuela-afirma-que-maduro-escapou-de-a- tentado-sete-estao-feridos-cjkg1k6vd00q701mua6jpez0n.html

York: Routledge.

Williams, Phil. 1994. "Transnational Criminal Organizations and International Security". *Survival* 36 (1): 96-113. doi:10.1080/00396339408442726

Woody, Christopher. 2018. "Brazil has committed to an 'extreme measure' to combat crime in Rio — and it could be a model for the rest of the country". Business Insider. Accessed September 29, 2019. https://www.businessinsider.com/brazil-military-intervention-rio-security-national-model-2018-2.

unsc

united nations security council



UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 7 2019 | p. 520-575

THE SITUATION OF IRAN: THE NUCLEAR STANDOFF AND ITS IMPACTS

Joana Soares Cordeiro Lopes[1]
Natascha Ramos Klein[2]
Tayssa do Rosário Zucchetto[3]

ABSTRACT

Iran is a country whose history has been neglected to be studied in the Western agenda. Its unique culture and tradition differ not only from its neighbors but also from the rest of the world. In order to comprehend the foreign policy of Iran and what guides its relations with other countries, one must know the Iranian history and the major events that led to the current situation. In 1979, the Islamic Revolution marked the beginning of a new era for Iran: after years of alliance with the United States (U.S.), Ayatollah Khomeini broke the country's ties with the West. The relations between Iran and the U.S. and Europe deteriorated along the years: since 1979, the U.S. imposed sanctions on Iran, and, from 2006 to 2012, the United Nations Security Council (UNSC) passed resolutions that imposed diverse economic and military restrictions to Iran due to its nuclear activities. With the election of Hassan Rouhani for the Iranian presidency and the implementation of constructive engagement policy, the signature of the Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA) represented a relaxation of tensions. However, after the American withdrawal from the deal in 2018, the situation has been unclear, and the recent developments are leading to a re-escalation of tensions between both countries. In this sense, the UNSC members will have to address this issue in order to suggest solutions to an unsettled situation, considering not only nuclear questions, but also economic, political, religious, and social ones.

1 Joana is a senior-year student of International Relations at UFRGS and Director of the UNSC.

2 Natascha is a fourth-year student of International Relations at UFRGS and Director of the UNSC.

3 Tayssa is a second-year student of International Relations at UFRGS and Assistant-Director of the UNSC.

1 INTRODUCTION

The year of 2019 marks 40 years since the Islamic Revolution erupted in Iran, changing the country's history and installing a new form of government. Under the leadership of Ayatollah Khomeini, Iran transformed itself from a Monarchy into an Islamic Republic, which, as the name already states, united political and religious causes in the government. The regime established in 1979 foresees the existence of a president and a religious supreme leader, mixing modern democratic institutions, such as the Iranian Parliament, with theocratic structures, exemplified by the Iranian Council of Guardians that monitors the role of Islam in the political and social fields. The supreme leader, the Ayatollah, holds the ultimate decision in all affairs. This position was occupied only by Khomeini – until his death in 1989 – and Khamenei – who remains in charge until today (Altoraifi 2012).

Iran is located between Europe and Asia and has historically been part of international trade routes. Besides, it has access to the Caspian Sea, the Gulf of Oman and the Persian Gulf, attesting its strategic geographic position in the Middle East. These factors, added to the number and volume of oil reserves in the country, have attracted Western powers' interests: the United Kingdom controlled the region during the imperialist era and the United States kept close ties to the Pahlavi dynasty from 1925 to 1979, when Iran was its major ally in the region. The Revolution of 1979 was a response to the previous period and sent a message to the West to cease its imperialist ambitions and let Iran take care of its government. Thus, 1979 started a new era on the Iranian domestic and foreign policy, the last one inherently marked by two major factors: the goal of becoming a regional power and the perception of external interference in Iranian domestic affairs as a determinant for the country's problems (Abrahamian 2008).

Instead of viewing Iran as an example of political backwardness, the present study guide will present historical evidence to explain why Iran is what it is today. Also, it will bring an analysis of the Nuclear Deal and the impact of sanctions on Iran and its population, as well as an overview of its geopolitical importance in power dynamics in the Middle East. Afterward, a set of previous international actions regarding the nuclear issue in Iran will be cited, and, at last, the position on the Iranian situation of each United Nations Security Council (UNSC) member of 2019 will be explored. Iran since 1979 is unique among the states in the international system; it is hard to foresee its actions, and that is probably one of the reasons why Iran has been a consistent topic on the international agenda. Hence, 40 years after the Islamic Revolution, it is important for the UNSC to debate the implications of the existence of a country with such a unique political system, whose foreign policy is often regarded as irrational and unpredictable from the international community, by understanding the Iranian point of view in order to comprehend its actions.

2 HISTORICAL BACKGROUND

In order to better understand the situation in Iran, this section aims at presenting the main events that contributed to the formation of such a state. From the Persian Empire to the Iranian Islamic Republic, interactions among different groups, interests, and identities shaped the current structure of the country, leading to a chain of events never seen before in the international system and, ultimately, to the ascension of an Islamic Republic.

2.1 PRE-REVOLUTION IRAN

The Persian Empire was constituted by strong and long-lasting dynasties, a familial and hierarchical state, besides its Zoroastrian[4] heritage. Persia had a large territory, in which there was not a stable centralized coercive power. Instead, the empire was constituted by multiple tribes, each with its respective leader, united by bonds of language, loyalty, and ancestral ties (Hourani 2006).

In 633 BCE, the Arabs, in their process of expansion, conquered Persia, provoking the downfall of the Sassanid Dynasty[5] (224 AD-651 AD). Islam became the official religion of Persia, which relegated a minor position to Zoroastrianism and, over time, offered advantages to convince individuals to convert into Islamism, such as exemption from special taxes paid by non-Muslims (Axworthy 2017; Hourani 2006). Therefore, Islam influenced Persian social and political realities. Such a phenomenon was gradually deepened as a greater amount of the population became Muslim and the religion linked itself to their institutions and systems of thought. At this point, the duality between the Sunni and the Shi'a branches of Islam[6] would also be reflected in the Empire.

4 Zoroastrianism was Persia's dominant religion before Islamism, and its origins go back to approximately 3500 years ago. Since it focuses on the eternal conflict between good and evil, such faith places great importance on exemplary moral conduct, which interferes directly with perceptions of human freedom and choices. Although it is currently a minority faith, Zoroastrian heritage can still be noticed in contemporary Iran (Axworthy 2017).

5 The Sassanid Dynasty (224 AD – 651 AD) was established after the downfall of the Parthian monarchy and it is considered the last Iranian pre-Islamic great empire. During this period, the rulers emphasized their Persian identity and were closer to the clergy, in comparison to the previous regimes. The Huns and the Byzantines represented the most important opponents of the Sassanids, and conflict with the last led to the dynasty's demise (Axworthy 2017).

6 After the death of the Prophet Mohammad in 632 AD, a leadership dilemma emerged among the Muslim community (in Arabic, Umma). The outcome of this impasse was a schism in Islam, which originated the Sunni and Shi'a branches. The first follow the sunna, which is the tradition based on the Prophet's behavior, and the last are those who believe that Ali and his descendants are Mohammad's rightful successors, named Emams. During the Safavid Dynasty, Ismail I declared Shi'a Islam as the official religion of the empire, which resonates with Iranian preeminence as a Shi'a state (Axworthy 2017).

IMAGE 1: PERSIAN TERRITORY, BETWEEN 598 AND 628 AD, DURING THE SASSANID PERIOD



Source: Mladjov, n.d.

During the 18th century, the dislocation of power from the Arab World to Europe was consolidated, as authority exercise transitioned from an empire perspective – characterized by a universal sovereignty over wide ranges of area and population– towards a system of sovereign states, introduced by the Westphalian treaties (1648)[7] (Lustick 1997). This reflected in modernizing processes of centralization and bureaucratization in Persia, policies inspired by the European model of government. The main symbol of this effort was the Qajar Dynasty (1796-1925), which "had at least the virtue of ending the civil and other wars and economic disruptions of the eighteenth century" through Iran's reunification (Keddie 2006, p.37). It is important to address that the Qajars were deeply influenced by great international powers, mainly Great Britain and Russia, a relationship manifested through treaties and economic relations, which were not always beneficial to Iran (Keddie 2006).

The Qajar Dynasty lasted until 1925, when internal instability reached a critical point as economic issues, generalized famine and an influenza pandemic aggravated. Consequently, the number of discontent population increased, and Great Britain could not act as a stabilizing agent, as the post-World War I scenario was unfavorable to the country. Thus, there was a viable circumstance for the ascension of a new government, as the U.K.

7 The Westphalian treaties, signed in 1648, were the formal acknowledgment of the autonomous existence of multiple, separated states, which were equally sovereign (Lustick 1997).

did not offer any hindrance and even supported Iran militarily. The Iranian nationalist and constitutionalist groups were in favor of a government change, which happened with the ascension of a new Dynasty: the Pahlavi (Axworthy 2013). According to Buchan (2013), the Pahlavi aimed for a monopoly of authority, besides modernity and order, characterizing a centralization of power without precedent in the previous dynasties. Reza Pahlavi, who was the first monarch of such lineage, revealed himself as autocratic and illiberal, characteristics that reflected on his foreign policy position. The Shah was sympathetic towards Germany and tried to counterbalance British and Soviet historical influence over the country by strengthening relations with the first, through a considerable trade increase, turning Germany into Iran's main trade partner by the end of the 1930s (Keddie 2006; Halliday 2005). This endangered the U.K. oil monopoly, established through previous Qajar concessions, and also blocked a possible route for USSR's war supplies. Such an approximation resulted in Allied pressure towards the interruption of Iran-Germany connection; however, the Shah didn't comply with the demand. Then, Great Britain and Soviet Union forces invaded the country, forcing Reza's dethronement and deportation. After that, his son, Mohammad Reza Pahlavi, ascended as Iran's Shah, in 1941. During his government, the new monarch complied with Allied interests, especially on the control of natural resources (Axworthy 2017).

Contrasting with the Shah's political view, Mohammad Mossadeq, Iran's Prime Minister from 1951 to 1953, emerged as a powerful political figure, whose stance followed a liberal and nationalist perspective, therefore against any kind of foreign interference – as some of his main propositions were the nationalization of Iranian oil extraction and the decrease of the Shah's power. Therefore, Mossadeq's political approach caused suspicion on the international community, leading to the departure of Anglo-Persian Oil Company (AIOC) technicians and the imposition of an oil blockade by Britain, which lastly caused the rise of inflation and unemployment in Iran (Axworthy 2013). In addition, foreign powers once again interfered in internal matters, as they demanded the Prime Minister's deposition, even though he was democratically elected by the Iranians – an event that would be later known as Mossadeq Crisis. By August 1953, the documents for Mossadeq's ousting were signed, officializing his removal from office, which increased the country's political instability and people's disapproval upon the monarchy (Axworthy 2017). In this scenario, Ayatollah Ruhollah Khomeini, a clerical and political figure, rose as the greatest adversary of the Iranian monarchy, which led to his imprisonment in 1963 and, subsequently, to an exile that lasted 15 years, from 1964 through 1979 (Keddie 2006). As an essential agent for the emergence of the Iranian Revolution, his role as the leader of the movement will be further developed in the next section.

2.2 THE ISLAMIC REVOLUTION AND THE IRAN-IRAQ WAR

Following the alignment with Western economic principles, the Iranian gross national product (GNP) increased through the Shah's modernizing and industrializing processes, leading to economic growth in the latter part of the 1960s. This happened after Iranian investments were strengthened by oil revenues, placing the country as one of the main oil producers of the world. Seeing the importance of oil production for the economy, the Shah started to exert more control over it at the 1970s and negotiated measures to quadruplicate the oil price in the international market with other members of the Organization of Petroleum Exporting Countries (OPEC) in 1973. This had a great impact on the economy of Iran since the population could then live in a scenario of relative economic prosperity, with the expansion of education and heavy governmental spending. However, the available administrative and logistical structures did not offer proper support to such investment expansion, provoking infrastructural issues. On the other hand, it also caused the fragmentation of Iran's society, since land reforms and mechanization disrupted the traditional agricultural structure, causing massive rural unemployment and, consequently, an exodus from the affected areas to the cities; there was also an erosion of the previous influence and power of landowners. As the economic reforms and the White Revolution[8] were arranged in a top-down manner, without planning and proper allocation of revenues and workers, the previous prosperity of the Iranian economy was not durable, leading to soaring inflation, rising costs of domestic production and decreasing rates of employment (Axworthy 2013; 2017).

In this scenario, Ayatollah Khomeini rose as an important oppositionist to the Shah's reign. He represented the religious and traditional values rooted in the Iranian sociopolitical structure, a heritage of their influence on state affairs throughout history, which were still widely accepted by a great part of the population (Takeyh 2009). Although orthodox Shi'ism conveyed that the clergy should be distanced of political affairs, Khomeini's way of thinking was based on a mystical perspective that advocated the existence of a "Perfect Man" – someone that had fully evolved both mentally and spiritually – capable of being a representative of God's will in this world. As other members of the clergy, he did not approve Western influence on internal affairs, arguing it was secularizing the country's social life, relegating the clericals to a secondary role. Moreover, increasing relations with the United States and Israel also were an issue. As the leader of the opposition to the Shah's government, the Ayatollah got arrested on several

8 The White Revolution was a program proposed by Mohammad Reza, which aimed at presenting a reformist image to the Shah. It was submitted to a plebiscite in 1963 and consisted of six points, which were: land reform, privatization of state factories, women's suffrage, the nationalization of forests, creation of a national literacy corps and allocation of industrial profits (Keddie 2006).

occasions and ended up in exile. During this period away from his country, his political perspectives matured, which led to the complete rejection of the monarchy as a political regime and the defense of the creation of an Islamic Republic, based on the right of the clergy to govern (Axworthy 2017).

The chain of catastrophic events in the Shah's government, allied to his despotism and repressive measures, caused the continuing growth of a sociopolitical opposition movement, which outbroke in 1977. The opposers used a wide range of actions, from pacific to guerilla-oriented ones, which, despite facing repressive measures – imprisonment, torture and unbalanced use of violence –, became even more enthusiastic with the perspective of a new regime. Such an aroused environment was strengthened by Khomeini's discourse, which had gained a broader appeal and easier vehiculation through press coverage after his arrival in Paris. Contradicting U.S. expectations regarding the Shah's permanence as Head of State, between 1977 and 1979 the political-economic strikes became incessant as the revolution achieved its critical point and the uprisings reached a scale never seen before, Mohammad Reza resigned on February 11, 1979 (Keddie 2006). Then, Ayatollah Khomeini returned from his exile and inaugurated the Islamic Republic of Iran.

After that, the new Iranian structure had to be consolidated both internally and internationally, revealing itself a complex process. The pursuit of the new regime's legitimacy clashed with the multiplicity of different groups that, after the Revolution, were no longer unified and with the fact that clerical rule was a new element on government structure. Khomeini increased the clergy's power, giving positions to his followers in many spheres, building something similar to a parallel government to the provisional secular one under Prime Minister Mehdi Bazargan. Restoring domestic order was of vast importance since there was the need of carrying out elections to form a constituent assembly; therefore, the political opposers – leftists, communists, minorities – had to be neutralized. Also, to build a functioning state, Iran had to seek recognition and legitimation internationally, since the Islamic Republic was a new entity. Bearing in mind its anti-imperialist and anti-West stances, Iran ended up resorting to other state consolidation mechanisms, such as war (Keddie 2006; Maloney 2002).

Although the Iran-Iraq War was not initiated by the Islamic Republic, it was used to broaden the clergy's grip and consolidate the effects of the revolution. Such conflict reflected the historical dissension between both countries of the Shatt al-Arab river's frontier division, which was temporarily under the Pahlavi control. Iraq and Iran got involved in a competition for regional leadership since the Iraqi Revolution of 1958 led to the adoption of an ultranationalist regime in Iraq, wavering the British influence away from internal affairs and ending the Iraqi royal regime. In addition, the bipolar context interfered with the Iranian-Iraqi tensions before the war, as the United States influenced Iran to pressure a pro-Soviet Iraq, while the Soviet Union tried to expand its relations with an anti-imperialist

Iraq. Such engagement lasted from 1969 until 1975; however, the tensions between both parties never disappeared completely (Halliday 2005).

After the 1979 revolutionary process, the Iranian-Iraqi tension arose again, materializing itself on the increase of frontier conflicts (Halliday 2005). On September 22, 1980, the war outbroke, as Iraq invaded Iran. Since the Islamic Republic was in an isolated position because of the hostage crisis[9], it was expected that the country would not resist an Iraqi assault. In opposition to Saddam Hussein's – then Iraqi President – expectations, the attack was not quick, as Iran offered unexpected resistance, albeit being militarily unprepared. Since the conflict was highly demanding, to avoid further damage Hussein withdrew from Iran in 1982. However, Khomeini did not cease fire, alleging that it would only end after Hussein's overthrow, which appealed to a need of safeguarding the Islamic Republic and its people (Keddie 2006; Al Jazeera 2009).

Fighting against a common enemy deviated the attention from Iran's internal issues and helped regime consolidation, as a unifying factor. While Iran projected itself and its government gained more recognition, the international community, especially the United States, supported Iraq and was passive regarding the use of chemical warfare, a kind of weaponry forbidden by international humanitarian law. Then, in 1988, the United Nations intervened on the conflict as a mediator, leading to the end of the conflict on August 20, 1988. More than one million people were killed in the eight-year clash, and economic decline affected the region, but such a scenario was faced as needed to fully insert post-revolution Iran on the international system (Keddie 2006; Axworthy 2013; Halliday 2005; Al Jazeera 2009).

2.3 THE 21TH CENTURY AND THE IRANIAN NUCLEAR PROGRAM

Through the last decades of the 20th century, the various aspects of the revolution were consolidated in the Iranian sociopolitical structure. After Khomeini's death in 1989, following the end of the Iran-Iraq war, Ayatollah Khamenei assumed the Supreme Leader position, while Ali Rafsanjani, considered pragmatic and center-oriented, was elected president. Both decision-makers had to reformulate Iran's foreign policy, motivated by the post-war economic instability, in order to guarantee the country's auto-

9 The hostage crisis (1979-1981) began on November 4, 1979, when a group of students held 66 U.S. diplomats and marines hostage after breaking into the U.S. embassy in Tehran. They demanded that the U.S. sent Mohammad Reza back to Iran, in order to face a revolutionary court. The Ayatollah, in November 5, made a statement supporting such act, as he depicted the embassy as a "nest of spies". This event can be interpreted as a re-radicalization of the revolution and as any opposition to it would be treated as treason. Although there were multiple negotiation and rescue attempts, the hostages' retention remained. After the Shah's death and the Iraqi invasion in 1980, the situation had become a liability, which led to more serious negotiations. The hostages were released on January 20, 1981 (Axworthy 2017).

nomy – therefore, instead of defending the Revolution exportation on a regional level, they decided to portray a moderate stand, upholding a "less confrontational foreign policy" (Keddie 2006, 264). Rafsanjani governed Iran from 1989 until 1997 and, during this period, he also tried to promote economic reconstruction through liberal reforms, such as the privatization of public enterprises and a market-based policy, which led to internal instability. His successor, Mohammad Khatami, tried to amplify the political discourse, both internally and internationally, based on a dialogue among civilizations strategy, leading to an improvement of the relations towards the West and Arab countries, as a way of defending national interest during his government (1997-2005) (Keddie 2006; Takeyh 2009).

In 2005, Iran's internal and foreign politics achieved a turning point as Mahmoud Ahmadinejad ascended to the presidency (2005-2013). His political stand was based on a nationalist approach, the defense of Iran's domestic interests and an anti-Western discourse (Takeyh 2009). After the American invasion of Iraq and the deposition of Saddam Hussein's regime, the balance of power in the Middle East was broken, leaving Iran with a renewed will to achieve regional hegemony (Friedman 2011). In order to accomplish this, Ahmadinejad's strategy was based on the development of unconventional warfare (Cordesman 2014) – increasing Iranian chances against possible interference and aggression from the United States or Israel – and the formation of the "Axis of Resistance", a regional alliance composed by Iran, Syria, Hezbollah, and Hamas (Mohns and Bank 2012).

The president was aware that Iran would not be able to stand against American and Israeli direct aggression, as the country's military capacity lacked power in comparison to theirs. Therefore, he had to resort to the development of asymmetric capabilities as dissuasion tools, improving their action range and effectiveness, and decreasing the possibility of an invasion of Iran (Cordesman 2014). In this respect, Ahmadinejad could undertake a blockade in the Strait of Hormuz, hindering the oil discharge from its most productive area, in order to cause economic damage; or make use of its nuclear program (Roberto 2015).

Initially, the Iranian Nuclear Program inception occurred while Mohammad Reza was still head of state. Dating from the 1950s, it had access to U.S. technical assistance, through the Atoms for Peace Program, which intended to create and expand nuclear capabilities on developing countries for peaceful and energy purposes (Malus 2018). However, after the Revolution, Supreme Leader Khomeini initially halted these activities, since he considered that weapons of mass destruction were against Islam. They were resumed in the mid-1980s after authorities became aware that Iraq was developing its nuclear program. During Ahmadinejad's government, as mentioned before, the nuclear program gained special attention, which contributed to the construction of a West's narrative that considered Iran an international enemy, especially as the West's attention was focused on the Middle East after the 9/11 events. Ahmadinejad's confrontational

attitude strengthened this stance, as the nuclear program development theoretically offered a greater danger of attacks against the countries that opposed his actions (Axworthy 2017).

In this scenario, the application of sanctions was used by state and non-state agents to refrain Iran from developing its nuclear program, as it was considered a violation of the Non-Proliferation Treaty (NPT). The first international sanctions directed to the Islamic Republic date back to the post-revolutionary period, as the United States imposed unilateral measures against Iran, based on accusations of terrorism and human rights violations. However, it was only after 2006 that the sanctions regime towards the country increased in scale and focused on the Iranian nuclear matter. Only then the issue was added to the UNSC agenda, through a request from the International Atomic Energy Agency (IAEA). In parallel, the private sector and the European Union started to participate directly in the process. Despite Iranian allegations that their nuclear program wasn't intended to produce weaponry, as the country is a signatory of the NPT since 1970, the international community interpreted the Iranian nuclear development as a potential threat, regionally and globally, especially taking into account Ahmadinejad's stand on international politics (Tourinho 2015).

As Iran's international image deteriorated, the need for a moderate position arose, leading to the election of Hassan Rouhani in 2013, which marked the restoration of a balanced and pragmatic bias in Iranian politics. His political stance, in opposition to Ahmadinejad's, was based on moderation allied to constructive engagement in order to achieve a dialogue among states based on mutual respect. Therefore, his foreign policy was conducted balancing national, regional and global needs while also respecting the principles consolidated by the Iranian Revolution (Zarif 2014). As a reflection of such commitment, there was the promotion of negotiation efforts in order to restore the Iranian international image and reduce the imposition of sanctions towards the country. It is possible to see the pursuit of negotiations which led to an important accomplishment for Iran, the Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA), whose particularities will be further developed in the next section (Roberto 2015).

3 STATEMENT OF THE ISSUE

As Hassan Rouhani ascends to the presidency (2013-), representing a large group of moderates who believe Iran's isolation is the source of the countries numerous problems, a comprehensive and mutually beneficial approach was adopted. The administration focused its efforts on presenting a cooperative international image for Iran and signaling its disposition for negotiations. After two years of talks under Rouhani, those efforts led, ultimately, to the Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA) agreement, commonly known as the Iranian Nuclear Deal. Signed in 2015, the deal res-

tricted Iranian uranium enrichment processes and the expansion of nuclear facilities, in exchange of the suspension of economic sanctions (Roberto 2015). Bearing this new development in mind, this statement of the issue is focused on bringing the debate on the JCPOA particularities and Iran's position in the Middle East. This section will first present the Iranian Nuclear Program and the economic sanctions placed upon the country. After that, the negotiation process that led to the nuclear deal is analyzed, as well as the deal itself and relevant recent developments on the matter. Finally, the strategic importance of Iran and the power dynamics it is involved in the Middle East are further explored in the last subsection of the statement of the issue.

3.1 ECONOMIC SANCTIONS AGAINST IRAN AND THE IRANIAN NUCLEAR PROGRAM

Iran has the fourth-largest oil reserves and the second-largest natural gas reserves of the world. Despite its huge economic potential, the country has felt the effects of international sanctions on its economy, mostly between 2012 and 2016, not being able to reverse this potential into economic growth (U.S. EIA 2018). The sanctions imposed along the years enhanced Iranian domestic problems of corruption and political and economic mismanagement, leading to higher inflation and unemployment rates, as well as lower interest rates (used to attract foreign investment) in the year of 2018. The exchange rate of the Iranian currency, the rial, has been dropping during recent years, which increased the price of imports, affecting not only the economy as a whole, but also the lives of Iranian citizens (Johnson 2019). Overall, the economic sanctions against Iran affected the country through official means and indirect ones. The United States pressured companies and international banks to stop dealing with Iran and limit their operations in the country. Even though China and Russia continued investing in Iran, the Islamic Republic still felt the sanctions' negative effects on its economy (Visentini 2014).

According to the Article 41 of the UN Charter, the United Nations Security Council may use sanctions as a procedure – generally applied before or along with the use of force – to implement its resolutions. The Council can call upon UN members to follow the measures it decides to apply, which include "complete or partial interruption of economic relations and of rail, sea, air, postal, telegraphic, radio, and other means of communication, and the severance of diplomatic relations" with the targeted country (Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice 1945, 9). Likewise, states can also impose unilateral sanctions on other actors, including companies and other states. That is the case of the American sanctions against Iran, which started back in 1979, after the Islamic Revolution and the hostage crisis. The U.S. closed its embassy in Tehran 40 years ago and has still not reopened it, representing a stagnation of the diplomatic

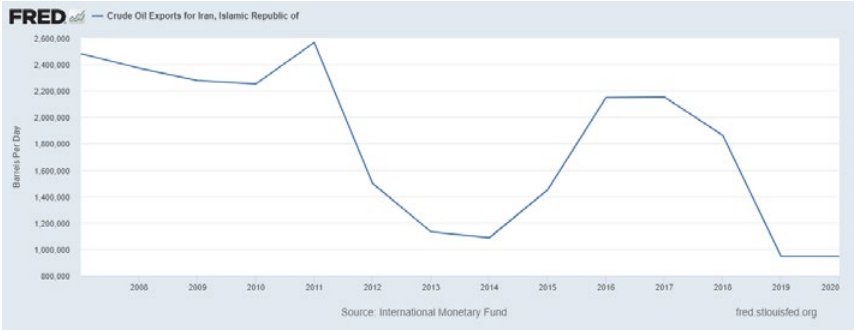
relations between both countries and an isolation of the Islamic Republic from the rest of the world. Essentially, the sanctions targeted three main areas: oil exports, nuclear activities and financial assets (U.S. EIA 2018).

To understand the reasons why Iran suffered sanctions, one must analyze the country's nuclear program and how it provoked international acts that targeted the Iranian economic performance. The Iranian nuclear program started back in the 1950s, during the Pahlavi dynasty rule, backed by the Americans. With the Islamic Revolution of 1979 and the Iran-Iraq War, the program stagnated, only resuming its activities in the late 1980s. During the decade of 1990, Iran looked for international partners to provide equipment and technology and to construct the Bushehr Nuclear Power Plant, which received Russian assistance and started its operations in 2011. Since the resuming of the nuclear program activities, the Americans accuse Iran of developing nuclear weapons, hiding its real purpose under the "civilian purpose" justification (NTI 2018a). The Iranian alliances with China and Russia just enhanced the American discourse, which attracted the attention from the UN and from international agencies, such as IAEA[10].

Iran was under the Mahmoud Ahmadinejad presidency from 2006 through mid-2013, which adopted an aggressive position against the West. From 2006 to 2014, ten UN Resolutions regarding the nuclear question in Iran took place (Visentini 2014). In November 2011, the IAEA presented a report that stated Iran had a structured program with the goal of building a nuclear weapon, exposing details of its fuel enrichment plants, heavy water projects, uranium conversion, and possible military dimensions (IAEA 2011). The response was harsh: since Russia and China did not agree with the imposition of sanctions through the UNSC, in 2012 and 2013 the European Union and the United States imposed sanctions on Iran, deeply affecting its economy. The Iranian Gross Domestic Product (GDP) was negative in 2012, the same year the EU stopped importing Iranian oil and natural gas and banned the supply of vessels used to transport oil from Iran. The U.S. imposed the sanctions FY 2012 NDAA and FY 2013 NDAA to banks that negotiated with the Iranian Central Bank. All Iranian financial assets were frozen, so Iran could not have access to its exports' payments and was not able to reverse that money into domestic investments on production (Visentini 2014; NTI 2018a). The American and European sanctions "targeted the Iranian energy sector and impeded Iran's ability to sell oil, resulting in a near 1.0-million b/d drop in crude oil and condensate exports in 2012 compared with the previous year" (U.S. EIA 2018, 1).

10 The IAEA is responsible for international cooperation in the nuclear field, whose goal is to secure nuclear science's peaceful use. Its Additional Protocol gives the Agency full rights to access information (declared and undeclared) and nuclear sites in the signatory countries to monitor their activities. In 2003, the IAEA inspected the Iranian nuclear facilities and called it to sign the Protocol, initiating international debates regarding the purpose of the Iranian nuclear program. Iran signed it in 2004 but suspended it in 2006 (NTI 2019a; NTI 2018a).

IMAGE 2: IRANIAN CRUDE OIL EXPORTS IN BARRELS (2008 - 2019)



Source: FRED 2019.

As the figure above shows, the sanctions of 2012 and 2013 had a great impact on the Iranian economy. In 2013, petroleum exports represented 80% of all Iranian exports and between 50% and 60% of the government's revenue; thus, since this revenue source suffered a sharp cut, the Iranian government was not able to provide goods and services to its population. Besides, Iranian international assets in its currency were frozen, so the country would export oil (mostly to China and India) without receiving monetary payment; instead, Iran would have to import goods from them. The decline of the rial exchange rate made it more difficult to import raw materials and other goods, affecting the lives of the Iranian population, who saw the rising prices of goods and services in the country (Monshipouri and Dorraj 2013).

IMAGE 3: PERCENTAGE OF INFLATION RATE IN IRAN (2010 - 2018)



Source: Trading Economics 2019.

What one can see from the two graphs presented is how the international and the domestic arena are related, and how an act from a distant country (the United States) can have an impact on the lives of ordinary citizens (inside Iran). During Ahmadinejad's presidency, protests led by reformists, students, and activists emerged against the government. Their requests were for a more receptive approach to the demands from the UN and the IAEA so that the sanctions would be lifted (Visentini 2014). As Monshipouri and Dorraj (2013) argued, some critical comments can be made about Ahmadinejad and Khamenei's rule. Their narrative of resistance, their aggressive tone when dealing with Western powers, and the belief that the problems in Iran are West's fault were part of their foreign policy. It is questionable whether that posture was necessary, seeing how life conditions of Iranians worsened throughout the years. One side of the situation may say the government ruled for a purpose, not for its people. The other one may pose the following questions: why did the Western powers only focused on maintaining international security by limiting Iranian nuclear capabilities (even facing the country's argument that its development was for civilian purposes) and not on possible outcomes for the population affected by the sanctions? Should it have been taken into consideration? Thus, it is important to notice how Ahmadinejad's speeches and behaviors, as the Iranian president, were determinant on the international actions regarding Iran. In sum, the economic destabilization of the country was a result of both internal and external factors: from one side, Ahmadinejad's political confrontation approach to great powers and resistance to implementing UN and IAEA demands, and, from the other side, the imposition of sanctions that deteriorated the Iranian economy (Monshipouri and Dorraj 2013).

The international relations of Iran faced modifications with the election of Hassan Rouhani for the presidency in 2013. He declared Iran was open for negotiations with the West, starting a period of 'constructive engagement' (Visentini 2014). He based his campaign on the goals of reducing regional conflict, negotiating with the West, and prioritizing Iranian domestic recovery – socially and economically – instead of the nuclear program. Rouhani's political ability was different from previous Iranian presidents: he was able to persuade the religious leaders and the Revolutionary Guards[11] into a new foreign policy agenda, represented by the negotiations and signature of the Joint Comprehensive Plan of Action, known as the Iran Nuclear Deal (Monshipouri and Dorraj 2013).

3.2 THE IRAN NUCLEAR DEAL AND RECENT DEVELOPMENTS

Rouhani started his mandate in the second semester of 2013, begin-

11 The Islamic Revolutionary Guard Corps was created to defend the new system imposed with the Revolution of 1979 and has become a major actor in the Iranian economy, politics and society (BBC 2019c).

ning the negotiations with the P5+1[12] on the Joint Plan of Action (JPOA) in October. There was a deadline to reach an agreement until June 30, 2015; however, the talks went beyond that. It was only on July 14, 2015 that the Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA), a deal whose goal was to guarantee the peaceful purposes of the Iranian nuclear program, was signed, even with opposition from the U.S. Congress[13] and the Iranian parliament (NIT 2018). Six days later, the UNSC unanimously adopted Resolution 2231, endorsing the deal, and called for the support from all UN member states and international organizations. The resolution mentioned that after an inspection and a report from the IAEA in Iran, the Council would then consider lifting the sanctions (United Nations 2015). In the preface of the JCPOA, it says:

> The E3/EU+3 [P5+1] envision that the implementation of this JCPOA will progressively allow them to gain confidence in the exclusively peaceful nature of Iran's programme. The JCPOA reflects mutually determined parameters, consistent with practical needs, with agreed limits on the scope of Iran's nuclear programme, including enrichment activities and R&D [Research and Development]. The JCPOA addresses the E3/EU+3's [P5+1] concerns, including through comprehensive measures providing for transparency and verification. The JCPOA will produce the comprehensive lifting of all UN Security Council sanctions as well as multilateral and national sanctions related to Iran's nuclear programme, including steps on access in areas of trade, technology, finance, and energy (Joint Comprehensive Plan of Action 2015, 2, our highlights).

The deal foresaw the implementation of IAEA inspections in all nuclear sites in Iran to produce reports for the UNSC and the Board of Governors of the countries involved. It also set that the P5+1 and Iran must have meetings every 2 years in order to monitor the activities of the long-term deal and adopt decisions by consensus. The content of the deal included a decrease of the uranium enrichment capacity from 19,000 gas centrifuges to 6,104 and a maximum level of purity of 3.67% (a lower level than the one used to build nuclear weapons); the dilution or international-shipping of the stockpile of uranium that was already enriched in 2015 (to be used for different purposes other than military), so that the level would move from 7,500kg to 300kg inside Iranian territory. In addition, it restricted the work in a cavern in the region of Qom, in the south of Tehran, to non-military uses only, and limited Iranian research and development (R&D) capacities. Regarding heavy-water reactors, Iran agreed on removing the existing one

12 The P5+1, also known as E3/EU+3, refers to the countries that are responsible for negotiating an agreement with Iran regarding its nuclear development. From 2003 to 2006, the group was called EU3 (composed by France, Germany, and the UK). In 2006, China, Russia, and the U.S. joined the group, which worked along the UNSC and the IAEA to negotiate and implement procedures (Kenton 2018).

13 In the U.S., the Congress is responsible for approving and internalizing international agreements. Even though Barack Obama, a Democrat president, was in favor of the JCPOA, the Congress had Republican opposition to the signature of the deal (US History 2019).

at Arak and not building any other one for 15 years (Joint Comprehensive Plan of Action 2015; Borger 2015).

As foreseen in the JCPOA, the multilateral and unilateral sanctions against Iran were lifted in January 2016. The banking and the oil sectors were freed from the sanctions' restrictions, generating a positive impact on the Iranian economic performance. The image 3, presented previously in section 3.1, attest the decrease of the inflation rate, achieving, in 2016, its lowest level in the last 10 years, as well as the increase of crude oil and condensate exports, rising up to numbers close to its peak in 2011 (U.S. EIA 2018). From the signature of the deal until the end of 2016, the relations between Iran and the Western world went through a period of constructive talks and negotiations, which lasted until the first year of Donald Trump's presidency of the United States. The year of 2017 marked the beginning of a shift in U.S. foreign policy regarding the accord, as the U.S. Department of State shared allegations of possible Iranian connections with terrorism and called Congress to evaluate the American participation in the deal. In his speech on 18 April, the U.S. Secretary of State, Rex W. Tillerson, said the Iran Deal just delayed and not impeded permanently Iran from becoming a nuclear state (U.S. Embassy & Consulates in Russia 2017).

In January 2018, President Trump asked the U.S. Congress to include some propositions in the Iranian Nuclear Agreement Review Act (INARA)[14], stating that he viewed "Iran's long-range missile programs and nuclear weapons as inseparable and that Iran's development and testing of missiles should be subject to severe sanctions" (Kerr and Katzman 2018, 23). His request was not taken into action, as neither the Congress acted, nor the rest of the P5+1 agreed on addressing the Iranian ballistic missile program in the JCPOA. Subsequently, on May 8, 2018, the United States announced its withdrawal from the deal, as well as the reimposition of sanctions on the Islamic Republic. The American government demanded Iran to comply with new measures in order to reach a new agreement, such as completely stopping enrichment; halting the proliferation of ballistic missiles and the development of nuclear-capable missile systems; ending its "support to Middle East terrorist groups (...) and military support for the Houthi militia in Yemen"; taking off Iranian forces from Syria; and ceasing "its threatening behavior against its neighbors – many of whom are U.S. allies [Israel, Saudi Arabia, and the United Arab Emirates]" (Kerr and Katzman 2018, 24 and 25).

It is possible to identify the American interests in the Middle East as a whole in the deal withdrawal and its new demands following the Trump administration's guidelines for foreign policy. U.S. actions align with Israel's position, attested when Benjamin Netanyahu, Prime Minister of Israel, made a public statement on March 30, 2018 (one week before the U.S. withdrawal of the accord) saying the Iran Deal was based on lies and that Israel

14 INARA was a bill passed in the American Congress in 2015 designed to review new agreements between the P5+1 and Iran in the Congress' scope (Zengerle 2015).

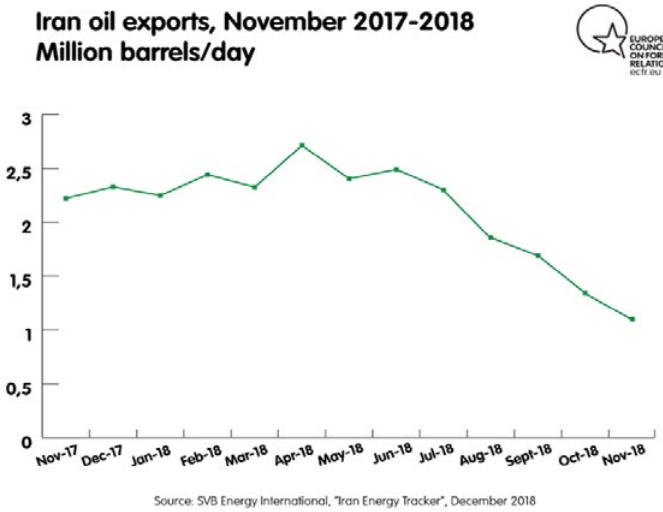
had proof that Iran was pursuing a nuclear weapon development program. However, some of these proofs were not completely reliable, since some images were taken before 2008, before the deal negotiations. It is worth mentioning that the IAEA director-general said, in December 2015, that the Agency had not found activities to develop nuclear explosives in Iran since 2009 (Holmes and Borger 2018).

The reaction from the European parties of the Iran Deal came from a joint statement from Theresa May, Angela Merkel and Emmanuel Macron on May 8, 2018. They emphasized Iran must continue complying with its obligations under the deal and urged the U.S. not to work against the implementation of the JCPOA. In addition, they argued that:

> According to the IAEA, Iran continues to abide by the restrictions set out by the JCPOA, in line with its obligations under the Treaty on the Non-Proliferation of Nuclear Weapons. The world is a safer place as a result. Therefore we, the E3, will remain parties to the JCPOA. Our governments remain committed to ensuring the agreement is upheld, and will work with all the remaining parties to the deal to ensure this remains the case including through ensuring the continuing economic benefits to the Iranian people that are linked to the agreement (United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland 2018).

This speech mentioned an important actor affected: the Iranian people. Along with the American disengagement with the JCPOA, it reimposed sanctions that targeted the Central Bank of Iran and asked U.S. companies doing business with Iran to cease contracts (NTI 2018a). The effects were similar to the ones of 2012 and 2013, as already mentioned in section 3.1 of this study guide: the inflation rate increased to levels even higher than those of 2013 (see image 3) and the country's oil exports fell once again. It is possible to see in the following graph how the volume decreased after May 2018:

IMAGE 4: IRANIAN OIL EXPORTS (NOV. 2017 - NOV. 2018)



Source: Vakhshouri 2018.

In the beginning of 2019, the discussion moved to a new topic: the ballistic missile program of Iran, which is not covered by the JCPOA. There are uncertainties regarding how a missile program is designed to be nuclear-capable, and Iran defends its program is part of the development of defensive capabilities, a sovereign right. The U.S. alleges the Iranians are exporting missiles to the Houthis in Yemen and to Shia militias in Iraq, which threatens American allies and escalates regional tensions (Davenport 2019). On January 15 and February 5, Iran launched two satellites, attesting that the country has relevant data on ballistic missiles. Even though there are differences between satellites and missiles, the U.S. condemned the activities, saying they threat their allies in the Middle East (Davenport and Sanders-Zakre 2019). Iran's response came with a speech from the country's foreign minister, Javad Zarif, on February 17, when he accused Israel of seeking war against Iran, alerted Europe about American unilateralism, and said the Iranian population was losing faith on the Nuclear Deal of 2015. He also restated that the development of the missile program is purely defensive (Wintour 2019a). A few days later, the Iranian foreign minister announced his resignation, after almost six years in office. Despite his statement, Zarif has not actually left his office until the time of writing of this study guide (September 2019). After Trump's withdrawal from the deal, the reformists in Iran started to face more pressure from the hard-liners, who had opposed the agreement since its beginning. The huge diplomatic efforts to accomplish such an accord showed themselves fragile as sanctions were reimposed by the U.S. Hence, Zarif and his team

were criticized as having conceded too much, sacrificing Iranian national interests (Tabatabai 2019a).

Going further on its aim of bringing Iran to negotiate another deal, the Trump administration announced on April 22, 2019 that countries importing oil from Iran would face sanctions as well. In November 2018, when the U.S. reimposed sanctions on the areas of energy, shipbuilding, shipping, and banking of Iran, it gave a six-month waiver to the eight main importers of Iranian crude oil: China, India, Japan, South Korea, Taiwan, Turkey, Italy, and Greece. The goal was to prevent a shock on global markets, hoping these countries would gradually find alternative sources of oil. Greece, Italy, and Taiwan have halted Iranian oil imports, while the other countries have asked for an extension for the transition. Nonetheless, the U.S. has refused to extend the waivers, demonstrating its commitment to pressure the Iranian government to a new deal. The reimposition of sanctions has already impacted Iran, as there were shortages in critical medicine and restrictions on the Iranian support for militant groups in Syria and Lebanon. Tehran has reacted angrily to this latest announcement, threatening to close the Strait of Hormuz, a measure that would reflect on the dynamics of the world economy and whose geostrategic importance will be further explored. The U.S. action has further accelerated tensions not only with Iran but also with China, which imports half of all Iranian oil volume and has increased Iranian oil purchases in 2019 in spite of the U.S. demands. It is important to notice that this has also heated the commercial war between China and the U.S.[15] (BBC 2019a; Wong and Krauss 2019).

A few days later, Iran announced it would no longer abide by the provisions of the JCPOA, giving the other parties of the agreement 60 days to fulfill their commitments regarding oil and financial sanctions. Therefore, Iran would no longer export its stocks of excess enriched uranium and heavy water, rather keeping them in the country. Tehran argues that the deal guaranteed the lifting of sanctions, ceasing Iran's international isolation, which is no longer being respected since the U.S. withdrawal of the agreement and the reimposition of sanctions. According to Rouhani, "the actions are justifiable under articles of the deal which set out the countermeasures [any] party could take if another party was clearly in breach of their obligations" (Wintour 2019b, online). Although the tensions are high, that does not mean the end of the agreement (Wintour 2019b). As previously stated, the U.K., Germany, and France have declared they are committed to sustain the deal and continue cooperation with Iran, supporting European companies that have established business with the Persian country (Tabatabai 2019a). However, Europe was not pleased with the Iranian 60 days "ultimatum" regarding the continuity of the nuclear deal. The European Union and the foreign ministries of Germany, France, and the U.K. made a joint

15 The trade war between the U.S. and China has been impacting the whole system, since those are the two major economies of the world. It is marked by the raising of tariffs to the other country's goods (China Briefing 2019).

statement urging Iran to respect the nuclear deal as a whole, regretting the U.S. reimposition of sanctions (European Union External Action, 2019).

One of the arguments for the withdrawal of the deal by the U.S. was that the new administration wanted a better agreement. Analysts say the Trump administration is seeking an objective that requires a lot of diplomacy to be accomplished; however, the U.S. is only approaching the issue with coercive instruments. By doing so, Washington undermines the conditions for establishing talks with Tehran. The latest developments and actions took by Iran prove that the U.S. approach is not working towards the establishment of a new deal (Vakil 2019). Contributing to the escalating tensions, in the same day of the Iranian announcement on the nuclear deal, the U.S. aircraft carrier Abraham Lincoln was deployed to the Middle East aimed at sending a message that the U.S. is "fully prepared to respond to any attack", as U.S. National Security Advisor John Bolton stated (RT 2019, online). The carrier crossed the Suez Canal, moving from the Mediterranean Sea to the Persian Gulf. Also, the U.S. and Saudi Arabia have accused Iran and its proxies of being responsible for the sabotage of four ships off the coast of the city of Fujairah in the United Arab Emirates (UAE) and of two Saudi oil tankers also on the UAE coast. Saudi authorities informed there was significant damage to the vessels. The U.S. is warning ships that Iran could target maritime traffic in the Persian Gulf. Besides the aircraft carrier, the U.S. has also directed four B-52 bombers to the Qatar base of Al-Udeid, next to Iran's border (Gambrell 2019).

In this scenario, the escalation of tensions achieved a new point after two oil tankers – the Kokuka Courageous and the Front Altair – were attacked in the Gulf of Oman on June 13. Such event caused international alarm and a rise by more than 3% of the crude oil prices, as it happened in one of the world's most important trade routes. The blasts' cause remains imprecise, which propelled dissension between Iran – whose Foreign Minister, Javad Zarif, depicted the incident as suspicious – and the U.S., as the Secretary of State, Mike Pompeo, directly accused Iran. After the episode, both the UN Secretary-General, Antonio Guterres, and the of the Arab League Secretary-General, Ahmed Aboul Gheit, called upon the need of avoiding a major confrontation in the region and the de-escalation of tensions (Al Jazeera 2019a, 2019b).

Also, the Instrument in Support of Trade Exchanges (INSTEX), a special trade channel that aims to bypass the current sanctions towards Iran, became operational in June. According to the European Union, the main focuses are essential sectors to the Iranian population, such as medicine and food. Despite being an advancement, Iranian deputy foreign minister, Abbas Araqchi, said that INSTEX needed to cover a wider range of products, such as oil, to become a truly effective instrument. On the other hand, Chinese delegate Fu Cong stated that the country would not stop importing Iranian oil, as energy security is of great importance (Al Jazeera 2019c).

On June 20, a US Navy RQ-4A Global Hawk drone was taken down by

Iranian forces, while it was flying over the Strait of Hormuz. While the Iranian Islamic Revolutionary Guard Corps (IRGC) claimed that the surveillance equipment had violated Iranian airspace, the U.S. authorities reiterated that the drone was over international waters. Trump initially called for retaliatory attacks but cancelled them as they would not have been proportional (BBC 2019d). Other threats of reciprocal measures were made, such as when the U.K. seized Iranian supertanker Grace 1 on July 4 (Al Jazeera 2019d). Also, a military coalition was proposed by the U.S. to patrol off-Iranian and off-Yemeni waters, in order to safeguard the trade flows in the region (Al Jazeera 2019e).

In this heightened tension scenario, Iranian Foreign Minister Javad Zarif made a "surprise" appearance during the 45th G7 Summit on France at the end of August 2019. The Minister had a meeting with French President Emmanuel Macron who tried to introduce the subject during G7 talks. President Trump was relentless, not meeting Zarif and stating that U.S. approach of maximum pressure on Iran was working and had international support (Borger 2019a). As the other parts of the deal were unable to effectively counterbalance the effects of U.S. sanctions, Rouhani announced that all commitments were dismissed and that the Atomic Energy Organization of Iran (AEOI) had permission to advance on research and development fields, which is combined to the previous surpass of enriched uranium stockpile and of its purity (Al Jazeera 2019f[16]).

Another recent development that has shaken US-Iran relations was the American designation of the Iranian Islamic Revolutionary Guard Corps (IRGC) as a terrorist organization on April 8, 2019. This branch of the Iranian armed forces is responsible for the training, funding, and arming of fighters outside Iran, including local insurgents and groups considered terrorists by the US. Tehran's response was to reciprocally designate "U.S. Central Command – the combatant command responsible for theatres across the Middle East, South Asia, and the Horn of Africa – as a terrorist organization" (Clarke and Tabatabai 2019, online). This could mean that the IRGC may begin to directly target U.S. military overseas, as the U.S. targeting of the Revolutionary Guard, enhancing the escalation of tensions between the two countries (Clarke and Tabatabai 2019).

The current situation is imprecise. One can say that the E3 efforts to maintain the deal are due to its fear of what could happen if the accord is ceased: a migration wave towards Europe and the possible insurgence of terrorist attacks - because Iran has links with these groups. Inside the American political scenario, some Democratic candidates have stated that, if elected as the next president, they would rejoin the JCPOA (Credi 2019). However, no one knows how the Iranian population would react, since they are losing faith in the deal. Besides, is the JCPOA the best option for keeping Iran as a non-nuclear state?

16 This study guide has covered events occurred until September 9, 2019.

This question brings an important point that has been discussed by Kenneth Waltz back in 2012, when he debated whether a nuclear-armed or a non-nuclear-armed Iran is the best for American interests. According to his theory, power begs to be balanced, and, as Israel is the only Middle Eastern country that possesses nuclear weapons, it generates instability in the region. Waltz uses the example of India and Pakistan, which signed a treaty in 1991 to prevent each other from attacking their nuclear facilities. Both nations have developed nuclear weapons, but instead of using them for military purposes, the countries have kept peace. For the author, the situation between Israel and Iran would be similar: "in fact, by reducing imbalances in military power, new nuclear states generally produce more regional and international stability, not less" (Waltz 2012, 2). Thus, it is important to debate American interests: whether they are seeking real stability in the Middle East or only supporting its allies and the status-quo in the region. Moving even further, one can examine if the JCPOA is the best path towards balancing security in the Middle East.

After the discussion on the nuclear issue of Iran and the negotiations that took place (including the imposition and lifting of sanctions) among the P5+1 and Iran, independently and under the scope of the United Nations, many questions arise: is it possible to negotiate a new deal? Given the time and efforts put into the JCPOA throughout the years, would this mean that all the international cooperation was a waste of time? Does the American withdrawal of the accord represent a violation of the 2231 UNSC Resolution?

It is time for the UNSC to take measures to save the deal and encourage talks between both sides, in order to re-establish peaceful relations between the countries involved. How can the members of the 2019 Security Council find means of conciliation? Can the U.S. of President Trump be persuaded? What can the UNSC do in its scope to demand compliance from Iran? On the other side, how can the UNSC apply sanctions without causing injuries to the Iranian population, whose lives are deeply affected by the resulting economic restrictions? Is it a valuable factor to be taken into consideration? Those are all questions that, for now, have no answer. In this sense, it is a challenge for 2019 UNSC members to discuss and address those issues, proposing new solutions for a long standoff.

3.3 IRAN'S STRATEGIC POSITION

As previously seen, Iran holds a unique position in the international system. Besides its distinction from other Middle Eastern states – for being Persian, not Arab, and Shia, not Sunni –, it has a distinctive political system since 1979, whose roots are in an Islamic Revolution, a movement that was never seen before (Alencar 2013; Carvalho Pinto 2011). Bearing this in mind, this section aims to analyze Iran's position in the Middle East region

and what makes it strategical, further approaching Iranian foreign policy change after the revolution and how it relates to Iran's foreign action.

Concerning Iran's strategic position, the first factor that comes to mind is the country's location: Iran's geographic importance is unquestionable (Cerioli 2016). Between two continents, bordering seven countries and sharing access to the Caspian Sea and the Persian Gulf with eleven nations, Iran's geographic position is by itself strategical (Zarif 2014). The fact that the region is a large oil producer contributes to making Iran's position even more strategic: as oil exports are transported overseas, the control of trade routes represents an asset Iran holds. For instance, the Islamic Republic is on one side of the Strait of Hormuz, which has a great importance (Penna Filho 2012). This strait is a choke point because it is on the track of a maritime commercial route, it has huge economic importance for global trade of oil and gas and can also be used as a military asset, such as blocking an opponent military force (Rocha et al 2016). The control of the Strait of Hormuz, which Iran shares with the United Arab Emirates (UAE) and Oman, is of high strategic, military, and economic value (Penna Filho 2012).

Therefore, Iran's geographic position is linked to the economic importance of oil trade, which makes the Iranian location even more valuable and targeted. Regarding this topic, oil is also important for Iran not only for the trading lanes but for its production performance. Iran was a founding member of the Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC) and possesses currently the third-largest crude oil reserve of the world. Iranian oil exports are directed mainly to two regions: Asia-Pacific and Europe. In recent years, it exported also to Africa, but in a smaller proportion. It is interesting to notice that Iran does not export crude oil or oil products to North America, Latin America, nor to its own region, the Middle East. Other oil producers of the region, such as Saudi Arabia and Kuwait, export to North America. Therefore, distance is not a problem for these exports (OPEC 2017).

The two factors exposed previously – geographic position and oil reserves – are important components of Iran's strategic value. Such a well-located country with this huge amount of oil exposes Iran to the interest of global great powers. After the revolution, however, Iran defined an autonomous path, reflected in its foreign policy, relating it to the ideals and principles developed in the post-1979 internal framework. It was a radical change regarding the previous policies carried out (Maloney 2002). According to Cerioli (2016), four main characteristics of Iran's state identity are reflected in its foreign policy: its roles as regional leader, defender of the faith, revolution stronghold, and anti-imperialist agent.

As regional leader, there is the Iranian desire to be a regional power and leader of the region. Considering Iran's strategic position and its favorable conditions to become a great power, it is expected that the country seeks regional projection. It is also present on the Iranians' perception of their own country, as they see it as the heir of an ancient empire that as-

pires to greatness (Cerioli 2016; Maloney 2002). After 1979, Iran became a revisionist regional leader, aiming "to change the current regional order" (Cerioli 2016, 29). The regional order is seen as the one established by the West in collusion with the Gulf monarchies. The objective of leading the region would function as well as a manner of defense against these foreign interests that float over Iran (Cerioli 2016).

As a defender of the faith, Iran presents itself as an advocate of Islamic people within the Islamic faith. The Islamic Republic is presented as the religious leader and defender of the political Islam among other nations. Although Iran is a Shia majority country and its leaders also follow this branch of Islam in politics, Iran has a discourse of unification of all Islamic beliefs, respecting the particularities of different perspectives within the religion (Cerioli 2016). This vision is complemented by its representation as the revolution stronghold. The regime established by the 1979 revolution is seen as a model to be implemented in other Islamic majority countries, a political system that combines democratic institutions with political Islam. The Islamic Republic of Iran defends the rhetoric of exporting the revolution to other countries, especially the ones in the Middle East. In this sense, combining these two aspects of Iranian foreign policy, Iran is portrayed as a unifying power among the different sects of Islam. Although being Shia, it presents itself as a defender of minorities within Islam, in a comprehensive discourse. This rhetoric acts against religious fragmentation and includes opposition to Sunni regimes that discriminate other visions of Islam (Cerioli 2016). Despite being an important aspect of the construction of Iranian foreign policy, the country has abandoned its overt policies of exporting the revolution after Khomeini's death in the 1990s and the rise of moderate leaders (Buzan and Waever 2003, 205).

As an anti-imperialist agent, there is the perception in Iran that Western presence in its territory was to explore the country without contributing to its development. This was a strong fuel for the 1979 revolution and is present in Iran's foreign policy still today as it seeks an autonomous path in international relations. There is also the perception that the Middle East as a whole, and especially the Persian Gulf, should not have external interference and should develop towards its own interests (Cerioli 2016). In this sense, Iran has ascended as an anti-West stronghold in the Middle East (Alencar 2013).

Since the Revolution, Iran was not able to shift the Middle Eastern environment to its preferences and generate regime change in its neighbors aiming to export the revolution with the establishment of Islamic Republics inspired on its model. Therefore, since changes in the state level faced difficulties, one of the Iranian strategies is to support non-state actors with similar ideologies. For instance, Iran supports Hezbollah in Lebanon and the Houthi insurgency in Yemen, both Shiite non-state organizations, and Hamas in Palestine. Although Hamas is a Sunni movement, it acts against Israel in defense of the Palestinian state, fueling pragmatic relations with

Iran. This illustrates Iran's commitment regarding all Muslims, not only Shia ones, aiming to be a leader for the whole Islamic world. On the other side, the West considers these as terrorist organizations, condemning Iran for supporting them (Alencar 2013; Cerioli 2016; Maloney 2002).

Further exploring the support to non-state actors, Tehran is considered by the West a state that sponsors terrorism and that is involved directly on carrying it out. There is evidence of Iran's involvement in terrorist attacks in the last decades of the 20th century, mainly against Kurdish targets. Nevertheless, this activity decreased after 9/11. Suicide attacks were considered unacceptable by Shia clerics and attacks by Sunni groups targeting Shia Muslims have increased. On the other hand, Iran supports non-state groups that are considered terrorists by some countries, as previously mentioned (Axworthy 2017).

This trend in Iran's foreign policy illustrates the four characteristics of the state identity. It aims to leverage its *regional position* by allying with non-traditional actors since the external environment is hostile. The alliances contribute to the position of *defender of the faith*, as Iran supports Islamic groups with popular appeal among Islamic populations. Also, since these groups are not always Shia, Iran is presented as unifying and tolerant among Islam. Its action aims to foster *Islamic revolutions* throughout the Middle East and therefore act *against Western imperialism*, seen as the external aggressor responsible for Middle Eastern backwardness (Cerioli 2016; Lustick 1997). In short, as Cerioli (2016, 92) states, "Tehran presents the image of a revolutionary Islamic republic, a model of political Islam and defender of revolutions that aims to dismiss non-representative regimes, especially if they are associated with outside powers' interests".

As previously seen, Iran's past president had a sharp rhetoric against the West and Israel. Since 2013, however, Hassan Rouhani, from a more moderate political wing, has hold the position of president. His election is explained by external constraints, such as the sanctions and the willingness of Iranian high ranks to better integrate the country to the international system and profit from that (Ramos 2015; Roberto 2015; Zarif 2014). Iranian Foreign Minister Zarif (2014, 55) states that President Rouhani's "political platform of prudent moderation and hope represented a significant turning point in Iranian politics". Nevertheless, even with the signature of the JCPOA, Iran is still regarded with suspicion by its rivals, especially Israel and Saudi Arabia. Considering this aggressive environment, it is logic that Iran seeks to be militarily prepared for confrontation. More than that, it is essential to Iran, since it is seen as a rogue state by Israel and the U.S., that its rivals know it can engage in a conflict if needed – increasing its deterring capacity (Penna Filho 2012). Its development of a nuclear program falls in the same logic, as it deters external threats and increases Iranian power (Stratfor 2011).

Iranian military capacity is far inferior to the American one. However, in regional terms, Iran can match its rivals, being a major military

power, combining asymmetric strategies with conventional capabilities (IISS 2019). Its military development is superior to the Iraqi one, with the development or acquisition of aerial defense systems and medium-range missiles that can reach nearby targets such as Israel (Penna Filho 2012). Besides, Iran has developed a ballistic-missile inventory. According to the International Institute for Strategic Studies (2019), it is believed that the country acquired an S-300PMU2 (SA-20 Gargoyle) long-range SAM (surface-to-air missile) system from Russia. After facing accusations from the US, the Iranian Foreign Minister declared true the launching of a ballistic missile in the beginning of December 2018. According to Tehran, the Iranian missile program is defensive and does not contradict any international agreement. Iran struggles to keep its conventional capabilities updated due to international sanctions and restrictions on arms imports, since its defense "industry is still incapable of meeting the need for modern weapons systems" (IISS 2019, 340). Meanwhile, Russia and China are its main suppliers (IISS 2019).

The country's armed forces are composed of the regular army and the Islamic Revolutionary Guard Corps (IRGC). In terms of active military personnel, Iran is the biggest in the Middle East: it has a contingent of 523,000 troops, while Saudi Arabia has 227,000 and Israel 169,500. The IRGC controls the asymmetric capabilities, such as its military influence over regional allies and proxies. As of its naval power, "the regular navy has limited power-projection capabilities, while the IRGC navy is responsible for maritime security close to home" (IISS 2019, 340). Therefore, Iranian military development also contributes to its strategic importance, as its capacities make it a relevant regional player. It is important to point out that "Iranian policy since at least the end of the Iran-Iraq war has been essentially defensive" as it reacts to the regional environment (Axworthy 2017, 179).

3.4 POWER DYNAMICS IN THE MIDDLE EAST

As the previous section focused on Iranian domestic dimensions, this section aims to present the power dynamics in the Middle East, first analyzing the regional environment in which Iran is placed and then relating it to global dynamics. Afterwards, developments that affected the context in the last years – such as the Arab Spring – will be presented.

The abundance of valuable resources, such as oil and gas, and the geographic strategic location of the Middle East has positioned it among the competing interests of great powers, as they crave to control it and prevent the emergence of autonomous sources of power that may threaten their influence in the region (Lustick 1997). In this sense, regional leadership in the Middle East is regarded with restraint, and foreign interference has shaped the region since its state formation process after World War I (1914-1918)

(Lustick 1997; Buzan and Waever 2003, 186).

While making a parallel between the Middle East in the 20th century and Europe before the Treaty of Westphalia (1648), Lustick (1997) argues that European states were established by war, and these developments gave birth not only to states as we know it, but also to European great powers as we have seen throughout history. On the other hand, Middle Eastern states were prevented from fighting wars on their own to foster their state formation and to become great powers (Buzan and Waever 2003, 185). Foreign interference has thwarted attempts from Middle Eastern states to become regional leaders and great powers, preserving state fragmentation and foiling unifying initiatives such as pan-Arabism. The conditions of state formation in the Middle East were completely different from those in Europe or North America; only the latter two were suitable for the emergence of great powers. Once they were established, there was an interest in avoiding other focuses of power such as in the Middle East (Lustick 1997). At last, as Buzan and Waever (2003, 186) affirm, helped by oil resources and Cold War-minded external interference, "its ruling regimes created a functioning system of authoritarian, but not national, states", consequently "the Middle Eastern story can largely be told in terms of state and interstate security dynamics, with some admixture of nonstate actors" and foreign intervention (Buzan and Waever 2003, 186).

It was in this environment that Iran undertook its revolution and came up with a distinct foreign action agenda, one that seeks independence and autonomy, therefore threatening existing foreign interests in the region (Ricci and Costa 2015). As Iran is essential to define Middle Eastern geopolitical processes (Alencar 2013), its relations with the Gulf countries, mainly Saudi Arabia, and with Israel will be presented before examining its relations with foreign powers.

There is hostility from Saudi Arabia and other Gulf monarchies towards Iran mainly because they fear Iranian influence over their population and allies. The Gulf monarchies are fragile regimes sustained by oil exports, whose revenue allows these governments to appease their nationals with many public benefits, making it possible for them to control public discontent (Axworthy 2017). Therefore, as Buzan and Waever (2003, 187) state, "the insecurity of ruling elites within their domestic sphere plays a significant role in shaping the dynamics of (in)security overall".

Within the subregion of the Gulf, the Kingdom of Saudi Arabia is its core and leader and Iran's biggest rival. The rivalry is established due to antagonistic and conflicting interests and fostered by "political, religious, and identity regional divisions" (Cerioli 2016, 6). Both countries compete for influence over the Gulf and the role of regional leader. The relation between Iran and Saudi Arabia has already been through different phases – from the position of both countries as U.S. allies (1950-1979); extensive threat perception (1979-1990); alleviation of tensions (1990-2003); and direct rivalry, a phase that lasts until today. It is important to notice that

even when both countries were monarchies allied with the U.S. in the Cold War there was already friction regarding the position of leadership in the Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC). Nevertheless, before the Islamic Revolution in Iran, differences between both countries – such as ethnicity, religion, and culture – did not undermine their relation and cooperation. Therefore, considering these two claims, one may assert that the countries' rivalry is derived from strategic conflicting interests concerning regional projection, which originated from the shifting of Iranian state identity after the revolution. At that point, Iran and Saudi Arabia started to represent antagonistic political models and international system perceptions (Cerioli 2016).

The alternation between animosity and strategic cooperation is evidence that the ideological orientation is not the main component in both countries' decision-making process; instead, their ideology is balanced with pragmatic measures aiming at political objectives (Cerioli 2016). In the Middle Eastern regional arena, Iran and Saudi Arabia try to influence domestic conflicts in countries of the region – such as in Yemen and Syria – by giving support to opposing parties that defend a similar ideology to theirs. In Yemen, the Houthis are from the Zaydi branch of Shia Islam and fight against the internationally recognized government of President Hadi. For instance, Iran is said to support the Houthi insurgency whereas Saudi Arabia leads the military intervention that aims to restore President Hadi's government (BBC 2019b; Reis, Machry and Prates 2015). The regional rivalry escalated after 2003, due to the fall of Saddam Houssein's Iraq and the disruption of the triangular balance between Iraq, Iran and Saudi Arabia, and was tightened with the Arab Spring and its aftermath (Cerioli 2016).

Another relevant regional player is the State of Israel. Since the 1979 revolution, the anti-West and especially anti-Israel sentiment has become part of the state's official position (Axworthy 2017). Iran reiterates its position against Israel and Zionism[17], pledging support to the Palestinian claims over its territory and rights of self-determination, not considering Israel as a legitimate state. This, however, does not mean that Iran is anti-Semitic. In fact, Iran holds the largest group of Jews in the Middle East outside Israel – between 20,000 and 30,000 (Axworthy 2017, 128) – and they enjoy the "traditional protection of People of the Book[18] according to the shari'a" (Axworthy 2017, 141). Although officially protected, in practice there is a lot of suspicion of Jews due to possible connections to Israel and this may

17 Zionism is a political movement that defended the creation of a Jewish State in the region of Palestine. Its origins date to the European antisemitism and the era of nationalisms in the 19th century, centered on the idea that religious or ethnic minorities would only be fully protected if they had they own state (Sand 2009).

18 The term "People of the Book" is mentioned in the Qur'an, the Islam sacred book, as the followers of the monotheistic religions based on divine books that already existed before Islam. Iran has three main non-Muslim religious minorities that are considered People of the Book: Christians, Jews, and Zoroastrians (Axworthy 2017).

translate into persecution (Axworthy 2017). Axworthy (2017) considers that, although the Iranian government states its position against Israel more strongly than other countries in the region, anti-Semitism within the society is less common than in other Middle Eastern nations.

On the Israeli side, since Benjamin Netanyahu became prime minister in 1996, the Iranian threat was inflated and increased after Saddam Hussein's fall in 2003 and the election of Mahmoud Ahmadinejad as the Iranian president in 2005 (Axworthy 2017). An Ahmadinejad speech of 2005 was interpreted as Iran's will to destroy Israel with nuclear weapons (Axworthy 2017). After that, the Iranian president "escalated Iran's rhetoric against Israel" and Netanyahu, in turn, claimed that "Iran's nuclear program represented an 'existential threat'" to Israel (Axworthy 2017, 146). Although much is part of the rhetoric, there is a real Israeli concern over Iran's military capacities. Strategically, "Iranian acquisition of any kind of nuclear capability implies a diminution of the effectiveness of Israel's own nuclear deterrent, albeit a small and rather theoretical one" (Axworthy 2017, 146).

From Iran's part, the opposition to Israel is "a relic from the revolution" and, as Israel is a U.S. ally, falls on the anti-imperialist aspect of its foreign policy. Although Iran "takes seriousness from the continuing suffering of the Palestinians", the position against Israel "is a liability in terms of Iran's foreign policy interests" (Axworthy 2017, 146). In this sense, much of Iran's hostility towards Israel comes from the perception of the formation of an "anti-Iranian campaign" which is headed by the U.S. and Israel (Zarif 2014, 57). As Iranian foreign minister Javad Zarif states, there is an attempt "to 'securitize' Iran – that is, to delegitimize the Islamic Republic by portraying it as a threat to the global order" (Zarif 2014, 57). He further argues that "the main vehicle for this campaign is the 'crisis' over Iran's peaceful nuclear program – a crisis that, in Iran's view, is wholly manufactured and therefore reversible" (Zarif 2014, 57). Even though Iran has abided to the JCPOA and complied with its terms, as analyzed in the previous section, changes in the international scenario have raised the issue of the Iranian nuclear program once again on the international agenda. As Visentini (2014) states, the Iranian nuclear project is a perfect excuse for confrontation with Iran, considered a rogue state by Israel and the U.S.

Ranging to a broader perspective, powerful global forces impose and penetrate the regional level. Throughout the second half of the 20th century, the superpowers influenced conflicts in the regional level in three forms: (i) shaping the distribution of power through arms supplies; (ii) suppressing or moderating "regional interstate conflict dynamics"; and (iii) representing at the same time a threat and a source of support to the local states (Buzan and Weaver 2003, 216). Iran has a vivid memory of external interference – attested by the 1953 intervention to oust the Prime Minister Mohammed Mossadegh –, which justifies its suspicious of foreign interests in the region, especially Western ones, generating a vast resistance to Western hegemony and suspicion of U.S. interests in the region (Cerioli 2016;

Penna Filho 2012).

External interests were always determinant in the Middle East, and, to analyze the present dynamics, it is important to consider American, Russian and Chinese interests in the region. The US' two main interests in the Middle East since the end of the Second World War are the protection of Israel and the control of oil supply[19]. As a highly strategic region due to its importance for the global oil market, the U.S. seeks an extensive presence there and to establish friendly governments on key countries (Ferabolli 2007; Halliday 2005). Since the revolution, Iran became a source of distrust in the region, representing a country that does not abide by the American hegemonic will. The United States, therefore, has acted to counter Iran, seeking regime change, using international sanctions as one of the means to pursue this goal. Also, there is the impact of the Israeli lobby in the U.S. decision-making process, as Israel perceives Iran as the main threat of the region. During Barack Obama's presidency, several factors pushed for rapprochement – leading to the signature of the JCPOA –, but the new U.S. administration has sought a more aggressive approach that raises Iran once again as a threat to U.S. interests in the region (Axworthy 2017).

Russia and China have similar dynamics with Iran, although they hold some particularities. As for the Middle East in general, both countries have pursued a larger presence in the region in the 20th century, challenging U.S. hegemony. Iran, Russia, and China are revisionist powers that act pragmatically in the international arena – their relations are based on interests rather than on values or ideology as some may argue. Moscow and Beijing were extremely important for Iran while it faced Western sanctions. In the economic area, the two countries were present in the Iranian market when others were not, contributing to Iranian development and becoming key trading partners. Politically, Iran seeks more proximity to China and Russia when relations with the West are vulnerable, as seen in the current situation. Under the arms embargo, China and Russia were crucial to Iranian military development. Differently from the West, both countries would sell weapons with no conditions attached, which was a great asset for Iran. Nevertheless, the relation of Iran with the two countries is not always positive. Iran has a distrust over Russia and China, even though they have been important partners when the West turned away from the Gulf country. This suspicion is one of the factors that stimulated Iran to pursue a deal with the U.S. and Europe, as it sought more ways of avoiding isolation. There is a historic distrust regarding Russia, due to its imperialist aspirations over Iran in the past; and concerning China, there is suspicion over trade and economic aspects. Despite that, relations between Iran and the two great

19 The Carter Doctrine of 1980 securitized the question of energy and explains partly U.S. involvement in the region's conflict. After the oil crisis of 1979, President Carter established that "any attempt by any outside force to gain control of the Persian Gulf region will be regarded as an assault on the vital interest of the United States. It will be repelled by any means necessary, including military forces" (Raymond 1980, 63).

powers have strengthened, attesting the perception that Tehran is increasingly relying on Moscow and Beijing as a pragmatic and reasonable decision (Esfandiary and Tabatabai 2018).

3.5. THE ARAB SPRING AND ITS AFTERMATH

The Arab Spring was an important factor of rearrangement in the regional scenario of the Middle East. This movement can be defined as a series of manifestations that began in the end of 2010 against long-lasting governments throughout Arab countries. Beginning in Tunisia, protests spread through the region causing several different outcomes according to each country's dynamics (Carvalho Pinto 2011). There were regime changes in Libya, Tunisia, and Egypt, while in Bahrain the protests were suppressed in favor of the established government, and in Syria and Yemen the civil war lasts until this day. The instability that shook these Arab countries opened space for projection of the competing regional leaders: Iran and Saudi Arabia (Cerioli 2018).

The most relevant process for regional projection is the Syrian situation, in which both countries acted aiming to foster their influence over the country. There are many actors involved: international powers, regional players, militias, and jihadi groups. Iran, Russia, Turkey, and the U.S. are foreign actors that have a military presence in Syria, aiming at shifting the balance to its allies' side. Non-state actors also have an impact on the unfolding dynamics, as they are funded by parties interested in different outcomes for the Syrian war. In the current configuration of the conflict, "three distinct wars and a mini-intervention are unfolding in the country simultaneously" (IISS 2019, 322). First, there is the confict between the regime of President Bashar al-Assad and the remaining rebels, with the balance pending to the regime's side. The al-Assad regime is supported by Russia and Iran while opposed by the U.S. and its allies, such as Saudi Arabia and Israel. Second, there is the Turkish intervention in the Northwestern Syrian province of Afrin against Kurdish forces. Third, in the Northeast, there is the coalition against the Islamic State (ISIS or ISIL), which currently returned to act as an insurgency following its defeat as a proto-government, or the so-called caliphate (IISS 2019).

Bearing this scenario in mind, Iran's interest in the Syrian conflict is the maintenance of the al-Assad regime, which is its ally and an important corridor to support Hezbollah in Lebanon. Without Syria, Tehran's support to the group would face many difficulties. Iranian support for the al-Assad regime in Syria is another evidence of Iranian pragmatism in foreign policy (Axworthy 2017). They are ideologically opposed: although the Syrian government is Shia, it is from a specific branch of Shiism called Alawite, different from the Iranian branch. Also, the Syrian regime descends from Baathism, "a secular Arab nationalist movement that originated in the 1930s

and 1940s" (Axworthy 2017, 159). These differences do not overshadow their similarities, such as the sentiment of opposition to U.S. interference in the region and hostility towards Israel (Axworthy 2017; IISS 2019).

Analysts have been pointing out that Iran "came off badly with the new dynamics, as its allies were weakened (Syria) and its enemies empowered (Gulf countries)" (Alencar 2013, 1). As the Syrian deterioration has already damaged Iran's position in the region, the possibility of the regime's decline and "its replacement by a Sunni government would change the whole geopolitical distribution of the region in an unfavorable direction for Iran" (Alencar 2013, 1). Syria works for Iran as a "strategic buffer" for the projection of power and influence over the Levant – region comprised of Lebanon, Syria, Jordan, Palestine, and Israel (Visentini 2014).

On the other side, American, Saudi Arabian, and Israeli interests in the Syrian war are aligned. The fall of the al-Assad regime would favor the three countries by decreasing Iranian influence on the region and would raise the possibility of another pro-U.S. government in the Middle East. However, the outcomes of the war are not the ones expected by this group as, in the last two to three years, the al-Assad regime has reestablished territories and constructed a scenario in which its participation is indispensable (IISS 2019).

Bearing this in mind, the U.S. performance in the Syrian war has changed over the years. Previously, it was aiming at defeating ISIS – while fighting against al-Assad forces – but currently, its priority is to contain Iran. In order to "disrupt Iran's territorial reach and operational freedom of action", the U.S. have built "more than a dozen operating bases across the large territory from the Iraqi border to northwest Syria and along the Euphrates River, and solidified the military partnership with Kurdish armed groups" (IISS 2019, 323). Israel is also committed to counter Iran in Syria, as it considers "the Iran-Syria alliance the greatest threat to peace in the region, or, a threat to its [own] security" (Visentini 2014, 241). Israeli military activities in Syria are extensive, as it conducts attacks to "weapons-storage facilities, missile-manufacturing plants, and key individuals" (IISS 2019, 323). Furthermore, the "damage to Iran's military infrastructure in Syria seemed severe and costly, though not irreparable given the commitment that Iran seems to have to develop its presence in Syria" (IISS 2019, 323).

This configuration has raised the possibility of a large-scale war in the Middle East, with Syria as the theatre of operations, and Iran, Israel, and the U.S. as its main players. The clashes between Iran and Israel are frequent. Although Israeli actions are defended as mainly measures of deterrence, its attacks can prompt an escalation of the conflict. Therefore, the developments of the Syrian war, the most active proxy war being played between Middle East regional powers, have the potential to unravel confrontation between the parties and generate further change in the Middle Eastern power dynamics (Baffa and Vest 2018).

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

This section will present measures taken by the United Nations Security Council and the international community regarding the Iranian situation and nuclear standoff. It includes reports from the International Atomic Energy Agency, which conducted many inspections in the country's sites that were determining to council discussions on the topic throughout the years. It covers resolutions adopted by the UNSC from 2006 to 2015, when the JCPOA was signed, in order to comprehend what has already been discussed and serve as an initial point to the current meeting.

The United Nations has kept regular attention to the nuclear program of Iran. First, the International Atomic Energy Agency (IAEA) took measures on certifying the pacific purpose of the uranium enrichment capacity and the development of heavy water facilities in Iran. The IAEA inspected Iranian nuclear sites for the first time in 2002, founding compliance with the Non-Proliferation Treaty and the demands of limiting uranium enrichment. However, tensions escalated in the following years – as already explored in this study guide's previous sections – due to the election of Ahmadinejad, followed by Bush's declarations against Iran, who argued Iranians sponsored terrorism and threatened Israel. Iran then resumed enriching uranium in capacities above the needed for peaceful purposes, thus ceasing advancements on negotiations with the P5+1. In January 2006, the IAEA reported Iran to the United Nations Security Council, which proceeded to issue its first resolution regarding the country (Security Council Report 2019a).

Resolution 1696 (S/RES/1696), adopted on July 31, 2006, highlighted the importance of the IAEA's work, calling for Iran's implementation of the Agency's demands (specified in GOV/2006/14), which included the complete suspension of enrichment processes, as well as of its research and development programs. If Iran agreed to this proposition from Paragraph 2, the U.N. affirmed it would be interpreted as an act of Iranian good-faith and willingness to cooperate with the international community (United Nations 2006a). Seeing that Iran did not comply, in December 2006 the UNSC imposed sanctions on the country under Resolution 1737; in addition to that, a list of persons and entities whose negotiations were involved with Iranian proliferation activities was elaborated. It called for all states to freeze funds, assets, and resources from these persons and entities in order to force them to cease their relations with Iran. To monitor the sanctions imposed, the UNSC created a Sanctions Committee (United Nations 2006b), which worked until the signature of the JCPOA in 2015.

Since Iran continued not demonstrating any intentions of implementing the Council's measures, in March 2007 the organization adopted a harsher position by banning Iran's arms exports in Resolution 1747. The

document also brought elements for a future long-term agreement with Iran, already looking forward to a cooperation between the state and the international community (United Nations 2007). The Iranian response came from its nuclear negotiator, Ali Larijani, who said the halt of uranium enrichment was not subject to discussion. The year of 2007 was marked by the increase of tensions: the U.S. and Saudi Arabia signed an arms deal, the Deutsche Bank ceased its business with Iran, and the U.S. designated the Islamic Revolutionary Guard Corps as a terrorist organization. Negotiations moved to talks between Iran and the IAEA, but Ahmadinejad condemned them during a General Assembly meeting in September, saying the subject was "turned into an ordinary agency matter" (Security Council Report 2019a, online).

On March 3, 2008, the Council held a meeting and produced the Resolution 1803, which endorsed previous measures on the Iranian issue, adding an authorization for states with borders with Iran to inspect suspicious cargoes going into and leaving from Iran, and established a travel ban on individuals listed as involved with Iranian nuclear activities (United Nations 2008a). In July 2008, Iran conducted ballistic missile tests, which were followed by the E.U. decision to implement its own sanctions on Iran. In September of the same year, the UNSC released a 1-page document (S/RES/1835) taking note of the support from the P5+1 and the E.U. and calling upon Iran to comply with its obligations under the Council's authority (United Nations 2008b).

The presidency of Barack Obama (2009-2016) inaugurated a new period for the American foreign policy towards Iran, marked by a more diplomatic approach to pursue an agreement with the Islamic Republic. On September 24, 2009, Resolution 1887 was passed, regarding non-proliferation and compliance with a previous document from 2004 (Resolution 1540). One month later, the P5+1 and Iran had a meeting in Geneva. However, the U.N. Sanctions Committee reported that Iran had violated Resolution 1747, the one that banned the country's arms exports. While the P5+1 started holding meetings to negotiate a new round of sanctions to Iran, the Middle Eastern country showed Brazil and Turkey a fuel swap plan for its enrichment process, thus demonstrating it was willing to negotiate. The U.S. argued it was only a bluff, and all UNSC members proceeded to a new meeting, in which Resolution 1929 was passed, but not unanimously this time. As non-permanent members of the Council at the time, Brazilian and Turkish representants believed a new round of sanctions was not the best way to deal with the issue since Iran showed signs of being open to negotiations. This initiative represented a change in some countries' behaviors on Iran, initiating a new period of constructive talks. This resolution, approved on June 9, 2010, imposed new measures on Iran, and the Secretary-General created a panel of experts to assist the Sanctions Committee. All permanent members voted in favor, while Brazil and Turkey voted against the document, and Lebanon abstained (Security Council Report 2019a). Re-

solution 1929 is important for mentioning the issue of ballistic missiles; paragraph 9 declares the Council

> [d]ecides that Iran shall not undertake any activity related to ballistic missiles capable of delivering nuclear weapons, including launches using ballistic missile technology, and that States shall take all necessary measures to prevent the transfer of technology or technical assistance to Iran related to such activities (United Nations 2010, 5).

The following UNSC Resolutions extended the mandate of the panel of experts of the Iran Sanctions Committee year after year. These are comprised of S/RES/1984, from 2011; S/RES/2049, of 2012; S/RES/2105, of 2013; S/RES/2159, of 2014; and S/RES/2224, of 2015 (Security Council Report 2019b). During these years, the panel of experts gave reports every 90 days regarding Iranian activities, such as enriching uranium, exporting arms, and performing ballistic missile tests. A curious event happened on September 2013, when the Committee could not agree on the missile launching exercises by Iran, not certain if they represented a violation of Resolution 1929 (Security Council Report 2019a). This is an ongoing debate expected to be discussed in current UNSC meetings regarding Iran.

In August 2013, Rouhani was elected as the new Iranian president, and on November 24, 2013, in Geneva, the P5+1 and Iran negotiated a Joint Plan of Action (JPOA). The Plan presented measures to be taken on a "first step" by Iran, measures taken "in return" by the P5+1, and measures to be taken on a "final step" for a comprehensive solution. It foresaw the Iranian guarantee of a peaceful nuclear program, with no intention of developing nuclear weapons, in conformity to the Non-Proliferation Treaty. On the other hand, the U.N. and other states would lift all sanctions imposed, but only if Iran complied completely. As a step-by-step plan, it expected reciprocal acts in order to implement a comprehensive solution for all parts involved (Joint Plan of Action 2013).

Even though Iran agreed and implemented the measures of the JPOA, the sanctions remained in effect and the Committee continued its work. During 2014, constructive talks occurred, ending with the signature of the Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA) by Iran, the U.S., the U.K., France, China, Russia, Germany, and the E.U. on July 14, 2015. The content of the Deal signed in Vienna, Austria, was already explored in section 3.2 of this study guide. Six days later, the UNSC issued a resolution endorsing the Plan (S/RES/2231), which urged for its full implementation within 90 days and reaffirmed the need for Iran to accept IAEA inspections on its nuclear sites. Besides, Resolution 2231 decided for the termination of the measures imposed by previous UNSC decisions (sanctions foreseen in Resolutions 1696, 1737, 1747, 1803, 1835, 1929, and 2224). Paragraph 8 states the Council,

> (...) acting under Article 41 of the Charter of the United Nations, that on the

> date ten years after the JCPOA Adoption Day, as defined in the JCPOA, all the provisions of this resolution shall be terminated, and none of the previous resolutions (...) shall be applied, the Security Council will have concluded its consideration of the Iranian nuclear issue, and the item "Non-proliferation" will be removed from the list of matters of which the Council is seized (United Nations 2015, 3).

The implementation of the JCPOA represented a great step after many efforts from the U.N. to sign an agreement regarding the nuclear issue on Iran. However, the following years showed how states' foreign policies are influenced by the point of view of their leaders. Recent developments in the Iranian nuclear situation concern the international community, and the United Nations has already discussed the matter, but on a broader agenda. A meeting to discuss exclusively the recent events is necessary, in order to see whether the 2014 and 2015 cooperation attempts were only a non-permanent scenario, or if they can be reestablished.

5 BLOC POSITIONS

The **Kingdom of Belgium,** similarly to other European countries, is favorable towards the maintenance of the nuclear deal. As a foreign policy guideline, Belgium upholds a multilateral approach to international issues, privileging diplomatic actions and seeking common positions within the European Union (FPS Foreign Affairs 2016). In this context, the U.S. withdrawal from the JCPOA and the unilateral sanctions regime towards Iran are considered negative, since they disregard efforts invested and erode the multilateral regime, leading to the escalation of instability in the Middle East. Bearing this in mind, the Belgian government opposes itself to a renegotiation of the JCPOA, as it undermines Iranian full commitment towards the deal and the balanced progress of non-proliferation efforts (Task Force Iran 2017). It is important to point out that the country has a partnership with the U.S., displayed through bilateral, regional and international cooperation in the fields of politics and economics. International security is also a relevant collaboration area since they are both NATO member States (U.S. Department of State 2019a). Over the years, Belgium has strengthened its trade ties with Iran, importing mainly commodities and other non-oil products. Also, the country is willing to maintain and enhance economic transactions with Iran, which can be guaranteed through the Instrument in Support of Trade Exchanges (INSTEX), an Iran-European Union trade facilitator (Girardi 2019). Given this fact, tension escalation in the Persian Gulf is disturbing, since it provokes regional instability, which could later develop into direct conflict. Thus, animosity de-escalation is urgent and can only be achieved through a diplomatic approach, in addition to a maximum restraint policy (EEAS 2019b).

The **Republic of Côte D'Ivoire** supports the JCPOA application

and, therefore, condemns the United States' withdrawal from the deal. Following the view of the Non-Aligned Movement, the country recognizes nuclear technology access for pacific purposes as a basic right of states (NTI 2018b). However, such knowledge should not be used for weaponry development, since it endangers domestic and international stability. The country confronts the proliferation issue through dialogue and a regional approach, having ratified the Non-Proliferation Treaty and the African Nuclear-Weapon-Free Zone – also known as the Treaty of Pelindaba (United Nations 2019a; NTI 2019b). Throughout the years, Côte D'Ivoire and Iran have manifested the will of deepening their economic and trade ties through bilateral cooperation on transportation and industry (Iran Daily 2019). In this context, U.S. unilateral sanctions are deemed pernicious, since they damage Iranian commitment towards the deal and do not operate through established mechanisms (United Nations 2018a). The deal still has room for improvements; however, the development of acceptable solutions can only be achieved through consensus (United Nations 2019b). Hence, the escalation of U.S.-Iran tensions is seen by Côte D'Ivoire as harmful, because it destabilizes the Middle East and increases the chances of a potential conflict that would cause dire consequences globally.

The **People's Republic of China i**s one of the most important commercial partners of Iran. The Chinese president, Xi Jinping, has stated that bilateral ties with Iran are appreciated "from a strategic and long-term perspective" and "no matter how the international and regional situation changes, China is willing to work with Iran to promote the steady [...] development of the China-Iran comprehensive strategic partnership" (O'Connor 2019, online). Although the U.S. has imposed heavy sanctions on the Iranian oil sector and on countries that trade with the sanctioned country, China has not stopped oil imports from Iran, an important source for the country's demand for energy. The large Chinese demand explains the importance it gives to cooperation with Gulf countries, especially in the energy sector. Considering the current commercial war with the U.S., China is caught between "highlighting their economic and political sovereignty or safeguarding trade with the U.S. and economic growth" (Borger 2019b). Recent evidence indicates that China is carrying out the first option, as it keeps trading with Iran regardless of U.S. demands. China continues to back the JCPOA and opposes strongly unilateral sanctions and the so-called "long-arm jurisdiction", defined as the possibility of local courts to exercise jurisdiction over foreign targets. The country views the nuclear deal as an important achievement for the ceasing of Iranian isolation and expects the country to stick to its provisions. Regarding tensions in the Persian Gulf, China has called for restraint on both sides as an escalation of tensions in the region would heavily impact global oil markets, which would be damaging to the Chinese economy (O'Connor 2019). The June 2019 summit of the Shanghai Cooperation Organization (SCO) allowed an encounter between Xi Jinping and Hassan Rouhani, in which the recent tensions were

discussed. Later on, Chinese Foreign Ministry spokesperson Geng Shuang made a statement in Beijing informing that "a war in the Gulf region in the Middle East is the last thing we want to see, which is neither in the interests of any party nor serves the shared interests of the international community" (O'Connor 2019). China is committed to upholding peace and stability in the Middle East, believing it is possible to resolve differences through dialogue and negotiation. The Chinese praise peace, stability, and development, aiming to be able to contribute to these objectives in the region in cooperation with the international community (O'Connor 2019).

The **Dominican Republic** advocates that non-proliferation is an essential part of the international agenda. Therefore, the country is favorable towards the JCPOA, since the deal increases support to all the efforts of the Non-Proliferation Treaty (NPT). In parallel, the Dominican Republic also reinforces the need for other treaties entering into force, such as the Test-Ban Treaty. Additionally, the country favors the creation of regional non-proliferation mechanisms, like the Treaty of Tlatelolco (1967) of the Organization of American States (United Nations 2019a). As part of the Non-Aligned Movement, the Dominican government defends nuclear disarmament to all states while stressing the importance of the peaceful use of atomic technology for nations' development, in which IAEA plays an important role (NTI 2018b; United Nations 2019a). Bearing this in mind, the country stands contrarily to the U.S. withdrawal from JCPOA and the current unilateral sanctions regime, since such actions threaten effective disarmament propositions, as multilateral decisions lose strength. However, it is important to point out the Dominican Republic's cooperative relations with the United States in politics and economics. Also, the U.S. is one of the most important partners of the country, both on commerce and private investments (U.S. Department of State 2019b). Although trade between the Dominican Republic and Iran is not robust, cooperation could be further encouraged, since Iran-Latin America economic transactions increased over the last years (Financial Tribune 2019a). Thus, the current escalation of tensions in the Persian Gulf and Iranian progressive commitment suspension are international issues that must be addressed through dialogue, to avoid direct conflict, guaranteeing regional security and Iran's continuous adherence to JCPOA (United Nations 2019b).

The **Republic of Equatorial Guinea** stands favorably to the JCPOA. Regarding the United States' withdrawal from the deal and the employment of unilateral sanctions towards Iran, the country understands that such moves represent a setback on non-proliferation negotiations and defends the international community should not accept a renegotiation on U.S. terms since all controversies of the agreement must be discussed jointly (United Nations 2018b). Although it abides by the Non-Proliferation Treaty (NPT), the country's approach towards non-proliferation is not focused on the supervision of non-nuclear weapon countries; instead, it advocates for the disarmament of nuclear-armed states and cooperation towards the use

of atomic technology with peaceful development purposes (United Nations 2018b, 2019a). As one of the greatest oil producers in the world, Equatorial Guinea is caught in-between the impasse of great powers, a fact that jeopardizes its economic development since oil prices and previous bilateral accords are negatively affected by the escalation of instability in the Persian Gulf (Africa Oil and Power 2018). Besides that, hostility intensification on the Middle East also undermines long-term non-proliferation efforts, threatening international security. Thus, the international community needs to continue supporting the JCPOA, while calls upon Iran to refrain from breaching the agreement's provisions (United Nations 2019b).

The **French Republic** stresses its commitment to the maintenance of the JCPOA. Like the rest of Europe, France disapproved of the withdrawal of the agreement carried out by President Trump last year, condemning new U.S. sanctions as long as Iran abides by the deal. France views the JCPOA as essential to regional stability and international security (Tabatabai 2019b). Europe is taking efforts to secure the deal, such as the creation of a special virtual vehicle called Instrument in Support of Trade Exchanges (INSTEX) to facilitate trade between the European Union and Iran. Aiming to protect European firms that wish to commerce with Iran, it is a European system that enables trade with Iran without facing U.S. sanctions, focused on non-sanctionable goods, such as humanitarian, medical and agricultural products (European Union External Action 2019; Winter 2019). France especially – and the European Union as a whole – expects Iran to remain in the JCPOA and follow its dispositions to avoid tougher sanctions by the U.S. and avert "an act that Israel or the United States would see as justification for war" (Erlanger 2019, online). France condemns Trump's policy of maximum pressure over Iranians. Nevertheless, the breach of the nuclear deal by the Iranians could force Europeans to reimpose their sanctions (Erlanger 2019). Also, France has tried in early June to engage Iran on talks regarding the country's ballistic missiles program, which was strongly refused by the Iranian leadership. President Macron believes that talks on this matter are extremely relevant to achieve a middle ground (France 24 2019). France is concerned by the risk of confrontation between the U.S. and Iran since the full abandonment of the deal by the Iranians could translate into military action (Tabatabai 2019b). Therefore, France calls on de-escalation and "maximum restraint" (Erlanger 2019, online). Regarding the attacks on oil tankers near the Strait of Hormuz, the French Republic asks for strong evidence and investigations to hold the responsible accountable (Erlanger 2019). Finally, it is important to recall that the deal is key for the economic and security interests of France and Europe. Therefore, this country will seek negotiation between the two sides prevent further escalation, showing its willingness to mediate and promote dialogue (Tabatabai 2019b).

The **Federal Republic of Germany**, as one of the JCPOA signatories, remains committed to the preservation and full implementation of the

agreement, as long as Iran also complies with it (United Nations 2018a). In this context, the country deems U.S. withdrawal from the nuclear deal as damaging, since the JCPOA consists of a key-element for international non-proliferation efforts, ultimately leading to the erosion of the rule-based multilateral order (EEAS 2019a; United Nations 2018a). Besides, like other members of the European Union, Germany does not approve of the U.S. unilateral sanctions regime, since they affect Iran-based European companies and trade, leading to the adoption of an updated European Union Blocking Statute (EEAS 2018; EC 2018). To avoid further economic hardships, Germany, in coordination with France and the United Kingdom, created the Instrument in Support of Trade Exchanges (INSTEX), which aims to bypass U.S. sanctions and relieve trade restrictions transnationally (EEAS 2018; Girardi 2019). Bearing this in mind, a U.S.-lead deal renegotiation is not advisable, since the current deal format has been effective to prevent Iran from resuming unauthorized nuclear activities (Martin 2019). The escalation of tensions represents a threat to regional and international order, as Persian Gulf instability increases and Iran progressively de-escalates the deal's commitments. Another concerning issue is ballistic-missile technology transfer, as it aggravates ongoing instability (United Nations 2019b). Hence, Germany must adopt a maximum restraint position, but also keep dialogue, in order to de-escalate tensions and restore regional stability (EEAS 2019b).

The **Republic of Indonesia** considers nuclear non-proliferation as an essential topic on the international agenda. In this context, the country calls upon the necessity of every country to adhere to atomic disarmament deals, such as the Non-Proliferation Treaty (NPT), but also stresses the need of complementary instruments, like the Treaty on the Prohibition of Nuclear Weapons, aiming towards complete atomic weaponry elimination (United Nations 2019a). Since the JCPOA operates towards a Middle East nuclear non-proliferation effort, Indonesia stands favorably to it and, therefore, understands the U.S. withdrawal and the imposition of U.S. unilateral sanctions as damaging. Indonesia is one of Iran's main partners in Southeast Asia, as both have significant Islamic influence in their population. Iranian signature of the Treaty of Amity and Cooperation and the increasing trade – characterized by non-oil products exchange – and cooperation with Indonesia are signs of a consolidated partnership (Hermawan 2018; Koutsoukis 2018). Consequently, deepening bilateral ties is a common will; however, a U.S.-led deal renegotiation could jeopardize such process, as it would prompt international mistrust, threatening full commitment to the deal. Hence, the current tension escalation in the Middle East, especially in the Strait of Hormuz, represents a grave danger to international security and countries' development and should be resolved through diplomacy and a flexible political approach.

The **Islamic Republic of Iran** deeply regrets the withdrawal of the United States from the JCPOA and the subsequent reimposition of sanc-

tions. The current administration of Iran has put a lot of energy into the achievement of the deal and its deterioration compromises the president's credibility internally. The JCPOA was relevant for breaking the country's isolation and fostering its economic ties with different partners. The decline of the agreement opens space for an internal rivalry between different political factions, as hardliners heavily criticize the way president Rouhani and the moderates are handling the crisis. Iran defends the total lifting of the sanctions as there are no signs of a breach of compliance to the deal by the Iranian side. Iran has stated its commitment to the deal, however, since the U.S. stopped abiding by the agreement, the country has adopted a different approach. In May 2019, Iran declared a 60-days deadline to the other parties of the deal to fulfill their commitments. Meanwhile, Iran would no longer abide fully to the agreement, as a countermeasure. In this sense, Iranian actions are made in response to the U.S. position, which, as Iranians see, is responsible for heightening tensions. The U.S. also accuses Iran to be responsible for attacks on oil tankers in the Strait of Hormuz, accusations Iran denies completely. The accusations of supporting non-state actors considered terrorist organizations, such as the Houthi insurgency of Yemen, are refused by the Iranian government as well. Regarding the ballistic missiles program, Iran's position is relentless: it is not open for any discussions beyond the 2015 agreement. Iran argues that UNSC Resolution 2231 calls upon, but does not prohibit, activities related to ballistic missiles designed to deliver nuclear weapons; Iran's missiles are not designed for that purpose, being part of Iranian conventional weaponry (France 24 2019). In public statements, President Hassan Rouhani has stressed the harsh conditions Iran is already facing and that could get worse, comparing it to the years of the war with Iraq. Iran's oil sector, banks, imports and exports are compromised by the sanctions, which raises the alarm for a general crisis that could lead to a humanitarian emergency. The Iranian government expects the decrease of tensions and the reestablishment of the deal aiming at normalizing relations with the rest of the globe (Al Jazeera 2019h; Wintour 2019b).

The **State of Kuwait** is favorable to the JCPOA for playing a significant role in regional security. However, the country considers that the nuclear deal does not address all Middle Eastern non-proliferation concerns (United Nations 2019a). Regarding the U.S. withdrawal from the deal, the Kuwaiti government respects such action, observing no country should interfere in other states' internal affairs (Kuwait Times 2018; United Nations 2019a). Historically, Kuwait is caught in-between Middle Eastern power disputes, which led the country to adopt an intermediary position among different interests and alliances. Therefore, standing favorably to the JCPOA does not mean a political alignment with Iran or a disruption with U.S. relations, but a regional stability defense to avoid war (Albloshi 2018). Kuwait values its partnership with the United States which is one of the most important cooperation partners for Kuwait, based on sovereign-

ty and security defense. Regarding economic ties, both governments have signed a framework agreement on trade and investment, to address mutual concerns and possible reforms (U.S. Department of State 2019c). Bearing this in mind, the U.S. unilateral sanction imposition stands legitimate but brings adverse effects to neighboring countries. Such a scenario affects Kuwait, as the country shares deep economic ties with its neighbors, and also undermines future economic arrangements (Kalin and Dadouch 2018; Al-Fuzai 2019). Besides, Kuwait is deeply concerned with the escalation of tensions, a possible Strait of Hormuz blockade and further development of ballistic-missile activities, since it endangers Middle Eastern security and interest balance, as some Gulf Cooperation Council members could engage in combat because of an open opposition towards Iran and alignment to the U.S. (Kuwait Times 2019; United Nations 2019b). Hence, defending the establishment of an effective nuclear-weapon-free zone through mediation and balancing remains Kuwait's main diplomatic approach to guarantee regional stability and peaceful development (United Nations 2019a).

The **Republic of Peru** understands the JCPOA as a legitimate source for nuclear non-proliferation efforts. As atomic weaponry contributes to destabilizing processes, the country recognizes international security depends on the elimination of mass destruction weapons. In this context, multilateral accords play an essential role, since they represent action guidelines that contribute to promoting effective disarmament (United Nations 2018b). Bearing this in mind, states' full compliance with International Law instruments is needed to strengthen non-proliferation and disarmament regimes, both globally and regionally, therefore eliminating the risk posed by such weapons. It is important to stress that nuclear technology can be used peacefully for development purposes, which can be guaranteed through the performance of the IAEA. Since the JCPOA encompasses these guidelines, Peru understands the U.S.' withdrawal as pernicious, a move sustained on unilateral needs as much as the current sanctions regime. Although there are no major Peru-Iran economic ties, previous experiences regarding oil and non-oil trade represent cooperation potential. However, as long as sanctions are not lifted, trade statistics will likely decrease more (Financial Tribune 2019b). The escalation of tensions between the U.S. and Iran threats Middle Eastern regional stability and gives precedent for direct conflict. Besides, Iran needs to comply once again with all JCPOA provisions, besides refraining from undertaking ballistic-missile activities (United Nations 2019b). In this matter, Peru considers that the situation can only be solved through a peaceful settlement of disputes and the full compliance of states towards international accords, such as the Treaty on the Prohibition of Nuclear Weapons (United Nations 2018c, United Nations 2019a).

The **Republic of Poland**, understanding non-proliferation instruments as essential to international and regional order maintenance, is favorable towards JCPOA and acts as a U.S.-E.U. mediator (United Nations

2018a; Strzalkowski 2018). Over the years, states have taken non-proliferation responsibilities, such as the Non-Proliferation Treaty (NPT), and those commitments should not be addressed lightly, as proper adherence to their provisions is the best way to avoid tensions and nuclear proliferation (United Nations 2018a). In this context, Poland understands U.S. concerns regarding Iran's ballistic missile program and its regional activities towards non-state actors and views the last Iranian announcements on uranium enrichment with caution, as they represent a threat to regional security (Strzalkowski 2018). Polish-U.S. cooperation is of high importance to Poland, which unveils mainly on regional and international security – through close partnership on NATO capabilities –, besides on economic interactions, as the United States is the top non-EU investor on Poland (U.S. Department of State 2019d). On the other hand, Poland also considers Iran as a potential partner on economic cooperation, mainly on energy and non-oil trade, as both countries have huge growth capacity (Herszenhorn 2019). Previous bilateral trade increases were encouraged by the Iranian implementation of JCPOA and sanctions lifting (FARS 2017). Thus, the ongoing tensions heightening in the Middle East, especially in the Strait of Hormuz, highlight the need for stabilization efforts by the international community as a whole; and Poland, as long as Iran does not violate any deal terms, will remain supporting the nuclear deal.

The **Russian Federation** nurtures close ties with Iran for several reasons. Apart from its economic relations, in which cooperation in infrastructure is key, Moscow regards Tehran as an important actor to foster multipolarity and diminish U.S. hegemony in the Middle East (Issaev and Kozhanov 2019). Iran is also an important partner in the Syrian war, siding with Russia in favor of the al-Assad regime. During a meeting between Hassan Rouhani and the Russian president, Vladimir Putin, on the sidelines of the Shanghai Cooperation Organization summit, the latter praised Iran's active position in the Syrian war leading to their countries' successes. The president also called for a closer strategic partnership among the countries (O'Connor 2019). Besides, Russia and Iran exert cooperation in the Caspian region and Central Asia on many topics, from energy to security (Issaev and Kozhanov 2019). Regarding the nuclear deal, Russia supports the JCPOA and condemns the U.S. withdrawal and the subsequent reimposition of sanctions. In a recent statement, Russian Deputy Foreign Minister Sergei Ryabkov has noted that "lately we have been seeing a strengthening campaign of political, psychological and military pressure on Iran" (Reuters 2019, online). Regarding the recent episodes of oil tanker attacks, Dmitri Peskov, spokesman for the Kremlin, has stated that it is "hardly possible to accept baseless accusations" and that Moscow "severely" condemned the attacks (Al Jazeera 2019g, online). The Russian government also warned against the possibility that the attacks could be "used speculatively to further aggravate the situation in an anti-Iranian sense" (Reuters 2019, online). Nevertheless, it is important to bear in mind that Russia does not

follow Iran's stance at all times. On May 15, Vladimir Putin stated that "Russia is not a fire brigade, we cannot save just anything, which does not fully depend on us. We have played our role [...] But it does not only depend on us" (Issaev and Kozhanov 2019, online). In that sense, even though Russia stands with Iran on most issues, it might not engage in confrontation with the U.S., even as recent tensions wave for this possibility. It can also mean that Russia wants Iran to continue to abide by the JCPOA to stimulate other parties to the agreement to fulfill their commitments as well. Nevertheless, Russia benefits from high oil prices, which have been on the rise since the beginning of U.S. sanctions on Iranian oil. Although Russian expected an increase in OPEC members' production in the second half of the year to meet the lack of Iranian oil in the global market, the countries agreed to continue its policies of output cut until March 2020 to stabilize the oil price on the OPEC meeting on July 1, 2019 (OPEC 2019).

The **Republic of South Africa** is favorable to the JCPOA maintenance and regrets U.S. withdrawal from the agreement. The country believes multilateral accords, such as the Non-Proliferation Treaty (NPT) and the Treaty on the Prohibition of Nuclear Weapons, are necessary for effective nuclear non-proliferation regime consolidation. Besides, South Africa also considers nuclear-weapon-free zones as one important pillar of the process, which is reflected in its adherence to the African Nuclear Weapon Free Zone Treaty (United Nations 2019a; NTI 2015). In this context, the JCPOA provides an action framework for Iran and other signatories, reflecting on confidence building among states and therefore guaranteeing regional and international stability (Financial Tribune 2019c). Iranian commitment to the deal's obligations was proven by IAEA inspections, so South Africa does not agree with the U.S.' unilateral sanctions regime and a possible U.S.-led deal renegotiation, as both erode multilateral decision-making structure and jeopardize Iranian compliance. Thus, the escalation of tensions on the Persian Gulf is a source of insecurity, as it destabilizes the region and provokes negative impacts on all countries. Bearing in mind South African historical bilateral relations with Iran, the country will keep supporting the latter, as trade and cooperation efforts continue, despite the challenges imposed by the sanction regime (The South African 2019). Besides, South Africa considers that diplomacy is the only way to solve the situation, as a direct conflict would weaken non-proliferation efforts and perpetuate insecurity in the Middle East (United Nations 2019a; Financial Tribune 2019c).

The **United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland** defends the maintenance of the JCPOA. The country, alongside France and Germany, has been one of the main supporters of the deal since the beginning of its negotiations. It condemns the unilateral withdrawal of the U.S. of the deal as this measure weakens the validity of JCPOA. The deal was a key achievement towards reaching global nuclear non-proliferation, an objective the U.K. aims to reach. Albeit being in the process of exiting the Eu-

ropean Union, the United Kingdom follows the regional foreign policy on the matter. In a recent joint statement, the U.K., France, Germany and the European Union stressed the importance of Iran to continue abiding by the deal. The countries also reasserted their commitment to the agreement, including "sanctions-lifting for the benefit of the Iranian people" (European Union External Action, 2019, online). Regarding sanctions, the United Kingdom regrets its reimposition by the United States and defends that Iran should not be submitted to them as long as the country is complying with the JCPOA dispositions. However, the U.K. is concerned with Iranian development and launching of ballistic missiles, as it is likely to have a destabilizing effect in the Middle East and increasing existing tensions (Lederer 2019). The United Kingdom praises multilateral efforts achieved by negotiation and dialogue. Concerning the recent escalation in the Persian Gulf, the U.K. sided with the U.S. blaming Iranians after carrying out its own intelligence investigation. On June 13, the British foreign secretary, Jeremy Hunt, said it was "almost certain" that Iran attacked the tankers as "no other state or non-state actor could plausibly have been responsible" (BBC 2019e, online). The statement generated an internal dispute in Britain when Jeremy Corbyn, leader of the Labour party, questioned the assessment, tweeting that "Britain should act to ease tensions in the Gulf, not fuel a military escalation that began with U.S. withdrawal from the Iran nuclear agreement. Without credible evidence about the tanker attacks, the government's rhetoric will only increase the threat of war" (BBC 2019, online). Furthermore, the British foreign secretary has signaled the risk of a conflict happening "by accident" (The Guardian 2019, online). The possibility of further escalation is high and the impact of conflict in the region would be devastating, affecting not only Iran (The Guardian 2019). The United Kingdom is committed to safeguarding the nuclear deal and recalls the key role of international organizations and forums to achieve a peaceful solution to the situation (European Union External Action, 2019a).

Under the Trump administration, the **United States of America** has withdrawn from the JCPOA on May 8, 2018. President Donald Trump has met his campaign bid, in which he blamed Iran for causing instability in the Middle East and stated that the landmark nuclear deal did not encompass a broad range of threats. Hence, the U.S. argues that it is imperative to negotiate another deal with a more comprehensive approach. The Iranian ballistic missile program is considered a threat to the security of the U.S. and its allies in the region. Besides that, the U.S. condemns activities carried out by Iran, such as support for so-called terrorist organizations and interference in neighbors' internal affairs. Trump argues that a change in Iranian regional behavior is also a condition for the lifting of sanctions. Therefore, from the U.S. point of view, a new nuclear deal would also have to include the Iranian missile program and its regional activities. The reimposition of sanctions and the pressure on other countries to abide by them is aimed at taking Iran to the negotiation table on U.S. terms. It is

also important to mention that two of U.S. regional allies, Israel and Saudi Arabia, also see Iran as a regional threat and stimulate American animosity towards the Persian country (Davenport 2019). The U.S. accuses Iran of attacking oil tankers close to the Strait of Hormuz, therefore tightening tensions between the two countries. Even though Iran denies participating in the attack, Secretary of State Mike Pompeo stressed that it had a high degree of sophistication, which none of the proxy groups operating in the region would be able to perform (Kheel 2019). The U.S. directed an aircraft carrier and bomber aircrafts to the region. Although Trump's foreign policy seems to be backing away from expensive wars in the Middle East, the scenario is of war-like tensions and none of the actors seems willing to back down. The U.S. condemns Iran for attacking innocent civilians, disrupting the global oil market and performing nuclear blackmail. As a defender of free global commerce and stability, the U.S. stands firmly on the position that Iran is a regional threat that must be contained, enforcing the need for a new agreement (The Guardian 2019).

QUESTIONS TO PONDER

1 Is it possible to safeguard the Joint Comprehensive Plan of Action or is the negotiation of a new deal the best option to decrease tensions?

2 What is the effectiveness of sanctions in a post-JCPOA context? What is the United Nations Security Council role concerning unilateral sanctions?

3 Does the heightening of tensions raise the possibility of a U.S.-Iran conflict? If so, how can UNSC members work towards preventing a direct confrontation?

4 What can the UNSC do to prevent the Iranian population from suffering the economic effects of the sanctions?

5 What is the responsibility of United Nations member-states on the current heightening of tensions in the Middle East?

REFERENCES

Abrahamian, Errand. 2008. *A History of Modern Iran.* New York: Cambridge University Press.

Africa Oil and Power. 2018. "Africa and the Iran deal: Caught in the Middle". Accessed June 17. https://africaoilandpower.com/2018/05/16/africa-and-the-iran-deal-caught-in-the--middle/

Al-Fuzai, Muna. 2019. "U.S. VS Iran". Accessed June 21. https://news.kuwaittimes.net/website/us-vs-iran/

Al Jazeera. 2009. "Iran 1979: Legacy of a Revolution." Broadcast. Accessed on 7 June

2019. https://www.youtube.com/watch?v=EtdMFE3gGAA&t=1258s

–––. 2019a. "Explosions reported on two tankers in Gulf of Oman". Accessed on 9 September 2019.

https://www.aljazeera.com/news/2019/06/uk-maritime-group-warns-incident-gulf-oman-190613054602630.html?fbclid=IwAR3boP4MY8aoMObyRJLKB3Da25YUSFNepPByepu4bXSlmtze6LZeS_YYe1Y

–––. 2019b. "UN warns against 'Gulf confrontation' after tankers damaged". Accessed on 9 September 2019.

https://www.aljazeera.com/news/2019/06/iran-calls-tanker-explosions-suspicious-global-concern-grows-190613150655075.html?fbclid=IwAR0LyeUNk9sUtPALvsQCsgKoRxBQCw7AdLZcK8w9RHJUi0Jrua0CSwT0UR0

–––. 2019c. "Nuclear talks progress ''not enough' for Iran to change course". Accessed on 9 September 2019.

https://www.aljazeera.com/news/2019/06/nuclear-talks-progress-iran-change-190628160308104.html?fbclid=IwAR2SHVPXPMEza4E4IvKNugQDEZF2Hb9ardMuemh8Pwg_MjU-VpJ3ZLr2blI

–––. 2019d. "Iran religious leader threatens UK over capture of oil tanker". Accessed on 9 September 2019.

https://www.aljazeera.com/news/2019/07/iran-religious-leader-threatens-uk-capture-oil-tanker-190706091738043.html?fbclid=IwAR3OOrgG2yqUXTp6XIBkUh7DHATUUAtvMkuRh9GNh0_2t7jUEpMu9Nl4ZHo

–––. 2019e. "US wants military coalition to patrol waters off Iran, Yemen". Accessed on 9 September 2019.

https://www.aljazeera.com/news/2019/07/military-coalition-safeguard-waters-iran-yemen-190710020439304.html?fbclid=IwAR3jz72-e15kVd-XFXdX1H3iyCpsxjdFhzZLc_6tr67KW47NnZ67zDI6EjU

–––. 2019f. "Iran lifts more limits on nuclear programme as deal unravels". Accessed on 9 September 2019.

https://www.aljazeera.com/news/2019/09/iran-lifts-limits-nuclear-nuclear-deal-unravels-190904200637149.html?fbclid=IwAR3boP4MY8aoMObyRJLKB3Da25YUSFNepPByepu4bXSlmtze6LZeS_YYe1Y

–––. 2019g. "As accusations fly in Gulf tanker row, Russia urges restraint: Iran accuses U.S. of staging attacks on Gulf ships as Saudi Arabia, U.K. side with Washington's claim Tehran is to blame". Last modified June 16. https://www.aljazeera.com/news/2019/06/accusations-fly-gulf-tanker-row-russia-urges-restraint-190616142237711.html.

–––. 2019h. "Rouhani: Iran may face conditions harder than 1980s war with Iraq". Last modified May 13. https://www.aljazeera.com/news/2019/05/rouhani-iran-face-conditions-harder-1980s-war-iraq-190512075045296.html?fbclid=IwAR21FPrP1W2_2wUlu4iYzii7IyKDwZBKnV3FbuBQtFBAfLzOcUe0Yj-J2cA.

Albloshi, Hamad H. 2018. "Kuwait's careful balancing act with Iran, Saudi Arabia". Accessed June 21. https://www.al-monitor.com/pulse/tr/originals/2018/05/iran-jcpoa-nuclear-deal-gcc-saudi-kuwait-reaction-division.amp.html

Alencar, Aline de Oliveira. 2013. "Irã e Primavera Árabe: o revés inesperado de uma potência em ascensão". Last modified October 19th, 2013. http://www.mundorama.net/?p=11754.

Altoraifi, Adel. 2012. *Understandi*ng the *Role of State Identity in Foreign Policy Decision-Making:* the rise and demise of Saudi-Iranian rapprochement (1997-2009). London: LSE.

Axworthy, Michael. 2013. Revolutionary Iran: a History of the Islamic Republic. New York, NY: Oxford University Press.

–––. 2017. *Iran: What Everyone Needs to Know.* New York, NY: Oxford University Press.

Baffa, Richard C., and Nathan Vest. 2018. "The Growing Risk of a New Middle East War". Last modified August 21st 2018. https://www.rand.org/blog/2018/08/the-growing-risk-of-a-new-middle-east-war.html.

BBC. 2019a. "Iran oil: US to end sanctions exemptions for major importers". Last modified April 22nd 2019. https://www.bbc.com/news/world-middle-east-48011496?fbclid=IwAR1wx6At7ODtQRLy51VNMxC9ZdkJtC3R9gnxp_8r7-lw3ayYdRQT5iEhnZA

–––. 2019b. "Yemen crisis: Why is there a war?". Last modified March 21st. https://www.bbc.com/news/world-middle-east-29319423

–––. 2019c. "Profile: Iran's Revolutionary Guards." Last modified April 8th. https://www.bbc.com/news/world-middle-east-47852262

–––. 2019d. "Strait of Hormuz: US confirms drone shot down by Iran". Accessed on 9 September 2019.

https://www.bbc.com/news/world-middle-east-48700965

–––. 2019e. "Jeremy Hunt brands Labour leader 'pathetic' over Iran comments". Last modified June 15th 2019.

https://www.bbc.com/news/uk-48645280.

Borger, Julian. 2015. "Iran nuclear deal: the key points." Accessed on April 22nd. https://www.theguardian.com/world/2015/jul/14/iran-nuclear-deal-key-points (last modified 14 July 2015).

–––. 2019a. "G7 summit: Iran foreign minister makes surprise Biarritz appearance". Accessed on September 9th. https://www.theguardian.com/world/2019/aug/25/emmanuel-macron-floats-plan-g7-defuse-iran-tensions (last modified 25 August 2019).

–––. 2019b. "Iran challenges Europe and China to stand up to U.S. over nuclear deal". Last modified May 8. https://www.theguardian.com/world/2019/may/08/iran-challenges-europe-china-us-nuclear-deal.

Buchan, James. 2013. *Days of God: The Revolution in Iran and Its Consequences.* New York, NY: Simon & Schuster.

Buzan, Barry, and Ole Waever. 2003. *Regions and Powers*: The Structure of International Security. Cambridge: Cambridge University Press.

Carvalho Pinto, Vânia. 2011. "La Ola de Movimientos pro Democracia en Medio Oriente: Análisis preliminar de las consecuencias políticas para la región del Golfo Pérsico". In Medio Oriente y Norte de Africa: Reforma, Revolución o Continuidad?, edited by Elisen da Ballesté and Manuel Férez, 41-59. Ciudad de Mexico: Senado de la Republica Mexicana.

Cerioli, Luíza Gimenez. 2016. "A rivalidade entre Irã e Arábia Saudita através da Teoria dos Papéis após a Primavera Árabe: os casos do Bahrain e do Iêmen". Masters diss., Universidade de Brasília. Last modified February 16th, 2017. http://repositorio.unb.br/handle/10482/22628

–––. 2018. "Roles and International Behaviour: Saudi–Iranian Rivalry in Bahrain's and Yemen's Arab Spring". *Contexto Internacional* 40 (2): 295-317. doi: 10.1590/S0102-8529.2018400200010.

Charter of the United Nations and Statute of the International Court of Justice, San Francisco, 1945. United Nations, available from https://treaties.un.org/doc/publication/ctc/uncharter.pdf.

China Briefing. 2019. "The US-China Trade War: A Timeline." Last updated August 26th. https://www.china-briefing.com/news/the-us-china-trade-war-a-timeline/

Clarke, Colin P., and Ariane Tabatabai. 2019. "The Revolutionary Guards Are Ready to Strike Back". Last modified April 11th. https://foreignpolicy.com/2019/04/11/the-revolutionary-guards-are-ready-to-strike-back/?utm_source=RC%20World%20Mideast%20

Memo&utm_campaign=d8f803109d-RSS_EMAIL_CAMPAIGN&utm_medium=email&utm_term=0_1630639ffc-d8f803109d-84794649

Cordesman, Anthony H. 2014. "The Conventional and Asymmetric Dimensions." Rep. *The Conventional and Asymmetric Dimensions*. Vol. 1. The Gulf Military Balance. Lanham, MD: Rowman & Littlefield. https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/publication/140131_Cordeman_GulfMilitaryBalance_VolumeI_Web.pdf. Accessed June 06th 2019

Credi, Ottavia. 2019. "No Hope for a New Iran Deal." https://www.americansecurityproject.org/no-hope-for-a-new-iran-deal/. Accessed April 23rd.

Davenport, Kelsey. 2019. "U.S., Iran Spar Over Ballistic Missiles." Accessed April 23rd. https://www.armscontrol.org/act/2019-01/news/us-iran-spar-over-ballistic-missiles.

Davenport, Kelsey and Alicia Sanders-Zakre. 2019. "Iran Attempts Second Satellite Launch." Accessed April 23rd. https://www.armscontrol.org/blog/2019-02-25/p41-iran-nuclear-deal-alert-feb-25-2019.

Erlanger, Steven. 2019. "Distrusting Both Iran and U.S., Europe Urges 'Maximum Restraint'". Last modified June 14. https://www.nytimes.com/2019/06/14/world/europe/tanker-europe-strait-of-hormuz.html.

Esfandiary, Dina, and Ariane Tabatabai. 2018. *Triple Axis*: Iran's Relations with Russia and China. London: I.B. Tauris.

European Commission (EC). 2018. "The Blocking Statute: protecting EU operators, reinforcing European strategic autonomy". Accessed June 18. https://ec.europa.eu/fpi/what-we-do/blocking-statute_en

European Union External Action. 2019. "Joint statement by High Representative of the European Union and the Foreign Ministers of France, Germany and the United Kingdom on the JCPOA". Last modified May 9th. https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/62093/joint-statement-high-representative-european-union-and-foreign-ministers-france-germany-and_en.

European External Action Service (EEAS). 2018. "Iran Deal: EU to shield EU companies from re-imposed U.S. sanctions". Accessed June 18. https://eeas.europa.eu/delegations/iran/49155/iran-deal-eu-shield-eu-companies-re-imposed-us-sanctions_en

–––. 2019a. "Joint statement by High Representative of the European Union and the Foreign Ministers of France, Germany and the United Kingdom on the JCPoA. Accessed June 18. https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/62093/joint-statement-high-representative-european-union-and-foreign-ministers-france-germany-and_en

–––. 2019b. "Iran: "Maximum restraint and avoiding any escalation on a military side" Mogherini says". Accessed June 18. https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage/62266/iran-maximum-restraint-and-avoiding-any-escalation-military-side-mogherini-says_en

Federal Reserve Economic Data (FRED). 2019. "Crude Oil Exports for Iran, Islamic Republic of." Last modified in May 7th. https://fred.stlouisfed.org/series/IRNNXGOCMBD#0

Financial Tribune. 2019a. "Iran's Non-Oil Trade with Latin America Crosses $800m in Fiscal 2018-19". Accessed July 01. https://financialtribune.com/articles/domestic-economy/98042/irans-non-oil-trade-with-latin-america-crosses-800m-in-fiscal-2018

–––. 2019b. "Iran's Trade with Peru Declines". Accessed June 30. https://financialtribune.com/articles/domestic-economy/98260/irans-trade-with-peru-declines

–––. 2019c. "South Africa Says Will Stand by Iran in Sanctions Era". Accessed June 30. https://financialtribune.com/articles/national/97099/south-africa-says-will-stand-by-iran-in-sanctions-era

FPS Foreign Affairs. 2016. "Disarmament & non-proliferation". Accessed September 15.

https://diplomatie.belgium.be/en/policy/policy_areas/peace_and_security/disarmament_non_proliferation

France 24. 2019. "Iran rejects France's call for wider talks beyond nuclear deal". Accessed September 19. https://www.france24.com/en/20190607-iran-rejects-france-call-wider--talks-beyond-nuclear-deal-usa-sanctions-petrochemical

Friedman, George. 2011. *The Next Decade*. 1st ed. New York, NY: Doubleday.

Gambrell, Jon. 2019. "The U.S. Issues a Warning Amid Reports of Ships Being Sabotaged off the UAE Coast". Last modified May 13th, 2019. https://time.com/5587969/us-warning--ships-sabotage-uae-saudi-fujairah-iran/.

Girardi, Annalisa. 2019. "INSTEX, A New Channel to Bypass U.S. Sanctions and Trade with Iran". Accessed June 18. https://www.forbes.com/sites/annalisagirardi/2019/04/09/instex-a-new-channel-to-bypass-u-s-sanctions-and-trade-with-iran/#2a112f3f270f

The Guardian. 2019. "The Guardian view on the U.S. and Iran: on a collision course". Last modified June 13. https://www.theguardian.com/commentisfree/2019/jun/13/the--guardian-view-on-the-us-and-iran-on-a-collision-course

Hermawan, Ary. 2018. "Indonesia reiterates support for Iran nuclear deal". Accessed June 21.

https://www.thejakartapost.com/news/2018/01/23/indonesia-reiterates-support--for-iran-nuclear-deal.html

Herszenhorn, David M. 2019. "Trump seeks to split EU as fight intensifies over Iran nuclear deal". Accessed June 23. https://www.politico.eu/article/donald-trump-iran-nuclear-deal-seeks-to-split-eu-as-fight-intensifies/

Holmes, Oliver and Julian Borger. 2018. "Nuclear deal: Netanyahu accuses Iran of cheating on agreement." https://www.theguardian.com/world/2018/apr/30/netanyahu-accuses-iran-cheating-nuclear-deal. Accessed April 23rd, 2019.

Halliday, Fred. 2005. *The Middle East in International Relations:* Power, Politics and Ideology. New York, NY: Cambridge University Press.

Hourani, Albert. 2006. *Uma História Dos Povos Árabes*. Translated by Marcos Santarrita. São Paulo, SP: Companhia de Bolso.

International Atomic Energy Agency (IAEA). Implementation of the NPT Safeguards Agreement and relevant provisions of Security Council resolutions in the Islamic Republic of Iran: Report by the Director General. 2011. GOV/2011/65. https://www.iranwatch.org/sites/default/files/iaea-iranreport-110811.pdf.

Iran Daily. 2019. Ivory Coast eyeing expanding trade with Iran". Accessed June 17. http://www.iran-daily.com/News/252603.html?catid=3&title=Ivory-Coast-eyeing-expanding-trade-with-Iran

Issaev, Leonid, and Nikolay Kozhanov. 2019. "Will Russia back U.S.' maximum pressure on Iran? U.S.-Russian cooperation on Iran has its limits". Last modified June 13. https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/russia-maximum-pressure-iran-190613133947683.html.

Johnson, Keith. 2019. "Iran's Economy Is Crumbling, but Collapse Is a Long Way Off." Accessed April 20th. https://foreignpolicy.com/2019/02/13/irans-economy-is-crumbling-but-collapse-is-a-long-way-off-jcpoa-waivers-sanctions/.

Joint Comprehensive Plan of Action, Vienna, 14 July 2015, available from http://www.europarl.europa.eu/cmsdata/122460/full-text-of-the-iran-nuclear-deal.pdf.

Kalin, Stephen, and Sarah Dadouch. 2018. "Gulf Arab allies hail triumph after U.S. quits Iran deal". Accessed June 21. https://www.reuters.com/article/us-iran-nuclear-gulf-reaction/gulf-arab-allies-hail-triumph-after-u-s-quits-iran-deal-idUSKBN1I93CU

Keddie, Nikkie R. 2006. *Modern Iran:* Roots and Results of Revolution. 2nd ed. New Haven, CT: Yale University Press.

Kenton, Will. 2018. "P5+1 Countries." Accessed April 22nd, 2019. https://www.investopedia.com/terms/p/p51.asp (last modified July 2018).

Kheel, Rebecca. 2019. "Pompeo blames Iran for attack on oil tankers". Last modified June 13. https://thehill.com/policy/defense/448421-pompeo-blames-iran-for-attack-on-oil--tanker.

Koutsoukis, Jason. 2018. "Iran to Sign Friendship Agreement with Asean, Singapore Says". Accessed June 21. https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-07-20/iran-to--sign-friendship-agreement-with-asean-singapore-says

Kuwait Times. 2018. "Kuwait cautious as nations vow to save Iran deal". Accessed June 21. https://news.kuwaittimes.net/website/kuwait-cautious-as-nations-vow-to-save-iran-deal/

–––. 2019. "Kuwait urges int'l community to cease regional escalation". Accessed July 01. https://news.kuwaittimes.net/website/kuwait-urges-intl-community-to-cease-regional--escalation/

Lederer, Edith M. 2019. "France, Germany and UK say Iran missiles can deliver nukes". Accessed September 20. https://www.apnews.com/6758e0ebf2cf46b2b247653aadb4717b

Lustick, Ian. 1997. "The Absence of Middle Eastern Great Powers: Political Backwardness in Historical Perspective". *International Organization*, 4 (51): 653-683.

Maloney, Suzanne. 2002. Identity and Change in Iran's Foreign Policy. In *Identity and Foreign Policy in the Middle East*, edited by Shibley Telhami, and Michael Barnett, 88-116. Ithaca: Cornell University Press.

Malus, Katherine. 2018. "From 'Atoms for Peace' to 'JCPOA': History of Iranian Nuclear Development." K=1 Project. Columbia University. Last modified September 9th, 2018. https://k1project.columbia.edu/content/atoms-peace-jcpoa-history-iranian-nuclear-development. Accessed June 06th 2019.

Martin, Michelle. 2019. "Germany - Want to maintain Iran nuclear deal, it's key for security". Accessed June 18. https://uk.reuters.com/article/uk-usa-iran-germany-maas/germany-want-to-maintain-iran-nuclear-deal-its-key-for-security-idUKKCN1SE1S7

Mladjov, Ian. n.d. "Sassanid Persia c. 590-628." Map. https://27a0436a-a-ab15346e-s-sites.googlegroups.com/a/umich.edu/imladjov/maps/SasanidEmpire590-628.jpg?attachauth=ANoY7crk5SZUPIddETMmZInSLZAlIQJjKAVTNV70aTfgPP1EmYuyskev_pLmEsFWWYWwoDlrqSb9Mcpndpk4UF-RWdJNnskIswOklkfHeOh29a2s8QLB80GfBWal_JSzzHe_5GrR4RdF9GJzrLZPcx9q342rhQGQHRF7jj3PZo-zZdJah8ZZr9yzorEA0P1zNu2LNoJ0C16v7W_DHc0rBgtOBAhyKqubbsmw-GRLgCP7XFIcz-3FD8E%3D&attredirects=0. Accessed June 6th, 2019.

Mohns, Erik, and André Bank. 2012. "Syrian Revolt Fallout: End of the Resistance Axis?" *Middle East Policy* XIX (3). https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1475-4967.2012.00545.x. Accessed June 6th, 2019.

Monshipouri, Mahmood and Manochehr Dorraj. 2013. "Iran's Foreign Policy: a Shifting Strategic Landscape." *Middle East Policy* XX (4): 133-147.

Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC). 2017. "OPEC Annual Statistical Bulletin". Vienna: OPEC. https://www.opec.org/opec_web/static_files_project/media/downloads/publications/ASB2017_13062017.pdf

NTI. 2015. "Cote d'Ivoire 1540 Reporting". Accessed June 17. https://www.nti.org/analysis/articles/cote-divoire-1540-reporting/

–––. 2018a. "Country Profile: Iran." Accessed April 21st, 2019. https://www.nti.org/learn/countries/iran/nuclear/ (last modified May 2018).

–––. 2018b. "Non-Aligned Movement (NAM)". Accessed June 17. https://www.nti.org/learn/treaties-and-regimes/non-aligned-movement-nam/

–––. 2019a. "Glossary." Accessed April 21st, 2019. https://www.nti.org/learn/glossary/#additional-protocol.

———. 2019b. "African Nuclear-Weapon-Free Zone (ANWFZ) Treaty (Pelindaba Treaty)". Accessed July 01. https://www.nti.org/learn/treaties-and-regimes/african-nuclear-weapon-free-zone-anwfz-treaty-pelindaba-treaty/

O'Connor, Tom. 2019. "China says U.S. War with Iran is 'the last thing we want to see'". Last modified June 14. https://www.newsweek.com/china-iran-war-last-thing-1444083.

Office of the United States Trade Representative (USTR). 2019. "Côte d'Ivoire". Accessed September 18.

https://ustr.gov/countries-regions/africa/west-africa/cote-divoire

OPEC. 2019. "OPEC 176th Meeting concludes". Accessed September 20. https://www.opec.org/opec_web/en/press_room/5591.htm

Penna Filho, Pio. 2012. "Irã: Entre a Pressão Internacional e a Guerra". Last modified January 19th, 2012. http://www.mundorama.net/?p=9211

Ramos, Yuri Portugal Serrão. 2015. "'O Diabo mora nos detalhes': os desafios implícitos do framework de Lausanne para a aprovação de um acordo nuclear entre Irã e Estados Unidos". Last modified May 1st 2015. http://www.mundorama.net/?p=15811

Raymond, Walter John. 1980. *Dictionary of Politics*: selected American and Foreign Political and Legal Terms. Lawrenceville: Brunswich Publishing Corporation.

Reis, João Arthur da Silva, Patrícia Graeff Machry, and Pedro Henrique Prates. 2015. "The situation in Yemen". *UFRGS Model United Nations Journal* (3): 539-584. https://www.ufrgs.br/ufrgsmun/2015/files/unsc_v2.pdf

Reuters. 2019. "Russia Warns Against Using Tanker Attacks to Pressure Iran". Last modified June 13. https://www.themoscowtimes.com/2019/06/13/russia-warns-against-using-tanker-attacks-to-pressure-iran-ria-a65991.

Ricci, Carla, and Renatho Costa. 2015. "36 anos de estigmatização: o Irã que poucos veem". Last modified February 9th, 2015. http://www.mundorama.net/?p=15399

Rocha, Douglas de Quadros, Gabriela Freitas dos Santos, João Paulo Alves, João Estevam dos Santos, and Valeska Ferrazza Monteiro. 2016. "Militarization of International Straits and Maritime Choke Points". *UFRGS Model United Nations Journal* (3): 539-584. https://www.ufrgs.br/ufrgsmun/2016/assets_b/files/disec.pdf

Roberto, Willian Moraes. 2015. "A política externa do Irã e o impacto do conflito na Síria: alterações geopolíticas regionais e a estratégia iraniana". Bachelor diss., Universidade Federal do Rio Grande do Sul. https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/140630.

Russia Today (RT). 2019. "US aircraft carrier sent as 'warning' to Iran passes through Suez Canal". Last modified 10 May 2019. https://www.rt.com/news/458873-us-carrier-iran-egypt/?fbclid=IwAR14SfcHr1OjRPSrKhJWrmSaaisMTxMMZvvAXUVudofzaFv8Ma3F-NLyvMhw.

Sand, Shlomo. 2009. *The Invention of the Jewish People*. New York: Verso.

Security Council Report. 2019. "Iran Chronology of Events". Accessed June 5. https://www.securitycouncilreport.org/chronology/iran.php.

———. 2019b. "UN Documents for Iran: Security Council Resolutions". Accessed June 5. https://www.securitycouncilreport.org/un_documents_type/security-council-resolutions/?ctype=Iran&cbtype=iran.

Sherbini, Ramadan Al. 2019. "Kuwait concerned over Iran threats to Hormuz". Accessed June 21. https://gulfnews.com/world/gulf/kuwait/kuwait-concerned-over-iran-threats-to-hormuz-1.63626241

The South African. 2019. "South African government reaffirms its support for Iran". Accessed June 30. https://www.thesouthafrican.com/news/south-african-government-reaffirms-its-support-for-iran/

Stratfor. 2011. "The Geopolitics of Iran: Holding the Center of a Mountain For-

tress". Last modified December 16th, 2011. https://worldview.stratfor.com/article/geopolitics-iran-holding-center-mountain-fortress

Strzalkowski, Michal. 2018. "Poland poses as E.U.-U.S. mediator in Iran nuclear standoff". Accessed June 22. https://www.euractiv.com/section/global-europe/news/poland-poses-as-eu-us-mediator-in-iran-nuclear-standoff/

Tabatabai, Ariane. 2019a. "Behind the 'Surprise' Resignation of Iran's Foreign Minister". Last modified February 26th. https://www.rand.org/blog/2019/02/behind-the-surprise-resignation-of-irans-foreign-minister.html

Tabatabai, Ariane. 2019b. "Can Anyone Save the Iran Nuclear Deal? Maybe Europe — if we're lucky". Last modified May 10. https://www.nytimes.com/2019/05/10/opinion/iran-nuclear-deal.html.

Takeyh, Ray. 2009. *Guardians of the Revolution: Iran and the World in the Age of the Ayatollahs*. 1st ed. New York, NY: Oxford University Press.

Task Force Iran. 2017. "Speech by High Representative/Vice-President Federica Mogherini at the European Parliament plenary session on the Iran nuclear deal (JCPOA)". Accessed June 30. https://eeas.europa.eu/delegations/iran/37259/speech-high-representativevice-president-federica-mogherini-european-parliament-plenary_en

The International Institute for Strategic Studies (IISS). 2019. "The Military Balance: The Annual Assessment of Global Military Capabilities and Defence Economics". London: IISS.

Tourinho, Marcos. 2015. "O Acordo Nuclear Com o Irã: o Papel e as Contribuições das Sanções Internacionais." *Política Externa* 24 (1 & 2). https://www.academia.edu/19664206/O_Acordo_Nuclear_com_o_Irã_O_Papel_e_as_Contribuições_das_Sanções_Internacionais_Política_Externa_2015_. Accessed 06 June 2019

Trading Economics. 2019. "Iran Inflation Rate." Accessed April 21st, 2019. https://tradingeconomics.com/iran/inflation-cpi.

United Nations, Department of Public Information, Security Council adopts resolution endorsing Iran nuclear deal. 20 July 2015, available from https://news.un.org/en/story/2015/07/504662-security-council-adopts-resolution-endorsing-iran-nuclear-deal.

–––, Security Council resolution 1696, S/RES/1696 (31 July 2006a), available from http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Iran%20SRES1696.pdf.

–––, Security Council resolution 1737, S/RES/1737 (23 December 2006b), available from http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Iran%20SRES%201737.pdf.

–––, Security Council resolution 1747, S/RES/1737 (24 March 2007), available from http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Iran%20SRES1747.pdf.

–––, Security Council resolution 1803, S/RES/1803 (3 March 2008a), available from http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96F-F9%7D/Iran%20SRES%201803.pdf.

–––, Security Council resolution 1835, S/RES/1835 (27 September 2008b), available from http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4F-F96FF9%7D/Disarm%20SRES1835.pdf.

–––, Security Council resolution 1929, S/RES/1929 (9 June 2010), available from http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/IRAN%20SRES%201929.pdf.

–––, Security Council resolution 2231, S/RES/2231 (20 July 2015), available from http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96F-F9%7D/s_res_2231.pdf.

–––, Joint Comprehensive Plan of Action on Iran Nuclear Issue at Crossroads 3 Years

Later, Under-Secretary-General for Political Affairs Tells Security Council. SC/13398, 27 June 2018. https://www.un.org/press/en/2018/sc13398.doc.htm. (United Nations 2018a)

–––, Security Council. 8362nd meeting report, S/PV.8362. https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_pv_8362.pdf (United Nations 2018b)

–––, United Nations Don't Allow Missile Programme Concerns, United States Pull-out to Erase Benefits of Iran Nuclear Deal, Political Affairs Official Tells Security Council. SC/13615, 12 December 2018. https://www.un.org/press/en/2018/sc13615.doc.htm (United Nations 2018c)

–––, New Approach Crucial for Eliminating Atomic Bombs, Speakers Tell Security Council, Warning Dangerous Rhetoric about Nuclear Weapons Use Is Eroding Disarmament Gains. SC/13761, 2 April 2019. https://www.un.org/press/en/2019/sc13761.doc.htm (United Nations 2019a)

–––, Amid Rising Tensions in Persian Gulf, Speakers in Security Council Urge Iran, United States to Maintain Hard-Won Achievements of 2015 Nuclear Deal". SC/13862. 26 June 2019.

https://www.un.org/press/en/2019/sc13862.doc.htm (United Nations 2019b)

United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland (UK). 2018. "Joint statement from Prime Minister May, Chancellor Merkel and President Macron following President Trump's statement on Iran." https://www.gov.uk/government/news/joint-statement-from--prime-minister-may-chancellor-merkel-and-president-macron-following-president-trumps-statement-on-iran. Accessed April 23rd, 2019.

Kerr, Paul K. and Kenneth Katzman. U.S. Congressional Research Service. Iran Nuclear Agreement and U.S. Exit. 7-5700/R43333. CRS, 2018, https://fas.org/sgp/crs/nuke/R43333.pdf (accessed 22 April 2019).

U.S. Department of State. 2019a. "U.S. Relations with Belgium". Accessed September 18.https://www.state.gov/u-s-relations-with-belgium/

–––. 2019b. "U.S. Relations with Dominican Republic". Accessed September 18.

https://www.state.gov/u-s-relations-with-the-dominican-republic/

–––. 2019c. "U.S. Relations with Kuwait". Accessed September 18.

https://www.state.gov/u-s-relations-with-kuwait/

–––. 2019d. "U.S. Relations with Poland". Accessed September 19.

https://www.state.gov/u-s-relations-with-poland/

U.S. EIA (Energy Information Administration). Country Analysis Brief: Iran. 2018. https://www.eia.gov/beta/international/analysis_includes/countries_long/Iran/iran.pdf (last modified 9 April 2018).

U.S. Embassy & Consulates in Russia. Iran Continues to Sponsor Terrorism. Press Statement by Secretary of State Rex W. Tillerson. Rex W. Tillerson. Washington, D.C., 2017. https://ru.usembassy.gov/iran-continues-sponsor-terrorism-press-statement-rex-w-tillerson--secretary-state/ (accessed 22 April 2019).

US History. 2019. "The Powers of Congress." http://www.ushistory.org/gov/6a.asp. Accessed 23 April 2019.

Vakhshouri, Sara. 2018. "Iran's oil exports are likely to remain limited in 2019, with significant negative impact on Iran's economy." https://www.ecfr.eu/article/commentary_iran_oil_exports_8_waivers_and_the_opec_meeting. Accessed 23 April 2019.

Vakil, Sanam. 2019. "The Art of a New Iran Deal". Last modified May 9th, 2019. https://www.foreignaffairs.com/articles/iran/2019-05-09/art-new-iran-deal?utm_medium=newsletters&utm_source=twofa&utm_content=20190510&utm_campaign=TWOFA%20051019%20The%20Art%20of%20a%20New%20Iran%20Deal&utm_term=FA%20This%20Week%20-%20112017&fbclid=IwAR0bjstFQa5H8YbOeSz1d2OIBf2LHyKHwIdVihsMmIk07GYtKoM7gj67mo0.

Visentini, Paulo G. Fagundes. 2014. "Os Estados Não Árabes do Machreck." In *O Grande Oriente Médio*: da Descolonização à Primavera Árabe, 225-269. Rio de Janeiro: Campus Elsevier.

Waltz, Kenneth N. 2012. "Why Iran Should Get the Bomb." *Foreign Affairs*, 1-5. https://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/why_iran_should_get_the_bomb_kenneth_waltzjuly_2002.pdf.

Winter, Chase. 2019. "What is the E.U.-Iran payment vehicle INSTEX?". Last modified January 31. https://www.dw.com/en/what-is-the-eu-iran-payment-vehicle-instex-/a-47306401.

Wintour, Patrick. 2019a. "Iran's foreign minister says public are losing faith in nuclear deal." https://www.theguardian.com/world/2019/feb/17/iran-foreign-minister-says-public-losing-faith-in-nuclear-deal. Accessed April 23rd.

–––. 2019b. "Iran nuclear deal: what has Tehran said and what happens next?". Last modified May 8th. https://www.theguardian.com/world/2019/may/08/iran-nuclear-deal-what-does-tehran-say-and-what-happens-next?fbclid=IwAR2pcte8MN1mFbXrigko-Qx-_jXBV4HvBaM8bUcVWXsJo37efb8tTK_W06I0

Wong, Edward, and Clifford Krauss. 2019. "U.S. Moves to Stop All Nations from Buying Iranian Oil, but China Is Defiant". Last modified April 22nd 2019. https://www.nytimes.com/2019/04/22/world/middleeast/us-iran-oil-sanctions-.html?fbclid=IwAR0eftdfijT15U-6vGn1ppjN-WW27TEVLZDfy-VNboSnccEXyCBtHrCxEo6I

Zarif, Mohammad Javad. n.d. "What Iran Really Wants: Iranian Foreign Policy in the Rouhani Era." *Foreign Affairs* 93 (3). Accessed June 6th, 2019. http://www.jstor.org/stable/24483405.

Zengerle, Patricia. 2015. "U.S. House passes Iran nuclear review legislation." https://www.reuters.com/article/us-iran-nuclear-usa-idUSKBN0NZ29M20150514. Accessed April 23rd, 2019.

UFRGSMUN | UFRGS Model United Nations
ISSN 2318-3195 | v. 7 2019 | p. 576-630

REEVALUATING THE ANTI-BALLISTIC MISSILE (ABM) TREATY

Arthur Schneider Gregório[1]
Rafaela Elmir Fioreze[2]
Rodrigo Führ[3]

ABSTRACT

The present *study guide* aims at reassessing the Anti-Ballistic Missile (ABM) Treaty signed in 1972. Due to recent unfoldings in the international security system, such as the 2018 Trump administration's withdrawal from the Intermediate Nuclear Forces (INF) Treaty and the debate on the Iran Nuclear Deal (namely the Joint Comprehensive Plan of Action), the discussion on the necessity of a new arms control treaty that comprises Ballistic Missile Defense (BMD) systems resurged. However, the current international scenario, unlike that of 1972, is marked by several actors holding Weapons of Mass Destruction (WMDs) and ABMs, as well as by BMDs now operating differently than before due to technological changes. As such, one may wonder whether a new ABM Treaty is necessary and, if so, how it must be shaped. In order to reevaluate the ABM Treaty nowadays, this guide is divided into 5 sections: the first one presents the historical background of ABM development up to the 21st century, followed by a section discussing what drives states to develop BMDs and what role they play in the current international security system. The third section briefly analyzes the major arms control treaties signed so far, focusing on the ones that shaped the actions of states regarding BMDs. The following section summarizes the political position of the UNSC members on the topic. Finally, we conclude by raising some questions to ponder if a new ABM Treaty is necessary and how it should be shaped.

1 Arthur is a second-year undergraduate student of International Relations at UFRGS and Assistant-Director at the UNSC.

2 Rafaela is a fourth-year undergraduate student of International Relations at UFRGS and Director at the UNSC.

3 Rodrigo is a final-year undergraduate student of International Relations at UFRGS and Director at the UNSC.

1 INTRODUCTION

From the mid-1940s until the beginning of the 1990s, the so-called Cold War provided the framework for an intense rivalry between two antagonistic great powers – namely, the United States and the Soviet Union –, which competed in ideological, political, economic and military terms (Hobsbawm 1995). Although every single aspect of this competition contributed to forging the scenario as a whole, the military dimension played a crucial role throughout this period, in which the international community witnessed the development of an assumed arms race. The possession of nuclear weapons[4] and their delivery mechanisms – among which we shall highlight ballistic missiles – came to be not only one of the most remarkable features of this arms race but also a determinant variable in the interstate system's polarization and polarity[5] (Martins and Cepik 2014).

Even though concerns regarding the proliferation of nuclear weapons and ballistic missiles have been out of the picture for a while, especially due to the establishment of arms limitation treaties, more recently, some events in the international scenario have brought these issues back to the spotlights. Accordingly, besides the U.S. very withdrawal from the ABM Treaty in 2001, in the last couple of years, a series of episodes have added to the buildup of a widespread fear regarding a potential new military competition between some prominent actors in the international system. First, the U.S. withdrawal from the Joint Comprehensive Plan of Action (JCPOA) in 2018 – alongside Iran's recent threat to resume its production of enriched uranium if sanctions are not properly lifted – raised concerns about the possibility of the treaty's dismantlement and, therefore, of nuclear proliferation in the Middle East (The White House 2018; Sanger et al. 2019). Second, the U.S. withdrawal from the Intermediate-Range Nuclear Forces (INF) Treaty – which, among other measures, banned the development and the deployment of ground-based ballistic and cruise missiles[6] with a range between 500 and 5000 kilometers – shed light on the possibility of a new military competition regarding this type of weaponry between Russia and the U.S. (IISS 2019; Nichols 2019). Last, global military expenditure reached its apex in 2018, totaling U$ 1,82 trillion and representing the highest number since Cold War's last whispers – 1988, more specifically (SIPRI 2019).

When combined and analyzed as a whole, all these events point to

4 In the present study guide, "nuclear weapons" shall refer to thermonuclear (or fusion) weapons, unless stated otherwise.

5 While "polarization" relates to the pattern of relationships established between the different states, the term "polarity" refers to the international system's number of poles; for instance, whether it is unipolar, bipolar or multipolar.

6 As it shall be later explored, the main difference between ballistic and cruise missiles relies on their trajectories: whilst the former follows a ballistic and arched trajectory, which can be traced both inside and outside the atmosphere, the latter travels through a low-level flight path, always within the atmosphere and usually close to surfaces.

some sort of military escalation between different powers, thus furthering discussions about the likeliness of a new arms race (Kühn 2018). Differently from the one that took place during the Cold War, nonetheless, this potential new race involves multiple actors instead of being circumscribed to only two major powers. The presence of new international players and nuclear states – such as China and India, for instance – is hence fundamental when considering the current scenario, given that, to a greater or lesser extent, they are also part of this pursuit for military and technological improvement. It is important to mention, however, that this search for newer, more powerful and accurate weapons occurs not only in offensive terms but also in defensive ones. That is, besides looking forward to developing or acquiring better nuclear warheads and delivery mechanisms, states will also seek missile defense capabilities, which could allow them to neutralize their opponents' ability to retaliate to a first strike and, therefore, to eventually break the international equilibrium maintained by nuclear dissuasion (Lieber and Press 2006; 2017; Martins and Cepik 2014).

In such a context of increasing military build-up, it is difficult not to mention and recall the Anti-Ballistic Missile (ABM) Treaty, which, broadly speaking, represented an attempt to guarantee peace through dissuasion (Lieber and Press 2006; Podvig 2004). Therefore, when analyzing the current international environment, in which military competition – involving nuclear and missile-related advances, more specifically – is undeniable, one may wonder whether a new ABM Treaty could be a useful instrument in addressing this situation.

Bearing all of the above-mentioned elements in mind, the present study guide aims to reassess the necessity of a new ABM Treaty in light of the recent international unfoldings. In order to do so, we first present a historical background on the development of ballistic missiles and ballistic missile defense (BMD) systems, from their early beginnings until the end of the Cold War, also highlighting the establishment of the ABM Treaty, in 1972. Following this, throughout the statement of the issue we shall try to understand: (i) for what reasons do states seek to develop ABM systems; (ii) what are ballistic missile defense systems and how do they work; (iii) what is the contemporary debate revolving around ballistic missile defense systems and their deployment; (iv) where the deployment of ABM systems has been or could be more significative; and (v) whether a new treaty, similar to the ABM one, could be an efficient mechanism in addressing and eventually finding a solution to the recent pattern of military buildup. Later on, the previous international actions will present the most important measures already taken to limit forces in terms of nuclear weapons and missiles. Finally, the bloc positions look forward to explaining current United Nations Security Council countries' stances regarding ABM systems and their effects.

2 HISTORICAL BACKGROUND

This section presents an overview of the development and use of ballistic missiles and ballistic missile defense systems, from the early German V-2 rocket to modern missile systems. Aiming at showing how the existence of these weapons shaped modern military doctrine and the field of international security, the present section is divided into three subsections: the first one presents a historical development of ballistic missiles and ABM systems; it is followed by the discussion on and the signing of the 1972 Anti-Ballistic Missile Treaty; and, finally, the last subsection discusses the utilization of ABM systems and the political discussion on the topic in the post-Cold War years.

2.1 HISTORICAL DEVELOPMENT OF BALLISTIC MISSILES AND ABM SYSTEMS

The history of ballistic missiles can be traced back to the first use of this type of weapon by Nazi Germany during World War II. Germany strived to create weapons that did not violate the post-World War I Treaty of Versailles and developed missiles as substitutes to long-range artillery and military aviation, which were banned by the Treaty. Necessity, convenience, and vision put the Germans in a suitable position to create the first operational ballistic missile. Their V-2 missile was used with limited success against the Allies in France, the Netherlands, and Great Britain, in the largest campaign of ballistic missiles to date. Even with poor performance by modern standards, the V-2 marked the initial development of a weapon that would have significant outcomes in the future (Chun 2006).

The German defeat, along with the development of new technologies such as new delivery vehicles and the atomic bomb, led visionaries to look at nuclear-armed conflict as a new and feasible type of warfare. While the V-2 carried only a conventional warhead, which caused limited damage, a similar delivery system could carry the newly developed atomic bombs and cause untold devastation from far away and without having to deploy a single soldier. Although the first missiles developed for this purpose were way too imprecise, the progress made in the development of hydrogen bombs during the first half of the 1950s overcame this handicap, since the tremendous destructive power more than compensated for the inaccuracy (Chun 2006).

By 1962, the United States had launching bases for its Intermediate--Range Ballistic Missiles[7] in Italy and Turkey. In that same year, the Cuban Missile Crisis took place and changed the relationship between the US and

7 Ballistic missiles with range varying from 3.000 kilometers to 5.500 kilometers (U.S. Department of State 2019a). Further discussion on the categorization of ballistic missiles can be found in the next section of this Study Guide.

the USSR forever. The Soviet Union, aware of its inferiority in ballistic missile development and in an effort to protect the new Cuban regime under Castro, decided to secretly place ballistic missiles on the Cuban island. The US discovered the plan before the missiles were operational and imposed a naval blockade on Cuba, causing a standoff between the two superpowers that almost resulted in a nuclear war. Both sides eventually worked a way out: the USSR would remove the missiles from Cuba and the US would, in turn, promise not to invade the island and remove their missile bases in Turkey. Once the crisis was over, both sides claimed victory (Chun 2006).

After the Cuban Missile Crisis, other countries understood how ballistic missiles could control or affect the behavior of their rivals; the possession of such weapons allowed countries to exert their influence in regional disputes and maintain internal cohesion. In that same decade, France, the United Kingdom and China developed their own nuclear weapons but were yet to develop ballistic missiles to deliver them. In-kind, after the Americans and the Soviets pioneered the development of ballistic missile technology, several countries started funding their own development of these delivery vehicles. This development and proliferation of ballistic missiles increased the need for a defense system capable of intercepting them (Chun 2006).

In the early years of ballistic missiles, it was not feasible to intercept them; the only way to neutralize the threat they posed was to destroy their launching bases. During the Cold War, however, scientists devoted their efforts to develop a way to stop ballistic missiles before they could deliver their nuclear warheads. An Anti-Ballistic Missile system would need to be able to detect, launch and intercept a missile or warhead during its trajectory. As technology at that time was not enough to allow for an accurate interception, the first ABM systems used nuclear explosions to destroy ICBMs[8] and their warheads. In the 1980s, technology had evolved enough for ABM systems to be able to operate without nuclear devices. There were already missile systems capable of shooting down supersonic aircraft and now engineers were focusing on developing ways to intercept ballistic missiles (Chun 2006).

Despite being a defense system, if an ABM was able to nullify the power of other countries' strategic missiles, it could set off an arms race, since it would completely destabilize the balance that the notion of Mutually Assured Destruction (MAD) by nuclear-armed ICBMs established between the countries (Chun 2006). An example of this scenario happened when the United States discovered the Soviets were building a missile defense system around Moscow. Fearing its missiles would become less effective, the U.S. invested in ways to overwhelm Ballistic Missile Defense systems. To prevent the escalation of this situation, the two countries began

8 Intercontinental Ballistic Missiles, ballistic missiles with a range of 5.500 kilometers or farther (U.S. Department of State 2019a). Further discussion on the categorization of ballistic missiles can be found in the next section of this Study Guide.

diplomatic negotiations which resulted in the SALT I[9] Agreement and the 1972 ABM Treaty (Burns 2010).

2.2 THE ANTI-BALLISTIC MISSILE TREATY (1972)

Signed at Moscow on May 26, 1972, the Treaty between the United States of America and the Union of Soviet Socialist Republics on the Limitation of Anti-Ballistic Missile Systems (ABM Treaty) was the cornerstone of what would later be known as the "universal recognition of the strategic stability concept" (Ivanov 2000, 15). Strategic stability would be the result of both parties rejecting the development and use of anti-ICBM missile systems, conscious that reciprocal vulnerability was the underlying prerequisite for survival in the nuclear age (Ivanov 2000, Stützle, Jasani and Cowen 1987).

The Treaty prohibited the use of strategic ABMs that were not launched from fixed land bases and limited to two the number of such bases for each country so that they could not provide a nationwide defense or become the foundation for one (U.S. Department of State 2019). "When it became clear that neither nation would complete a second site, the two sides agreed, in a 1974 Protocol, that each would have only one ABM site" (Hildreth 2005, 2). The treaty also stipulated that the selected sites could not have more than 100 missiles each and that both countries would limit the enhancement of their ABM systems and related technology, such as developing sea-based, air-based, mobile land-based or space-based ABM technology (U.S. Department of State 2019).

In 1985, however, the Reagan administration announced its reinterpretation of the treaty. Under this new perspective, the U.S. was allowed to develop and test space-based and exotic ABM systems (Burns 2010; Hildreth 2005). The Strategic Defense Initiative (SDI) – nicknamed "Star Wars Initiative" – was tasked with developing a system capable of defending the US against an all-out attack from the Soviet Union, seeking to replace deterrence and MAD with a system capable of defending the American people and not just avenging them (Burns 2010). Even though the SDI failed to achieve an operational defense system and was subject to controversy, the program renovated U.S. interest in ABM systems and undermined the effectiveness of the ABM Treaty, eventually leading to its termination (Burns 2010).

2.3 THE END OF THE COLD WAR AND THE DEPLOYMENT OF ABM SYSTEMS AT STAKE

9 The Strategic Arms Limitation Talks were a series of conferences that had the purpose of limiting strategic offensive and defensive systems of the Cold War superpowers. Further discussion can be found in the "Previous International Actions" section of this Study Guide.

With the end of the Cold War after the dissolution of the Soviet Union in 1991, the balance of power changed dramatically. Although reducing the risk of a massive ballistic missile attack, the fragmentation of the USSR resulted in the dispersion of its nuclear triad assets among new states. Furthermore, the overall instability in the region made other countries, especially the United States, fear the security of those weapons could not be assured. Another concern, shared by both the U.S. and Russia, was the proliferation of ballistic missiles and weapons of mass destruction (WMDs) to Third-World states, which were considered unpredictable and less stable. The question was whether deterrence, the cornerstone of the Cold War, would work in this new scenario (Werrell 2000).

The threat now shifted from an all-out attack to an accidental or unauthorized attack or an attack by a "rogue state" such as Iran or North Korea (Werrell 2000). The U.S. modified its missile defense policy, changing from the SDI's principle of defense against a large-scale attack to a more limited defense system, the Global Protection Against Limited Strikes (GPALS) – which later became the National Missile Defense (NMD). As a result, American focus shifted towards countering smaller and shorter in range ballistic missiles, more likely to be acquired by developing countries (Piccolli 2012; Stocker 2004; Werrell 2000). While the NMD was put aside and solely studied as a possible multi-layered system, the United States targeted as top priorities three core programs: the Patriot SAM (PAC-3), the Aegis Combat System, and the Theater High Altitude Area Defense (THAAD). While the PAC-3 and THAAD aimed at intercepting Short and Medium-Range Ballistic Missiles distant from America's mainland, the Aegis system would be capable of intercepting ICBMs in their midcourse phase[10] (Werrell 2000).

The American development of ABM systems, especially the NMD, concerned Europeans, who feared the U.S. NMD would weaken NATO since the allies would no longer face a shared nuclear risk. Another major complaint was the impact the NMD would have on the ABM Treaty: modifications on the agreement could encourage Russia and China to build up their offensive and defensive capabilities, undermining both the French and the British nuclear deterrents, and lead to an arms race. The view of the ABM Treaty as essential was reinforced by a United Nations General Assembly resolution in 2000 that recommended the Treaty to be preserved and strengthened (Werrell 2000).

Those efforts had little to no effect; the U.S. announced a five-year program to develop a National Missile Defense system and declared to be seeking changes in the ABM Treaty. Should these changes prove unattainable, the United States would consider withdrawing from the treaty. Russia promptly repudiated the Clinton administration's action and gave no indi-

10 The phase in which the warheads travel outside the atmosphere. Further discussion on the stages of the course of ballistic missiles can be found in the next session of this Study Guide.

cation that it was willing to amend the treaty. The Russians feared an NMD would threaten the efficacy of its nuclear deterrent and start a competition in a field they could not economically contend. They warned, however, that they would respond to an NMD by abandoning arms control agreements (Werrell 2000).

Clinton postponed the deployment of the NMD to after the end of his term, leaving his successor, George W. Bush, to decide on the matter (Werrell 2000). Bush insisted on the necessity of a missile defense system to protect the U.S. and criticized the ABM Treaty. His administration created the Ground-based Midcourse Defense (GMD) program, increased the budget for missile defense, and conducted several tests that put the United States' compliance with the ABM Treaty in doubt. After failing to obtain Russian support to change the Treaty, in December 2001 Bush gave Russia a six-month notice of his intention to withdraw from the Treaty (Werrell 2000, Burns 2010).

The ABM Treaty was the foundation on which international accords on arms control and disarmament were built, such as the Strategic Arms Limitation Treaties (SALT I and SALT II), the Intermediate-Range Nuclear Forces (INF) Treaty, and the Strategic Arms Reduction Treaties (START I and START II). According to the former Russian Minister of Foreign Affairs, Igor Ivanov (2000, 15), "if the foundation is destroyed, this interconnected system will collapse, nullifying 30 years of efforts by the world community".

In 2002, the Bush administration withdrew the United States from the 1972 ABM Treaty, claiming that the country should be able to build an effective missile defense and refrain from the Mutual Assured Destruction of the Cold War years in favor of defense against the threats of the 21st century such as terrorism and the so-called Axis of Evil[11] (Stocker 2004, Bolton 2002). On the following day, Russia pulled back from START II (Burns 2010).

3 STATEMENT OF THE ISSUE

Once seen the historical background, the present section aims to further understand what Anti-Ballistic Missile systems are, how do they work, and what role they play in contemporary world politics. In order to do so, this Statement of the Issue analyzes (i) for which reasons states seek to develop ABM systems; (ii) the operational and technical aspects underlying the functioning of these systems; (iii) some of the contemporary discussions on the use of Ballistic Missile Defenses; (iv) in which regions the deployment of BMD systems has been more significant; and (v) whether the current scenario might require or even be suitable for the establishment of

11 Term used by U.S. President George W. Bush to depict North Korea, Iran, and Ba'athist Iraq – countries the U.S. believed were sponsoring terrorism and trying to acquire WMDs (Bolton 2002).

a new ABM Treaty and how it would need to be shaped.

3.1 WHY DO STATES SEEK TO DEVELOP ABM SYSTEMS?

When attempting to understand the reasons behind states' pursuit of ABM systems, it is important to take into account some features that shape and forge the international system as a whole. One of these features, which has been exhaustively explored by several International Relations (IR) scholars, is the so-called anarchy. As pointed out by Kenneth Waltz (1979), the international system's structure is considered to be anarchic due to the absence of a wide, supranational authority, capable of imposing rules or even its own will on states. In such a context, where interstate relations are not regulated by a hierarchically superior entity, survival and security become crucial, thus leading states to equip themselves militarily – and eventually culminating in a competition among them (Waltz 1979).

In general terms, this was the scenario that prevailed throughout the Cold War. Two competing powers, namely the U.S. and the Soviet Union, concerned about surviving and ensuring their own security, sought to increase and enhance their capabilities towards one another. The result was the emergence of an arms race, in which nuclear weapons (recognized as decisive armaments) played a paramount role. Even though the U.S. managed to develop its nuclear device with some time advantage in relation to the Soviets, the latter did not fall much behind and soon had their own commissionable nuclear weapon (Holloway 1997). As both superpowers continued to develop and improve their nuclear arsenals and as the Soviet Union gradually approached parity with its rival, a nuclear war between the two great powers became less and less desirable, since it would be able to produce destruction in an unprecedented scale. It was precisely this notion that pushed forward the idea of mutually assured destruction (MAD). According to the MAD theory, besides possessing enough nuclear capacity to inflict significant destruction on the other side, each side is also capable of retaliating with similar or even greater nuclear force when firstly attacked by the other (Siracusa 2008; Freedman 2003). The acknowledgment of this situation, therefore, reduced the likeliness of the offensive employment of nuclear weapons, since the costs of retaliation could exceed any benefits derived from the first attack (Martins and Cepik 2014).

In addition to emphasizing the extent of the devastation caused by a potential nuclear attack, the idea of MAD also sheds light on the powers' second-strike capability – that is, their ability to respond to a first nuclear strike with at least an attack that inflicts unacceptable costs in terms of material and human resources on the other side. The North American and the Soviet capacities of delivering a second strike are, in fact, what prevented both states from carrying out an initial nuclear deployment. This credible threat of a second strike is at the core of the idea of deterrence.

Accordingly, the dissuasion by deterrence implies "frightening a state out of attacking, not because of the difficulty of launching an attack and carrying it home, but because the expected reaction of the attacked will result in one's own severe punishment" (Waltz 1981, p. 5). Therefore, deterrence does not involve one's capacity of defending itself, but rather of punishing the other if an offensive attack is launched (Podvig 2004; Waltz 1981).

It is important to mention, nonetheless, that dissuasion through deterrence refers not only to the nuclear weapons per se but also to their delivery systems. As a result, over the years, states have sought to guarantee some sort of diversity in terms of delivery mechanisms, aiming at hampering the execution of a rival's attack that might potentially destroy their entire arsenals. One of the most notable efforts in this sense was developed in the U.S. around the 1960s and later sought by other countries. Comprised by a) strategic bombers; b) land-based Inter-Continental Ballistic Missiles; and c) Submarine-Launched Ballistic Missiles, the so-called nuclear triad (or strategic triad) is illustrative of the maintenance of nuclear capacity in three different vectors – air, land and sea. By ensuring a credible second-strike capability, the triad enhanced nuclear deterrence, thus diminishing the possibility of a first nuclear attack (Podvig 2004; Siracusa 2008).

Therefore, throughout most of the Cold War, the deterrence provided by nuclear warheads and their respective delivery systems – particularly the strategic triad – was responsible for the maintenance of a "peace-inducing stalemate", which prevented both powers from launching a nuclear attack (Lieber and Press 2006, 9). Such a scenario, nevertheless, began to change as the U.S. and the Soviet Union engaged in attempts to develop weapons systems that could intercept and destroy ballistic missiles, especially ICBMs. Those mechanisms, which came to be known as ABM systems, proved to be of great value to both competing powers, given that, by allowing a neutralization of some of the nuclear triad's main delivery capacities, they eroded the hitherto prevailing rationale of an international peace rooted on nuclear dissuasion (Martins and Cepik 2014). Accordingly, as pointed out by Jerome Wiesner and Herbert York (1964, 31) by the mid-1960s:

> Paradoxically one of the potential destabilizing elements in the present nuclear standoff is the possibility that one of the rival powers might develop a successful antimissile defense. Such a system, truly airtight and in the exclusive possession of one of the powers, would effectively nullify the deterrent force of the other, exposing the latter to a first attack against which it could not retaliate.

In this sense, efficient ABM systems would allow the state that possesses them not only to reverse the nuclear stalemate, but also to possibly achieve nuclear primacy[12] (Lieber and Press 2006; 2017).

12 According to the authors, "nuclear primacy" refers to the situation in which "the one country with primacy can destroy its adversary's nuclear retaliatory capabilities in a disarming strike" (Lieber and Press 2006, 8).

It is also worth mentioning that the development of ABM systems with space-based components could be a significant step in a country's path to space exploration and, eventually, space command, especially when considering these systems' similarities with anti-satellite (ASAT) weapons[13]. As pointed out by Sheehan (2007), space command refers to a state's ability to assure its access to space and to prevent others from denying it such an advantage. Due to the strategic benefits that the participation in such domain entails, over the last years space command has appeared to be a premise for a country to achieve the status of great power, allowing states to enhance their capabilities both in economic and military terms (Cepik and Machado 2011).

When considering such a context, in which the maintenance of peace through nuclear dissuasion was being threatened by the development of ABM systems, one can easily understand the importance of the ABM Treaty of 1972: by limiting the production of anti-ballistic missiles to both parties, the treaty established an equilibrium between the U.S. and the Soviet Union (Podvig 2004; U.S. Department of State 2019). In other words, since it obliged the two states to rely first and foremost on their offensive capabilities, rather than on the defensive ones, the ABM Treaty revealed itself to be an instrument whose ultimate goal was to preserve and uphold the mutual assured destruction and, thus, nuclear deterrence – reason for which the treaty's advocates considered it to be the cornerstone of strategic stability (Rusten 2010).

As already discussed in the historical section, nonetheless, the ABM Treaty was abandoned in 2002, when President George W. Bush, stressing the U.S. need to build up its missile defense capacities, decided to withdraw from the treaty. In practical terms, this measure meant a rupture with the previously existing commitment to maintaining peace through nuclear dissuasion, allowing the U.S. and Russia to improve – both qualitatively and quantitatively – their missile defense systems. While praised by some, especially within Bush administration's executive branch, the treaty's dismantlement raised many concerns across the international community, since the scenario henceforth established could potentially develop into an intense military competition among the two great powers, eventually culminating in a new arms race (Rusten 2010; SIPRI 2001). Accordingly, such fears have been growing as counterforce – that is, a country's ability to disarm its opponent's forces – becomes increasingly important and as technological changes rend the countries' nuclear arsenals more vulnerable. Even though it is difficult to ascertain whether a new arms race is actually taking place or not, in a context where states may feel "compelled to arms race to ensure that their deterrent forces remain survivable" (Lieber and

13 ASAT weapons are space systems that aim at disabling and destroying enemy satellites. Since ABM systems are designed to counter ballistic missiles, whose travel heights and speeds are very similar to the satellites' ones, their operation is comparable to that of ASAT weapons. In fact, due to such resemblance, some BMD systems also have ASAT capabilities (Grego 2012).

Press 2017, 15), thus attempting to guarantee the efficiency of their own counterforce capabilities and to keep up with their adversary's advances, a phenomenon of this kind does not seem impossible at all.

3.2 OPERATIONAL AND TECHNICAL ASPECTS OF BMDS

To understand how BMDs operate and which role they hold in international politics, it is imperative to first comprehend what ballistic missiles are, how and when they are used, and why they matter. Only then it is possible to fully assimilate the working and the importance of BMDs.

Technological innovation has defined much of the strategic thinking for at least the last two centuries (Buzan 1987; Buzan and Herring 1998; O'Hanlon 2009). Since the first Industrial Revolution and its impact on military affairs, warfare is highly influenced by technological changes, impacting directly the distribution of military power. Advancements in firepower, strike precision, sensors and intelligence-gathering, among others, led key thinkers in the Soviet Union and in the United States to claim there was a "Military Technological Revolution" (MTR) or a "Revolution in Military Affairs"[14] (RMA) (Chapman 2003; O'Hanlon 2019) in process since the 1980s. In such interpretations, victory in the war theater could now be achieved mainly through technological innovation and superiority (Boot 2003), prompting states (and in some instances non-state armed actors) to channel their efforts in developing state-of-the-art weapon systems. This "technological imperative", as stated by Barry Buzan (1987, 74), is an important variable for understanding the qualitative evolution of Ballistic Missile Defenses in the last decades, and the drive for states to be at the leading edge of its development. BMDs are the "perfect example of investment in technology in pursuit of security" (Peoples 2010, 03).

Ballistic missiles differ from regular guided missiles due to the ballistic trajectory they follow to deliver their warheads. This allows them to reach farther targets, as most of their trajectory remains free-flighted and unguided, governed solely by gravity and following the Earth's curvature (U.S. Congress 2012; U.S. Department of Defense 2019a; Caston et al. 2014). Compared to other sorts of missiles trajectory, ballistic missiles need less fuel to reach their targets, also being able to carry more payloads and reaching higher speeds when descending.

The course of a ballistic missile is divided into three main stages and

14 The debate on RMA is highly controversial in the military, political, and academic spheres. While several authors support the RMA hypothesis, some critical views emerged since the 2000s. The most frequent arguments against the RMA question the centrality of technology in the military doctrine, tactics and strategy, and others condemn its capacity to be implemented in combating guerillas and non-state armed actors. For additional information on the debate about security and technology, see Barry Buzan (1987), and Columba Peoples (2010), and to see further on the debate on RMA, see Max Boot (2003), Biddle (2004), Cordesman (2014), Collins and Futter (2015), and O'Hanlon (2018).

other two smaller and briefer ones. The earliest segment of the missile flight is called (i) boost phase and is the only moment of the flight that is completely guided and powered by fuel. In this phase, liquid or solid propellants are boosting the missile upwards, reaching the atmosphere. When this boost is cut off, but before the missile reaches its maximum height and is divided from the payload into warheads, it enters a brief ascent phase. This stage is followed by the (ii) midcourse phase, which is the longest part of its flight; the warheads are now disconnected from the payload, flying through space with no air resistance, gaining supersonic speeds. The reentry into the atmosphere starts in the brief stage called the descent phase, and afterward, it enters the (iii) terminal phase, the last part of the flight. It is in the terminal stage that warheads reach their targets and then detonate (Thompson 2009; U.S. Department of Defense 2019a).

Although all ballistic missiles follow the trajectory described above[15], there are differences and categorizations among them, varying widely. They are often summarized into four main categories, being determined by their range and operational use. These are (i) the Short-Range Ballistic Missile (SRBM, with a range up to 1.000 kilometers), (ii) the Medium-Range Ballistic Missile (MRBM, with a range between 1.000 to 3.000 kilometers), (iii) the Intermediate-Range Ballistic Missile (IRBM, with a range between 3.000 and 5.500 kilometers), and finally (iv) the Intercontinental Ballistic Missile (ICBM, with a range superior to 5.500 kilometers) (U.S. Department of State 2019a). Each of these missiles reaches different speeds and take different durations to reach their targets. On average, an SRBM reaches 2km/s in its terminal phase, while an MRBM reaches 3km/s, an IRBM reaches 5km/s, and ICBMs are known to reach 7km/s, which is 22 times the speed of sound[16] (MACH 22) (Simionato, Baptista, and Monteiro 2015).

Ballistic missiles can be launched from different vehicles and locations. ICBMs and IRBMs are most frequently launched from ground silos, where they are protected from preemptive attacks by missile defensive systems and covered by hard concrete (Lieber and Press 2017). These two

15 Several missiles, especially short-ranged ones, can also have a depressed, less-than-optimal trajectory; these missiles do not complete the same ballistic trajectory as the regular ballistic missiles. They are maneuvered to start their decay and their reentrance earlier than expected, thus evading some of the BMD systems. Depressed trajectories are also expected to be useful in a scenario of a nuclear-first strike, as they have shorter flight times and flight paths. Moreover, depressed-trajectory missiles are not efficient in their use of weight and fuel, which ultimately discourage states to invest in its development. One specific use of depressed missiles is in Submarine-Launched Ballistic Missiles, as can be seen in Gronlund and Wright (1992).

16 These hypersonic speeds, even if posing an advantage in overcoming BMDs, are challenging in the maneuvering of ballistic missiles at the terminal phase. This is one of the reasons why ICBMs and IRBMs were designed to act solely as strategic and not as tactical weapons: their early precision capability was reduced, on average striking around 100m from their initial target. Currently, they are highly accurate, being guided with assistance from global navigation systems deployed in space and armed with small thrusters and boosters that can make small adjustments moments before the detonation (Lieber and Press 2006; 2017).

long-range missiles' locations are fixed, with a slow mobility capacity[17]. Consequently, MRBMs and SRBMs are mostly designed to be more versatile; they are often launched from naval, aerial or ground vehicles, such as trucks and trains (Caston et al. 2014, Lieber and Press 2017). Air-Launched Ballistic Missiles (or ALBMs) are not so common, even if thought to be of great importance in the nuclear triad as a contemporary development of the strategic bombers (Kaura 2018). ALBMs usually are SRBMs, used in instances where the aircraft cannot enter the target's airspace due to anti-aircraft artillery. Submarine-launched ballistic missiles (SLBM), in turn, can deliver both ICBMs and SRBMs; they can also remain closer to the target than ground-based ICBMs and avoid radars and sensors, due to their constant mobility (Martins and Cepik 2014). SLBMs are of high importance for deterrence, as will be discussed in the next sections.

Finally, one last important operational and technical aspect of ballistic missiles that affects the way BMDs work is their explosive material – or the warhead. Ballistic missiles often carry nuclear warheads, which are commissionable fission and thermonuclear (a second-generation nuclear weapon, with a first fission bomb igniting a fusion reaction, with greater explosion power) bombs. There are, however, ballistic missiles that carry chemical, biological, or conventional warheads (such as high explosives, or thermobaric explosives). Most ballistic missiles also support Multiple Independently Targetable Reentry Vehicles or MIRVs. MIRVs are smaller warheads, which detach from the missile in their descent and terminal phase; this way, a single missile can deliver multiple warheads at different targets, increasing the amount of target damage and the area affected. Besides MIRVs, ballistic missiles can also detach decoys, non-armed electronic payloads aimed at confusing interception and sensors (Thompson 2009; Martins and Cepik 2014).

It is now possible to further analyze BMD systems as a whole. They are composed of two major segments: (i) the sensors, radars and the Early--Warning system (EW), and (ii) the interception means. Sensors are equipment that detects and records energy particles of objects and activities, either reflected or modified by the phenomenon being observed (Bugden and Stepanov 2012). Radar composes a system known as ISR, or Intelligence, Surveillance, and Reconnaissance. They are indispensable to track and calculate a ballistic missile trajectory, its speed, its warhead content, and other characteristics. These radars can be placed either on the ground, fixed or in a mobile platform; in the sea, in submarines, ships or floating platforms; in the air, on aircraft known as Airborne Early Warning and Control (AEW&C) designed for command and control of the battlefield; or in outer

17 Two exceptions from this case are Russian ICBMs RT-2PM2 'Topol-M' and the decommissioned RT-23 'Modelets'. While the Topol-M launchers are placed on trucks, which can travel all sorts of terrains, Modelets were launched from railway-cars, which allowed them to move through the train rails. They are categorized as "TELs", or Transporter Erector Launchers (Lieber and Press 2017). To see the pros and cons of mobile ICBM launchers, see Caston et al (2014).

space, with the use of satellites (Bugden and Stepanov 2012; Martins and Cepik 2014).

When referring to BMDs, a major objective of sensors is to achieve Early-Warning. EW systems allow countries to get early notification of a launch of a ballistic missile, or its approach. To be able to perform in such a way, it is imperative to develop a complex system of sensors and radars, placed in all sorts of different locations and capturing different signatures (Martins and Cepik 2014). Most space-based radars operate obtaining infrared signatures, while sea and ground-based sensors can read other energy signatures. Satellites can get information of a launch recently made and follow its trajectory with accuracy until the missile reaches its midcourse phase, whereas ground-based radars take longer to get an Early-Warning sign, but have more precise readings during the midcourse and terminal phases (Dossel 2010, Defense Intelligence Agency 2019). This also means that all actors willing to obtain a full-spectrum EW system need to deploy strategic sensors near their enemy's border, which represents a "very obvious threat" in a situation of conflict (Martins and Cepik 2014, 30).

Currently, a challenging theme to BMDs is the space-based reading of ballistic missiles: only the US has the capability to obtain information from the entire world, while Russia and China, which are the closest nations to the US in terms of space technology, are still some steps behind. Whereas Russia would need at least 6 satellites in orbit to obtain a full reading of the US territory, it only has two declared satellites with the purpose of Early--Warning, which could cause vulnerabilities in their Early-Warning system (Russian Nuclear Forces Project 2019; Union of Concerned Scientists 2019).

As for the interception means, they are often categorized in the same manner as ballistic missiles. ABMs can be launched from the ground, in fixed or mobile vehicles; from the sea, in submarines; or from the air, in aircrafts. Both ground and sea-launched ABMs are called SAM or Surface--to-Air Missiles; they are guided by sensors and generally have "passive guidance", in contrast with "homing" or active guidance. This qualitative difference means that some SAMs are guided by a self-contained mechanism aimed at following their target – "homing" – whereas others are guided previously and adjusted in centers of command and control (Bugden and Stepanov 2012; Martins and Cepik 2014). Aircraft-launched missiles are called "air-to-air" ABMs and have a different role in BMD systems, which is going to be discussed below.

The interception of ballistic missiles can occur in all phases of a ballistic trajectory. Most of the BMD systems are designed to intercept ballistic missiles during their midcourse stage[18], because this is the longest part of the trajectory; especially for intercepting ICBMs, it may give the defender more opportunities for defending, firing again if the first ABMs fail. In the midcourse phase, notwithstanding, is where most ballistic mis-

18 E.g., the U.S.' Ground-Based Midcourse Defense (GMD) and the Israeli Arrow 3.

siles deploy their decoys; these payloads make it very difficult for ABMs to reach the target, and most of the sensors encounter problems due to the decoys' radar clutter (sounds, heat, and energy emitted by the decoy as a way of countermeasuring most sensors). Due to these difficulties and the long distance that missiles travel in this phase, intercepting a missile in the midcourse has been compared to "hitting a bullet with a bullet" (Futter 2013, 91), in such a way that most BMDs detonate their own warheads when close enough to their target in a "near-miss attempt", not trying to strike them directly in a physical shock (Dossel 2010; U.S. Congress 2012).

Terminal phase interceptors, even if not as common as midcourse ones, are also frequent[19]. Some main difficulties they face are related to the warheads' speed of reentry; as stated above, in the case of ICBMs, it may reach Mach 22 (Simionato, Baptista, and Monteiro 2015), providing a very short time window for the defender to make the interception. It also has two other major disadvantages: as the ballistic missile detonates closer to the target, it may deliver hazardous material, as in the case of nuclear, chemical, or biological weapons; and, if the missile deployed MIRVs, there is a necessity to intercept various warheads, not a single one (Thompson 2009; U.S. Congress 2012). Nevertheless, this sort of interceptor is more commonly used to hit SRBMs and MRBMs, as they do not reach such high speeds and rarely deploy MIRVs. Also, the proximity to the target makes it possible for ABMs to be lighter, cheaper and equipped with simpler sensors. In the terminal phase, almost all interception occurs with "hit-to-kill" missiles, which hit the warheads directly, detonating the target due to kinetic energy.

Finally, interceptors in the boost phase are still a technological challenge. They require both a very-well developed Early-Warning system, in order to get the notification of the launch early on, and BMD systems deployed and ready in a location close-by to the launch of the missile. Even though it is a possible scenery in the case of a very-short-range ballistic missile launched from the theater, where ABMs could be launched very quickly, it is thought to be impossible in the current state-of-art technology (Sagan 2007, Thompson 2009, Martins and Cepik 2014). In strategic levels, the United States is considered to be the only actor with capabilities to intercept ballistic missiles in the boost phase with air-to-air weapons systems, particularly because of the United States Air Force's capacity to penetrate enemy territory due to U.S. air dominance superiority (Martins and Cepik 2014).

3.3 DISCUSSIONS ON BMD SYSTEMS

Having described both how ABMs work and the rationale for their

19 E.g., the Russian ABM-3 Gazelle, the U.S.' THAADs, or the Chinese HQ-29.

use, it is now time to have an overview of the discussion on BMD systems. In this subsection, we aim at analyzing some of the contemporary discussions on missile defenses, providing arguments for and against their deployment. We also aim at indicating some of the importance BMDs hold in global politics nowadays, putting into consideration its impact on deterrence, nuclear stability and the impact on the escalation of an arms race. In the end, we will try to provide some insights into why ABMs matter in the tactical, theater and strategic scenery of global politics.

The political instance and impacts of ABMs are still seldom discussed. They are often claimed to be inherently stabilizing factors, holding defensive status, and also noted as having none or very limited offensive capacity. They are often compared with ballistic missiles, being characterized as the "defensive stance" of ballistic missiles capacities (Wilkening 2004). Furthermore, they are considered of major importance to keep an arms race at bay, as new defense systems encourage actors to build-up their missile's capabilities (Lieber and Press 2006; 2017). These interpretations are in accord with the general perception of these weapons observed by Dossel (2010): ballistic missiles are seen as a "weapon of terror" when used, or a "weapon of deterrence" when their use is implied, whilst BMDs are seen as the exactly oppose.

Some argument has emerged on whether BMDs are stabilizing factors, and where they stay within the defense-offense debate. We will start with the latter. During the history of warfare, offense and defense have both claimed their superiority alternatively. While in some instances attackers had the advantage in tactics and technology, as in the German conquest of France during the Second World War, in others the defenders got the upper hand, as in the I Arab-Israeli War (Buzan 1987; Jervis 2007). Most of the literature on the defense-offense balance affirms that, ceteris paribus, an offensive superiority leads to aggression and war, whereas defensive primacy is linked to moments of peace and stabilization (Levy 1984). This is the rationale behind many of the arguments in favor of the deployment of ballistic missile defenses, as they are expected to behave solely in a defensive stance.

However, this model creates a dichotomy that, as Peoples (2010), Steff (2013) and Levy (1984) argues, may not be so. Some of the technology deployed in defense systems is also capable of shooting down aircraft, satellites or other mobile targets if desired, making it part of important Area Denial (AD) planning. The neutrality of defense technologies is also questioned by Buzan (1987) and Peoples (2010): even if they are designed to be primarily defensive, it does not mean policymakers cannot use their technology to have an aggressive posture in the international system. Their existence allows actors to pursue offensive stances with the assurance that their homeland or tactical assets on forward bases are secured against missile threats (Dossel 2010; Riqiang 2013; Simionato, Baptista, and Monteiro 2015). It also means that nations with the possession of nuclear weapons,

but without their capacity to deliver due to the defensive superiority of their adversaries, are going to have their offensive capacity nullified, being put in a fragile situation (Martins and Cepik 2014).

If these factors are left aside, another aspect worth putting into discussion is the allegedly peaceful character of defense superiority. Levy (1984) makes his argument that this assumption is only true when it is socially accepted that defense must be favored; if a single major actor disagrees, or if he desires to modify the status-quo, offense will again be favored in the military rationale. Jervis (2007) makes an argument dividing short-run and long-run stability. He affirms defense superiority may lead to stability in the long run if technology and capabilities allow major states to develop defense systems capable of counter measuring the available weapons systems, giving rise to a dynamic stability similar to an arms race. In such, stability will be achieved as long as the defense technology overpowers their offensive counterpart. In the short run, however, any increase in the defense status of a country may lead to a preemptive attack, as adversaries are not going to wait until the new defense system is deployed to make their move, risking losing their nuclear capacities.

These analyses further question the stabilizing aspect of Ballistic Missile Defenses. Since the Soviet Union dissolution, several states managed to create delivery systems for nuclear-tipped ballistic missiles, either indigenously or by purchasing ballistic technology, and some few states managed to deploy ABM systems, even if with range limitation to SRBMs. More states hold now the capacity to deliver WMD, whilst limited in range and technology. ABMs, however, are still limited to a few countries, with production and distribution dominated by a handful of actors. The entire chain of production is considered to be dominated solely by the United States, the Russian Federation and China (IISS 2019).

This situation creates a scenario similar to the short-run situation Jervis (2007) described, where instability may be the rule. As a consequence, Jervis continues, the proliferation of ballistic missiles and the limited proliferation of BMDs change the nuclear balance, affecting regional stability and promoting incentives for preemptive strikes – especially in the case of "rogue states" and non-state military actors which do not necessarily abide by the deterrence logic. Therefore, if not controlled or redesigned for the XXI century, BMDs can cause instability in the international system, promoting insecurity and creating enmity (Buzan 1987; Dossel 2010; Steff 2013).

Some of the discussion on Anti-Ballistic Missile systems suggests they have distinct impacts on different levels of analysis. This literature often offers an alternative categorization for BMDs than the one presented in the section above, focusing not precisely on the range of the missiles, but on the scenery in which they are designed to be used. Hence, they divide

ABMs into three types: (i) Tactical Ballistic Missile Defense, or ATBM[20], which encompasses very-short-range BMDs, usually with less than a hundred kilometers in range, used in combat[21] in a short-term dimension; (ii) The Theater Ballistic Missile Defense (or TMD), which deals with SRBMs and MRBMs in the theater of the war[22]often used to defend high assets that are deemed important to the warfare for a medium-term dimension; and (iii) The Strategic Ballistic Missile Defense, also known as National Missile Defense (NMD), which deals almost solely with ICBMs and SLBMs, and refers to the long-run planning of the warfare, dealing with the high spheres of national politics and national interests (Budgen and Stepanov 2012; Riqiang 2013; Martins and Cepik 2014).

Starting in the tactical sphere, there is not much consideration for the impact of Tactical BMDs. As they are designed for battle-range, these systems have a very limited impact on the outcomes of warfare, and, considering the high price of ABMs' technologies, most states are discouraged to invest in their development (Rubenson and Bonomo 1987). Even more, three aspects are interconnected with ATBMs and need to be mentioned: the first one is the fact that, concerning ballistic missiles, there is a blurred line within Tactical BMDs and Theater BMDs. In some instances, TMDs can operate within the range of ATBMs, and the opposite is just as true, thus increasing the importance of the tactical sphere (Riqiang 2013). The second one is that most ATBMs can be used as Anti-Aircraft Ballistic Missiles since they are within the range of operation of aircrafts. They compose, therefore, an important aspect of Area Denial and ISR's operations within the battlefield (Martins and Cepik 2014; Rubenson and Bonomo 1987). And, finally, even if ATBMs are not thoroughly discussed in the political and academic sphere, the tactical sphere is of great importance for the ABM debate in general, as the technology efficiency debate of BMDs operates in the level of tactics (Caston et al. 2014).

Since the 1990s, TMDs gained importance in global politics due to the diminishing of the United States-Soviet Union enmity, and for the perception that ABMs focused on SRBMs and MRBMs could be more effective and less expensive than their strategic counterpart (Lee 2001, Dossel 2010). As pointed out by Simionato, Baptista, and Monteiro (2015), whereas National Missile Defenses are related to global stability, TMDs affect the regional balance. In some cases, it can be argued Theater BMDs can occupy the same

20 Anti-Tactical Ballistic Missile.

21 Tactics, as defined by Martins and Cepik (2014, 19), refer to "the use of combat to win battles". It is composed of the routine of the divisions in the battle, and, although of extreme importance in the short run, individually it presents little impact on the outcome of the war (Romaniuk 2017).

22 Theater of the war, theater of operation or just theater is defined as "[a] land with the seas that bound it or an area of ocean (sea) with islands and the adjacent continental shoreline, as well as the air and space above them, within which force groupings can be deployed and conduct operations. The boundaries and composition of a theatre are defined by the military-political leaders of states or coalitions of states" (Budgen and Stepanov 2012, 52).

role as Strategic BMDs, as they can guarantee the defense in some small territories, or in a situation where all rivals are located geographically nearby (Wilkening 2004). Dossel (2010) affirms that the proliferation of WMDs and ballistic missiles as their vector of delivery have both shifted the debate on deterrence to the regional level. Furthermore, it can be argued that there is a direct link between TMDs and NMDs: as their operation is similar and both relate to levels of political deterrence, both systems directly affect polarization and polarity in the international system (or, in other words, the relation between great powers, and great powers' distribution of capabilities, respectively) (Martins and Cepik 2014).

One aspect that resides on the theater level of analysis is the risk of a preemptive attack due to the deployment of TMDs. Some nations justify their installment of BMD systems with short and medium-range characteristics due to the existence of ballistic threats coming from "rogue states" or non-state armed actors. This is an outcome of the missile proliferation that took place after the Cold War (Dossel 2010): as the access to ballistic missiles is easier than it used to be, states are stimulated to develop defensive stances, prompting an urge to deploy TMDs. However, as aforementioned, this can originate the rationale for preemptive strikes from adversaries, since they are going to have their capabilities diminished (Buzan 1987; Jervis 2007). TMDs, accordingly, have a "preemptive imperative" (Martins and Cepik 2014, 19) rationale, which can cause insecurity and animosity. In the next session, we will further analyze TMDs and their impact on global politics.

In conclusion, Strategic BMDs are directly connected with the balance of power on a global scale. Currently, only five countries hold capabilities to possibly intercept ICBMs: the United States, the Russian Federation, China, France, and the United Kingdom (IISS 2019). It is questioned, notwithstanding, if there is a clear separation between the Theater and the Strategic stances of ABMs, as the deterrence extended from the great powers' homeland to the regional spheres with the end of the Cold War's rivalry (Lieber and Press 2006), whilst this extended deterrence is considered less coercive (Wilkening 2004). Chinese and Russian deployments for counterbalancing U.S. missile defense, for example, have focused more on Eastern Europe, Taiwan, North Korea, and the Middle East, and not on their homeland territory (Wilkening 2004; Dossel 2010; Peoples 2010). Programs to intercept ICBMs, as the Russian A-135 or the United States' Ground-Based Midcourse Defense, are also questioned in their efficacy: it is very unlikely that, in case of a complete nuclear first strike with the adversary alert, Strategic BMDs could intercept every ICBM launched. Both U.S. and Russia often state that their defense against ICBMs are mostly for possible unintentional or terrorist strikes, and not to guarantee nuclear primacy, as the principles of deterrence and MAD predict (Freedman 2003; Wilkening 2004; Lieber and Press 2006; Martins and Cepik 2014; U. S. Department of Defense 2019b; IISS 2019).

3.4 THE DEPLOYMENT OF MISSILE DEFENSE SYSTEMS ACROSS THE GLOBE

Part of grasping the importance of ABM systems and missile defense systems as a whole is understanding where their potential or actual deployment is more crucial and significant. Either because of their geographic position, either due to the emergence of key actors within their scope, some regions appear to be more critical in what concerns the deployment of missile defense systems, both in strategic and theatre terms. As we shall explore in the present section, that is the case of Europe – especially its Eastern portion –, Asia and the Middle East (Gray 2013).

In spite of having been an area of major tension between the two great powers throughout the Cold War, it was only in the Bush years (2001-2008) that Europe came to be more notably involved in U.S.' missile defense plans. Accordingly, as suggested by his controversial decision to withdraw from the ABM Treaty, George W. Bush's rise to the U.S. presidency was accompanied by a strong commitment to the further development of missile defense capabilities – a narrative that was reinforced after the 9/11 events (Burns 2010). In this sense, the government's programs and measures in this regard revolved around the idea of a National Missile Defense (NMD) initiative, supposed to comprise "an integrated and layered defense that would be capable of attacking warheads and missiles in all phases of flight [...] as well as provide global defenses against missiles of all ranges" (Simionato, Baptista, and Monteiro 2015, 9). Besides providing for the installation of interceptors in Alaska and California, Bush's plans also envisaged the establishment of a third, a European missile defense site, which included the deployment of interception missiles in Poland and radars in the Czech Republic (Piccolli 2012).

If U.S.-Russia relations had already been shaken by Bush's decision to withdraw from the ABM Treaty, his administration's plans to station this missile defense site in Europe only contributed to increase the tensions. Even though U.S. intentions with the positioning of the interception missiles and radars in Eastern Europe were allegedly to counter threats posed by Iran – whose longest-range missile, by that time, could not reach Poland nor the Czech Republic, neither Western Europe[23] - Russia's government regarded this measure rather suspiciously, especially because of the site's proximity to its own territory. As a result, from a Russian point of view, such a missile defense system stationed in the European continent was a U.S. attempt to undermine Russia's forces and, therefore, to mitigate its dissuasion strategy (Burns 2010; Piccolli 2012).

With the inauguration of the Obama years, a more conciliatory approach between the two powers seemed more achievable: not only did

23 As pointed out by Piccolli (2012), Iran's Shahab-3, which had a range of 2000 km and, therefore, represented the country's longest-range missile, could only reach Turkey and some few Eastern European countries.

the U.S. and Russia sign the New Strategic Arms Treaty (New START), but the U.S. also showed to be willing to dialogue with Russia regarding the establishment of a missile defense architecture in Europe (Zyga 2012). Despite having drawn back from Bush's decision to install the system's components in Poland and the Czech Republic and having shifted the approach from strategic towards theatre defense, Obama did not put aside the idea of implementing a missile defense system in Europe, thus launching the so-called European Phased Adaptive Approach (EPAA) – in which NATO members would also take part (Piccolli 2012). However, as NATO rejected Medvedev's – then Russia's president – proposal of installing a joint missile defense system, Russia ended up adopting a more cautious stance towards the EPAA, questioning the argument that the European shield aimed at addressing the growing threat posed by Iranian missiles; hence, Russia feared the possibility of witnessing the dismantlement of its strategic deterrence (Zyga 2012).

As its name suggests, the EPAA consisted of an initiative whose implementation would occur in different phases, which should advance according to the participant countries' perception of the growth of threats (Piccolli 2012). Initially, this adaptive approach was supposed to be implemented throughout four different phases, which can be summarized as follows: Phase I, which was officially deployed in 2011, provided for the utilization of already existing missile defense capabilities to defend against regional ballistic missile threats. It included the deployment of USS Monterey (a ballistic missile defense-capable ship) in the Mediterranean Sea, ground-based radars in Turkey and the establishment of a command center in Germany; Phase II, which was scheduled for 2015, but considered operational only as of 2016, aimed at the defense against short and medium-range ballistic missiles. It included, inter alia, the deployment of the Aegis-Ashore system in Romania; Phase III, which was initially scheduled for 2018, but later delayed to 2020, envisaged to counter intermediate-range ballistic missiles. Besides providing for the deployment of more advanced SM-3 Block IIA interceptors, it also included the introduction of the Aegis-Ashore system in Poland; and Phase IV, which was originally set for the 2020 timeframe, but was canceled in 2013. It envisaged to counter ICBMs and, in order to do so, it involved SM-3 Block IIB interceptors (Reif 2019; MDAA 2019b). It was particularly these last two phases that most concerned Russia, given that the country's "strategic nuclear deterrence is based on the rapid-launch capability of its intercontinental ballistic missiles" (Zyga 2012, 16).

During the 2010 Lisbon Summit, NATO members, which were already seeking to enhance their joint missile defense capabilities, decided to formally incorporate the EPAA into the organization's ballistic missile defense framework. As a result, Obama's adaptive approach became a component of NATO's Active Layered Theater Ballistic Missile Defense (ALTBMD) (Whitmore and Deni 2013). Ever since, the U.S. and its NATO allies have

been closely cooperating in missile defense matters, seeking increasing interoperability. As indicated by the 2019 Missile Defense Review, Trump's government seems not only willing to, but also interested in ensuring the continuity of such cooperation, believing that a "deepening of interoperability will enable the Alliance's forces to act together more coherently and effectively to counter missile strikes" (MDA 2019, 17).

Another region of striking importance when it comes to the subject of missile defense systems is the Asian continent. Not only has Asia been the stage in which the emergence of important regional and global powers – such as China – took place, but it also hosts a country that, for a long time, represented an alleged threat to U.S. security – that is, the Democratic People's Republic of Korea (DPRK), or simply put, North Korea. Since the 1980s, the U.S. has maintained cautious relations with North Korea, being suspicious of its ambitious nuclear and missiles program. If, on the one hand, attempts to foster a warmer approach towards the Asian country have been carried out throughout Clinton's administration, on the other hand, this situation began to drastically change by 1998, when North Korea tested its Taepo Dong (TD)-1 missile, whose range was between 1500 and 2000 kilometers. Later on, in 2006, the country launched its long-range Taepo Dong (TD)-2 ballistic missile, with a range that went from 3600 to 4300 kilometers (Burns 2010).

The abovementioned ballistic missile tests prompted the Republic of Korea (South Korea) and Japan – which were both within North Korea's missiles reach – to engage in the search for missile defense capabilities. Whilst South Korea initially intended to rely solely on its offensive missiles to counter its northern neighbor's threats, the Northern Korean TD-2 missile test and the consequent development of tense relations between the two countries convinced the South's government about the necessity of deploying lower-tier missile defense. As a result, in 2013, the Republic of Korea started to implement its missile defense system, which involved "U.S. Patriot Advanced Capability-3 (PAC-3) missile interceptors, a missile command-and-control center to detect and track missiles up to a distance of 1000 kilometers and Standard Missiles to be placed on three Aegis destroyers" (Burns 2010, 104). Through further cooperation with the U.S., such a structure was later complemented by the deployment of the THAAD system, which would allow for the interception of short and middle-range ballistic missiles (Reif and Davenport 2016).

Japan, for its turn, felt compelled to pursue newer and more advanced ballistic missile defense capabilities as soon as North Korea delivered its TD-1 test, in 1998. From that moment on, Japanese public opinion assumed a more favorable stance regarding missile defense, and the installation of such a system became a top priority. In this sense, Japan has since then engaged in strong cooperation with the North-Americans on the matter, being able to establish, throughout the years, a missile defense architecture that comprises 16 PAC-3 units and the Aegis ship-based system,

which are integrated with other U.S.' capabilities, and becoming the most important partner of this great power in the region (Gray 2013; Medeiros and Saunders 2001). Such remarkable partnership continued to evolve, having more recently culminated in the joint development of SM-3 Block IIA interceptor missiles, with "extended interceptable altitude and coverage of protection", as well as "enhanced defeating capability and simultaneous engagement capability" (Japan 2017, 331).

Apart from North Korea's ballistic missiles, another factor that has been significantly alarming for the U.S. in the region – and without which one cannot talk about Asia – is the rise of China as a great power, either diplomatically, politically or economically. Not surprisingly, Chinese power's growth, both in regional and international terms, did not go unnoticed by the U.S., which, to a greater or a lesser extent, saw its interests in the Asian continent threatened by this new competing state. In this sense, the U.S. government's efforts to establish partnerships with determinate Asian countries was aimed not only at addressing North Korea's missiles, but also at countering China's missile capabilities (Steff 2013). As later revealed, despite U.S.' rhetoric being focused on North Korea, in fact, it was also "looking longer term at the elephant in the room, which is China", and the country's attempt to cooperate with some Asian states aimed at "laying the foundations" for a regional missile defense system, embracing Japan, South Korea, Australia and Taiwan (Entous and Barnes 2012, online).

Since Bush's NMD initiative – and, more specifically, since the deployment of interceptor missiles in Alaska, which China did not believe to be targeted against North Korea, but rather against itself –, Chinese officials have been suspicious about U.S. intentions in its surroundings (Burns 2010). Accordingly, the installation of TMD systems in Asia is a particularly sensitive issue for China, since the country's doctrine is based on the idea of minimal deterrence, which, for its turn, puts significative emphasis on short- and middle-range ballistic missiles, irrespective of whether they are nuclear or conventional (Steff 2013). As a result, ever since, U.S. missile defense plans for Asia – and the consequent development of partnerships for this purpose in the region – have played a divisive role in its relations with China, for whom the greatest concern was the North-American sales of missile defense systems to Taiwan, which could become increasingly prone to pursue its independence. Hence, as stressed by Zhang (2011, 556), "China's evolving perceptions of US missile defense have been the key driver of its nuclear modernization efforts", thus attempting to strengthen its nuclear deterrent. This, nevertheless, does not mean that China focused exclusively on enhancing its offensive capabilities: in fact, the country also sought to develop its own ballistic missile defense program, based on a Dong Neng (DN)-3 hit-to-kill interceptor. In February 2018, the country successfully tested its missile defense system, able to strike a medium-ran-

ge ballistic missile (Steff 2013; Panda 2018)[24].

Finally, another case that deserves attention within Asia's framework is that of India. Due to its proximity to China and Pakistan, considered to be potentially hostile and to have the capabilities to reach the Indian territory, by 2006, India began to engage more assertively in the development of its own missile defense program. As expected, Pakistani officials have been alarmed about the effects this could have on the regional balance of power, fearing to forfeit its nuclear retaliatory capability (Burns 2010; Simionato, Baptista, and Monteiro 2015). Besides the Swordfish Israeli radars, the missile defense architecture that India began to construct consisted of Advanced Air Defense (AAD) interceptor missiles for lower altitudes (15-25 kilometers) and Prithvi Air Defense (PAD) interceptor missiles for higher altitudes (80 kilometers), which, when jointly deployed, shall be able to intercept intermediate-range missiles of up to 5000 kilometers. Still in 2006, the country successfully tested its PAD missiles, therefore becoming one of the hitherto few countries to have developed a ballistic missile defense system (Philip 2019).

The last region we must address to provide a geographic overview of the importance of missile defense systems is the Middle East. Corresponding to a region where major conflicting interests converge, the Middle East has, throughout the years, been an area in which the development of determinate kinds of weapons – among which are nuclear warheads and ballistic missiles – has appeared to be more sensitive. This situation, added to the international and regional pattern of alliances in the region – which, briefly speaking, is marked by the Arab Gulf monarchies', along with other Arab states, and Israel's (both backed by the U.S.) suspicions towards Iran –, helps one to understand why, for most countries of the region, the most prominent threat was not Israel's nuclear arsenal, but rather Iran's former nuclear program and its ballistic missiles (Terrill 2011).

Accordingly, Iran's earlier attempts to develop a nuclear program, alongside its ballistic missiles, have generated reactions not only among its neighbors, but also internationally, since, as already mentioned, Bush's Third Site in Eastern Europe and Obama's EPAA were allegedly aimed at countering Iranian missile capabilities (Piccolli 2012). In the regional scope, nonetheless, the first and most remarkable move to counter Iran's short and medium-range ballistic missiles came from Israel, which, with expressive financial aid from the U.S., managed to launch, already by the 1980s, its first missile shield, the so-called Arrow or Hetz system (Burns 2010). This upper-tier TMD system, acknowledged as a cornerstone of U.S.-

24 It is worth noting that, amidst the tensions in the South China Sea, a rather controversial measure that has drawn the international community's attention was the Chinese deployment of anti-ship cruise missiles and surface-to-air-missiles in its artificial islands in the region. In May 2018, the country was found to have installed YJ-12B cruise missiles and HQ-9B anti-aircraft missiles on Fiery Cross, Subi and Mischief Reefs, located in the Spratly Islands - event that brought about increased concerns about a growing militarization of the South China Sea (Macias 2018; Stashwick 2018).

-Israel strategic cooperation, became operational in 2000 and, having been deployed both near Tel Aviv and South Haifa, was able to defend most of the Israeli territory from ballistic and cruise missiles (Clarke 1994). Since the release of its first version, the Arrow system has been formally upgraded and enhanced twice: in 1995, with the development of Arrow-2 and, in 2008, with the development of Arrow-3 (MDAA 2019a). The Arrow-3 system, which has been successfully tested in January 2019, is considered to be the "next generation of defense systems", being capable of striking targets "from great distances and heights at a much higher speed" (Kubovich 2019, online). Moreover, along with the Arrow system, the Israeli multi-layered missile defense architecture is also composed by the Iron Dome – a bottom-tier system – and the so-called David's Sling – a middle-tier system (Missile Threat 2018a; 2018b).

Beyond Israel, more recently – especially from the 2010s on –, another focal point in U.S.' efforts towards missile defense cooperation in the Middle East has been the Gulf Cooperation Council (GCC)'s countries[25]. Much like Israel, the Persian Gulf monarchies – which, in general, maintain strained relations with the Islamic Republic since the outbreak of the 1979 Revolution – have been wary of Iran's short and middle-range ballistic missiles, therefore seeking to purchase U.S. systems to defend their own territories against this threat. Even though Obama's administration has attempted to promote a collective purchase of missile defense systems in the Gulf region, thus seeking to foster interoperability among the GCC members, this endeavor was soon frustrated as each country decided to individually acquire missile defense mechanisms (Kattan 2017). That is, while many of the Gulf countries operate (UAE), are upgrading to (Kuwait and Saudi Arabia) or are looking forward to deploying (Qatar) PAC-3 batteries and missiles, and operate (UAE) or are interested in operating (Oman, Qatar and Saudi Arabia) THAAD systems, none of these mechanisms are integrated into a single, regional missile defense system (Gray 2013; Kattan 2017). The outcome of such fragmentation, nevertheless, is an increased vulnerability for the Persian Gulf, once "a comprehensively networked missile defense architecture outperforms a configuration consisting of independently operated missile defense batteries" (Elleman and Alsayed 2015, 169).

It is bearing this in mind that Trump's administration proceeded with its predecessor's aspirations to bolster missile defense cooperation within the Gulf region. Combining the necessity of protecting its allies from the threat posed by the Iranian ballistic missiles and its own intention to retreat from the Middle East, and thus to share the burden of the region's security, the U.S. has been trying to foster defense cooperation through the Middle East Strategic Alliance (MESA), which brings the GCC countries and the U.S. together with Egypt and Jordan. In spite of having multiple

25 The GCC is comprised of Bahrain, Kuwait, Oman, Qatar, Saudi Arabia and the United Arab Emirates (UAE).

dimensions, security appears to be the alliance's primary pillar, being the promotion of interoperability between the countries' defense systems one of its main goals (Farouk 2019). It is important to notice, notwithstanding, that while the U.S. has demonstrated to be strongly committed to the venture of a wide coordinated missile defense framework across the region, this endeavor is far from being an easy task to accomplish, since it may – as it has been in the past – be hampered by the differences and disagreements between the Arab states involved (MDA 2019; Stein 2019).

In general terms, the brief analysis provided for each region allows us to understand that, even though the focus on missile defense has shifted from strategic to theatre, those systems remain significantly important for the regional balance, polarization and polarity – one of the reasons for which missile defense seems to be one of Trump's top priorities (MDA 2019). As previously mentioned, the European continent became the theater in which the rivalry between the U.S. and Russia came to be more evident, probably representing the key point of tension between these two countries in what concerns missile defense (Piccolli 2012). Accordingly, Russia's perception of the U.S. attempt to achieve nuclear primacy, and, therefore, to establish itself as the sole great power of a unipolar system, were mainly – if not exclusively – focused on North Americans actions in the European scope. As for Asia, whilst North Korea posed, for a long time, a major nuclear and ballistic missile threat, the recent negotiations between Kim Jong-un and Donald Trump, as well as the rapprochement between the two states of the Korean Peninsula, contributed to mitigate some of the longstanding suspicion towards the DPRK. As a result, U.S. efforts regarding missile defense in the region may now be more overtly directed against China, which, in the last few years, has appeared not only as a threat to U.S. interests in Asia, but also as a great power in the international level. Finally, despite the difficulties entailed in the process of establishing an integrated missile defense system in the Gulf region, this undertaking may now be regarded as more crucial than ever, given Iran's threats to withdraw from the JCPOA in case sanctions are not properly lifted (Sanger et al. 2019).

3.5 REASSESSING THE NEED FOR A NEW ABM TREATY

As discussed earlier in this study guide, the Anti-Ballistic Missile Treaty was signed in an international context of bipolarity between two superpowers: the United States and the Soviet Union. A series of preconditions rendered the Treaty well-accomplished and made it the centerpiece of both superpowers' security strategy until the U.S. withdrawal in 2002 (Futter 2013). As it limited the number of deployed ABM systems and sites covered by their defenses, the ABM Treaty created mutual vulnerabilities considered paramount for the success of the nuclear dissuasion, that is, the assurance of a nuclear second-strike retaliation (Friedman 2003; Podvig

2004; Rusten 2010). Concurrently, the limited deployment of ABMs diminished the tensions about accidental nuclear strikes: then-deployed BMD complexes were intended to intercept ballistic missiles launched unintentionally, preventing a possible nuclear calamity due to accidental strikes (Dossel 2010; Peoples 2010).

However, part of the rationale and consequences of the 1972 ABM Treaty were implicit and not expressly declared (Peoples 2010), and thus are required to be analyzed in order to further understand the necessity of a new arms control treaty. First, one of the reasons regarded for the agreement's success was the monopoly of ballistic technology and WMDs held by the U.S. and the U.S.S.R. During the 1970s and the 1980s; other regional powers solely had access to SRBM's and, in some exceptional instances, to MRBM's technologies. As an outcome, the superpowers' homeland could not be reached by a third-party strike, and, and as deterrence theorists predicted, they should also not fear a strike by their counterpart due to the assurance of mutual destruction, hence retaining the international security system stable (Dossel 2010; Futter 2013). Access to WMDs was also limited; moreover, countries that declared owning such weapons had difficulties with delivery systems, putting in check their capacity in threatening the balance of power (Dossel 2010; Steff 2013).

Another major aspect of the ABM Treaty was its impact on the arms race. Freedman (2003) argues decision-makers from both the U.S. and the U.S.S.R. believed BMDs could spark and intensify arms racing, not only with the pursuit of improved BMDs but also on improved ballistic missiles. BMDs had an impact on arms racing to such an extent that it would push the competition on diverse areas, beyond its declared defensive status. Henceforth, the Treaty was considered a staple for halting competition. The effects of the Treaty on the topic go even further: the pursuit of common interest (i.e. the ABM Treaty) reduced the antagonism and enhanced combing for cooperation (Bull 2007). It could be argued that it not only stopped the racing but also worked the other way around, curtailing the seek for better weapons and changing the focus of the rivalry. Henry Kissinger (1972, 364 in Freedman 2003, 364) noted both superpowers agreed that "an increment of power does not necessarily represent[ed] an increment of usable political strength", asserting the existence of a common outlook for parity and interdependence.

In sum, the scenery for the realization of the ABM Treaty was marked by

- bipolarity and nuclear dissuasion (Freedman 2003);
- the centrality of MAD and deterrence (Podvig 2004);
- mutual vulnerabilities and the assurance of a nuclear second-strike (Lieber and Press 2006);
- the monopoly of ballistic missiles and WMDs by few countries (Dossel 2010);
- the utilization of arms control treaties as pivotal for halt-

ing arms race and international antagonism (Bull 2007); and, finally, by

- the centrality of the ABM Treaty on major powers' strategic thinking (Futter 2013).

Every aspect of it, however, has changed since 1972. Even before the Bush government withdrawal from the Treaty in the early 2000s, its sustenance had arguably been eroded enough to render it ineffective. There were suspicions that the Treaty's main terms, along with the norms of other arms control treaties, were being constantly disrespected either in pursuit of equality or superiority (Freedman 2003), contrasting with the predictions of deterrence theorists of an expected strategic stalemate (Lieber and Press 2006; Peoples 2010). These suspicions changed the pattern of behavior of superpowers and also of other actors, as the buildup of military power led states to feel unsure about their competitors' intentions. It endangered the Treaty and the confidence it required (Freedman 2003; Wilkening 2004).

Still another considerable change of the scenery was discussed by Lieber and Press (2006, 9): the strategic stability conceived by nuclear weapons and the "peace-inducing stalemate" nature of MAD had worn down. In their analysis, they point out how the Cold War's nuclear parity and the assurance of mutual vulnerabilities are now questioned. For the authors, the advanced technologies for radars and intelligence-gathering, along with the advent of more precise ballistic missiles, change the nuclear balance in such a degree that the United States was standing on the "cusp of nuclear primacy" (Lieber and Press 2006, 8). This could coerce states to make a preemptive strike, and it would raise enmity in the system by forcing actors to develop new and better weapons systems, both for offensive and defensive reasons (Jervis 2007). Moreover, U.S. potential to hinder second strikes led competitors to stay alert at all times to prevent a surprise attack, raising concerns about accidental strikes (Futter 2015) and prompting states to hold a first-use policy of nuclear weapons, as in the case of the Russian Federation (Martins and Cepik 2014).

Nuclear primacy also changes the role BMDs hold in the strategic security thinking. The assertion of mutual vulnerabilities during the Cold War meant that it was indisputable that offensive technology was superior to defensive technology, and hence BMDs did not play a role in obtaining supremacy (Dossel 2010; Steff 2013). The efficacy of ABMs was highly questioned, and, in practice, it did not ever rule 100% out a second-strike capacity (Peoples 2010). The simple existence of the small possibility of a retaliation attack would prevent a first strike, following the main trends of deterrence thinking (Podvig 2004; Lieber and Press 2006). But, if herewith considered the growth of U.S.' nuclear capabilities and their integrated use in a first-strike, BMDs would hamper considerably the nuclear parity as it would be "a powerful complement to the offensive capabilities of U.S.

nuclear forces" (Lieber and Press 2006, 28), especially if facing a reduced number of warheads in a weakened second-strike.

The proliferation of ballistic missiles and WMDs also influences BMDs in the contemporary international system. Will Dossel (2010) defends that BMDs' role changed from the Cold War years to nowadays (which he calls "intervening years") not necessarily because technology changed or the preferences of decision-makers have altered, but because the array of actors with possession of ballistic missiles has expanded. Following deterrence theorists, these new actors with capabilities to strike long distances with ballistic missiles pose a challenge to international security: they do not automatically abide by the rationale of nuclear dissuasion. If threatened, these actors can use WMDs as means of *coercion* (as a weapon of terror) or an *asymmetric attack* (as a response against small threats) without compliance to the "rules of the game" (Dossel 2010, 118) and the calculus of nuclear deterrence. So, while BMDs were considered solely for the strategic level in the context of the 1972 ABM Treaty, proliferation of ballistic missiles granted a new role for defensive weapons in the deterrence calculus. They are now recognized as fundamental for intercepting WMDs launched by actors who do not follow the strategic stalemate imposed by MAD, and to impose high costs (in some instances, unacceptable costs) on an adversary decision to make such a strike (Jervis 2007; Dossel 2010).

Proliferation also shifted the focus of analysis for TMDs, as discussed earlier; discussion on a new ABM Treaty needs to take into consideration regional balances and the demands of regional powers, and not those of the major states alone, in order to deal with the challenge of the "preemptive imperative" of TMD systems and its effects on polarity and polarization (Martins and Cepik 2014, 19). To be effective and successful, a new arms control treaty requires a distinguished perception of international security, broader than the perception of the 1972 ABM Treaty, which focused on the national security of the United States and the Russian Federation. It would so promote interests and objectives that are more "universal" and "collective" for the international system, thus increasing the change of adherence (Bull 2007).

These two factors – the erosion of nuclear deterrence and the proliferation of ballistic missiles –, if integrated, further affect the significance of BMDs on an arms race. Buzan (1987) summarizes the literature on arms race in three different models, each of these putting different drivers for the buildup of military strength: the domestic structure model, the action-reaction model and what he calls the technological imperative model. The first model presumes that what drives competition in international security is the internal bureaucratic structure of the state and the interests of actors within the state (i.e. the military, economic actors and others). The action-reaction model locates the root of an arms race in the international system: competition exists because states perceive threats in others and increase their own military strength as a response. Finally, the technologi-

cal imperative model identifies the push for competition in the "qualitative evolution of technology as a whole" (Buzan 1987, 105), that is, in the necessity of developing more advanced technology either for military or civil purposes. Buzan argues neither of these models is mutually exclusive, and that they all affect arms race to some degree. In a context in which second--strike capacities are questioned and a considerable number of actors have access to ballistic missiles, BMDs play a significant role in nullifying nuclear capabilities, hence prompting an arms race in all three models described (Buzan 1987; Jervis 1989). Lieber and Press (2006; 2017) further argue BMDs have now a more substantial impact on an arms race, since technological change rendered weapons arsenals less survivable and BMDs more effective; as a result, "security competition has not only endured, but also will intensify as enhanced counterforce capabilities proliferate" (Lieber and Press 2017, 16).

Finally, another aspect of the ABM Treaty's scenery that has now varied is the centrality of nuclear weapons and ballistic missiles in the international security system. Advances in conventional weaponry technology, jointly with the development of new weapons systems, have arguably diminished the importance of nuclear weapons in the contemporary international scene. One example is the concept of Conventional Prompt Global Strike (CPGS)[26] developed by the United States (Simionato and Cepik 2017), and the development of a hypersonic cruise missile[27] announced by Russia's President Vladimir Putin in 2018 (Pifer 2018). As conventional weapons, none of them breaks the nuclear threshold, and conceivably can be used without leading to nuclear escalation. CPGS has been characterized as the "spear" which will be integrated with the "shield" (i.e. Ballistic Missile Defenses) (Saalman 2014). Simionato and Cepik (2017, 6) point out how they represent the attempt to change the balance of power in the international system through "technological innovation of conventional military capabilities with potential to change the strategic equilibrium".

Cyber operations and Anti-Satellite Weapons (ASATs) too have an impact on the diminishing of the centrality of nuclear weapons and BMDs: both can nullify Early-Warning systems and, by controlling the access to the outer space (Sheehan 2007) or the cyberspace, disarm offensive and defensive systems (Lieber and Press 2017). These are part of what is called SEAD (Suppression of Enemy Air Defense), which is the concept of neutralizing or destroying Surface-based Air Defenses using electronic and

26 Whilst there is no definitive concept of what CPGS means for the United States Department of Defense (Acton 2013), it is generally applied as the capacity to strike targets anywhere on Earth within one hour, using conventional weaponry and without the need of advanced bases. Therefore, it implies the integrated use of hypersonic weapons which operate in a speed over Mach 5 over long distances (Simionato and Cepik 2017). It is specially justified by its potential use against "rogue states" and high--value terrorists, and also for its defensive use against Anti-Satellite Weapons; however, critics argue it could inevitably lead to an arms race and even nuclear escalation if used during a conflict (Acton 2013).

27 The "Khinzal" is a hypersonic air-launched cruise missile, with the ability to maneuver during its course and avoid most radars and systems of missile defense now in operation (Pifer 2018).

conventional warfare (Martins and Cepik 2014; Simionato and Cepik 2017). Lieber and Press (2017) question if these new systems of weapons do not endanger future arms reduction treaties. They affirm most arms control treaties, such as the 1972 ABM Treaty, created an endeavor of improvements in non-nuclear means of warfare. They promoted the reduction of stockpiles of deployed nuclear weapons, inasmuch conventional means of attacking became central in strategic security thinking to overcome vulnerabilities. The authors state that "the increasing vulnerabilities of nuclear arsenals raises questions about the wisdom of future nuclear arms reductions" (Lieber and Press 2017, 12).

In the search for a possible new ABM Treaty, all these points need to be considered as to not render it obsolete in the face of the new dynamics of the international security system. In the following section, we will briefly analyze the major arms control treaties signed so far and that shaped both the international security system and the discussion on BMDs up to today.

4 PREVIOUS INTERNATIONAL ACTIONS

Throughout the Cold War years, and even after its end, the significant majority of the actions carried out to restrict the development and the deployment of nuclear weapons and ballistic missiles were bilateral rather than multilateral, having been negotiated between the U.S. and the Soviet Union – or, later on, Russia. More than being one of the main guidelines in the conduction of Soviet-American relations, the documents that derived from the two great powers' willingness to cooperate also represented the acknowledgment of the cruciality of sustaining a stable international environment (Siracusa 2008). Bearing this in mind, the present section will analyze the international measures that have already been taken in this regard, focusing, due to their greater expressiveness, on the bilateral agreements between the two great powers.

4.1 THE STRATEGIC ARMS LIMITATION TALKS (1972-1979)

The necessity of establishing a legal framework through which offensive and defensive strategic arms would be regulated began to be perceived in the 1960s, as both powers' programs grew and became increasingly modernized[28], and as the deployment of ABM systems began to be regarded as a destabilizing factor (Podvig 2004). Due to its comparatively lower

28 As noted by Freedman (2003, 355), the beginning of the SALT negotiations was "coterminous with the introduction of MIRVed missiles, cruise missiles were first mooted in the mid-1970s and the accuracy of all strategic missiles was improving all the time".

capacities, nevertheless, the Soviet Union showed itself initially reticent to commit to an arms limitation mechanism. Thus, it was only by the end of the decade, when the Soviets had achieved parity with the U.S. in terms of strategic weaponry, that negotiations started (Siracusa 2008).

In 1969, therefore, the U.S. and the Soviet Union engaged in the Strategic Arms Limitation Talks, a series of conferences that had the purpose of limiting strategic offensive and defensive systems. The first round of negotiations, which lasted for approximately three years, culminated in the signing of two separate treaties: the Anti-Ballistic Missile (ABM) Treaty – which has already been explored in the present study guide – and the Interim Agreement Between the United States of America and the Union of Soviet Socialist Republics on Certain Measures with Respect to the Limitation of Strategic Offensive Arms, or, simply put, the **Strategic Arms Limitation Talks Agreement I (SALT I),** of 1972 (Siracusa 2008). The treaty required its parties, *inter alia*, (i) not to construct fixed land-based ICBM launchers posteriorly to July 1st, 1972; (ii) not to transform land-based launchers of light or older types of ICBMs into heavy, post-1964 ICBM land-based launchers; and (iii) to restrict SLBM launchers and modern ballistic missile submarines to those operational and on process of construction until the date of the treaty's signature (SALT I 1972). Despite having an inherent importance for being the first successful arms limitation endeavor between the U.S. and the Soviet Union, SALT I did not manage to address the issue of the MIRVs and, as Burns (2010, 31) points out, it "failed to result in any reduction of either country's ballistic missile arsenal", which, to a great or lesser extent, was related to the cooling of relations between the powers[29]. Recognizing, nonetheless, that further dialogue between the parties would be imperative, the agreement also determined that the U.S. and the Soviet Union should proceed with negotiations on that matter (SALT I 1972).

Accordingly, the second round of talks began after 1972, and the two great powers kept on negotiating the imposition of certain restraints on the development and deployment of strategic arms. In spite of some initial disputes between the U.S. and the Soviet Union regarding the scope of the potential new treaty – whilst the former intended to limit Soviet heavy missiles and MIRVs, the latter was concerned about U.S.' systems in Europe –, the two parties reached an understanding in 1974, when U.S. President Gerald Ford and Soviet General Secretary Leonid Brezhnev met in Vladivostok (Podvig 2004). The document that materialized this common ground between the two great powers came to be known as the Vladivostok Agreement, which outlined the framework and the main provisions of the forthcoming treaty (Freedman 2003).

The **Strategic Arms Limitation Talks Agreement II (SALT II)**, supposed to replace SALT I, was signed by the U.S. and the Soviet Union in

29 Accordingly, remarkable of this period were the Brezhnev Doctrine and the rapprochement between the U.S. and the People's Republic of China.

1979, two years after the initial expiration date of its predecessor. In general terms, the new treaty aimed at reducing both strategic nuclear delivery vehicles (bombers and missiles) and the warheads carried by them (FAS 2019; Freedman 2003). As a result, SALT II established that each party's total number of ICBM and SLBM launchers, heavy bombers and Anti-Ship Ballistic Missiles (ASBM) should not exceed 2,400, and that, by the beginning of 1981, such number should be further reduced to 2,250. Out of this aggregate number, only 1,320 launchers were allowed to carry MIRVs. Moreover, the treaty also set some ceilings on the number of warheads that each delivery vehicle could carry, determining that the number of land-based ICBM nuclear warheads should not be increased and that SLBMs could carry only 14 warheads each. In what concerns heavy bombers, the document established that the already existing ones would be allowed to carry 20 cruise missiles each, whilst new bombers could carry no more than 28 each (SALT II 1979; Podvig 2004).

In spite of not being able to properly address the issue regarding the modernization of both countries' strategic programs, the SALT II Agreement made relevant progress in relation to its predecessor and proved to be an important instrument – especially in a scenario of increasing deterioration in U.S.-Soviet relations. It was this downturn – whose apex was reached with the Soviet invasion in Afghanistan –, notwithstanding, that prevented the treaty from ever entering into force, since it was never ratified in the U.S. Senate (Podvig 2004). Still, as emphasized by Lawrence Freedman (2003, 356), both SALT Agreements became "the centerpiece of the *détente* process", given that an understanding in the military sphere could pave the way for finding common ground in political terms.

4.2 THE INTERMEDIATE-RANGE NUCLEAR FORCES TREATY (1987)

The decision of the Reagan administration not to proceed with the ratification of the SALT II Agreement hampered the continuity of the negotiation process that was hitherto being developed. In such a context, the Soviet Union diverted most of its attention and efforts from U.S. strategic offensive weapons towards the issue of intermediate-range forces in Europe, especially following the North American deployment of Pershing II intermediate-range missiles in the Western portion of the continent (Kramer and Specia 2019). Conversations on this topic began in 1980 and proceeded throughout years, amidst a series of disagreements and controversies between the Soviet Union and the U.S., until 1987, when the two great powers finally managed to come to terms (Podvig 2004).

Signed in December 1987, the **Intermediate-Range Nuclear Forces (INF) Treaty** resulted from the Soviet assent to address intermediate-range forces in Europe and the SDI issue as two separate matters (Podvig 2004). The treaty, which defined shorter-range ballistic missiles (SRBM) as tho-

se with ranges between 500 and 1,000 kilometers and intermediate-range ballistic missiles (IRBM) as those with ranges between 1,000 and 5,500 kilometers, promoted a complete dismantlement of the land-based versions of these weapons systems, including their launchers and supporting equipment (United States 1987). In June 1988, the INF Treaty formally entered into force and by three years later, by 1991, in accordance with the treaty's provisions, the U.S. and the Soviet Union – from that moment on, Russia – had already eliminated more than 2,500 missiles of these two categories (SIPRI 2007).

Even though it has fostered advances in terms of arms reduction, by the mid-2000s the INF Treaty had become an object of major controversies among its parties. The tensions began to emerge as Russia threatened to withdraw from the treaty on the basis that, whilst some of its neighbors – especially China – could develop shorter and intermediate-range missiles[30], it was prevented from having its own program. In an attempt to mitigate the clashes, the U.S. and Russia issued in 2007 a statement at the United Nations General Assembly (UNGA) supporting the INF Treaty and encouraging other nations to join the ban. Such settlement, however, did not last long and, by 2013, the U.S. began to question Russia's compliance with the treaty; Russia, for its turn, has repeatedly affirmed not to have breached the INF Treaty and brought about its own concerns on the possibility of North-American violations (Kimball and Reif 2019). After years of mutual accusations, the situation came to a turning point in February 2019, when U.S. Secretary of State Mike Pompeo declared his country would withdraw from the treaty in case Russia does not abide by its obligations under INF (Masters 2019). By the beginning of August 2019, the U.S. had officially withdrawn from the treaty and the Russian Duma had voted to suspend the country's participation as well (ICAN 2019).

4.3 THE STRATEGIC ARMS REDUCTION TREATY I (1991)

Once the U.S. and the Soviet Union agreed to separate strategic weaponry-related matters from the issue of intermediate-range forces, the two great powers, in parallel to the negotiations of the INF Treaty, also engaged in talks to address the problem of strategic nuclear weapons. Although negotiations started in 1982, the release of Reagan's SDI and the deployment of intermediate-range missiles in Europe by the U.S. hindered dialogue between the two countries and ended up freezing the process for a couple of years. In 1985, however, talks resumed and, by 1988, the U.S. and the Soviet

30 It is worth mentioning that, in the then prevailing context, SRBM and IRBM were becoming increasingly important, since, among other factors, the evolution of anti-aircraft systems minimized the efficiency of other platforms (such as bombers and fighters) and the growing accuracy of detection and navigation systems (satellites) created a need for the decentralization and, thus, diversity of strategic systems.

Union had already managed to find common ground in some of the provisions that would shape the new treaty (Freedman 2019; Podvig 2004).

The **Strategic Arms Reduction Treaty I (START I)**, signed in 1991, but effective only as of December 1994, was the mechanism that embodied all these years of negotiations between the two powers. The treaty, which superseded SALT II, provided for a reduction in the aggregate number of strategic launchers to 1,600 for each party, also determining that these delivery vehicles could not carry more than a total of 6,000 warheads. Furthermore, sea- and land-based ballistic missiles were not allowed to carry more than 4,900 warheads in total, whilst the number of warheads deployed in land-mobile missiles was limited to 1,100, and 1,540 for heavy ICBMs (START I Treaty 1991). The establishment of bold ceilings in what concerns the deployment of strategic nuclear delivery mechanisms and warheads turned START I into a landmark in terms of arms control, being considered the largest treaty on that matter (NTI 2011). Accordingly, it was "the first agreement that called for significant cuts in strategic weaponry, as almost 50% of nuclear warheads carried on each power's ballistic missiles were to be eliminated" (Siracusa 2008, 81).

The main reason behind the delay in START I's entry into force was an event that followed its own signing: with the collapse of the Soviet Union, a problem of succession of the treaty's obligations arose, since Soviet strategic nuclear weapons were found to be dispersed across the territories of Russia, Ukraine, Belarus and Kazakhstan. The possibility of several states having access to nuclear arsenals raised concerns worldwide; these, notwithstanding, were formally addressed in 1992, when the U.S., along with the aforementioned countries, signed the so-called Lisbon Protocol, through which all of the former Soviet republics were required to comply with START I reductions (Podvig 2004; Reif 2014). The protocol further determined that Belarus, Kazakhstan and Ukraine should adhere to the Non-Proliferation Treaty (NPT) and, hence, eliminate all nuclear weapons within their territories or, otherwise, transfer them to Russia. By the end of 1996, five years before the deadline for states to accomplish the reductions provided for in START I, all nuclear weapons inherited by the former Soviet republics had already been transferred to Russia (Podvig 2004).

4.4 THE STRATEGIC ARMS REDUCTION TREATY II (1993) AND THE STRATEGIC OFFENSIVE REDUCTIONS TREATY (2002)

Right after the dismantlement of the Soviet Union, the U.S. and Russia resumed negotiations and began to work on a new treaty that would deepen the arms reduction promoted by START I. Since the framework of this new document had already been outlined in the previous treaty, an agreement was reached by 1992 and, on January 1993, the two powers signed the **Strategic Arms Reduction Treaty II (START II).** Among the mechanism's

main provisions were the determination that each party's strategic nuclear arsenal should contain between 3,000 and 3,500 warheads and the elimination of ground-based ballistic missiles equipped with MIRVs, as well as of heavy missiles (START II Treaty 1993). Broadly speaking, the new treaty was meant to prompt an acceleration in the reduction process of strategic weapons, given that "under the provisions of START II, by the end of the START I Treaty term, December 2001, each side would have only 4,250 deployed warheads, not the 6,000 permitted by START I" (Podvig 2004, 25).

In spite of the efforts carried out by both powers towards the negotiations, START II never entered into force: it was only ratified by the Russian Duma in 2000, and, in 2002, as a response to U.S.' withdrawal from the ABM Treaty, Russia decided not to abide by it anymore. This very same atmosphere was the one that prevailed throughout the negotiations of a potential new treaty, namely, START III. Even though U.S. President Bill Clinton and Russian President Boris Yeltsin had agreed on the general framework for such treaty in 1997, the international scenario - at that stage marked by a weakening of multilateralism, especially as a result of the Kosovo War and the situation in Iraq - alongside the non-entry into force of START II, prevented START III's negotiations from ever being finished (CRS 2019). Instead, these two mechanisms gave room to the **Strategic Offensive Reductions Treaty (SORT)** – also known as the Treaty of Moscow –, whose talks were already underway, and which was signed in May 2002 (Kimball 2003). The treaty, which should remain effective until the end of 2012, required its parties to limit their strategic nuclear warheads to a number between 1,700 and 2,200 to each side, thus superseding START II on that matter (FAS 2002). Differently from its predecessor, nonetheless, SORT did not address some key provisions of the START II treaty text, such as the prohibition on the deployment of MIRVs in ICBMs and the elimination of heavy bombers, therefore leaving these important issues unresolved (Kimball 2003).

4.5 THE NEW STRATEGIC ARMS REDUCTION TREATY (2010)

Looking forward to reducing their forces to levels below those established in SORT, by April 2009, U.S. President Barack Obama and Russian President Dmitri Medvedev began to express their desire to negotiate a follow-on treaty that would replace START I. Even though talks formally started in May 2009, it was only in April 2010, four months after START I expired, that the two parties managed to sign a new agreement, Measures for the Further Reduction and Limitation of Strategic Offensive Arms – most commonly known as the **New Strategic Arms Reduction Treaty (New START)** (Schenck and Youmans 2012; Woolf 2014).

Besides promoting a deeper reduction in U.S.' and Russia's strategic nuclear arsenals, the new treaty aimed at ensuring "predictability and transparency" in the countries' "current forces and future intentions"

(Woolf 2014, 2). In this sense, New START promoted three major limitations: (i) each party's deployed and non-deployed ICBM and SLBM launchers, as well as heavy bombers, should not exceed a total number of 800; (ii) out of this number, only a total of 700 ICBM and SLBM launchers and heavy bombers could be deployed, and; (iii) each party's deployed warheads could not exceed the total number of 1,550. Provided that respecting the established ceilings, each country was allowed to structure its forces as it saw fit (United States 2019). In spite of fostering significant reductions in Russian and North-American strategic nuclear forces, the New START did not incorporate provisions regarding the modernization of the parties' strategic nuclear weapons, nor has it banned the conversion of determinate delivery vehicles into missile defense interceptors' launchers – elements that might be potentially destabilizing in the future (Woolf 2014).

The New START is set to remain in force for a period of 10 years from the date of its ratification, meaning that, although both countries have already accomplished carrying out the reductions provided for in the document, the treaty shall expire in February 2021 (Reif 2018). Despite the possibility of continuing the talks and, thus, of extending the treaty, the current Russian president, Vladimir Putin, has already suggested that the fate of New START might be at stake, especially in light of what might be seen as a North-American movement towards the dismantlement of the global arms control regime (Al Jazeera 2019).

5 BLOC POSITIONS

Belgium is a signatory of the Non-Proliferation Treaty, meaning the country has a policy of nuclear disarmament and non-proliferation. The main purpose of the Belgian international security policy is to protect its population from threats and risks by participating in international organizations and respecting its international commitments. As such, the European country viewed the ABM Treaty as a necessary multilateral international arms control system and expressed concern when the U.S. withdrew from the treaty in 2001 (Smyth 2001). Belgium also pursues common positions within the European Union as well as with its partners in NATO for the sake of having a greater impact on the international agenda. Alongside its close ally, the Netherlands, Belgium is developing a new class of frigates that will be able to launch ballistic missile interceptors, presumably the American SM-3, which is already installed in sites in Poland and Romania, as well as in Aegis cruisers and destroyers. With such a system ready, Belgium would be the first European country capable of intercepting ballistic missiles outside the atmosphere (Belgium 2019; Peck 2017; Stop Wapenhandel 2017).

The **People's Republic of China** is at the core center of the United States' decision to withdraw from the 1972 ABM Treaty (Martins and Cepik

2014; Panda 2019a; Sanger and Wong 2019). Since its first explosion of an atomic artifact, in the 1960s, the Asian country has invested in modernizing and building its nuclear capacities. As a result, China hosts nowadays one of the largest armed forces worldwide, increasing its missile arsenal yearly, besides investing in conventional weaponry as hypersonic cruise missiles and other technologies (IISS 2019; Martins and Cepik 2014). For some, China has now the most advanced and active missile arsenal, with MIRV technologies hitherto impossible to intercept (United States 2018; Panda 2019b; Kristensen and Korda 2019) Notwithstanding, China declares that its nuclear capacities are designed solely for defensive purposes, affirming to adopt a non-first use policy (China 2015; 2019). As for its missile defense capacities, inasmuch as the secrecy revolving it, China has conducted successful tests recently with Anti-Satellite Weapons (ASATs) and hit-to-kill missiles intercepting ballistic missiles in the midcourse phase (Observer Research Foundation 2019). One major concern for China regarding TMDs is related to its tense relationship with Japan and Taiwan, both U.S. allies. While the United States defends the installment of BMDs in the region, China has stated multiple times that a missile defense system this close to its homeland could reduce its security, possibly prompting a conflict (China 2019; Panda 2019a). While in favor of arms control treaties, China is very unlikely to adhere to a trilateral ABM Treaty with Russia and the United States in the terms expressed by both nations. The Asian country has affirmed it intends to keep its military capacities in some level of secrecy, claiming the uncertainty regarding its arsenal is necessary for nuclear deterrence. Furthermore, China does not desire to have its development of nuclear and missile weaponry hindered (China 2015, 2019). A spokesman for the Chinese Ministry of Foreign Affairs stated that there is no need for new arms control treaties, but that what "is imperative at the moment is to uphold and implement the existing treaty instead of creating a new one" (Kramer 2019, online) and that China is anywhere near nuclear and ballistic parity with other superpowers.

Côte D'Ivoire, as a member of the Non-Aligned Movement (NAM), denounces the abrogation of the ABM Treaty and expresses great worry about the security consequences of developing strategic missile defense systems. Also, within the framework of the NAM, Côte D'Ivoire advocates for a universal, legally binding agreement on the prevention of an arms race in space and calls for a comprehensive approach by the United Nations on the issue of missiles (Indonesia 2014). The country understands that there are disagreements among members of the Security Council and, therefore, seeks dialogue among all members, believing that peace and security must prevail for the world to have progress and development (Fillion 2018).

The **Dominican Republic** is a small country in the Caribbean and has little to no interest in acquiring ballistic missiles or missile defense systems. The country's priorities in the Security Council, as stated by its

special envoy to the Council, Mr. José Singer Weisinger, are climate change, arms and drug trafficking and cybersecurity, especially in the Caribbean region. The country will also push for peace, believing that security and lasting peace are indispensable conditions for the development of all peoples (teleSUR 2019). Although the Dominican Republic leans towards the U.S. in its international behavior, the country has vowed to hear other countries' opinions regarding the present issue, stating it does not have a strong ally in the Council and that its vote will always be in consonance with its own interests (Fillion 2019a).

Equatorial Guinea is a small country on the West African coast that does not possess any sort of ballistic missile or missile defense capability. Even though the country frequently sides with the U.S. due to important economic ties, as a member of the Non-Aligned Movement it disapproves of the American withdrawal from the 1972 ABM Treaty, believing the pursuit of a strategic missile defense system could lead to an arms race (Indonesia 2014). Equatorial Guinea has a strong position against the use of weapons of mass destruction and is a signatory of the NPT and the African nuclear-weapon-free-zone Treaty (Acronym Institute for Disarmament Diplomacy 2019; Fillion 2019b). The country also encourages the United Nations to take action on the issue of missiles and militarization of outer space, recommending the creation of a universal, comprehensive and legally binding instrument to solve the matter (Indonesia 2014). As a country in Africa and a member of the African Union, it values cooperation with other members of the union and stresses that it represents not only itself in the Council, but Africa and the AU as well (Rivera 2018).

France is one of the very few countries with both nuclear capabilities and intercontinental ballistic technology (Dossel 2010). The European country constantly has one of the ten largest defense budgets internationally, ranking 7th in 2018, and aims at bolstering its military spending up to 5% per year in the future (Tran 2018). The French Republic is committed to the European Union's perception of a need for a more secure Europe, advocating for a stronger and more developed defense and strategic culture within the region (France 2019a). As such, France is developing BMD technologies with multiple European and NATO partners. The most prominent of these initiatives is the Principal Anti Air Missile System (or PAAMS), developed alongside Italy and the United Kingdom, which is deployed for both homeland protection and for Theater Missile Defense (France 2019b; IISS 2019). Despite recognizing the necessity of BMDs in the 21st century due to WMDs proliferation, especially in cases concerning non-state actors, and the necessity of TMDs to assure access to the theater of war, France is concerned with BMDs impact in strategic deterrence, affirming they "are exclusive for defensive purposes, and cannot be used as a replacement for dissuasion" (France 2019b, online). Since Bush withdrew from the ABM Treaty, France argues in favor of a new multilateral framework for control of BMDs, recognizing that strategic stability is no longer a bilateral matter

for the United States and Russia, but a global challenge (France 2019c).

Even though it does not possess nuclear weapons nor ballistic missiles, **Germany** is the largest capacity provider of ballistic missile defense in Europe and has one of the largest defense budgets in the world. Although its military spending falls short of NATO's two percent of GDP target, the country still plays a fundamental role within the alliance and European affairs and has announced an increase in military spending for the coming years (Huggler 2019). Germany is also home to the Allied Air Command - NATO's only command for air and space matters - tasked with defending NATO population, territory and armed forces against ballistic missiles and other threats. The country played a major role in the development of the Medium Extended Air Defense Systems (MEADS) with Italy and the U.S. and, in 2015, this system was selected to be the basis for the *Taktisches Luftverteidigungssystem* (TLVS), a tactical air and missile defense system that aims to replace the Patriot systems, which still represent Berlin's only BMD capability. Within the scope of the Security Council, the country intends to push for disarmament and arms control and has vowed for a new international arms control regime, which includes, but is not limited to, nuclear weapons (MDAA 2018a; Allied Air Command 2019; Germany 2019).

Indonesia plays a leading role among Third World countries and, in 2014, delivered a statement to the United Nations General Assembly on behalf of the NAM regarding the development of anti-ballistic missile systems. The country criticized the abrogation of the ABM Treaty and expressed concern about the possible security consequences of the deployment of a strategic missile defense system. It remains worried that the development of ballistic missile defense technology could lead to an arms race and the militarization of outer space, and thus calls for the creation of a universal, comprehensive and legally binding instrument within the U.N. to hinder the threat of ballistic missiles and ballistic missile defense systems (Indonesia 2014). In the Security Council, Indonesia values dialogue and consensus, stressing its role as a mediator (Fillion 2019d).

Iran is at the center of discussions regarding BMDs in recent years. While NATO and the United States never fully asserted their missile defense systems are designed to counter Tehran, the deployment of radars in the South of Europe intended to detect missiles launched from the Middle East and speeches by Trump's administration suggest they fear the possibility of Iran attacking Europe in the following years (INSS 2019; U.S. Department of Defense 2019a). This is due to the Republic of Iran's continuous build-up and modernization of its Armed Forces: in 2018, the Islamic nation had one of the largest defense budgets relative to its GDP, spending almost 5% of its gross product in the military, with a substantial amount invested in its ballistic military arsenal (IISS 2019). Moreover, Iran has deployed a nationally developed BMD in 2019, the Khordad-15, which has been integrated into the same network as the Russian S-200 and S-300 purchased by Iran since the 2000s (Military Watch 2019). Whereas the United States

accuses Iran of developing its military forces to threaten the West, the Middle Eastern country has stated several times its efforts are meant to mirror and protect their homeland from Israel and Saudi Arabia, with its ballistic arsenal intended only to the theater of war and its BMD designed solely for TMD purposes (Heritage 2015; Simionato, Baptista, and Monteiro 2015). Recent sanctions to Iranian oil and other exports declared by the Trump administration also put in question for how much longer Iran can keep its investment in the military sector, possibly slowing its development of the Bavar 373 System, of which the Khordad-15 is part of (IISS 2019).

As a member of the Gulf Cooperation Council (GCC), which has been requested to build a defense shield to protect the region against ballistic missiles, **Kuwait** is working with the other members to achieve this goal as a way to contain the growing threat from Iranian ballistic and cruise missiles. Kuwait's relations with the U.S. are especially close - mainly because of the American liberation of Kuwait during the Gulf War - and the former is one of the two "major non-NATO allies" in the Persian Gulf (the other being Bahrein) (United Against Nuclear Iran 2019). The country has one of the Persian Gulf's most well-equipped armed forces, both operating and hosting PAC-2 and PAC-3 Patriot systems. Firmly believing in the importance of not resorting to violence to settle disputes, the country does not possess nuclear weapons nor ballistic missiles. In the scope of the Security Council, Kuwait pursues a balanced and reasonable policy, working closely with its allies and countries of the Middle East, seeking to strengthen security and stability in the region (BBC 2010; Kuwait 2017; MDAA 2018b).

The **Republic of Peru**, alongside most of Latin America, has had historically close ties with the United States, especially in matters of defense, as in the existence of the Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance (U.S. Department of State 2001). The country does not indicate to have any interest in acquiring ballistic missile defense capabilities and, therefore, has other priorities within the Security Council, such as combating terrorism and organized crime, especially in Latin America (Fillion 2019c). Peru does not possess nuclear weapons nor ballistic missiles and, as a signatory of the Non-Proliferation Treaty (NPT) and the Treaty on the Prohibition of Nuclear Weapons, pushes for nuclear disarmament and peaceful settlement of disputes (Rapp 2017).

Since it joined NATO, in 1999, **Poland** sought to enhance its strategic defense against external threats and has played an important role within the alliance due to its proximity to Russia. In 2008, Poland, the U.S., and European countries agreed to build an Aegis Ashore ABM site in Redzikowo, in the northern part of the country. The site would be used to deploy SM-3 interceptors as part of the European Phased Adaptative Approach (EPAA) by 2018 but, after delays, it is expected to be operational only in 2020. With the EPAA site in operation combined with other EPAA assets, it is expected to protect almost all of European NATO members against ballistic missile threats from the Middle East, although Russia and many experts claim

this move is, in fact, an attempt to counter Russian missiles and threaten its strategic assets (Barnes 2019; Emmott 2016). Following Russia's annexation of Crimea, Poland declared in 2015 it would acquire Patriot systems to create a national missile shield in addition to the European one. The Polish mission to the UN, being actively involved in solving international problems – and as a member of the European Union – seeks to enhance the role of the UN and effective multilateralism as its priorities (MDAA 2018c; Dunai 2019; Poland 2019).

The **Russian Federation's** president, Vladimir Putin, repeatedly declared its resentment for Bush's withdrawal from the 1972 ABM Treaty, calling the move "a mistake" (Russia 2001; The New York Times 2001). Even if Russia declared it did not feel threatened by the U.S.' withdrawal, the Eurasian country has since 2001 developed modern and efficient BMD systems, such as the S400s and the most recently tested S500s (The Moscow Times 2019), which would be unbearable under the ABM Treaty (Dossel 2010; Rusten 2010; Lieber and Press 2017). In the early 2010s, then-President Medvedev started negotiations with the United States and the North-Atlantic Treaty Organization to develop a Ballistic Missile Defense architecture for Europe which would not threaten Russian national security, seen as a step forward for a new strategic stability. The joint system ended up being rejected by NATO members, weakening the prospects of a new treaty (Piccoli 2012; Zyga 2012). Since then, the Putin administration has on multiple occasions asserted its concerns over BMD systems deployed near its homeland, or near its allies. About the possibility of a new ABM Treaty, Russia has stated its desire to rebuild the arms control regime as to project and maintain strategic stability, but that they are prepared to drop the regime if necessary (Jiji 2019). Putin said Russia is not willing to enter into an arms race with the U.S. and China but is no longer trying to negotiate with the United States over nuclear arms control treaties if the North American country is not willing to (Kramer 2019). Moreover, the Russian Federation has declared in the last years its interests in developing and deploying conventional weapons, such as Hypersonic Cruise Missiles, which may not be intercepted by hitherto defense systems and also do not trespass the nuclear threshold and, as such, may not lead to a nuclear escalation (Pifer 2018).

South Africa plays a leading role in important international organizations such as the NAM, the African Union, and BRICS. In this sense, the country denounces the withdrawal of the U.S. from the ABM Treaty, as it deems the existence of a mechanism to control the development and deployment of strategic missile defense systems necessary, especially since these could trigger an arms race in outer space, a field in which South Africa has recently become an important player (Indonesia 2014; SA News 2019). As a state that formerly possessed nuclear weapons, South Africa recognized that it would benefit more from dismantling its nuclear weapons program that maintaining it and, in the present moment, has signed

the NPT and the CTBT, being one of the greatest advocates for nuclear disarmament (NTI 2019). The country has a leading role within Africa and the African Union and, within the Security Council, must carefully balance its position between its traditional Western allies and BRICS, whose main powers – Russia and China – are often in clash with the West. South Africa must not, however, allow this division to define its foreign policy (Hamill 2019).

The **United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland** has committed to the rationale of minimum credible nuclear deterrence. The European nation guarantees its responsibility with nuclear disarmament by having the smallest stockpile of Weapons of Mass Destruction among all NPT signatory members, having also decreased its number of operational ballistic missiles in the last decade (United Kingdom 2018). However, it acknowledges the threat imposed by actors that might not abide by deterrence, such as rogue states and non-state actors, and fears the possibility of a direct nuclear attack to its homeland, to its overseas territories, or any NATO ally (United Kingdom 2015). The U.K. believes in the policy of using its armed forces abroad to project strategic stability, reducing direct threats (IISS 2019). Yet, it sees the NATO Ballistic Missile Defense as necessary in the foreseeable future, as a means to defend its national, regional and overseas sovereignty (NATO 2019; United Kingdom 2015). For that, the U.K. aims at providing significant funds to NATO's BMDs initiative and to increase its Control and Command capabilities by deploying a Ground-Based BMD Radar System in the following years, which will be integrated into the NATO system. It affirms that NATO allies "consciously depend on each other for particular capabilities" (United Kingdom 2017, 4), suggesting NATO is moving towards a more advanced interoperability in missile defense between national and regional defense systems. At last, the UK has a long tradition in arms control treaties and regulations, acting as a strong supporter of the 1972 ABM Treaty and other treaties ever since (United Kingdom 2018).

The **United States of America,** under the Trump administration, has denounced and left multilateral treaties they considered hindered American security, such as the JCPOA and the INF Treaty. The U.S. claimed all these steps were necessary due to the perception of a "new and evolving threat environment" in the international security system, as more actors are capable of launching WMDs than ever before, some of them not abiding by nuclear dissuasion and deterrence – the "rogue states" (meaning especially Iran and the DPRK) (U.S. Department of Defense 2019a, online). At the same time, the North American country affirms that Russia and China are developing weapons and technologies not under control of any of these treaties, as hypersonic cruise missiles, superseding existing defense capabilities; and that the existing treaties are violated by Russia in a constant basis (BBC News 2018; U.S. Department of Defense 2019a). Therefore, the United States' government believes these subjects must be dealt with to maintain a secure homeland. Within the North Atlantic Treaty Organization and its

allies, Trump has requested an effort to increase military budgets to tackle the threats by rogue states and terrorist organizations, while domestically being focused on the return of a new "great-power competition" (IISS 2019, 47). Showing concerns for the existing arms control treaties, the U.S. government affirmed China must be in every plan for these mechanisms since they are on the brink of ballistic missile supremacy (U.S. Department of Defense 2019a). Besides, while Trump has maintained a better relationship with North Korea, he still perceives Iran as a threat to Europe and the Middle East due to the coercive role of its ballistic missile arsenal, designed and aimed at "threatening the United States" (U.S. Department of Defense 2019a, 2).

QUESTIONS TO PONDER

1 Is it possible to affirm that the current scenario requires a new ABM Treaty?

2 If so, how should this treaty be structured and how should it address the issue of ABM systems?

3 What is the role of nuclear weapons in an international environment marked by the emergence of new conventional, but equally powerful and destructive weapons?

4 In the last couple of years, the international community has witnessed the rise of what seems to be a mistrust in international arms control treaties by a number of powers. In such a context, what is the actual importance of these mechanisms?

5 How to embrace new actors and emerging powers in the governance against the proliferation of strategic vectors without incurring the past same mistakes, such as containment and power freeze?

REFERENCES

Acton, James M. 2013. *Silver Bullet?* Asking the Right Questions About Conventional Prompt Global Strike. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace.

Acronym Institute for Disarmament Diplomacy. 2019. "Equatorial Guinea". Accessed August 03, 2019. www.acronym.org.uk/old/map/equatorial-guinea.

Al Jazeera. 2019. "Russia: Putin warns New START nuclear arms treaty at risk". *Al Jazeera.* Accessed August 4. https://www.aljazeera.com/news/2019/06/russia-putin-warns-start-nuclear-arms-treaty-risk-190606163914989.html.

Allied Air Command. 2019. "Ballistic Missile Defence". Accessed July 31. https://ac.nato.int/page8021748.

Barnes, Julian. 2019. "NATO Considers Missile Defense Upgrade, Risking Further

Tensions with Russia". *The New York Times*. Accessed August 06. https://www.nytimes.com/2019/07/05/world/europe/nato-nuclear-missile-defenses-russia.html.

BBC. 2010. "US to sell Kuwait Patriot anti-ballistic missile system". Accessed July 31. https://www.bbc.com/news/world-middle-east-10945524.

Belgium. 2019. "Weapons of Mass Destruction" *Federal Public Service Foreign Affairs, Foreign Trade and Development Cooperation*. Accessed July 3. https://diplomatie.belgium.be/en/policy/policy_areas/peace_and_security/disarmament_non_proliferation/weapons_of_mass_destruction.

Bolton, John. 2002. "Beyond the Axis of Evil: Additional Threats from Weapons of Mass Destruction". Washington: The Heritage Foundation.

Boot, Max. 2003. "The New American Way of War." *Foreign Affairs* 82 (4): 41–58.

Budgen, D. E., and S.A. Stepanov. 2012. *NATO-Russia Council Glossary of Missile Defence*. Brussels-Moscow: NATO-RUSSIA Council.

Bull, Hedley. 2007. "Arms Control and World Order." In *International Security*: The Cold War and Nuclear Deterrence, edited by Barry Buzan and Lene Hansen, 117–29. London: Sage Publications.

Burns, Richard D. 2010. *The Missile Defense Systems of George W. Bush*: a critical assessment. Santa Barbara: ABC-CLIO.

Buzan, Barry. 1987. An Introduction to Strategic Studies: Military Technology and International Relations. *Studies in International Security*. International Institute for Strategic Studies. doi: 10.1007/978-1-349-18796-6.

Buzan, Barry, and Lene Hansen (eds.). 2007a. *International Security*: The Cold War and Nuclear Deterrence. London: Sage Publications Ltd.

———. 2007b. *International Security*: The Transition to the Post-Cold War Security Agenda. International Security. Vol. 2. London: Sage Publications.

Buzan, Barry, and Eric Herring. 1998. *The Arms Dynamic in World Politics*. Boulder, CO: Lynne Rienner.

Caston, Lauren, Robert S. Leonard, Christopher A. Mouton, Chad J. R. Ohlandt, S. Craig Moore, Raymond E. Conley, and Gleen Buchan. 2014. The Future of the U.S. Intercontinental Ballistic Missile Force. Project Air Force. Santa Monica: RAND Corporation. https://doi.org/10.1093/jnci/92.23.1872.

Cepik, Marco, and Felipe Machado. 2011. "O Comando do Espaço na Grande Estratégia Chinesa: Implicações para a Ordem Internacional Contemporânea". *Carta Internacional* 6 (2): 112-131. http://professor.ufrgs.br/sites/default/files/marcocepik/files/cepik__machado_-_2011_-_comando_espaco_na_grande_estrategia_china.pdf.

Chapman, Gary. 2003. "An Introduction to the Revolution in Military Affairs." *The Journal of Military History* 67 (1): 316–17. https://doi.org/10.1080/13623690108409580.

Chun, Clayton K.S. 2006. *Thunder Over the Horizon*: From V-2 Rockets to Ballistic Missiles. Westport: Greenwood Publishing Group.

China. 2015. "China's Military Strategy." Beijing. Accessed September 14. http://www.andrewerickson.com/wp-content/uploads/2019/07/China-Defense-White-Paper_2015_English-Chinese_Annotated.pdf.

–––. 2019. "China's National Defense in the New Era." Beijing. Accessed September 14. http://www.andrewerickson.com/2019/07/full-text-of-defense-white-paper-chinas-national-defense-in-the-new-era-english-chinese-versions/.

Clarke, Duncan L. 1994. "The Arrow Missile: The United States, Israel and Strategic Cooperation". *Middle East Journal* 48 (3): 475-491. https://www.jstor.org/stable/4328717?origin=JSTOR-pdf.

Collins, Jeffrey, and Andrew Futter. 2015. *Reassessing the Revolution in Military Affairs*:

Transformation, Evolution and Lessons Learnt. New York: Palgrave Macmillan.

Congressional Research Service (CRS). 2019. "Arms Control and Nonproliferation: A Catalog of Treaties and Agreements". Accessed September 16. https://fas.org/sgp/crs/nuke/RL33865.pdf.

Defense Intelligence Agency. 2019. "Challenges to Security in Space." https://www.dia.mil/Portals/27/Documents/News/Military%20Power%20Publications/Space_Threat_V14_020119_sm.pdf.

Dossel, Will. 2010. "Ballistic Missile Defense." In Securing Freedom in the Global Commons, edited by Scott Jasper, 115–30. Stanford, CA: Stanford University Press.

Dunai, Peter. 2019. "No Alternative to Ballistic Missile Defense in Central Eastern Europe". *AINonline*. Accessed July 31. https://www.ainonline.com/aviation-news/defense/2019-06-20/no-alternative-ballistic-missile-defense-central-eastern-europe.

Elleman, Michael, and Wafa Alsayed. 2015. "Ballistic Missile Defense Cooperation in the Arabian Gulf". In Regional Missile Defense from a Global Perspective, edited by Catherine McArdle Kelleher and Peter Dombrowski, 160-179. Stanford: Stanford University Press.

Emmott, Robin. 2016. "U.S. to switch on European missile shield despite Russian alarm". *Reuters*. Accessed August 06. https://www.reuters.com/article/us-nato-shield/u-s-to-switch-on-european-missile-shield-despite-russian-alarm-idUSKCN0Y217M.

Entous, Adam, and Julian E. Barnes. 2012. "U.S. Plans New Asia Missile Defenses". *The Wall Street Journal*. Accessed June 15, 2019. https://www.wsj.com/articles/SB10000872396390444812704577605591629039400.

Farouk, Yasmine. 2019. "The Middle East Strategic Alliance Has a Long Way to Go". *Carnegie Endowment for International Peace.* Accessed June 15. https://carnegieendowment.org/2019/02/08/middle-east-strategic-alliance-has-long-way-to-go-pub-78317.

Federation of American Scientists (FAS). 2002. "Text of Strategic Offensive Reductions Treaty". Accessed August 4. https://fas.org/nuke/control/sort/sort.htm.

———. 2019. "Strategic Arms Limitation Talks (SALT II)". Accessed August 4. https://fas.org/nuke/control/salt2/.

Fillion, Stéphanie. 2018. "Ivory Coast's Priorities in the UN Security Council: Postwar Peace". *PassBlue*. Accessed August 03. https://www.passblue.com/2018/12/04/ivory-coasts-priorities-in-the-un-security-council-postwar-peace/.

———. 2019a. "Dominican Republic's Priority in the UN Security Council: Climate Change". *PassBlue*. Accessed August 03. https://www.passblue.com/2019/01/03/dominican-republics-priority-in-the-un-security-council-climate-change/.

———. 2019b. "Equatorial Guinea's Priority in the UN Security Council: Stability in West Africa". *PassBlue*. Accessed August 03. https://www.passblue.com/2019/02/04/equatorial-guineas-priority-in-the-un-security-council-stability-in-west-africa/.

———. 2019c. "Peru's Security Council Presidency: Watching Over Latin America". *PassBlue*. Accessed August 03. https://www.passblue.com/2019/07/02/perus-security-council-presidency-watching-over-latin-america/.

———. 2019d. "The UN Security Council's New President: An Indonesian Economist and 'Peace Broker'". *PassBlue*. Accessed August 05. https://www.passblue.com/2019/05/02/the-un-security-councils-new-president-an-indonesian-economist-and-peace-broker/.

France. 2019a. "French Foreign Ministry Statement, December 14." US Withdrawal from ABM Treaty, December 13: Announcement & Reaction. 2019. http://www.acronym.org.uk/old/archive/docs/0112/doc01.htm.

———. 2019b. "La Défense Antimissile." Direction Générale des Relations Internationales et de La Stratégie (DGRIS) Directorate General for International Relations and Strategy. 2019. https://www.defense.gouv.fr/espanol/dgris/enjeux-transverses/la-defense-antimissile/la-defense-antimissile.

———. 2019c. "European Defence." France Diplomatie. 2019. https://www.diplomatie.gouv.fr/en/french-foreign-policy/security-disarmament-and-non-proliferation/european-defence-63008/.

Freedman, Lawrence. 2003. *The Evolution of Nuclear Strategy.* London: The Macmillan Press.

———. 2019. "Strategic Arms Reduction Talks: International Arms Control Negotiations". *Encyclopædia Britannica*. Accessed August 4. https://www.britannica.com/event/Strategic-Arms-Reduction-Talks.

Futter, Andrew. 2013. Ballistic Missile Defence and US National Security Policy. Ballistic Missile Defence and US National Security Policy. New York: Routledge. doi:10.4324/9780203584477.

———. 2015. *The Politics of Nuclear Weapons.* London: Sage Publications.

Germany. 2019. "Germany: Member of the United Nations Security Council in 2019-20". *Federal Foreign Office*. Accessed July 31. https://www.auswaertiges-amt.de/en/aussenpolitik/internationale-organisationen/vereintenationen/07_Sicherheitsrat.

Gray, Meghan C. 2013. "Building a Persian Gulf Ballistic Missile Defense Umbrella: A Comparative Case Study Analysis of Regional Phased Adaptive Approaches". Postgraduate diss., Naval Postgraduate School.

Grego, Laura. 2012. "A History of Anti-Satellite Programs". *Union of Concerned Scientists.* Accessed September 11, 2019. https://www.ucsusa.org/sites/default/files/legacy/assets/documents/nwgs/a-history-of-ASAT-programs_lo-res.pdf.

Hamill, James. 2019. "South Africa returns to UN Security Council: here's the role it should play". *The Conversation*. Accessed August 03. https://theconversation.com/south-africa-returns-to-un-security-council-heres-the-role-it-should-play-111371.

Heritage, Timothy. 2015. "Russian firm to supply Iran S-300 missile system once deal agreed." Reuters. June 02, 2015. http://goo.gl/bNQyr1 (accessed June 22)

Hildreth, Steven A. 2005. Ballistic Missile Defense: historical overview. CRS Report for Congress. Washington, D.C.: The Library of Congress.

Hobsbawm, Eric. 1995. *Era dos Extremos*: o breve século XX, 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras.

Holloway, David. 1997. *Stalin e a Bomba*. Rio de Janeiro: Record.

International Institute for Strategic Studies (IISS). 2019. The Military Balance: The Annual Assessment of Global Military Capabilities and Defence Economics. doi:10.1080/04597222.2018.1561021.

Huggler, Justin. 2019. "Germany announces biggest defence spending rise since end of Cold War". *The Telegraph*. Accessed August 03. https://www.telegraph.co.uk/news/2019/05/17/germany-announces-biggest-defence-spending-rise-since-end-cold/.

Indonesia. 2014. "Statement by Minister Counsellor of the Permanent Mission of the Republic of Indonesia to the United Nations". Accessed August 06. reachingcriticalwill.org/images/documents/Disarmament-fora/1com/1com14/statements/27Oct_NAM2.pdf.

International Institute for Strategic Studies (IISS). 2019. The Military Balance: The Annual Assessment of Global Military Capabilities and Defence Economics. https://doi.org/10.1080/04597222.2018.1561021.

International Campaign to Abolish Nuclear Weapons. 2019. "INF Treaty Suspension: What does the vote in the Russian Duma means?". Accessed September 14. https://www.icanw.org/campaign-news/inf-treaty-suspension-what-does-the-vote-in-russian-duma-mean/.

Institute for National and Security Studies (INSS). 2019. "The Russian and Iranian Missile Threats: Implications for NATO Missile Defense." Tel Aviv. Accessed September 14. https://

www.inss.org.il/publication/the-russian-and-iranian-missile-threats-implications-for-nato--missile-defense/.

Ivanov, Igor. 2000. "The Missile-Defense Mistake: Undermining Strategic Stability and the ABM Treaty." *Foreign Affairs* 79 (2000): 15-20.

Japan. 2017. "Response to Ballistic Missile Attacks". *Ministry of Defense.* Accessed September 11, 2019. https://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/pdf/2017/DOJ2017_3-1-2_web.pdf

Jervis, Robert. 1989. *The Meaning of the Nuclear Revolution*: Statecraft and the Prospect of Armageddon. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press.

———. 2007. "Cooperation Under the Security Dilemma." In *International Security*: The Cold War and Nuclear Deterrence, edited by Barry Buzan and Lene Hansen, 1:130–71. London: Sage Publications. doi:10.4135/9781412952446.

Jiji, Afp. 2019. "Putin Says Russia Prepared to Drop New START Nuclear Arms Treaty, Warns of 'Global Catastrophe.'" The Japan Times, 2019. Accessed September 14. https://www.japantimes.co.jp/news/2019/06/07/world/politics-diplomacy-world/putin-says-russia-prepared-drop-new-start-nuclear-arms-treaty-warns-global-catastrophe/.

Kaura, Rohit. 2018. "Why an Air-Launched Ballistic Missile: An Assessment." *Centre for Air Power Studies in Focus* 38 (December): 1–3.

Kattan, Ari. 2017. "GCC Missile Defense: Obstacles on the Road to Integration". *Center for International & Security Studies at Maryland,* Paper 6. https://www.cissm.umd.edu/sites/default/files/Paper%206%20-%20GCC%20Missile%20Defense-%20Obstacles%20on%20the%20Road%20to%20Integration%20.pdf.

Kimball, Daryl. 2003. "START II and Its Extension Protocols at a Glance". *Arms Control Association.* Accessed August 4. https://www.armscontrol.org/system/files/Start2_Extension.pdf.

Kimball, Daryl, and Kingston Reif. 2019. "The Intermediate-Range Nuclear Forces (INF) Treaty at Glance". *Arms Control Association*. Accessed August 4. https://www.armscontrol.org/factsheets/INFtreaty.

Kramer, Andrew. 2019. "Russia Pulls Out of I.N.F. Treaty in 'Symmetrical' Response to U.S. Move." The New York Times, 2019. Accessed August 4. https://www.nytimes.com/2019/02/02/world/europe/russia-inf-treaty.html.

Kramer, Andrew, and Megan Specia. 2019. "What Is the I.N.F. Treaty and Why Does It Matter?". *The New York Times*. Accessed August 4. https://www.nytimes.com/2019/02/01/world/europe/inf-treaty.html.

Kristensen, Hans M., and Matt Korda. 2019. "The Pentagon's 2019 China Report." Federation of American Scientists. 2019. Accessed September 14. https://fas.org/blogs/security/2019/05/chinareport2019/.

Kubovich, Yaniv. 2019. "Israel Successfully Tests Arrow 3 Anti-ballistic Missile System". *Haaretz*. Accessed June 15, 2019. https://www.haaretz.com/israel-news/.premium-israel-successfully-tests-arrow-3-anti-ballistic-missile-system-1.6866360.

Kühn, Ulrich. 2018. "The New Arms Race and its Consequences". *Carnegie Endowment for International Peace.* Accessed June 15, 2019. https://carnegieendowment.org/2018/12/13/new-arms-race-and-its-consequences-pub-77957.

Kuwait. 2017. "Kuwait's Candidacy to the United Nations Security Council 2018-2019". *Permanent Mission of the State of Kuwait to the United Nations*. Accessed July 31. http://www.kuwaitmissionun.org/kuwait-s-candidacy-to-the-united-nations-security-council-2018-2019.html.

League, David, and Benjamin Kang Lim. 2019. "New Missile Gap Leaves U.S. Scrambling to Counter China." Reuters, 2019. Accessed September 14. https://www.reuters.com/investigates/special-report/china-army-rockets/.

Lee, Wei Chin. 2001. "Thunder in the Air: Taiwan and Theater Missile Defense." *Nonpro-*

liferation Review 8 (3): 107–22. doi:10.1080/10736700108436867.

Levy, Jack S. 2006. "The Offensive/Defensive Balance of Military Technology: A Theoretical and Historical Analysis." *International Studies Quarterly* 28 (2): 219. doi:10.2307/2600696.

Lieber, Keir A, and Daryl G Press. 2006. "The End of MAD." *International Security* 30 (4): 7–44.

–––. 2017. "The New Era of Counterforce: Technological Change and the Future of Nuclear Deterrence." *International Security* 41 (4): 9–49. doi:10.1162/ISEC_a_00273.

Macias, Amanda. 2018. "China quietly installed missile systems on strategic Spratly Islands in hotly contested South China Sea". *CNBC*. Accessed September 11, 2019. https://www.cnbc.com/2018/05/02/china-added-missile-systems-on-spratly-islands-in-south-china-sea.html.

Martins, José Miguel Quedi, and Marco Cepik. 2014. "Defesa Nacional Antimíssil Dos EUA: A Lógica da Preempção e suas Implicações Internacionais." In Políticas de Defesa, Inteligência e Segurança, edited by Carlos Schmidt Arturi, Eduardo Svartman, André Reis da Silva, Marco Cepik, and Érico Esteves Duarte, 14–41. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Masters, Jonathan. 2019. "The Ailing INF Treaty: What to Know". *Council on Foreign Relations.* Accessed August 4. https://www.cfr.org/article/ailing-inf-treaty-what-know.

Medeiros, Evan, and Philip Saunders. 2001. "Theater Missile Defense and Northeast Asian Security". *Nuclear Threat Initiative (NTI).* Accessed June 15, 2019. https://www.nti.org/analysis/articles/theater-missile-defense-asian-security/.

Military Watch. 2019. "Khordad 15; Iran's New Air Defence System Is No S-400, But It May Make the Country Safer," 2019. Accessed September 14. https://militarywatchmagazine.com/article/khordad-15-iran-s-new-air-defence-system-is-no-s-400-but-it-may-make-the-country-safer.

Missile Defense Advocacy (MDAA). 2018a. "Germany". *Missile Defense Advocacy*. Accessed July 31. https://missiledefenseadvocacy.org/intl_cooperation/germany/.

–––. 2018b. "Kuwait". *Missile Defense Advocacy*. Accessed July 31. https://missiledefenseadvocacy.org/intl_cooperation/kuwait/.

–––. 2018c. "Poland". *Missile Defense Advocacy*. Accessed July 31. https://missiledefenseadvocacy.org/intl_cooperation/poland/.

–––. 2019a. "Arrow (Israel)". *Missile Defense Advocacy.* Accessed June 15. http://missiledefenseadvocacy.org/missile-defense-systems-2/allied-air-and-missile-defense-systems/allied-intercept-systems-coming-soon/arrow-israel/

–––. 2019b. "European Phased Adaptive Approach (EPAA)". *Missile Defense Advocacy.* Accessed June 15. http://missiledefenseadvocacy.org/missile-defense-systems-2/missile-defense-systems/policy-coming-soon/european-phased-adaptive-approach-epaa/.

Missile Defense Agency (MDA). 2019. "Missile Defense Review 2019". *United States Department of State.* Accessed June 15, 2019. https://www.defense.gov/Portals/1/Interactive/2018/11-2019-Missile-Defense-Review/The%202019%20MDR_Executive%20Summary.pdf.

Missile Threat. 2018a. "David's Sling (Israel)". *Missile Threat*. Accessed June 15, 2019. https://missilethreat.csis.org/defsys/davids-sling/.

–––. 2018b. "Iron Dome (Israel)". *Missile Threat.* Accessed June 15, 2019. https://missilethreat.csis.org/defsys/iron-dome/

The Moscow Times. 2019. "Russia Tests New Missile Defense System, Military Says," 2019. Accessed September 14. https://www.themoscowtimes.com/2019/06/04/russia-tests-new-missile-defense-system-military-says-a65860.

NATO. 2019. "Ballistic Missile Defense." NATO Integrated Air and Missile Defence. 2019. https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49635.htm.

The New York Times. 2001. "Bush Pulls Out of ABM Treaty; Putin Calls Move a Mis-

take". Accessed September 14. https://www.nytimes.com/2001/12/13/international/bush-pulls-out-of-abm-treaty-putin-calls-move-a-mistake.html.

Nichols, Tom. 2019. "Mourning the INF Treaty: The United States is not better for withdrawing". *Foreign Affairs.* Accessed June 15, 2019. https://www.foreignaffairs.com/articles/2019-03-04/mourning-inf-treaty.

Nuclear Threat Initiative (NTI). 2011. "Treaty Between the United States of America and the Union of Soviet Socialist Republics on Strategic Offensive Reductions (START I)". Accessed August 4. https://www.nti.org/learn/treaties-and-regimes/treaties-between-united-states-america-and-union-soviet-socialist-republics-strategic-offensive-reductions-start-i-start-ii/.

–––. 2019. "Nuclear Disarmament South Africa". Accessed August 03. https://www.nti.org/analysis/articles/south-africa-nuclear-disarmament/.

O'Hanlon, Michael. 2009. *The Science of War*: Defense Budgeting, Military Technology, Logistics, and Combat Outcomes. Princeton: Princeton University Press.

———. 2019. "A Retrospective on the So-Called Revolution in Military Affairs, 2000-2020." Foreign Policy at Brookings. Security, Strategy, and Order: 1–21.

Observer Research Foundation. 2019. "Decoding China's Ballistic Missile Defense and Anti-Satellite Systems Efforts – Analysis." Eurasia Review. 2019. https://www.eurasiareview.com/10042019-decoding-chinas-ballistic-missile-defense-and-anti-satellite-systems-efforts-analysis/.

Panda, Ankit. 2018. "Revealed: The Details of China's Latest Hit-To-Kill Interceptor Test". *The Diplomat.* Accessed June 15, 2019. https://thediplomat.com/2018/02/revealed-the-details-of-chinas-latest-hit-to-kill-interceptor-test/.

–––. 2019a. "After US Missile Defense Salvo Test Against ICBM, China Warns of Proceeding 'Carefully.'" The Diplomat. Accessed September 14. https://thediplomat.com/2019/04/after-us-missile-defense-salvo-test-against-icbm-china-warns-of-proceeding-carefully/.

–––. 2019b. "Bolton: China Is One Reason US 'Looking at Strengthening National Missile Defense.'" The Diplomat. Accessed September 14. https://thediplomat.com/2019/03/bolton-china-is-one-reason-us-looking-at-strengthening-national-missile-defense/.

Peck, Michael. 2017. "Belgium: The Next Missile Defense Superpower?". *The National Interest*. Accessed July 31. https://nationalinterest.org/blog/the-buzz/belgium-the-next-missile-defense-superpower-19400.

Peoples, Columba. 2009. *Justifying Ballistic Missile Defence*. Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/CBO9780511691874.

Philip, Snehesh Alex. 2019. "India completes phase one of ballistic missile defense programme, nod for missiles awaited". *The Print*. Accessed June 15, 2019. https://theprint.in/defence/india-completes-phase-one-of-ballistic-missile-defence-programme-nod-for-missiles-awaited/224959/

Piccolli, Larlecianne. 2012. "Europa Enquanto Condicionante da Política Externa e de Segurança da Rússia: o Papel da Defesa Antimíssil." Master's thesis, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Pifer, Steven. 2018. "Order from chaos: Putin on the nukes". *Brookings.* Accessed April 28. https://www.brookings.edu/blog/order-from-chaos/2018/03/02/putin-on-the-nukes/

Podvig, Pavel. 2004. *Russian Strategic Nuclear Forces*. Cambridge: The MIT Press.

Poland. 2019. "Historical Background". *Permanent Mission of the Republic of Poland to the United Nations in New York*. Accessed July 31. https://nowyjorkonz.msz.gov.pl/en/poland_in_the_un/historical_background/.

Rapp, Jess. 2017. "Peru signs UN treaty banning nuclear weapons". *Peru Reports*. Accessed August 03. https://perureports.com/peru-bans-nuclear-weapons/5538/.

Reif, Kingston. 2014. "The Lisbon Protocol at a Glance". *Arms Control Association*. Accessed August 4. https://www.armscontrol.org/node/3289.

–––. 2018. "New START at Glance". *Arms Control Association*. Accessed August 4. https://www.armscontrol.org/factsheets/NewSTART.

–––. 2019. "The European Phased Adaptive Approach at a Glance". *Arms Control Association.* Accessed June 15, 2019. https://www.armscontrol.org/factsheets/Phasedadaptive-approach.

Reif, Kingston, and Kelsey Davenport. 2016. "South Korea to Deploy U.S. Defense System". *Arms Control Association.* Accessed September 11, 2019. https://www.armscontrol.org/act/2016-09/news-briefs/south-korea-deploy-us-defense-system

Riqiang, Wu. 2013. *Why China Should Be Concerned with U.S. Missile Defense*. Atlanta: Georgia Institute of Technology.

Rivera, Javier. 2018. "An inside view of African diplomacy in the UN Security Council". *Africa Portal*. Accessed August 03. https://www.africaportal.org/features/inside-view-african--diplomacy-un-security-council/.

Romaniuk, Scott N. 2017. Military Strategy and the Three Levels of Warfare. Defence Report. Accessed April 28. https://www.researchgate.net/profile/Scott_Romaniuk/publication/321384519_Military_Strategy_and_the_Three_Levels_of_Warfare/links/5a1ff16f-0f7e9b9d5e02ec2d/Military-Strategy-and-the-Three-Levels-of-Warfare.pdf

Ruberson, David, and James Bonomo. 1987. *NATO's Anti-Tactical Ballistic Missile Requirements and Their Relationship to the Strategic Defense Initiative.* Santa Monica, CA: RAND.

Russia. 2001. "Televised Statement by Russian President Vladimir Putin, December 13." Washington, DC. 2001. http://www.acronym.org.uk/old/archive/docs/0112/doc01.htm.

Rusten, Lynn F. 2010. "U.S. Withdrawal from the Antiballistic Missile Treaty". *Center for the Study of Weapons of Mass Destruction,* Case Studies Series 2. https://ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/casestudies/CSWMD_CaseStudy-2.pdf.

SA News. 2019. "Victory for South Africa space science". Accessed August 03. https://businesstech.co.za/news/government/293404/victory-for-south-africa-space-science/.

Saalman, Lora. 2014. "Prompt Global Strike: China and the Spear". Washington, D.C.: APCSS/US Department of Defense. https://apcss.org/wp-content/uploads/2014/04/APCSS_Saalman_PGS_China_Apr2014.pdf

Sagan, Carl. 2007. "Nuclear War and Climatic Catastrophe: Some Policy Implications." In International Security: The Cold War and Nuclear Deterrence, edited by Barry Buzan and Lene Hansen, 330–61. London: Sage Publications.

Sanger, David E., Edward Wong, Steven Erlanger, and Eric Schmitt. 2019. "U.S. Issues New Sanctions as Iran Warns It Will Step Back from Nuclear Deal". *The New York Times.* Accessed June 15, 2019. https://www.nytimes.com/2019/05/08/us/politics/iran-nuclear-deal.html.

SALT I. 1972. "Interim Agreement Between the United States of America and the Union of Soviet Socialist Republics on Certain Measures with Respect to the Limitation of Strategic Offensive Arms". Accessed August 4. https://media.nti.org/documents/salt_1.pdf.

SALT II. 1979. "Treaty Between the United States of America and the Union of Soviet Socialist Republics on the Limitation of Strategic Offensive Arms, Together with Agreed Statements and Common Understandings Regarding the Treaty (SALT II)". Accessed August 4. https://media.nti.org/documents/salt_2.pdf.

Sanger, David E., and Edward Wong. 2019. "U.S. Ends Cold War Missile Treaty, With Aim of Countering China." The New York Times. Accessed September 14. https://www.nytimes.com/2019/08/01/world/asia/inf-missile-treaty.html.

Schenck, Lisa M., and Robert A. Youmans. 2012. "From Start to Finish: A Historical Review of Nuclear Arms Control Treaties and Starting Over with the New Start". *Cardozo J. of*

Int'l & Comp. Law 20: 399-436. https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2160372.

Sheehan, Michael. 2007. *The International Politics of Space*. New York: Routledge.

Simionato dos Santos, Guilherme, and Marco Cepik. 2017. "O Conceito de Ataque Global Imediato: Premissas Equivocadas, Consequências Perigosas." *Carta Internacional* 12 (3): 5. doi:10.21530/ci.v3n12.2017.684.

Simionato, Guilherme, Michelle Baptista, and Valeska Ferrazza Monteiro. 2015. "Missile Defense Systems". *UFRGS Model United Nations Journal*, 3: 279-310. https://www.ufrgs.br/ufrgsmun/2015/files/disec.pdf.

Siracusa, Joseph. 2008. *Nuclear Weapons*: A Very Short History. New York: Oxford University Press.

Smyth, Patrick. 2001. "Bush pulls out of ABM treaty". *The Irish Times*. Accessed August 03. https://www.irishtimes.com/news/bush-pulls-out-of-abm-treaty-1.342056.

Steff, Reuben. 2013. *Strategic Thinking, Deterrence and the US Ballistic Missile Defense Project*: From Truman to Obama. Burlington: Ashgate Publishing Limited.

START I Treaty. 1991. "Treaty Between the United States of America and the Union of Socialist Soviet Republics on Further Reduction and Limitation of Strategic Offensive Arms (START I)". Accessed August 4. https://media.nti.org/documents/start_1_treaty.pdf.

START II Treaty. 1993. "Treaty Between the United States of America and the Russian Federation on Further Reduction and Limitation of Strategic Offensive Arms (START II)". Accessed August 4. https://media.nti.org/documents/start_2_treaty.pdf.

Stashwick, Steven. 2018. "China Deploys Long-Range Anti-Ship and Anti-Air Missiles to Spratly Islands for First Time". *The Diplomat.* Accessed September 11, 2019. https://thediplomat.com/2018/05/china-deploys-long-range-anti-ship-and-anti-air-missiles-to-spratly-islands-for-first-time/.

Stein, Aaron. 2019. "Middle East Missile Race: The Missile Defense Review, Iran, and the Implications for the Gulf". *Foreign Policy Research Institute.* Accessed June 15, 2019. https://www.fpri.org/article/2019/01/middle-east-missile-race-the-missile-defense-review-iran-and-the-implications-for-the-gulf/

Stocker, Jeremy. 2004. *Britain and Ballistic Missile Defence 1942-2002*. London: Frank Cass Publishers.

Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). 2001. "Missile Defence and the ABM Treaty: A Status Report". *Stockholm International Peace Research Institute,* Fact Sheet. https://www.sipri.org/publications/2001/sipri-fact-sheets/missile-defence-and-abm-treaty-status-report.

Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). 2007. *SIPRI Yearbook 2007: Armaments, Disarmament and International Security.* Solna: SIPRI.

———. 2019. "Trends in World Military Expenditure, 2018". *Stockholm International Peace Research Institute,* Fact Sheet. https://www.sipri.org/publications/2019/sipri-fact-sheets/trends-world-military-expenditure-2018.

Stop Wapenhandel. 2017. "Belgian and Dutch Participation in Missile Defence." Accessed July 31. http://www.stopwapenhandel.org/node/2022.

Stützle, Walther, Bhupendra Jasani, and Regina Cowen. 1987. "The Challenge to the ABM Treaty." In The ABM Treaty: To Defend Or Not to Defend?, by Walther Stützle, Bhupendra Jasani, and Regina Cowen, 3-28. New York: Oxford University Press.

teleSUR. 2019. "Dominican Republic Takes UN Security Council Seat as President". Accessed August 03. https://www.telesurenglish.net/news/Dominican-Republic-Takes-UN-Security-Council-Seat-as-President-20190102-0019.html.

Terrill, W. Andrew. 2011. *The Saudi-Iranian Rivalry and the Future of the Middle East Security*. Carlisle: U.S. Army War College.

Thompson, Loren. 2009. "Missile Defense: The Boost-Phase Advantage." Arlington: Lexington Institute. https://www.lexingtoninstitute.org/wp-content/uploads/2013/11/MD_BoostPhaseAdvtg.pdf

Tran, Pierre. 2019. "France to Bolster Defense Spending by $2 Billion. Here's the Military Equipment Already on Order." DefenseNews. Accessed June 20. https://www.defensenews.com/global/europe/2018/09/26/france-to-bolster-defense-spending-by-2-billion-heres-the-military-equipment-already-on-order/.

U. S. Congress Office of Technology Assessment. 1985. "Ballistic Missile Defense Technologies." Washington, D.C. doi:10.1016/0048-7333(88)90029-7.

U. S. Department of Defense. 2019a. "2019 Missile Defense Review." Washington, D.C.

———. 2019b. Dictionary of Military and Associated Terms. Washington, D.C. https://fas.org/irp/doddir/dod/jp1_02.pdf.

U.S. Department of State. 2001. "The Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance". Accessed August 03. https://2001-2009.state.gov/r/pa/prs/ps/2001/4988.htm.

U.S. Congress, Division on Engineering and Physical Sciences. 2012. Ballistic Missile Defense: An Assessment of Concepts and Systems for U.S. Boost-Phase Missile Defense in Comparison to Other Alternatives. Washington, D.C.: The National Academies Press.

U.S. Department of State, Bureau of Arms Control, Verification and Compliance. 2019. Treaty Between the United States of America and the Union of Soviet Socialist Republics on the Limitation of Anti-Ballistic Missile Systems (ABM Treaty). https://2009-2017.state.gov/t/avc/trty/101888.htm (accessed May 03, 2019).

Union of Concerned Scientists. 2019. UCS Satellite Database. http://www.ucsusa.org/nuclear-weapons/space-weapons/satellite-database.

United Against Nuclear Iran. 2019. "Iran and the Gulf Cooperation Council (GCC)". Accessed August 03. https://www.unitedagainstnucleariran.com/iran-and-gulf-cooperation-council.

United Kingdom. 2015. "National Security Strategy and Strategic Defence and Security Review 2015: A Secure and Prosperous United Kingdom." London. https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/478933/52309_Cm_9161_NSS_SD_Review_web_only.pdf.

–––. 2017. "UK MoD Approach to Ballistic Missile Defence." Hamburg. https://www.ccsbamd.org/competence-centre/wp-content/uploads/2017/10/112_20170914-GBR-Perspective.pdf.

–––. 2018. "The UK's Nuclear Deterrent: What You Need to Know." Policy Paper. 2018. https://www.gov.uk/government/publications/uk-nuclear-deterrence-factsheet/uk-nuclear-deterrence-what-you-need-to-know.

United States. 1987. "Treaty Between the United States of America and the Union of Soviet Socialist Republics on the Elimination of Their Intermediate-Range and Shorter-Range Missiles (INF Treaty)". *Department of State.* Accessed August 4. https://2009-2017.state.gov/t/avc/trty/102360.htm#text.

United States. 2018. "Annual Report to Congress: Military and Security Developments Involving the People's Republic of China 2018." Washington, DC. https://media.defense.gov/2018/Aug/16/2001955282/-1/-1/1/2018-CHINA-MILITARY-POWER-REPORT.PDF.

–––. 2019. "New START Treaty". *Department of State.* Accessed August 4. https://www.state.gov/new-start/.

Visentini, Paulo Fagundes. *As Relações Diplomáticas da* Ásia: articulações regionais e afirmação mundial (uma perspectiva brasileira). Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

Waltz, Kenneth. 1979. *Theory of International Politics.* Boston: Addison-Wesley Publishing Company.

–––. 1981. "The Spread of Nuclear Weapons: More May Better". *International Institute for Strategic Studies (IISS) – Adelphi Papers* (171): 1-35. http://home.sogang.ac.kr/sites/jaechun/courses/Lists/b6/Attachments/39/5.%20The%20spread%20of%20nuclear%20weapons.pdf.

Werrell, Kenneth P. 2000. Hitting a Bullet with a Bullet: a history of Ballistic Missile Defense. Research paper n. 02. Montgomery, AL.: Airpower Research Institute. https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a381863.pdf.

Wiesner, Jerome B., and Herbert F. York. 1964. "National Security and the Nuclear-Test Ban". *Scientific American* 211 (4): 27-35. https://www.jstor.org/stable/24931658?seq=1#page_scan_tab_contents.

Wilkening, Dean A. 2004. *Missile Defence and Strategic Stability.* New York: Oxford University Press.

The White House. 2018. "Remarks by President Trump on the Joint Comprehensive Plan of Action". Last modified May 8. https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/remarks-president-trump-joint-comprehensive-plan-action/.

Whitmore, Steven J., and John R. Deni. 2013. *NATO Missile Defense and the European Phased Adaptive Approach: The Implications of Burden Sharing and the Underappreciated Role of the U.S. Army*. Carlisle: U.S. Army War College.

Woolf, Amy F. 2014. *The New START Treaty: Central Limits and Key Provisions.* Washington: Congressional Research Service.

Wright, David C. 1992. "Depressed Trajectory SLBMs: A Technical Evaluation and Arms Control Possibilities." *Science & Global Security* 3 (1–2): 101–59. doi:10.1080/08929889208426380.

Zhang, Baohui. 2011. "US missile defence and China's posture: changing dynamics of an offence-defense arms race". *International Affairs* 87 (3): 555-569. https://www.jstor.org/stable/20869713.

Zyga, Ioanna-Nikoletta. 2012. "NATO-Russia Relations and Missile Defense: 'Sticking Point' or 'Game Changer'?". *Carnegie Endowment for International Peace*, Working Papers n° 2. https://www.jstor.org/stable/resrep12932.